

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAPÁ



**UNIFAP**  
Universidade Federal do Amapá

GOVERNO DO ESTADO  
**AMAPÁ**  
TRABALHANDO PELO AMAPÁ INTERIO

MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



# PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAPÁ



**UNIFAP**  
Universidade Federal do Amapá

GOVERNO DO ESTADO  
**AMAPÁ**  
TRABALHANDO PELO AMAPÁ INTERIO

MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**Fundação Universidade Federal do Amapá**  
**Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira**

**Equipe responsável**

Coordenação:

Paulo Gustavo Pellegrino Côrrea (Coordenador)  
Ariane Borges de Oliveira  
Claudiane Pinheiro Araújo  
Miguel Patrice Philippe Dhenin

Pesquisadores:

Adria Hélene da Costa Nunes  
Alessandra Cunha Tavares  
Francisco Sena Barbosa de Almeida  
Gabriela da Silva Cavalcante  
Guilherme Lima de Almeida  
Jade Figueiredo Costa  
Johann Kayky Santos Corrêa  
Juliana do Socorro Rocha da Silva  
Juliana Patricia Chagas Alberto  
Lana Leticia Brito de Oliveira  
Raiana Correa de Almeida

Equipe técnica de cartografia:

Adria Hélene da Costa Nunes  
Alessandra Cunha Tavares  
Claudiane Pinheiro Araújo  
Miguel Patrice Philippe Dhenin

**Apoio Institucional**

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional  
Ministro Antônio Waldez Góes da Silva  
Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial  
Secretário Daniel Alex Fortunato

Equipe Técnica

Coordenação Geral de Gestão do Território  
Coordenador-Geral: Vitarque Lucas Paes Coelho  
Coordenador: Rodolfo Calmon de Castro  
Secretária: Patrícia Sousa Silva  
Consultora: Luciana Chagas Uchôa de Mendonça  
Administrativo: Victor Rodrigues Pereira  
Administrativo: Gabryella Mascarenhas  
Estagiário: Alex Rosa Campani

**Apoio Institucional**

Governo do Estado do Amapá  
Governador Clécio Luís Vilhena Vieira  
Casa Civil do Estado do Amapá  
Secretário-Chefe Lucas Abrahão Rosa Cezário de Almeida  
Secretaria Estadual de Relações Internacionais e Comércio Exterior  
Secretário Fabrício Penafort Gonçalves

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                       |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Tabela 1.</b> Distribuição populacional indígena por município                                                     | 67  |
| <b>Tabela 2.</b> Infraestrutura em domicílios com presença indígena por município (%)                                 | 67  |
| <b>Tabela 3.</b> Taxa de alfabetização por faixa etária (%)                                                           | 67  |
| <b>Tabela 4.</b> Tipo de registro por município (%)                                                                   | 68  |
| <b>Tabela 5.</b> Distribuição populacional quilombola                                                                 | 69  |
| <b>Tabela 6.</b> Territórios quilombolas titulados e suas populações                                                  | 70  |
| <b>Tabela 7.</b> População nos territórios quilombolas da FF-AP                                                       | 70  |
| <b>Tabela 8.</b> Infraestrutura dos domicílios com pelo menos um morador quilombola                                   | 71  |
| <b>Tabela 9.</b> Número de escolas na FF-AP                                                                           | 83  |
| <b>Tabela 10.</b> Número de escolas por localização diferenciada da FF-AP                                             | 90  |
| <b>Tabela 11.</b> Valores e empresas regularizadas que fazem transportes intermunicipais na FF-AP                     | 101 |
| <b>Tabela 12.</b> Valores de transportes alternativos não regulamentados                                              | 102 |
| <b>Tabela 13.</b> Valores de transporte por barcos/catraias no Amapá                                                  | 102 |
| <b>Tabela 14.</b> Fontes de energia na faixa de fronteira do Amapá                                                    | 104 |
| <b>Tabela 15.</b> Indicadores de saneamento dos municípios da FF-AP (Ano base 2022)                                   | 106 |
| <b>Tabela 16.</b> Indicadores Previne Brasil por município da FF-AP (2º quadrimestre/2023)                            | 131 |
| <b>Tabela 17.</b> Taxa de mortalidade infantil nos municípios da FF-AP (2022)                                         | 132 |
| <b>Tabela 18.</b> Casos de Sífilis em Gestantes e Congênitas por municípios (2021)                                    | 132 |
| <b>Tabela 19.</b> Casos de HIV e AIDS por município da FF-AP (2021)                                                   | 133 |
| <b>Tabela 20.</b> Casos de HIV em gestantes por municípios da FF-AP (2017-2021)                                       | 133 |
| <b>Tabela 21.</b> Casos de Doença de Chagas confirmados, óbitos e transmissão (2017-2021)                             | 136 |
| <b>Tabela 22.</b> Casos de COVID-19 confirmados, incidência, óbitos e letalidade por município da FF-AP (2021)        | 136 |
| <b>Tabela 23.</b> Principais postos de atenção à saúde por município da FF-AP (2024)                                  | 137 |
| <b>Tabela 24.</b> Propostas selecionadas no Novo PAC Saúde                                                            | 139 |
| <b>Tabela 25.</b> Grupos de municípios por taxa média de homicídios por 100 mil habitantes – Amapá, triênio 2018-2020 | 150 |
| <b>Tabela 26.</b> Crescimento real do PIB no Brasil, Norte e Amapá (2019-2021, em %)                                  | 158 |
| <b>Tabela 27.</b> Balança Comercial do Estado do Amapá em US\$ FOB – 2019 a 2024                                      | 159 |
| <b>Tabela 28.</b> Produção Agrícola em 2023 por municípios da FF-AP (Principais Culturas)                             | 162 |
| <b>Tabela 29.</b> Rebanhos Bovinos e Bubalinos por municípios da FF-AP (2023)                                         | 162 |
| <b>Tabela 30.</b> Produção de Leite Bovino por município da FF-AP (2023)                                              | 163 |
| <b>Tabela 31.</b> Produção Aquícola dos municípios da FF-AP (2023)                                                    | 163 |
| <b>Tabela 32.</b> Produção de madeira por tipo e município da FF-AP (2023)                                            | 164 |
| <b>Tabela 33.</b> Produção de açaí em fruto por município da FF-AP (2023)                                             | 164 |
| <b>Tabela 34.</b> Produção mineral por municípios da FF-AP, ano-base 2022                                             | 166 |
| <b>Tabela 35.</b> Valores arrecadados com a CFEM pelos municípios da FF-AP (2019–2024)                                | 167 |
| <b>Tabela 36.</b> Percentual do Setor de Serviços no PIB dos municípios da FF-AP (2021)                               | 168 |
| <b>Tabela 37.</b> Percentual de Empregados Formais por Setor – Municípios da FF-AP (2024)                             | 169 |
| <b>Tabela 38.</b> Indicadores do Mercado de Trabalho Formal (2022)                                                    | 169 |
| <b>Tabela 39.</b> Tipos e Formas de Turismo populares no Brasil                                                       | 178 |
| <b>Tabela 40.</b> Equipamentos Turísticos na Região Turística de Cabo Orange                                          | 183 |
| <b>Tabela 41.</b> Equipamentos Turísticos: Região Tumucumaque e Cachoeira                                             | 184 |
| <b>Tabela 42.</b> Equipamentos Turísticos: Região dos Lagos e Pororocas                                               | 184 |
| <b>Tabela 43.</b> Equipamentos Turísticos: Região do Vale do Jari                                                     | 185 |



## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                     |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 1.</b> Síntese da Etapa 1                                                                 | 20  |
| <b>Figura 2.</b> Síntese da Etapa 2                                                                 | 20  |
| <b>Figura 3.</b> Síntese da Etapa 3                                                                 | 20  |
| <b>Figura 4.</b> Mapa de localização do Suriname                                                    | 23  |
| <b>Figura 5.</b> Missão internacional em Suriname                                                   | 25  |
| <b>Figura 6.</b> Mapa de localização da Guiana Francesa                                             | 28  |
| <b>Figura 7.</b> Missão internacional na Guiana Francesa                                            | 32  |
| <b>Figura 8.</b> Mapa de localização do Estado do Amapá                                             | 35  |
| <b>Figura 9.</b> Mapa de localização dos municípios da Faixa de Fronteira Amapaense                 | 38  |
| <b>Figura 10.</b> Mapa de localização do município de Amapá                                         | 39  |
| <b>Figura 11.</b> Mapa de localização do município de Calçoene                                      | 41  |
| <b>Figura 12.</b> Mapa de localização do município de Ferreira Gomes                                | 45  |
| <b>Figura 13.</b> Mapa de localização do município de Laranjal do Jari                              | 48  |
| <b>Figura 14.</b> Mapa de localização do município de Oiapoque                                      | 51  |
| <b>Figura 15.</b> Mapa de localização do município de Pedra Branca do Amapari                       | 55  |
| <b>Figura 16.</b> Mapa de localização do município de Pracuúba                                      | 57  |
| <b>Figura 17.</b> Mapa de localização do município de Serra do Navio                                | 60  |
| <b>Figura 18.</b> Mapa de Comunidades Tradicionais da Fronteira Amapaense                           | 65  |
| <b>Figura 19.</b> Construção da carteira de projetos específica para os povos indígenas de Oiapoque | 79  |
| <b>Figura 20.</b> Mapa de Educação na FF-AP                                                         | 83  |
| <b>Figura 21.</b> Mapa de Rotas de transportes                                                      | 99  |
| <b>Figura 22.</b> Mapa de Unidades de Conservação na FF-AP                                          | 113 |
| <b>Figura 23.</b> Mapa municípios da FF-AP por Regiões de saúde do estado do Amapá                  | 129 |
| <b>Figura 24.</b> Mapa das Forças de Segurança Pública e Forças Armadas na FF-AP                    | 153 |
| <b>Figura 25.</b> Setor produtivo na FF-AP                                                          | 160 |
| <b>Figura 26.</b> Cadeia produtiva do Turismo                                                       | 177 |
| <b>Figura 27.</b> Mapa das Regiões Turísticas presentes na FF-AP                                    | 182 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                               |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Gráfico 1.</b> Infraestrutura básica das escolas da zona rural na FF-AP                                    | 85  |
| <b>Gráfico 2.</b> Infraestrutura básica das escolas da zona urbana na FF-AP                                   | 85  |
| <b>Gráfico 3.</b> Número de transportes escolares por cada município da FF-AP (2017-2023)                     | 86  |
| <b>Gráfico 4.</b> Taxa de alfabetização do Brasil, do Norte, do Amapá e da FF-AP                              | 87  |
| <b>Gráfico 5.</b> Taxa de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas na FF-AP                                  | 87  |
| <b>Gráfico 6.</b> Infraestrutura Básica das escolas da FF-AP                                                  | 90  |
| <b>Gráfico 7.</b> Taxa de alfabetização de indígenas do Brasil, do Norte, do estado do Amapá e da FF-AP       | 91  |
| <b>Gráfico 8.</b> Números de pessoas alfabetizadas em cada município da FF-AP                                 | 92  |
| <b>Gráfico 9.</b> Taxa de alfabetização de quilombolas do Brasil, do Norte, do estado do Amapá e da FF-AP     | 92  |
| <b>Gráfico 10.</b> Índices de desmatamento nos estados que compõem o Arco Norte                               | 115 |
| <b>Gráfico 11.</b> Índices de Desmatamento nos municípios da FF-AP em km <sup>2</sup>                         | 116 |
| <b>Gráfico 12.</b> Taxa de mortalidade infantil do estado do Amapá e Brasil                                   | 131 |
| <b>Gráfico 13.</b> Incidência de casos prováveis de dengue do município de Oiapoque/AP SE 01 a 09 – 2023/2024 | 134 |
| <b>Gráfico 14.</b> Homicídios em municípios de faixa de fronteira do Amapá                                    | 150 |
| <b>Gráfico 15.</b> Índices de Exportações do Amapá em 2024                                                    | 160 |
| <b>Gráfico 16.</b> Primeira atração turística preferida dos brasileiros                                       | 178 |
| <b>Gráfico 17.</b> Emissores de turistas nacionais por região                                                 | 179 |
| <b>Gráfico 18.</b> Receptores de turistas nacionais por região                                                | 179 |
| <b>Gráfico 19.</b> Motivações para viagem à região Norte no ano de 2023 (%)                                   | 180 |



## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                  |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Quadro 1.</b> Territórios quilombolas na FF-AP                                                | 70  |
| <b>Quadro 2.</b> Conceito dos tipos de educação diferenciada                                     | 88  |
| <b>Quadro 3.</b> Instituições públicas de Ensino Superior na FF-AP                               | 93  |
| <b>Quadro 4.</b> Aeródromos na FF-AP                                                             | 103 |
| <b>Quadro 5.</b> Serviços de banda larga e cobertura móvel na faixa de fronteira                 | 107 |
| <b>Quadro 6.</b> Municípios da FF-AP com lixo a céu aberto/aterro controlado ou aterro sanitário | 117 |
| <b>Quadro 7.</b> Facções Criminosas atuando no Amapá                                             | 147 |
| <b>Quadro 8.</b> Entidades Extrativistas na Faixa de Fronteira                                   | 165 |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AdeKUS – Universidade Anton de Kom do Suriname  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
AP – Estado do Amapá  
APINA – Conselho das Aldeias Wajãpi  
APS – Amigos Para Sempre  
APS – Atenção Primária à Saúde  
APU – Administração Pública  
ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia  
ARS – Agência Regional de Saúde  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CACI – Cartografias de Ataques Contra Indígenas  
CADASTUR – Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos  
CadÚnico – Cadastro Único do Governo Federal  
CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar  
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial  
CAR – Cadastro Ambiental Rural  
CASAI – Casa de Atenção à Saúde Indígena  
CAT – Centro de Atendimento ao Turista  
CCP – Centro de Cooperação Policial  
CCPIO – Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque  
CE – Comissão de Educação  
CEFFAs – Centros de Formação Familiar por Alternância  
CETEA – Centro de Especialização no Transtorno do Espectro Autista  
CFEM – Compensação Financeira pela Exploração Mineral  
CFM – Conselho Federal de Medicina  
CII – Licenciatura Intercultural Indígena  
CMT – Comissão Mista Transfronteiriça  
CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno  
CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde  
CONAQ-AP – Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Amapá  
COOGAL – Mineração dos Garimpeiros do Lourenço  
CPPTA – Curso de Pedagogia de Projetos em Temas Ambientais  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CRAM – Centro de Referência em Atendimento à Mulher  
CREA – Centros Especializados de Assistência Social  
CT – Cooperação Transfronteiriça  
CV – Comando Vermelho  
DPAC FRONTEIRA – Desenvolvimento, Prevenção, Acompanhamento e Cooperação de Fronteiras  
DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena  
EA – Educação Ambiental  
ECAM – Equipe de Conservação da Amazônia  
EFA – Escolas Família Agrícolas  
EFA – Estrada de Ferro do Amapá  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EJA – Educação de Jovens e Adultos  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ENAFRON – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras  
EPE – Empresa de Pesquisa Energética  
ESEC – Estação Ecológica  
eSFR – Equipes de Saúde da Família Ribeirinha  
FAPEAP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá  
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública  
FF-AP – Faixa de Fronteira  
FLONA/AP – Floresta Nacional do Amapá  
FLOTA/AP – Floresta Estadual do Amapá  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional  
FNS – Fundo Nacional de Saúde  
FTA – Família Terror do Amapá  
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas  
GCM – Guarda Civil Municipal  
GEA – Governo do Estado do Amapá  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
ICMPD – International Centre for Migration Policy Development  
ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios S.A.  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IEA – Instituto de Estudos Amazônicos  
IEPÉ – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena  
IFAP – Instituto Federal do Amapá  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas  
ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis  
LAU – Licença Ambiental Única  
LMTE – Linhas de Macapá Transmissora de Energia  
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
MIDR – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MNA – Mineração Novo Astro  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
MTur – Ministério do Turismo  
MVI – Mortes Violentas Intencionais  
MYISA – Mineração Yukio Yoshidome  
NESI – Núcleo Estadual de Saúde do Indígena  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
ONGs – Organizações Não Governamentais  
OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde



PA – Estado do Pará  
 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
 PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
 PAE – Projetos de Assentamento Agroextrativista  
 PAF – Police aux Frontières  
 PAM – Produção Agrícola Municipal  
 PAR – Plano de Ações Articuladas  
 PARFOR – Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica  
 PARNA – Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque  
 PCC – Primeiro Comando da Capital  
 PCH – Pequena Central Hidrelétrica  
 PCIA – Programa de Cooperação Interreg Amazônia  
 PDIFF – Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira  
 PDIFF-AP – Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amapá  
 PDRSRX – Plano Sub-regional de Desenvolvimento Sustentável do Xingu  
 PEIF – Programa Escola Intercultural de Fronteira  
 PIB – Produto Interno Bruto  
 PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
 PNAE – Plano Nacional de Assistência Estudantil  
 PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar  
 PNCO – Parque Nacional do Cabo Orange  
 PNE – Plano Nacional da Educação  
 PNFRon – Política Nacional de Fronteiras  
 PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas  
 PNMT – Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque  
 PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
 PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos  
 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
 PPGEF – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira  
 PRF – Polícia Rodoviária Federal  
 PRODES – Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite  
 PTVS – Programa Transfronteiriço de Vigilância Sanitária  
 RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
 RANI – Registro Administrativo de Nascimento de Indígena  
 REAJA – Rede Institucionalizada Para Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes  
 RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável  
 REBIO – Reserva Biológica  
 RENCA – Reserva Nacional de Cobre e Associados  
 RESEX – Reserva Extrativista  
 RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural  
 RTIDs – Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação  
 SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
 SECULT – Secretaria de Estado da Cultura  
 SECRICOMEX – Secretaria de Relações Internacionais e Comércio Exterior do Estado do Amapá

SEED – Secretaria de Educação do Estado do Amapá  
SEPI/AP – Secretaria Extraordinária de Políticas para os Povos Indígenas  
SESA – Secretaria de Estado da Saúde  
SETAP – Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Amapá  
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SICAVID – Sistema de Cadastro de Casos de Violência Doméstica  
SIN – Sistema Interligado Nacional  
SINESP – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública  
SISREG – Sistema Nacional de Regulação  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza  
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá  
SUS – Sistema Único de Saúde  
SVS – Superintendência de Vigilância em Saúde  
T.I. – Terras Indígenas  
TBC – Turismo de Base Comunitária  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
UBS – Unidades Básicas de Saúde  
UBSF – Unidades Básicas Fluviais  
UBSI – Unidades Básicas de Saúde Indígenas  
UC – Unidade de Conservação  
UCA – União Criminosa do Amapá  
UE – União Europeia  
UEAP – Universidade do Estado do Amapá  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UHE – Usina Hidrelétrica  
UN HOUSE – United Nations House  
UNIFAP – Fundação Universidade Federal do Amapá  
UNIFRON – Universidade Federal da Fronteira Norte  
UOMs – Unidades Odontológicas Móveis  
UPA – Unidade de Pronto Atendimento  
UTI – Unidade de Terapia Intensiva  
ZCEA – Zona Costeira do Amapá

## **Sumário**

|                                                                                     |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>LISTA DE TABELAS</b>                                                             | <b>4</b>   |
| <b>LISTA DE GRÁFICOS</b>                                                            | <b>6</b>   |
| <b>LISTA DE QUADROS</b>                                                             | <b>7</b>   |
| <b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</b>                                               | <b>8</b>   |
| <b>APRESENTAÇÃO</b>                                                                 | <b>14</b>  |
| <b>METODOLOGIA</b>                                                                  | <b>17</b>  |
| <b>RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE O AMAPÁ, GUIANA FRANCESA<br/>E SURINAME</b>     | <b>22</b>  |
| <b>SURINAME</b>                                                                     | <b>23</b>  |
| <b>GUIANA FRANCESA</b>                                                              | <b>28</b>  |
| <b>CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ E DOS MUNICÍPIOS DA FAIXA<br/>DE FRONTEIRA</b> | <b>34</b>  |
| <b>ESTADO DO AMAPÁ</b>                                                              | <b>35</b>  |
| <b>MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE</b>                                   | <b>38</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE AMAPÁ</b>                                                           | <b>38</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE CALÇOENE</b>                                                        | <b>41</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES</b>                                                  | <b>45</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI</b>                                                | <b>48</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE OIAPOQUE</b>                                                        | <b>51</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI</b>                                         | <b>55</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE PRACUÚBA</b>                                                        | <b>57</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE SERRA DO NAVIO</b>                                                  | <b>60</b>  |
| <b>DIAGNÓSTICO DA FAIXA DE FRONTEIRA POR EIXOS TEMÁTICOS</b>                        | <b>63</b>  |
| <b>COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>                                                     | <b>64</b>  |
| <b>Carteira de projetos para Comunidades Tradicionais</b>                           | <b>78</b>  |
| <b>Carteira de projetos específica para os povos indígenas do Oiapoque</b>          | <b>79</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO</b>                                                                     | <b>82</b>  |
| <b>Carteira de projetos para Educação</b>                                           | <b>97</b>  |
| <b>INFRAESTRUTURA</b>                                                               | <b>99</b>  |
| <b>Carteira de projetos para Infraestrutura</b>                                     | <b>110</b> |
| <b>MEIO AMBIENTE</b>                                                                | <b>112</b> |
| <b>Carteira de projetos para Meio Ambiente</b>                                      | <b>125</b> |
| <b>SAÚDE</b>                                                                        | <b>127</b> |
| <b>Carteira de projetos para Saúde</b>                                              | <b>143</b> |
| <b>SEGURANÇA</b>                                                                    | <b>144</b> |
| <b>Carteira de projetos para Segurança</b>                                          | <b>157</b> |

|                                                  |            |
|--------------------------------------------------|------------|
| <b>SETOR PRODUTIVO</b>                           | <b>158</b> |
| <b>Carteira de projetos para Setor Produtivo</b> | <b>174</b> |
| <b>TURISMO</b>                                   | <b>176</b> |
| <b>Carteira de projetos para Turismo</b>         | <b>189</b> |
| <b>ANEXOS</b>                                    | <b>190</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                               | <b>200</b> |



## APRESENTAÇÃO

Em tempos atuais, a temática das fronteiras ganha maior importância com o planejamento em nível nacional, por meio da formulação da Política Nacional de Fronteiras (PNFRON). Instituída em julho de 2024 pelo Presidente da República por meio de decreto nº 12.038, a PNFRON orienta as ações do Poder Executivo Federal para a atuação coordenada com os entes federativos e com as instituições privadas, com vistas à promoção da segurança, do desenvolvimento sustentável, da integração regional, dos direitos humanos, da cidadania e proteção social nas fronteiras brasileiras (Brasil, 2024).

Neste contexto, a Faixa de Fronteira do Amapá (FF-AP) apresenta características singulares. O estado compartilha limites com a Guiana Francesa e o Suriname. A primeira, por estar vinculada à França continental, integra a União Europeia (UE) e destaca-se por apresentar um elevado padrão de qualidade de vida, sobretudo em razão de uma economia baseada no Euro. Já o Amapá, isolado do restante do Brasil por vias terrestres, conecta-se por terra com o território francês, por meio da ponte binacional franco-brasileira. Na fronteira com o Suriname, por outro lado, predomina a floresta densa, o que dificulta o estabelecimento de uma dinâmica fronteiriça cotidiana.

Outro aspecto relevante diz respeito ao número reduzido de municípios na FF-AP: são apenas oito cidades, em contraste com estados como Paraná (139) e Rio Grande do Sul (197), que ultrapassam 100 municípios em suas respectivas faixas de fronteira.

Diante desse cenário, surgiu o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amapá (PDIFF-AP), resultado de uma articulação entre a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), por meio do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF), e a Secretaria de Relações Internacionais e Comércio Exterior do Estado do Amapá (SECRICOMEX), com financiamento do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), sob a liderança do Ministro Waldez Góes. A elaboração do plano foi realizada por pesquisadoras da UNIFAP, tanto da graduação quanto da pós-graduação, em conjunto com a equipe coordenadora.

Foram 18 meses de trabalho contínuo, com um total de 104 reuniões técnicas, 11 trabalhos de campo e uma missão internacional com destino às capitais da Guiana Francesa e do Suriname. Ao longo das missões, foram mobilizados cerca de 250 atores locais, os quais participaram ativamente da elaboração deste plano.

O PDIFF-AP teve como objetivo a realização de uma análise abrangente dos oito municípios que compõem a FF-AP: Oiapoque, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari,

Ferreira Gomes, Calçoene, Amapá, Serra do Navio e Pracuúba. A pesquisa concentrou-se em oito áreas temáticas fundamentais: Setor Produtivo, Turismo, Educação, Infraestrutura, Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Comunidades Tradicionais – esta última particularmente representativa das demandas da região amazônica. Esses eixos guardam significativas simetrias com os grupos temáticos discutidos em nível nacional para a formulação da Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON), elemento essencial de uma Política Nacional de Fronteiras (PNFRON), quais sejam: Eixo 1- Segurança; Eixo 2- Desenvolvimento Sustentável, Eixo 3- Integração Regional; Eixo 4- Direitos Humanos.

Determinados setores enfrentaram desafios em relação à disponibilidade de literatura e dados específicos dos municípios da FF-AP, como Segurança, Setor Produtivo e Comunidades Tradicionais, uma vez que as informações publicamente disponíveis se referiam ao estado do Amapá como um todo, sem produções específicas sobre os municípios da FF-AP. Na primeira fase, para suprir essa lacuna, foram obtidas informações através de entrevistas semiestruturadas, as quais foram posteriormente validadas através de consulta à literatura acadêmico-científica, produções técnicas e veículos midiáticos.

Ressalta-se ainda que tais áreas não foram tratadas de forma isolada: adotou-se uma abordagem transversal, com o objetivo de identificar e compreender os temas entrelaçados entre os eixos. Ademais, cada setor foi analisado em sua inter-relação com os contextos do Brasil, da Amazônia Legal e da própria FF-AP.

O PDIFF-AP reúne os perfis dos municípios da FF-AP, apresentando informações historiográficas, dados demográficos e aspectos geográficos, socioeconômicos e culturais. Traz também um diagnóstico da faixa de fronteira, por áreas temáticas, com dados organizados em níveis local e regional, além da análise das inter-relações entre os municípios a partir de cada eixo temático, incluindo a aplicação da metodologia SWOT/FOFA para cada setor. Como resultado do processo participativo com representantes locais, o documento apresenta uma carteira de projetos elaborada a partir das demandas identificadas nos oito eixos temáticos, contemplando as especificidades de cada município da FF-AP.

As referidas inter-relações correspondem às conexões e diversas trocas e influências mútuas que ocorrem entre os municípios limítrofes. São compreendidas como relações sociais, econômicas, culturais, políticas, ambientais, de segurança e defesa que envolvem tanto atores estatais quanto não estatais, em múltiplas escalas. O PDIFF-AP não se limitou à coleta de percepções isoladas de cada município, mas buscou capturar as inter-relações e os fluxos que configuram a dinâmica territorial da FF-AP. Esse olhar sistêmico permitiu identificar desafios e oportunidades que ultrapassam os limites administrativos, promovendo um planejamento que

valoriza as particularidades de cada município e, ao mesmo tempo, reconhece as conexões regionais como elemento para a formulação de políticas públicas eficazes.

O PDIFF-AP representa uma ação colaborativa entre academia, poder público e sociedade, voltada ao desenvolvimento socioeconômico da FF-AP. Durante todo o processo de construção do plano, houve diálogo contínuo com atores e lideranças locais dos oito municípios, desde a fase de entrevistas e oficinas até as consultas participativas voltadas à validação dos projetos incluídos na carteira. A valorização tanto dos conhecimentos técnicos e burocráticos dos agentes de Estado quanto do conhecimento empírico de atores comunitários foram essenciais para consolidar o representativo do plano.

Para além disso, importa destacar a relevância da formação dos 21 pesquisadores que se voltaram a atividades que ultrapassaram os limites da produção acadêmico-científica. Tornou-se possível o desenvolvimento de habilidades técnicas, metodológicas e de trabalho de campo na Amazônia, o que os torna capacitados para ir além, com a multiplicação de pesquisas e projetos relativos à Amazônia Legal e à faixa de fronteira do Amapá.

Por fim, agradecemos ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional e ao senhor Ministro Antônio Waldez Góes da Silva, pelo financiamento e apoio técnico prestado através da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, em especial à Coordenação Geral de Gestão do Território. Reconhecemos também o apoio do Governo do Estado do Amapá, através da Secretaria Relações Internacionais e Comércio Exterior, aos secretários Lucas Abrahão Rosa Cezário de Almeida e Fabrício Penafort Gonçalves, na mobilização e articulação local. Às prefeituras dos municípios da faixa de fronteira, aos atores locais, órgãos públicos e privados, pela participação e contribuição durante as etapas do PDIFF-AP.

## METODOLOGIA

A metodologia adotada para a construção do PDIFF-AP foi estruturada a partir de dois eixos orientadores: a participação social e as inter-relações existentes na faixa de fronteira. O principal objetivo foi a elaboração de um diagnóstico situacional dos municípios da faixa de fronteira, culminando na proposição de uma carteira de projetos voltada ao desenvolvimento sustentável e integrado da região. O desenvolvimento do PDIFF-AP foi realizado em 3 etapas: Capacitações e Levantamento de Dados, Oficinas de Diagnóstico e Oficinas de Carteira de Projetos.

A primeira etapa consistiu no processo de formação e capacitação da equipe de pesquisadores, composta por servidores e estudantes de graduação e pós-graduação (mestrandos) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Essa fase contemplou o nivelamento teórico-metodológico da equipe, com foco nas especificidades da faixa de fronteira, nos eixos temáticos abordados no plano, bem como, na organização das dinâmicas operacionais do projeto, que contou com reuniões semanais e acompanhamento contínuo de forma remota através das plataformas *Google Meet* e *Notion*.

Além disso, foram realizadas reuniões formativas com especialistas externos, representantes do MIDR, professores de universidades federais (UNIFAP, UFRJ, UFRGS) e membros do Governo do Estado do Amapá, que contribuíram com importantes aportes teóricos e metodológicos.

Na primeira etapa também buscou-se elaborar um compilado bibliográfico desenvolvido a partir de acervos físicos e digitais. Esse levantamento de bibliografia focou na análise de artigos, trabalho de conclusão de curso (TCC), dissertações, teses, trabalhos técnicos e institucionais (IBGE, IPEA, MIDR entre outros) com recortes territoriais diversos e contemplando diversas escalas, como “Amazônia”, “estado do Amapá” e “municípios da faixa de fronteira”.

Esse agrupamento de pesquisas auxiliou na construção de um diagnóstico prévio a partir da análise de dados secundários com a intenção de validá-los posteriormente durante as visitas de campo e na sistematização de informações gerando produtos como mapas, gráficos, tabelas e relatórios para os oito municípios abrangidos (Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba e Serra do Navio), considerando oito eixos temáticos: Turismo, Meio Ambiente, Saúde, Comunidades Tradicionais, Educação, Segurança, Infraestrutura e Setor Produtivo.

A primeira etapa foi concluída com a elaboração do Relatório Preliminar de Diagnóstico e dois instrumentos estratégicos: o Mapeamento de Lideranças Locais e o Quadro de Interseccionalidades Temáticas. Este último constituiu uma ferramenta analítica fundamental para compreensão das sobreposições e inter-relações entre os diferentes eixos temáticos, orientando as ações de campo e a formulação de políticas integradas.

A segunda etapa foi marcada pela realização da pesquisa de campo e das Oficinas de Diagnóstico com o objetivo de validar e aprofundar os dados secundários por meio da escuta qualificada de lideranças e atores locais. Em Oiapoque e Laranjal do Jari foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com atores locais, e nos demais municípios foram promovidas oficinas de diagnóstico com a participação de atores locais.

Cada oficina seguiu o roteiro: apresentação institucional do PDIFF-AP, organização dos participantes em dois grupos temáticos (Grupo A: Turismo, Setor Produtivo, Infraestrutura e Meio Ambiente e Grupo B: Comunidades Tradicionais, Segurança Educação e Saúde) para aplicação da metodologia SWOT/FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), adaptada à realidade local e encerramento.

A análise SWOT/FOFA permitiu a identificação de elementos internos e externos que afetam diretamente a capacidade de desenvolvimento dos municípios, oferecendo uma análise estratégica e orientada à construção de soluções.

A terceira e última etapa consistiu nas Oficinas de Carteira de Projetos, voltadas à formulação participativa da Carteira de Projetos do PDIFF-AP, com base nos diagnósticos consolidados nas fases anteriores.

Inicialmente, a equipe mapeou projetos dentro dos oito eixos temáticos, priorizando modelos passíveis de inspiração ou adaptação, considerando a realidade dos municípios da FF-AP, e projetos de implementação imediata (acessados através de editais, como ONG's, agências de fomento, fundos de investimento, entre outros). Também consideramos projetos estruturantes conforme aos cenários sociais da FF-AP, exemplo do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Foram elaborados formulários temáticos com listas de modelos de projetos para cada temática. Durante as oficinas, os participantes foram convidados a selecionar cinco projetos, por temática, considerados mais relevantes para seus respectivos municípios. Adicionalmente, puderam sugerir novos modelos por meio de uma seção aberta de sugestões, o que garantiu a incorporação de perspectivas locais não previstas inicialmente pela equipe técnica.

Todo o processo de construção da carteira manteve como princípio central a participação social, assegurando que os projetos priorizados refletissem efetivamente as demandas,



necessidades e potencialidades locais. Como resultado, consolidaram-se a carteira de ações prioritárias para o desenvolvimento da faixa de fronteira no estado do Amapá.

Destaca-se, ainda, a realização de uma oficina específica com representantes indígenas no Conselho de Caciques e Cacicás dos Povos Indígenas de Oiapoque (CCPIO), a convite do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ), que contou com a participação de cerca de 50 lideranças indígenas, sendo elas: *Karipuna*, *Palikur*, *Galibi Marworno* e *Galibi Kalinã*. Nesse encontro, foram debatidas as principais problemáticas que afetam as aldeias, resultando na seleção e validação de 13 projetos voltados às comunidades tradicionais.

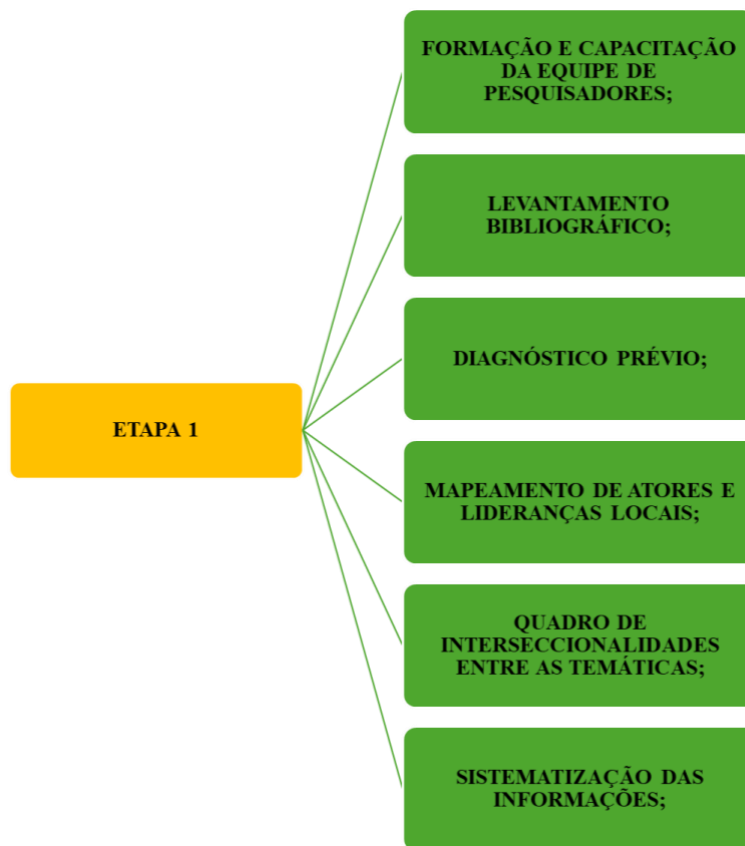
A metodologia adotada na elaboração do PDIFF-AP caracterizou-se por sua abordagem participativa, sensível e orientada à realidade concreta dos municípios fronteiriços. Estruturada em três etapas interdependentes, a metodologia, possibilitou a articulação entre conhecimento técnico-científico e saberes locais, promovendo uma leitura crítica, integrada e estratégica do território.

Mais do que um diagnóstico ou levantamento de demandas, o plano consolida uma proposta estratégica e viável para o desenvolvimento sustentável e integrado da FF-AP. Trata-se de um instrumento orientador de políticas públicas, capaz de articular saberes, potencialidades regionais e ações concretas com foco na transformação social e territorial da região.

## **SÍNTESE METODOLÓGICA**

### **ETAPA 1**

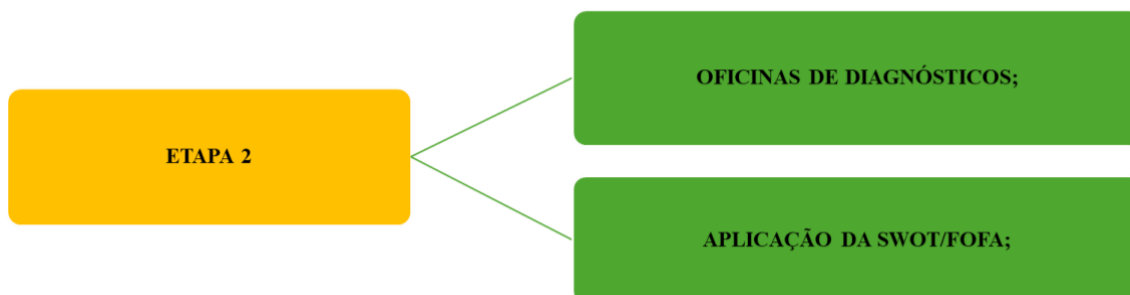
**Figura 1.** Síntese da Etapa 1



Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2025.

## **ETAPA 2**

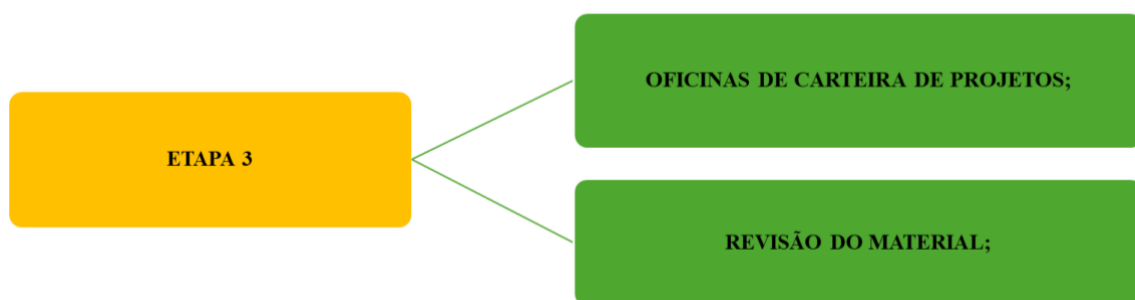
**Figura 2.** Síntese da Etapa 2



Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2025.

## **ETAPA 3**

**Figura 3.** Síntese da Etapa 3



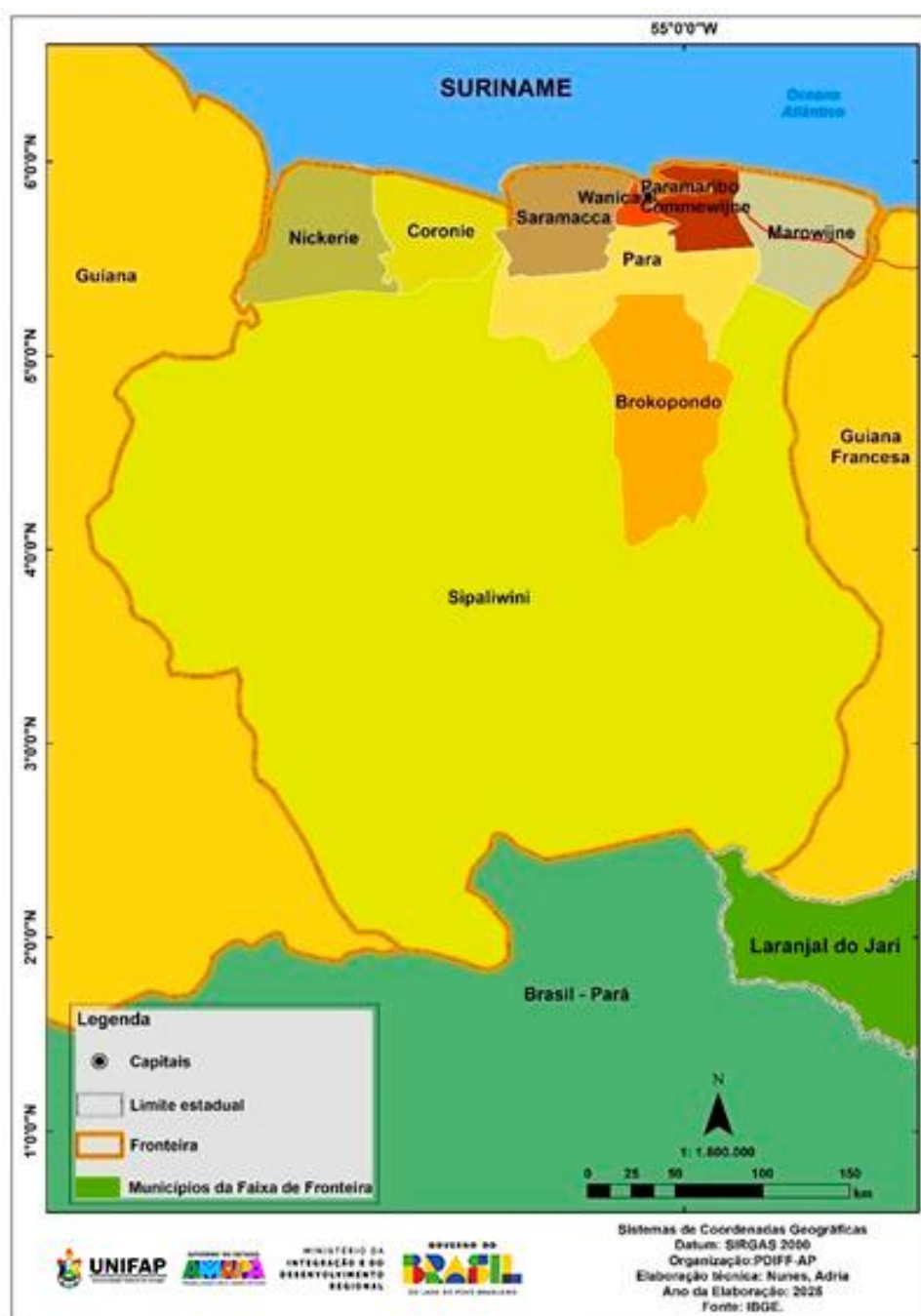
Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2025.

**RELAÇÕES  
TRANSFRONTEIRIÇAS  
ENTRE O AMAPÁ,  
GUIANA FRANCESA E  
SURINAME**

## SURINAME

O Suriname (Figura 4), oficialmente denominado de República do Suriname, é um país localizado ao norte da América do Sul, limitado a oeste pela Guiana, a leste pela Guiana Francesa, ao sul pelo Brasil e ao norte pelo Oceano Atlântico. Com cerca de 646.758 habitantes e uma área de 163.820 km<sup>2</sup>, é o menor país independente do continente em extensão territorial. Sua capital, Paramaribo, é também a maior cidade e o principal centro político, econômico e cultural.

**Figura 4.** Mapa de localização do Suriname



Habitado originalmente por povos indígenas, o território do atual Suriname foi disputado por potências europeias até ser colonizado pelos britânicos no século XVII. Com a abolição da escravidão em 1863, intensificou-se a imigração de trabalhadores de países como Índia, Indonésia e China, o que resultou em grande diversidade étnica e cultural. Em 1975, o Suriname conquistou a independência dos Países Baixos, mantendo, no entanto, fortes vínculos econômicos e políticos com a antiga metrópole, além de uma expressiva herança cultural — tendo o holandês como idioma oficial, embora outros idiomas, como inglês, hindustani caribenho, javanês e o dialeto *sranan tongo*, sejam amplamente utilizados no cotidiano.

O Suriname é uma república democrática com um sistema político baseado em uma constituição promulgada em 1987. O poder executivo é exercido pelo presidente, que é tanto o chefe de Estado quanto o chefe de governo. O presidente é eleito pela Assembleia Nacional, o parlamento unicameral do país, composto por 51 membros eleitos por voto popular para mandatos de cinco anos. A diversidade étnica do país reflete-se politicamente, e muitos de seus partidos políticos têm base em grupos étnicos específicos.

A economia do país depende da exportação de recursos naturais, como bauxita, ouro e petróleo, além da agricultura e do turismo. No entanto, o Suriname enfrenta desafios como a desigualdade social, a corrupção e a dependência excessiva de *commodities*.

Em relação às fronteiras, o Suriname está envolvido em litígios com a Guiana Francesa e a Guiana, herdadas do período colonial e reacendidas pela descoberta de recursos naturais, como ouro e petróleo nas áreas contestadas.

Com a Guiana Francesa, a controvérsia centra-se na delimitação da fronteira sul, especificamente na origem do rio Maroni, que os franceses atribuem ao rio *Tapahony*, enquanto o Suriname defende ser o rio *Lawae*. Apesar de arbitragens no passado, o conflito permanece sem solução. Embora o Suriname priorize relações econômicas e cooperação com a França, dada a importância das remessas e dos projetos bilaterais.

Já com a Guiana, as disputas abrangem a soberania sobre o rio *Corentyne* e a região do Triângulo do *New River*, além de uma controvérsia marítima resolvida parcialmente em 2007 pelo Tribunal Internacional do Direito do Mar, que concedeu à Guiana a maior parte da área em litígio. Apesar da insatisfação surinamesa com o resultado, o país aceitou a decisão, mantendo, no entanto, suas reivindicações nos mapas oficiais. Esses conflitos ilustram os desafios geopolíticos de um país pequeno, cujas fronteiras são marcadas por riquezas naturais e legados coloniais ainda não totalmente superados (Correa, 2015).



## **Relações Amapá-Suriname**

O Suriname e o Brasil, por meio do Amapá, compartilham 52 quilômetros de fronteira terrestre. Não há ligação terrestre entre os dois, pois a fronteira encontra-se em uma região de densa cobertura vegetal e áreas de proteção ambiental e terras indígenas.

Diferentemente da vizinha Guiana Francesa, o Amapá e o Suriname possuem um histórico modesto de relações. Porém, com os novos esforços do Governo Federal para estabelecer uma rota de integração na Região das Guianas, e do governo do estado em estreitar relações com seus vizinhos internacionais, nos últimos anos algumas ações de cooperação e parceria entre o Suriname e o Amapá tomaram forma.

Em fevereiro de 2024, uma comitiva do Amapá, composta por representantes da SECRICOMEX, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP) e da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), realizou uma visita ao Suriname para firmar um diálogo com o país, visando o estreitamento das relações de ambos. Como resultado, na 53ª Expofeira, que aconteceu em setembro de 2024, o Amapá recebeu uma delegação surinamesa chefiada pelo Cônsul-Geral do Suriname no país, Wendell Alphons. Essa foi a primeira recepção oficial de um representante do país no estado.

Em novembro de 2024, uma delegação amapaense participou da 2ª Conferência de Águas do Bio-Plateaux, em Paramaribo, capital do Suriname. O objetivo do evento era fortalecer a cooperação regional do Escudo das Guianas para a gestão hídrica dos rios Oiapoque e Maroni, além do compartilhamento de informações, discussões acerca de bioeconomia e desenvolvimento sustentável da região. Essa conferência faz parte do Projeto Bio-Plateaux, da Guiana Francesa, que conta com o Suriname e o Amapá como parceiros.

Entre os dias 21 de fevereiro e 1º de março de 2025, a equipe do PDIFF-AP realizou uma missão internacional na Guiana Francesa e no Suriname. O objetivo da missão foi fortalecer articulações institucionais, identificar boas práticas e coletar dados sobre iniciativas regionais relevantes ao desenvolvimento integrado da faixa de fronteira. No Suriname, as atividades foram especialmente significativas para fomentar parcerias em áreas estratégicas, tais como comunidades tradicionais, defesa nacional, desenvolvimento sustentável e integração regional.

**Figura 5.** Missão internacional em Suriname



Fonte: Acervo PDIFF-AP, 2025.

Uma das primeiras agendas foi a visita à Associação de Lideranças das Comunidades Indígenas (VIDS), importante organização representativa dos povos indígenas do Suriname. O encontro permitiu uma rica troca de experiências sobre políticas voltadas às comunidades tradicionais, ressaltando pontos em comum com a realidade amazônica do Amapá. As discussões abriram caminhos para futuras colaborações em projetos de valorização cultural, fortalecimento da governança indígena e gestão territorial participativa.

A equipe também foi recebida no Instituto de Educação e Treinamento para Defesa, vinculado ao Ministério da Defesa do Suriname. A reunião abordou a possibilidade de cooperação acadêmica nas áreas de segurança e defesa, considerando os desafios compartilhados por países amazônicos no monitoramento de suas fronteiras e no enfrentamento a ilícitos transnacionais. A troca de experiências com a instituição reforça o caráter multissetorial do PDIFF-AP, ao considerar a segurança como eixo transversal para o desenvolvimento.

Outro momento importante da missão foi a visita institucional à UN House, sede das Nações Unidas em Paramaribo. A equipe foi acolhida por Ruben Martoredjo, coordenador de projetos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Suriname. O encontro proporcionou o compartilhamento de experiências e metodologias sobre desenvolvimento social, ambiental e econômico, com destaque para práticas de sustentabilidade em contextos fronteiriços. O diálogo também permitiu identificar sinergias com projetos apoiados pelo PNUD no Brasil e na região do Caribe.

A missão foi concluída com um encontro na Embaixada do Brasil no Suriname, onde o projeto foi oficialmente apresentado ao embaixador brasileiro, Felipe Santarosa. A reunião reforçou a importância estratégica da integração regional entre o Amapá e os países vizinhos, e

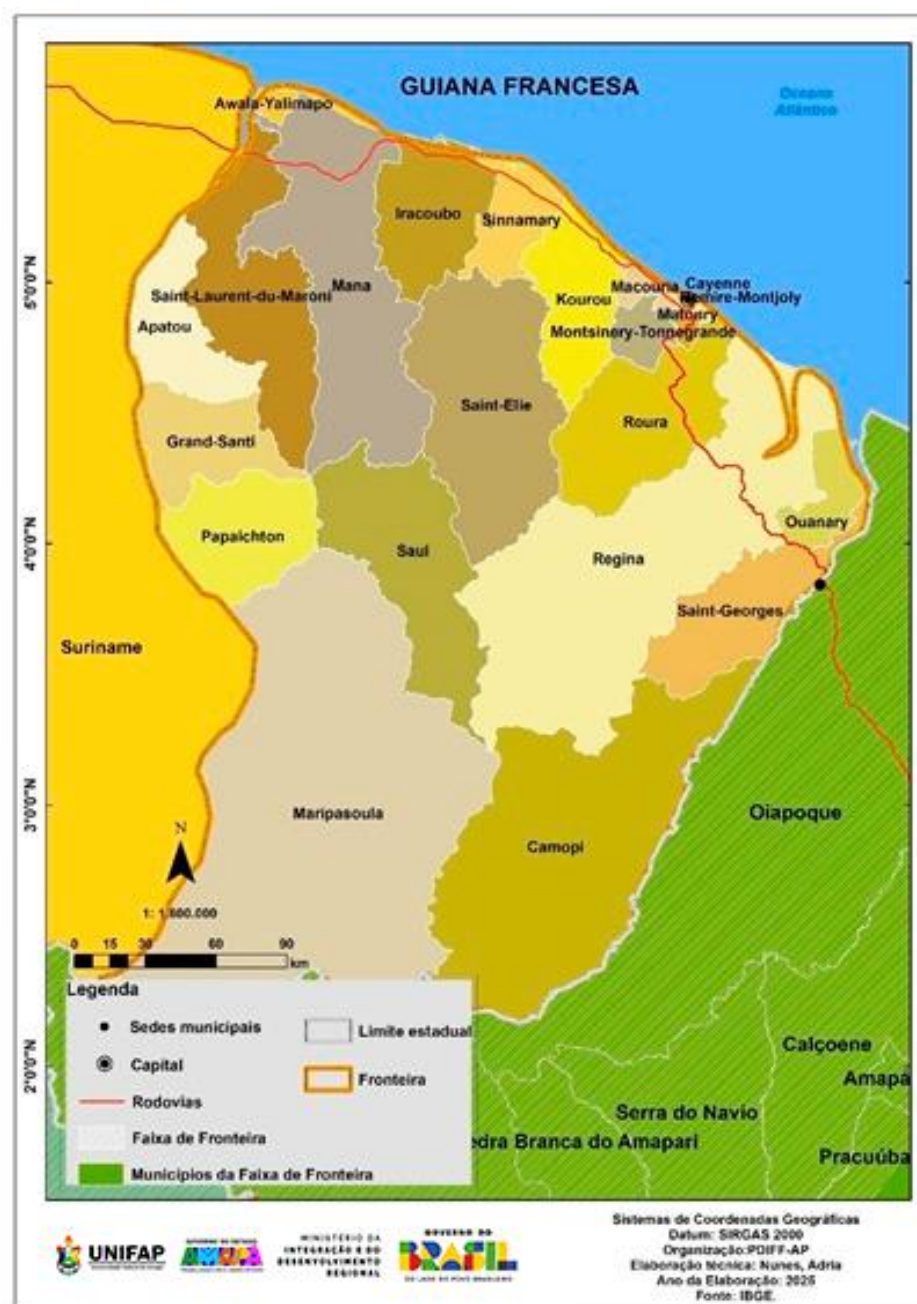
destacou o papel do PDIFF-AP como instrumento de articulação e cooperação sul-americana. A presença diplomática brasileira no Suriname mostrou-se uma aliada fundamental para o fortalecimento das conexões institucionais estabelecidas durante a missão.

Em síntese, o trabalho de campo desenvolvido no Suriname ampliou significativamente o horizonte de cooperação internacional do PDIFF-AP, promovendo o intercâmbio de experiências e estabelecendo pontes para ações conjuntas com impacto direto na faixa de fronteira do Amapá. As instituições visitadas demonstraram disposição para o diálogo e apontaram possibilidades concretas de parcerias futuras, fortalecendo o papel do Amapá como elo ativo entre o Brasil e seus vizinhos amazônicos.

## GUIANA FRANCESA

A Guiana Francesa (Figura 6) é uma coletividade territorial ultramarina da França situada na costa nordeste da América do Sul. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao leste e ao sul com o Brasil, e a Oeste com o Suriname. Com cerca de 83.534 km<sup>2</sup>, é a maior região francesa em extensão territorial, mas também a menos densamente povoada. Sua população é de aproximadamente 312.269 habitantes, concentrando-se principalmente na capital, Caiena, que atua como centro administrativo, econômico e cultural do território.

**Figura 6.** Mapa de localização da Guiana Francesa



Organização: PDIFF-AP, 2025.

Após a Segunda Guerra Mundial, passou por um processo de integração mais profunda com a França, tornando-se um departamento ultramarino em 1946 e, posteriormente, uma região ultramarina em 1982. Em 2015, a região ganhou status de coletividade territorial única, o que significa dizer que o país ainda pertence à França, porém com mais autonomia administrativa. Sendo parte integrante da República Francesa e da União Europeia (UE), a Guiana Francesa é o único território europeu na América do Sul.

A Guiana Francesa é governada por um prefeito nomeado pelo governo francês, que representa o Estado, e por uma Assembleia Territorial, eleita localmente, que administra os assuntos regionais. Além disso, a Guiana Francesa elege representantes para o Parlamento francês e para o Senado.

Apesar de ser parte da França e da UE, a Guiana Francesa enfrenta desafios socioeconômicos significativos, como desigualdade, desemprego e infraestrutura deficiente. Em 2017, protestos e greves generalizadas levaram a um acordo com o governo francês para aumentar os investimentos no território, visando melhorar as condições de vida e impulsionar o desenvolvimento econômico.

A economia da Guiana Francesa baseia-se principalmente no setor público e na dependência da França. Mais da metade das exportações destinam-se à França continental e 25% do seu PIB anual advém da Base Espacial de *Kourou*, uma estação de lançamento de satélites comandada pela Agência Europeia Espacial. Além disso, há produção agrícola para consumo interno e mineração.

### **Relações Amapá-Guiana Francesa**

O estado do Amapá e a Guiana Francesa compartilham 730 km de fronteira, o que torna o Brasil a maior fronteira terrestre da França. Delimitada pelo Rio Oiapoque, essa fronteira abriga as cidades-gêmeas Oiapoque e *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, que concentram um grande fluxo de pessoas em trânsito entre os dois países por meio de barcos de pequeno e médio porte (as catraias). Essa dinâmica fronteiriça, muitas vezes, supera os entraves burocráticos de controle migratório exigidos nos postos alfandegários e imigratórios da Ponte Binacional, que liga o Amapá à Guiana Francesa por terra.

Por essa razão, o estado do Amapá e a Guiana Francesa mantêm uma relação histórica voltada à solução de questões fronteiriças em comum, como imigração ilegal, tráfico de pessoas, mercadorias e drogas, epidemias e doenças endêmicas. Além disso, o bioma compartilhado e a vulnerabilidade econômica de ambos favoreceram o fortalecimento do diálogo governamental para cooperação e compartilhamento de informações.

Os primeiros contatos institucionais ocorreram na década de 1990, quando o então governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, buscava superar o isolamento geográfico, político e econômico do estado por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA). Em visita a Caiena, o governador apresentou o PDSA ao governo guianense, estabelecendo o primeiro vínculo para a construção de laços transfronteiriços.

Em 1996, os dois governos subnacionais assinaram uma Declaração de Intenções em matéria de Cooperação Transfronteiriça (CT) nas áreas de infraestrutura, turismo, meio ambiente, pesquisa, educação, cultura, esporte, segurança e imigração. Na mesma ocasião, durante uma visita presidencial à França Hexagonal, o governador do estado apresentou aos dois presidentes a importância da cooperação entre Amapá e Guiana Francesa, resultando na assinatura do Acordo-Quadro de cooperação entre os dois países. Esse acordo permitia o desenvolvimento de ações internacionais com autorização dos governos centrais e facilitava o diálogo institucional entre os entes subnacionais.

Entre as medidas previstas no Acordo-Quadro, destaca-se a criação da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França (CMT), comissão deliberativa bianual, realizada alternadamente entre Macapá e Caiena, reunindo diversos atores para operacionalizar ações de cooperação em temas como circulação de pessoas, segurança, defesa, infraestrutura, educação, saúde, meio ambiente e cultura.

Ao todo, foram realizadas 13 reuniões da CMT, sendo a última entre 11 e 13 de junho de 2024. A comissão teve uma interrupção de quatro anos, de 2019 a 2022, devido às relações conturbadas entre os governos brasileiro e francês.

Além da CMT, principal mecanismo das relações transfronteiriças, Amapá e Guiana Francesa estão cada vez mais próximos institucionalmente, impulsionados pelos esforços do governo amapaense desde os anos 1990. Inicialmente, a Assessoria de Relações Internacionais, vinculada à Agência de Desenvolvimento do Amapá, era responsável pelo assessoramento dessas relações. Em 2023, essa função passou à recém-criada SECRICOMEX, que assumiu a paradiplomacia do estado e a assistência a outras secretarias com atuação internacional.

Criado em 2012, o Conselho do Rio Oiapoque é uma instância consultiva semestral, que acontece de forma alternada entre as cidades de Oiapoque e *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, e serve de forma propositiva à CMT. O objetivo principal do Conselho do Rio é propor uma escuta de demandas locais dos dois municípios em diversos temas, para estabelecer propostas resolutivas que serão levadas pelos dois governos para serem debatidas e aprovadas na CMT. O Conselho está, atualmente, em sua sétima edição, que aconteceu em 12 de fevereiro de 2025.



Na área de Segurança, o Centro de Cooperação Policial (CCP), iniciado em 1997, foi fisicamente instituído em 2010, na cidade de *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, a fim de combater crimes transfronteiriços e reduzir o intercâmbio de ilícitos. Composto por quatro policiais franceses (três da *Gendarmerie Nationale* e um da polícia de fronteira) e dois brasileiros (um da Polícia Federal e um da Polícia Rodoviária Federal), o CCP negocia, conforme proposta na CMT, a ampliação da participação brasileira com representantes da Polícia Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros. Além disso, há uma expressiva cooperação militar entre os exércitos brasileiro e francês no patrulhamento da fronteira, e entre os Corpos de Bombeiros, com destaque para as atividades conjuntas em Oiapoque, incluindo treinamentos e operações de resgate e combate a incêndios.

Outra cooperação relevante entre os dois entes subnacionais ocorre na área da saúde. Instituído em 2022, o Programa Transfronteiriço de Vigilância Sanitária (PTVS) é coordenado pela Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS), no Brasil, e pela Agência Regional de Saúde (ARS), na Guiana Francesa. O programa reforça a vigilância sanitária na região de fronteira, auxiliando na detecção, alerta e resposta rápida a emergências epidemiológicas, contribuindo para a redução de riscos à saúde pública. Também abrange monitoramento epidemiológico e biológico, gestão de sinais, formação e pesquisa. Em 2024, foi realizada a Semana da Saúde na Fronteira, com palestras, oficinas, visitas técnicas e ações de prevenção em Oiapoque e *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, incluindo comunidades indígenas da região. A proposta é que o evento ocorra anualmente, promovendo o intercâmbio de informações e a integração das equipes de saúde dos dois países.

A cooperação educacional entre Amapá e Guiana Francesa é significativa. Um Acordo de Cooperação entre o Rectorat, ligado ao Ministério da Educação da França, e a Secretaria de Educação do Estado do Amapá (SEED) promove formações, cursos, palestras e intercâmbios para professores de ambos os países. O foco é fortalecer o ensino da língua francesa no Amapá e o ensino de português na Guiana, especialmente em Oiapoque e *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, este último com classes bilíngues devido à alta presença de alunos brasileiros. Um exemplo é o Estágio Amazônico, que seleciona professores guianenses de português para cursos no Amapá e, no ano seguinte, leva professores amapaenses de francês para a Guiana. Em 2025, começaram os intercâmbios de alunos da rede pública, promovendo troca de experiências e o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes.

No eixo de Meio Ambiente, o Amapá participa do projeto Bio-Plateaux, coordenado pela Guiana Francesa e financiado pelo Programa de Cooperação Interreg Amazônia (PCIA). O objetivo do projeto é promover o compartilhamento de dados e experiências sobre água e



biodiversidade nas bacias do rio Maroni, na fronteira com o Suriname, e do rio Oiapoque, na fronteira com o Brasil. A primeira fase consistiu no compartilhamento de informações e desenvolvimento de trabalhos técnicos conjuntos. A fase atual visa à criação de um observatório transfronteiriço para gestão de recursos hídricos compartilhados. O projeto conta com a parceria da Universidade Anton de Kom do Suriname (AdeKUS) e da SECRICOMEX.

A Guiana Francesa também participa da Expofeira, uma feira de negócios amapaense, onde recebe convite oficial do governo do Amapá e estandes gratuitos para promoção de negócios franceses. A mais recente cooperação entre os dois entes subnacionais foi a assinatura de uma Declaração de Intenção para participação conjunta na COP30, em Belém do Pará, em novembro de 2025. O governador do Amapá, Clécio Luís, e o vice-presidente da Coletividade Territorial da Guiana Francesa, Jean-Paul Ferreira, assinaram o documento, reafirmando o compromisso de fortalecer o discurso da Amazônia e promover ações concretas para o desenvolvimento sustentável da região.

Durante a missão internacional realizada entre os dias 21 de fevereiro e 1º de março de 2025, a equipe do PDIFF-AP também desenvolveu uma agenda estratégica na Guiana Francesa, voltada ao fortalecimento das relações institucionais e à construção de parcerias para o desenvolvimento regional. As atividades contribuíram para aprofundar o diagnóstico das conexões transfronteiriças entre o Amapá e o território ultramarino francês, além de identificar oportunidades concretas de cooperação nos campos político, acadêmico e social.

**Figura 7.** Missão internacional na Guiana Francesa



Fonte: Acervo PDIFF-AP, 2025.

Um dos principais compromissos foi a reunião com representantes da Coletividade Territorial da Guiana (CTG), órgão responsável pelo governo regional da Guiana Francesa. A equipe do PDIFF/AP foi recebida pela vice-presidente Tiarrah Steenwinkel e por Rémy Budoc, representante oficial da CTG em Macapá. O encontro reafirmou o interesse mútuo na construção de projetos de cooperação binacional, com destaque para áreas como mobilidade, educação, meio ambiente e comunidades tradicionais. A presença da CTG no Amapá fortalece os canais de diálogo permanentes e a possibilidade de iniciativas conjuntas de médio e longo prazo.

Outro momento importante foi o encontro com o Cônsul-Geral do Brasil na Guiana Francesa, Demétrio Carvalho, ocasião em que o PDIFF/AP foi oficialmente apresentado como instrumento de planejamento e cooperação na fronteira norte do Brasil. A reunião possibilitou uma análise aprofundada das relações entre o Amapá e a Guiana Francesa, incluindo temas como comércio transfronteiriço, circulação de pessoas, infraestrutura e ações socioculturais. A escuta qualificada promovida pelo consulado foi essencial para alinhar perspectivas diplomáticas e acadêmicas sobre os desafios e potencialidades da integração regional.

A missão também incluiu uma visita à Universidade da Guiana, instituição com histórico de colaboração com universidades brasileiras, especialmente no contexto amazônico. A equipe do PDIFF/AP foi acolhida pela assessora de relações internacionais, Atilas Cardozo, e pelo pesquisador e professor Rosuel Pereira, ambos engajados em iniciativas de cooperação científica e educacional. A reunião destacou o papel da educação superior como vetor de integração transfronteiriça, abrindo possibilidades para parcerias em pesquisa, intercâmbio de estudantes e formação continuada para comunidades locais.



# **CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ E DOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA**

## ESTADO DO AMAPÁ

O estado do Amapá (Figura 8) está localizado na região Norte do Brasil, fazendo divisa com o estado do Pará através de Monte Dourado, distrito de Almeirim, e fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname. Sua capital é Macapá, e o gentílico do estado é adotado é “amapaense”. Com área territorial de 142.253,8 km<sup>2</sup>, o estado possui uma população de 733.759 habitantes, distribuída em 16 municípios: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho e Vitória do Jari (IBGE, 2022).

**Figura 8.** Mapa de localização do Estado do Amapá



Organização: PDIFF-AP, 2025.

Para o ano de 2024, a estimativa populacional apontava um crescimento de aproximadamente 802.837 residentes. A densidade demográfica do estado é relativamente baixa, apresentando uma média de 5,15 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). O estado foi criado como Território Federal por decreto presidencial de Getúlio Vargas, em setembro de 1943. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o território foi elevado à categoria de estado da federação (IBGE, 2022; Cavalcanti, 2023).

Embora o município de Amapá tenha sido indicado como capital, o capitão Janary Gentil Nunes, primeiro governador do estado, escolheu Macapá como capital, devido à sua posição estratégica no delta do Rio Amazonas, e pela presença da Fortaleza de São José de Macapá.

A história do estado permanece viva na memória amapaense, especialmente os episódios ligados à antiga disputa territorial com a França e ao processo de formação da identidade local. No estado, existem importantes expressões culturais, como o Marabaixo, reconhecido como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Cavalcanti, 2023).

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador que avalia aspectos como longevidade, educação e renda, o Amapá registra um valor de 0,688. Esse resultado posiciona o estado na 25ª colocação entre as 27 unidades federativas do país, evidenciando desafios significativos em termos de desenvolvimento social e qualidade de vida, especialmente nas regiões mais afastadas dos centros urbanos (IBGE, 2021).

Sob a ótica econômica, conforme informações divulgadas pelo Governo do Estado do Amapá (GEA, 2021), o Produto Interno Bruto (PIB) estadual atingiu o montante de R\$ 20,1 bilhões em 2021. Em comparação com o ano anterior, quando o PIB foi de R\$ 18,5 bilhões, observa-se um crescimento consistente da atividade econômica, impulsionado por setores como a administração pública, o comércio e a extração mineral. No entanto, a representatividade do Amapá na economia nacional permaneceu em 0,2%, mantendo a estabilidade observada ao longo dos últimos cinco anos.

Além disso, a posição geográfica do Amapá confere ao estado um papel estratégico para a inserção nos mercados europeu e caribenho. A fronteira terrestre com a Guiana Francesa, território ultramarino da União Europeia, permite o escoamento terrestre de mercadorias e serviços diretamente para o espaço europeu. Essa condição, combinada à saída para o Oceano Atlântico e à localização próxima à costa africana e às rotas caribenhas, insere o Amapá no eixo de conectividade internacional da Rota de Integração Sul-Americana “Ilha das Guianas”, coordenada pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). A Rota

conecta os estados do Amapá, Pará, Roraima e Amazonas aos países vizinhos — Guiana, Suriname e Guiana Francesa — e visa dinamizar o comércio exterior, ampliar investimentos logísticos e estimular cadeias produtivas integradas na Amazônia setentrional.

Do ponto de vista econômico, a relevância do Amapá é reforçada pelo seu posicionamento diante da Margem Equatorial Brasileira, área de grande interesse para a indústria petrolífera nacional. A descoberta de reservatórios de petróleo no bloco FZA-M-59, sob concessão da Petrobras, reacendeu as expectativas quanto ao potencial de exploração offshore no litoral amapaense. A viabilidade dessa exploração pode não apenas impactar a arrecadação estadual por meio de royalties, mas também impulsionar a demanda por serviços portuários, capacitação técnica e infraestrutura de apoio logístico, como retroáreas, terminais e sistemas viários.

Adicionalmente, o Amapá reúne uma das maiores proporções de áreas protegidas do país, com cerca de 73% do território coberto por Unidades de Conservação, Territórios Quilombolas e Terras Indígenas. Esse fator posiciona o estado estrategicamente no cenário ambiental nacional e internacional como referência em conservação, sendo um ativo para a atração de investimentos baseados em critérios de práticas de governança socioambiental (ESG), como os fundos climáticos e de bioeconomia. Essa configuração territorial cria condições favoráveis para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, como manejo florestal comunitário, turismo de natureza, pesquisas em biodiversidade e cadeias produtivas da sociobiodiversidade, articulando proteção ambiental com dinamismo econômico e integração regional.



## MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE

A Faixa de Fronteira do Amapá (FF-AP) é composta por oito municípios: Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba e Serra do Navio (Figura 9). A fronteira é marcada entre o município de Oiapoque e *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, na Guiana Francesa. Devido à proximidade geográfica e aos vínculos sociais, culturais e econômicos estabelecidos entre elas, são classificadas como “cidades-gêmeas” (IBGE, 2022).

**Figura 9.** Mapa de localização dos municípios da Faixa de Fronteira Amapaense



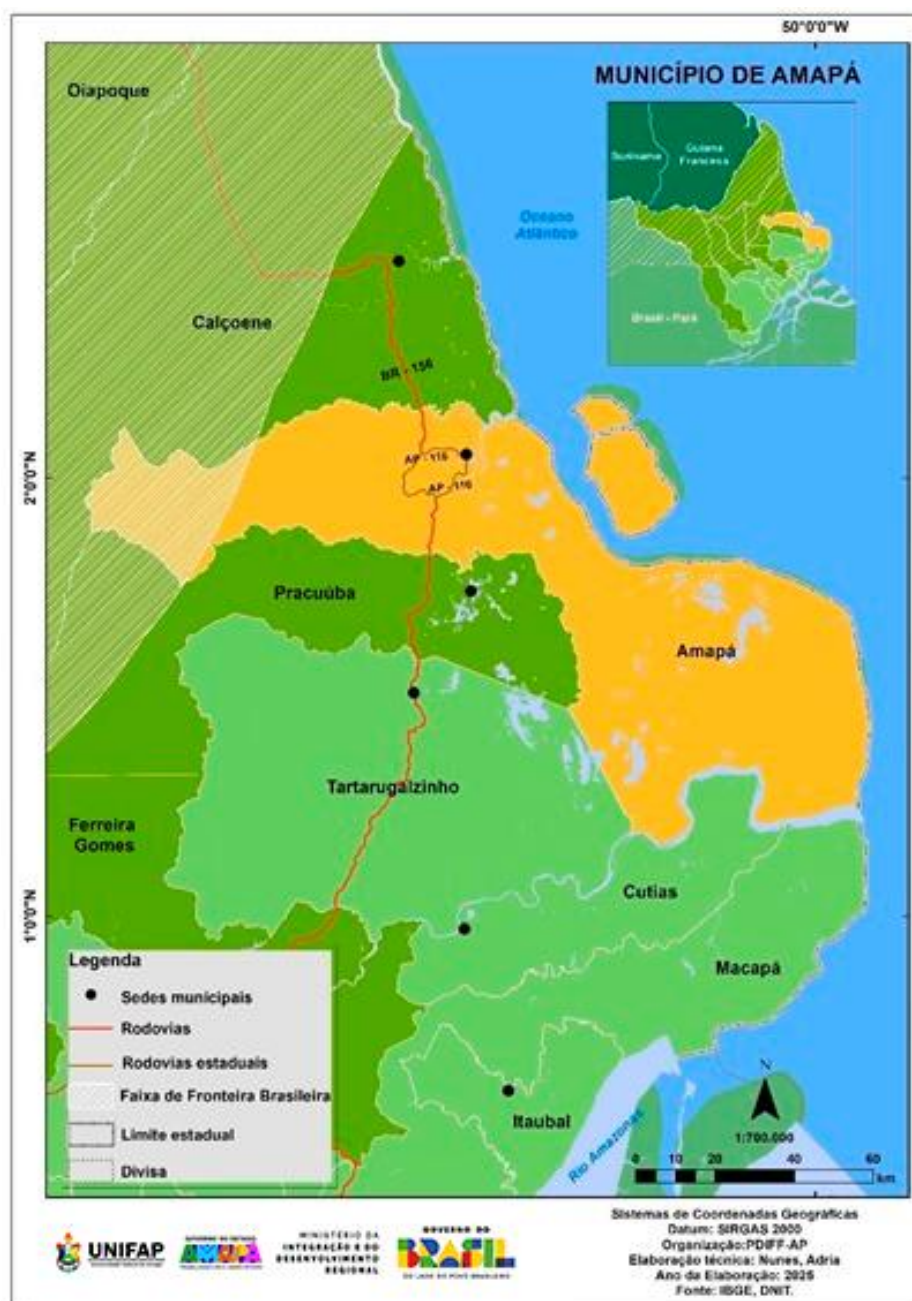
Organização: PDIFF-AP, 2025.

## MUNICÍPIO DE AMAPÁ

### Localização do município

O município de Amapá (Figura 10) está localizado na porção nordeste do estado, fazendo limite com Calçoene, Pracuúba, Tartarugalzinho, Cutias e Macapá. Criado pela Lei Estadual nº 798, em 22 de outubro de 1901. O município de Amapá inicialmente foi denominado de “Montenegro” até 1903, após esse período, passou a se chamar de Amapá. Seus limites atuais foram oficialmente definidos em 22 de dezembro de 1956, por meio da Lei Federal nº 3.055 (Prefeitura Municipal de Amapá, 2025).

**Figura 10.** Mapa de localização do município de Amapá



O município de Amapá está localizado a aproximadamente 300 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso à rodovia BR-156. De acordo com o último censo, a população do município é marcada por 7.943 habitantes, a população estimada para o ano de 2024 é de 8.434 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 8.454,846 km². Além da sede municipal, na área do município existem 12 comunidades e regiões: Amapá Grande, Araquicava, Base Aérea, Calafate, Cruzeiro, Paratu, Piquiá, Raimundo, Santo Antônio, Vista Alegre, Vulcão do Norte e Sucuriju. O gentílico adotado é “amapaense”.

### **Breve histórico do município**

A história do município de Amapá é marcada por disputas territoriais no extremo norte do Brasil e pela descoberta de minerais na região. Esses fatores despertaram o interesse de estrangeiros, cuja presença contribuiu para a consolidação da ocupação e posterior criação do município (Prefeitura Municipal de Amapá, 2025).

Em 1894 foi instituída na Vila do Amapá, uma junta governativa denominada de Triunvirato, com o objetivo de aplicar e desenvolver normas voltadas aos assuntos socioeconômicos locais. Após diversos conflitos provocados pela invasão francesa, em 1896 ocorreu a Intendência da Vila do Amapá. Posteriormente, em 1900, o Laudo Suíço foi assinado, e a partir desse documento se encerra definitivamente o fim das lutas pelas posses das terras, e em decorrência desses marcos históricos, em 1901 surge o município de Amapá (Prefeitura Municipal de Amapá, *op. cit.*).

### **Aspectos socioeconômicos do município**

O município de Amapá apresentou, em 2021, um PIB) de R\$ 159,5 milhões, ocupando a 12ª posição entre os municípios do estado, com participação de 0,79% no PIB total do estado (IBGE, 2023).

De modo geral, os setores mais fortes da economia rural do município de Amapá são a extração madeireira, a mandioca, a cana-de-açúcar, a bovinocultura e a produção de leite. Essas atividades concentram maior volume e valor de produção, além de boa produtividade técnica.

A diversidade de cultivos e a presença de recursos florestais conferem ao município condições favoráveis ao crescimento sustentável da produção rural, desde que amparadas por políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, regularização fundiária, infraestrutura logística e acesso a mercados.

### **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Amapá**

O município de Amapá apresenta oportunidades econômicas nas áreas de pecuária, agricultura e recursos florestais. A pecuária, especialmente com a produção de leite e queijo, desempenha um papel destacado na economia local, sendo uma das maiores do estado. A ampliação da produção leiteira e a agregação de valor, com destaque para o queijo manteiga, são estratégias promissoras para o fortalecimento do setor.

A implementação da "Rota do Leite", parte do programa "Rotas de Integração Nacional" do MIDR, também tende a impulsionar a produção e comercialização de leite, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região e ampliando as perspectivas de crescimento desse segmento.

A agricultura familiar se destaca com os cultivos de mandioca, cana-de-açúcar, milho e arroz. A diversidade de produtos alimentares e frutíferos amplia as possibilidades de expansão da atividade. Além disso, a extração legalizada de madeira e a produção de açaí têm relevância na economia local.

A aquicultura configura-se como uma alternativa estratégica para o município, especialmente pelo potencial de incremento na criação de tambaqui, tambacu e tambatinga — um setor com condições favoráveis para crescer e dinamizar a economia.

O ecoturismo e o turismo de aventura, impulsionados por atrações naturais como a Montanha da Pluma e a Corredeira do Topeca, contribuem para a diversificação econômica do município. Áreas protegidas, como a Reserva Biológica do Lago Piratuba e a Estação Ecológica de Maracá-Jipioca, oferecem condições propícias ao turismo ecológico e à pesquisa científica. A valorização do turismo cultural, com destaque para pontos históricos como o Museu da Base Aérea do Amapá, também desponta como um eixo de interesse local.

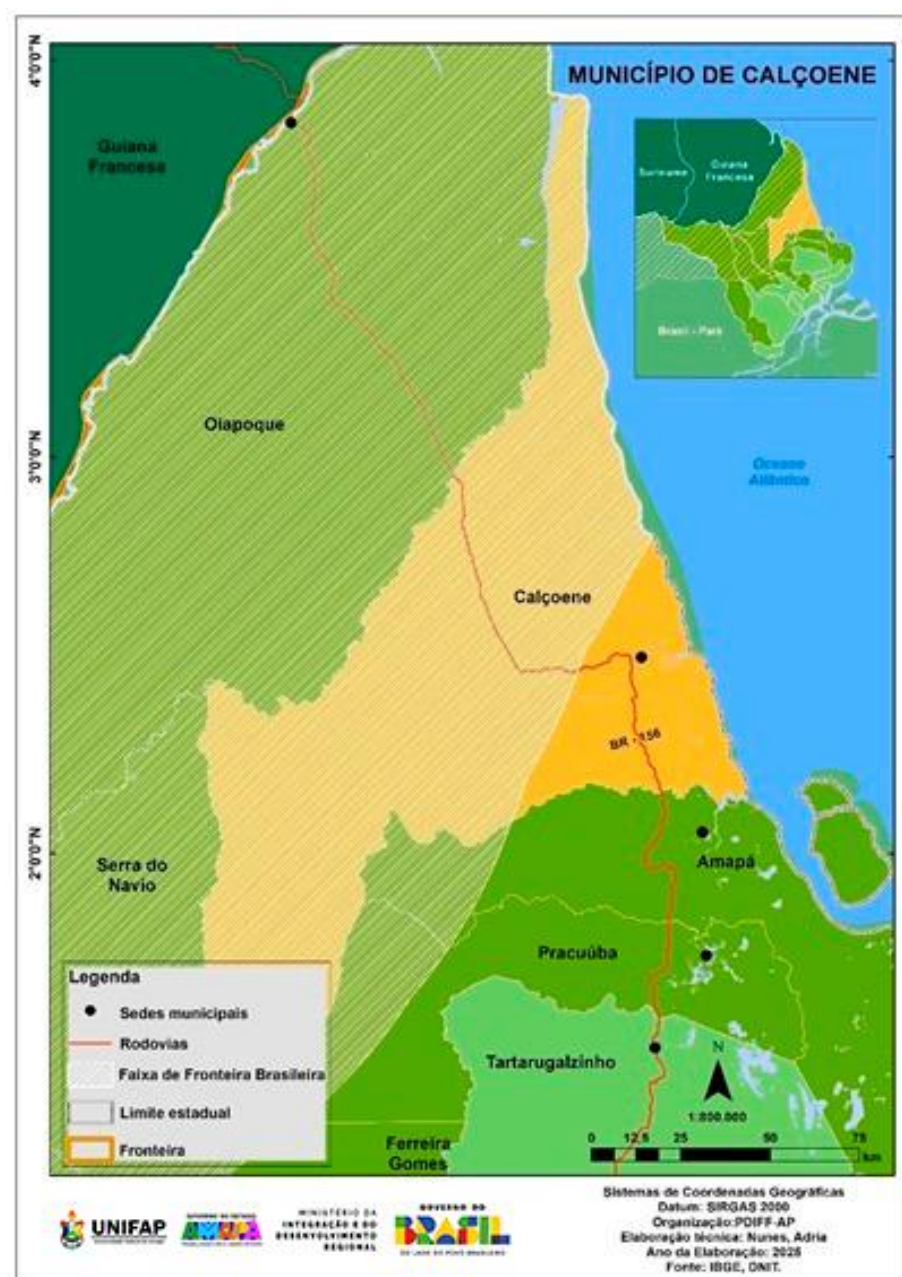


## MUNICÍPIO DE CALÇOENE

### Localização do município

O município de Calçoene (Figura 11) está localizado na região centro-noroeste do estado do Amapá, com parte de seu território inserido na zona costeira. Seus limites municipais são com Oiapoque, Amapá, Pracuúba e Serra do Navio. Foi oficialmente criado em 22 de dezembro de 1956, por meio da Lei Federal n. 3.055 (Prefeitura Municipal de Calçoene, 2025).

**Figura 11.** Mapa de localização do município de Calçoene



Organização: PDIFF-AP, 2025.

O município de Calçoene está localizado a aproximadamente 374 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso à rodovia BR-156. De acordo com o último censo, a população do município é marcada por 10.612 habitantes, a população estimada para o ano de 2024 é de 11.391 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 14.333 km². Além da sede municipal, na área do município existem dois distritos, Cunani e Lourenço, e duas comunidades, Carnot e Goiabal. O gentílico adotado é “calçoenense”.

### **Breve histórico do município**

O município de Calçoene teve origem como distrito denominado Calçoense, subordinado ao município de Amapá. Sua história remonta ao século XVII, a partir da exploração das minas auríferas do rio Calçoene, em 1893, o município de Calçoene ganhou destaque, atraindo migrantes da Guiana Francesa em busca de ouro (Prefeitura Municipal de Calçoene, 2025).

A fundação de Calçoene pode ser atribuída ao movimento de garimpeiros e faiscadores de ouro, além do fluxo de suprimentos para as minas. Antes de a região ser incorporada ao território brasileiro, exploradores construíram, no final do século XIX, uma estrada de ferro (*monorail*) que conectava Calçoene a Lourenço (IBGE, 2025).

No atual Distrito de Lourenço, em 1988, a mineradora Novo Astro implementou um grande empreendimento com a finalidade de extrair o ouro da região (Chagas, 2019). O distrito do Lourenço é uma importante área do município, com população de 2.371 mil habitantes (IBGE, 2024), que se originou da exploração de ouro e garimpagem artesanal e que nas décadas passadas abrigou empresas de exploração mineral, como a Mineração Novo Astro (MNA) e a Mineração Yukio Yoshidome (MYYSA), e que posteriormente foi assumido por uma cooperativa de garimpeiros, a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros do Lourenço (COOGAL) (Chagas, *op.cit*).

### **Aspectos socioeconômicos do município**

O município de Calçoene registrou, em 2021, um PIB de R\$ 182,1 milhões, ocupando a 11ª posição entre os municípios do estado do Amapá, com participação de 0,92% no PIB total do estado (IBGE, 2023). Em síntese, a base produtiva de Calçoene apresenta estrutura predominantemente familiar e extrativista, com forte dependência de recursos naturais e baixa mecanização. A aquicultura e a produção de mandioca mostram potencial para fortalecimento, enquanto o uso sustentável dos recursos florestais e a diversificação agrícola demandam políticas públicas de apoio técnico, crédito e comercialização.

## **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Calçoene**

Calçoene, devido à sua localização, desempenha um papel estratégico na integração fronteiriça e no fortalecimento do turismo internacional na região norte do Brasil. A partir das observações realizadas durante o trabalho de campo e com base na infraestrutura identificada no município, Calçoene se destaca como ponto de apoio logístico e operacional para viajantes e comerciantes que se dirigem ao extremo norte do Amapá. Nesse contexto, funciona como base de parada estratégica para quem segue viagem rumo a Oiapoque e, posteriormente, à Caiena (Guiana Francesa).

O ecoturismo representa uma oportunidade significativa para o desenvolvimento local, considerando a presença de atrativos naturais de grande potencial, como o Balneário Asa Aberta, a Cachoeira do Firmino e a Praia do Goiabal. Esses locais favorecem a prática do turismo sustentável e contribuem para a valorização e preservação dos recursos naturais da região.

O ecoturismo e o turismo de aventura também ganham relevância com a presença de duas unidades de conservação no município: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) e o Parque Nacional Cabo Orange (PNCO). Apesar do regime de proteção integral, esses espaços permitem o desenvolvimento de atividades como turismo ecológico e pesquisas científicas.

Além dessas modalidades, o turismo de base comunitária tem potencial de fortalecimento por meio da valorização de comunidades tradicionais, como o quilombo do Cunani, cuja importância histórica e sociocultural é marcante na formação do município. A Vila do Cunani, por exemplo, mantém viva a cultura local com eventos como a tradicional festa em homenagem a São Benedito.

A valorização da herança cultural de Calçoene por meio do turismo cultural constitui uma estratégia promissora para o desenvolvimento local. A inclusão de sítios arqueológicos, como o Parque Arqueológico do Solstício — conhecido como o “Stonehenge do Amapá” —, associada às tradições e manifestações culturais, amplia o potencial turístico do município, promovendo identidade, preservação patrimonial e geração de renda para as comunidades envolvidas.

No campo produtivo, Calçoene apresenta condições favoráveis à ampliação da pesca artesanal e da aquicultura como atividades econômicas estratégicas, devido à localização costeira, à abundância de recursos pesqueiros e à presença de comunidades tradicionais com conhecimento acumulado sobre a atividade.



O desenvolvimento do setor requer investimentos em infraestrutura, beneficiamento e regularização, especialmente para atender à demanda local e às oportunidades regionais. A pesca artesanal, fundamentada no saber tradicional das comunidades costeiras, tende a ser fortalecida por meio de ações de apoio técnico e estruturação de cadeias produtivas.

A extração vegetal destaca-se, sobretudo na coleta de açaí, com produção relevante no quilombo do Cunani — uma oportunidade concreta de fortalecimento econômico com base em práticas tradicionais sustentáveis. Com reconhecida qualidade e manejo eficiente, essa atividade já recebe apoio técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e articulações institucionais voltadas à ampliação da produção, ao acesso a crédito e à inclusão em programas de fomento. A consolidação dessa cadeia produtiva contribui para a geração de emprego e renda, promovendo a inclusão socioeconômica da comunidade quilombola por meio da integração entre saberes tradicionais e políticas públicas de desenvolvimento rural.

Na agricultura, o cultivo da mandioca lidera a produção, seguido por abacaxi, banana, milho e feijão, ainda em escala limitada. Essas culturas refletem uma base produtiva familiar com margem para expansão, especialmente com o apoio de políticas de assistência técnica, regularização fundiária e incentivo à comercialização.

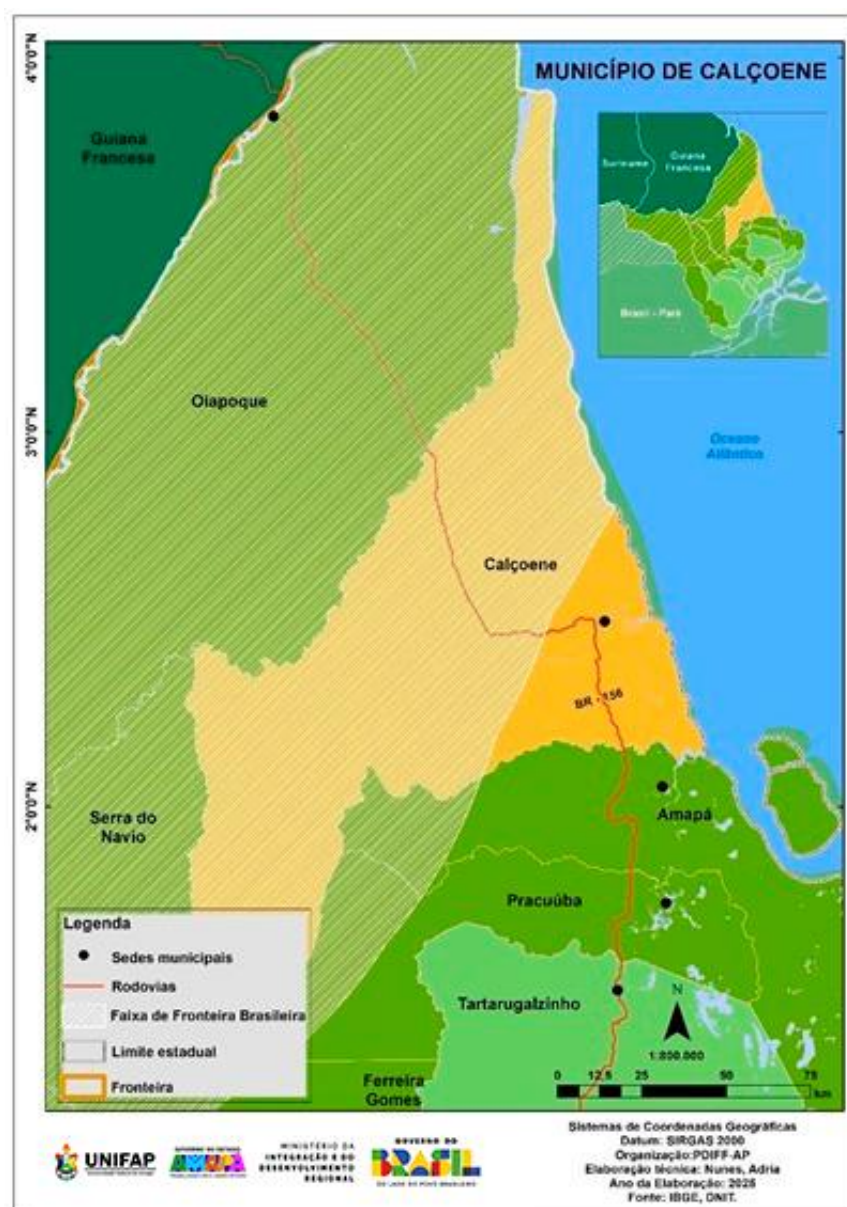
Diante desse cenário, Calçoene reúne condições propícias ao desenvolvimento de atividades sustentáveis vinculadas à agricultura familiar, aquicultura, extrativismo, turismo e valorização das comunidades tradicionais. A articulação entre políticas públicas, infraestrutura local e saberes tradicionais viabiliza o aproveitamento gradual dessas oportunidades, respeitando as especificidades territoriais e socioculturais do município.

## MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES

### Localização do município

O município de Ferreira Gomes (Figura 12) está situado na região central do estado do Amapá. Seu limite ao norte tange o município de Pracuúba e Tartarugalzinho, a leste Cutias, a sudeste Macapá, a sudoeste Porto Grande e a noroeste Serra do Navio. Sua criação ocorreu em 17 de dezembro de 1987, por meio da Lei nº 7.639 (Prefeitura Municipal de Ferreira Gomes, 2025).

**Figura 12.** Mapa de localização do município de Ferreira Gomes



Organização: PDIFF-AP, 2025

O município de Ferreira Gomes está localizado a aproximadamente 185 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso a rodovia BR-156. De acordo com o último censo, a

população do município é marcada por 6.666 habitantes, a população estimada para o ano de 2024 é de 7.145 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 4.973,855 km<sup>2</sup>. O gentílico adotado é “ferreirenses”.

### **Breve histórico do município**

A origem de Ferreira Gomes remonta a processos históricos associados à Cabanagem (1835–1840), revolta que mobilizou diferentes segmentos sociais contra o domínio imperial no Grão-Pará. A repressão ao movimento, especialmente a partir de 1837, provocou milhares de mortes e incentivou o deslocamento de sobreviventes para áreas do atual estado do Amapá. Nesse contexto, foi criada em 1840 a Colônia Militar Pedro II, sob comando do major João Ferreira Gomes, que posteriormente daria nome ao município (PDFG, 2013).

Em 1944, foi inaugurada a primeira escola rural da área, e, em 1949, Janary estabeleceu a Colônia Agrícola do Matapi, fundamental para o desenvolvimento agropecuário local. Entre 1954 e 1956, foram fundados cinco núcleos coloniais, incluindo Ferreira Gomes. A expansão continuou com a inauguração do Grupo Escolar Ceará em 1966, que se tornou a primeira escola de ensino fundamental do município. Somente em 17 de dezembro de 1987, o distrito de Ferreira Gomes foi oficialmente constituído como município pela Lei 7.639, proposta pelo deputado federal Annibal Barcellos (PDFG, 2013).

### **Aspectos socioeconômicos do município**

O município de Ferreira Gomes registrou um PIB de R\$ 578,4 milhões em 2021, ocupando a 4ª posição entre os municípios do estado do Amapá, com participação de 2,88% no PIB total do estado (IBGE, 2023). Em síntese, os setores com maior estrutura e potencial de desenvolvimento em Ferreira Gomes são a silvicultura, a aquicultura e a mandiocultura, os quais apresentam escala produtiva relevante e possibilidades de ampliação da cadeia de valor com maior organização e investimentos.

### **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Ferreira Gomes**

Ferreira Gomes apresenta oportunidades econômicas estratégicas, especialmente no setor primário, ainda que sua participação no PIB municipal seja modesta. A agricultura familiar, com destaque para o cultivo de mandioca, milho e banana, e a criação de bovinos, bubalinos e galináceos, forma a base da produção local e pode ser ampliada por meio de políticas de fomento, assistência técnica e acesso a mercados.

A avicultura que integra este grupo, em dezembro de 2024, passou a receber incentivos por meio do programa estadual “Amapá Mais Produtivo”, com a entrega de equipamentos

agrícolas à comunidade de Triunfo do Araguari, ampliando as possibilidades de diversificação da produção e fortalecendo a segurança alimentar. A piscicultura, apoiada pelas condições favoráveis do rio Araguari, também vem se consolidando como alternativa de geração de emprego e renda.

O rio Araguari representa não apenas um elemento geográfico de destaque, mas também um importante componente cultural para o município, servindo como espaço de encontro, lazer e sociabilidade para os moradores (Trabalho de campo, 2024).

O município se destaca no setor energético, por concentrar usinas hidrelétricas que desempenham um papel estratégico no sistema energético nacional e cujos impactos sociais e ambientais requerem medidas de mitigação e compensação adequadas.

O rio Araguari é também um ativo estratégico para o desenvolvimento do turismo. Suas corredeiras, trilhas e paisagens naturais favorecem a prática de ecoturismo, esportes aquáticos e pesca esportiva. O município promove eventos como o Carnaguari e possui atrativos como as cachoeiras do Traíra e do Pium, a orla da cidade e duas unidades de conservação de uso sustentável: a Floresta Nacional do Amapá (FLONA) e a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Seringal Triunfo.

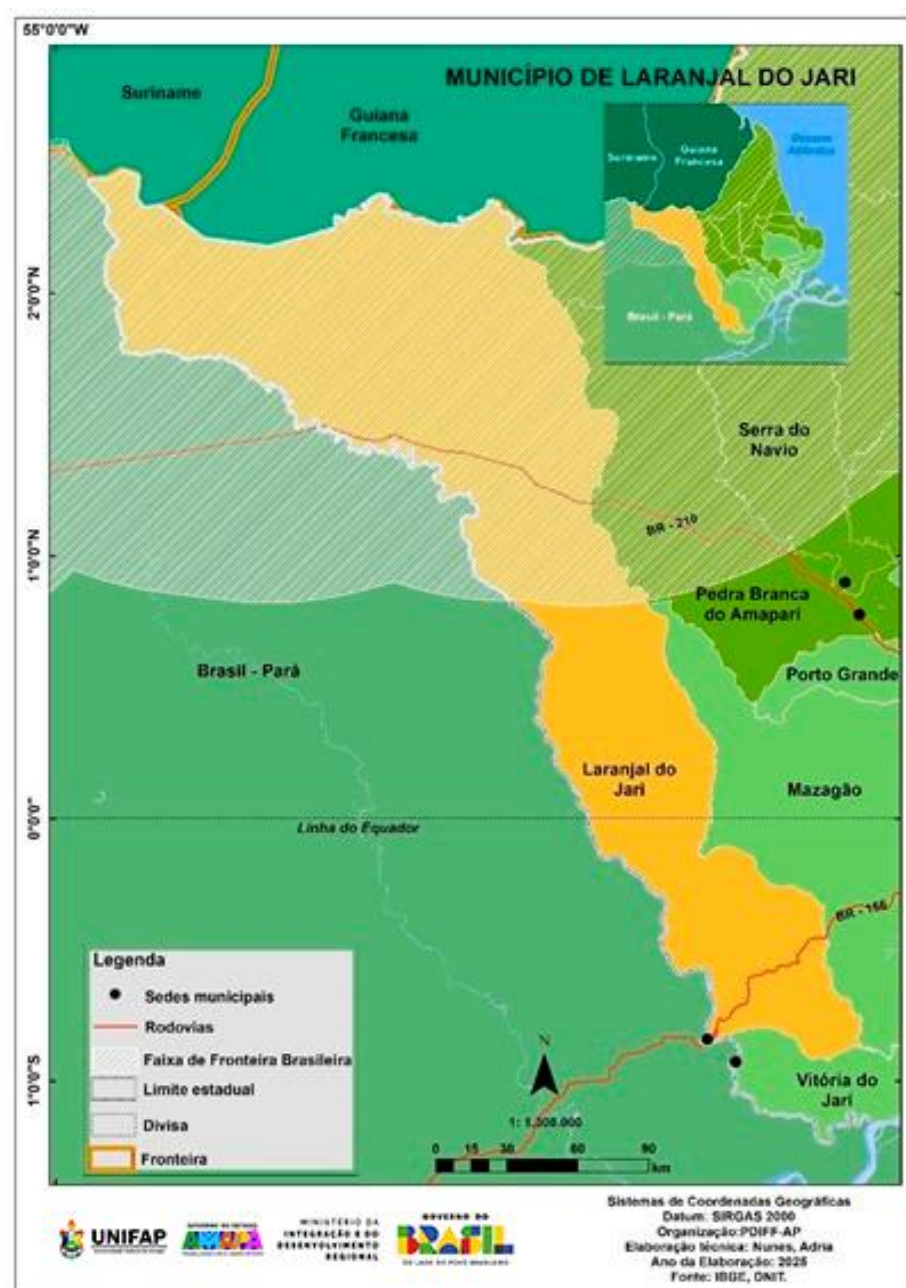
Combinadas, essas atividades representam oportunidades concretas de desenvolvimento sustentável, desde que articuladas com políticas públicas voltadas à valorização da produção local, à conservação ambiental e à melhoria da infraestrutura econômica e turística.

## MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI

### Localização do município

O município de Laranjal do Jari (Figura 13) está localizado no sudoeste do estado do Amapá. Seus limites municipais são com os municípios de Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Almeirim (PA), além de fazer fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname. Foi criado pelo Decreto n.º 7.639, de 17 de dezembro de 1987, a partir do desmembramento do município de Mazagão (GEA, 2025).

**Figura 13.** Mapa de localização do município de Laranjal do Jari



Organização: PDIFF-AP, 2025.

O município de Laranjal do Jari está localizado a aproximadamente 265 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso à rodovia BR-210. De acordo com o último censo, a população do município é marcada por 35.114 habitantes, a população estimada para o ano de 2024 é de 37.969 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 30.782,99 km². O gentílico adotado é “laranjalense”.

### **Breve histórico do município**

Laranjal do Jari teve origem ligada ao Projeto Jari, empreendimento do empresário norte-americano Daniel Ludwig, implantado na região de Monte Dourado, distrito de Almeirim (PA). A ocupação das margens do rio Jari, antes habitadas por povos indígenas como os *Wajãpi* e *Aparais*, intensificou-se com a migração de trabalhadores, principalmente nordestinos dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, atraídos por oportunidades de emprego e melhores condições de vida (Clareto, 2003).

Ludwig implementou uma estrutura empresarial inovadora ao projetar a cidade de Monte Dourado nos moldes norte-americanos e ao importar do Japão plataformas flutuantes para produção de celulose e energia, rebocadas até a região amazônica (Teixeira, 2002). Com isso, estabeleceu-se uma base industrial que moldaria o desenvolvimento urbano e econômico do Vale do Jari nas décadas seguintes (Ferreira, 2008).

### **Aspectos socioeconômicos do município**

Em 2021, o município de Laranjal do Jari registrou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 1,13 bilhão ocupando a 3ª posição entre os municípios do Amapá e destacando-se como um dos principais centros econômicos do estado, com participação de 5,64% no PIB total do estado (IBGE, 2023).

O município de Laranjal do Jari apresenta um panorama produtivo marcado pela diversidade de atividades primárias, com destaque para a extração vegetal, a silvicultura, a pecuária e a agricultura de base familiar. Esses setores são fundamentais para a subsistência, geração de renda e dinamização econômica local, especialmente em áreas rurais e ribeirinhas.

### **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Laranjal do Jari**

Situado às margens do rio Jari, Laranjal do Jari apresenta um conjunto de oportunidades estratégicas para o seu desenvolvimento socioeconômico, com destaque para o fortalecimento das cadeias produtivas florestal, agroextrativista e agropecuária familiar. A produção significativa de madeira em tora e lenha legalizada, somadas a produtos como açaí e castanha-do-Brasil, reafirma o protagonismo do município no setor florestal e extrativista.



A presença da Reserva Extrativista do Rio Cajari, oferece grande potencial para iniciativas de manejo sustentável, agregação de valor a produtos da sociobiodiversidade e acesso a mercados por meio de certificações ambientais e de comércio justo. A comunidade é reconhecida pela tradição na extração, beneficiamento e comercialização da castanha-do-Brasil. O Festival da Castanha, realizado anualmente, reforça a importância econômica e simbólica desse produto, além de atrair visitantes e valorizar o conhecimento tradicional associado ao seu uso culinário e medicinal.

No campo da agricultura familiar, destaca-se a produção de mandioca, banana, abacaxi, milho e feijão, com um setor agrícola diversificado e potencial de ampliação da produtividade mediante incentivos à agroecologia, acesso a assistência técnica, crédito rural e políticas públicas de compras institucionais. A aquicultura vem ganhando espaço, com produção expressiva de tambaqui, tambacu e pirapitinga. A criação de alevinos reforça a estruturação dessa cadeia produtiva e indica oportunidades de integração com a agricultura e a alimentação escolar local.

A posição geográfica do município, aliada à integração fluvial e à conclusão da ponte sobre o rio Jari, configura uma vantagem logística estratégica. Esses fatores ampliam o potencial para investimentos em infraestrutura urbana, transporte, armazenamento e escoamento da produção local.

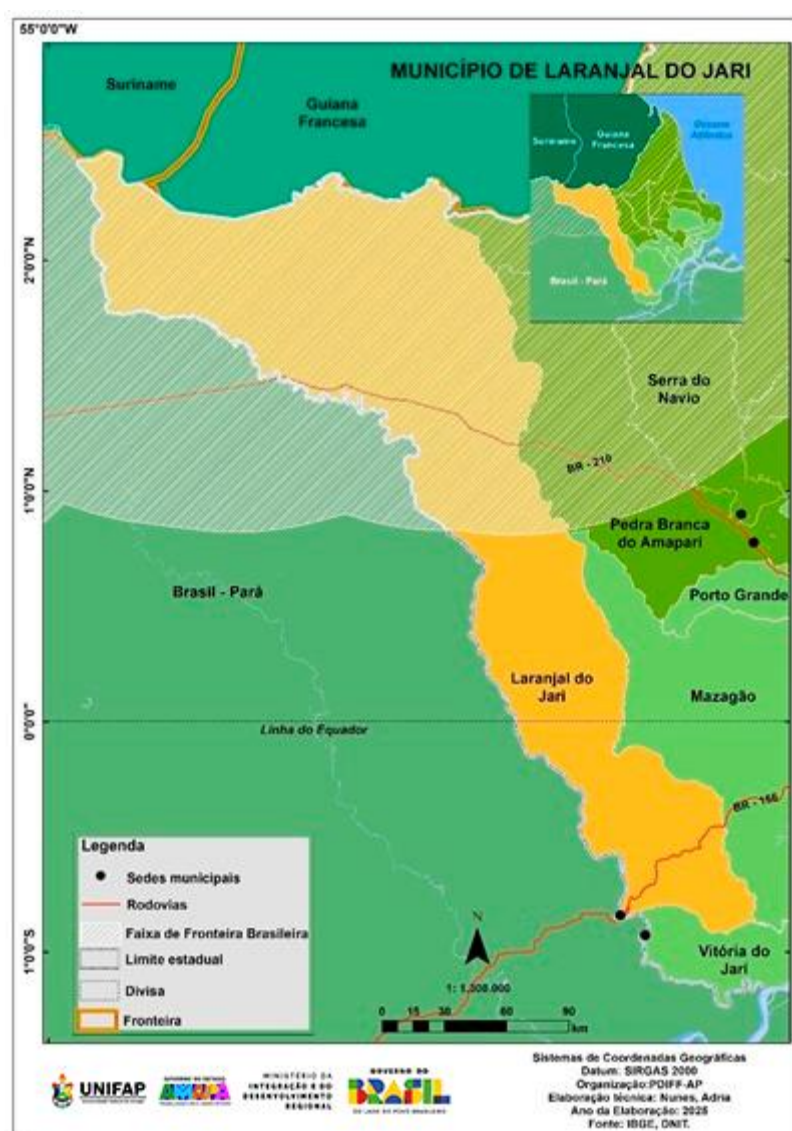
O turismo de aventura, ecoturismo e o turismo de base comunitária representam uma oportunidade estratégica para Laranjal do Jari. A biodiversidade local, os rios, as reservas naturais e o modo de vida das comunidades criam um cenário favorável para o desenvolvimento de roteiros turísticos sustentáveis, que podem gerar renda e promover a conservação ambiental. Pontos turísticos como a Cachoeira de Santo Antônio e a Praia da Samaúma são destacados como importantes atrativos da cidade.

# MUNICÍPIO DE OIAPOQUE

## Localização do município

O município de Oiapoque (Figura 14), localizado no extremo norte do estado do Amapá, tem origem no termo tupi-guarani "*oiap-oca*", que significa "casa dos *Waiãpi*". Sua criação foi formalizada pela Lei n. 7.578, de 23 de maio de 1945, e faz limite com os municípios de Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari (Prefeitura Municipal de Oiapoque, 2025).

**Figura 14.** Mapa de localização do município de Oiapoque



Organização: PDIFF-AP, 2025.

O município de Oiapoque está localizado a aproximadamente 590 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso à rodovia BR-156. De acordo com o último censo, a população do município é marcada por 27.482 habitantes, a população estimada para o ano

de 2024 é de 30.481 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 23.034,392 km<sup>2</sup>. O gentílico adotado é “oiapoquense”.

### **Breve histórico do município**

Durante a época colonial, Oiapoque fazia parte da Capitania do Cabo Norte. Nos primeiros anos do século XVI, os portugueses se envolveram em conflitos com outras potências europeias para estabelecer o controle territorial ao sul do rio Oiapoque (na época conhecido como Vicente Pinzón) e ao norte do rio Amazonas, com o objetivo de expandir os impérios colonizadores. Os povos originários da região, como os antepassados dos *Waiãpi*, ocupavam as terras ao longo do rio Oiapoque, enquanto os antepassados dos *Galibi* e *Palikur* habitavam o vale do rio Uaçá e seus afluentes (Prefeitura Municipal de Oiapoque, s.d.).

Em 1907, o Governo Federal estabeleceu o Primeiro Destacamento Militar no município, que servia como local para prisioneiros políticos. Anos mais tarde, esse destacamento foi transferido para Santo Antônio, atual distrito de Clevelândia do Norte, sob o nome de Colônia Militar (Prefeitura Municipal de Oiapoque, *op.cit*).

A inauguração da Ponte Binacional, em 18 de março de 2017, cuja concepção remonta a 1997, marcou a conexão terrestre entre Oiapoque e *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, representando um avanço significativo na mitigação do isolamento geográfico do Amapá. Tal isolamento decorre de barreiras naturais impostas pela floresta amazônica e por sua complexa rede hidrográfica (Assunção, 2020).

No entanto, as restrições impostas pelo lado francês à travessia de brasileiros pela ponte binacional contribuem para a manutenção da atividade dos catraieiros, além de estimular o comércio informal em Oiapoque. Logo, ambos os lados da fronteira desempenham um papel importante na dinâmica econômica local.

Essa ligação internacional também configura uma oportunidade estratégica para o estado, que, com acesso direto ao Oceano Atlântico, pode estabelecer relações privilegiadas com a Europa e o Caribe. Esse diferencial geográfico abre caminhos para a criação de uma rota turística e comercial internacional, contribuindo para ampliar a inserção do Amapá em circuitos econômicos e culturais globais.

### **Aspectos socioeconômicos do município**

O município de Oiapoque, em 2021, apresentou um PIB de R\$ 528,9 milhões, ocupando a 5ª posição no ranking estadual do Amapá, com participação de 2,63% no PIB total do estado (IBGE, 2023). De modo geral, a base produtiva de Oiapoque reflete a presença de atividades

tradicionais, com potencial de desenvolvimento em setores como aquicultura e fruticultura, desde que articulados a políticas de apoio técnico, infraestrutura rural e acesso a mercados.

### **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Oiapoque**

Oiapoque, devido à fronteira com a Guiana Francesa (França), apresenta um conjunto de oportunidades para o desenvolvimento regional, especialmente nos setores de comércio transfronteiriço e turismo. A cidade tem se destacado pela atividade no setor de serviços com ênfase no comércio varejista, turismo e artesanato, especialmente o artesanato indígena, que contribui para a geração de renda local e preservação das tradições culturais.

A presença de comunidades indígenas na região, com uma diversidade linguística, oferece uma base para o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária (TBC), já praticado em algumas localidades, a exemplo de experiências com o suporte da ONG Garupa e outras ações. A iniciativa pode estimular novas discussões e a implementação de experiências semelhantes em outras aldeias.

O ecoturismo e o turismo de aventura despontam como atividades promissoras em Oiapoque, devido à presença de atrativos naturais como a Cachoeira *Grand Roche* e a Pedra do Abacaxi. Além disso, o município abriga o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e o Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) — unidades de conservação de proteção integral que, mesmo com restrições, possibilitam atividades de pesquisa científica e turismo ecológico controlado.

Em termos produtivos, Oiapoque tem uma base agropecuária voltada à subsistência e abastecimento local, com destaque para a produção de mandioca, banana e abacaxi. A cadeia produtiva do cacau também mostra um potencial de desenvolvimento, a exemplo do empreendimento Chocolates Cassiporé, que já utiliza o cacau produzido na região. Além disso, a cidade apresenta um setor extrativista relevante, com a produção de açaí, madeira legalizada e carvão vegetal.

Além disso, estudos conduzidos pela Petrobras e avaliados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) apontam para o potencial de exploração de petróleo e gás natural na Margem Equatorial Brasileira, particularmente na Bacia da Foz do rio Amazonas, que se estende pela costa do Amapá. O bloco FZA-M-59, por exemplo, situado a aproximadamente 160 km da costa de Oiapoque, tem sido objeto de análises sísmicas e ambientais, com indícios de reservas de petróleo em águas ultraprofundas. Em 2010, foi perfurado o último poço em águas rasas na região (IBP, 2025).

A eventual confirmação de reservas comercialmente viáveis representa uma oportunidade transformadora para o desenvolvimento regional, com estimativa de geração de 54 mil empregos diretos e indiretos, crescimento de 61,2% do PIB do estado, incremento na arrecadação de *royalties* e fortalecimento da infraestrutura logística e portuária local (IBP, 2025)

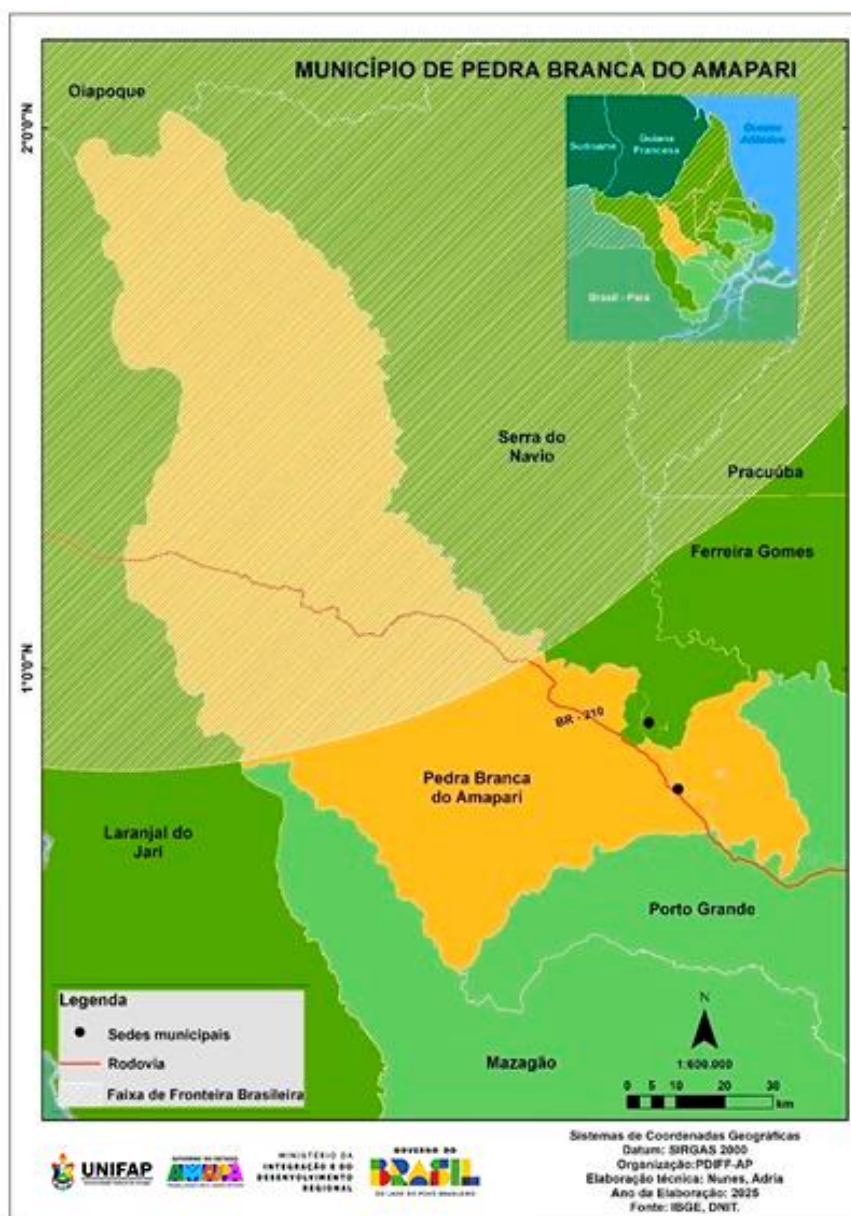
No entanto, o parecer técnico n. 06/2023 do IBAMA ressaltou lacunas nos estudos ambientais apresentados, especialmente quanto aos impactos sobre a biodiversidade marinha, a zona costeira sensível do Oiapoque e os modos de vida de comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e pescadores artesanais. Diante disso, qualquer avanço na exploração exige a adoção rigorosa do princípio da precaução, o fortalecimento da participação social nos processos decisórios e a implementação de medidas robustas de mitigação e monitoramento ambiental.

## MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

### Localização do município

O município de Pedra Branca do Amapari (Figura 15) está localizado na região central do estado do Amapá, fazendo limite com Oiapoque ao norte, Serra do Navio a leste, Porto Grande ao sudeste, Mazagão ao sul e Laranjal do Jari a oeste. Foi criado em 1º de maio de 1992, por meio da Lei Estadual n. 08 (Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari, 2022).

**Figura 15.** Mapa de localização do município de Pedra Branca do Amapari



Organização: PDIFF-AP, 2025.

O município de Pedra Branca do Amapari está localizado a aproximadamente 180 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso à rodovia BR-210. De acordo com o



último censo, a população do município é marcada por 12.847 habitantes, a população estimada para o ano de 2024 é de 13.798 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 9.622,29 km<sup>2</sup>. O gentílico adotado é “pedrabrancaniense”.

### **Breve histórico do município**

A história do município tem início na década de 1930, com a descoberta de ouro na região do rio Amapari, então pertencente ao Território do Amapá. Esse achado provocou um intenso fluxo migratório, atraindo pessoas em busca de ouro e outros metais preciosos. A origem do município está diretamente ligada à exploração aurífera realizada pelos Samaracá, um grupo indígena originário da Guiana Francesa, que teria batizado a região ao gravar nomes nas pedras brancas dos rios locais (IBGE, 2022).

Em 1953, a descoberta de manganês na região impulsionou ainda mais a movimentação para o interior do Amapá. Devido às dificuldades de acesso por terra, as viagens aéreas tornaram-se frequentes. Durante uma dessas rotas, um dos pilotos avistou uma grande formação rochosa no leito do rio Amapari, que logo passou a ser utilizada como ponto de referência para a navegação e localização. Com o tempo, essa marca geográfica deu nome à localidade, que passou a ser conhecida como Pedra Branca (IBGE, 2022).

### **Aspectos socioeconômicos do município**

O município de Pedra Branca do Amapari apresentou, em 2021, um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 453,3 milhões, ocupando a 6ª posição no ranking estadual do Amapá, com participação de aproximadamente 2,53% no PIB total do estado (IBGE, 2023).

De maneira geral, o município apresenta uma economia baseada principalmente na mineração, mas vem buscando diversificação através da agricultura, com ênfase em mandioca, banana, abacaxi e aquicultura. A produção florestal também teve contribuição, com madeira, lenha e carvão vegetal.

### **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Pedra Branca do Amapari**

Embora a economia de Pedra Branca do Amapari seja fortemente dependente da mineração, o município apresenta condições favoráveis para diversificar sua base produtiva e promover o desenvolvimento sustentável. O fortalecimento de cadeias complementares, como a agricultura familiar, a produção de alimentos orgânicos e o extrativismo sustentável, pode reduzir a dependência de atividades extrativas minerais e ampliar as oportunidades de emprego e renda.

Nesse contexto, destaca-se a presença do Eco Parque na Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo, com potencial para impulsionar o ecoturismo, a educação ambiental e a valorização dos recursos naturais. Iniciativas sustentáveis nesse campo podem aliar conservação ambiental à inclusão produtiva, reforçando a identidade local.

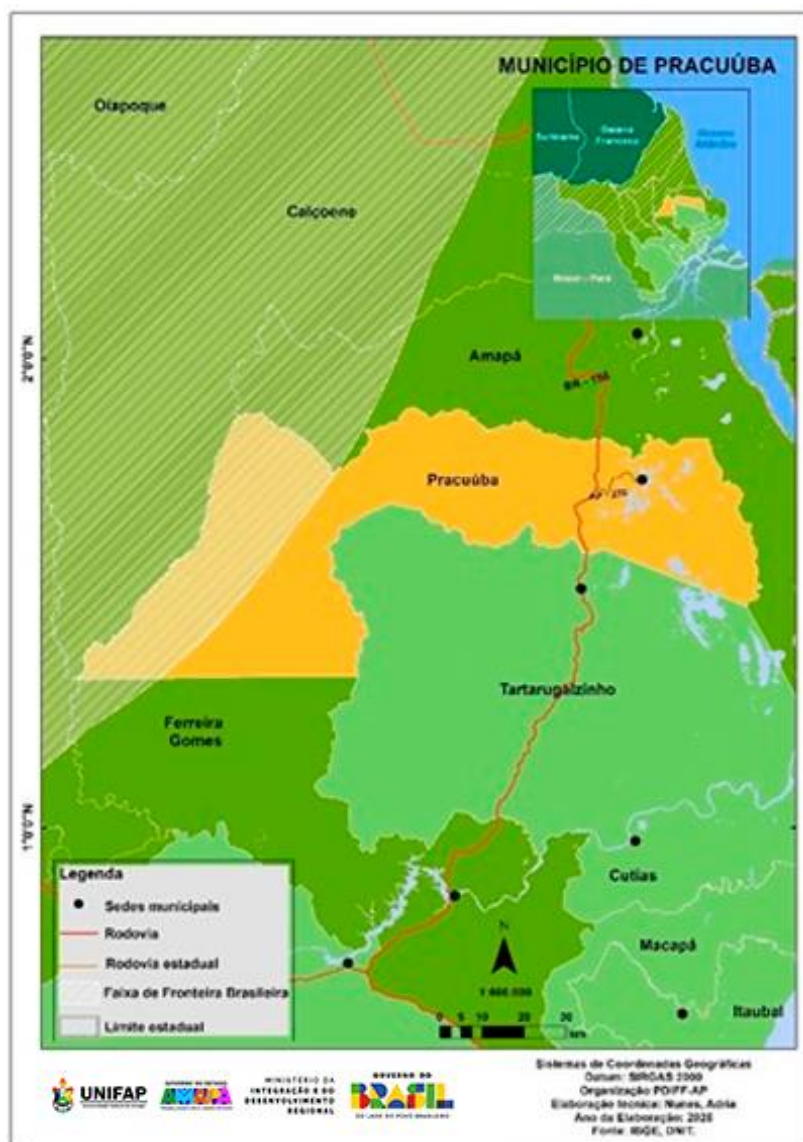
Com planejamento estratégico, articulação entre os setores público e privado e foco na sustentabilidade, Pedra Branca do Amapari pode consolidar um modelo de desenvolvimento equilibrado na região amazônica, integrando suas vocações econômicas com a valorização da população e do território.

## MUNICÍPIO DE PRACUÚBA

### Localização do município

O município de Pracuúba (Figura 16) está situado na região centro-oeste do estado, fazendo limite com Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Amapá e Calçoene. Foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual n. 04, de 1º de maio de 1992 (Prefeitura Municipal de Pracuúba, 2025).

**Figura 16.** Mapa de localização do município de Pracuúba



Organização: PDIFF-AP, 2025.

O município de Pracuúba está localizado a aproximadamente 276 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso à rodovia BR-156. De acordo com o último censo, a população do município é marcada por 3.803 habitantes, a população estimada para o ano de 2024 é de 4.042 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 4.957 km². Além da sede

municipal, na área do município existem 8 localidades, sendo elas: Breu, Cujubim, Flexal, Pernambuco, Porto Franco, Ramal do Pracuúba, São Miguel e Tucunará. O gentílico adotado é “pracuubense”.

### **Breve histórico do município**

A área que hoje corresponde a Pracuúba fazia parte do território de Tartarugalzinho, cuja formação remonta a 1906. Com paisagem marcada por rios e campos alagados, a região era ocupada por populações ribeirinhas que viviam da pesca. O crescimento populacional levou à formação de comunidades às margens dos rios Pracuúba e Flexal, importantes para a atividade pesqueira. Em maio de 1992, a localidade foi emancipada e passou a se chamar Pracuúba, nome derivado de uma palmeira nativa comum nas florestas do entorno do Lago do Piratuba (IBGE, 2022).

### **Aspectos socioeconômicos do município**

Em 2021, o município de Pracuúba registrou o menor PIB entre os municípios do Amapá, totalizando R\$ 84,59 milhões, com participação de 0,42% no PIB total do estado (IBGE, 2023).

Assim como os demais municípios da Região dos Lagos, Pracuúba, possui potencial pesqueiro com destaque para a pesca artesanal de peixes e crustáceos. No entanto, os dados sobre essa atividade não constam na base da Pesquisa da Produção da Pecuária Municipal (PPM/IBGE), o que limita a visibilidade estatística da pesca na economia local. Por fim, observamos que a economia do município possui uma base no setor primário com atividades agroextrativistas em pequena escala. A estrutura produtiva apresenta baixa diversificação e o mercado de trabalho formal é limitado.

### **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Pracuúba**

Pracuúba apresenta grande potencial para o desenvolvimento sustentável, especialmente nas áreas de agricultura familiar, pesca artesanal e produção de queijo. Com vasta extensão de áreas rurais e acesso a rios e lagos, o município fortalece cadeias produtivas como a do pescado e da bubalinocultura, promovendo geração de renda e inclusão social. A ampliação da infraestrutura produtiva e logística, aliada à cooperação regional na Região dos Lagos, contribui para a diversificação econômica e o aumento da competitividade da região.

O setor produtivo de Pracuúba destaca-se pela força da agricultura familiar, com ênfase na alta produção de banana. Essa atividade é uma das principais fontes de renda para as famílias rurais do município, movimentando a economia local e promovendo a segurança alimentar.

A produção de banana se beneficia das condições climáticas favoráveis e do conhecimento tradicional dos agricultores, que utilizam práticas sustentáveis no cultivo. Essa cadeia produtiva tem potencial para expansão e geração de valor agregado, especialmente com investimentos em infraestrutura, capacitação técnica e acesso a mercados.

A valorização dos saberes tradicionais, o incentivo ao ecoturismo, investimentos em infraestrutura básica e educação técnica são caminhos estratégicos para impulsionar o crescimento econômico com responsabilidade ambiental. Com apoio público e parcerias locais, Pracuúba consolida-se como exemplo de desenvolvimento rural sustentável no Amapá.

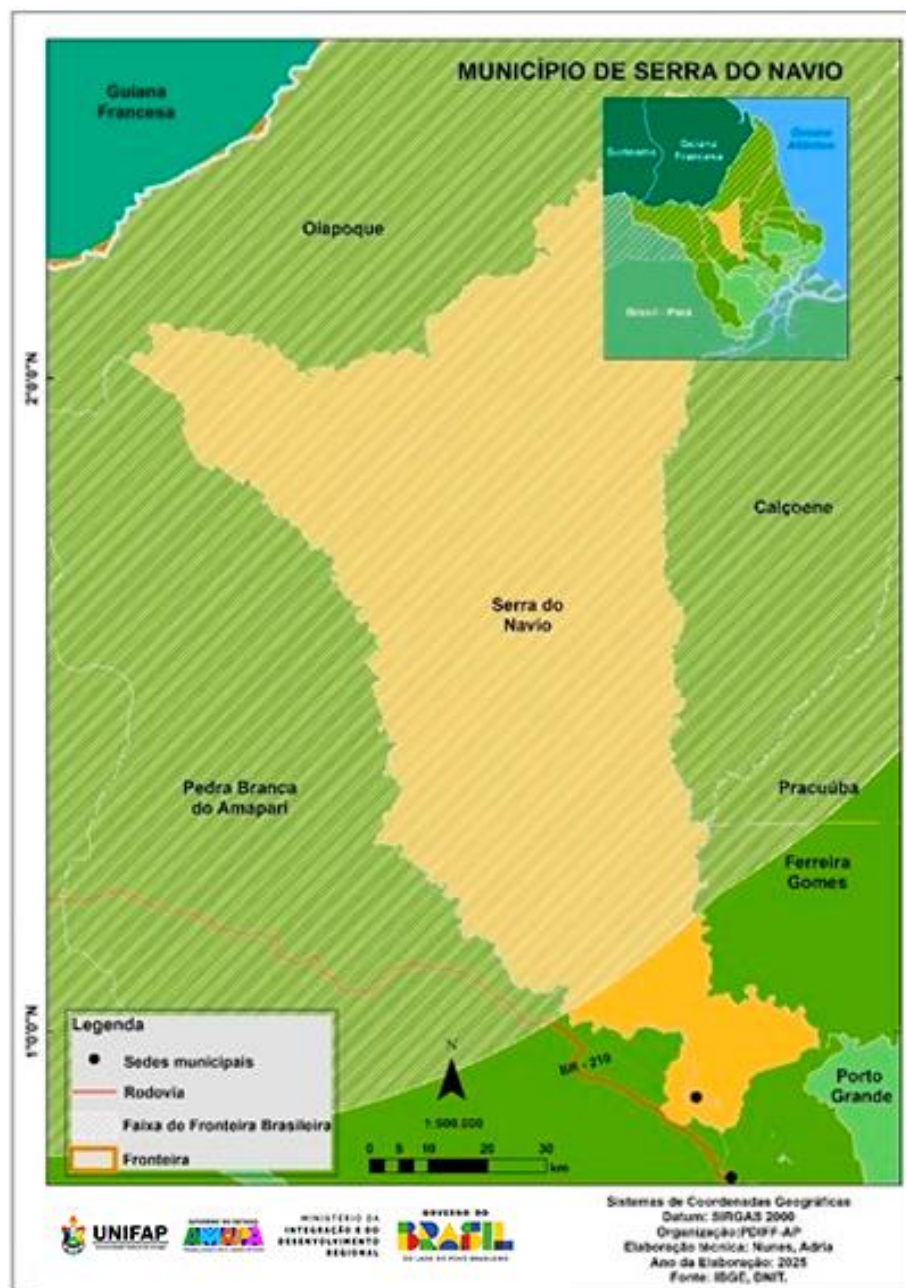
O turismo em áreas naturais vem se desenvolvendo devido ao grande potencial do município. Segundo o Guia Turístico de Pracuúba, publicado em 2023 pela Secretaria de Turismo do Estado do Amapá, destacam-se pontos como a Igreja de São Francisco, localizada na comunidade de São Miguel; o Projeto Quelônio, do IBAMA, que realiza soltura de quelônios na natureza; a Casa Paciência, ateliê da artesã Mariza Costa, que trabalha com escamas de peixes, conchas e raízes; além dos balneários Riacho Doce e Olho da Cobra d'Água.

## MUNICÍPIO DE SERRA DO NAVIO

### Localização do município

O município de Serra do Navio (Figura 17) está localizado na região central do estado do Amapá, fazendo limite com os municípios de Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Ferreira Gomes, Pracuúba e Calçoene.

**Figura 17.** Mapa de localização do município de Serra do Navio



Organização: PDIFF-AP, 2025.

Criado em 1992 com o nome de Água Branca do Amapari, foi desmembrado do município de Macapá conforme o artigo 3º da Lei Complementar n. 01, de 17 de março de 1992.



Posteriormente, em 1º de janeiro de 1993, teve seu nome alterado para Serra do Navio, conforme a Lei Estadual n. 76, de 22 de junho de 1993 (Prefeitura Municipal de Serra do Navio, 2025).

O município de Serra do Navio está localizado a aproximadamente 203 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso à rodovia BR-210. De acordo com o último censo, a população do município é marcada por 4.673 habitantes, a população estimada para o ano de 2024 é de 4.986 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 7.713 km². O gentílico adotado é “serraviense”.

### **Breve histórico do município**

Serra do Navio foi inicialmente denominada Água Branca do Amapari, tendo seu nome alterado posteriormente para o atual. Segundo relatos de moradores antigos, a nova denominação teria origem na aparência do rio que passa em frente à cidade, cujo contorno, visto de cima, lembra o formato de um navio (IBGE, 2023).

Antes da criação do município, houve um processo de intensa articulação política para viabilizar a implantação da Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI), o que resultou na criação das vilas de Serra do Navio e Amazonas (hoje em Santana), além da construção de rodovias, da Estrada de Ferro do Amapá (EFA), do porto de Santana e da abertura da área de mineração (Drummond, 2007).

A Vila de Serra do Navio foi projetada para acomodar os funcionários envolvidos nas operações da ICOMI. Toda a infraestrutura desenvolvida, incluindo as vilas, foi planejada para sustentar esse grande projeto de mineração (Plano Municipal de Turismo de Serra do Navio/AP, 2019-2023).

A ICOMI operou em Serra do Navio por quase 50 anos, começando no final da década de 1950 e encerrando suas atividades em 1997, sob a justificativa de que as reservas de minério de manganês haviam se esgotado. A desativação da mineradora marcou uma fase de transição significativa em Serra do Navio, impactando sua organização econômica e social, antes estruturada como cidade planejada. Apesar dos desafios, o município tem buscado valorizar seu patrimônio urbano e natural por meio de atividades como o turismo (Amapá, 2023).

### **Aspectos socioeconômicos do município**

O município de Serra do Navio, em 2021, apresentou um PIB de R\$ 92,15 milhões, ocupando a 14ª posição no ranking estadual do Amapá, com participação de 0,44% no PIB total do estado (IBGE, 2023).

De maneira geral, a economia de Serra do Navio é dependente da Administração Pública, com os serviços e a agropecuária também tendo participação relevante. A indústria tem

peso menor no PIB, mas concentra a maior parte dos vínculos formais de trabalho, especialmente ligados à mineração. O setor primário é diversificado, com atividades em agricultura, pecuária, aquicultura e extração vegetal. A produção agrícola é voltada principalmente ao consumo local e à comercialização regional, com destaque para cultivos alimentares. A pecuária é modesta, e a aquicultura e a silvicultura também contribuem para a economia, com foco na produção de madeira e frutos regionais.

### **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Serra do Navio**

Serra do Navio apresenta potencial de desenvolvimento baseado em suas características geográficas, históricas e culturais. Com o declínio das atividades mineradoras, tornou-se estratégico investir em setores como o ecoturismo e o turismo de experiência, valorizando sua arquitetura urbana singular e a biodiversidade local.

A arquitetura de influência norte-americana e pontos turísticos como a Corredeira da Pedra Preta e a Lagoa Azul fortalecem as oportunidades turísticas no município. Com uma base histórica e econômica ligada à mineração, especialmente à exploração de manganês, o município enfrenta o desafio de diversificar sua economia de forma sustentável, aproveitando seu potencial para o turismo.

Além disso, o ecoturismo é outro setor com grande potencial, com paisagens naturais preservadas, rios, mirantes e uma rica biodiversidade, Serra do Navio pode atrair visitantes interessados em turismo de aventura e vivências culturais.

Outras oportunidades estratégicas relacionadas à valorização da cadeia florestal e ao fortalecimento da aquicultura, possuem potencial para agregar valor à produção madeireira e estimular a criação de peixes nativos. A diversificação da agricultura familiar e a valorização de alimentos regionais também se configuram como vetores para geração de renda e dinamização da economia local.

# **DIAGNÓSTICO DA FAIXA DE FRONTEIRA POR EIXOS TEMÁTICOS**

## COMUNIDADES TRADICIONAIS

O reconhecimento institucional dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil é resultado de um processo histórico de mobilização social. Embora presentes desde o período colonial, sua inclusão nas políticas públicas ganhou força a partir dos anos 2000, com marcos como a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (2004) e a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNPCT), pelo Decreto n. 6.040/2007. A consolidação desse arcabouço legal foi ampliada com a criação do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, em 2016 (Thum, 2017).

Esses grupos são caracterizados por uma relação diferenciada com o território, organização social própria e transmissão intergeracional de saberes e práticas. A definição legal ressalta que sua reprodução cultural, social e econômica depende do acesso aos territórios e do uso sustentável dos recursos naturais. Estratégias como a autodefinição, os protocolos comunitários e a cartografia social reforçam sua identidade e fundamentam a reivindicação de direitos (Brasil, 2007; Thum, 2017).

No contexto nacional, comunidades como indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e outros grupos tradicionais ocupam amplas regiões, com grande diversidade sociocultural e ambiental. Apesar disso, enfrentam desafios estruturais, como a morosidade nos processos de regularização fundiária, a pressão de atividades predatórias (garimpo, desmatamento, grandes empreendimentos) e a fragilidade das políticas públicas específicas. Instituída pelo decreto nº 7.747/2012, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) exemplifica a tentativa de enfrentamento desses desafios, ainda que com implementação limitada (Cunha; Magalhães; Adams, 2022).

A Amazônia Legal concentra uma parcela significativa dessas populações, distribuídas por nove estados que somam cerca de 59% do território brasileiro. Nessa região, os modos de vida tradicionais estão diretamente ligados ao uso sustentável dos recursos naturais e ao conhecimento acumulado sobre o manejo ambiental. Apesar de seu papel estratégico na conservação, essas populações convivem com baixos indicadores sociais, dificuldades de acesso a serviços públicos e alta vulnerabilidade a pressões externas.

No estado do Amapá, observa-se uma ampla diversidade de comunidades tradicionais, entre eles povos indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos. Cada grupo possui formas específicas de organização e de relação com o território, o que demanda políticas públicas ajustadas às suas realidades socioculturais.

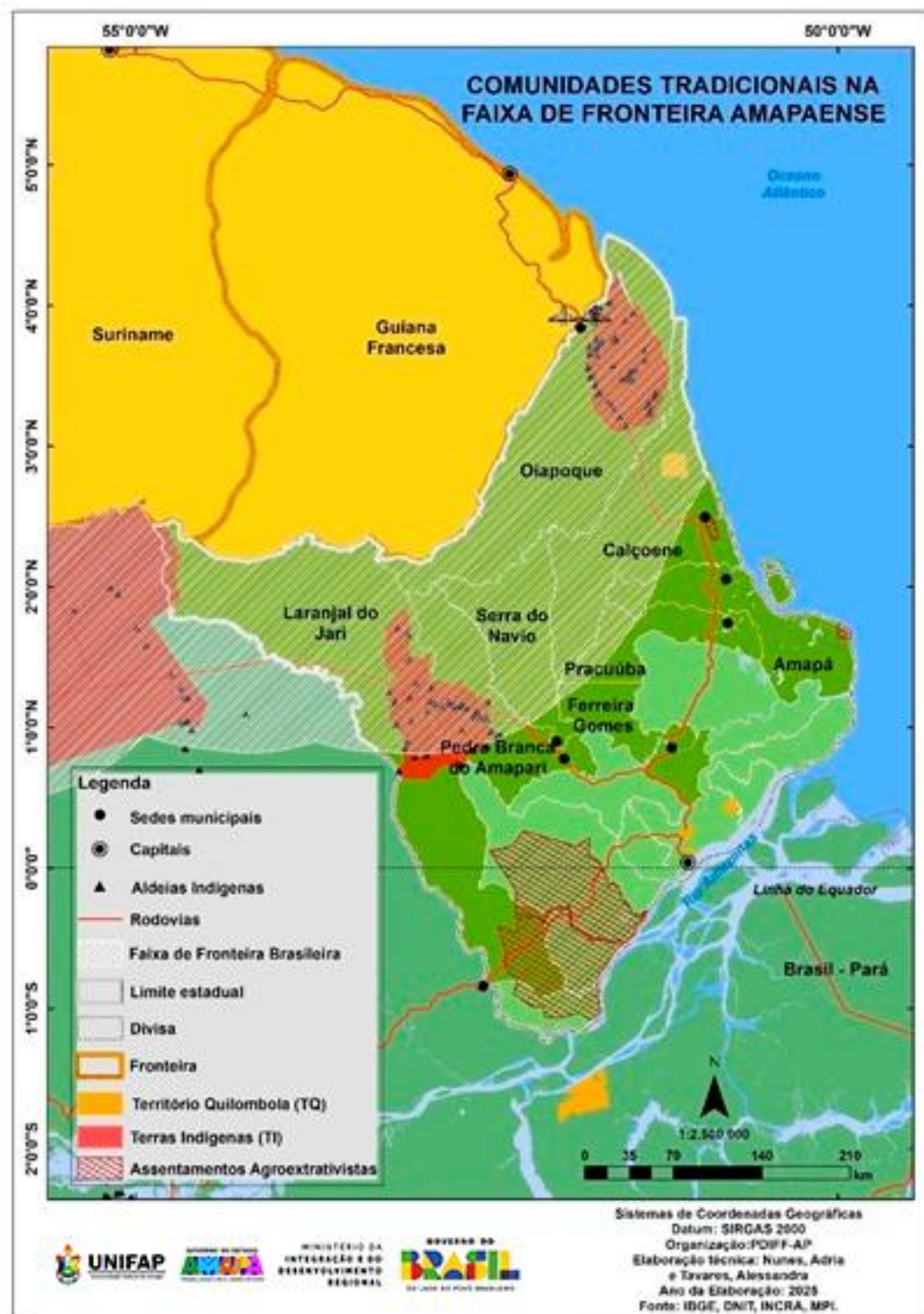
Diante desse cenário, este diagnóstico tem como objetivo identificar e analisar as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que incidem sobre as comunidades tradicionais na faixa de fronteira do Amapá. A abordagem exige articulação com os eixos temáticos de Meio Ambiente, Educação, Saúde e Turismo, visando subsidiar a formulação de políticas públicas integradas e eficazes.

## **DADOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

A Amazônia Legal abriga grande parte das populações tradicionais do Brasil, sendo território fundamental para a diversidade cultural, social e ambiental do país. De acordo com o Censo Demográfico 2022, 51,25% dos indígenas do Brasil vivem na Amazônia Legal, representando 3,26% da população da região, dos quais 46,4% residem em terras indígenas. No caso da população quilombola, 32,1% vivem na Amazônia Legal, o que corresponde a 1,6% da população regional, com 18,97% dessa população residindo em territórios oficialmente delimitados (IBGE, 2023).

No Amapá, as comunidades tradicionais estão inseridas em diferentes formas de ocupação territorial, como terras indígenas, territórios quilombolas, assentamentos agroextrativistas e unidades de conservação de uso sustentável. Essas comunidades mantêm modos de vida baseados na agricultura de subsistência, pesca artesanal e extrativismo, sendo fundamentais para a conservação ambiental e a soberania alimentar local.

**Figura 18.** Mapa de Comunidades Tradicionais da Fronteira Amapaense



Organização: PDIFF-AP, 2025.

É importante destacar que, no contexto do Amapá, há escassez de dados atualizados e consistentes por parte dos órgãos estaduais sobre essas populações. Por isso, este diagnóstico baseia-se principalmente nas informações disponíveis no Censo Demográfico de 2022.



## Povos Indígenas

O estado do Amapá registrou, segundo o Censo 2022, uma população indígena de 11.334 pessoas (Tabela 1), representando 1,54% da população estadual. Em 2010, o número era de 7.411, o que significa um crescimento expressivo de 65,3% em doze anos. Os municípios de Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Macapá concentram cerca de 93% dessa população. Em Oiapoque vivem 8.088 indígenas (29,43% da população municipal), em Pedra Branca do Amapari, 1.676 (13,05%), e em Macapá, 1.245 (0,28%). Embora Macapá não tenha terras indígenas demarcadas, há presença significativa de indígenas em áreas urbanas. Oiapoque abriga 55 aldeias indígenas, enquanto em Pedra Branca do Amapari estão presentes 73 aldeias (IBGE, 2023).

**Tabela 1.** Distribuição populacional indígena por município

| Município                         | Terra indígena                                                          | Etnias                                            | População indígena |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|--------------------|
| <b>Oiapoque</b>                   | Uaçá, Juminã e Galibi                                                   | Karipuna, Palikur, Galibi Marworno, Galibi Kalinã | 6.194              |
| <b>Pedra Branca do Amapari</b>    | Baixo rio Xingu, região delimitada pelos rios Oiapoque, Jari e Araguari | Waiãpi                                            | 1.665              |
| <b>Laranjal do Jari/AP e Pará</b> | Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'Este                                 | Apalay, Waiana, Tiriyo, Kaxuyana                  | 2.250              |

Fonte: IBGE, 2023; IEPÉ, 2022. Elaboração e organização: PDIFF-AP 2025.

Quanto à moradia (Tabela 2), o estado possui 1.433 domicílios em Terras Indígenas. Oiapoque lidera com 1.180 unidades, seguido por Pedra Branca do Amapari com 238. A infraestrutura desses domicílios é precária: apenas 4,42% têm conexão à rede de esgoto, 29,32% recebem água pela rede geral, 59,75% têm coleta de lixo e 73,38% contam com banheiro de uso exclusivo. Em comparação, as médias estaduais para esses indicadores são respectivamente: 12,06%, 49,86%, 90,82% e 95,19%.

No Parque do Tumucumaque, as condições se agravam, nenhum domicílio tem acesso à rede de esgoto, apenas 2,54% recebem água tratada, 0,39% têm coleta de lixo e 7,23% possuem banheiro exclusivo. Esses dados refletem um nível extremo de vulnerabilidade.

**Tabela 2.** Infraestrutura em domicílios com presença indígena por município (%)

| Município                      | Esgoto | Água rede | Banheiro exclusivo | Coleta de lixo |
|--------------------------------|--------|-----------|--------------------|----------------|
| <b>Oiapoque</b>                | 0,65   | 25,95     | 75,08              | 45,87          |
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 1,49   | 5,95      | 5,2                | 62,08          |

Fonte: IBGE, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

No recorte urbano-rural, observa-se que domicílios urbanos têm melhores indicadores: 17,16% com esgoto, 39,60% com água encanada, 42,69% com coleta de lixo. Em áreas rurais, os índices são de 0,62%, 23,06% e 17,06%, respectivamente. Em relação a alfabetização (Tabela 3), a taxa geral de alfabetização entre indígenas com 15 anos ou mais é de 90,35% (6.355 pessoas), sendo que 9,65% (679 pessoas) são não alfabetizadas. Os dados demonstram avanços significativos, especialmente entre os mais jovens.

**Tabela 3.** Taxa de alfabetização por faixa etária (%)

| Faixa etária    | Estado AP | Oiapoque | Pedra Branca do Amapari |
|-----------------|-----------|----------|-------------------------|
| 15 a 19 anos    | 97,68     | 97,84    | 96,13                   |
| 20 a 24 anos    | 97,84     | 97,82    | 96,97                   |
| 25 a 34 anos    | 96,92     | 96,6     | 95,32                   |
| 35 a 44 anos    | 90,09     | 90,65    | 81,9                    |
| 45 a 54 anos    | 83,81     | 85,39    | 60,34                   |
| 55 a 64 anos    | 75,61     | 69,83    | 12,9                    |
| 65 anos ou mais | 55,14     | 52,54    | 6,45                    |

Fonte: IBGE, 2023. Elaboração e organização: PDIFF- AP, 2025.

No Parque do Tumucumaque, os índices são ainda menores: apenas 82,65% dos jovens (15-19 anos) são alfabetizados, caindo para 36,73% entre os com 65 anos ou mais. A vulnerabilidade educacional é evidente.

Outro aspecto analisado é o registro de nascimento de crianças indígenas (Tabela 4). Em Pedra Branca do Amapari, 83,78% das crianças indígenas de até 5 anos não possuem registro civil, sendo que a maioria possui apenas o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI), um documento administrativo emitido pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Isso representa um dos piores cenários do país. No estado, 30,72% das crianças possuem apenas o RANI, valor bem acima da média nacional (4,97%).

**Tabela 4.** Tipo de registro por município (%)

| Tipo de registro     | Oiapoque |       | Pedra Branca do Amapari |       |
|----------------------|----------|-------|-------------------------|-------|
|                      | 2010     | 2022  | 2010                    | 2022  |
| Registro em cartório | 95,69    | 84,49 | 0                       | 5,41  |
| Com RANI             | 2,45     | 9,94  | 95,78                   | 83,78 |
| Sem registro         | 1,18     | 5,48  | 4,22                    | 9,77  |

Fonte: IBGE, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Em Oiapoque, 76,51% da população indígena reside em terras indígenas; em Pedra Branca do Amapari, esse percentual é de 93,74%. As principais atividades econômicas são a

agricultura e o extrativismo. Na terra indígena (TI) Uaçá, a produção de alimentos como açaí, mandioca e banana abastece tanto as aldeias quanto o mercado local.

Entretanto, um desafio recente que afeta diretamente a segurança alimentar e a economia das comunidades indígenas do Oiapoque é o surgimento da praga "vassoura de bruxa da mandioca" (*Rhizoctonia theobromae*), detectada em julho de 2024. O Governo do Amapá, vem adotando um conjunto de medidas preventivas e de combate à praga com apoio da EMBRAPA.

Embora ainda haja poucos dados sobre a produção dos povos indígenas do Amapá, reuniões técnicas e trabalhos de campo realizados na Aldeia do Manga e no Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO) apontaram dificuldades logísticas no escoamento da produção, especialmente do açaí.

Quanto à saúde, a rede de atenção à saúde indígena no Amapá conta com uma estrutura composta por uma Casa de Atenção à Saúde Indígena (CASAI), 14 Unidades Básicas de Saúde Indígenas (UBSI) e quatro polos do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), localizados nos municípios de Oiapoque e Pedra Branca do Amapari. Complementarmente, há três unidades do Núcleo Estadual de Saúde do Indígena (NESI), situadas em Oiapoque, Macapá e Pedra Branca do Amapari, que atuam com equipes formadas majoritariamente por profissionais indígenas, inclusive intérpretes, o que garante um atendimento mais sensível às especificidades culturais (CNES, 2024).

Apesar dessa estrutura formal, os relatos coletados durante os trabalhos de campo apontam uma série de deficiências na rede de atenção à saúde. Entre os principais problemas estão a escassez de profissionais qualificados, a rotatividade das equipes, a falta de medicamentos e insumos básicos, além das dificuldades logísticas para o transporte de pacientes, sobretudo em regiões de difícil acesso como o Tumucumaque. Tais condições comprometem a continuidade e a qualidade do atendimento, ampliando a vulnerabilidade sanitária das populações indígenas.

### **Comunidades quilombolas**

O Amapá possui 12.524 pessoas autodeclaradas quilombolas (Tabela 5), o que representa aproximadamente 1,7% da população total do estado. Essa população se distribui em 31 territórios oficialmente delimitados e 44 comunidades em processo de certificação e autodefinição, conforme registros da Fundação Cultural Palmares.

A maior parte da população quilombola vive fora de territórios oficialmente reconhecidos: 61,93% (7.985 pessoas) residem fora dos territórios delimitados, enquanto 38,07% (4.909 pessoas) vivem dentro desses territórios. Existem 1.879 domicílios em territórios

oficialmente delimitados, dos quais 72,31% dos moradores são quilombolas e 27,69% são não quilombolas, evidenciando a convivência de grupos distintos em territórios compartilhados (IBGE, 2023).

**Tabela 5.** Distribuição populacional quilombola

| Localização                       | População quilombola | Percentual |
|-----------------------------------|----------------------|------------|
| Dentro de territórios delimitados | 4.909                | 38,07%     |
| Fora de territórios delimitados   | 7.985                | 61,93%     |
| Total                             | 12.894               | 100%       |

Fonte: IBGE, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Do ponto de vista fundiário (Tabela 6), apenas quatro territórios estão titulados: Curiaú, Conceição do Macacoari, Mel da Pedreira e São Raimundo da Pirativa. Outras comunidades encontram-se com portarias, Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) ou em fase de estudo técnico.

**Tabela 6.** Territórios quilombolas titulados e suas populações

| Território Quilombola              | Status fundiário | População total | População quilombola |
|------------------------------------|------------------|-----------------|----------------------|
| Curiaú - Macapá                    | Titulado         | 1.803           | 1.535                |
| Conceição do Macacoari - Macapá    | Titulado         | 33              | 28                   |
| Mel da Pedreira - Macapá           | Titulado         | 115             | 115                  |
| São Raimundo da Pirativa - Santana | Titulado         | 115             | 101                  |

Fonte: IBGE, 2023; Fundação Cultural Palmares, 2024. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Na FF-AP existem cinco territórios quilombolas distribuídos nos municípios de Oiapoque, Calçoene, Ferreira Gomes e Laranjal do Jari (Quadro 1).

**Quadro 1.** Territórios quilombolas na FF-AP

| Município        | Status fundiário       | Nome do território      |
|------------------|------------------------|-------------------------|
| Calçoene         | RTID                   | Cunani                  |
| Ferreira Gomes   | Estudo técnico         | Igarapé do Palha        |
| Oiapoque         | Estudo técnico         | Kulumbu do Patuazinho   |
| Oiapoque         | Certificada (sem info) | Vila Velha do Cassiporé |
| Laranjal do Jari | Certificada (sem info) | São José                |

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2024. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

A seguir, os dados populacionais por território com informações disponíveis:

**Tabela 7.** População nos territórios quilombolas da FF-AP

| Município | Nome do território | População total | População quilombola |
|-----------|--------------------|-----------------|----------------------|
| Calçoene  | Cunani             | 56              | 56                   |

|                       |                       |     |    |
|-----------------------|-----------------------|-----|----|
| <b>Ferreira Gomes</b> | Igarapé do Palha      | 31  | 22 |
| <b>Oiapoque</b>       | Kulumbu do Patuazinho | 355 | 56 |

Fonte: IBGE, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

De acordo com IBGE (2023), em Oiapoque vivem 146 quilombolas (0,53% da população), destes, 38,36% residem em territórios quilombolas e 61,64% fora. Em Laranjal do Jari, são 345 quilombolas (0,98%), todos fora de territórios. Já no município de Ferreira Gomes, 82 quilombolas (1,23%), dos quais 26,83% estão em território e 73,17% fora. E em Calçoene, 58 quilombolas (0,55%), com 96,55% vivendo em território.

Quanto à alfabetização, o município de Oiapoque contabiliza 91,86% alfabetizados (79 pessoas), 8,14% não alfabetizados (7), enquanto Laranjal do Jari: 80,18% alfabetizados (174), 19,82% não alfabetizados (43). Ferreira Gomes: 86,96% alfabetizados (47), 14,55% não alfabetizados (8), o município de Calçoene: 86,96% alfabetizados (40), 13,04% não alfabetizados (6).

**Tabela 8.** Infraestrutura dos domicílios com pelo menos um morador quilombola

| Município               | Rede de esgoto | Água da rede geral | Banheiro exclusivo | Coleta de lixo |
|-------------------------|----------------|--------------------|--------------------|----------------|
| <b>Oiapoque</b>         | 0%             | 0%                 | 62,79%             | 44,19%         |
| <b>Laranjal do Jari</b> | 1,05%          | 33,69%             | 56,84%             | 16,84%         |
| <b>Ferreira Gomes</b>   | 3,57%          | 64,29%             | 82,14%             | 60,71%         |
| <b>Calçoene</b>         | 0%             | 0%                 | 57,14%             | 0%             |

Fonte: IBGE, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Esses dados evidenciam importantes desigualdades entre os municípios da faixa de fronteira quanto ao acesso à infraestrutura básica, escolarização e territorialização da população quilombola. Isso reforça a necessidade de políticas públicas regionalizadas e integradas para o fortalecimento dos direitos sociais e territoriais dessas comunidades.

Em relação aos dados de produção, o relatório produzido pela Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) e pela Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Amapá (CONAQ-AP), em 2021, trouxe dados relevantes sobre a situação produtiva dessas comunidades. A pesquisa, realizada entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, envolveu 51 organizações quilombolas distribuídas em sete municípios, incluindo Oiapoque, Laranjal do Jari, Calçoene e Ferreira Gomes. Macapá concentrou 70% dessas organizações, que beneficiam 8.723 famílias. Do total, 86% das organizações estão formalizadas, sendo que 61% têm liderança compartilhada entre homens e mulheres, e 25% são lideradas exclusivamente por mulheres.

A agricultura é a principal atividade produtiva em 76% das comunidades, com destaque para mandioca, açaí, banana e macaxeira. Em 2020, 35% das comunidades registraram queda na produção devido à pandemia da COVID-19. A farinha de mandioca é o principal item produzido (25.050 sacas de 60 litros). No entanto, 60% da produção é vendida a atravessadores, 31% em feiras e apenas 5 organizações acessaram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) entre 2018 e 2020.

Quanto aos desafios enfrentados, destacam-se o escoamento da produção (22%), problemas administrativos (21%) e entraves jurídicos (20%). Apenas uma comunidade possui casa de farinha totalmente mecanizada. A maioria utiliza equipamentos manuais ou semimecanizados, e houve queda de 47,6% no volume processado em 2020. A produção artesanal e a pecuária também foram afetadas negativamente. O turismo, praticado por meio de atividades culturais, teve 57% de suas ações suspensas durante a pandemia.

### **Comunidades extrativistas e ribeirinhas**

Quantificar e mapear as comunidades extrativistas e ribeirinhas no Amapá, assim como na região amazônica, representa um desafio técnico relevante, principalmente pela ausência de indicadores específicos nos censos oficiais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, não contempla diretamente a categoria "ribeirinhos" em suas estatísticas demográficas. No caso das comunidades extrativistas, os dados disponíveis são provenientes do Censo Agropecuário, cuja última edição foi realizada em 2017.

Além da lacuna estatística, a complexidade territorial da Amazônia, marcada pela extensão geográfica, difícil acesso e diversidade sociocultural, torna o processo de identificação e caracterização dessas comunidades desafiador. Em virtude dessas limitações, este diagnóstico baseia-se em informações extraídas de artigos acadêmicos, documentos técnicos, registros de campo e informações de movimentos sociais e associações comunitárias.

De acordo com o INCRA (2025), o Amapá possui 63 projetos de assentamento, totalizando aproximadamente 1,95 milhão de hectares que beneficiam cerca de 17 mil famílias. Desses, 20 são Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), voltados a comunidades tradicionais. Nos municípios da faixa de fronteira, encontram-se os assentamentos: PAE Maracá (Laranjal do Jari e Mazagão), PAE Sucuriçu (Amapá), Projeto de Desenvolvimento Sustentável Irineu e Felipe (Calçoene) e a Reserva Extrativista do Rio Cajari (Laranjal do Jari e Mazagão), que juntos possuem cerca de 5 mil famílias assentadas.

Além dos assentamentos oficialmente reconhecidos, comunidades extrativistas e ribeirinhas também se distribuem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como a



Floresta Estadual do Amapá (FLOTA), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru e a Floresta Nacional do Amapá (FLONA). Nessas áreas, os moradores praticam atividades como extrativismo vegetal, agricultura de subsistência e manejo florestal sustentável, com destaque para produtos como castanha-do-brasil, andiroba, açaí e copaíba.

Na área da educação, persistem problemas estruturais, como a precariedade das escolas, alta rotatividade de professores, ausência de propostas pedagógicas adequadas à realidade local e deficiência no transporte escolar (Castro; Souza Júnior; Lobato, 2021, p. 8-9). No campo da saúde, embora existam iniciativas como as Equipes de Saúde da Família Ribeirinha (eSFR) e as Unidades Básicas Fluviais (UBSF), a cobertura ainda é restrita, prejudicada por fatores logísticos e ausência de infraestrutura adequada (Brasil, 2024).

Do ponto de vista ambiental, essas comunidades enfrentam sérios impactos, como a salinização das águas e a erosão das margens dos rios, especialmente no Arquipélago do Bailique (IEA, 2024). Na dimensão produtiva, persistem dificuldades logísticas para o escoamento da produção e entraves à estruturação de cadeias produtivas locais, como as do açaí e da castanha-do-brasil (Silva; Pontes; Albuquerque, 2020, p. 11; Carmo, 2023, p. 23).

A infraestrutura básica continua insuficiente, com carência de serviços essenciais como abastecimento de água potável, energia elétrica, saneamento e transporte. A insegurança fundiária e a ausência de reconhecimento legal de muitos territórios dificultam ainda mais o acesso a políticas públicas específicas.

A instalação de empreendimentos hidrelétricos aprofunda esse cenário de vulnerabilidade. A Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari provocou a desterritorialização da comunidade de São Francisco do Iratapuru e profundas alterações nas dinâmicas sociais e culturais locais (Campos *et al.*, 2022, p. 6-7). Já a Usina Hidrelétrica (UHE) Ferreira Gomes causou alagamentos permanentes, perda de áreas produtivas, erosão das margens dos rios e impactos à segurança alimentar das comunidades ribeirinhas. Dentre os efeitos registrados, destaca-se a mortandade de peixes ocasionada por variações abruptas no nível do rio, decorrentes da abertura das comportas da usina, o que compromete diretamente a principal fonte de subsistência das populações locais (Brito; Drummond, 2022, p. 10-12).

Apesar das adversidades, essas comunidades detêm elevado potencial socioeconômico e ambiental, com destaque para a conservação da biodiversidade e a produção sustentável baseada no pescado, açaí, castanha, manejo do cacau e outros produtos da sociobiodiversidade.

### **Dinâmicas de violência nas comunidades tradicionais**

As comunidades tradicionais embora ocupem áreas historicamente protegidas, como TIs, unidades de conservação (UCs) e territórios quilombolas, enfrentam crescente pressão de atividades ilegais e conflitos fundiários provocados pela expansão do agronegócio, garimpo ilegal, tráfico de drogas e a atuação de facções criminosas. A ausência de regularização fundiária e a fragilidade institucional intensificam os riscos e a exposição dessas comunidades à violência.

Os povos indígenas são impactados pelo avanço do garimpo ilegal em suas terras. Destacam-se os casos das TIs *Wajãpi*, Tumucumaque, Uaçá e *Juminã*, onde se registram invasões armadas, contaminação por mercúrio e conflitos por recursos minerais. O caso do assassinato do cacique Emyra Wajãpi, em 2019, após a invasão de garimpeiros na aldeia Mariry, teve grande repercussão nacional, evidenciando a vulnerabilidade desses povos frente à violência territorial (IPEA, 2023, p. 18-19).

Mesmo com a gravidade das situações, ainda há subnotificação: entre 2008 e 2019, apenas seis mortes violentas de indígenas foram oficialmente registradas no estado (IPEA, 2023, p. 17).

Além da violência física, há impactos ambientais e sanitários relevantes, como o caso da região de Vila Nova, onde um estudo revelou que cerca de 60% das mulheres estavam contaminadas por mercúrio. A pesquisa, contudo, foi recebida com hostilidade, e os cientistas responsáveis foram ameaçados por grupos locais ligados ao comércio ilegal de ouro (IPEA, 2023, p. 19).

As comunidades extrativistas e ribeirinhas enfrentam problemas semelhantes. A exploração ilegal de madeira e a mineração predatória afetam diretamente regiões como Porto Grande, Calçoene, Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari. Nessas áreas, muitas famílias trabalham em condições degradantes e sem proteção legal. A Operação Minamata, realizada em 2017, revelou a existência de trabalho análogo à escravidão no garimpo de Lourenço, além de severos danos ambientais causados pela Cooperativa de Garimpeiros de Lourenço (COOGAL), que operava ilegalmente na região (IPEA, 2023, p. 20).

No que se refere às comunidades quilombolas, a insegurança fundiária é o principal vetor da violência. Das 258 áreas de quilombos identificadas no Amapá, apenas quatro possuem título efetivamente emitido pelo INCRA: Curiaú, Mel da Pedreira, Conceição do Macacoari e São Raimundo do Pirativa (IPEA, 2023, p. 24).

A ausência de titulação facilita a grilagem de terras por agentes com capital político e econômico, que se apropriam ilegalmente das áreas, pressionando ou expulsando as famílias que ali vivem há gerações. Um exemplo simbólico é o caso de Maria, agricultora tradicional da

região da Pedreira do Abacate, que foi expulsa de sua terra após a chegada da empresa Agrocerrado, ligada à expansão do agronegócio da soja. Mesmo vivendo na área há mais de uma década, Maria e sua família não conseguiram obter documentação, enquanto os novos ocupantes obtiveram licenças em poucos dias (IPEA, 2023, p. 24).

Paralelamente a esses conflitos territoriais, o estado do Amapá enfrenta um contexto urbano marcado pela atuação de facções criminosas. Organizações como Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV), Família Terror do Amapá (FTA) e Amigos Para Sempre (APS) disputam o controle de rotas de tráfico de drogas, armas e ouro, além de manterem influência dentro e fora dos presídios.

A violência gerada por essas organizações também se estende para os territórios tradicionais, como no Vale do Jari e em comunidades ribeirinhas e quilombolas, onde os grupos criminosos impõem rotinas de medo, coação, aliciamento de jovens e, em alguns casos, a instalação de "tribunais do crime". A atuação das facções é frequentemente associada à violência letal e ao uso abusivo da força policial. Em 2020, o Amapá registrou uma taxa de 17,1 mortes por intervenção policial por 100 mil habitantes — mais de seis vezes a média nacional (IPEA, 2023, p. 12).

A expansão do agronegócio, com destaque para a produção de soja, representa outro vetor de tensão. Produtores se referem ao Amapá como a “última fronteira agrícola” da soja, promovendo a ocupação de áreas do cerrado amazônico ainda preservadas. Apesar da tentativa de controle ambiental por meio da Licença Ambiental Única (LAU), o modelo foi declarado inconstitucional em 2020, mas suas consequências permanecem. Em 2021, o projeto de assentamento Novo Canaã, nos municípios de Pedra Branca do Amapari e Porto Grande, foi alvo de denúncias de exploração ilegal de madeira por meio de falsificação de planos de manejo florestal. Os esquemas envolviam empresários de fora do estado e usavam pessoas vulneráveis como laranjas para “legalizar” a madeira (IPEA, 2023, p. 22).

Em síntese, as comunidades tradicionais do Amapá: indígenas, extrativistas, ribeirinhas e quilombolas, estão cercadas por múltiplas dinâmicas de violência que combinam conflitos territoriais, degradação ambiental, exclusão social e avanço de grupos armados. A ausência de titulação fundiária, a precariedade de políticas públicas e a falta de fiscalização adequada criam um cenário de vulnerabilidade estrutural.

## **AS INTER-RELAÇÕES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

As reuniões da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil–França e do Conselho do Rio Oiapoque contemplam as comunidades tradicionais situadas na faixa de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa, por meio de uma agenda de cooperação binacional. Essa agenda abrange áreas como educação, cultura, saúde, meio ambiente, mobilidade, segurança alimentar, inclusão social e desenvolvimento territorial.

No campo da educação, as ações priorizam a promoção da educação intercultural e o acesso ao ensino superior, respeitando as especificidades linguísticas e culturais dos povos tradicionais. Também são desenvolvidas iniciativas voltadas à valorização e ao reconhecimento do patrimônio cultural imaterial dessas comunidades, com destaque para a proteção das identidades indígenas.

A saúde é tratada como área prioritária, com atenção à vigilância ambiental, ao atendimento em regiões de difícil acesso e à promoção de práticas preventivas. Questões como o monitoramento da contaminação por mercúrio, decorrente da atividade garimpeira, têm recebido atenção especial.

Em meio ambiente, a cooperação se concentra na proteção dos recursos naturais, no enfrentamento de atividades ilegais e na gestão compartilhada de áreas protegidas e territórios tradicionais.

No eixo de mobilidade e infraestrutura, as discussões envolvem a melhoria das condições de transporte e circulação de pessoas e mercadorias nas regiões fronteiriças, respeitando os modos de vida das comunidades locais. A abertura da Ponte Binacional sobre o Rio Oiapoque, por exemplo, exigiu a reestruturação das atividades dos catraieiros e barqueiros, gerando a necessidade de capacitação e novas oportunidades econômicas.

A inclusão social e econômica também tem sido pautada, com foco na geração de renda, no fortalecimento das economias locais e na valorização da agricultura familiar e do extrativismo sustentável.

## ANÁLISE SWOT/FOFA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|------------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <p>Terras indígenas demarcadas e homologadas</p> <p>Existência de Planos de Vida e Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada em diversas aldeias indígenas</p> <p>Práticas comunitárias de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais</p> <p>Presença de Agente indígena de saneamento</p> <p>Produção artesanal e extrativista com foco em produtos de origem natural</p> <p>Agricultura familiar</p> <p>Associações quilombolas e a sociobiodiversidade</p> <p>Existência de associações e cooperativas que fortalecem a organização social e produtiva local</p> <p>Oferta de formação superior específica para professores indígenas: Licenciatura Intercultural Indígena (CII) e o PARFOR Intercultural Indígena</p> <p>Conhecimentos tradicionais de parteiras, benzedeiras e artesãs.</p>                                                                                              | <p>PONTOS FRACOS</p> <p>Conflitos fundiários recorrentes;</p> <p>Entraves na obtenção do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF);</p> <p>Ausência de orientação técnica para acesso a recursos para projetos agroextrativistas;</p> <p>Insegurança alimentar e nutricional decorrente da praga da mandioca;</p> <p>Carência de infraestrutura básica em educação e saúde;</p> <p>Carência de escolas adaptadas às realidades culturais e geográficas dessas populações;</p> <p>Estrutura insuficiente nos polos-base e na Casa de Saúde Indígena (CASAI), com dificuldade logística para o atendimento regular;</p> <p>Falta de serviços especializados em saúde intercultural e atenção psicossocial;</p> <p>Inexistência de sistema de esgotamento sanitário e coleta regular de resíduos sólidos;</p> <p>Dificuldade de deslocamento intercomunitário e para centros urbanos, comprometendo o escoamento da produção e o acesso a serviços básicos;</p> <p>Instabilidade do acesso à internet;</p> <p>Baixa inserção sociopolítica.</p> |
|                  | OPORTUNIDADES | <p>Ações integradas de regularização fundiária; Projeto Floresta+ Amazônia (PNUD/MMA), com potencial de apoio à conservação ambiental e geração de renda para comunidades tradicionais;</p> <p>Expansão de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, agroecologia e cadeias de valor sustentáveis;</p> <p>Implantação de viveiros comunitários para piscicultura;</p> <p>Desenvolvimento de projetos voltados ao fortalecimento da produção pesqueira artesanal;</p> <p>Capacitação para o empreendedorismo;</p> <p>Fortalecimento de redes de comercialização solidária, como feiras locais e circuitos curtos de comercialização de produtos tradicionais (farinha, pescado, artesanato);</p> <p>Economia circular;</p> <p>Turismo de base comunitária;</p> <p>Valorização da cultura quilombola como ativo cultural e turístico, por meio da inclusão em circuitos culturais e políticas de patrimônio</p> | <p>AMEAÇAS</p> <p>Mudanças climáticas;</p> <p>Desmatamentos;</p> <p>Contaminação dos rios por atividades de mineração;</p> <p>Redução de áreas naturais de reprodução de peixes;</p> <p>Disseminação de pragas na produção agrícola;</p> <p>Garimpo ilegal;</p> <p>Exploração ilegal de recursos;</p> <p>Aterro sanitário em Terras Indígenas;</p> <p>Insegurança territorial e alimentar.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| FATORES EXTERNOS |               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

### Carteira de projetos para Comunidades Tradicionais

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                                                              | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                                                                                                                                    | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Eixo: Setor Produtivo</p> <p>Construção de um banco de sementes para recuperação produtiva de áreas degradadas, promovendo conservação ambiental e geração de renda em comunidades tradicionais.</p>          | <p>Assentamentos<br/>Agroextrativistas;<br/>Associações; Cooperativas;<br/>Conselhos Consultivos;<br/>Institutos Socioambientais;<br/>ONGs; MMA; EMBRAPA;<br/>MPI; MDS; IBAMA;</p>                                                                                                     | <p>Comunidades ribeirinhas, extrativistas, indígenas, quilombolas e assentamentos rurais.<br/>PAE Maracá (Laranjal do Jari e Mazagão), PAE Sucuriçu (Amapá), Projeto de Desenvolvimento Sustentável Irineu e Felipe (Calçoene) e a Reserva Extrativista do Rio Cajari (Laranjal do Jari e Mazagão)</p> |
| <p>Eixo: Setor Produtivo</p> <p>Estruturação de negócios comunitários baseados na bioeconomia, promovendo capacitação técnica e apoio à comercialização de produtos sustentáveis.</p>                            | <p>Associações; Cooperativas;<br/>MDA, SISTEMA S; MIDR;<br/>MPI; SETEC; SEPI, AFAP;<br/>IFES;</p>                                                                                                                                                                                      | <p>Laranjal do Jari;<br/>Oiapoque; Serra do Navio;<br/>Pedra Branca do Amapari;<br/>Calçoene; Amapá.</p>                                                                                                                                                                                               |
| <p>Eixo: Setor Produtivo</p> <p>Estruturação das cadeias produtivas do açaí, mandioca e castanha, por meio da capacitação em boas práticas de produção, agregação de valor e estratégias de comercialização.</p> | <p>Associações; Cooperativas;<br/>MDA; SISTEMA S; MIDR;<br/>MPI; SETEC; SEPI; AFAP;</p>                                                                                                                                                                                                | <p>Laranjal do Jari;<br/>Oiapoque; Calçoene.</p>                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <p>Eixo: Setor Produtivo</p> <p>Estruturação e aprimoramento da cadeia produtiva do artesanato local com capacitação técnica, estratégia de organização produtiva e de acesso ao mercado.</p>                    | <p>SISTEMA S; IFES;<br/>SEED/AP; Secretarias Municipais de Educação;<br/>Articulação dos Povos e Organizações Indígenas;<br/>Associações; Cooperativas;<br/>ONGs; Conselho Indigenista Missionário (CIMI);<br/>Institutos; MinC;<br/>SECULT/AP; Secretarias Municipais de Cultura;</p> | <p>Calçoene, Ferreira Gomes, Oiapoque.</p>                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <p>Eixo: Comunidades Tradicionais</p> <p>Oferecimento de atendimentos de serviços de cidadania em regiões de difícil acesso,</p>                                                                                 | <p>Sindicatos rurais; Conselhos Consultivos; MDS;<br/>SEAS/AP; Secretarias Municipais de Assistência Social; Associações;</p>                                                                                                                                                          | <p>Comunidades ribeirinhas, extrativistas, indígenas e quilombolas de difícil acesso.</p>                                                                                                                                                                                                              |



|                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                             |                                                             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| integrando ações públicas e comunitárias por meio de unidades móveis itinerantes.                                                                                                                                                     | Cooperativas; CRAS; CREAS;                                                                                                                                                                                                                  |                                                             |
| Eixo: Comunidades Tradicionais                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                             |                                                             |
| Formação e capacitação de mulheres indígenas para promoção da autonomia por meio do fortalecimento de suas organizações, ações de formação, mobilização social e visibilidade em políticas públicas e espaços institucionais.         | Associações; Cooperativas; Organização dos Professores Indígenas do município de Oiapoque; Conselho dos Caciques das Terras indígenas do Oiapoque e Articulação Indígena Rio Oiapoque; ONGs; Organizações Indígenas; Institutos; MPI; SEPI; | Oiapoque e Pedra Branca do Amapari                          |
| Eixo: Educação                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                             |                                                             |
| Criação de Linhas de Financiamento para estudantes indígena s, quilombolas e ribeirinhos em pesquisa aplicada às demandas de seus territórios, por meio de apoio técnico, bolsas acadêmicas e orientação universitária participativa. | IFES; FAPEAP; MCTI; MEC; CNPQ; SEED/AP; Secretarias Municipais de Educação; MEC; Associações; Cooperativas;                                                                                                                                 | Pedra Branca do Amapari, Oiapoque, Amapá e Laranjal do Jari |

### Carteira de projetos específica para os povos indígenas do Oiapoque

No dia 20 de fevereiro de 2025, a equipe do PDIFF-AP participou da Assembleia do Conselho de Caciques e Cacicas dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), a convite do Instituto Iepé. O encontro, realizado em na Aldeia do Manga, reuniu cerca de 50 lideranças dos povos *Palikur*, *Galibi Marworno*, *Karipuna* e *Galibi Kalinã*, com o objetivo de dialogar sobre os eixos temáticos do PDIFF-AP e construir uma carteira de projetos voltada às demandas dos povos indígenas da região.

A participação na assembleia permitiu ouvir diretamente as demandas prioritárias apontadas pelas comunidades. As lideranças destacaram questões importantes como o acesso ao saneamento básico, a questão hídrica, a valorização da educação indígena bilíngue, o fortalecimento das práticas tradicionais de saúde e a necessidade de apoio à produção agrícola e extrativista, respeitando as dinâmicas culturais e territoriais dos povos.

**Figura 19.** Construção da carteira de projetos específica para os povos indígenas de Oiapoque



Fonte: Acervo PDIFF-AP, 2025.

A partir desse diálogo, foram construídas e aprovadas 10 propostas de projetos alinhadas as demandas dos povos indígenas com base em suas realidades. Esse processo reforçou o protagonismo dos povos indígenas na definição de políticas públicas, valorizando a escuta ativa e o respeito à diversidade sociocultural

Por fim, esse momento representou um marco importante na construção de um modelo de desenvolvimento inclusivo e diferenciado para a faixa de fronteira, ressaltando a importância de espaços para a participação direta na construção de soluções eficazes e justas.

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                        | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                                                                                              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Formação técnica para o intercâmbio de saberes tradicionais das parteras indígenas.                                                                                        | ONGs; Secretaria Municipal de Saúde; SESA/AP; Secretaria Municipal de Educação; SEED/AP; CCPIO; SISTEMA S; IFES; HU; MS; FUNASA; FIOCRUZ; MPI;                                                                                                   |
| Implementação e adequação de materiais didáticos bilíngues e contextualizados para uso nas escolas indígenas, valorizando as línguas, saberes e histórias das comunidades. | ONGs; Secretaria Municipal de Educação; SEED/AP; IFES, Secretaria de Assuntos Indígenas; OPIMO; MPI; FUNDEB; FNE; SENAR/AP; SISTEMA S; Associações; Cooperativas; Organizações de professores e pais (associações e sindicatos); MEC; MMA; MCOM; |

|                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aquisição e manutenção de uma unidade básica de saúde móvel em embarcação equipada, com equipe multidisciplinar, para atendimento contínuo aos povos indígenas.                   | MS; MPI; SESA; SMSO; SISTEMA S; NESI; Associações; Cooperativas; IFES; FUNAI, FUNASA; ONGs; HU; FUNASA; SESA/AP;                                |
| Aquisição e manutenção de lanchas adaptadas e prontas para remoção de pacientes indígenas em regiões de difícil acesso                                                            | MS; SESA/AP; SMSO; SISTEMA S; ONGs; NESI; Associações; Cooperativas; IFES; FUNAI, FUNASA;                                                       |
| Instalação de placas fotovoltaicas, baterias e internet em comunidades indígenas                                                                                                  | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras; CEA Equatorial; MME; MIDR; MC; BNDES, ONGs;                                                     |
| Construção de microestações de tratamento de água nas aldeias e capacitar moradores para gestão dos equipamentos.                                                                 | Fundo Amazônia; SEINF/AP; Secretarias Municipais de Obras e Infraestrutura, CCPIO; Fundo Amazônia; SESA/AP; SEMA/AP; Associações; Cooperativas; |
| Capacitação e acompanhamento técnico para famílias indígenas em técnicas de diversificação da produção agrícola, com enfoque agroecológico e valorização de saberes tradicionais. | Associações; Cooperativas; EMBRAPA; IFES; SDR/AP; MAPA; RURAP; ONGs;                                                                            |
| Aquisição e distribuição de sementes nativas e adaptadas estimulando a autonomia agrícola das comunidades.                                                                        | Secretaria Municipal de Meio Ambiente; SEMA/AP; ICMbio; SISTEMA S; MPI; MMA; CCPIO;                                                             |
| Implantação de um sistema comunitário de coleta de resíduos sólidos e práticas de reciclagem, com educação ambiental voltada à realidade local.                                   | SISTEMA S; MMA; SETEC, FAPEAP, MCTI, Cooperativas e Associações, ONGs, Secretarias Municipais, IFES, MDS                                        |
| Criação de um programa de etnoturismo para jovens e lideranças indígenas.                                                                                                         | SENAR/AP; ONGs; SISTEMAS S; Secretaria Municipal de Turismo; SETUR/AP; FECOMÉRCIO; Associações; Cooperativas; CCPIO                             |

## EDUCAÇÃO

A educação é um dos principais pilares de uma sociedade. Sem ela, não é possível falar de justiça, tampouco de cidadania. Trata-se de um elemento essencial do processo político e social, pois incentiva a transformação da realidade pela ação-reflexão<sup>1</sup>, colocando-se assim como dimensão necessária ao ser humano para sua construção enquanto indivíduo e ator social.

No Brasil, durante o período da redemocratização, tal eixo passou por grandes transformações, como a elaboração da nova Constituição Federal de 1988. Mediante a ela, foi inaugurada uma base de princípios e diretrizes para a educação brasileira, onde seu acesso se fez reconhecido como um direito de todos, preconizando o combate às desigualdades sociais históricas do país.

Diante desse novo contexto do ensino no Brasil, fez-se necessária a elaboração do Plano Nacional da Educação (PNE) de 2001 (Brasil, 2001), em concordância com as exigências da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Brasil, 1996). A implementação das suas estratégias se dá em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com duração de dez anos. Atualmente, está em vigor o PNE (2014-2024) instituído pela Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014, o qual estabelece metas e indicadores, com o objetivo de monitorar e garantir o acesso à educação pública de qualidade, redução das desigualdades socioeconômicas, valorização da diversidade cultural-étnica e dos profissionais da educação (Brasil, 2014).

À vista disso, este diagnóstico utilizará como uma das principais referências o PNE, para a compreensão da Educação Básica e Superior dentro da faixa de fronteira do Amapá (FF-AP). Além de olhar para os aspectos legais comuns do ensino, serão abordados também aspectos específicos ligados à Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo, que são modalidades garantidas por lei e cujo intuito é construir um processo educativo junto à realidade sociocultural e política desses grupos culturais (Barros e Rodrigues, 2019).

Considerando as especificidades expostas, a fim de identificar e mapear as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças dentro dos municípios da FF-AP, será construído o diagnóstico de Educação em diálogo com as seguintes temáticas presentes neste plano: Comunidades Tradicionais, Infraestrutura e Meio Ambiente.

## DADOS DE EDUCAÇÃO NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE

---

<sup>1</sup> Segundo Luiz Kronbauer (2010, p.23), “ação-reflexão é expressão recorrente na obra de Freire. Ela designa o binômio da unidade dialética da práxis, supondo que esta seja o fazer e o saber reflexivo da ação. O saber que realimenta criticamente o fazer, cujo resultado incide novamente sobre o saber e, assim, ambos se refazem continuamente”

Este tópico encontra-se dividido em duas partes: na primeira, serão apresentados dados relacionados à Educação Superior e Básica, que inclui Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, porém, dentro de um panorama geral da FF-AP, enquanto na segunda serão apontados dados que contemplam os aspectos próprios da Educação Básica com foco em Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo.

### **Educação Básica**

No que condiz ao número de escolas (Tabela 9), de dependência administrativa federal, estadual, municipal ou privada, os municípios da FF-AP apresentam-se desta forma:

**Tabela 9.** Número de escolas na FF-AP

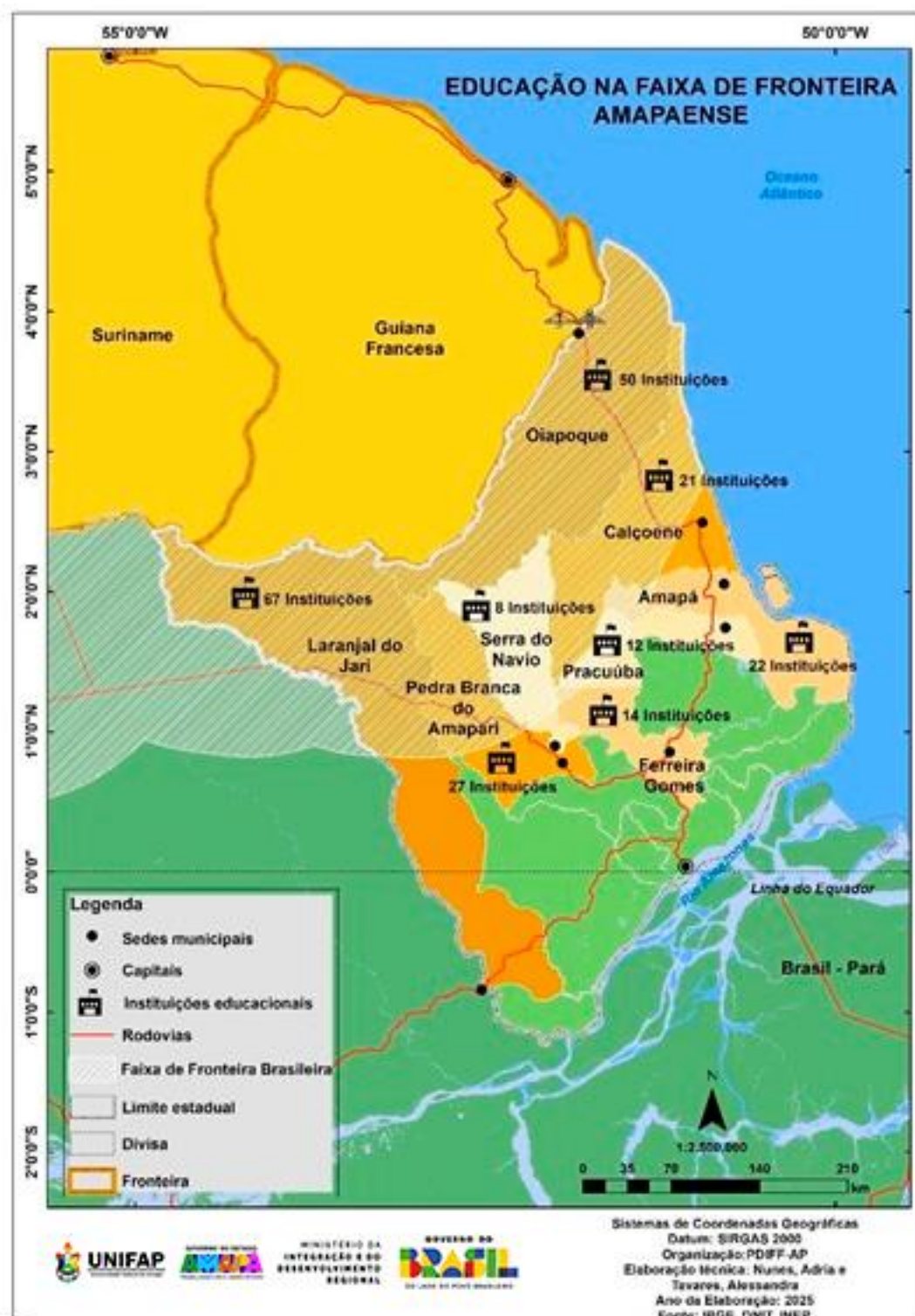
| <b>Municípios</b>              | <b>Federal</b> | <b>Estadual</b> | <b>Municipal</b> | <b>Privado</b> | <b>Total</b> |
|--------------------------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|--------------|
| <b>Amapá</b>                   | -              | 7               | 14               | 1              | 22           |
| <b>Calçoene</b>                | -              | 5               | 16               | -              | 21           |
| <b>Ferreira Gomes</b>          | -              | 5               | 9                | -              | 14           |
| <b>Laranjal do Jari</b>        | 1              | 37              | 26               | 3              | 67           |
| <b>Oiapoque</b>                | 1              | 26              | 21               | 2              | 50           |
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 1              | 11              | 14               | 1              | 27           |
| <b>Pracuúba</b>                | -              | 6               | 6                | -              | 12           |
| <b>Serra do Navio.</b>         | -              | 3               | 5                | -              | 8            |

Fonte: INEP, 2022. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

A partir dos dados observamos uma relação de proporcionalidade entre o quantitativo populacional e de instituições de ensino (Figura 20). Assim, Laranjal do Jari, seguido de Oiapoque e Pedra Branca do Amapari possuem as maiores taxas de habitantes e respectivamente de escolas.



Figura 20. Mapa de Educação na FF-AP

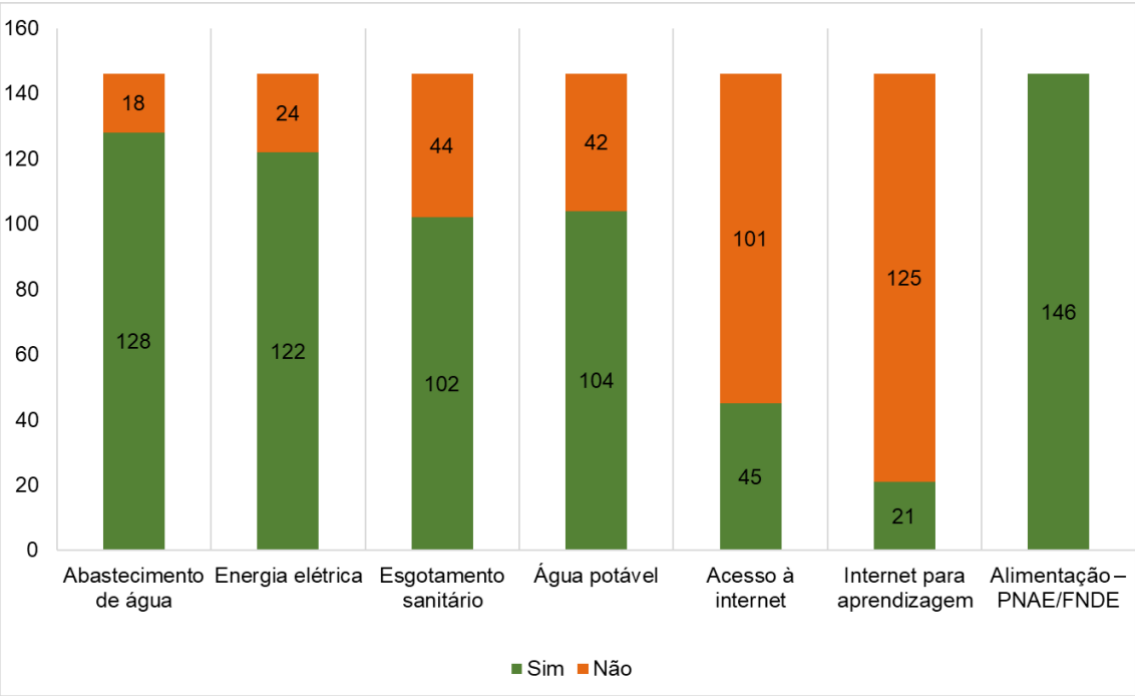


Organização: PDIFF-AP, 2025.

Nos gráficos 1 e 2, tem-se o panorama da infraestrutura das escolas localizadas nas zonas rural e urbana, para o qual foram escolhidas informações ligadas ao saneamento básico

(abastecimento de água, esgotamento sanitário, água potável, energia elétrica), alimentação escolar e conectividade (acesso à internet).

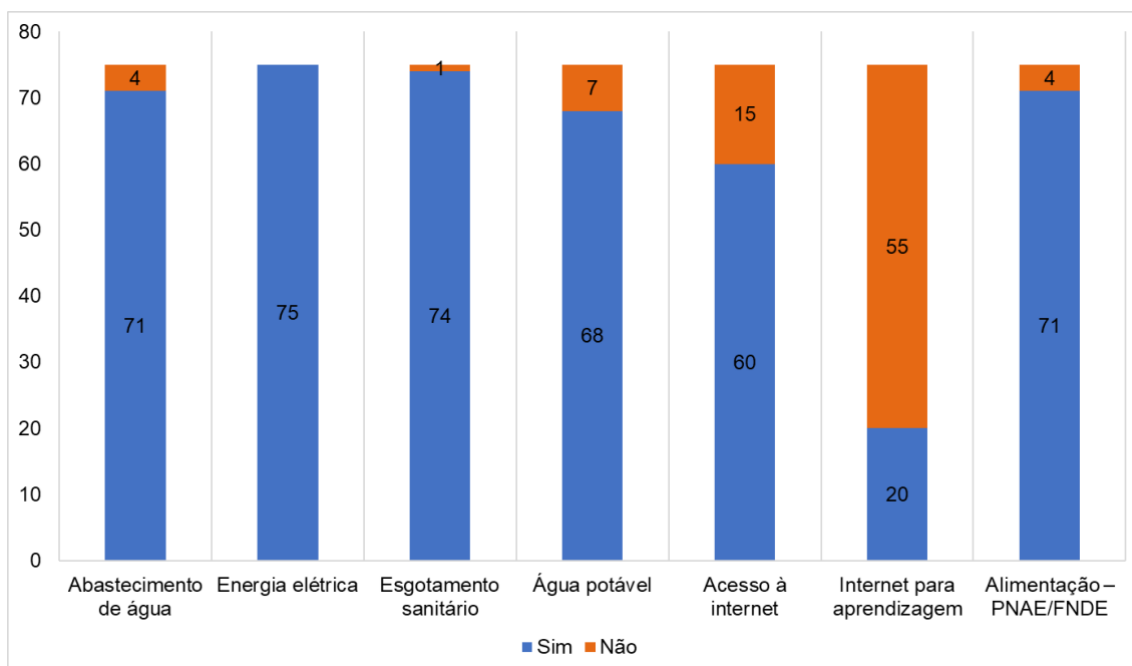
**Gráfico 1.** Infraestrutura básica das escolas da zona rural na FF-AP



Fonte: INEP, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

**Gráfico 2.** Infraestrutura básica das escolas da zona urbana na FF-AP

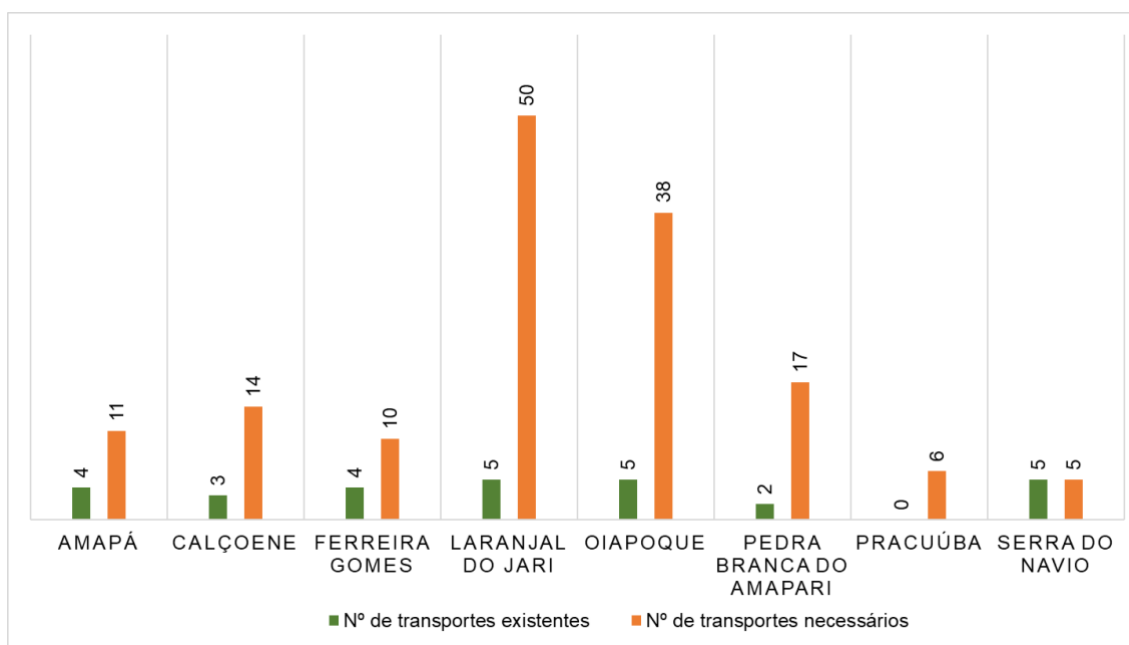




Fonte: INEP, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Pode-se notar, em comparação entre os dois gráficos, uma grande disparidade no que tange ao acesso à internet. Em questão de conectividade voltada ao processo de ensino e aprendizagem, em ambas as zonas (urbana e rural), a maior parte das escolas não oferecem acesso à internet. Essa problemática demonstra o quanto ainda há de se avançar na universalização da conectividade em áreas rurais, e no uso pedagógico de tecnologias dentro da rede de ensino dos estados da região Norte. Para complementar a análise sobre a infraestrutura das escolas na FF-AP, encontra-se disposto a seguir dados referentes à situação do transporte escolar (Gráfico 3).

### **Gráfico 3.** Número de transportes escolares por cada município da FF-AP (2017-2023)



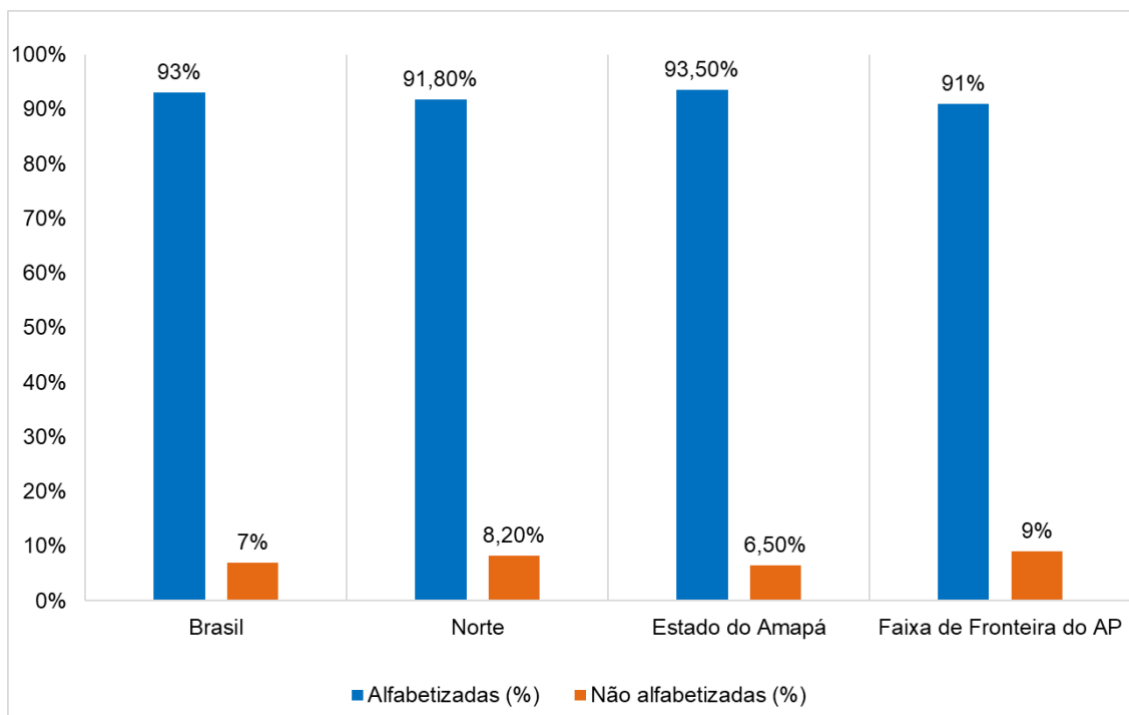
Fonte: FNDE, 2017-2023; INEP, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2024.

A Resolução n. 1 de 20 de abril de 2021 (Brasil, 2021) estabelece as diretrizes e orientações para a gestão do transporte escolar, relacionadas ao Programa Caminho da Escola, monitorado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE). Segundo sua metodologia, a proporção de transporte por estudante é igual a 1 veículo por 250 matrículas. Exposto isso, ao cruzar os dados de matrículas totais de cada município, percebe-se que não se chega nem a 50% do número ideal de veículos existentes, com exceção de Serra do Navio. Sendo que, em Oiapoque e Pracuúba, não há registro de nenhum veículo adquirido (FNDE, 2017-2023).

Dentre os fatores possíveis para tal cenário, pode-se apontar a falta de compreensão de como funcionam os programas e projetos oferecidos pelo FNDE. Com o intuito de mudar tal situação, o programa FNDE Chegando Junto em atuação no estado do Amapá, desenvolveu atividade de capacitação nos municípios sobre o funcionamento de programas como Plano de Ações Articuladas (PAR), Prestação de Contas, Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Caminho da Escola, Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), entre outros, para que assim ocorra maior adesão pelos municípios nas transferências legais ofertadas pelo FNDE (Brasil, 2024).

A taxa de alfabetização (Gráfico 4) representa a proporção dos indivíduos com 15 anos ou mais de idade que sabem ler e escrever em relação à população total dessa faixa etária. Esse indicador é gerado a partir das declarações dos indivíduos entrevistados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2022).

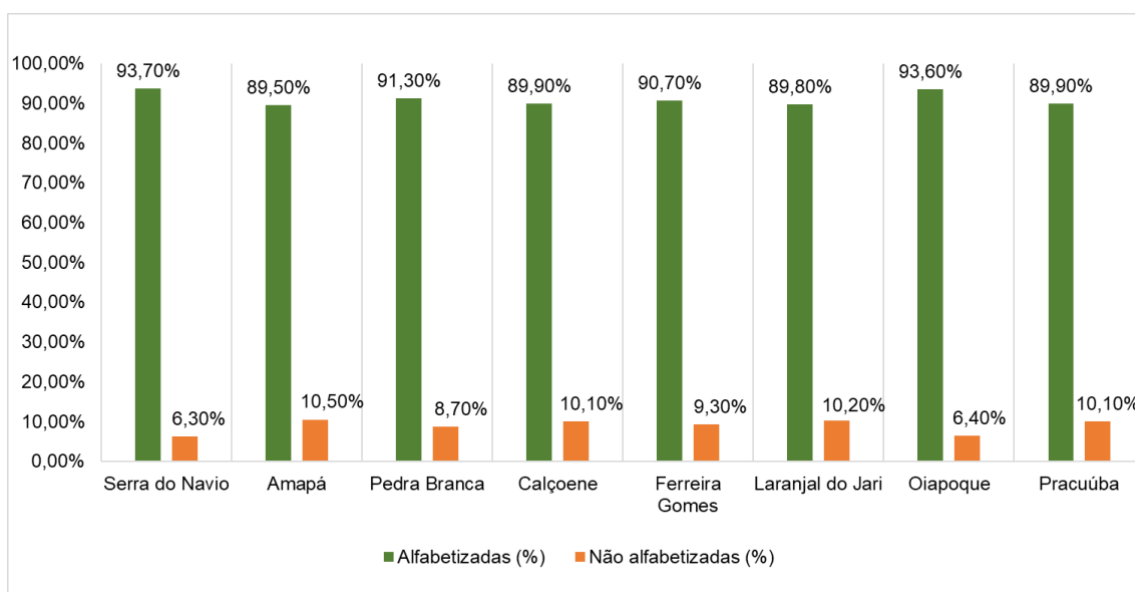
**Gráfico 4.** Taxa de alfabetização do Brasil, do Norte, do Amapá e da FF-AP



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração e organização: PDIF-AP, 2025.

Ao analisar o gráfico acima, percebe-se que o índice de analfabetismo da FF-AP é maior em relação ao Brasil e ao próprio estado do Amapá, estando inserida no contexto da região Norte, o qual ocupa o segundo lugar de maior taxa de analfabetismo, posicionando-se entre Nordeste, com 14,2, e Centro-Oeste, com 5,1 (IBGE, 2022). Quanto aos municípios da FF-AP (Gráfico 5), tem-se os seguintes percentuais:

**Gráfico 5.** Taxa de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas na FF-AP



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração e organização: PDIF-AP, 2025.

Percebe-se que o município com a maior taxa de analfabetismo é o Amapá com 10,5, seguido de Laranjal do Jari com 10,2 e Pracuúba com 10,1 o que é consideravelmente alto em relação à taxa base do Brasil, da região Norte e do estado do Amapá. Visando superar o analfabetismo, há em vigor, como política nacional, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Brasil, 2023, 2024).

### **Dados da Educação Básica: Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo**

Ao abordar sobre as comunidades tradicionais presentes na FF-AP, é necessário perpassar pela educação diferenciada (Quadro 2) que busca pensar uma política educacional pautada na realidade local de tais grupos, considerando sua organização social e identidade étnica, e combatendo a precariedade infraestrutural e pedagógica presentes na rede de ensino de seus territórios (Lima e Santos, 2023; Miranda, 2012; Pinto e Santos, 2022). Em consideração de tal problemática, torna-se pertinente, no contexto da FF-AP, pensar a Educação Escolar Indígena, Quilombola, do Campo e a Educação Ambiental (EA).

**Quadro 2.** Conceito dos tipos de educação diferenciada

| <b>Tipos</b>                       | <b>Características</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Educação do Campo</b>           | Esta modalidade de educação é instituída pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002 (Brasil, 2002), com objetivo de atender às peculiaridades das comunidades das zonas rurais. Apresentam currículo e calendário escolar próprios, entre outras mediações didáticas e metodológicas organizadas segundo a Pedagogia da Alternância.                                                                                    |
| <b>Educação Escolar Indígena</b>   | Decorre pela Constituição Federal de 1988, o reconhecimento da organização social dos povos indígenas, previstas no Art. 231, e com a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, é estabelecido a Educação Indígena (Brasil, 1996). Tal modalidade, caracteriza-se por possuir um currículo diferenciado, intercultural e bilíngue, afirmando a identidade cultural e a história destes povos.                                         |
| <b>Educação Escolar Quilombola</b> | Esta modalidade é regida pela Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, tendo como objetivo estruturar e orientar o processo de sua realização, proporcionando uma modalidade educativa que dialogue com o contexto social destas comunidades (Brasil, 2012).                                                    |
| <b>Educação Ambiental (EA)</b>     | A Educação Ambiental é regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 (Brasil, 2002), que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), tornando-se por lei como um componente essencial a todos níveis e modalidades de ensino brasileiro, a fim de trabalhar a relação entre ser humano/sociedade e meio ambiente, em suas esferas econômicas, políticas, culturais e educacionais de forma crítica. |

Fonte: Brasil, 1996-2012. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Neste cenário, é importante aprofundar a questão tangente à Pedagogia da Alternância, regulamentada pela Resolução CNE/CP n. 1, de 16 de agosto de 2023 (Brasil, 2023), a qual pode ser adotada tanto pela Educação do Campo, quanto pela Indígena e Quilombola, contanto que seja respeitada as especificidades dos modos de vidas de tais grupos.

As escolas que se propõem trabalhar com essa metodologia organizam o processo de formação dos estudantes em períodos alternados de vivência e aprendizagem, articulados entre escola, família e comunidade. Possibilitando que tais sujeitos integrem o conhecimento científico adquirido na escola às práticas agrícola, mas dess/agroextrativistas desenvolvidas no núcleo familiar e comunitário, em vista de uma participação ativa dentro destes espaços e o desenvolvimento socioambiental do território onde se encontram.

No Brasil, esse método pedagógico esteve historicamente ligado aos Centros de Formação Familiar por Alternância (CEFFAs), que surgiram na década de 60. No estado do Amapá, também há a presença desses centros de ensino, denominados Escolas Família Agrícolas (EFAs). Sua criação nasce a partir da articulação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (STR), na década de 1980. Ao todo, existem seis EFAs no Amapá, sendo uma localizada na FF-AP, a Escola Família Agrícola da Perimetral Norte, no município de Pedra Branca do Amapari.

A fim de somar a tal debate, a Educação Ambiental se coloca como ponto constante nas modalidades de ensino mencionadas, podendo se articular também com a formação por alternância, uma vez que está presente nas práticas e saberes das comunidades tradicionais que estabelecem seus modos de vida em profunda coexistência com a natureza. Tal diálogo contribui para a construção da cidadania e a valorização desses grupos, além de, em conjunto deles, pensar outras alternativas de sustentabilidade para os municípios que compõem ou não a FF-AP.

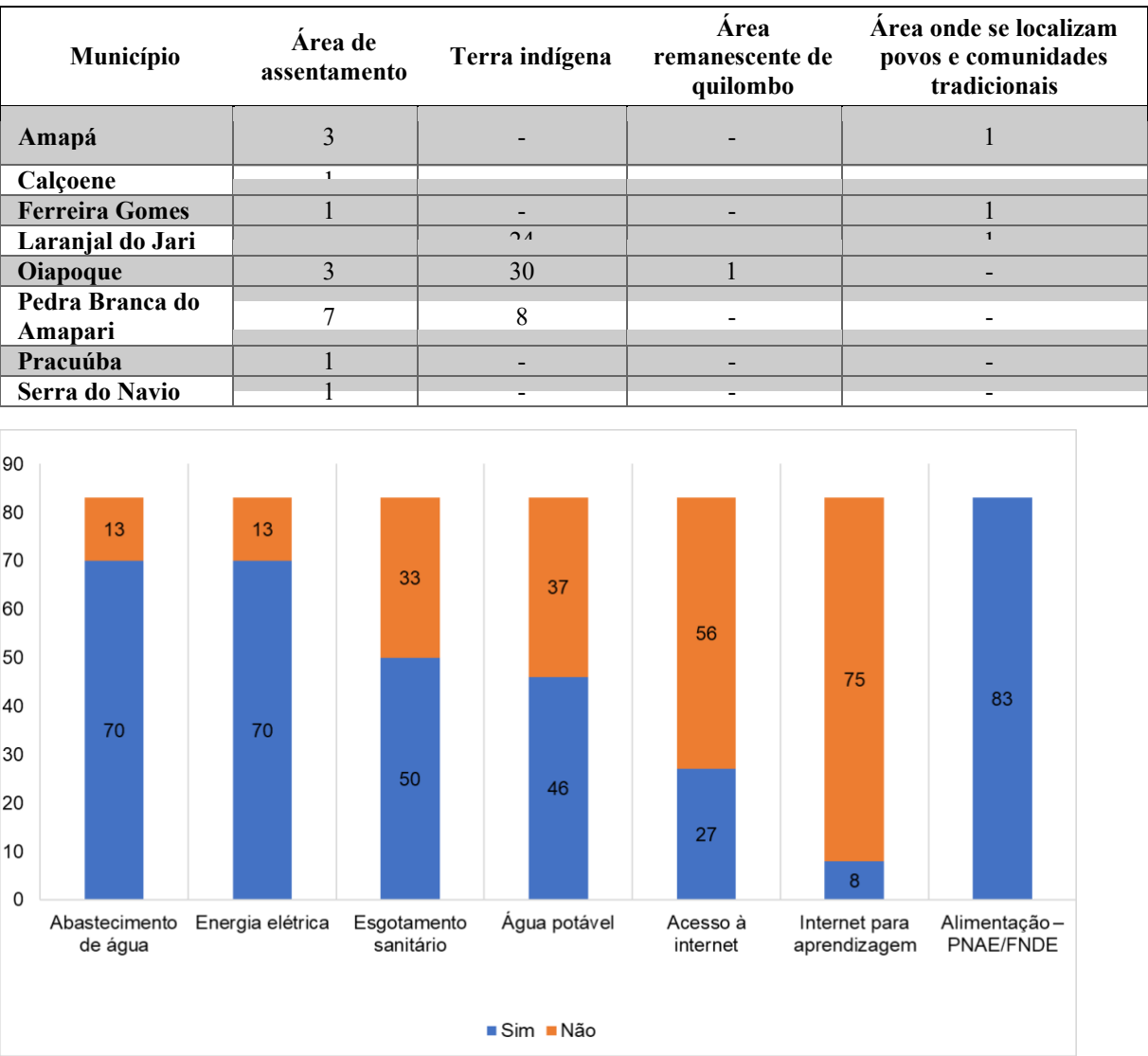
Dentro do levantamento de escolas (Tabela 10), os dados estão agrupados de acordo com a sua localização diferenciada, determinada pelo INEP. São elas: terras indígenas, áreas de assentamento, comunidades remanescentes de quilombos.

**Tabela 10.** Número de escolas por localização diferenciada da FF-AP

Fonte: INEP, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Nota-se, a partir do gráfico 6, que as demandas relacionadas à conectividade são as mesmas apresentadas na primeira parte. Destacam-se também as necessidades de melhorias na oferta de saneamento básico e energia, especificamente nas escolas em terras indígenas, as quais representam a maior parte dos dados abaixo (INEP, 2023).

**Gráfico 6.** Infraestrutura Básica das escolas da FF-AP



Fonte: INEP, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

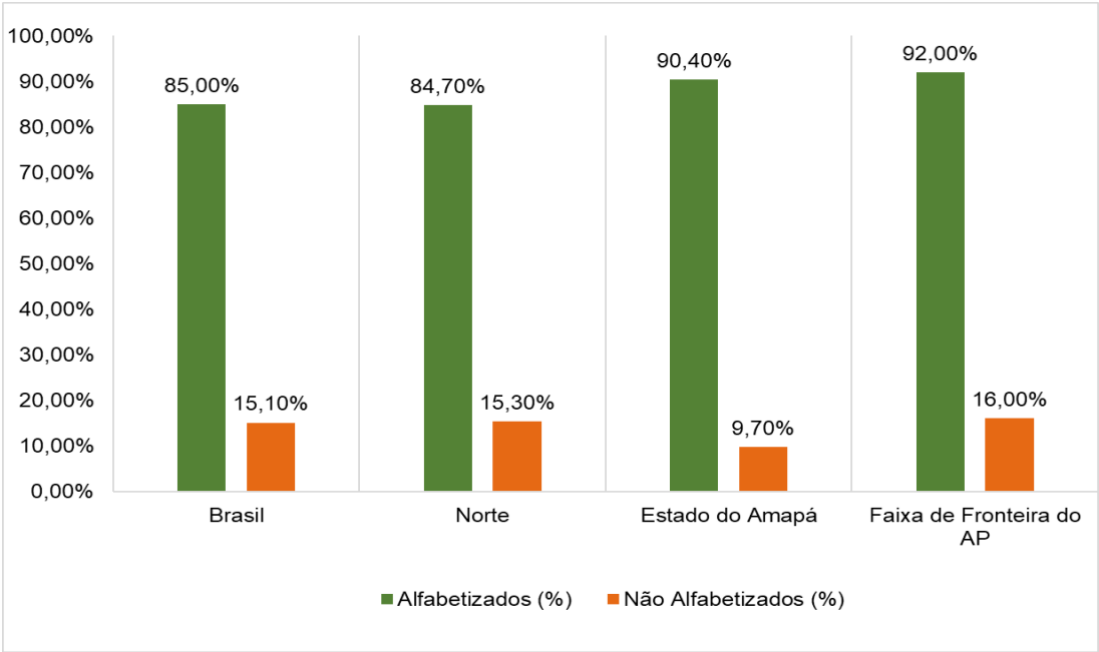
Em relação a taxa de alfabetização na educação diferenciada, foi possível obter os dados somente em relação a pessoas indígenas e quilombolas, a partir do Censo Demográfico (2022).

Pode-se observar que a taxa de analfabetismo da FF-AP (Gráfico 7) supera todos os outros comparativos, nacional, regional e estadual. Tais dados apresentam-se assim devido ao



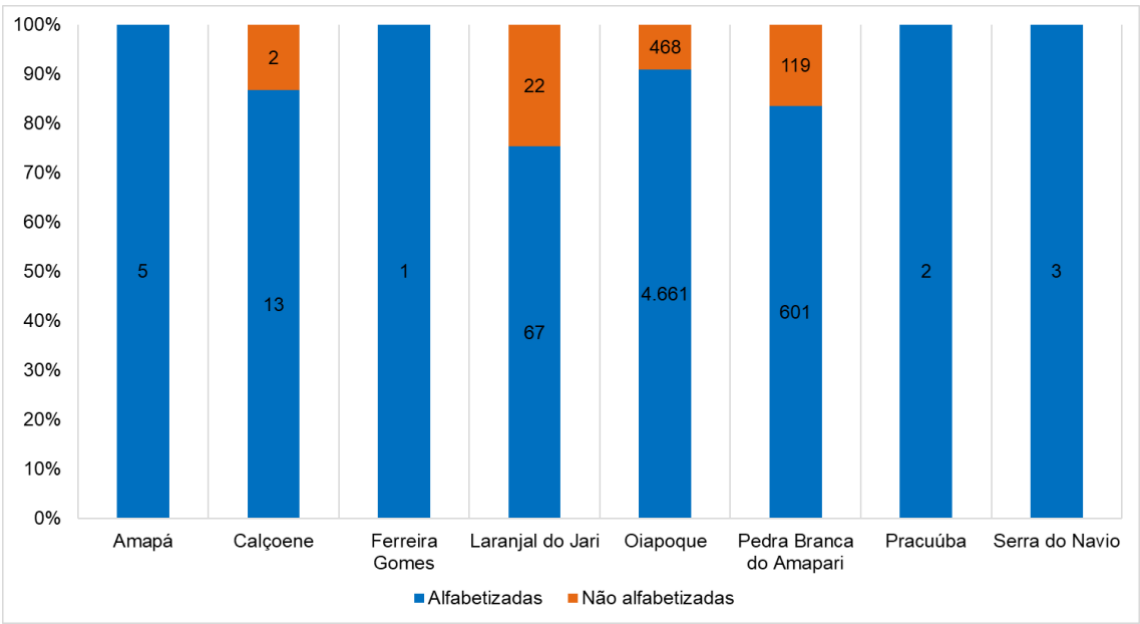
fato de que em todos municípios há 1 ou mais pessoa indígena alfabetizada, porém o maior percentual de pessoas indígenas analfabetas se encontra em apenas em 4 municípios (Gráfico 8).

**Gráfico 7.** Taxa de alfabetização de indígenas do Brasil, do Norte, do estado do Amapá e da FF-AP



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

**Gráfico 8.** Números de pessoas alfabetizadas em cada município da FF-AP

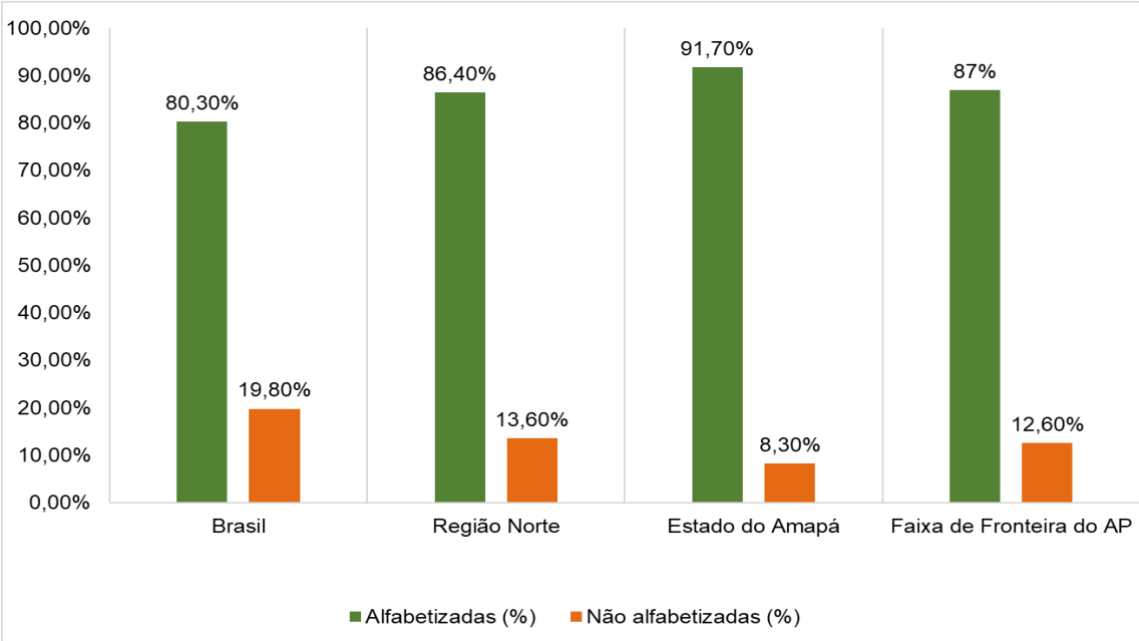


Fonte: IBGE, 2022. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Ao analisar a taxa de alfabetização de quilombolas na FF-AP (Gráfico 9), percebe-se um maior percentual em comparação com o Brasil e à região Norte. Porém, no que se refere a

pessoas analfabetas, a FF-AP possui uma taxa superior à do estado do Amapá. Os municípios da FF-AP que apresentam esses dados são três: Calçoene, Ferreira Gomes e Oiapoque (IBGE, 2022).

**Gráfico 9.** Taxa de alfabetização de quilombolas do Brasil, do Norte, do estado do Amapá e da FF-AP



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

**Educação superior**

As instituições de ensino superior público localizadas na FF-AP estão distribuídas da seguinte forma:

**Quadro 3.** Instituições públicas de Ensino Superior na FF-AP

| Localização      | Instituições de Ensino Superior                                                  | Cursos ofertados                                                                                                                                                                                                 |
|------------------|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Amapá            | Campus Tecnológico Território dos Lagos da Universidade do Estado do Amapá -UEAP | Engenharia Agrônômica; e Licenciatura em Matemática                                                                                                                                                              |
| Laranjal do Jari | Instituto Federal do Amapá – IFAP                                                | Bacharelado em Administração; Bacharelado em Engenharia Florestal; Complementação Pedagógica (UAB-EAD); Licenciatura em Ciências Biológicas; Licenciatura em Pedagogia (UAB-EAD); Tecnologia em Gestão Ambiental |
| Oiapoque         | Instituto Federal do Amapá – IFAP                                                | Tecnologia em Gestão Comercial                                                                                                                                                                                   |
|                  | Universidade Federal do Amapá – UNIFAP                                           | Ciências biológicas; Direito; Enfermagem; Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CII); Letras Francês/Português; História; Geografia e Pedagogia                                                          |

Fonte: Trabalho de campo, 2024. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

No Campus Binacional da UNIFAP em Oiapoque, ressalta-se a natureza dos cursos de Licenciatura Intercultural Indígena (CII) e Letras Francês/Português, que visam contemplar a realidade de fronteira franco-brasileira e dos povos indígenas dessa região e do Norte do Pará. O CII, criado em 2007, é um marco dentro do ensino superior voltado para especificidades das comunidades indígenas, atendendo também às demandas da Educação Escolar Indígena ao promover a formação de professores indígenas.

Destaca-se também, a necessidade de acompanhar a tramitação do Projeto de Lei n. 3455 de 2023, criado pelo senador Randolfe Rodrigues, que foi recentemente aprovado pela Comissão de Educação (CE), em razão da finalidade de transformar o Campus Binacional da UNIFAP em uma Universidade Federal da Fronteira Norte (UNIFRON) (Brasil, 2023).

## **AS INTER-RELAÇÕES DA EDUCAÇÃO NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

Ao tratar da FF-AP, é essencial considerar suas relações intermunicipais, interestaduais e internacionais. Os municípios são agrupados de acordo com a região em que estão localizados, a saber: sub-região da Fronteira, de Macapá, dos Lagos e do Vale do Jari (Santos, 2012).

### **Sub-região da fronteira**

Esta região possui características peculiares, pois trata-se de uma fronteira entre o território de jurisdição brasileira, Oiapoque, e o território europeu, representado pela Guiana Francesa. Os diálogos entre os dois lados são destaques nas reuniões promovidas pela Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França, que perpassam questões educacionais, econômicas, de saúde, entre outros.

No ano de 2023, sua realização apresentou 9 propostas que marcam a retomada da cooperação entre os dois países, quanto a educação especificamente, foi colocado em pauta a implementação efetiva do projeto de escola intercultural de fronteira em *Saint-Georges-de-l'Oyapock* e em Oiapoque; a criação de um serviço de relações internacionais na Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP); a realização efetiva da política de binacionalidade do Campus Binacional da UNIFAP para os indígenas que habitam a Guiana Francesa; e a viabilização do acesso ao ensino superior na Universidade da Guiana Francesa para os indígenas brasileiros.

Estas ações são fundamentais, pois contemplam a especificidade desta região de fronteira, ligada à realidade dos povos indígenas *Galibi Marworno*, *Galibi Kali'na*, *Karipuna*, *Wajãpi* e *Palikur Arukwayene*.

### **Sub-região do Vale do Jari**

Na relação interestadual entre Laranjal do Jari (AP) e Monte Dourado, distrito de Almeirim (PA), observa-se, no campo educacional, que a presença do Instituto Federal do Amapá (IFAP) em Laranjal do Jari atua como um polo atrativo para as localidades vizinhas, ao ofertar ensino técnico e superior. Nesse contexto, verifica-se um fluxo intenso de estudantes paraenses, residentes no distrito de Monte Dourado, que atravessam diariamente o rio Jari em busca de formação educacional no lado amapaense.

É importante destacar, ainda, outro aspecto relacionado a essa dinâmica, o qual será aprofundado em tópico específico sobre Unidades de Conservação (UCs). No território entre o Amapá e o Pará localizam-se o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PARNA) e a Estação Ecológica do Jari (ESEC do Jari). Ambas integram o projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que, em parceria com o WWF-Brasil, apoiou em 2014 a realização do módulo de capacitação do Curso de Pedagogia de Projetos em Temas Ambientais (CPPTA).

O curso foi realizado pelo ICMBio em conjunto com a UNIFAP, contemplando a região do Vale do Jari (Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Monte Dourado), visando o desenvolvimento de projetos e capacitação dos professores da rede pública de ensino relacionado às questões ambientais presentes nos municípios desta região, utilizando como locus de referência em educação ambiental, as unidades de conservação.

### **Sub-região de Macapá**

As relações que envolvem o setor educação estão ligadas a oferta do ensino técnico e profissional através do IFAP, localizado em Porto Grande, se apresentando como polo atrativo desta região, que abarca os municípios de Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes e Serra do Navio. Inclusive em Pedra Branca do Amapari se encontra o Centro de Referência de Educação à Distância do IFAP, que está vinculado ao campus de Porto Grande, e oferta cursos técnicos de nível médio e cursos de formação inicial e continuada.

### **Sub-região dos Lagos**

Esta região se encontra integrada em função do Campus Tecnológico Território dos Lagos da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), no município de Amapá. Para reafirmar as relações desta região, é essencial destacar a futura construção do campus IFAP em Tartarugalzinho que será realizada através do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), buscando expandir a oferta de cursos técnicos e superiores para os municípios da Região dos Lagos.

### **Relações intermunicipais e Unidades de Conservação (UCs)**

Algumas relações dentro da faixa de fronteira são estabelecidas a partir das Unidades de Conservação. Com objetivo de propor projetos que trabalhem a Educação Ambiental dentro da

realidade das UCs presentes na faixa de fronteira, é importante ter como referências ações já realizadas dentro deste contexto, por exemplo, o Projeto Biodiversidade nas Costas – Tumucumaque (BNC-Tumucumaque), implementado em 2014, e o CPPTA, que além de ter sido realizado na região do Vale do Jari, contemplou de 2010 a 2012, os municípios de Serra do Navio e Oiapoque.

## ANÁLISE SWOT/FOFA DE EDUCAÇÃO

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|------------------|---------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <p>Elevado percentual de professores com ensino superior;</p> <p>Oferta de ensino superior e técnico;</p> <p>Alimentação escolar via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);</p> <p>Programa Amapá Jovem;</p> <p>Oferta de curso de graduação Licenciatura Intercultural Indígena (CII) e PAFOR Intercultural Indígena pela UNIFAP;</p> <p>Programa Escola Intercultural de Fronteira (PEIF) e Programa Educação Prisional Transfronteiriça (em Oiapoque);</p> <p>Curso de Língua Francesa por meio do projeto de Extensão SANS FRONTIÈRES (UNIFAP/IFAP) (em Oiapoque);</p> <p>Cursos de capacitação profissional pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/AP);</p> <p>Atuação do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ);</p> <p>Projeto Pracuúba Digital;</p> <p>Tradutor para indígenas que frequentam as escolas municipais (em Pedra Branca do Amapari);</p> <p>Oferta de curso de dança, teatro, música e idiomas com oferta de cursos de língua inglesa e francesa (em Pedra Branca do Amapari);</p> <p>Centro de Memória e Documentação <i>Wajãpi</i>;</p> <p>Projetos com valorização cultural e ambiental: Projeto Turé (SEED), Projeto Horta Sustentável na Escolas (Educação Agrícola TRE Amapá), Projeto Plantação de Ipês.</p> | <p>PONTOS FRACOS</p> <p>Falta de transportes escolares e manutenção nos existentes;</p> <p>Falta de acesso ou instabilidade à internet;</p> <p>Falta de modelos e materiais pedagógicos baseado à realidade das comunidades tradicionais;</p> <p>Dificuldades logísticas para o transporte escolar nas comunidades tradicionais;</p> <p>Problema logísticos relacionados ao envio de alimentação escolar;</p> <p>Analfabetismo acima da média nacional (exceto Oiapoque e Serra do Navio);</p> <p>Baixa oferta de formação continuada específica para professores indígenas;</p> <p>Ausência de Escola Família Agroextrativista (exceto Pedra Branca do Amapari);</p> <p>Êxodo de alunos por questões socioeconômicas;</p> <p>Entraves para acesso a recursos federais devido a inadimplência dos municípios;</p> <p>Ausências de transporte intermunicipal regular para mobilidades de estudantes;</p> <p>Ausência de políticas locais para permanência de docentes</p> |
|                  | OPORTUNIDADES | <p>Expansão de polos de Ensino Superior e Técnico alinhados a estratégias de interiorização;</p> <p>Investimentos do Fundo Amapá;</p> <p>Programas federais como o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e Programa Caminho da Escola;</p> <p>Cooperação entre Amapá e Pará através de parceria escolar;</p> <p>Desenvolvimento de projetos pedagógicos binacionais;</p> <p>Criação da Universidade Federal da Fronteira (UNIFRON);</p> <p>Acordos de cooperação internacionais voltado para o Platô das Guianas por meio da UNIFAP;</p> <p>Implementação do Projeto Jovem Digital;</p> <p>Projeto de Extensão Centro de Recondicionamento de Computadores (UNIFAP) para recebimento de computadores recondicionados.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <p>AMEAÇAS</p> <p>Vulnerabilidade socioeconômica acentuada em áreas de fronteira;</p> <p>Descontinuidade de políticas públicas federais e estaduais;</p> <p>Baixo investimento público e assimetria regional na oferta educacional;</p> <p>Impactos das mudanças climáticas no transporte escolar.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

### Carteira de projetos para Educação

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                      | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                                                                                                                | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                                      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|
| Desenvolvimento e aplicação de um programa de Educação Socioambiental para integração da temática Amazônica no cotidiano escolar         | SEED/AP; Secretarias Municipal de Educação; FUNDEB, FNE, SENAR/AP; IFES; SISTEMA S; Associações; Cooperativas; Organizações de professores e pais (associações e sindicatos); MEC; MMA;                                                                            | Toda a FF-AP                                                 |
| Aquisição de equipamentos portáteis para inclusão digital de crianças e adolescentes de zonas rurais.                                    | Secretarias Municipais de Educação; SEED/AP; MCTI; MEC; RNP;                                                                                                                                                                                                       | Todas as comunidades geograficamente remotas da FF-AP        |
| Criação e implementação de um programa para o empreendedorismo social com protagonismo juvenil                                           | Secretarias Municipais de Educação; SEED/AP; SISTEMA S, Associações; Cooperativas; Sindicatos de bairros; SEJUV, SNJ;                                                                                                                                              | Toda a FF-AP                                                 |
| Criação do programa de inclusão Escolar e Social de Estudantes com Deficiência por Meio de Lazer e Recreação como Intervenção Pedagógica | Secretarias Municipais de Assistência Social; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Coletivos de pessoas com deficiência; Secretarias Municipais de Educação; SEED/AP; Centro Especializado no Transtorno do Espectro Autista (CETEA); CRAS; CREAS. | Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari; Amapá e Oiapoque. |
| Criação e implementação de um curso de Educação Financeira para alunos do ensino fundamental e médio                                     | Secretarias Municipais de Educação; SEED/AP; Secretarias Municipais de Finanças; Instituições Financeiras ou bancárias com Projetos sociais; Diretorias e secretarias de escolas; SENAR/AP; IFES; SISTEMA S; AFAP; SISTEMA S; SENAR/AP;                            | Toda a FF-AP                                                 |
| Oferecimento de Formações Online e Gratuitas para o Desenvolvimento de Competências Digitais                                             | IFES; Sindicatos; Organizações de professores (associações e sindicatos); MEC; ENAP;                                                                                                                                                                               | Toda a FF-AP                                                 |
| Implantação de Bibliotecas em Comunidades Rurais da                                                                                      | IFES; SEED/AP; Secretarias Municipais de Educação;                                                                                                                                                                                                                 | Todas as comunidades geograficamente remotas da FF-AP        |



Amazônia Legal para garantir o acesso à leitura como direito fundamental da criança.

Realização de oficinas em comunidades tradicionais com foco na promoção da saúde preventiva e do saber popular, para fortalecer o cuidado coletivo e o protagonismo comunitário.

SENAR/AP; Sindicato Rural; Organização dos Professores Indígenas do Município; MDA com o Projeto Arca das Letras; MEC

IFES; Organizações Indígenas; Associações; Cooperativas; ONGs; Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Institutos; Sindicatos; ANATER; MDA; MPI; MPA; SEPI; SEED/AP; MS; SVS; SESA/AP

Comunidades Tradicionais da FF-AP

## **INFRAESTRUTURA**

A infraestrutura refere-se à estrutura básica que busca viabilizar o funcionamento da economia, possibilitando o desenvolvimento de diversos aspectos e dimensões das atividades humanas (Rocha e Ribeiro, 2022). Abarca os serviços de logística de transportes, saneamento básico, energia elétrica e telecomunicações (Borça Júnior e Quaresma, 2010).

Na Amazônia, a infraestrutura é um tema complexo que abrange diversas dimensões, desde aspectos socioeconômicos até questões ambientais e culturais. A riqueza da rede hidrográfica e a densa cobertura florestal representam desafios logísticos significativos para a construção e manutenção de estradas e ferrovias. Mesmo com a predominância do transporte fluvial, a infraestrutura de portos e terminais é precária e limitada. Além disso, a cobertura de internet e telefonia móvel ainda é restrita em muitas áreas.

Os projetos de infraestrutura na região provocam intensos debates no que tange a impactos sociais e ambientais decorrentes de iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico, especialmente sobre as comunidades indígenas e ribeirinhas. Essa realidade é refletida no estado do Amapá, como no contexto de construção de um trecho da BR-156 na Terra Indígena Uaçá, em Oiapoque, habitada por indígenas *Palikur*, *Karipuna* e *Galibi Marworno* (Silva e Rocha, 2019).

Historicamente, o Amapá passou de uma região pouco explorada, no início do século XX, para um local com economia em crescimento, impulsionado pela exploração de minérios, especialmente manganês. A criação da ICOMI, na década de 1950, foi um marco importante. A década de 1960 trouxe o Projeto Jari, que gerou investimentos em celulose e papel, além de novas infraestruturas. A construção da rodovia BR-156, por exemplo, visou melhorar a conectividade e o desenvolvimento econômico.

Diante dos pontos apresentados, este diagnóstico objetiva identificar e mapear as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à infraestrutura na FF-AP. A temática dialogará transversalmente com os setores de Meio Ambiente, Saúde, Turismo, Educação e Setor Produtivo.

## **DADOS DA INFRAESTRUTURA NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

### **Logística de transportes**

Os serviços de transportes logísticos abarcam as malhas rodoviárias, ferroviárias, hidroviárias e aéreas (Figura 21). As malhas rodoviárias são compostas pela rede de estradas e rodovias interconectadas que cobre determinada região.

**Figura 21.** Mapa de Rotas de transportes



Organização: PDIFF-AP, 2025

Enquanto as malhas hidroviárias são a rede de rios, canais, lagos, oceanos e outras vias navegáveis que utilizam navios, balsas e outras embarcações para transporte, a malha ferroviária consiste em trilhos e linhas de trem que podem conectar cidades, regiões e países. Já as malhas

aéreas são caracterizadas pelas redes de voos e aeronaves que conectam os aeroportos do país ou de uma região.

A logística de transportes rodoviários no Amapá possui uma especificidade importante: o estado não conta com rodovias que o conectem ao restante do Brasil. No entanto, há uma ponte que o liga à Guiana Francesa (França). O novo PAC contempla a retomada da construção da ponte sobre o Rio Jari, no limite entre Laranjal do Jari e Monte Dourado, distrito de Almeirim (PA), a qual será a primeira ligação terrestre do Amapá com o restante do território nacional. O projeto integra uma das cinco Rotas de Integração Sul-Americana do Governo Federal — a Rota da Ilha das Guianas. A ponte entre Oiapoque e *Saint Georges-de-l'Oyapock* foi inaugurada em 2017, e o trânsito de passageiros funciona das 7h às 19h, todos os dias da semana, inclusive feriados.

O estado possui duas rodovias: a BR-156/AP, planejada com o intuito de promover a integração intermunicipal no Amapá, e a BR-210/AP, que realizaria o papel de interligar a fronteira no perímetro norte, e, por tal motivo, ficou popularmente conhecida como “Rodovia Perimetral Norte” (Porto, 2022). A BR-156/AP e a BR-210/AP não possuem todo o percurso asfaltado, o que prejudica o acesso aos municípios da FF-AP, especialmente durante o inverno amazônico, quando as chuvas provocam erosão nas estradas de terra. Com isso, a locomoção terrestre acaba sendo mais longa ou torna-se inviável nestes períodos. A retomada da pavimentação das duas rodovias federais do Amapá também aparece orçada no Novo PAC.

A capital Macapá é rota utilizada para tabelar os preços de deslocamentos por vias terrestres intermunicipais. Para se deslocar pelas malhas rodoviárias entre os municípios da FF-AP, partindo da capital Macapá-AP, é preciso pagar de R\$30,00 reais (Ferreira Gomes) a R\$200,00 reais (Oiapoque), valores da passagem de transporte rodoviário.

As rotas intermunicipais para Laranjal do Jari e Oiapoque estão devidamente regulamentadas e em operação regular. No entanto, para outras localidades, embora algumas rotas estejam previstas ou regulamentadas, elas não são efetivamente operacionalizadas. Essa lacuna na oferta de transporte público favorece a atuação de serviços alternativos não regulamentados, popularmente conhecidos como “piratas”, que acabam se tornando o principal meio de deslocamento entre municípios, inclusive em trechos onde o transporte regular deveria estar disponível.

**Tabela 11.** Valores e empresas regularizadas que fazem transportes intermunicipais na FF-AP<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Os transportes por via terrestre são concentrados na capital Macapá-AP, por isso, os valores das passagens consideram Macapá como destino inicial e final. Nos casos em que o destino não seja a capital, em geral, os transportes de ônibus ou vans param em pontos específicos na estrada para os passageiros descerem.

| Localidades (valores por percurso)                               | Tarifa          | Empresa                                             |
|------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------------------------------------------|
| Laranjal do Jari/ Macapá<br>Macapá/Laranjal do Jari              | 90,00 – 93,00   | Amazon Tur; Viação Santanense;<br>FLAP transportes. |
| Oiapoque/Macapá<br>Macapá/Oiapoque                               | 190,00 – 193,00 | Amazon Tur; Viação Santanense;<br>FLAP transportes. |
| Calçoene/ Macapá<br>Macapá/Calçoene                              | 120,00 – 123,00 | Amapá Tur                                           |
| Pedra Branca do Amapari/Macapá<br>Macapá/Pedra Branca do Amapari | 60,00           | Santanense                                          |
| Pracuúba/Macapá<br>Macapá/Pracuúba                               | -               | Não possui                                          |
| Amapá/Macapá<br>Macapá/Amapá                                     | -               | Não possui                                          |
| Ferreira Gomes/Macapá<br>Macapá/ Ferreira Gomes                  | 30,00           | Transparação                                        |
| Serra do Navio/Macapá -<br>Macapá/Serra do Navio                 | 70,00 – 80,00   | ALFA/Santanense                                     |

Fonte: SETAP, 2021. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

**Tabela 12.** Valores de transportes alternativos não regulamentados<sup>3</sup>

| Localidades (valores por percurso)                               | Tarifa |
|------------------------------------------------------------------|--------|
| Laranjal do Jari/ Macapá - Macapá/Laranjal do Jari               | 150,00 |
| Oiapoque/Macapá - Macapá/Oiapoque                                | 200,00 |
| Calçoene/ Macapá - Macapá/Calçoene                               | 120,00 |
| Pedra Branca do Amapari/ Macapá - Macapá/Pedra Branca do Amapari | 100,00 |
| Pracuúba/Macapá - Macapá/Pracuúba                                | 80,00  |
| Amapá/Macapá - Macapá/Amapá                                      | 50, 00 |
| Ferreira Gomes/Macapá - Macapá/Ferreira Gomes                    | 100,00 |
| Serra do Navio/Macapá - Macapá/Serra do Navio                    | 110,00 |

Fonte: SETAP, 2021. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Em relação a malha hidroviária, o Amapá possui 5 portos públicos na FF-AP, que estão localizados nos municípios de Oiapoque, Pracuúba, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Ferreira Gomes. As populações das sedes dos municípios geralmente não usam as rotas hidroviárias para locomoção em viagens curtas. Já em comunidades tradicionais e rurais, os rios são utilizados como principal rota de transporte, em especial para o transporte escolar. Além disso, a malha hidroviária é essencial para o escoamento do setor produtivo das regiões remotas. Na décima reunião da Comissão Mista Transfronteiriça (CMT) Brasil-França, um estudo sobre a navegação de cabotagem entre os dois portos foi apresentado pela parte francesa (ADAP, 2018).

Os rios também são usados como rotas de deslocamento na travessia (Tabela 13) de Laranjal do Jari para Monte Dourado e de Oiapoque para *Saint-Georges-de-l'Oyapock*. A travessia em ambos os locais é realizada em barcos de pequeno porte, conhecidos como

<sup>3</sup> As picapes são conhecidas como “piratas”.

“catraias”, e a rota de Laranjal do Jari para Monte Dourado também conta com 2 balsas gratuitas, uma com funcionamento 7 dias por semana, das 6:00 às 00:00, e uma reserva, que deve estar disponível 24 horas por dia para suprir demandas emergenciais.

**Tabela 13.** Valores de transporte por barcos/catraias no Amapá

| Localidades (valores por percurso)                                                               | Tarifa |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Laranjal do Jari/ Macapá - Macapá/Laranjal do Jari (barco)                                       | 400,00 |
| Laranjal do Jari/Monte Dourado - PA - Monte Dourado -PA/ Laranjal do Jari (catraia de travessia) | 4,00   |
| Oiapoque/Guiana Francesa - Guiana Francesa/Oiapoque (catraia de travessia)                       | 30,00  |

Fonte: SETAP, 2021. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

A Estrada de Ferro do Amapá, que compõe a malha ferroviária, foi construída entre fevereiro de 1954 e outubro de 1956, ligando os Municípios de Santana, Macapá, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio. Sua construção está relacionada à necessidade da empresa ICOMI de transportar grandes quantidades de minério de manganês das minas em Serra do Navio para o porto de embarque e exportação em Santana. A estrada possui aproximadamente 194 quilômetros (Melo, 2017). O estado, entretanto, não possui dutos de transporte instalados. Sendo assim, não possui um subsistema ativo (Drummond e Pereira, 2007). Em tal contexto, a malha ferroviária não pode ser utilizada como rota de transporte. Entretanto, devido à sua historicidade, as estações ferroviárias possuem potencial turístico para a faixa de fronteira.

Já a malha aérea na FF-AP é composta por aeródromos, locais com estrutura para pouso, decolagem e movimentação de aeronaves. A maioria desses aeródromos atende às comunidades tradicionais indígenas em situações emergenciais, conforme quadro 4. No estado, não há voos intermunicipais operados por empresas de linhas aéreas. Para transitar pela malha aérea, é preciso possuir um avião particular ou fretar uma aeronave. As empresas de táxi aéreo disponíveis no estado (Aerotop, Piquiatuba e Aeronorte) só possuem base no Aeroporto Internacional de Macapá. A maior demanda para essas empresas são os contratos com o poder público, que atende às demandas de voos para a saúde e educação pública indígenas.

**Quadro 4.** Aeródromos na FF-AP

| Município               | Nome do aeródromo                               |
|-------------------------|-------------------------------------------------|
| Oiapoque                | Aldeia Kumêne; Aldeia Kumarumã; Oiapoque        |
| Calçoene                | Fazenda Pouso Alegre                            |
| Laranjal do Jari        | COOMEJ; Fazenda Santa Maria; Laranjal do Gaúcho |
| Pracuúba                | Acácio Favacho                                  |
| Pedra Branca do Amapari | Silvestre                                       |

Fonte: DECEA, 2024. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.



No sul do estado, Laranjal do Jari não dispõe de aeródromo público. Dessa forma, o distrito paraense de Monte Dourado torna-se uma alternativa estratégica, servindo como rota aérea para voos comerciais da companhia Azul com destino a Belém. Além disso, a pista pública é utilizada em situações emergenciais, como no transporte de pacientes em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) aérea.

### **Geração de energia na faixa de fronteira**

Para o diagnóstico da energia na FF-AP, foi considerado o potencial e a segurança energética, com abordagem das fontes de geração de energia presentes no estado e a segurança energética, voltada a estruturas que visam reduzir a instabilidade e a falta de acesso à energia (Certi, 2020).

Na FF-AP ficam localizadas uma usina solar fotovoltaica, uma usina termoeétrica e quatro usinas hidrelétricas, conforme tabela 14. A usina solar fotovoltaica Oiapoque e a usina termelétrica Oiapoque ficam localizadas no município de mesmo nome. As hidrelétricas intituladas Coaracy Nunes, Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes ficam localizadas no município de Ferreira Gomes, e a Santo Antônio do Jari encontra-se entre Laranjal do Jari e Almeirim (PA) (Brito e Drummond, 2022).

O estado é conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) desde 2015, com a justificativa de que no período úmido o estado exporta energia e no período seco importa parte de sua energia do SIN (Empresa de Pesquisa Energética - EPE). O município de Oiapoque, entretanto, ainda possui um sistema de subestação isolado, abastecido por meio de geração termelétrica a diesel e por uma usina solar fotovoltaica em concessão por meio de um leilão com vigência de 2014 a 2030. A usina fotovoltaica estava prevista para encerrar após a entrada em operação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH), prevista para 2021, este projeto foi incentivado pela CMT.

Na décima CMT, a parte francesa apresentou um projeto para construção de uma central de biomassa em *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, na Guiana Francesa (Silva, 2023). Além das usinas já existentes, o Amapá possui grande potencial energético para novas usinas hidrelétricas, usinas térmicas e biomassa, usinas termoeletricas, produção de energia eólica e usinas solares fotovoltaicas (INPE, 2017).

**Tabela 14.** Fontes de energia na faixa de fronteira do Amapá

| <b>Município</b>                             | <b>Fontes de energia</b>  | <b>Potência [kW]</b> |
|----------------------------------------------|---------------------------|----------------------|
| <b>Ferreira Gomes</b>                        | UHE Cachoeira Caldeirão   | 219.000              |
|                                              | UHE Ferreira Gomes        | 252.000              |
|                                              | UHE Coaracy Nunes         | 78.000               |
| <b>Laranjal do Jari (AP) e Almeirim (PA)</b> | UHE Santo Antônio do Jari | 392.950              |



A segurança energética é caracterizada como o suprimento de energia contínua e acessível a toda a população, com o objetivo de satisfazer necessidades do dia a dia. O tema segurança energética passou a ser debatido com mais ênfase no Amapá a partir de novembro de 2020, período em que o estado sofreu um apagão que causou a falta de energia elétrica por 21 dias em 13 dos 16 municípios, atingindo cerca de 89% da população do estado.

O apagão teve como causa principal a combinação de falhas técnicas e de gestão na subestação de Macapá, administrada pela empresa privada Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE). A crise começou com a explosão de um dos transformadores, enquanto os outros dois estavam fora de operação — um por falha e outro por estar em manutenção desde 2019, sem previsão de retorno ao funcionamento. A ausência de equipamentos de reserva ressaltou a precariedade do sistema elétrico e a falta de planejamento para situações emergenciais, mesmo após a integração do estado ao SIN por meio do linhão de Tucuruí (Porto *et. al*, 2021).

A crise energética gerou um grande impacto no cotidiano da população amapaense. Houve colapso nos serviços essenciais, como fornecimento de água, segurança pública, saúde e educação, já duramente pressionados pela pandemia da COVID-19. A economia local sofreu com a queima de equipamentos, perda de alimentos, fechamento de comércios e desemprego. A população precisou conviver com um sistema de rodízio no fornecimento de energia, em intervalos de horas, o que dificultou o retorno as atividades cotidianas.

Os municípios de Vitória do Jari, Laranjal do Jari e Oiapoque não foram afetados pela crise energética por possuírem sistemas de energia elétrica independentes, ou seja, que não estão interligados ao sistema principal do estado.

A partir de 2021, a energia no Amapá, até então de gestão estadual, foi privatizada, e o Grupo Equatorial venceu o leilão realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2023, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) divulgou o ranking de tarifa energética residencial, e o Amapá foi o único estado que não apareceu na lista, pois o ajuste tarifário aplicado ao estado estava sendo contestado.

Em dezembro de 2024, foi aprovado pela ANEEL um aumento de 13,7% nas contas de luz do Amapá, sob demanda da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), comandada pelo Grupo Equatorial. A alteração despertou oposição no Congresso Nacional e em determinados setores do governo federal, que apontaram como abusivo o aumento. No ranking de tarifa residencial da ANEEL, a CEA Equatorial encontra-se na 24ª posição, dentre 103

concessionárias e permissionárias de energia elétrica (ANEEL, 2025).

Com base nestas informações, associadas aos dados obtidos durante as visitas de campo aos municípios da FF-AP, é possível constatar que o Amapá ainda possui como fraqueza para a segurança energética da população as consequências financeiras causadas pelo apagão no estado. Entretanto, a Medida Provisória n. 1212/2024 propõe a redução dos valores de energia a partir da utilização de incentivo às fontes limpas de energia.

Outra iniciativa federal para tornar a energia acessível é o programa Luz para Todos, que oferece gratuidade para famílias de baixa renda que consomem até 220 kWh por mês, além de oferecer kits de energia solar gratuitos para comunidades tradicionais. Assim, é possível diagnosticar a segurança energética como um problema iminente na faixa de fronteira, mas que está no debate público em vias de soluções e novas oportunidades.

### **Saneamento básico**

No estado do Amapá, os indicadores de acesso e eficiência aos serviços de saneamento são críticos. De acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2022 apenas 46,9% da população possuía atendimento por rede de abastecimento de água, com uma perda de 71,1% da água potável na distribuição, quase o dobro da média do país (37,8%). No que se refere ao esgotamento sanitário, o quadro é ainda mais alarmante: apenas 5,4% da população conta com rede de esgoto, e só 14,2% do esgoto gerado é tratado.

Nos municípios da FF-AP, os dados de saneamento mostram um quadro geral de precariedade nos serviços, com cobertura bastante limitada, especialmente em abastecimento de água e esgotamento sanitário. Municípios como Oiapoque e Calçoene apresentam índices muito baixos de acesso à água potável — 8,9% e 22,29%, respectivamente — o que reflete diretamente na elevada quantidade de habitantes desatendidos. Em contrapartida, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari apresentam os maiores percentuais de cobertura de água, com 75,63% e 55,17%, o que ainda assim está abaixo da média nacional (84,24%).

No que se refere ao esgotamento sanitário, a situação é ainda mais crítica. Apenas três municípios possuem dados registrados: Amapá (5,55%), Oiapoque (1,03%) e Serra do Navio (29,62%). Isso significa que a grande parcela da população desses municípios segue sem acesso a sistemas adequados de coleta e tratamento de esgoto, fator que agrava os riscos à saúde pública e ao meio ambiente. A ausência de informações nos demais municípios demonstra falhas na gestão e monitoramento do setor.

A coleta de resíduos sólidos apresenta maior cobertura em quase todos os municípios, com destaque para Laranjal do Jari (99,78%) e Amapá (90,65%). No entanto, ainda há locais com cobertura insuficiente, como Calçoene (59,16%) e Serra do Navio (53,5%). Quanto à

drenagem urbana, os dados são escassos: apenas Pedra Branca do Amapari reportou cobertura, com 14,2%. Esse cenário demonstra a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura, planejamento e fortalecimento institucional para garantir o acesso universal ao saneamento básico.

**Tabela 15.** Indicadores de saneamento dos municípios da FF-AP (Ano base 2022)

| Município               | População | Atendida com água (%) | Sem Água (hab) | Atendida com esgoto (%) | Sem Esgoto (hab) | Resíduos (%) | Sem Coleta (hab) | Drenagem (%) |
|-------------------------|-----------|-----------------------|----------------|-------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| Amapá                   | 7.943     | 26,87                 | 5.809          | 5,55                    | 7.502            | 90,65        | 743              | -            |
| Calçoene                | 10.612    | 22,29                 | 8.247          | -                       | -                | 59,16        | 2.564            | -            |
| Ferreira Gomes          | 6.666     | 32,01                 | 4.532          | -                       | -                | 72,20        | 1.338            | -            |
| Laranjal do Jari        | 35.114    | 43,16                 | 19.960         | -                       | -                | 99,78        | 76               | -            |
| Oiapoque                | 27.482    | 8,90                  | 25.036         | 1,03                    | 27.200           | 65,50        | 6.210            | -            |
| Pedra Branca do Amapari | 12.847    | 55,17                 | 5.759          | -                       | -                | 77,84        | 2.216            | 14,2         |
| Pracuúba                | 3.803     | 24,59                 | 2.868          | -                       | -                | 65,74        | 857              | -            |
| Serra do Navio          | 4.673     | 75,63                 | 1.139          | 29,62                   | 3.289            | 53,50        | 1.163            | -            |

Fonte: SNIS, 2023; IBGE, Censo 2022.

## Telecomunicações

As telecomunicações são caracterizadas pelos serviços de transmissão e recepção de informações a distância utilizando diversos meios, como cabos, fibras ópticas, ondas de rádio, satélites e redes de internet (MCom, 2025). Para abordá-las na FF-AP, consideramos os provedores de banda larga e cobertura móvel. O acesso a tecnologias, em especial à internet e à cobertura de telefonia móvel, é essencial para a comunicação. Por meio desses acessos, é possível fazer transações em contas correntes, fazer transferências bancárias por PIX, solicitar serviços públicos em canais de comunicação dos governos, dentre outras atividades do cotidiano.

No geral, as sedes dos municípios possuem cobertura de telefonia móvel, enquanto nas comunidades tradicionais e espaços rurais este acesso é precário ou inexistente. Nessas áreas, os serviços de banda larga são os principais responsáveis pela comunicação. Na quarta edição da CMT, discutiu-se a possibilidade de estender o cabeamento óptico da Guiana Francesa até Macapá, com o objetivo de ampliar o acesso à banda larga. Na 8ª edição, a Guiana Francesa apresentou o projeto SPANK, interrompido devido a problemas no sistema de cabeamento.

## Quadro 5. Serviços de banda larga e cobertura móvel na faixa de fronteira

| <b>Município</b>               | <b>Provedor de banda larga</b>                                                                                                                                                          | <b>Cobertura móvel</b>        |
|--------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| <b>Amapá</b>                   | Compuservice Empreendimentos Ltda, Voce Telecom, Starlink Brazil, Oi, Telebras, Claro, Linx Telecomunicações Ltda, Alloha Fibra, RW Serviços de Telecomunicações Ltda, Hughes, BT.      | Claro, Tim, Vivo, Surf.       |
| <b>Calçoene</b>                | Compuservice Empreendimentos Ltda, Starlink Brazil, Oi, Voce Telecom, Telebras, Claro, RW Serviços de Telecomunicações Ltda, Hughes, Alloha Fibra.                                      | Claro, Vivo, Tim, Surf.       |
| <b>Ferreira Gomes</b>          | Voce Telecom, Compuservice Empreendimentos Ltda, Araguay Celta Conect Ltda – ME, Starlink Brazil, HUGHES, OI, Telebras, Claro, Brasil Tecpar, Ruralweb Telecomunicações Ltda, BT, Vivo. | Vivo, Claro, Tim.             |
| <b>Laranjal do Jari</b>        | Voce Telecom, Compuservice Empreendimentos Ltda, Starlink Brazil, Oi, Telebras, Claro, BT, Hughes, Alloha Fibra, Vivo.                                                                  | Vivo, Claro, Tim, Telexperts. |
| <b>Oiapoque</b>                | Compuservice Empreendimentos Ltda, Starlink Brazil, Oi, Telebras, Claro, BT, Hughes, RW Serviços de Telecomunicações, Enerwatt Engenharia, Industria e Comercio - EIRELI, Alloha Fibra. | Tim, Claro, Vivo, Surf.       |
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | Compuservice Empreendimentos Ltda, Hughes, Starlink Brazil, Voce Telecom, Oi, BT, Telebras, Claro.                                                                                      | Claro, Tim, Vivo, Surf.       |
| <b>Pracuúba</b>                | Compuservice Empreendimentos Ltda, Hughes, Starlink Brazil, Oi, Telebras, Claro.                                                                                                        | Claro, Tim, Vivo.             |
| <b>Serra do Navio</b>          | Compuservice Empreendimentos Ltda, Hughes, Starlink Brazil, Oi, Claro, Telebras.                                                                                                        | Claro, Tim, Vivo, Surf.       |

Fonte: TELECO, 2020. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

## AS INTER-RELAÇÕES DE INFRAESTRUTURA NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE

No que diz respeito à infraestrutura, as rotas de deslocamento na FF-AP desempenham um papel central nas dinâmicas de interligação entre as cidades da região. A ponte que conecta o Brasil à França constitui um importante elemento nessa rede de circulação, simbolizando uma relação significativa de mobilidade transfronteiriça. Complementarmente, o tráfego diário de pequenos barcos também exerce papel fundamental no transporte de passageiros ao longo da fronteira.

A relação entre Laranjal do Jari e Monte Dourado, separadas pelo rio Jari, é marcada por uma forte interdependência. O rio funciona como elo físico e simbólico entre as localidades, sendo fundamental para o transporte e a integração com centros urbanos maiores, como Santana (AP) e Belém (PA) (Cruz, 2023).

Em 2002, teve início a construção de uma ponte sobre o rio Jari, com o objetivo de integrar os dois lados da divisa e facilitar o transporte e o comércio na região. No entanto, a obra permanece inacabada, com apenas 39% de execução, devido a entraves financeiros e administrativos (Teles, 2024). A retomada da construção foi anunciada recentemente como parte das ações do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Amapá (GEA, 2024). A conclusão da ponte irá melhorar significativamente a mobilidade, o acesso a serviços

e a integração econômica entre Laranjal do Jari e Monte Dourado. Além, de criar a primeira rota terrestre entre Amapá e o restante do Brasil.

## ANÁLISE SWOT/FOFA DE INFRAESTRUTURA

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|------------------|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <p>Potencial hídrico e energético para energia limpa e navegação fluvial;<br/> Distribuição de kits de energia solar para comunidades rurais/tradicionais;<br/> Ponte Binacional;<br/> Rodovias pavimentadas (Ferreira Gomes, Amapá, Pracuúba e Calçoene);<br/> Transporte regular que conecta alguns municípios à capital;<br/> Conexão de rede via satélite em áreas remotas da FF-AP;<br/> Tecnologias sociais de acesso a água potável.<br/> Laboratório para monitoramento da qualidade da água (Pedra Branca do Amapari).</p>                                                                                                                                                                | <p>Insuficiência de transporte público municipal e intermunicipal;<br/> Ramais não regulamentados;<br/> Transportes alternativos não regulamentados;<br/> Baixa cobertura de saneamento e falta de água tratada em áreas remotas da FF-AP;<br/> Infraestrutura de comunicação e conectividade digital instável;<br/> Trechos de rodovias sem pavimentação;<br/> Obra inacabada da ponte sobre o Rio Jari;<br/> Baixa capacidade técnica e orçamentária dos municípios para obras estruturantes.</p> |
|                  | OPORTUNIDADES | <p>Apoio técnico-científico do TEDPLAN/UNIFAP com diagnósticos e planejamento em saneamento;<br/> Melhoria e regularização de ramais vicinais;<br/> Regulamentação de transportes alternativos e qualificação dos serviços;<br/> Linhas de crédito para energia solar;<br/> Programa Wi-fi Brasil;<br/> Conclusão da obra da ponte sobre o Rio Jari incluída no Novo PAC;<br/> Pavimentação de rodovias;<br/> Construção de portos hidroviários;<br/> Captação de recursos via editais e fundos amazônicos;<br/> Ampliação da distribuição de kits de energia solar para comunidades rurais/tradicionais<br/> Fortalecer a presença técnica dos municípios na elaboração e gestão de projetos.</p> | <p>Impacto das mudanças climáticas;<br/> Insegurança energética;<br/> Descontinuidade de políticas públicas federais e estaduais.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| FATORES EXTERNOS |               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | AMEAÇAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

### Carteira de projetos para Infraestrutura

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                      | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                                                                                                             |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Implementação de tecnologias sociais para acesso à água potável como cisternas, telhados inteligentes para captação de água da chuva, estações de tratamento de água fluvial (fixas e móveis), filtros orgânicos e sistemas de purificação adaptados a contextos remotos.                                                                                                                | Fundo Amazônia; CSA Equatorial; SEINF/AP; Secretarias Municipais de Obras e Infraestrutura; CCPIO; SESA/AP; SEMA/AP; IFES; SISTEMA S; Associações; Cooperativas;         | Ferreira Gomes (parte alta), Aldeia do Manga, Cunani (Oiapoque) Aldeias indígenas e Comunidades Ribeirinhas geograficamente remotas |
| Implantação e operacionalização de um terminal portuário no município de Oiapoque, com infraestrutura adequada para transporte fluvial e apoio logístico interestadual e internacional. O projeto visa impulsionar a economia local, ampliar a integração com a Guiana Francesa, fomentar o comércio regional e garantir presença estratégica do Estado na faixa de fronteira amazônica. | SEPLAN; GEA; DNIT; Prefeitura de Oiapoque; MIDR; MCid; MI;                                                                                                               | Oiapoque                                                                                                                            |
| Implantação e operação de uma rede de transporte universitário gratuito e regular entre municípios vizinhos, conectando estudantes de cidades sem Instituições de Ensino Superior (IES) a universidades e institutos públicos.                                                                                                                                                           | MEC; Mcid; Secretarias Municipais de Educação; SEED/AP; SDC/AP; SETRAP/AP;                                                                                               | Região dos Lagos (Amapá, Calçoene e Pracuúba); Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes.                            |
| Construção de terminais pesqueiros com centros de beneficiamento de pescados para promoção do manejo sustentável de recursos pesqueiros                                                                                                                                                                                                                                                  | SENAR/AP; EMBRAPA; RURAP; IEPA; SEPAq/AP; MPA; MAPA; Associações; Cooperativas; FEPAP; MDS; MIDR                                                                         | Amapá, Oiapoque, Calçoene, Pracuúba e Ferreira Gomes                                                                                |
| Implementação de soluções para coleta e tratamento de esgoto doméstico em comunidades tradicionais através de tecnologias sociais como fossas biodigestoras e bacia de evapotranspiração.                                                                                                                                                                                                | SEMA/AP; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; Secretarias Municipais de Obras e Infraestrutura; SEINF/AP; Associações de Moradores; CSA Equatorial; EMBRAPA; FUNASA; | Comunidades Tradicionais da FF-AP geograficamente remotas                                                                           |
| Disponibilização de linhas de crédito para empreendedores interessados na instalação de sistemas de energia fotovoltaica.                                                                                                                                                                                                                                                                | Agência Amapá; Secretarias Municipais de Infraestrutura e Obras; SISTEMA S;                                                                                              | Toda a FF-AP                                                                                                                        |



|                                                                                                      |                                                                                                                                              |                                                                                        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                      | FECOMÉRCIO;<br>SETE/AP; Cooperativas;<br>Associações;                                                                                        |                                                                                        |
| Instalação de placas fotovoltaicas, baterias e internet em localidades desprovidas de rede elétrica. | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, CEA Equatorial; MME, MIDR; MC; BNDES; ONGs; SISTEMA S; SETEC/AP; MCom; SEINF/AP; CCPIO, MIDR | Comunidades da FF-AP desprovidas de rede elétrica                                      |
| Implementação de redes comunitárias de banda larga.                                                  |                                                                                                                                              | Toda a FF-AP                                                                           |
| Criação de rotas de transporte intermunicipal de passageiros                                         | MCid; SDC/AP; SETRAP/AP; SEMOB                                                                                                               | Região dos Lagos, Laranjal do Jari e Ferreira Gomes                                    |
| Desenvolvimento habitacional em áreas urbanas na Faixa de Fronteira do Amapá                         | MCid; MIDR; MDS; SEINF/AP; SDC/AP; SEHAB/AP; SEMMA/AP; IFES;                                                                                 | Toda a FF-AP                                                                           |
| Criação de Centros de Criatividades para desenvolvimento de atividades artísticas e culturais        | SECULT/AP; Secretarias Municipais de Cultura; SEED/AP; Secretarias Municipais de Educação; SISTEMA S; MINC; MPI                              | Oiapoque, Calçoene, Ferreira Gomes, Amapá, Pracuúba, Laranjal do Jari e Serra do Navio |

## **MEIO AMBIENTE**

Meio ambiente refere-se ao conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (Brasil, 1981). Dentro da Constituição brasileira de 1988, o art. 225 expõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e que é obrigação do Poder Público e da coletividade defendê-lo e conservá-lo, tanto para os presentes quanto para as futuras gerações (Brasil, 1988).

Com isso, para tratar do Meio Ambiente na Faixa de Fronteira do Amapá (FF-AP), foram escolhidos quatro temas: Unidades de Conservação, Desmatamento, Poluição Ambiental, Recursos Hídricos e Mudanças Climáticas.

Cerca de 75% do território do Amapá é coberto por florestas tropicais úmidas e latifoliadas, predominantemente em áreas de terra firme, enquanto uma porção menor é composta por florestas inundáveis. Essas formações densas se estendem pelo oeste, centro e porções da planície litorânea atlântica, desde o sul (delta do Amazonas) até o leste e o norte do estado. Além disso, aproximadamente 6% do território é coberto por cerrados, localizados nas áreas não inundáveis da planície litorânea, especialmente na porção leste (Drummond, 2000). O Amapá é o estado amazônico com menos devastação de florestas nativas, com cerca de 96% da cobertura vegetal nativa intacta e 73% do território protegido (GEA, 2023).

Outro ponto são as atividades econômicas relacionadas ao meio ambiente no estado: extração de minério, pesca, agricultura, extrativismo e pecuária. No entanto, quando essas atividades não são regularizadas pelo estado, trazem malefícios ao meio ambiente, como desmatamento, garimpo/mineração ilegal e poluição ambiental.

Nesse sentido, a temática ambiental na FF-AP faz-se fundamental, pois o entendimento das dinâmicas ambientais e impactos das atividades humanas tem importante impacto na formulação de políticas públicas de promoção da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais. Com isso, o objetivo deste diagnóstico é identificar e mapear as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas ao meio ambiente na FF-AP. A temática dialoga transversalmente com os setores de Infraestrutura, Turismo e Setor Produtivo.

## **DADOS DE MEIO AMBIENTE**

### **Unidades de Conservação**

A Lei Nacional de Unidades de Conservação (Lei n. 9.985/2000) estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) no Brasil. Ela define critérios e

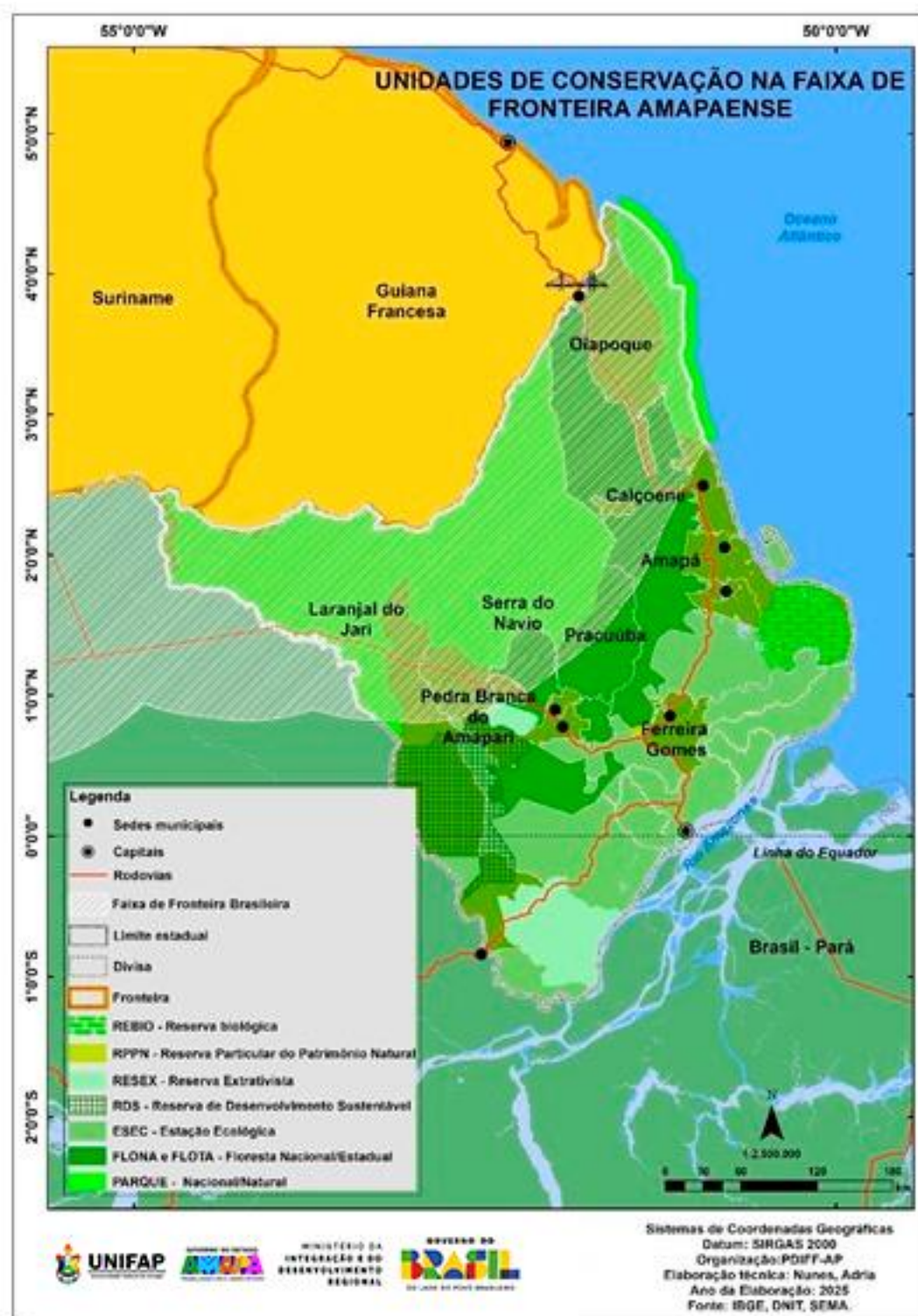
normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, visando a preservação da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável (Brasil, 2000).

O SNUC divide as unidades de conservação (UC) em dois grupos, sendo o primeiro: Proteção Integral, com o objetivo de preservação da natureza, permitindo apenas o uso indireto dos seus recursos. Incluem Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (Brasil, 2000).

O segundo grupo é de Uso Sustentável, que tem como objetivo conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos. Incluem Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (Brasil, 2000).

A principal fragilidade observada é a ausência de plano de manejo em algumas Unidades de Conservação (UC), o que compromete a atuação dos órgãos responsáveis por sua fiscalização e gestão. Embora atividades como turismo, pesquisa científica, visitação e uso sustentável — especialmente em Reservas Extrativistas (RESEX) — sejam previstas pela legislação, sua implementação depende da existência do plano de manejo, o que impede a autorização legal dessas práticas. Além disso, a escassez de servidores públicos agrava as limitações na gestão, dificultando o cumprimento integral das funções das UC conforme definido pelo SNUC.

**Figura 22.** Mapa de Unidades de Conservação na FF-AP



Organização: PDIFF-AP, 2025.

## Desmatamento

Os impactos do desmatamento incluem a perda de oportunidades para o uso sustentável da floresta, como a produção de mercadorias tradicionais através do manejo florestal e a

extração de produtos não-madeireiros. Além disso, o desmatamento impede a captura do valor dos serviços ambientais que a floresta proporciona. A natureza não sustentável dos usos de terra em áreas desmatadas resulta em oportunidades perdidas significativas a longo prazo para manter a floresta em pé (Fearnside, 2006).

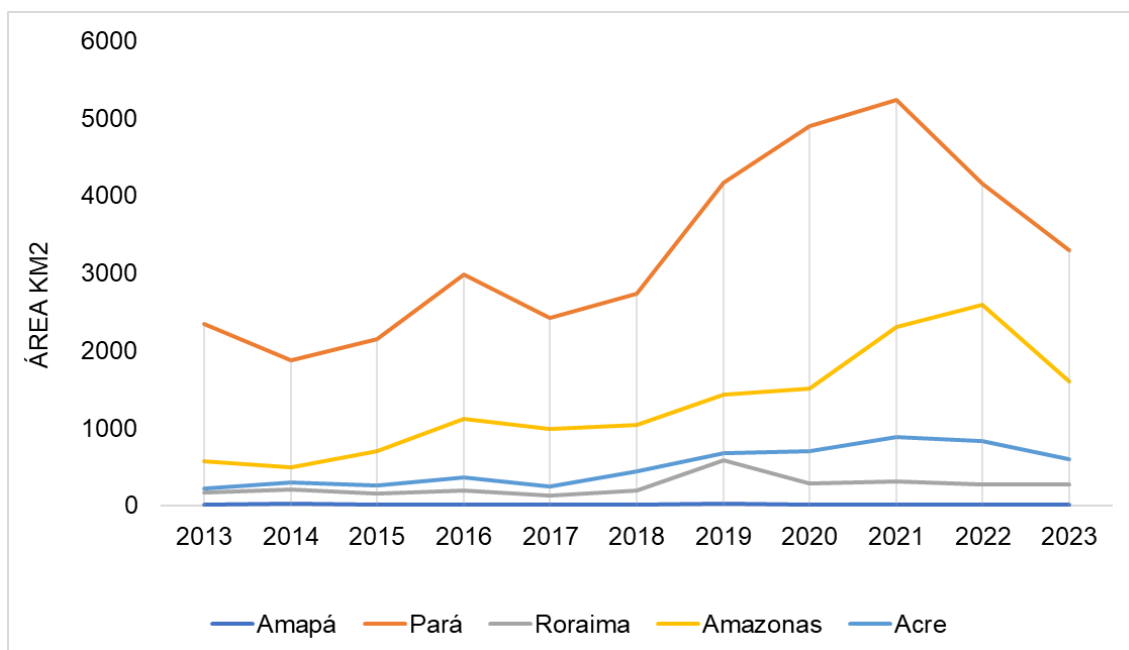
Um dos programas fundamentais implementados pelo INPE é o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), que, desde 1988, monitora anualmente a taxa de desmatamento por estado da região amazônica (INPE, 2024). O PRODES é um dos principais sistemas para medir os índices de desmatamento. Dessa forma, os dados fornecidos são utilizados para comparar o Amapá com outros estados da Amazônia Legal.

### **Desmatamento no Arco Norte**

O Arco Norte inclui as faixas de fronteira dos estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre. Embora faça parte da Amazônia Legal, a base produtiva e indicadores socioeconômicos deslocaram a faixa de fronteira de Rondônia para o Arco Central. Diferenças na base produtiva, posição geográfica e predominância de população indígena definiram as sub-regiões do Arco Norte. Apesar dos fluxos migratórios, a faixa de fronteira Norte permanece um "arco indígena", tanto em território (grandes áreas de reserva) quanto em identidade (importância étnico-cultural) (Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, 2005)

Para analisar os índices de desmatamento entre os estados que fazem parte do Arco Norte (Amapá, Amazonas, Acre, Pará e Roraima), será usado como referência o período entre 2013 e 2023.

**Gráfico 10.** Índices de desmatamento nos estados que compõem o Arco Norte



Fonte: PRODES, 2025. Organização: PDIFF-AP, 2025

A partir do gráfico 10, podemos observar que o Pará foi o estado com o maior desmatamento ao longo do período. Em 2013, o desmatamento foi de 2.346 km<sup>2</sup>, com pico em 2022 (4.162 km<sup>2</sup>), mas em 2023, o desmatamento caiu para 3.299 km<sup>2</sup>. O Amapá também teve variações, com desmatamento começando em 23 km<sup>2</sup> em 2013, atingindo 32 km<sup>2</sup> em 2019, e reduzindo para 17 km<sup>2</sup> em 2021 e 2023. O Acre, estado com os menores índices de desmatamento do Arco Norte, teve 221 km<sup>2</sup> de desmatamento em 2013, subiu para 264 km<sup>2</sup> em 2015 e alcançou o pico em 2021, com 889 km<sup>2</sup>, diminuindo para 601 km<sup>2</sup> em 2023.

Enquanto Pará e Amazonas tiveram altos níveis de desmatamento, Roraima, Amapá e Acre apresentaram padrões mais variados e, em geral, desmatamento mais moderado ou em declínio. A partir da análise dos índices de desmatamento do gráfico, é possível observar que o estado do Amapá influencia pouquíssimo para o aumento desses índices dentro do Arco Norte. Uma justificativa para os baixos números de desmatamento do estado pode ser pela grande quantidade de áreas protegidas, que inibe, mesmo que não integralmente, o aumento do desmatamento.

## DADOS DE MEIO AMBIENTE NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE

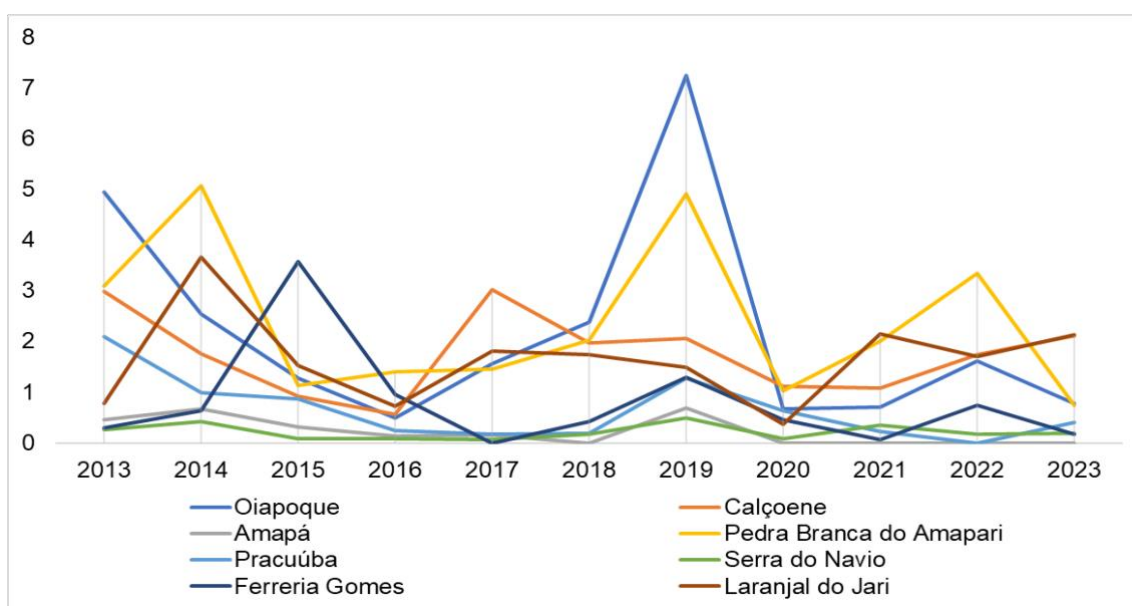
### Desmatamento na faixa de fronteira do Amapá

Os índices de desmatamento nos municípios da FF-AP revelam padrões distintos de variação da área desmatada. Municípios como Oiapoque e Pedra Branca do Amapari apresentam índices significativos, enquanto outros, como Serra do Navio e Amapá, mantêm

áreas desmatadas relativamente baixas. Essas diferenças podem ser atribuídas a uma combinação de fatores, incluindo a eficácia das políticas de conservação, as pressões socioeconômicas locais e as práticas de uso da terra.

Para analisar os índices de desmatamento entre os municípios da FF-AP, o período entre 2017 e 2023 será usado como referência, conforme o gráfico:

**Gráfico 11.** Índices de Desmatamento nos municípios da FF-AP em km<sup>2</sup>



Fonte: INPE/PRODES, 2025; Organização: PDIFF-AP, 2025.

O desmatamento desencadeia graves impactos em ecossistemas e populações humanas, entre os quais se destacam a perda de biodiversidade, a degradação de nascentes e solos, alterações nos regimes de chuva e o aumento da vulnerabilidade de comunidades tradicionais. Na FF-AP, tais efeitos seriam especialmente sensíveis, dado o predomínio de povos indígenas, ribeirinhos e populações extrativistas, os quais dependem dos recursos naturais para sobreviver. Essa realidade evidencia a necessidade de ações articuladas de monitoramento, controle e recuperação ambiental onde já se notam índices consideráveis, e a continuidade e aprimoramento de esforços onde os índices são baixos.

### Poluição ambiental

Um poluente é qualquer material presente na atmosfera que seja originado de fontes naturais ou antropogênicas, cujo nível de concentração cause efeitos adversos à saúde e ao bem-estar humano, à vida das plantas e dos animais. Esses poluentes também podem alterar o equilíbrio ecológico e físico do planeta. Nas últimas décadas, as concentrações atmosféricas de



substâncias perigosas aumentaram significativamente, devido às atividades urbanas e industriais (Fernandes, 2017).

Um ponto de atenção dentro da poluição ambiental são os resíduos sólidos, onde a maioria dos municípios amapaenses realiza a disposição inadequada através de lixões a céu aberto ou em aterros controlados<sup>4</sup> (Oliveira, 2014). Um dos principais marcos legislativos relacionados a resíduos sólidos foi a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010, através da Lei n. 12.305, que discute soluções ambientalmente sustentáveis para parte do problema relacionado à poluição ambiental. A lei também traz os prazos para a extinção de lixões a céu aberto no Brasil (Brasil, 2010).

**Quadro 6.** Municípios da FF-AP com lixão a céu aberto/aterro controlado ou aterro sanitário

| Município               | Prazo para implementação de aterro sanitário | Status atual                          |
|-------------------------|----------------------------------------------|---------------------------------------|
| Oiapoque                | 2 de agosto de 2022                          | Lixão a céu aberto/ aterro controlado |
| Laranjal do Jari        | 2 de agosto de 2024                          | Lixão a céu aberto/ aterro controlado |
| Ferreira Gomes          | 2 de agosto de 2024                          | Lixão a céu aberto/ aterro controlado |
| Serra do Navio          | 2 de agosto de 2024                          | Lixão a céu aberto/ aterro controlado |
| Amapá                   | 2 de agosto de 2024                          | Lixão a céu aberto/ aterro controlado |
| Calçoene                | 2 de agosto de 2024                          | Lixão a céu aberto/ aterro controlado |
| Pracuúba                | 2 de agosto de 2024                          | Não possui                            |
| Pedra Branca do Amapari | Implementado antes do prazo final            | Aterro sanitário                      |

Fonte: Trabalho de pesquisa de campo, 2023-2024. Elaboração e organização: PDIFF, 2025.

Todos os municípios fazem a coleta de resíduos e rejeitos sólidos nas sedes dos municípios; apenas Ferreira Gomes e Calçoene não fazem a coleta de lixo em todas as comunidades.

Outro ponto que merece destaque dentro da poluição ambiental é a exploração de minérios, tanto legalizada quanto ilegal, levando em consideração os impactos ambientais dos grandes projetos de mineração que acompanham o desenvolvimento econômico do Amapá desde a década de 50. Entretanto, dentro da Região Fronteiriça dos Lagos está localizada a área com o registro mais antigo da descoberta de ouro no Amapá: o Garimpo do Lourenço, mais precisamente no município de Calçoene.

Em 1894, logo após a descoberta de ouro, a região foi rapidamente povoada. Ambientalmente, o garimpo do Lourenço está localizado em uma área de divisores de bacias

<sup>4</sup> É uma etapa intermediária entre o lixão e o aterro sanitário, frequentemente resultante de melhorias operacionais e físicas em antigos lixões. Embora ocorra uma redução nos impactos ambientais em comparação com o lixão, ainda há contaminação do solo e das águas superficiais, pois não há sistemas de coleta de chorume e gases nocivos, nem impermeabilização do solo.

hidrográficas através da Serra Lombarda (PNMT), que divide as nascentes do alto rio Araguari e do rio Oiapoque (Chagas, 2019). Tendo em vista mais de um século de exploração de minério, os impactos ambientais são relatados há vários anos por agentes governamentais e artigos científicos, como o uso indiscriminado de mercúrio, por exemplo. Destaca-se que os rejeitos das atividades garimpeira são despejados diretamente nos cursos d'água sem nenhum tratamento, caindo primeiramente nos pequenos córregos e igarapés (Lima *et al*, 2015).

Outra problemática ambiental relacionada ao garimpo do Lourenço é o desmatamento. Em 2002, com a criação do PNMT, a área do garimpo ficou rodeada pela UC, e, desde então, são monitoradas grandes ações de desmatamento causadas pela extração irregular de minério. Em fevereiro de 2024, o IEPÉ divulgou a análise de imagens de satélite que revelaram um aumento de 174% na área afetada pela atividade garimpeira ilegal entre 2020 e 2023. Além disso, foi constatado um aumento de 304% na expansão do garimpo dentro do PNMT na mesma época, abrangendo uma área de 122 hectares, em comparação aos 30 hectares do período anterior. A área desmatada equivale a mais de 170 campos de futebol. O garimpo também atinge a terra indígena Waiãpi (Silveira e Lameira, 2024).

A mineração teve um papel relevante na formação dos municípios fronteiriços de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. A exploração de manganês em Serra do Navio, iniciada nos anos 1960, foi um marco para a atividade mineradora na região amazônica, destacando-se como um importante fornecedor durante o período da Guerra Fria. No que diz respeito aos impactos ambientais, a extração de manganês em Serra do Navio apresentou particularidades diferentes das atividades de garimpo na área de Lourenço, uma vez que foi adotada uma abordagem de gestão que integrava aspectos econômicos, sociais e ambientais, algo incomum para a época, dado o estágio incipiente da legislação ambiental no Brasil (Vilhena, 2014).

Entretanto, a gestão ambiental da empresa não conseguiu preservar a biodiversidade do local. Afirma-se que a ICOMI deixou um passivo ambiental no município de Serra do Navio, ou seja, depois de uma grande retirada de recursos do solo, a região ficou com pouquíssimas áreas recuperadas e uma pilha de rejeitos de mineração. Além disso, foi constatada a presença de ferro (Fe), arsênio (As) e manganês (Mn) nas águas superficiais do município, em teores acima dos padrões estabelecidos pela legislação (Chagas, 2010).

A poluição ambiental no estado do Amapá apresenta sérios desafios, impactando a saúde pública e os ecossistemas locais. A inadequada gestão dos resíduos sólidos é uma fraqueza e demanda ação urgente, tendo em vista o prazo final para o fechamento de lixões estabelecido pelo Governo Federal. Além disso, a mineração, tanto legal quanto ilegal, também contribui para a degradação ambiental.

Para retardar esses problemas, existem algumas oportunidades. No caso da gestão de resíduos sólidos, a educação ambiental, em vista da diminuição da produção, e o estímulo para a criação de cooperativas voltadas ao reaproveitamento. No que se refere à mineração, o aumento da fiscalização da exploração ilegal de minérios e reforço das exigências ambientais para mineradoras legalizadas são formas de contornar o problema.

### **Recursos Hídricos**

Ambientalmente, os impactos visíveis causados por UHE incluem enchentes, mortandade de peixes, submersão da floresta e formação de lagos. Além disso, observa-se a redução da qualidade da água, aumento de doenças diarreicas, erosão das margens dos rios, perda de áreas de reprodução de animais, eliminação de espaços destinados a usos múltiplos (como a agropecuária familiar) e diminuição de zonas de desova (Brito e Drummond, 2022).

A construção de UHE afeta diretamente a atividade pesqueira. No caso da UHE Ferreira Gomes, pescadores relataram dificuldades após o barramento, destacando a presença de “água suja” no Rio Araguari e a ocorrência de peixes mortos (Santos *et al*, 2017).

Na UHE Santo Antônio do Jari, os relatos são semelhantes: morte de peixes, árvores e açaizais; diminuição dos peixes e do volume de água do rio; alteração na qualidade da água; desmatamento e destruição da mata ciliar; aumento de mosquitos e da incidência de malária; elevação do nível do rio e erosão de suas margens; contaminação por mercúrio; dificuldade para pescar, caçar e perda de árvores de uso medicinal e comercial (como castanhais), além da redução das terras agricultáveis (Lopes e Brito, 2021).

Em vista dessas problemáticas, importa mencionar a existência do “Plano Sub-regional de Desenvolvimento Sustentável do Xingu” (PDRSRX), que no Brasil destaca-se como exemplo de medida de compensação socioambiental. O PDRSRX compreende os municípios do Pará afetados pela construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte.

No que se refere ao uso dos recursos hídricos na Bacia da Foz do Rio Amazonas, a empresa Petrobras iniciou, em 2014, o processo de licenciamento ambiental para a atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59. O Parecer Técnico n. 128/2023–Coexp/CGMac/Dilic, do IBAMA, constatou os impactos e riscos associados à perfuração na costa do município de Oiapoque. Inclusive, a atividade referente ao primeiro poço — com duração estimada de apenas cinco meses — apresentaria riscos significativos, devido aos 28 impactos ambientais operacionais identificados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA). A curta duração não minimiza tais impactos, que precisam ser considerados independentemente do tempo previsto para a execução inicial do projeto. Caso a perfuração seja bem-sucedida, a

empresa planeja abrir poços adicionais, ampliando o potencial impacto ambiental (IBAMA, 2023).

A localização da atividade, a 179 km da costa, traz desafios operacionais devido à elevada sensibilidade ambiental da região e à infraestrutura insuficiente para suporte. As bases de apoio terrestre e aéreo previstas refletem dificuldades logísticas significativas, com a base terrestre em Belém a 830 km de distância e a base aérea em Oiapoque necessitando de reformas. A área de perfuração está situada numa bacia sedimentar altamente sensível, com alta biodiversidade e fenômenos hidrodinâmicos pouco conhecidos, incluindo a presença recente de corais amazônicos (IBAMA, 2023).

Em caso de vazamento de óleo, os países vizinhos do Brasil seriam rapidamente afetados, destacando a necessidade de uma organização internacional para resposta a emergências. Os tempos de deslocamento para a resposta aumentariam significativamente após um vazamento, complicando a eficácia das operações de emergência. A estrutura de resposta proposta pela empresa Petrobras atende às normativas brasileiras, mas as peculiaridades e incertezas da região podem dificultar um combate eficaz a um acidente. A região costeira da Bacia da Foz do Amazonas, com manguezais inacessíveis e alta biodiversidade, requer um Plano de Emergência robusto e adaptado às suas singularidades (IBAMA, 2023).

O apontamento de riscos socioambientais coexiste com os interesses econômicos, representativos da estratégia de desenvolvimento do estado do Amapá, que é marcado por baixos indicadores sociais e econômicos. Inserido na chamada Margem Equatorial o projeto de exploração envolve desafios ambientais, sociais e regulatórios, especialmente em virtude da elevada sensibilidade ecológica da região, que abrange áreas costeiras e marinhas entre o Amapá e o Rio Grande do Norte.

A Petrobras planeja investir US\$ 3 bilhões até 2029, com a perfuração de 15 poços, o projeto promete impactos positivos, como a geração de empregos diretos e indiretos, aumento da arrecadação fiscal e estímulo ao desenvolvimento regional. Além disso, estão previstas compensações socioeconômicas, como programas de educação ambiental, ações de proteção à biodiversidade, monitoramento da fauna e gestão de resíduos, bem como medidas emergenciais para capacidade de resposta ágeis (Petrobras, 2024).

Apesar do potencial de avanço energético e econômico, a viabilidade do projeto depende do licenciamento ambiental pelo IBAMA e da aceitação social, que será discutida por meio de audiências públicas e análises técnicas. O equilíbrio entre exploração segura e responsabilidade ambiental será determinante para a legitimidade e continuidade da iniciativa.

## Mudanças climáticas

No Amapá, os impactos das mudanças climáticas vêm se intensificando progressivamente, sendo observados por meio de alterações nos regimes pluviométricos, prolongamento de estiagens e aumento na frequência de eventos extremos, como enchentes e queimadas. As populações mais vulneráveis a esses fenômenos são comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhas e quilombolas), que enfrentam desequilíbrios em ecossistemas sensíveis (como os manguezais), insegurança alimentar e agravamento de condições de saúde pública (GEA, 2025).

O estado do Amapá configura-se como um estado costeiro, com 11 de seus 16 municípios integrados à Zona Costeira do Amapá (ZCEA), sendo quatro deles localizados na FF-AP: Oiapoque, Calçoene, Amapá e Pracuúba (Silva Junior *et al.*, 2020). As mudanças climáticas, aliadas a pressões antrópicas, contribuem para a intensificação de desastres naturais, como inundações e erosões costeiras (Santos, 2006; Nicholls *et al.*, 2007; Nicholls & Cazenave, 2010). Projeções indicam que tais mudanças tendem a agravar riscos preexistentes, sobretudo no que diz respeito ao avanço do nível do mar e suas implicações para os sistemas socioecológicos costeiros, como a intrusão de água salgada em manguezais (Castellanos *et al.*, 2022).

Em relação aos riscos de inundações, enxurradas e alagamentos na FF-AP, os municípios de Laranjal do Jari, Amapá, Calçoene e Ferreira Gomes apresentam índices elevados, com destaque para Laranjal do Jari, que figura na categoria de risco muito alto, com valor de 0,96 (em uma escala de 0 a 1,00). Serra do Navio é o único município com risco considerado baixo (0,38), enquanto os demais municípios da FF-AP apresentam nível médio, variando entre 0,40 e 0,59 (Brasil, 2021).

Em Laranjal do Jari, além do risco elevado de inundações, comunidades como o Quilombo São José e a Comunidade do Santo Antônio têm relatado impactos significativos sobre seus modos de vida. Dentre os principais efeitos observados estão a redução da disponibilidade hídrica, a mortalidade de açaizais e castanheiras, bem como o agravamento de problemas respiratórios associados ao aumento das temperaturas (Azevedo *et al.*, 2023). Importa destacar, no entanto, que as temperaturas extremas não afetam somente o município supracitado. Além disso, estudos apontam alterações nos padrões de frutificação de espécies florestais nas comunidades fluviais do Vale do Jari, como resultado das mudanças no clima (Silva *et al.*, 2024).

Ao longo deste relatório, é recorrente o uso do termo “mudanças climáticas”, devido à transversalidade que afeta múltiplos setores. No caso da agricultura, identificaram-se impactos

diretos como a redução da produtividade agrícola, atrasos nos períodos de plantio e colheita e comprometimento da qualidade do solo. Esses fatores contribuem com a insegurança alimentar das populações e o enfraquecimento da economia (Trabalho de Campo, 2023/2024).

## **INTER-RELAÇÕES DE MEIO AMBIENTE NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

### **Relações Intermunicipais entre UC**

A maioria das unidades de conservação (UC) amapaenses cobrem mais de um município e demonstram uma complexa interação para a manutenção da biodiversidade local. O Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) e Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), por exemplo, conectam diferentes áreas, promovendo turismo sustentável e enfrentando desafios comuns, como a exploração ilegal de recursos naturais (Brasil, 2024).

A Floresta Estadual do Amapá (FLOTA) expõe a necessidade de práticas integradas de manejo florestal, enquanto a Reserva Biológica (REBIO), Estação Ecológica (ESEC) e a Floresta Nacional do Amapá (FLONA) demandam esforços conjuntos para conservação e educação ambiental. A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Seringal Triunfo destaca a importância da colaboração público-privada.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru e a RESEX do Rio Cajari, junto com a ESEC do Jari, exemplificam a necessidade de políticas integradas e planos de manejo eficazes para equilibrar conservação ambiental e melhoria das condições de vida das populações tradicionais. A cooperação entre municípios é necessária para a eficácia das políticas de conservação e sustentabilidade na região.

### **Relações Internacionais entre UC**

O PNMT e o Parque Amazônico da Guiana, situados às margens do rio Oiapoque, demonstram um alto grau de interação entre as comunidades brasileiras e francesas, apesar das diferenças de soberania, nacionalidade e etnicidade (Martins *et al*, 2015). A proximidade física e a intensa movimentação de pessoas tornam os territórios próximos. A comunidade indígena de Camopi, na Guiana Francesa, supre parcialmente as necessidades de educação e saúde do lado brasileiro, enquanto a Vila Brasil, atende o lado francês com comércio de alimentos e bebidas. A cooperação Brasil-França para a gestão do rio é dificultada pela falta de recursos financeiros, o que impacta a efetividade de estratégias de conservação e desenvolvimento sustentável nos dois parques.

## Gestão de recursos hídricos e Cooperação Internacional

A gestão dos recursos hídricos, no Amapá, entre países diferentes (Rio Oiapoque, entre Amapá e Guiana Francesa; Rio Jari, entre Amapá e Suriname) e estados da federação distintos (Rio Jari, entre Amapá e Pará) exige planejamento para evitar ou minimizar conflitos políticos. O estado do Amapá é uma “ilha”, rodeado, conforme supracitado, pelo Rio Jari, Rio Oiapoque e pelo Oceano Atlântico. As análises sobre recursos hídricos podem ser pautadas em três eixos: o impacto das hidrelétricas no meio ambiente e na vida da população local; a exploração de recursos hídricos; e ações de cooperação para a gestão hídrica.

Foram criados dois importantes instrumentos para dialogar sobre os assuntos em comum entre a República Francesa e a República Federativa do Brasil, sendo a Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça (CMT) e o Conselho do Rio, consolidado com a Declaração de Intenções, assinada em Paris em 2012. Tratam-se de instrumentos essenciais para abordar questões ambientais e hídricas, promovendo cooperação na regulamentação e no tratamento de resíduos.

A CMT trata também de assuntos relacionados ao meio ambiente, como poluição ambiental, gestão hídrica, áreas de preservação, resíduos e reciclagem, enquanto o Conselho do Rio trata a temática com foco no impacto dos resíduos sólidos no rio Oiapoque e na cooperação para a regulamentação e mutualizar as instalações de tratamento de resíduos.

### ANÁLISE SWOT/FOFA DE MEIO AMBIENTE

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|------------------|---------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <ul style="list-style-type: none"><li>Áreas de proteção ambiental;</li><li>Projetos sociais e ambientais em parceria com a FUNDAÇÃO JARI;</li><li>Projetos voltados para a educação ambiental;</li><li>Aterro sanitário em funcionamento (em Pedra Branca do Amapari);</li><li>Escritórios do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);</li><li>Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo (em Serra do Navio);</li><li>Oferta de curso de guarda-parque;</li><li>Apoio técnico-científico do TEDPLAN/UNIFAP com diagnósticos e planejamento em saneamento;</li><li>Agentes Ambientais Indígenas.</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>Lixões a céu aberto;</li><li>Inexistência de coleta seletiva e reciclagem;</li><li>Inexistência ou deficiência de coleta de lixo;</li><li>Queima de resíduos ou descarte em locais inadequados;</li><li>Ausência de planos de manejo nas unidades de conservação;</li><li>Déficit de recursos humanos para fiscalização e autuação ambiental;</li><li>Infraestrutura física e de equipamentos inadequada para o gerenciamento ambiental;</li><li>“Fundo do Meio Ambiente” desativado;</li><li>Ausência de políticas de compensação socioambiental para populações atingidas por barragens;</li><li>Impactos ambientais decorrentes da instalação de hidrelétricas;</li><li>Inexistência de lixão ou aterro sanitário em Pracuúba;</li><li>Instabilidade na oferta do serviço como o licenciamento ambiental e o Cadastro Ambiental Rural (CAR);</li><li>Educação ambiental fragilizada, sem execução de ações continuadas pelas gestões municipais.</li></ul> |
|                  | PONTOS FRACOS |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |



### Carteira de projetos para Meio Ambiente

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                                    | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                                                                |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| Criação e implantação do Programa Guardiões Ambientais com foco na formação de adolescentes como agentes multiplicadores de educação ambiental, por meio de oficinas temáticas, vivências em campo, materiais educativos e ações comunitárias que os capacitem a atuar como referências em sustentabilidade em suas localidades. | Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; Secretarias Municipais de Educação; SEED/AP; Institutos; SISTEMA S; MMA;                                                             | Toda a FF-AP                                                                           |
| Criação de linha de pesquisa em Inovação e Meio Ambiente com soluções focadas em problemas ambientais pré diagnosticados em todas cidade e intermediação para criação da Faixa de Fronteira                                                                                                                                      | Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); MMA; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; Secretarias Municipais de Educação; SEED/AP; FAPEAP; CNPQ, CAPES; IFES, MCTI; MEC; | Toda a FF-AP                                                                           |
| Criação de um sistema de coleta de resíduos sólidos recicláveis com pontuação digital permitindo a troca por alimentos e itens de higiene                                                                                                                                                                                        | SISTEMA S; MMA; SETEC/AP; FAPEAP; MCTI/ Cooperativas; Associações; ONGs, Secretarias Municipais; IFES, MDS;                                                                            | Toda a FF-AP                                                                           |
| Oferta de curso de pós-graduação (especialização) em Gestão de Projetos Ambientais                                                                                                                                                                                                                                               | Institutos; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; IFES; ONGs; AFAP; MMA; MEC;                                                                                              | Oiapoque, Laranjal do Jari e Amapá (Região dos Lagos)                                  |
| Criação de aterro sanitário e intermediação para gestão compartilhada de resíduos sólidos (consórcio)                                                                                                                                                                                                                            | MMA; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; Institutos; MIDR; BNDES; MC; FUNASA; CAIXA.                                                                                     | Oiapoque, Calçoene, Ferreira Gomes, Amapá, Pracuúba, Laranjal do Jari e Serra do Navio |
| Criação de um Programa de Coleta de Resíduos para a Faixa de Fronteira com centros de coleta e triagem                                                                                                                                                                                                                           | MMA; BNDES, Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; MDS; MIDR; Institutos; SEINF; AP; MI; MC; BID; Fundo Amazônia;                                                           | Toda a FF-AP                                                                           |

|                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                               |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| Fomento para a formação de associações/cooperativas de reciclagem com estruturação logística para coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos                                                              | MMA; BNDES, Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; MDS; MIDR; Institutos; SEINF/AP; MI; MC; BID; Fundo Amazônia; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; SISTEMA S; SEED/AP; Institutos; Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); MMA; IFES, FAPEAP; SEPLAN; MCTI; SISTEMA S; Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); MMA, MIDR, SEMA, MCTI, SETEC, FAPEAP. | Toda a FF-AP                                                                  |
| Criação de um observatório para monitoramento dos impactos das mudanças climáticas e vulnerabilidade socioambiental, produzindo propostas de soluções e mitigação dos efeitos para subsidiar políticas públicas. |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Toda a FF-AP                                                                  |
| Ampliação do projeto Rede Reciclatech Amapá que visa a reutilização e reciclagem de resíduos eletrônicos                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Calçoene, Pracuúba , Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes. |

## SAÚDE

A definição de saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”, ressalta a necessidade de uma abordagem abrangente, que considere diversos determinantes do processo saúde-doença (OMS). Por isso, compreender o perfil demográfico, socioeconômico e epidemiológico da população é essencial para identificar necessidades de saúde, avaliar riscos e orientar decisões políticas (Asis, 2019).

Na região amazônica, a vasta extensão territorial e a baixa densidade populacional dificultam a oferta de serviços de saúde. Além disso, a diversidade étnica exige que esses serviços sejam adaptados às realidades locais. Ao mesmo tempo, os altos índices de pobreza e o baixo desenvolvimento humano resultam em problemas de nutrição, saneamento e moradias precárias, impactando diretamente a saúde da população (Garnelo, 2019).

O estado do Amapá retrata essas condições, sendo uma região periférica que enfrenta sérios desafios na área da saúde, refletidos em diversos indicadores críticos. O estado está dividido em três regiões de saúde, organizadas de acordo com características epidemiológicas e geográficas: região Norte, região Central e região Sudoeste (SESA, 2021).

A Região Central concentra 67% da população total do Amapá e inclui os municípios de Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Ferreira Gomes, Porto Grande, Cutias, Itaubal e a capital, Macapá, que possui 442.933 habitantes. Já a Região Sudoeste reúne 24% da população e compreende os municípios de Laranjal do Jari, Vitória do Jari, Mazagão e Santana. Essa região faz divisa com o estado do Pará e fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa. Por fim, a região Norte abrange os municípios de Oiapoque, Calçoene, Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho, onde vivem 9% da população do estado, e que também faz fronteira com a Guiana Francesa.

Esta distribuição demográfica indica que, enquanto alguns municípios enfrentam o desafio de gerenciar recursos limitados para atender a uma população pequena, outros, como Macapá e Santana, lidam com a complexidade de prestar serviços a uma população urbana maior e mais concentrada.

Sendo assim, este diagnóstico objetiva identificar e mapear as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à saúde pública. A temática de Saúde dialogará transversalmente com as temáticas de Infraestrutura, Comunidades Tradicionais, Meio Ambiente e Educação.

### DADOS SAÚDE NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE

## Saúde no contexto amazônico

A demografia médica da região Amazônica aponta a existência média de 1,70 médicos para cada mil habitantes, enquanto a região Sudeste tem média de 3,76 por mil habitantes e 51% do total de médicos do país. Já a quantidade de profissionais de enfermagem tem crescido e a diferença em relação ao resto do país é menor: em média 4,3 profissionais de enfermagem para cada mil habitantes na Amazônia Legal, enquanto fora da região a média é de 5,26 (Rocha *et al*, 2021).

Apesar da cobertura de atenção básica ser relativamente ampla, a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) é precária em comparação ao resto do país: apenas 49% das UBS não localizadas em capitais têm acesso à internet e apenas 19% possuem geladeiras adequadas para medicamentos, enquanto fora da região a realidade é de 76% e 32%, respectivamente (Rocha *et al*, 2021).

A densidade de equipamentos e profissionais de saúde per capita é baixa e pouco tem avançado. A média de distância até o estabelecimento mais próximo com serviços de urgência é de 15 km na região, enquanto no resto do país é 10 km, e para serviços mais complexos, como diálise e quimioterapia, a média de distância é de 134 km e 188 km respectivamente, comparado a 43 km e 75 km fora da região amazônica (Rocha *et al*, 2021).

O financiamento da saúde nos municípios depende de recursos próprios, provenientes de receitas de impostos e transferências da União e do Estado, e de transferências do Fundo Nacional de Saúde (FNS) (Brasil, 1988). Apesar dos esforços para promover a equidade, em 2019, os gastos per capita com saúde na região foram 25% menores que no resto do país. O "fator amazônico" aumenta os custos de implementação de políticas públicas, como remuneração de médicos e despesas com transporte, dificultando a atenção básica na região (Rocha *et al*, 2021).

Outra característica da região é a diversidade de grupos étnicos, incluindo povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Cada grupo possui necessidades de saúde específicas e práticas tradicionais que precisam ser respeitadas e integradas às políticas de saúde (Garnelo, 2019).

Os determinantes sociais, como a pobreza e baixos níveis de educação, criam barreiras significativas ao acesso de cuidados de saúde e adoção de práticas preventivas. A degradação ambiental provocada pelas queimadas, pelo garimpo e projetos de exploração mineral, juntamente com as mudanças climáticas, é outro fator que também impacta a saúde das comunidades, exacerbando problemas como a contaminação de rios e a insegurança alimentar.

Ademais, a gestão da saúde pública na região é complexa, com financiamento insuficiente e governança fragmentada entre diferentes níveis de governo e ONGs.

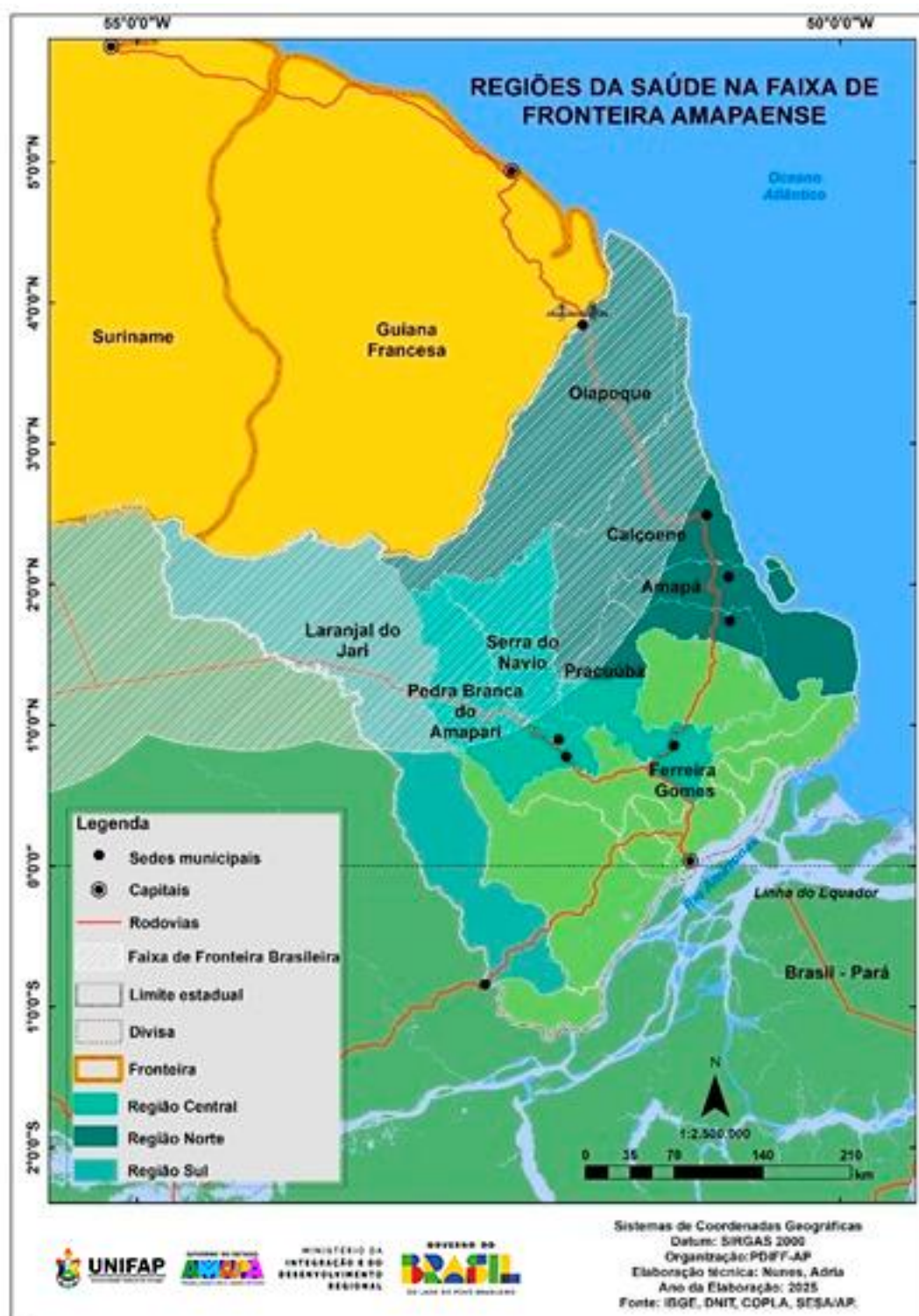
Iniciativas de programas de saúde, como o Mais Médicos, as Equipes de Saúde da Família Ribeirinha (eSFR), as Unidades Básicas de Saúde Fluvial (barco-hospital), ambulanchas (ambulâncias para vias aquáticas) e a telemedicina, podem contribuir para superar as barreiras de acesso à atenção primária à saúde. Além disso, campanhas educativas e o apoio de organizações internacionais são fundamentais para a implementação de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável.

### **Organização do sistema de serviços de saúde no Amapá**

A região de saúde é composta por municípios vizinhos, definidos a partir de identidades culturais, econômicas e sociais comuns, além do compartilhamento de redes de comunicação e infraestrutura de transporte. Essa delimitação tem como objetivo favorecer a integração da organização, do planejamento e da execução das ações e serviços de saúde (Brasil, 2011).

No estado do Amapá, essa lógica de regionalização é aplicada por meio da divisão do Sistema de Serviços de Saúde em três regiões de saúde — Norte, Central e Sudoeste —, cada uma com especificidades em relação à infraestrutura, aos recursos tecnológicos e à disponibilidade de profissionais de saúde (SESA, 2021).

**Figura 23.** Mapa municípios da FF-AP por Regiões de saúde do estado do Amapá



Organização: PDIFF-AP, 2025.

A região Norte de saúde possui baixa capacidade instalada de recursos tecnológicos, insuficiência de recursos humanos e uma atenção primária deficiente. Por outro lado, a região central é a mais bem equipada do estado, concentrando a maioria dos estabelecimentos de

saúde, recursos humanos especializados e uma capacidade tecnológica mais elevada, servindo como referência para serviços de média e alta complexidade, especialmente na capital Macapá. A região sudoeste, similar à região Norte, também apresenta uma baixa capacidade tecnológica e deficiência de recursos humanos (SESA, 2021).

**Indicadores do programa Previne Brasil**

O programa Previne Brasil é a política de financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), implementada em 2020. Ele busca incentivar a melhoria no acesso, qualidade e continuidade do cuidado, com base em indicadores que avaliam o desempenho das equipes de saúde em ações como pré-natal, vacinação, controle de doenças crônicas e exames preventivos.

No segundo quadrimestre de 2023, os dados do Previne Brasil revelam importantes desigualdades entre os municípios da faixa de fronteira do Amapá (Tabela 16). Os menores percentuais de acompanhamento pré-natal, exames citopatológicos e controle de hipertensão e diabetes foram registrados no município de Amapá, enquanto Pedra Branca do Amapari apresentou os melhores resultados em praticamente todos os indicadores. A cobertura vacinal e os testes de HIV/sífilis apresentam desempenho satisfatório em parte dos municípios, mas a realização de exames preventivos para o câncer do colo do útero permanece crítica em localidades como Amapá, Calçoene e Pracuúba.

**Tabela 16.** Indicadores Previne Brasil por município da FF-AP (2º quadrimestre/2023)

| Município               | Pré-natal<br>≥ 6 (%) | HIV/Sífilis<br>(%) | Odonto<br>(%) | Citopatológico<br>(%) | Vacinas<br>1 ano<br>(%) | Hipertensos<br>(%) | Diabéticos<br>(%) |
|-------------------------|----------------------|--------------------|---------------|-----------------------|-------------------------|--------------------|-------------------|
| Oiapoque                | 34                   | 61                 | 95            | 27                    | 65                      | 32                 | 55                |
| Calçoene                | 37                   | 59                 | 76            | 5                     | 91                      | 38                 | 48                |
| Amapá                   | 33                   | 67                 | 43            | 2                     | 70                      | 19                 | 11                |
| Pracuúba                | 43                   | 78                 | 52            | 4                     | 74                      | 34                 | 42                |
| Laranjal do Jari        | 47                   | 82                 | 79            | 19                    | 80                      | 24                 | 23                |
| Serra do Navio          | 50                   | 92                 | 50            | 50                    | 86                      | 44                 | 59                |
| Ferreira Gomes          | 38                   | 87                 | 62            | 29                    | 70                      | 38                 | 48                |
| Pedra Branca do Amapari | 71                   | 97                 | 94            | 53                    | 95                      | 64                 | 65                |

Fonte: SESA, 2024. Organização: PDIFF/AP, 2024.

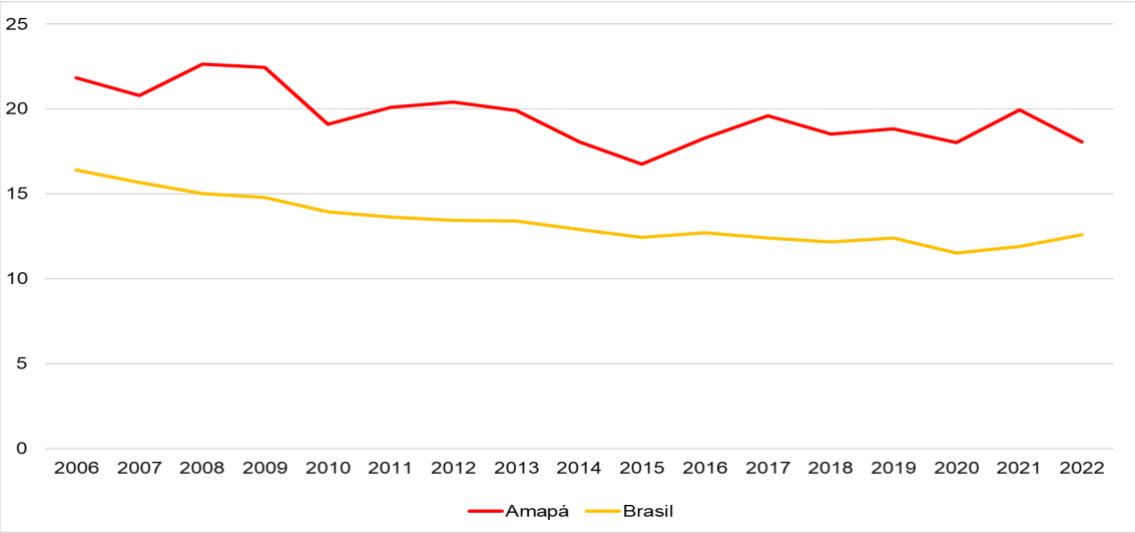
**Taxa de mortalidade infantil**

A taxa de mortalidade infantil do estado Amapá é de 18,7 óbitos por mil nascidos vivos,



sendo que a média nacional é de 13,3 mortes por mil nascidos vivos (IBGE, 2022). O Amapá apresenta taxas frequentemente superiores à média nacional.

**Gráfico 12.** Taxa de mortalidade infantil do estado do Amapá e Brasil



Fonte: IBGE, 2022. Organização PDIFF/AP, 2025

Dos municípios da FF-AP, Serra do Navio, Laranjal do Jari, Calçoene e Ferreira Gomes possuem as maiores taxas de mortalidade infantil, enquanto Amapá e Pracuúba possuem as menores taxas.

**Tabela 17.** Taxa de mortalidade infantil nos municípios da FF-AP (2022)

| Região / Município      | População | Mortalidade infantil<br>(por mil nascidos vivos) |
|-------------------------|-----------|--------------------------------------------------|
| Amapá                   | 7.943     | 10,87                                            |
| Calçoene                | 10.612    | 22,99                                            |
| Oiapoque                | 27.482    | 17,89                                            |
| Pracuúba                | 3.803     | 12,82                                            |
| Ferreira Gomes          | 6.666     | 20,13                                            |
| Pedra Branca do Amapari | 12.847    | 17,24                                            |
| Serra do Navio          | 4.673     | 32,79                                            |
| Laranjal do Jari        | 35.114    | 23,41                                            |

Fonte: IBGE, 2022. Organização PDIFF/AP, 2025.

**Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs)**

A sífilis apresentou crescimento alarmante em todos os municípios da faixa de fronteira, tanto na forma adquirida quanto em gestantes e recém-nascidos. Além disso, entre 2017 e 2021, o Amapá registrou: 2.301 casos de sífilis adquirida; 1.807 casos em gestantes; e 720 casos de sífilis congênita (SVS, 2021; SESA, 2024).

**Tabela 18.** Casos de Sífilis em Gestantes e Congênitas por municípios (2021)

| Município               | Sífilis Gestante (2021) – por 1.000 | Sífilis Congênita (2021) – por 1.000 |
|-------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|
|                         | NV                                  | NV                                   |
| Oiapoque                | 9,9                                 | 1,7                                  |
| Calçoene                | 14,4                                | 4,8                                  |
| Amapá                   | 18,8                                | -                                    |
| Pracuúba                | 8,9                                 | -                                    |
| Laranjal do Jari        | 26,2                                | 5,8                                  |
| Serra do Navio          | 53,2                                | 10,6                                 |
| Ferreira Gomes          | 19,5                                | 13,0                                 |
| Pedra Branca do Amapari | 6,0                                 | -                                    |

Fonte: SVS, 2021; SESA, 2024. Organização: PDIFF/AP, 2025.

A infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e os casos de AIDS mantêm-se como importantes agravos de notificação compulsória, exigindo atenção contínua da vigilância epidemiológica e da atenção básica. Na FF-AP, os dados do período de 2017 a 2021 apontam para uma tendência de estabilização do HIV em adultos, com crescimento pontual em algumas localidades, especialmente entre gestantes.

No ano de 2021, o município de Laranjal do Jari registrou o maior número de casos de HIV entre os municípios da faixa de fronteira, com 22 casos. Já Oiapoque notificou 10 casos de HIV e 7 de AIDS, refletindo maior carga em áreas urbanas mais próximas à fronteira internacional. Amapá, Calçoene e Pedra Branca do Amapari também apresentaram registros relevantes, enquanto Pracuúba, apesar de pequeno porte, notificou dois casos de AIDS.

**Tabela 19.** Casos de HIV e AIDS por município da FF-AP (2021)

| Município               | Casos de HIV | Casos de AIDS |
|-------------------------|--------------|---------------|
| Oiapoque                | 10           | 7             |
| Calçoene                | 2            | 1             |
| Amapá                   | 4            | 1             |
| Pracuúba                | 0            | 2             |
| Laranjal do Jari        | 22           | 0             |
| Serra do Navio          | 0            | 1             |
| Ferreira Gomes          | 2            | 0             |
| Pedra Branca do Amapari | 7            | 1             |

Fonte: SVS, 2021; SESA, 2024.

Entre 2017 e 2021, foram registrados 3 casos de HIV e 14 de AIDS em crianças menores de 13 anos no estado do Amapá. Na faixa de fronteira, o destaque foi para o município de Oiapoque, que notificou 2 casos de HIV infantil. Os casos pediátricos refletem a persistência da transmissão vertical do HIV, ou seja, da mãe para o bebê durante a gestação ou parto, em contextos de falhas no diagnóstico e tratamento oportuno das gestantes.

A detecção de HIV em gestantes é um importante indicador de rastreamento da infecção e de risco para transmissão vertical. Entre 2017 e 2021, os municípios da faixa de fronteira notificaram aumento nos casos de HIV em gestantes, em especial Oiapoque, que passou de nenhum caso registrado em 2017 para sete casos em 2021, indicando um crescente preocupante.

**Tabela 20.** Casos de HIV em gestantes por municípios da FF-AP (2017-2021)

| Município               | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------------------|------|------|------|------|------|
| Oiapoque                | -    | -    | 1    | -    | 7    |
| Calçoene                | 1    | -    | 1    | -    | 2    |
| Amapá                   | -    | -    | 2    | -    | -    |
| Pracuúba                | -    | -    | -    | 1    | -    |
| Laranjal do Jari        | 1    | -    | 1    | 1    | 3    |
| Serra do Navio          | -    | -    | 1    | -    | -    |
| Pedra Branca do Amapari | -    | -    | 1    | 3    | -    |
| Ferreira Gomes          | -    | -    | -    | -    | -    |

Fonte: SVS, 2021; SESA, 2024.

A média estadual da taxa de detecção em gestantes passou de 3,2 para 2,7 por 1.000 nascidos vivos, sinalizando uma possível estabilização. Contudo, os dados municipais sugerem heterogeneidade na detecção e cobertura de testagem, com concentrações em centros de referência como Macapá e subnotificação nos demais municípios.

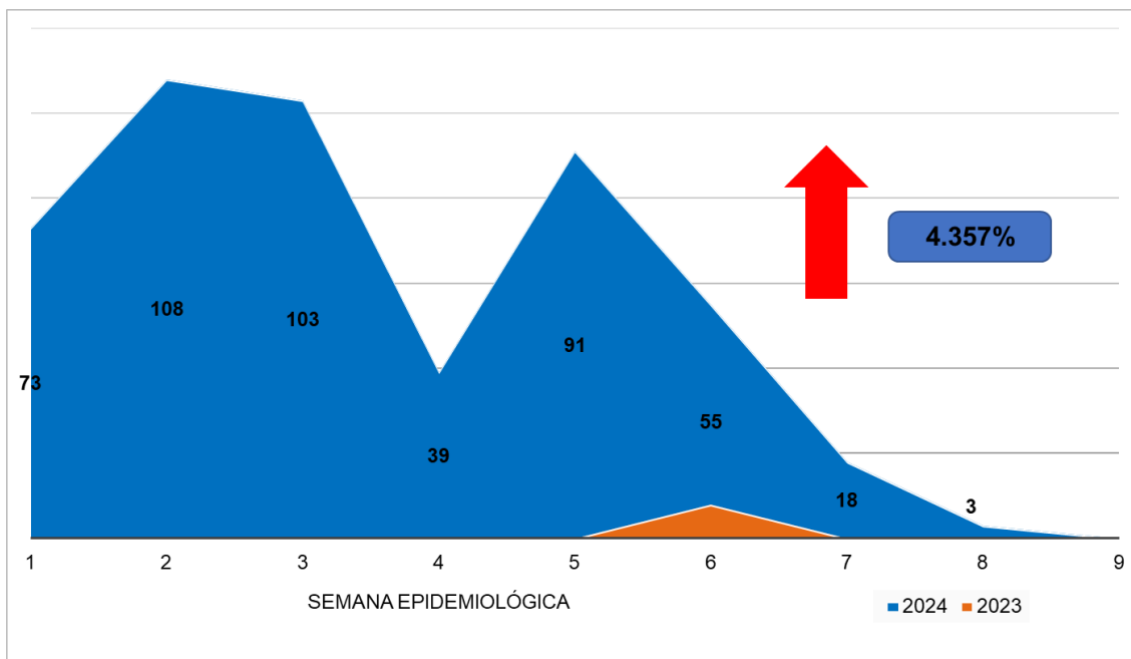
### **Arboviroses (Dengue, Chikungunya, Zika)**

Entre janeiro e abril de 2023, o estado observou um aumento de mais de 300% no número de casos prováveis de dengue, em relação ao ano anterior, com 352 casos registrados. Também foram reportados 31 casos de Chikungunya e 23 de Zika (SVS, 2024).

Na fronteira franco-brasileira, o município de Oiapoque enfrenta sérios problemas com a destinação de resíduos sólidos, devido à falta de políticas públicas e infraestrutura adequadas, o que contribui para a proliferação de vetores de doenças como dengue, Chikungunya e Zika vírus (Corrêa *et al*, 2019).

De acordo com dados da SVS (2024), os lixos passíveis de remoção (garrafas, recipientes, copos, etc) representam 76,2% dos logradouros de mosquitos *Aedes aegypti*, o que pode refletir no aumento de 4357% nos prováveis casos de dengue em 2024, comparado ao mesmo período de 2023.

**Gráfico 13.** Incidência de casos prováveis de dengue do município de Oiapoque/AP SE 01 a 09 – 2023/2024



Fonte e elaboração: SVS, 2024.

A gestão inadequada dos resíduos também tem impactos negativos na qualidade ambiental, incluindo a contaminação do solo e das águas subterrâneas e superficiais. O saneamento básico precário é responsável por muitas das doenças, como doenças diarreicas e leptospirose.

### Doenças de transmissão hídrica e alimentar

Em 2021, foram notificados 23.894 casos de diarreias agudas, uma redução de 3,89% em relação ao ano anterior. Os municípios com maior número de casos foram Macapá, Cutias, Oiapoque, Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Porto Grande, enquanto Pracuúba não teve notificações. Este cenário pode estar associado à questão do saneamento básico precário (SVS, 2021).

### Doença de Chagas

A Doença de Chagas é uma questão de saúde pública significativa no Amapá, especialmente nas áreas rurais e em comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas. Além disso, a ingestão de açaí contaminado com as fezes do barbeiro tem sido identificada como uma das principais causas dessa transmissão (Barroso *et al*, 2022).

O estado possui a segunda maior incidência média do país, com 1,5 casos por 100 mil habitantes, resultando em uma média anual de 9,4 casos. Entre 2010 e 2020, foram confirmados 280 casos, mas estima-se que o número real seja maior, devido a subnotificações e dificuldades de acesso a cuidados de saúde. Mais de 80% dos infectados desconhecem o diagnóstico e as condições de tratamento (Rocha *et al*, 2023).

Entre 2017 e 2021, o estado notificou 182 casos confirmados de Doença de Chagas aguda, sendo 87,9% por transmissão oral (principalmente por consumo de açaí contaminado). Houve 6 óbitos no estado, incluindo nos municípios de Oiapoque e Pracuúba.

**Tabela 21.** Casos de Doença de Chagas confirmados, óbitos e transmissão (2017-2021)

| Município | Casos confirmados | Óbitos | Principal transmissão |
|-----------|-------------------|--------|-----------------------|
| Macapá    | 121               | 2      | Oral                  |
| Santana   | 36                | 1      | Oral/transfusional    |
| Oiapoque  | -                 | 1      | Oral                  |
| Pracuúba  | -                 | 1      | Oral                  |
| Outros    | 24                | 2      | Oral                  |

Fonte: SVS, 2021; SESA, 2024.

## COVID-19

A pandemia de Covid-19 teve forte impacto nos municípios da faixa de fronteira. Em 2021, Oiapoque apresentou alta incidência (108,9 casos por mil hab.) e Calçoene teve a maior letalidade (1,5%).

**Tabela 22.** Casos de COVID-19 confirmados, incidência, óbitos e letalidade por município da FF-AP (2021)

| Município               | Casos confirmados | Incidência (/mil hab.) | Óbitos | Letalidade (%) |
|-------------------------|-------------------|------------------------|--------|----------------|
| Oiapoque                | 3.107             | 108,9                  | 22     | 0,7            |
| Calçoene                | 479               | 41,7                   | 7      | 1,5            |
| Amapá                   | 443               | 4,8                    | 6      | 1,4            |
| Pracuúba                | 42                | 7,8                    | 0      | 0,0            |
| Laranjal do Jari        | 3.176             | 60,7                   | 43     | 1,4            |
| Serra do Navio          | 528               | 94,7                   | 1      | 0,2            |
| Ferreira Gomes          | 580               | 71,2                   | 2      | 0,3            |
| Pedra Branca do Amapari | 569               | 32,3                   | 6      | 1,1            |

Fonte: SESA, 2024. Organização e elaboração: PDIFF, 2025.

## Demografia médica

Em relação ao quantitativo de médicos, o Amapá possui 1133 médicos, o que representa cerca de 1,52 médicos para cada mil habitantes. Deste total, 1040 médicos estão inscritos na capital Macapá, com densidade de 2,31 médicos para cada mil habitantes, sendo 496 médicos especialistas. Enquanto 93 médicos estão distribuídos em 15 municípios, com densidade de 0,32 médicos para cada mil habitantes, sendo 22 médicos especialistas (CFM, 2024).

## Rede de atenção à saúde

O estado do Amapá possui uma rede de atenção à saúde concentrada na região central, principalmente em Macapá. Nas cidades da faixa de fronteira, a rede apresenta desigualdade, com destaque para Oiapoque e Laranjal do Jari, que concentram a maior parte da infraestrutura. Ambos possuem hospitais gerais, leitos do SUS em maior número, Centros de Atenção

Psicossocial (CAPS) e serviços de urgência, como UPA (em Laranjal do Jari). Oiapoque ainda se diferencia por dispor de uma rede estruturada voltada à saúde indígena, com nove UBS Indígenas, três polos DSEI e uma CASAI. Em contraste, municípios como Pracuúba, Calçoene e Serra do Navio apresentam cobertura mais restrita, limitando o acesso a serviços especializados, hospitalares e laboratoriais.

A atenção primária é garantida principalmente por Unidades Básicas de Saúde (UBS), presentes em todos os municípios, ainda que com variação na quantidade e na capacidade instalada. Postos de Saúde e Unidades Mistas complementam a cobertura nos locais mais isolados. A presença de estruturas voltadas à vigilância em saúde e promoção (como Academias da Saúde) é pontual, evidenciando a necessidade de fortalecimento da atenção preventiva. De modo geral, a rede apresenta uma centralização dos serviços mais complexos em poucos municípios, o que impõe desafios para o acesso equitativo e resolutivo em áreas remotas da faixa de fronteira.

**Tabela 23.** Principais postos de atenção à saúde por município da FF-AP (2024)

| Estabelecimentos por tipo                                      | Região Norte |          |       |          | Região Central          |                |                | Região Sudoeste  |
|----------------------------------------------------------------|--------------|----------|-------|----------|-------------------------|----------------|----------------|------------------|
| Municípios da faixa de fronteira                               | Oiapoque     | Calçoene | Amapá | Pracuúba | Pedra Branca do Amapari | Ferreira Gomes | Serra do Navio | Laranjal do Jari |
| <b>Centro de Saúde/ Unidade Básica de Saúde</b>                | 6            | 4        | 8     | 3        | 10                      | 6              | 7              | 10               |
| <b>Unidade Basica de Saude Indigena (UBSI)</b>                 | 9            | -        | -     | -        | 5                       | -              | -              | -                |
| <b>Distrito Sanitario Especial Indigena (DSEI) – Polo/Sede</b> | 3            | -        | -     | -        | 1                       | -              | -              | -                |
| <b>Casa de Saude Indigena (CASAI)</b>                          | 1            | -        | -     | -        | -                       | -              | -              | -                |
| <b>Postos de Saúde</b>                                         | 5            | 1        | 1     | 2        | 1                       | -              | -              | 4                |
| <b>Polo Academia da Saúde</b>                                  | -            | -        | 2     | -        | 1                       | 1              | -              | -                |
| <b>Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)</b>                   | 1            | -        | -     | -        | -                       | -              | -              | 1                |
| <b>Laboratórios Estadual/Municipal</b>                         | 1            | -        | -     | -        | -                       | 1              | -              | -                |
| <b>Hospital Geral</b>                                          | 1            | -        | -     | -        | -                       | -              | -              | 1                |
| <b>Unidades Mistas de Saúde</b>                                | -            | 1        | 1     | -        | 1                       | 1              | 1              | -                |
| <b>Unidades Odontológicas Móveis (UOM)</b>                     | -            | -        | -     | -        | -                       | 1              | -              | -                |
| <b>Clínica/Centro de Especialidade</b>                         | -            | -        | -     | -        | 2                       | -              | -              | 1                |

|                                            |    |    |    |   |    |    |    |    |
|--------------------------------------------|----|----|----|---|----|----|----|----|
| <b>Unidade de Pronto Atendimento (UPA)</b> | -  | -  | -  | - | -  | -  | -  | 1  |
| <b>Unidade de Vigilância em Saúde</b>      | 2  | 2  | 1  | 2 | 1  | 2  | 2  | 1  |
| <b>Leito SUS</b>                           | 51 | 25 | 37 | - | 16 | 13 | 30 | 81 |

Fonte: CNES, 2024. Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2025.

### Saúde em comunidades tradicionais

Em relação à atenção à saúde indígena, o Ministério da Saúde atua por meio do DSEI, que no Amapá atende povos indígenas dos municípios de Oiapoque e Pedra Branca do Amapari, além de Almeirim e Óbidos no Pará, somando mais de 11 mil indígenas que necessitam de serviços de saúde integral (SESA, 2024).

Na faixa de fronteira, a rede de atenção à saúde indígena possui: uma Casa de Atenção à Saúde Indígena (CASAI), 14 Unidades Básicas de Saúde Indígenas (UBSI), 4 polos/sede do DSEI, situados nos municípios de Oiapoque e Pedra Branca do Amapari. Importante destacar a existência de 3 unidades do Núcleo Estadual de Saúde do Indígena (NESI), localizadas no Oiapoque, Macapá e Pedra Branca do Amapari. O NESI é formado, em sua maioria, por profissionais indígenas e conta com intérpretes para realizar o atendimento de acordo com as especificidades étnicas das populações indígenas.

No caso das populações ribeirinhas, que vivem em áreas de difícil acesso, são necessárias estratégias de atenção adaptadas às especificidades territoriais. Para isso, o estado do Amapá conta com quatro eSFR credenciadas: uma em Macapá, uma em Tartarugalzinho e duas em Vitória do Jari.

Essas equipes atuam, prioritariamente, em UBS localizadas nas próprias comunidades e utilizam embarcações como meio principal de transporte. A composição mínima das eSFR inclui médico, enfermeiro e técnico de enfermagem, podendo contar ainda com profissionais de saúde bucal, agentes comunitários de saúde e, em áreas endêmicas, microscopistas.

Essa estrutura visa garantir a presença regular de profissionais de saúde nas comunidades ribeirinhas, assegurando a continuidade das ações de promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento. No entanto, a cobertura dessas equipes ainda é insuficiente diante da extensão e da dispersão territorial das populações ribeirinhas do estado.

### Novo PAC Saúde

O Novo PAC Saúde, integrante do Programa de Aceleração do Crescimento, investirá R\$31,5 bilhões para expandir a assistência à população pelo SUS nos próximos quatro anos. Esse investimento visa garantir a universalização dos serviços essenciais na rede pública de saúde, além de retomar e fortalecer políticas públicas focadas em infraestrutura econômica,



social e urbana (Ministério da Saúde).

No Amapá, 12 propostas foram selecionadas para receber recursos do Novo PAC Saúde. As modalidades contempladas incluem uma policlínica, duas maternidades, uma central de regulação com ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), dois CAPS, uma oficina ortopédica e cinco UOMs (Ministério da Saúde, 2024).

**Tabela 24.** Propostas selecionadas no Novo PAC Saúde

| EIXO  | MODALIDADE                                  | QUANTIDADE<br>MUNICÍPIOS | QUANTIDADE<br>EQUIPAMENTOS |
|-------|---------------------------------------------|--------------------------|----------------------------|
| SAÚDE | Policlínicas                                | 1                        | 1                          |
|       | Maternidades                                | 2                        | 2                          |
|       | Centrais de Regulação - Ambulâncias do SAMU | 1                        | 1                          |
|       | Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)       | 2                        | 2                          |
|       | Oficinas Ortopédicas                        | 1                        | 1                          |
|       | Unidades Odontológicas Móveis (UOM)         | 5                        | 5                          |

Fonte: Ministério da Saúde, 2024. Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2025.

Três municípios na faixa de fronteira foram beneficiados: Oiapoque, que receberá uma UOM e um CAPS; Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari, que receberão uma UOM cada. Esses investimentos têm como objetivo melhorar a infraestrutura de saúde e a qualidade dos serviços prestados à população amapaense, promovendo assim um atendimento mais eficaz e abrangente.

Outra obra importante é a construção do primeiro Centro Transfronteiriço de Vigilância em Saúde do Brasil, localizado em Oiapoque. A ordem de serviço foi assinada em 13 de abril de 2024 pelo Governador Clécio Luís e a Ministra da Saúde Nísia Trindade.

## **INTER-RELAÇÕES DE SAÚDE NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

### **Laranjal de Jari e a relação de saúde com Monte Dourado**

O setor de saúde do município de Laranjal do Jari é composto por quinze Unidades Básicas de Saúde (UBS), um hospital estadual que atende casos de média e alta complexidade, um Centro de Diagnóstico por Imagem e uma Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA 24h). Esses serviços de saúde não se limitam apenas à população local, mas também estendem seu atendimento aos moradores da cidade vizinha, Vitória do Jari, e ao distrito de Monte Dourado, em Almeirim no Pará. Essa abrangência regional destaca a importância do sistema de saúde de Laranjal do Jari para a região como um todo.

Apesar da infraestrutura existente, o setor de saúde em Laranjal do Jari enfrenta sérias limitações relacionadas à falta de equipamentos, insumos e, principalmente, de profissionais capacitados. Essa precariedade compromete a qualidade e a eficiência dos serviços prestados, dificultando o atendimento às demandas da população. Durante a pandemia de COVID-19, houve avanços pontuais com investimentos no laboratório de diagnóstico, como a aquisição de equipamentos e a contratação emergencial de pessoal, o que ampliou temporariamente a capacidade de resposta (Pombo *et al.*, 2023).

A persistente dificuldade em atrair e reter médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde reforça a necessidade de estratégias estruturais e contínuas, voltadas à valorização do trabalho na região. Medidas eficazes de fixação profissional são fundamentais para garantir a sustentabilidade e o aprimoramento do sistema local de saúde (Pombo *et al.*, 2023).

### **Macapá como centro de referência em saúde**

Macapá é o principal centro de referência para serviços de saúde de média e alta complexidade. Desta forma, os pacientes que necessitam de atendimentos mais especializados são encaminhados para a capital. Além disso, também é o principal centro de capacitação e formação contínua para profissionais de saúde que atuam no interior.

Como forma de melhorar a estrutura de saúde na região, o Governo do Amapá prepara a inauguração do Hospital Regional de Porto Grande, que oferecerá atendimentos ambulatoriais e de emergência para cerca de 64 mil moradores das cidades de Ferreira Gomes, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e arredores. O hospital incluirá um centro de parto normal, leitos clínicos e intensivos, além de serviços de diagnóstico e terapia, com o objetivo de melhorar significativamente o atendimento de saúde na região.

### **Oiapoque e a cooperação em saúde com a Guiana Francesa**

A dinâmica migratória intensa entre o Amapá (Brasil) e a Guiana Francesa (França), somada à vulnerabilidade geográfica e à infraestrutura precária da região fronteiriça, dificulta a efetividade das ações de vigilância e controle sanitário. Essa realidade torna a fronteira um ponto crítico para a introdução e propagação de doenças transmissíveis, especialmente em contextos de surtos ou pandemias (SVS, 2021).

Diante desse cenário, a Cooperação transfronteiriça (CT) torna-se indispensável para a implementação de estratégias conjuntas de vigilância epidemiológica, controle de doenças e imunização. As Comissões Mistas Transfronteiriças (CMTs) têm sido fundamentais nesse processo, promovendo o diálogo institucional e a formulação de políticas públicas integradas

(Silva, 2023).

Desde 2008, diversos marcos consolidaram essa cooperação, como a inauguração da Ponte Binacional e as ações decorrentes do Ano da França no Brasil (2009). A primeira reunião técnica realizada em Macapá, ainda em 2009, estabeleceu um grupo de trabalho com foco em temas como vigilância epidemiológica, doenças zoonóticas, saúde indígena, imunização, ISTs e a necessidade de um SAMU transfronteiriço.

Em 2012, a criação do Conselho do Rio, durante a quinta CMT, fortaleceu a participação de atores locais nas matérias de cooperação. Nesse mesmo ano, foi firmado o primeiro memorando de entendimento<sup>5</sup>, institucionalizando a cooperação em saúde, posteriormente reafirmada em 2014. A formalização do Comitê Franco-Brasileiro de Saúde, em 2015, representou mais um avanço na articulação sanitária entre os dois territórios.

Entre 2017 e 2022, oficinas e declarações conjuntas consolidaram progressos na área, como a criação de uma rede transfronteiriça de medicina de emergência e uma sala binacional de controle do *Aedes aegypti*. Encontros técnicos realizados em Oiapoque, Caiena e Rio de Janeiro reforçaram a troca de informações epidemiológicas e o monitoramento conjunto da situação sanitária.

A saúde mental também passou a integrar a agenda bilateral, com destaque para ações relacionadas à depressão, alcoolismo, uso de drogas e prevenção do suicídio. Essa abordagem ampliada reflete um entendimento compartilhado de que a cooperação em saúde vai além do combate a doenças, representando um esforço conjunto para garantir bem-estar, equidade e segurança sanitária às populações da região fronteiriça (Gomes, 2023).

---

<sup>5</sup> Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa em matéria de cooperação de saúde na zona transfronteiriça Brasil-Guiana Francesa. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/5863>

## ANÁLISE SWOT/FOFA DE SAÚDE

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|------------------|---------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <p>Ampla rede de atenção primária à saúde;<br/>Iniciativas de saúde itinerante para atender comunidades ribeirinhas e indígenas;<br/>Aeronave para suporte à saúde indígena;<br/>Núcleo Estadual de Saúde do Indígena (NESI);<br/>Centro de Especialidades e Diagnóstico em Pedra Branca do Amapari.<br/>Núcleo de Inteligência Epidemiológica em Oiapoque;<br/>Laboratório de Fronteira (LAFRON) em Oiapoque;<br/>Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em Oiapoque;<br/>Unidades Mistas de Saúde nos municípios de Calçoene e Amapá.<br/>Polo Academia da Saúde no município de Amapá;<br/>Programa Saúde na Escola;<br/>Programa Transfronteiriço de Vigilância em Saúde;<br/>Hospitais estaduais com média e alta complexidade em Laranjal do Jari e Oiapoque;<br/>Centro de Especialização no Transtorno do Espectro Autista (CETEA) em Laranjal do Jari;<br/>Centro de Diagnóstico por Imagem em Laranjal do Jari.</p> | <p>Insuficiência de profissionais de saúde;<br/>Infraestrutura física deficitária em Unidades Básicas de Saúde;<br/>Insuficiência de ambulâncias fluviais;<br/>Informatização limitada nas UBS com ausência de sistemas integrados em tempo real;<br/>Inexistência ou insuficiência de serviços de saúde mental;<br/>Dependência estrutural da capital (Macapá) para procedimentos de alta complexidade e atendimentos especializados;<br/>Ausência de atendimento hospitalar de média e alta complexidade nos municípios;<br/>Ausências de políticas de permanências para profissionais de saúde que atuam áreas distantes do centro urbano;<br/>Rede de Atenção Básica à Saúde Indígena precária;<br/>Dificuldade logística para atender as comunidades ribeirinhas e indígenas;<br/>Saneamento básico precário;<br/>Ausência de leitos hospitalares no município de Pracuúba.</p> |
|                  | OPORTUNIDADES | <p>Ampliação de programas federais estruturantes como o Mais Médicos, Programa Saúde nas Escolas, Previne Brasil e o Novo PAC – Saúde;<br/>Cooperação internacional, especialmente com a Guiana Francesa, fortalecendo a vigilância transfronteiriça;<br/>Expansão da saúde digital, com implantação de prontuário eletrônico e atendimento remoto;<br/>Parcerias com instituições de ensino superior para formação e qualificação de profissionais da saúde;<br/>Telemedicina;<br/>Referenciamento para o Hospital Regional de Porto Grande;<br/>Parcerias com a ONG DPAC Fronteira;<br/>Investimentos previstos no Novo PAC, com destaque para a estruturação do LAFRON;<br/>Criação do Centro Transfronteiriço de Vigilância em Saúde com capacidade técnica ampliada em Oiapoque;<br/>Convênio de saúde com o Distrito de Monte Dourado (PA).</p>                                                                        | <p>Incidência de doenças diarreicas agudas;<br/>Vulnerabilidade a surtos de doenças infecciosas e zoonoses;<br/>Alta incidência de arboviroses (Dengue, Zika, Chikungunya) e doenças endêmicas como a malária.<br/>Vulnerabilidade ambiental e sanitária de comunidades indígenas e ribeirinhas;<br/>Risco de reintrodução de doenças erradicadas por vetores externos ou mobilidade populacional descontrolada.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| FATORES EXTERNOS |               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | AMEAÇAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

### Carteira de projetos para Saúde

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                                        | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                         | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                                                             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Criação de um centro especializado regionalizado em ações de rastreamento e diagnóstico de doenças                                                                                         | MS; PRONON; INCA; FNS; ANVISA; Secretarias Municipais de Saúde; SESA/AP; Conselhos de Saúde;                                                                                | Toda a FF-AP<br>(Com sede na cidade de Amapá)                                       |
| Criação de um centro especializado para atendimento, reabilitação e inclusão social de pessoas com deficiência, com foco na oferta de serviços multiprofissionais e tecnologias assistivas | MS; PRONAS; PCD; FNS; SESA/AP; Conselhos de Saúde; Secretarias Municipais de Saúde;                                                                                         | Toda a FF-AP<br>(Com sede na cidade de Amapá)                                       |
| Criação de um programa de jovens multiplicadores em saúde para as escolas públicas para prevenção de ISTs e doenças endêmicas                                                              | MS; MEC; SV; Secretarias municipais de Saúde; Programa Saúde na Escola; FUNASA; Fiocruz; SEED/AP; SESA/AP; ONGs; IFES;                                                      | Toda a FF-AP                                                                        |
| Aquisição e manutenção de ambulâncias fluviais e um barco-hospital equipados para ampliar a capacidade de atendimento, remoção de pacientes e oferta de serviços de saúde                  | MS; MIDR; MDS; SESA/AP; Ministério da Defesa (Calha Norte); Secretarias Municipais de Saúde;                                                                                | Todas as comunidades geograficamente remotas da FF-AP                               |
| Construção de centros de telemedicina equipados para ampliar o acesso a serviços de saúde especializados, promovendo atendimento médico de qualidade por meio da tecnologia                | Secretarias Municipais de Saúde; Agentes comunitários de saúde; Gestores públicos. Programa de Telessaúde Brasil Redes (Ministério da Saúde + DATASUS); MCom; BNDES; FINEP; | Toda a FF-AP                                                                        |
| Construção de Hospital Metropolitano no município de Amapá para atendimento das populações da região                                                                                       | MS; MIDR; BNDES; BID; SESA/AP; Consórcios Intermunicipais/ Secretarias Municipais de Saúde;                                                                                 | Toda a FF-AP<br>(Com sede na cidade de Amapá)                                       |
| Criação de núcleo de inteligência epidemiológica com competência para monitoramento e vigilância de emergências de saúde pública.                                                          | SVS; SESA/AP; MS; FNS; FINEP; MCTI; BID; Fiocruz;                                                                                                                           | Toda a FF-AP<br>(Com sede na cidade de Oiapoque)                                    |
| Criação de Centros de Atenção Psicossocial                                                                                                                                                 | MS; MIDR; BNDES; BID; SESA/AP; Secretarias Municipais de Saúde.                                                                                                             | Calçoene, Amapá, Pracuúba, Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes e Serra do Navio |

## SEGURANÇA

O debate sobre assuntos de Segurança ampliou-se de modo a englobar questões como a extrema pobreza, o crescimento desordenado das populações e os fluxos de imigração ilegal. Assim, a possibilidade de guerra entre dois ou mais países tornou-se menos provável e ameaçadora, em comparação aos riscos às seguranças ambiental, militar e econômica de um Estado (Wyn Jones, 1995). Na América do Sul, portanto, os principais problemas não se configuram como “de” fronteira, mas posicionam-se “na” fronteira (Medeiros Filho, 2010). A diferença está no fato de não se tratar de questões exclusivas de Defesa, mas sim de Segurança.

As áreas de fronteira definem-se como pontos focais de problemáticas concernentes à soberania nacional e à criminalidade transnacional (Andrade e Camargo, 2018). Nesses espaços, existe a necessidade de adequação das forças armadas e de segurança pública à peculiaridade das dinâmicas criminosas. Nesse cenário, evidencia-se também a complexidade de coordenação dos atores dos três níveis de governo, para elaborar e implementar políticas de Segurança Pública.

Nesse sentido, o Decreto nº 12.038 de 29 de maio de 2024 instituiu a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional, os quais visam à integração das ações do Poder Executivo federal com entes federativos e instituições privadas nos eixos de segurança, desenvolvimento sustentável, integração regional, direitos humanos, cidadania e proteção social nas fronteiras brasileiras.

Em vista disso, o PDIFF-AP oferece diagnósticos e proposições cuja finalidade é o apontamento de possíveis políticas públicas e projetos relativos à Segurança Pública e outros setores analisados.

A temática em análise dialoga transversalmente com os setores de Comunidades Tradicionais, Meio Ambiente e Infraestrutura, em complemento ao objetivo de identificar e mapear as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à segurança na FF-AP.

Ao longo do diagnóstico, são contextualizados os cenários da Segurança em escala nacional, regional (Amazônia Legal) e estadual, com atenção aos fenômenos relativos ao tráfico de drogas e às facções criminosas. A questão da violência, por sua vez, será adotada como unidade de análise, com enfoque especial à violência contra a mulher e à violência sexual contra crianças e adolescentes, além da especificidade da violência contra comunidades tradicionais. Discutir-se-á também os fluxos ilegais de migração na fronteira franco-brasileira, fenômeno considerado recente e em latência.

## SEGURANÇA NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA LEGAL

É notável o avanço do crime organizado na Amazônia Legal, revelado pela imponente do narcotráfico e da escalada de crimes ambientais associados a atividades criminosas. A destacada presença de facções na região tem levado a um quadro em que a violência e os crimes transnacionais se sobrepõem com práticas ambientais ilícitas, a exemplo da extração ilegal de madeira e minérios. Não se conta, entretanto, com um combate efetivo das instituições de Segurança Pública amazônicas, nem com um nível de integração interinstitucional capaz de mitigar as referidas problemáticas (FBSP, 2023).

A região Norte é considerada central nas dinâmicas e fluxos do narcotráfico, principalmente pela proximidade geográfica aos países latino-americanos produtores de cocaína (Bolívia, Colômbia e Peru), em especial os estados de Rondônia, Amazonas e Acre, os quais compartilham tais fronteiras (IPEA, 2023). Estima-se que pelo menos dez organizações criminosas internacionais atuem nas áreas de fronteira da região, em parceria com grupos criminosos brasileiros e engajadas nas disputas de rotas para o tráfico de drogas. (IPEA, 2024).

Nesse sentido, evidencia-se um intenso controle territorial e econômico da Amazônia por organizações criminosas (cuja atuação é exercida, principalmente, dentro de presídios); o que se corrobora pela constatação de que 13 das 30 cidades mais violentas do país encontram-se inseridas na Amazônia Legal (Instituto Igarapé, 2022).

Por outro lado, o fortalecimento das organizações criminosas no país pode ser interpretado como resultado do processo de redirecionamento institucional observado durante os quatro anos do governo Bolsonaro. Alguns estudos sugerem que esse período apresentou indícios de práticas como o controle político de instituições como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), além de possíveis interferências nas estruturas internas da Polícia Federal, o que teria contribuído para o enfraquecimento da capacidade estatal de fiscalização e controle (Couto, 2024).

Em relação aos esforços dos níveis de governo em torno das fronteiras do país, pode-se destacar a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), que teve debate iniciado em 2011 e regulamentação pelo Decreto n. 1238/2024. O objetivo é a consolidação de parcerias com os órgãos de segurança pública de estados e municípios brasileiros situados na faixa de fronteira, com a finalidade de fortalecer a prevenção e o combate a atividades ilícitas transfronteiriças.

## **SEGURANÇA NO CONTEXTO GERAL NO AMAPÁ**

### **Mortes Violentas Intencionais (MVI)**



Em números proporcionais, o Amapá é o estado mais violento do Brasil, com taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI) de 69,9 por 100 mil habitantes (513 MVI em 2023) (FBSP, 2024). Além disso, ocupa o primeiro lugar em letalidade policial, com taxa de 23,6 mortes a cada 100 mil habitantes, o que corresponde a 33,7% das MVI do estado, mais que o dobro da média nacional de 13,8%. Nesse ranking, mantém posicionamento entre os três estados com as maiores taxas de letalidade policial desde 2015, com destaque na primeira posição há quatro anos (FBSP, 2016-2024).

No primeiro semestre de 2024, a Segurança Pública do estado apresentou redução de 32% nas ocorrências de MVI, com 119 registros. No mesmo período de 2023, foram identificados 175 crimes violentos letais intencionais. A queda no índice é atribuída à intensificação do combate à criminalidade, à nomeação de novos agentes de Segurança Pública e a maiores investimentos na área (Amapá, 2024).

No que diz respeito às MVI no estado, trata-se de um fenômeno o aumento da instrumentalização das armas de fogo pelos homicidas. Com participação em 39,77% dos homicídios em 2010, o percentual de uso de armas de fogo elevou-se para 59,61% em 2014, com pico de 63,51% em 2019 e 57,36% em 2020. Anteriormente, era predominante o emprego de “objetos cortantes, penetrantes ou contundentes” (como facas).

Em partes, os aumentos observados devem-se à flexibilização pelo Governo Federal ao acesso a armas de fogo, por meio de Portarias e Decretos publicados entre os anos de 2018 e 2020 (IPEA, 2024).

### **Tráfico de drogas e as facções criminosas no Amapá**

Estima-se que existam mais de 100 organizações criminosas atuantes no Brasil, com quase todas presentes no sistema prisional do país (Senappen, 2023). Na região Norte, o Amapá abriga as facções criminosas locais mais fortes e violentas (Adorno & Muniz, 2022). O estado, devido à fronteira com a Guiana Francesa, aparenta-se atrativo para o tráfico de drogas. Além disso, o Porto de Santana tem obtido destaque para o escoamento de drogas destinado à Europa (FBSP e IMC, 2023).

São três as facções de origem amapaense: Amigos Para Sempre (APS), Família Terror do Amapá (FTA) e União Criminosa do Amapá (UCA), as quais também são apontadas no levantamento de organizações criminosas atuantes no sistema prisional (Senappen, 2023). Há a existência de consórcio entre as organizações APS e FTA, do qual fazem parte cerca de 12 mil integrantes (em 2020, a estimativa girava em torno de 7 mil) (IPEA, 2024).

Além das organizações criminosas locais, há no Amapá a presença de membros das duas grandes facções nacionais, Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). No estado, embora não haja um cenário hegemônico de nenhuma das duas, fontes afirmam que a paulista PCC sai com pequena vantagem à frente da carioca CV (IPEA, 2024). Localmente, o PCC possui aliança com a FTA, enquanto o CV tem vínculo estabelecido com a UCA.

Nos municípios da FF-AP, constata-se um cenário de disputa entre as facções criminosas (nacionais e locais) para controle do tráfico de drogas nas cidades (FBSP e IMC, 2023). O quadro a seguir mostra os municípios que ainda são motivos de disputa entre as facções e aqueles que já se encontram dominados por uma organização criminosa. Enquanto os demais continuam a ser disputados, há dois em controle: Serra do Navio, pela UCA, e, pelo CV, Ferreira Gomes.

**Quadro 7. Facções Criminosas atuando no Amapá**

| Estado | Municípios              | Situação   | Facções        |
|--------|-------------------------|------------|----------------|
| AMAPÁ  | Serra do Navio          | Controlada | UCA            |
|        | Amapá                   | Em disputa | FTA - CV       |
|        | Pedra Branca do Amapari | Em disputa | CV - PCC       |
|        | Calçoene                | Em disputa | FTA - PCC      |
|        | Ferreira Gomes          | Controlada | CV             |
|        | Macapá                  | Em disputa | FTA - CV       |
|        | Oiapoque                | Em disputa | FTA - CV - PCC |
|        | Porto Grande            | Controlada | FTA            |
|        | Pracuúba                | Em disputa | FTA - PCC      |
|        | Santana                 | Em disputa | FTA - CV       |
|        | Laranjal do Jari        | Em disputa | UCA - PCC      |

Fonte: Instituto Mãe Crioula - IMC/FBSP (2023). Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

O fenômeno de interiorização das facções tem sido observado no estado, com enfoque na região Sul, onde está localizado Laranjal do Jari, que se insere na Foz do Rio Amazonas, região integrante da rota de narcotráfico do corredor Solimões. A título de exemplo, em junho de 2024, foi realizada no município a maior apreensão de entorpecentes da história do estado. Avaliada em R\$6 milhões, a carga de *skank* partiu de Santarém (PA) e chegou até o município através de Monte Dourado (PA).

Em possível cenário favorável à ação criminosa, a droga seria dividida e distribuída entre as facções criminosas da capital. Na fronteira franco-brasileira, preza-se pelo atendimento aos três principais mercados consumidores das drogas: 1- os chamados “sítios de garimpo”; 2- o mercado local de Oiapoque; 3- os mercados das capitais Macapá e Belém do Pará (Borges e Correa, 2023).

## Violência contra a mulher

No Amapá, lesão corporal dolosa (violência doméstica), ameaças, perseguição (*stalking*), violência psicológica e violência sexual são as principais formas de violência contra a mulher. Em 2023, 968 mulheres foram vítimas de agressão física em seus lares; 6.461 foram ameaçadas; 1.004 foram perseguidas e 639 foram psicologicamente violentadas.

No que concerne ao feminicídio, houve registro de 4 casos em 2023, com redução de 55,56% em relação a 2022 (9 registros). As tentativas de feminicídio, no entanto, continuam a preocupar. Em 2023, registram-se 50 ocorrências (11,1% a mais do que no ano anterior) (FBSP, 2024).

No tangente à violência sexual, tem sido observado um elevado crescimento de estupros femininos no estado nos últimos anos. O Amapá liderou o aumento percentual de casos da violência na Amazônia Legal entre 2018 e 2020 (88,5%) (Instituto Igarapé, 2024). Em 2022, a taxa de estupros de mulheres para cada 100 mil habitantes foi de 67,3. Houve o registro de 653 vítimas, com base em ocorrências policiais (Ministério das Mulheres, 2024).

Dentre os municípios da FF-AP, Laranjal do Jari, Oiapoque e Pedra Branca do Amapari apresentam índices mais elevados (PC, 2024). Somente no período entre maio e julho de 2023, foram registrados 150 casos de violência contra a mulher em Laranjal do Jari. Em 2022, o município do sul do estado apresentou 10% do total de casos no estado. Oiapoque, por sua vez, figurou em quinto lugar, com participação em 5% dos casos registrados (Aleixo, 2023).

Os três municípios mencionados também são os que contam com os aparatos institucionais mais avançados para o enfrentamento à violência contra a mulher. Em Laranjal do Jari, estão à disposição da população feminina a Delegacia da Mulher e o Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CRAM), também presente em Oiapoque. Já em Pedra Branca do Amapari, encontra-se em funcionamento a Casa de Apoio à Mulher Amapaense.

Durante o processo de pesquisa, verificou-se que em junho de 2017 houve o lançamento de uma nova versão do Sistema de Cadastro de Casos de Violência Doméstica (SICAVID), que se trata de uma plataforma cuja alimentação de dados é de responsabilidade das promotorias de Justiça (MP/AP, 2017). Não existem, no entanto, registros de informações estatísticas nos últimos 7 anos. Em 2013, foi disponibilizado pelo Ministério Público do estado o primeiro e último Mapa da Violência Doméstica contra a Mulher no Amapá, onde todos os municípios tiveram dados registrados, com base no SICAVID.

### **Violência sexual contra vulneráveis (crianças e adolescentes)**

No Amapá, o abuso sexual é a forma de violação mais comum contra crianças e adolescentes (Amapá, 2024). Caracterizados como crescentes, os casos registrados no estado entre 2018 e 2023 aproximaram-se de mil (983). De 2020 em diante, a exploração sexual contra

vulneráveis ultrapassou as ocorrências das violências física e psicológica (SVS, 2024). Em relatórios nacionais, exibe-se um cenário ainda mais preocupante: houve o registro de 516 ocorrências no ano de 2023, que representa uma taxa de 70,3 casos para cada 100 mil habitantes (FBSP, 2024).

Meninas entre 10 e 14 anos de idade e meninos entre 5 e 9 anos constituem o padrão de vítimas de abuso sexual para cada gênero. Quanto aos criminosos, predominam pais, padrastos e pessoas conhecidas, com destaque para a mudança de autor no caso das meninas, que também passam a ser violentadas por cônjuges e namorados a partir da adolescência. Em 83% dos casos, os autores tratam-se de pessoas conhecidas, com destaque para pessoas com grau parental com a vítima (59%). Em relação aos lugares das ocorrências, 83% acontecem nas próprias residências das vítimas. Destaca-se também que, em um terço dos casos notificados, houve repetição da violência sexual (SVS, 2024).

Em Oiapoque, já se encontram diagnosticadas redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, os quais são incorporados ao mercado da prostituição. As vítimas tratam-se não somente de meninas amapaenses, mas também provêm das cidades paraenses de Santarém, Almeirim e Monte Dourado. Apontou-se que as vulneráveis são exploradas em hotéis, casas noturnas e fazendas da cidade (ICMPD, 2016).

Dos municípios amapaenses, apenas 4 contam com institucionalização de rede de proteção e prevenção contra a exploração sexual de crianças e adolescentes (SVS, 2024). Além de Macapá e Santana, destacam-se Oiapoque e Laranjal do Jari, municípios da FF-AP. Em âmbito estadual, conta-se com a Rede Abraça-me, formada pela união de forças de agentes institucionais governamentais e não governamentais, cuja finalidade é a prevenção, identificação e enfrentamento dos diversos tipos de violência contra crianças e adolescentes. Os Centros Especializados de Assistência Social (CREA) também atuam no combate à violência sexual contra menores, através de atendimento especializado.

## **SEGURANÇA NA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAPÁ**

No triênio 2018-2020, o eixo Macapá-Santana (que engloba 73,8% da população estadual) concentrou 84% das letalidades registradas (983 ocorrências). Em contraste, Oiapoque, município com a terceira maior taxa de homicídios do período (46,5 hom./100 mil habitantes), registrou o total de 38 homicídios; número equivalente a 3,24% dos eventos totais registrados. Especificamente sobre 2020, deve-se salientar que Pracuúba apresentou a maior das taxas municipais na categoria, com 57,2 homicídios para cada 100 mil habitantes (IPEA, 2023).

**Tabela 25.** Grupos de municípios por taxa média de homicídios por 100 mil habitantes – Amapá, triênio 2018-2020

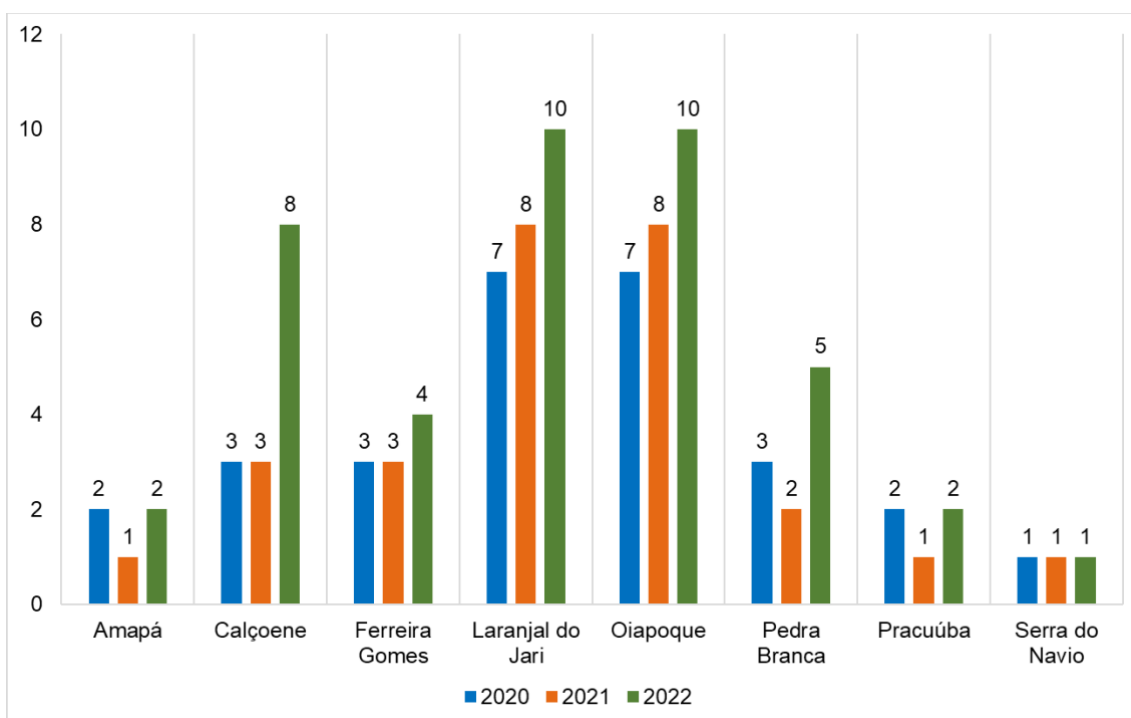
|                  | Intervalo taxa média de homicídios por 100 mil hab. | Municípios                                                                                                                                          |
|------------------|-----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Grupo I</b>   | 8,08                                                | Pedra Branca do Amapari (8,08)                                                                                                                      |
| <b>Grupo II</b>  | 12,35 a 22,29                                       | Serra do Navio (12,35); Mazagão (20,03); Vitória do Jari (20,92); Cutias (22,29)                                                                    |
| <b>Grupo III</b> | 26,99 a 39,45                                       | Calçoene (26,99); Tartarugalzinho (28,88); Laranjal do Jari (30,42); Pracuúba (32,55); Ferreira Gomes (34,28), Itaúbal (36,3); Porto Grande (39,45) |
| <b>Grupo IV</b>  | 46,45 a 52,85                                       | Oiapoque (46,45); Santana (50,81); Macapá (52,85)                                                                                                   |

Fonte: IPEA, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Entre 2010 e 2020, constatou-se que as taxas de homicídios de cidades interioranas do Amapá não apresentaram diferenças significativas em relação às da área metropolitana. Em análise da distribuição relativa dos homicídios nas duas categorias, repete-se o mesmo padrão. Vale destacar, no entanto, que nos anos de 2011, 2012, 2014, 2015, 2019 e 2020 registraram-se mais homicídios no grupo de cidades do interior do estado (IPEA, 2024).

Deve-se notar que Oiapoque e Laranjal do Jari, embora sejam os municípios da FF-AP com os maiores números de unidades de Segurança Pública, apresentaram as taxas mais elevadas de homicídios entre 2020 e 2022, como pode ser observado no gráfico abaixo.

**Gráfico 14.** Homicídios em municípios de faixa de fronteira do Amapá



Fonte: MJSP (2020, 2021 e 2023). Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Dos municípios da FF-AP que compõem o 7º Batalhão de Polícia Militar, Pedra Branca do Amapari foi o que apresentou o maior número de ocorrências levadas às delegacias, entre os anos de 2020 e 2022. No total, foram registradas 744 denúncias. Em seguida, vêm os municípios de Ferreira Gomes (com 321), Amapá (304) e Serra do Navio (165). Dentre os crimes mais frequentes, destacam-se violência contra a mulher, tráfico de drogas, lesão corporal e roubo (Pastana *et al.*, 2024).

### **A região de fronteira do Amapá e os fluxos migratórios**

Nos últimos anos, os fluxos de migração ilegal na fronteira franco-brasileira têm ganhado mais visibilidade. O Amapá configura-se como um dos principais espaços de trânsito de estrangeiros no Brasil (Amapá, 2024). Entre 2019 e 2023, foram apresentados 401 imigrantes ilegais à sede da Polícia Federal, com destaque para 2021, quando a Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou 334 detenções (G1 Amapá, 2021). A maioria trata-se de nacionais do Haiti que acessam o Brasil após transitar pelo Suriname e pela Guiana Francesa, em fuga de cenários políticos conturbados no país de origem (IPEA, 2021). Constituem também os perfis de principais refugiados os venezuelanos e cubanos (SECRICOMEX *apud* Lima, 2024)

Desde 2023, Oiapoque destaca-se como o terceiro maior ponto de entrada de haitianos e cubanos no Brasil. Como ponto de saída, trata-se do segundo mais utilizado por sírios, afegãos e marroquinos (Amapá, 2024). Importa destacar, no entanto, que o objetivo final da maioria desses imigrantes é a chegada às mais conhecidas metrópoles do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Além desses destinos, visa-se também o acesso à Guiana Francesa, principalmente por haitianos (ICMPD, 2016).

Em vista dessas dinâmicas, deve-se voltar atenção à existência de redes clandestinas para transporte ilegal dos estrangeiros que chegam ao estado, as quais se favorecem da cobrança de altos valores para a prestação do serviço (Lima, 2024). Além da extorsão financeira, verifica-se que os estrangeiros ilegais que chegam ao Brasil costumam sofrer os mais variados tipos de violência, a exemplo da violação sexual, no caso das mulheres (ICMPD, 2016).

No que diz respeito a essa engrenagem, deve-se destacar a atuação dos chamados “coiotes”, os quais são responsáveis pelo transporte ilegal de migrantes, tanto em destino à Guiana Francesa e outros países quanto internamente (ICMPD, 2016). A legislação nacional enquadra-os dentro do crime de aliciamento para o fim de emigração, cuja prática se dá através do recrutamento fraudulento de trabalhadores para direcionamento a territórios estrangeiros (art. 206 do Código Penal). Em anos recentes, têm sido recorrentes apreensões desses sujeitos em atividade na faixa de fronteira do estado (Brasil, 2024; G1 Amapá, 2022).

Nas reuniões mais recentes da CMT, têm sido discutidas as questões migratórias que envolvem o Brasil e a Guiana Francesa. A última parte tem destacado o padrão de aumento de pedidos de asilo desde 2019, principalmente por sírios, afegãos e marroquinos, que passam pelo Brasil até chegarem à coletividade da França. Sobre isso, tem sido colocada em questão a estratégia de aproveitamento do visto humanitário brasileiro para facilitar o acesso a outros países; o que preocupa a parte francesa, em principal pela dificuldade de deportação de imigrantes oriundos de lugares sem conexões áreas.

Por fim, no que se refere ao fluxo de brasileiros que migram para a Guiana Francesa, importa destacar a relação com o direcionamento a garimpos ilegais e as questões que decorrem da referida problemática, a exemplo da prostituição, do tráfico de drogas, de pessoas e de armas (CMT, 2015). Para a parte francesa, trata-se do principal obstáculo para o progresso da Cooperação Transfronteiriça e da emissão de vistos para brasileiros. Já a parte brasileira, por sua vez, discorda dessa posição, em defesa do argumento de que as práticas de tais atividades independem de vistos (Gonçalves, 2022).

### **Violência contra comunidades tradicionais na faixa de fronteira do Amapá**

No Amapá, a violência contra indígenas raramente ganha destaque na mídia ou em estatísticas oficiais. No mapa de Cartografias de Ataques Contra Indígenas (CACI), há registro de sete casos. Com exceção do registrado em 2019, todos ocorreram em Oiapoque: um em 2003, um em 2008, três em 2015, um em 2019 e um em 2022. No último relatório do CIMI (2023), constam três assassinatos no ano de 2019 e dois em 2022, quando também houve uma tentativa de assassinato.

Acredita-se em um cenário de subnotificação, que pode ser compreendido como parte de violências dissimuladas e invisibilizadas, principalmente pelo fato de a ocultação desses dados distanciar o processo de elaborativo e implementativo de políticas públicas para esses povos (IPEA, 2024).

Ainda assim, traz-se à luz as taxas de homicídios de indígenas por estado em 2022, com posicionamento do Amapá entre as três unidades federativas com taxas superiores a 80,0. Foram 83,4 homicídios para cada 100 mil habitantes (IPEA, 2024).

O estupro e falecimento de Maria Clara (2023), indígena *Karipuna* de 15 anos, e o assassinato do cacique Emyra Wajãpi (2019), que são dois dos casos identificados nos últimos 5 anos, tomaram proporção nacional e internacional (BBC, CNN, The Guardian, The New York Times, NBC News).



O povo *Wajãpi*, cujas terras localizam-se entre os municípios de Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari, encontram-se em situação de risco e vulnerabilidade, agravada principalmente após a publicação de decreto de extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA) pelo ex-presidente Michel Temer em agosto de 2017 e o incentivo à exploração e apropriação econômica privada de terras indígenas pelo também ex-presidente Jair Bolsonaro. Durante o mês de julho de 2019, quando o cacique Emyra foi assassinado, o Conselho das Aldeias Wajãpi (APINA) realizou uma série de denúncias sobre ameaças e invasões de supostos garimpeiros em suas aldeias.

### **Comunidades do campo**

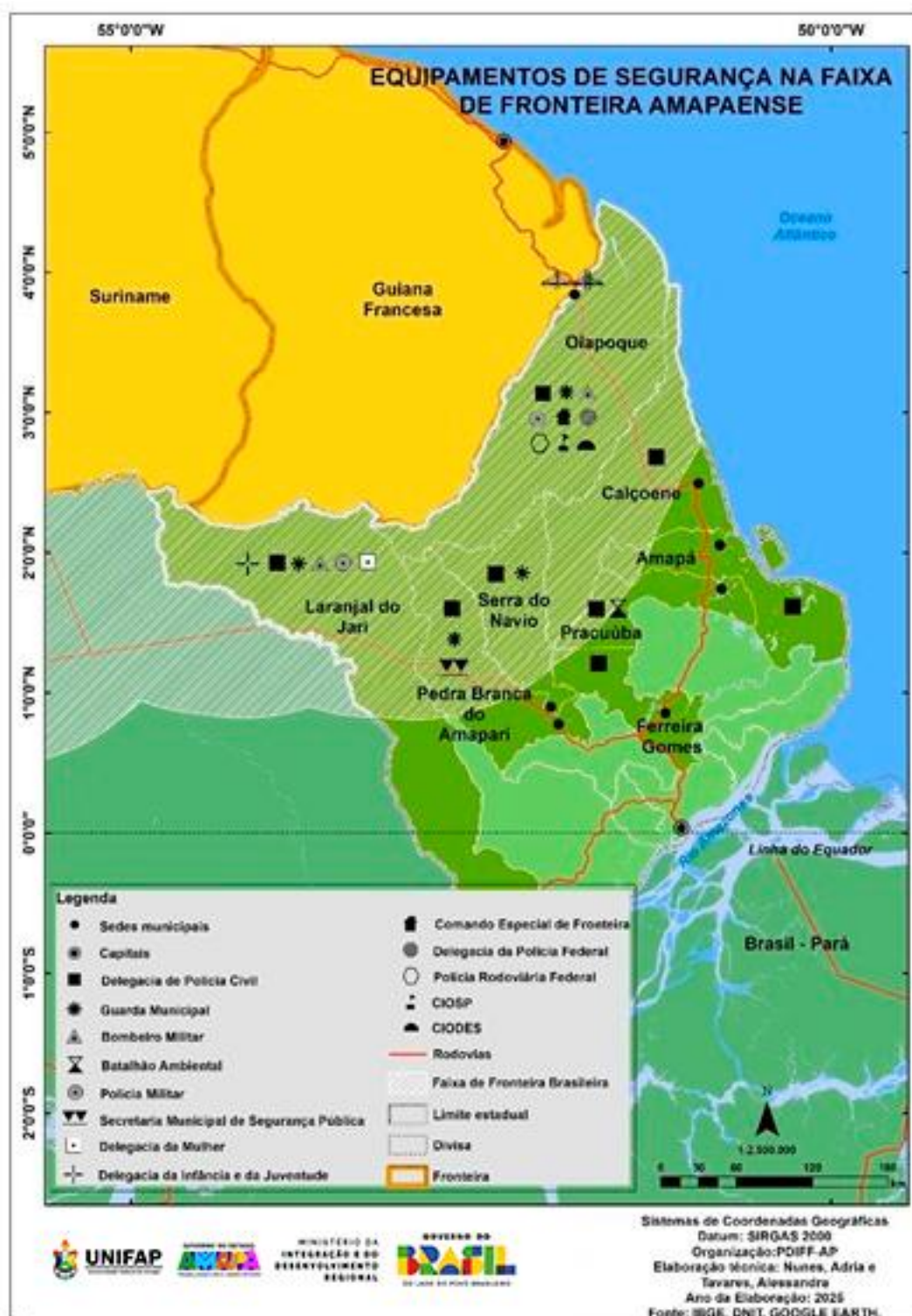
Contabilizaram-se os assassinatos ocorridos nos campos do bioma amazônico entre os anos de 1985 e 2019. Foram 1.202 ocorrências, do total nacional de 1.812 mortes. Desse número, o Amapá apresentou apenas 7 assassinatos, que, em porcentagem referente ao montante nacional, significa 0,38%. O estado foi o único da Amazônia Legal a registrar uma porcentagem menor do que 1%. Em contraste, os estados do Pará e do Maranhão foram palco de, respectivamente, 565 (31,12%) e 169 (9,31%) homicídios no campo (Sodré e Filho, 2021). Quanto às ocorrências nos municípios da FF-AP, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) aponta em seus relatórios as cidades de Calçoene, Ferreira Gomes, Amapá, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari.

## **AS INTER-RELAÇÕES NO CONTEXTO DA SEGURANÇA NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

No contexto da segurança na FF-AP, as inter-relações se dão a nível estadual e internacional. Logo, deve-se voltar atenção às interações com os agentes de segurança pública dos territórios com os quais o Amapá possui limite ou fronteira. Nesse caso, ao distrito paraense de Monte Dourado (que se limita com Laranjal do Jari) e à Guiana Francesa (a qual também se adicionam os agentes de defesa nacional).

Para maior compreensão dessas dinâmicas, abaixo encontra-se um mapa da distribuição das forças de segurança pública e forças armadas.

**Figura 24.** Mapa das Forças de Segurança Pública e Forças Armadas na FF-AP



Organização: PDIFF-AP, 2025.

**Agentes de segurança pública e de defesa nacional: Guiana Francesa**

Através de suas forças de segurança pública, o Amapá e a Guiana Francesa exercem cooperação policial internacional por meio do Centro de Cooperação Policial (CCP), criado em 2010 em *Saint-Georges-de-l'Oyapock*. Os diversos órgãos brasileiros atuam cooperativamente com as seguintes instituições francesas: *Police aux Frontières* (PAF), *Gendarmerie Nationale*, *Douanes Françaises* e Exército Francês, através da presença do regimento da Legião Estrangeira (Borges e Correa, 2023).

A cooperação voltada à defesa transfronteiriça na fronteira franco-brasileira trata-se da maior relação cooperativa entre o Brasil e um país da América do Sul (CMT, 2023). Realiza-se por meio de iniciativas como a parceria do Comando de Fronteira do Amapá e do 34º Batalhão de Infantaria da Selva com o Exército francês, exemplificada pelas Operações Jararaca e Gran Rochelle (ambas constituintes da Operação Ágata), as quais visam ao combate a crimes ambientais, ao garimpo ilegal e à criminalidade transfronteiriça (Exército Brasileiro, 2024).

Deve-se evidenciar, entretanto, a ocorrência de desequilíbrio no processo de troca de informações entre as partes francesa e brasileira dentro do CCP, que se explica por obstáculos jurídicos decorrentes da diferença entre as duas legislações nacionais. No período entre julho de 2013 e agosto de 2018, autoridades brasileiras e da Guiana Francesa direcionaram 1.342 demandas informacionais ao Centro. Do total de registros, enquanto 139 partiram do Brasil, 1.203 (90%) eram solicitações francesas (Borges e Correa, 2023).

#### **Agentes de segurança pública e de defesa nacional: Monte Dourado**

Em relação a Monte Dourado (PA), apurou-se que o estado de “isolamento” das forças de segurança pública impede avanços na cooperação policial, principalmente entre as polícias militares e as guardas civis municipais de Monte Dourado e Laranjal do Jari, como expresso por interlocutores do 11º Batalhão da Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal de Laranjal do Jari (Trabalho de campo, 2023)

#### **Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio: a dependência de policiamento militar**

Os municípios de Serra do Navio dependem do policiamento militar advindo de Pedra Branca do Amapari, desde o início da reforma do quartel da PM na cidade, que ainda se encontra abandonada, segundo relatado em escuta social realizada pelo Ministério Público em Serra do Navio (Ata nº 0000024/2024-CGCAO). Um interlocutor da Polícia Civil de Serra do Navio confirmou que não houve continuidade na reforma. Em consequência, os policiais militares do município foram alocados em uma sala da prefeitura e, posteriormente, destinados à Pedra Branca do Amapari (de onde direcionam-se à cidade de origem para atendimento das ocorrências). Segundo o mesmo interlocutor, para compensar o policiamento escasso em Serra

do Navio, a Polícia Civil realiza rondas pela cidade, com o intuito de não deixar a população desamparada da presença policial.

### **Considerações sobre as inter-relações na faixa de fronteira do Amapá**

No que se refere às relações entre as forças de segurança pública do Brasil e da Guiana Francesa, nota-se que a falta de reciprocidade ainda é característica nuclear, assim como nos demais setores. Entretanto, como forma de reverter esse cenário, reuniões como as da Comissão Mista Transfronteiriça (CMT) levam a direcionamentos coerentes, como a demanda brasileira por inclusão de membros das polícias do Amapá no CCP (Amapá, 2024).

## ANÁLISE SWOT/FOFA DE SEGURANÇA

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------------------|---------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <p>Operação Hórus no combate à criminalidade;<br/> Delegacias de Polícia Civil presentes em todos os municípios;<br/> Oiapoque e Laranjal do Jari possuem as principais unidades de Segurança Pública;<br/> Oiapoque é interligado ao Centro de Cooperação Policial Internacional;<br/> Rede institucionalizada para enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes (REAJA) em Laranjal do Jari;<br/> Secretaria Municipal de Segurança Pública em Pedra Branca do Amapari;<br/> Central de Operações com sistema de monitoramento em tempo real em Pedra Branca do Amapari;<br/> Unidades especializadas no atendimento para mulheres vítimas de violência doméstica;<br/> Delegacia de Polícia Itinerante;<br/> Parceria entre Polícia Civil, Conselho Tutelar e Secretaria de Saúde no município de Amapá;<br/> Delegacia virtual;<br/> Embarcação “Garça Amarela” da Polícia Civil para atendimento de ocorrências fluviais em Pracuúba.</p> | <p>PONTOS FRACOS</p> <p>Efetivo reduzido da Polícia Militar;<br/> Cobertura insuficiente pelas forças de Segurança Pública em comunidades remotas;<br/> Déficit de sistematização e divulgação de dados de Segurança Pública;<br/> Baixa difusão do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP);<br/> Falta de formação tecnológica dos agentes de Segurança Pública;<br/> Inexistência de números universais para realização de denúncias;<br/> Falta de infraestrutura física das unidades de Segurança Pública;<br/> Inexistência de delegacias especializadas (exceto Laranjal do Jari);<br/> Inexistência de cooperação de segurança pública entre Laranjal do Jari e o distrito de Monte Dourado (PA);<br/> Guarda Civil Municipal (GCM) e Defesa Civil Municipal de Serra do Navio não regulamentadas;<br/> Inexistência de polícia militar em Serra do Navio</p> |
|                  | OPORTUNIDADES | <p>Programa Wi-Fi Brasil;<br/> Adesão ao Programa Capta+;<br/> SINESP e Rede EaD Senasp;<br/> Implementação da Sala Lilás para atendimento de mulheres vítimas de violência;<br/> Ampliação do Cidadão Mirim e outros projetos sociais da Polícia Militar para todos os municípios da FF-AP;<br/> Aumento de reciprocidade dentro do Centro de Cooperação Policial Internacional;<br/> Política de incentivo à interiorização como a regionalização de concursos públicos na área de Segurança Pública ou implementação de bonificação regional;<br/> Desenvolvimento integracional com Monte Dourado através da Delegacia de Polícia de Monte Dourado, localizada em Laranjal do Jari;<br/> Elaboração de sistema de estatísticas de Segurança Pública;<br/> Habilitação e qualificação dos guardas civis junto ao DETRAN-AP para fiscalização do trânsito;<br/> Criação de Conselhos de Segurança Comunitária</p>                                        | <p>AMEAÇAS</p> <p>Atuação de facções criminosas locais e nacionais;<br/> Tráfico de drogas;<br/> Violência sexual contra vulneráveis;<br/> Violência contra mulheres;<br/> “Coiotes” e a promoção da migração ilegal;<br/> Garimpo ilegal<br/> Utilização do município como esconderijo por criminosos em fuga.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| FATORES EXTERNOS |               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |

### Carteira de projetos para Segurança

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                                                                                                           | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                       | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                                                       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| Implantação de conselhos de segurança comunitária, com integração de ações educacionais e de assistência social                                                                                                                                               | MJSP; MDS; SEJUSP/AP; MP/AP, Secretarias Municipais (Assistência Social, Saúde, Educação); Guarda Civil Municipal; Polícia Civil; Polícia Militar; CRAS; CREAS            | Laranjal do Jari, Oiapoque, Calçoene, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari |
| Criação e implementação de um programa educativo que utiliza artes e cultura para identificação precoce da violência sexual infantil por familiares e professores                                                                                             | MJSP; MDHC; MDS; MP/AP; DPE/AP, Secretarias Municipais (Educação, Assistência Social); Conselho Tutelar; CREAS; CRAS, IFES; Escolas públicas;                             | Toda a FF-AP                                                                  |
| Criação e implementação de um programa de reintegração socioprofissional de jovens e adultos em conflito com a lei, com oferta de formações técnicas, acompanhamento psicossocial e articulação com empregadores locais, cooperativas e instituições públicas | MJSP; MTE; MDS; DPU; SETE; SEAS; SEJUSP/AP; SEJUV/AP; MP/AP, DPE/AP, Secretarias (Assistência Social, Educação); SISTEMA S; CEPAJOB; CRAS; CREAS; Conselho tutelar; IFES; | Toda a FF-AP                                                                  |
| Implementação de unidades móveis de apoio psicossocial e jurídico para mulheres vítimas de violência em áreas geograficamente remotas, articuladas a campanhas e oficinas de empoderamento feminino.                                                          | MJSP; MMFDH; SEJUSP/AP; MP/AP, Secretarias Municipais (Assistência Social, Saúde, Segurança Pública); Guarda Civil Municipal; Polícia Civil; OAB; Sistema S;              | Áreas de difícil acesso nos municípios de FF-AP                               |
| Criação de linha de pesquisa em Segurança Pública, Defesa Nacional e Segurança Internacional                                                                                                                                                                  | MJSP; MCTI; SENAS; SEJUSP/AP; CAPES; CNPQ; MP/AP, Polícia Civil; PM/AP; FAPEAP; IFES; Secretaria Municipal de Segurança Pública;                                          | Oiapoque, Laranjal do Jari, Amapá, Pedra Branca do Amapari                    |
| Criação de observatório da Segurança Pública do Estado do Amapá                                                                                                                                                                                               | MJSP; MCTI; SENASP; SEJUSP/AP; MP/AP, Polícia Civil; PM/AP, Secretaria Municipal de Segurança Pública; FAPEAP; IFES;                                                      | Toda a FF-AP                                                                  |



## SETOR PRODUTIVO

O “setor produtivo” compreende a parte da economia dedicada à produção de bens e serviços, tradicionalmente dividida em três categorias: o setor primário, voltado à extração e produção de recursos naturais (como agricultura, pecuária, pesca, mineração e garimpo); o setor secundário, que envolve as atividades industriais e de transformação; e o setor terciário, relacionado à prestação de serviços como comércio, educação, saúde, tecnologia e turismo (Mankiw, 2013).

Na Faixa de Fronteira (FF-AP), o setor primário é marcado pela diversidade e forte presença da agricultura familiar, destacando-se a produção de mandioca e o cultivo de frutas. O extrativismo vegetal tem grande relevância, com produtos como açaí, castanha-do-Brasil e oleaginosas. A bubalinocultura representa a principal atividade pecuária, enquanto a pesca artesanal também contribui para a economia local. Além disso, a extração de minérios compõe uma parcela significativa das atividades econômicas da região.

Cerca de 42% da atividade industrial do estado do Amapá está concentrada na FF-AP, especialmente, nos municípios de Ferreira Gomes (18,58%), Laranjal do Jari (15,50%) e Pedra Branca do Amapari (6,01%), relacionados à produção de energia, indústria de transformação e mineração.

O setor terciário responde por parte expressiva do PIB do Amapá, sendo impulsionado principalmente pela administração pública (APU), realidade que se repete nos municípios da FF-AP. Atividades como transporte, armazenagem, correios, hospedagem e alimentação formam o segundo maior grupo do setor, seguidas por turismo e telecomunicações.

A FF-AP, portanto, configura-se com uma estrutura produtiva diversificada e interligada. Para fins de diagnóstico, optou-se por um recorte centrado na agropecuária, cadeia florestal, extração mineral, serviços e emprego e renda, com o objetivo de identificar e mapear forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Essa análise dialoga com as temáticas de Meio Ambiente, Infraestrutura e Comunidades Tradicionais, dada sua forte interdependência com o Setor Produtivo.

## DADOS REGIONAIS DO SETOR PRODUTIVO

Os dados mais recentes do PIB do Amapá (Tabela 26) permitem comparar seu crescimento real com o do Brasil e da região Norte, situando o estado no contexto regional (IBGE/SEPLAN, 2023).

**Tabela 26.** Crescimento real do PIB no Brasil, Norte e Amapá (2019-2021, em %)

| Ano | Brasil | Norte | Amapá |
|-----|--------|-------|-------|
|-----|--------|-------|-------|



|             |      |      |      |
|-------------|------|------|------|
| <b>2019</b> | 1,2  | 0,5  | 2,3  |
| <b>2020</b> | -3,3 | -1,6 | -3,2 |
| <b>2021</b> | 4,7  | 5,2  | 5,0  |

Fonte: SEPLAN/AP, 2023. Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

A participação dos estados da região Norte no PIB do Brasil configura-se da seguinte forma: o Pará lidera com uma contribuição de 2,92%, seguido pelo Amazonas com 1,46%, Rondônia com 0,65% e o Tocantins com 0,57%. Os estados do Acre, Amapá e Roraima completam a lista com participações de 0,24%, 0,22% e 0,20%, respectivamente (IBGE/SEPLAN, 2023).

Entre os anos de 2019 e 2021, a economia do Amapá apresentou variações significativas. Em 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19, ocorreu uma retração de 3,2%, em comparação a 2019. Por outro lado, em 2021, houve uma recuperação notável de 5,0%. O crescimento foi impulsionado pelos setores Industrial e de Comércio e Serviços, que juntos cresceram 4,5% em 2021.

A análise da balança comercial do Amapá no período de 2019 a 2024 (Tabela 27) apresentou variações significativas, com tendência ao déficit a partir de 2021. De 2019 a 2020, observou-se um superávit comercial. A partir de 2021, no entanto, o saldo passou a ser negativo, reflexo do crescimento expressivo das importações.

O maior déficit ocorreu em 2023, com saldo negativo de aproximadamente US\$ 967,18 milhões, impulsionado pela forte dependência de produtos derivados do petróleo. Em 2024, até novembro, o saldo negativo foi de US\$ 380,12 milhões, com destaque nas exportações para produtos florestais e açucareiros, enquanto as importações seguiram concentradas em combustíveis.

**Tabela 27.** Balança Comercial do Estado do Amapá em US\$ FOB – 2019 a 2024

| <b>Ano</b>   | <b>Exportação (US\$)</b> | <b>Importação (US\$)</b> | <b>Saldo (US\$)</b> |
|--------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|
| <b>2019</b>  | 253.264.000              | 122.272.000              | 130.992.000         |
| <b>2020</b>  | 312.166.000              | 181.696.000              | 130.470.000         |
| <b>2021</b>  | 306.997.000              | 424.436.000              | -117.439.000        |
| <b>2022</b>  | 209.147.000              | 772.072.000              | -562.925.000        |
| <b>2023</b>  | 179.060.000              | 1.146.240.000            | -967.180.000        |
| <b>2024*</b> | 145.480.000              | 525.600.000              | -380.120.000        |

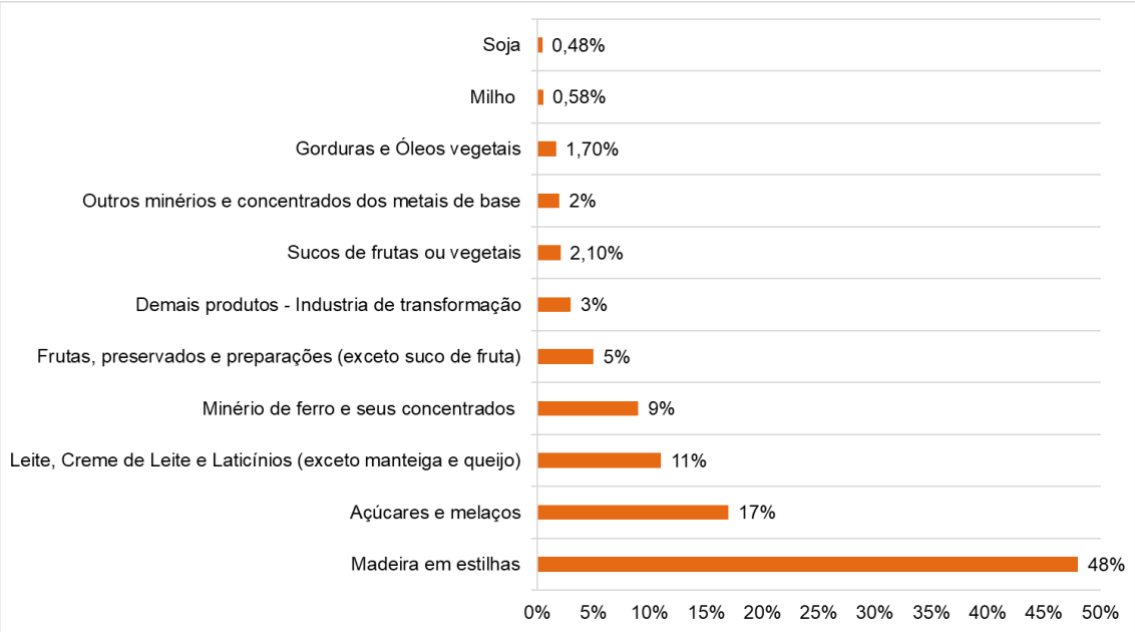
\*Dados de 2024 posicionados até novembro.

Fonte: GAIA/GPPR, 2024a; 2024b. SEPLAN, 2024. Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

No que tange às exportações, os principais destinos são China, Japão, Estados Unidos, Espanha, Portugal e Venezuela e, em menor escala, Guiana Francesa, Arábia Saudita, Austrália,

Rússia e México. Por outro lado, no âmbito das importações, a Rússia ocupa a posição de principal parceiro, seguida pela China e pelos Estados Unidos.

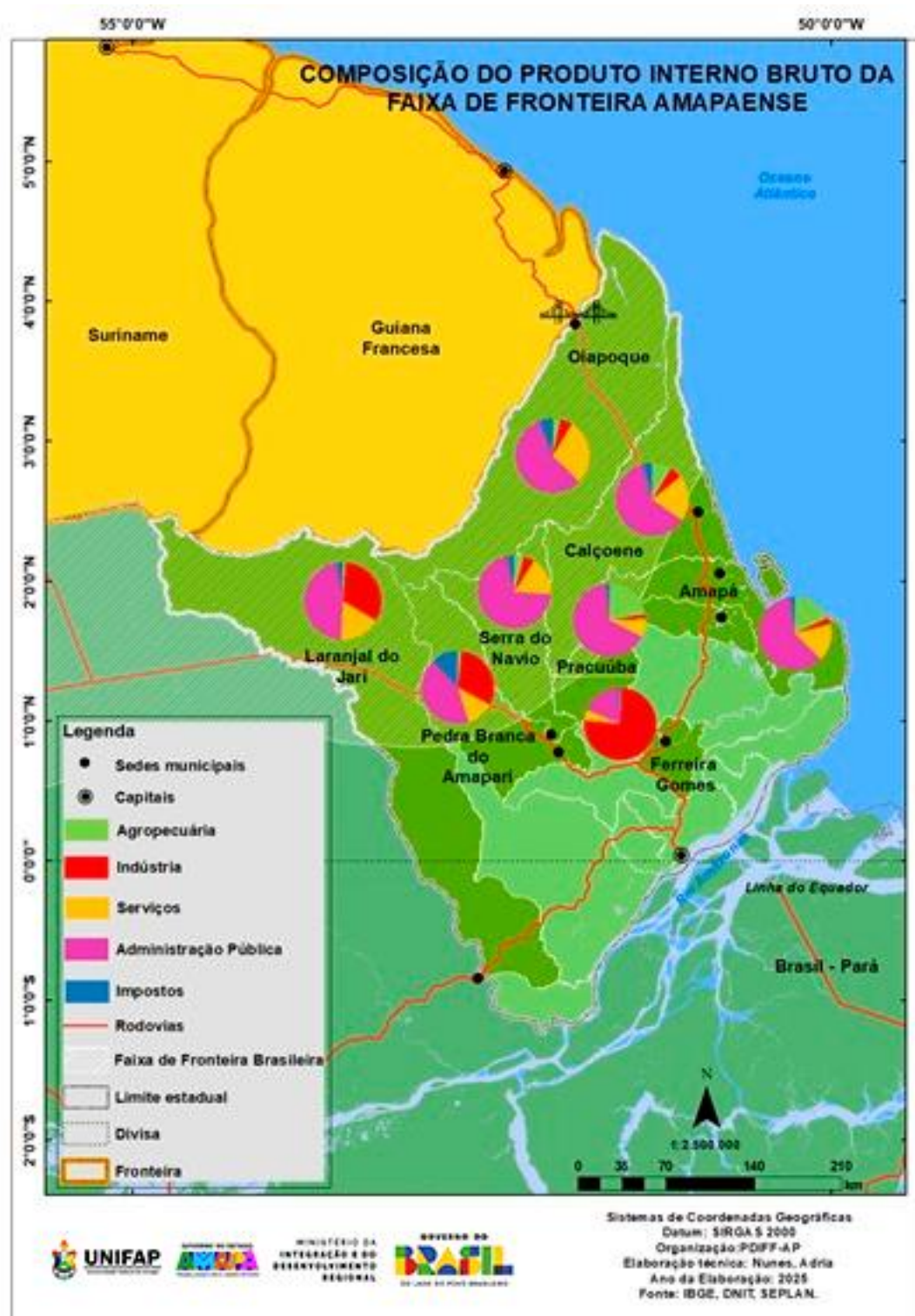
**Gráfico 15. Índices de Exportações do Amapá em 2024**



Fonte: MDIC/COMEXVIS, 2024. Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2024

Para além da análise do desempenho econômico estadual, é fundamental observar as dinâmicas produtivas na faixa de fronteira. Esse detalhamento permite identificar as potencialidades econômicas locais e compreender as especificidades territoriais que influenciam os resultados regionais. A Figura 25, apresenta a composição do Produto Interno Bruto dos municípios da faixa de fronteira do Amapá, referente a 2021, apresentando o peso dos setores da agropecuária, indústria, serviços e administração pública em cada localidade.

Figura 25. Setor produtivo na FF-AP



Organização: PDIFF-AP, 2025.

## DADOS DO SETOR PRODUTIVO NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE

A produção agropecuária e florestal nos municípios da faixa de fronteira do Amapá retrata a riqueza e a diversidade das atividades desenvolvidas no campo. As culturas

alimentares, a criação de animais e o uso dos recursos florestais — por meio do extrativismo vegetal e da silvicultura — compõem um cenário marcado, principalmente, por sistemas familiares, com pouca mecanização e forte ligação com os mercados locais. Apesar desses limites, alguns municípios já apresentam cadeias produtivas mais organizadas e tendências econômicas bem definidas, o que representa um caminho promissor para o fortalecimento sustentável da produção regional.

## AGROPECUÁRIA

### Produção Agrícola

A mandioca é a cultura alimentar mais representativa em todos os municípios da FF-AP (tabela 28). Destacam-se Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Calçoene. A fruticultura tem papel importante, sobretudo com banana e abacaxi, cujas produções mais expressivas ocorrem em Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Calçoene. Há, ainda, registros relevantes de produção de milho, feijão, arroz, melancia e cana-de-açúcar em diversos municípios, com destaque para a cana em Amapá e Pedra Branca do Amapari.

**Tabela 28.** Produção Agrícola em 2023 por municípios da FF-AP (Principais Culturas)

| Município                  | Mandioca<br>(t) | Banana<br>(t) | Abacaxi (mil<br>frutos) | Soja<br>(t) | Cana<br>(t) | Milho<br>(t) | Valor total<br>estimado<br>(R\$ x 1000) |
|----------------------------|-----------------|---------------|-------------------------|-------------|-------------|--------------|-----------------------------------------|
| Oiapoque                   | 12.355          | 1.987         | 350                     | –           | 314         | 16           | R\$ 12.598                              |
| Pedra Branca do<br>Amapari | 9.263           | 1.320         | 982                     | 816         | 570         | 158          | R\$ 10.904                              |
| Laranjal do Jari           | 8.871           | 1.380         | 843                     | –           | 285         | 192          | R\$ 9.853                               |
| Calçoene                   | 5.120           | 542           | 625                     | –           | –           | 94           | R\$ 5.329                               |
| Serra do Navio             | 4.305           | 983           | 475                     | –           | –           | 83           | R\$ 5.332                               |
| Pracuúba                   | 3.420           | 795           | 330                     | –           | –           | 67           | R\$ 4.060                               |
| Ferreira Gomes             | 3.050           | 605           | 512                     | 1.988       | –           | 95           | R\$ 6.086                               |
| Amapá                      | 1.960           | 296           | 154                     | –           | 1.978       | 32           | R\$ 2.796                               |

Fonte: Produção Agrícola Municipal 2023 (IBGE, 2024). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

### Pecuária

A pecuária bovina e bubalina possui relevância econômica, com destaque para o município de Amapá, que concentra o maior rebanho bubalino e bovino da FF-AP (tabela 29). Outros municípios com destaque são Calçoene e Pracuúba, ambos com rebanhos bubalinos superiores a 8 mil cabeças. Os rebanhos são majoritariamente voltados ao mercado local e de subsistência.

**Tabela 29.** Rebanhos Bovinos e Bubalinos por municípios da FF-AP (2023)

| Município | Bovinos (cabeças) | Bubalinos (cabeças) |
|-----------|-------------------|---------------------|
| Amapá     | 12.900            | 35.765              |

|                         |       |       |
|-------------------------|-------|-------|
| Calçoene                | 3.645 | 8.821 |
| Laranjal do Jari        | 3.010 | 1.121 |
| Pracuúba                | 2.887 | 8.722 |
| Oiapoque                | 1.728 | 1.270 |
| Pedra Branca do Amapari | 924   | 73    |
| Ferreira Gomes          | 615   | 4.915 |
| Serra do Navio          | 467   | 38    |

Fonte: Produção da Pecuária Municipal 2023 (IBGE, 2024). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025

A produção de leite é significativa em vários municípios (tabela 30), sobretudo no município de Amapá, que possui a maior produção de leite, com 1,39 milhão de litros produzidos, equivalente a R\$ 4,6 milhões, seguido por Calçoene, Pracuúba, Oiapoque e Laranjal do Jari.

**Tabela 30.** Produção de Leite Bovino por município da FF-AP (2023)

| Município               | Volume produzido (litros) | Valor estimado |
|-------------------------|---------------------------|----------------|
| Amapá                   | 1.396.000                 | R\$ 4.606.000  |
| Calçoene                | 267.000                   | R\$ 854.000    |
| Pracuúba                | 214.000                   | R\$ 684.000    |
| Oiapoque                | 205.000                   | R\$ 861.000    |
| Laranjal do Jari        | 182.000                   | R\$ 583.000    |
| Ferreira Gomes          | 88.000                    | R\$ 282.000    |
| Pedra Branca do Amapari | 53.000                    | R\$ 200.000    |
| Serra do Navio          | 31.000                    | R\$ 100.000    |

Fonte: Produção da Pecuária Municipal 2023 (IBGE, 2024). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

Os dados da Produção da Pecuária Municipal 2023, demonstram que a avicultura é comum em todos os municípios, com predomínio de criações familiares voltadas ao consumo local. A suinocultura e a caprinocultura também estão presentes, mas com menor expressão econômica (IBGE, 2024).

## Aquicultura

A aquicultura é um dos setores mais promissores da agropecuária na FF-AP. Os municípios de Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari e Oiapoque lideram a produção de peixes como tambaqui, pirapitinga e tilápia. O crescimento desse setor é facilitado pela disponibilidade hídrica, conhecimento tradicional, sistemas de viveiros escavados e, em menor escala, investimentos na produção de alevinos.

**Tabela 31.** Produção Aquícola dos municípios da FF-AP (2023)

| Município | Tambaqui (kg) | Tambacu/Tambatinga (kg) | Tilápia (kg) | Pirapitinga (kg) | Pirarucu (kg) | Valor total estimado |
|-----------|---------------|-------------------------|--------------|------------------|---------------|----------------------|
|-----------|---------------|-------------------------|--------------|------------------|---------------|----------------------|

|                                |        |        |        |        |       |               |
|--------------------------------|--------|--------|--------|--------|-------|---------------|
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 84.620 | –      | –      | 60.351 | –     | R\$ 1.884.620 |
| <b>Ferreira Gomes</b>          | 62.935 | 40.211 | 22.506 | –      | –     | R\$ 1.568.360 |
| <b>Laranjal do Jari</b>        | 53.846 | 30.582 | –      | 21.586 | –     | R\$ 1.438.310 |
| <b>Oiapoque</b>                | 47.520 | –      | –      | –      | 6.895 | R\$ 1.027.740 |
| <b>Amapá</b>                   | 38.233 | 17.110 | –      | –      | –     | R\$ 769.100   |
| <b>Calçoene</b>                | –      | 18.562 | –      | –      | –     | R\$ 269.150   |
| <b>Serra do Navio</b>          | –      | 7.123  | 15.620 | –      | –     | R\$ 256.610   |

Fonte: Produção da Pecuária Municipal 2023 (IBGE, 2024). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

## CADEIA FLORESTAL

### Extração de produtos florestais – Madeira

A extração de madeira em tora, lenha e carvão vegetal é bastante representativa em Laranjal do Jari e Oiapoque, com volumes superiores a 90 mil m³ de tora por município (tabela 32). A produção é feita com base em florestas nativas, sem uso de silvicultura nos municípios, o que indica a necessidade de manejo sustentável e controle ambiental.

**Tabela 32.** Produção de madeira por tipo e município da FF-AP (2023)

| Município                      | Carvão vegetal (t) | Valor       | Lenha (m³) | Valor         | Madeira em tora (m³) | Valor         |
|--------------------------------|--------------------|-------------|------------|---------------|----------------------|---------------|
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 115                | R\$ 460.000 | 42.702     | R\$ 632.000   | 65.845               | R\$ 3.766.000 |
| <b>Oiapoque</b>                | 98                 | R\$ 338.000 | 68.340     | R\$ 1.476.000 | 93.899               | R\$ 6.213.000 |
| <b>Laranjal do Jari</b>        | 81                 | R\$ 267.000 | 69.180     | R\$ 1.093.000 | 133.271              | R\$ 6.170.000 |
| <b>Calçoene</b>                | 68                 | R\$ 203.000 | 39.810     | R\$ 525.000   | 35.374               | R\$ 1.832.000 |
| <b>Serra do Navio</b>          | 65                 | R\$ 196.000 | 36.344     | R\$ 526.000   | 37.806               | R\$ 1.961.000 |
| <b>Ferreira Gomes</b>          | 52                 | R\$ 149.000 | 31.732     | R\$ 524.000   | 36.331               | R\$ 1.969.000 |
| <b>Pracuúba</b>                | 42                 | R\$ 168.000 | 31.967     | R\$ 505.000   | 17.297               | R\$ 890.000   |
| <b>Amapá</b>                   | 32                 | R\$ 95.000  | 16.955     | R\$ 251.000   | 7.794                | R\$ 425.000   |

Fonte: Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2023 (IBGE, 2024). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

### Produtos não madeireiros

O açaí é um produto extrativo importante em todos os municípios, tanto para consumo próprio quanto para comercialização. Em termos de volume e valor, Calçoene, Oiapoque e Laranjal do Jari possuem a maior produção na FF-AP (Tabela 33). A atividade tem forte vínculo com comunidades tradicionais e representa uma alternativa sustentável com potencial para agregação de valor por meio de beneficiamento e agroindustrialização.

**Tabela 33.** Produção de açaí em fruto por município da FF-AP (2023)

| Município               | Produção (toneladas) | Valor estimado |
|-------------------------|----------------------|----------------|
| Calçoene                | 218                  | R\$ 654.000    |
| Oiapoque                | 154                  | R\$ 500.000    |
| Laranjal do Jari        | 141                  | R\$ 443.000    |
| Serra do Navio          | 134                  | R\$ 375.000    |
| Pedra Branca do Amapari | 113                  | R\$ 327.000    |
| Ferreira Gomes          | 62                   | R\$ 186.000    |
| Amapá                   | 51                   | R\$ 103.000    |
| Pracuúba                | 41                   | R\$ 115.000    |

Fonte: Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2023 (IBGE, 2024). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

Apesar de não existirem dados da produção de cacau, castanha-do-brasil e sementes oleaginosas, como andiroba e pracaxi, por município do estado do Amapá, em trabalho de campo observou-se que, em sua maioria, esses produtos são importantes fontes de renda para comunidades tradicionais, visto que existem cooperativas e associações voltadas ao extrativismo (quadro 8). Em 2023, de acordo com dados do IBGE (2024), o município de Laranjal do Jari produziu 74 toneladas de castanha-do-Brasil, com valor de produção de R\$ 245 mil, o que pode estar associado à presença de cooperativas e associações voltadas à extração e ao beneficiamento da castanha.

**Quadro 8.** Entidades Extrativistas na Faixa de Fronteira

| Atividade                                                                    | Local                                     | Instituição                                                                                       |
|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Beneficiamento e venda do óleo e da amêndoa da Castanha da Amazônia</b>   | Laranjal do Jari – RDS Rio Iratapuru      | Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU)                        |
| <b>Beneficiamento e venda de biscoitos e bombons da Castanha da Amazônia</b> | Laranjal do Jari – RESEX Cajari           | Associação de Mulheres do Alto Cajari (AMAC)                                                      |
| <b>Extrativismo de castanha</b>                                              | Laranjal do Jari – RESEX Cajari           | Associação mista de trabalhadores da Reserva agroextrativista da reserva do Rio Cajari (ASTEX-CA) |
| <b>Extrativismo de oleaginosas para produção de cosméticos</b>               | Floresta Estadual do Amapá - Rio Araguari | Associação das Mulheres Extrativistas Sementes do Araguari                                        |
| <b>Extrativismo de cacau</b>                                                 | Oiapoque - Rio Cassiporé                  | Cooperativa Cassiporé                                                                             |
| <b>Extrativismo de cacau e produção de geleias</b>                           | Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio  | Cooperativa de Cacau do Amapá.                                                                    |
| <b>Extrativismo de açaí</b>                                                  | Calçoene                                  | Cooperativa dos produtores de Açaí e extrativistas de Calçoene- Açaí Sabor                        |

Fonte: Trabalho de Campo, 2023-2024. Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

## Silvicultura



Em meio à diversidade produtiva da FF-AP, Ferreira Gomes se destaca como o único município da região a investir de forma estruturada na silvicultura. Com uma área plantada de 36.097 hectares, praticamente toda dedicada ao cultivo de eucalipto, o município consolidou uma base florestal voltada à indústria. Em 2023, de acordo com dados do IBGE (2024), foram produzidos 416.206 m³ de madeira em tora, dos quais 366.044 m³ seguiram para a cadeia de papel e celulose. Essa atividade gerou um valor expressivo de R\$ 61,4 milhões, sendo 88% desse total ligado à produção de celulose. Trata-se do maior volume econômico individual entre todas as cadeias produtivas da FF-AP, indicando não apenas o peso da silvicultura na economia local, mas também o potencial de Ferreira Gomes como polo florestal-industrial sustentável no Amapá.

## EXTRAÇÃO MINERAL

A produção mineral nos municípios da FF-AP, em 2022, demonstra uma atividade diversificada, com destaque para a extração de ouro, tântalo, areia, granito e cascalho (tabela 34). Calçoene se destaca como principal produtor de minérios metálicos, com mais de 56 mil toneladas de ouro bruto e 38 mil toneladas de tantalita, o que indica o cumprimento de um papel estratégico nesse setor.

Já Ferreira Gomes lidera em volume, com grande produção de granito e areia, voltada à construção civil. Oiapoque e Laranjal do Jari também contribuem com a extração de areia e rochas britadas, enquanto Pedra Branca do Amapari registra produção pontual de ouro e Serra do Navio mantém atividade de manganês, com alto teor contido de minério (24%). Esses dados mostram que, embora concentrada em alguns municípios, a mineração representa uma frente importante da economia local, com potencial para crescimento e geração de emprego e renda.

**Tabela 34.** Produção mineral por municípios da FF-AP, ano-base 2022

| Município        | Substância RAL | Substância agrupadora        | Produção bruta de minério (t) | Contido      | Teor contido minério |
|------------------|----------------|------------------------------|-------------------------------|--------------|----------------------|
| CALÇOENE         | OURO           | Ouro                         | 56.855,83                     | 379.316,4 g  | 6,67 g/t             |
| CALÇOENE         | TANTALITA      | Tântalo                      | 38.659,02                     | 18.636,96 kg | 0,48 kg/t            |
| FERREIRA GOMES   | AREIA          | Areia                        | 219.785,59                    | -            | -                    |
| FERREIRA GOMES   | GRANITO        | Rochas (Britadas) e Cascalho | 687.538,70                    | -            | -                    |
| LARANJAL DO JARI | AREIA          | Areia                        | 1.530,21                      | -            | -                    |
| LARANJAL DO JARI | CASCALHO       | Rochas (Britadas) e Cascalho | 4.833,15                      | -            | -                    |

|                                |                     |                              |          |        |         |
|--------------------------------|---------------------|------------------------------|----------|--------|---------|
| <b>OIAPOQUE</b>                | AREIA               | Areia                        | 7.265,30 | -      | -       |
| <b>OIAPOQUE</b>                | CASCALHO            | Rochas (Britadas) e Cascalho | 5.937,00 | -      | -       |
| <b>OIAPOQUE</b>                | GRANITO             | Rochas (Britadas) e Cascalho | 76,00    | -      | -       |
| <b>PEDRA BRANCA DO AMAPARI</b> | MINÉRIO DE OURO     | Ouro                         | 1,69     | -      | -       |
| <b>SERRA DO NAVIO</b>          | MINÉRIO DE MANGANÊS | Manganês                     | 1,00     | 0,24 t | 24,00 % |

Fonte: ANM/Relatórios Anuais de Lavras (2023). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

A análise dos dados da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) entre 2019 e 2024 reforça a relevância econômica da mineração para alguns municípios da faixa de fronteira (Tabela 35). A CFEM é um tributo pago pelas empresas mineradoras para compensar os impactos da atividade extrativa nos municípios produtores.

Pedra Branca do Amapari concentrou a maior parte da arrecadação até 2022, superando os R\$ 9 milhões anuais, enquanto Calçoene e Ferreira Gomes apresentaram repasses menores, mas significativos e constantes ao longo dos anos. Já os demais municípios tiveram valores baixos ou irregulares, indicando desigualdade na distribuição dos benefícios econômicos da atividade mineral na região.

**Tabela 35.** Valores arrecadados com a CFEM pelos municípios da FF-AP (2019–2024)

| Município                      | Total Arrecadado (R\$) |              |              |              |            |            |
|--------------------------------|------------------------|--------------|--------------|--------------|------------|------------|
|                                | 2019                   | 2020         | 2021         | 2022         | 2023       | 2024       |
| <b>Amapá</b>                   | -                      | -            | -            | -            | -          | 179,14     |
| <b>Calçoene</b>                | 128.797,88             | 195.202,06   | 535.005,00   | 197.792,70   | 5.822,26   | 8.593,45   |
| <b>Ferreira Gomes</b>          | 74.633,54              | 147.978,79   | 213.179,94   | 235.434,95   | 96.021,09  | 207.015,83 |
| <b>Laranjal do Jari</b>        | 1.557,21               | 947,14       | 285,86       | 3.315,20     | 3.131,80   | 1.761,28   |
| <b>Oiapoque</b>                | 3.873,49               | 2.255,19     | 7.832,72     | 5.630,93     | 10.485,35  | 18.621,95  |
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 9.017.869,66           | 9.698.109,20 | 7.073.001,34 | 5.356.033,50 | 216.987,72 | 16.305,73  |
| <b>Serra do Navio</b>          | -                      | -            | -            | -            | -          | 37.080,44  |

Fonte: Agência Nacional de Mineração (2025). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

Importante destacar a presença de garimpos nos municípios de Oiapoque, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Calçoene. Existem 14 cooperativas ligadas ao garimpo em todo o Amapá, das quais 11 estão ativas. Em 2018, foi fundada a Federação das Cooperativas de Mineração do Estado do Amapá. Atualmente, o Garimpo do Lourenço, em Calçoene, está legalizado perante a Agência Nacional de Mineração (Costa *et al.*, 2020).

Contudo, no norte da Amazônia, especialmente na região conhecida como Escudo das Guianas, há forte presença da atividade garimpeira ilegal. A presença de garimpos ilegais representa risco para as comunidades tradicionais e para o meio ambiente (Costa *et al.*, 2020).

## SERVIÇOS

O setor de serviços na FF-AP é impulsionado principalmente pela renda proveniente do funcionalismo público, sendo responsável por mais de 75% do PIB em municípios como Amapá, Calçoene, Pracuúba e Serra do Navio (Tabela 36). Nessas localidades, a economia gira em torno de pequenos comércios voltados ao consumo básico da população, com baixa diversificação.

Em Oiapoque, a combinação dos setores de serviços e administração pública representam 85,1% do PIB do município. A inauguração da Ponte Binacional Franco-Brasileira, em 2017, impulsionou o comércio local com o aumento da circulação de bens e pessoas. Em municípios como Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari, o setor terciário também é expressivo, mas divide espaço com atividades industriais e extrativistas, indicando maior equilíbrio na estrutura econômica. Já em Ferreira Gomes, os serviços e a administração pública somam apenas 22,4% do PIB municipal, refletindo o predomínio do setor industrial.

De forma geral, o setor serviços segue com baixa diversidade, mas apresenta potencial de expansão, especialmente onde há infraestrutura instalada e cadeias produtivas mais consolidadas.

**Tabela 36.** Percentual do Setor de Serviços no PIB dos municípios da FF-AP (2021)

| Município                      | Agropecuária | Indústria | Serviços | Administração Pública |
|--------------------------------|--------------|-----------|----------|-----------------------|
| <b>Oiapoque</b>                | 3,42%        | 5,29%     | 28,53%   | 56,60%                |
| <b>Calçoene</b>                | 8,68%        | 5,38%     | 20,57%   | 61,09%                |
| <b>Laranjal do Jari</b>        | 1,17%        | 32,34%    | 17,34%   | 46,27%                |
| <b>Serra do Navio</b>          | 4,26%        | 4,78%     | 17,00%   | 70,48%                |
| <b>Amapá</b>                   | 17,91%       | 2,88%     | 16,83%   | 59,85%                |
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 1,57%        | 31,35%    | 12,31%   | 42,53%                |
| <b>Pracuúba</b>                | 22,42%       | 2,08%     | 8,08%    | 65,82%                |
| <b>Ferreira Gomes</b>          | 0,56%        | 75,91%    | 4,85%    | 17,52%                |

Fonte: SEPLAN, 2023. Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

## EMPREGO E RENDA

Dados do IBGE (2024) referentes a 2022 apontam para um mercado de trabalho caracterizado por alta informalidade, baixa diversificação setorial e dependência de atividades primárias ou do setor público, com variações importantes entre os municípios. Nesse cenário, a

elevada taxa de informalidade pode mascarar a real dinâmica econômica local, dificultando o planejamento de políticas públicas eficazes e a promoção de inclusão produtiva.

Municípios como Pracuúba (7,76%), Amapá (9,28%) e Serra do Navio (10,08%) apresentam os menores níveis de formalização, com uma proporção pequena de trabalhadores com vínculo empregatício em relação à população ocupada. Já Ferreira Gomes (15,2%) é o município com maior taxa de formalização, reflexo da presença de empreendimentos industriais.

A estrutura setorial do emprego formal indica diferentes perfis econômicos. Calçoene, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio concentram a maior parte dos vínculos formais na indústria, indicando economias voltadas à geração de energia e a mineração. Por outro lado, Oiapoque, Laranjal do Jari e Pracuúba mostram maior peso no setor de serviços, embora com níveis variados de urbanização e estrutura comercial. Enquanto o município de Amapá possui maior peso do setor agropecuário (tabela 37).

**Tabela 37.** Percentual de Empregados Formais por Setor – Municípios da FF-AP (2024)

| Município                      | Agropecuária (%) | Indústria (%) | Serviços (%) | Destaque econômico     |
|--------------------------------|------------------|---------------|--------------|------------------------|
| <b>Amapá</b>                   | 29,6%            | 2,5%          | 15,6%        | Agropecuária           |
| <b>Calçoene</b>                | 8,4%             | 25,2%         | 5,5%         | Indústria              |
| <b>Ferreira Gomes</b>          | 2,2%             | 55,6%         | 25,1%        | Indústria              |
| <b>Laranjal do Jari</b>        | 3,1%             | 6,9%          | 26,9%        | Serviços               |
| <b>Oiapoque</b>                | 0%               | 10,5%         | 23,8%        | Serviços               |
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 3,2%             | 41,5%         | 34,9%        | Indústria              |
| <b>Pracuúba</b>                | 14,3%            | 0%            | 21,4%        | Agropecuária/ Serviços |
| <b>Serra do Navio</b>          | 0%               | 45,7%         | 27,2%        | Indústria              |

Fonte: RAIS/MTE, 2025. Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

Quanto ao salário médio mensal, os valores variam entre 1,8 e 3,2 salários mínimos, sendo Pedra Branca do Amapari o município com maior remuneração média, provavelmente influenciado pela mineração. Já Pracuúba apresenta a menor média salarial, reforçando a fragilidade do mercado formal.

**Tabela 38.** Indicadores do Mercado de Trabalho Formal (2022)

| Município               | Estabelecimentos | Pessoal ocupado | Ocupados assalariados | % Formalização | Salário médio (SM) | Remuneração total (R\$ mil) |
|-------------------------|------------------|-----------------|-----------------------|----------------|--------------------|-----------------------------|
| <b>Amapá</b>            | 145              | 737             | 648                   | 9,28%          | 1,9                | 18.790                      |
| <b>Calçoene</b>         | 319              | 1.226           | 944                   | 11,55%         | 1,9                | 25.810                      |
| <b>Ferreira Gomes</b>   | 153              | 1.013           | 891                   | 15,20%         | 2,8                | 38.741                      |
| <b>Laranjal do Jari</b> | 843              | 4.037           | 3.230                 | 11,50%         | 2,2                | 114.254                     |
| <b>Oiapoque</b>         | 992              | 3.376           | 2.459                 | 12,28%         | 1,9                | 70.611                      |

|                                |     |       |       |        |     |         |
|--------------------------------|-----|-------|-------|--------|-----|---------|
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 268 | 1.474 | 1.228 | 11,47% | 3,2 | 116.912 |
| <b>Pracuúba</b>                | 51  | 295   | 264   | 7,76%  | 1,8 | 7.758   |
| <b>Serra do Navio</b>          | 105 | 471   | 403   | 10,08% | 2,2 | 15.275  |

Fonte: Cadastro Central de Empresas 2022 (IBGE, 2024). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

## A exploração de petróleo na bacia da foz do Amazonas

A região da foz Amazonas pode conter até 10 bilhões de barris de petróleo recuperáveis, com estimativa de 23,1 bilhões de barris *in place* (EPE, 2024). Esses números posicionam-na como estratégia essencial para a segurança energética nacional e ativo relevante no mercado internacional da matéria-prima.

Em termos de viabilidade econômica, o caso da Guiana é frequentemente utilizado como comparativo: no Bloco *Stabroek*, reservas estimadas em 11 bilhões de barris atraíram investimentos de mais de US\$30 bilhões, refletindo o interesse de grandes operadoras (HESS Corporation, 2023). Geologicamente, a Foz do Amazonas compartilha características com as bacias vizinhas da região das Guianas e da costa oeste da África (EPE, 2024).

Em um cenário positivo, há a expectativa de impactos substanciais no PIB, aumento de arrecadação e criação de milhares de empregos. No Amapá, projeta-se que a produção de 100 mil barris por dia levaria a um crescimento de R\$10,7 bilhões do PIB e à geração de 53,9 mil empregos (diretos e indiretos), com base no Observatório Nacional da Indústria.

A exploração, no entanto, enfrenta uma série de desafios técnicos e ambientais. O IBAMA tem destacado a necessidade de estudos mais aprofundados e medidas rigorosas de proteção ambiental. Na região há a presença de ecossistemas sensíveis. Em caso de vazamento, há dificuldade de acesso rápido, dada a distância da costa (280 a 320 km) e as correntes marítimas que difundiriam o óleo. Em síntese, o sucesso da experiência depende do atendimento às exigências ambientais e de infraestrutura de apoio emergencial.

## AS INTER-RELAÇÕES DO SETOR PRODUTIVO NA FF-AP

### Região dos Lagos

Os municípios da FF-AP que compõem a chamada Região dos Lagos — Amapá, Calçoene e Pracuúba — compartilham uma dinâmica produtiva marcada pela presença da agropecuária e do extrativismo, elevada informalidade no mercado de trabalho e interdependência econômica, especialmente em relação à sede municipal de Amapá. Esta concentra infraestruturas essenciais, como casas lotéricas, agências bancárias, mercados de maior porte, um polo da UEAP e a principal ligação de transporte intermunicipal, funcionando como núcleo de serviços e circulação de pessoas e mercadorias.

Apesar das limitações de infraestrutura e dos desafios fundiários e ambientais — como os conflitos relacionados à Reserva Biológica do Lago Piratuba (REBIO Piratuba) e práticas predatórias como queimadas e caça —, os três municípios mantêm uma conectividade socioeconômica com a presença de cooperativas extrativistas e programas de incentivo à agricultura familiar. A integração regional pode ser ampliada por meio de investimentos em logística, regularização fundiária e políticas públicas voltadas à agregação de valor, inclusão produtiva e bioeconomia.

### **Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio**

Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio apresentam trajetórias econômicas distintas, embora compartilhem vínculos produtivos e territoriais. Pedra Branca do Amapari consolidou-se como um dos principais polos de mineração da FF-AP, com destaque para a extração de ouro e minério de ferro. Entre 2019 e 2022, o município acumulou valores expressivos de CFEM, superiores a R\$ 9 milhões por ano, embora os repasses tenham caído a partir de 2023. Essa arrecadação permitiu impulsionar setores como construção civil e serviços, reforçando um processo de urbanização e crescimento econômico. O município também dispõe de uma estrutura modesta, mas funcional, de hospedagem e alimentação, voltada especialmente para profissionais da mineração, agentes públicos e visitantes em trânsito pela BR-210.

Serra do Navio, por sua vez, tem enfrentado limitações no aproveitamento de seu potencial extrativista, apesar da presença de manganês e madeira. Ainda assim, observa-se algum dinamismo produtivo, com destaque para a extração florestal, a aquicultura e o extrativismo de produtos como açaí. Além disso, o município possui considerável potencial turístico, especialmente para o ecoturismo e o turismo de base comunitária, em função de sua paisagem natural, trilhas ecológicas, cachoeiras e da história vinculada ao ciclo do manganês.

Essa assimetria econômica cria uma relação de complementariedade entre os dois municípios. Pedra Branca do Amapari, com maior infraestrutura urbana e acesso a serviços, funciona como referência regional, concentrando serviços de saúde, segurança, educação à distância e finanças, dos quais parte da população de Serra do Navio depende para atendimento e suporte.

### **Oiapoque e Guiana Francesa**

A valorização do euro em relação ao real impacta diretamente as dinâmicas econômicas em Oiapoque. Nesse cenário, as relações comerciais com a Guiana Francesa despertam interesse de ambos os lados da fronteira. A ponte binacional, inaugurada em 2017, foi construída com o

objetivo de facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias. No entanto, autoridades brasileiras apontam uma utilização assimétrica da estrutura, com predominância do tráfego de veículos provenientes do lado francês. Obstáculos como a exigência de visto, a falta de reciprocidade nas permissões de entrada e o alto custo do seguro veicular internacional, cobrado em euros, limitam o acesso de brasileiros à Guiana Francesa.

Em 2023, durante o Conselho do Rio, foi discutido o fluxo de mercadorias entre os dois países. Reconheceu-se a assimetria comercial e as dificuldades provocadas por exigências regulatórias de ambos os lados. Apesar do baixo volume de mercadorias, o fluxo de pessoas tem aumentado consideravelmente (CMT, 2023).

Em 2024, foi retomada a emissão da carteira de circulação transfronteiriça, que permite a brasileiros residentes em Oiapoque ingressar em *Saint-Georges-de-l'Oyapock* sem visto, por até 72 horas. Contudo, devido à burocracia para obtenção de vistos e ao custo do seguro veicular, muitos brasileiros ainda optam por atravessar de forma irregular, por meio das catraias (Brasil, 2024).

No setor produtivo, foram registrados avanços nas relações bilaterais. Representantes da Guiana Francesa participaram da 52ª Expofeira Agropecuária em Macapá, apresentando projetos de cooperação. Em julho de 2024, foi realizada a primeira Feira Binacional de Oiapoque, promovendo articulações entre empresários dos dois lados. Nesse mesmo mês, o Amapá efetivou sua primeira exportação de madeira legalizada para a Guiana Francesa, após longas negociações envolvendo certificação e logística (SEBRAE, 2024).

Por fim, destaca-se a ausência de estruturas federais de controle na fronteira brasileira. Há expectativa para a instalação de um posto da Polícia Federal em Oiapoque, embora ainda sem data definida para sua implementação.

### **Laranjal do Jari e Monte Dourado**

Laranjal do Jari possui limite com Monte Dourado, no Pará, com o qual mantém uma relação dinâmica e de constante intercâmbio. Durante anos, Laranjal do Jari funcionou como “cidade dormitório” para Monte Dourado (distrito de Almeirim/Pará), devido à presença da fábrica Jari Celulose, que, em seu auge, foi o maior empreendimento de celulose do Amapá.

Com o fechamento das atividades da fábrica, a dinâmica entre as duas cidades se inverteu. Hoje, Laranjal do Jari exerce maior influência sobre Monte Dourado, possuindo uma infraestrutura mais desenvolvida e um contingente econômico superior. A divisa entre os estados do Amapá e do Pará é marcada por essa relação, embora as condições logísticas sejam prejudicadas pela infraestrutura da estrada. A rota é amplamente utilizada para o transporte de



mercadorias entre os dois estados. Em maio de 2024, o Ministério do Planejamento anunciou o estudo de viabilidade técnica para a retomada das obras da ponte sobre o Rio Jari, que pretende ligar os dois municípios por via terrestre.

## ANÁLISE SWOT/FOFA DE SETOR PRODUTIVO

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|------------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <p>Agricultura Familiar;<br/>Disponibilização de maquinários agrícolas para os agricultores;<br/>Polos do SEBRAE com atuação nos municípios da FF-AP;<br/>Índices pluviométricos favoráveis à agricultura;<br/>Atividades de mineração e potencial de exploração mineral;<br/>Certificação de produtos locais;<br/>Atividades de pesca artesanal e extrativismo pesqueiro;<br/>Pecuária;<br/>Atuação de Associações e Sindicato Rural;<br/>Carteira de circulação transfronteiriça em <i>Saint-Georges-de-l'Oyapock</i>;<br/>Realização da Feira Binacional</p>                                                                                                                                             | <p>PONTOS FRACOS</p> <p>Elevado percentual da população no CadÚnico;<br/>Oferta limitada de formação técnica e continuada nas comunidades rurais;<br/>Morosidade na regulação fundiária;<br/>Número insuficiente de profissionais de assistência técnica e extensão rural;<br/>Baixo nível de industrialização e agregação de valor à produção local;<br/>Instabilidade no sistema de fornecimento de energia elétrica nas zonas rurais e remotas;<br/>Custos logísticos elevados devido à precariedade da infraestrutura de transporte;<br/>Ausência de mercados municipais para comercialização direta da produção;</p> |
|                  | OPORTUNIDADES | <p>Ampliação de programas de incentivo à agricultura familiar e ao extrativismo sustentável;<br/>Valorização de produtos locais com o selo de origem "Selo Amapá";<br/>Campanhas de vacinação animal promovidas pela Superintendência Federal de Agricultura (SFA/MAPA);<br/>Exploração sustentável do potencial madeireiro com certificação (selo de madeira legal);<br/>Verticalização da cadeia do cacau, mandioca e banana com foco em industrialização e acesso a mercados;<br/>Criação e fortalecimento de viveiros para piscicultura;<br/>Desenvolvimento da pesca industrial e da cadeia de valor do pescado;<br/>Desenvolvimento de tecnologias para aprimoramento da coleta, beneficiamento e</p> | <p>AMEAÇAS</p> <p>Conflitos Fundiários;<br/>Mudanças climáticas;<br/><br/>Exploração ilegal de recursos naturais</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| FATORES EXTERNOS |               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

### Carteira de projetos para Setor Produtivo

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                                                                       | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                                                      | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| Fomento para criação de redes solidárias da Faixa de Fronteira, a fim de fortalecer as capacidades de organização, gestão e autonomia econômica de comunidades                                                            | SISTEMA S; MTE; MDS; BASA, IFES, ONGs, OSCs; SMDS; SMTR; SME; MDA; Prefeituras e secretarias municipais; Associações; Cooperativas; Sindicatos; Grupos produtivos; Comerciantes e empreendedores locais; | Toda a FF-AP                                          |
| Centro-Escola Agroflorestal de formação técnica em Agricultura Sustentável                                                                                                                                                | IFES; SEED/AP; Sindicato Rural; Secretarias Municipais de Educação; DIAGRO/AP; RURAP; Secretarias Municipais de Agricultura; SENAR/AP; EMBRAPA;                                                          | Toda a FF-AP                                          |
| Programa de apoio técnico para auxiliar no CAF e as políticas de inclusão produtiva                                                                                                                                       | AFAP; Sindicato Rural; INCRA/AP; RURAP; EMBRAPA; IFES; ONGs;                                                                                                                                             | Toda a FF-AP                                          |
| Aquisição e manutenção de veículos abertos e fechados para o escoamento de produção                                                                                                                                       | DIAGRO/AP; RURAP; Secretarias Municipais de Agricultura; MIDR; MDA; EMBRAPA; RURAP;                                                                                                                      | Toda a FF-AP                                          |
| Implementação de assistência técnica e extensão rural                                                                                                                                                                     | IFES; SEED/AP; Sindicato Rural; Secretarias Municipais de Educação; DIAGRO/AP; RURAP; Secretarias Municipais de Agricultura; SENAR/AP; EMBRAPA;                                                          | Todas as comunidades geograficamente remotas da FF-AP |
| Construção de Mercado Municipal para comercialização dos produtores locais                                                                                                                                                | Sindicato Rural; Secretarias Municipais de Agricultura; MDIR; DIAGRO/AP; RURAP; EMBRAPA; AFAP                                                                                                            | Oiapoque, Laranjal do Jari, Ferreira Gomes e Pracuúba |
| Linha de crédito para apoio a startups nas cidades da Faixa de Fronteira através de apoio técnico e financeiro. As startups alvo devem focar em soluções sustentáveis, inclusão produtiva e valorização de cadeias locais | SUFRAMA; SDR/AP; Secretarias Municipais de Agricultura; Associações; Cooperativas; AFAP;                                                                                                                 | Toda a FF-AP                                          |
| Apoiar assentamentos do INCRA com produção sustentável e implementar pagamento por serviços                                                                                                                               | SEMA/AP; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; INCRA/AP; RURAP; SDR/AP; Institutos;                                                                                                                   | Todos os assentamentos identificados na FF-AP         |

ambientais (PSA) a famílias  
que contribuem com a  
preservação ambiental

Estruturação das  
agroindústrias da  
Mandioca, da Banana, do  
Abacaxi, do Cacau e da  
Castanha-do-Brasil

Construção e implantação  
de um Parque Tecnológico  
de Bioeconomia

MIDR; EMBRAPA;  
SDR/AP; Secretarias  
Municipais de Agricultura;  
Associações; Cooperativas;  
MDA;

SDR/AP; DIAGRO/AP;  
RURAP; Secretarias  
Municipais de Agricultura;  
MIDR; MDA; MCid;  
EMBRAPA; RURAP.

Toda a FF-AP

Toda a FF-AP  
(Com sede na cidade de  
Amapá)

## **TURISMO**

O turismo passou a ser compreendido como prática social a partir do momento em que o ser humano começou a viajar com finalidades específicas, como o fortalecimento de laços entre nações ou a busca por rotas comerciais e especiarias. No entanto, seu desenvolvimento enquanto atividade estruturada está historicamente vinculado às transformações sociais ocorridas no século XIX (Azevedo Ito, 2008).

A partir do século XIX, houve um significativo aumento nas viagens com propósitos culturais e recreativos. Nesse período, observam-se diversas evoluções nas formas de transporte, o que contribuiu para a intensificação da prática turística, tornando as viagens mais acessíveis a parcelas mais amplas da sociedade (CNC, 2005).

O termo “turismo” se consolidou nas últimas décadas, sendo caracterizado por viagens realizadas para destinos fora do ambiente habitual com duração inferior a um ano (Organização Mundial do Turismo). De acordo com o Ministério do Turismo (MTur), o turismo é definido como uma atividade desenvolvida por até um ano, fora do habitat natural e tem diversas motivações (Glossário do Turismo, 2018).

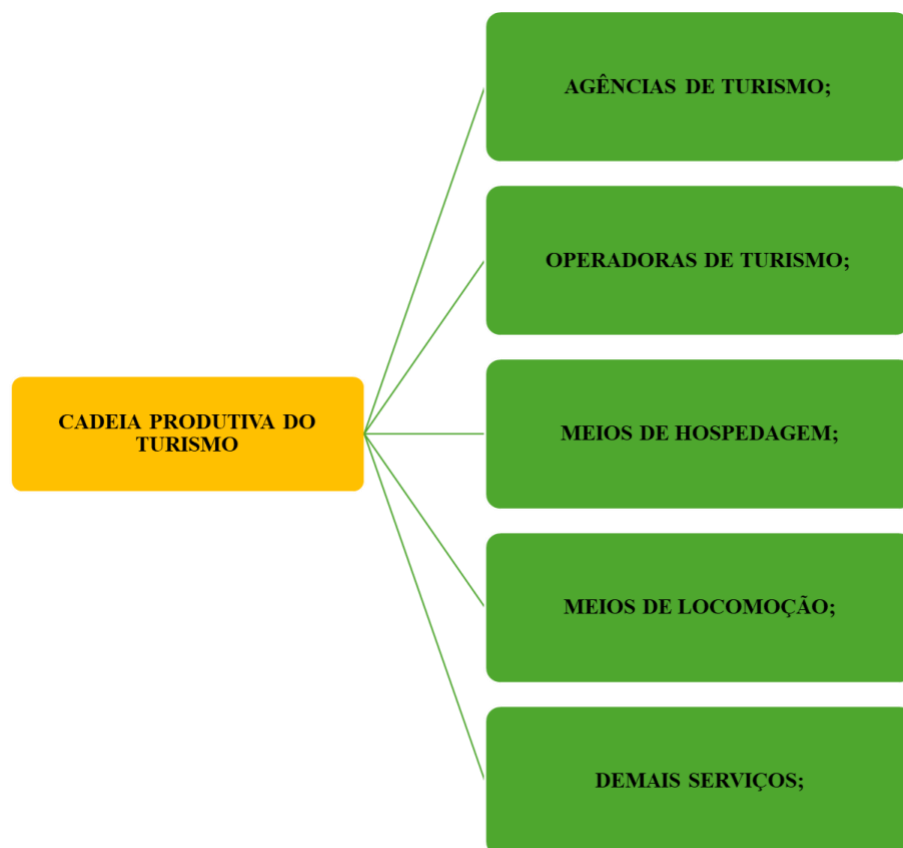
A partir desses estímulos, o MTur desenvolveu segmentações que abrangem mais de 12 tipos de turismo, dentre eles, há o “Ecoturismo”, esse tipo de prática turística é considerado um forte potencial nos municípios da FF-AP. Esse cenário evidencia a relevância e o potencial da temática, especialmente pela relação direta do turismo com a economia e o meio ambiente. Essa interconexão reflete a diversidade de atividades associadas ao setor, o que justifica, mais uma vez, a inclusão do tema no PDIFF-AP.

Assim como nas demais temáticas, o turismo tem em seus objetivos a identificação e o mapeamento de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças presentes na FF-AP, além da busca de relações e diálogos com setores transversais, como Infraestrutura, Meio Ambiente, Comunidades Tradicionais e Setor Produtivo.

### **DADOS TURÍSTICOS NO BRASIL**

Antes da apresentação dos dados referentes à temática turística, é importante destacar a existência da chamada “cadeia produtiva do turismo” (Figura 26), que representa a articulação entre os diversos atores envolvidos na atividade turística e os equipamentos e serviços que a viabilizam.

**Figura 26.** Cadeia produtiva do Turismo



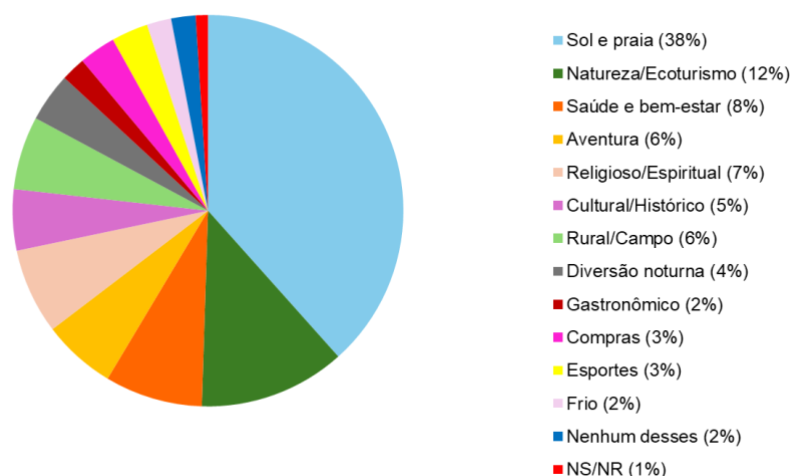
Fonte: Tomé, 2018 (*apud*) Lafis, 2016. Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2025.

Em relação aos dados, no primeiro trimestre de 2024, o Brasil registrou um crescimento significativo comparado ao ano de 2023. Entre janeiro, fevereiro e março, o país recebeu 2.530.526 turistas internacionais, valor 9,8% maior do que o registrado no mesmo período em 2023 (Embratur, 2024).

Nesse mesmo recorte, a plataforma “Panorama do Turismo” registrou que a atividade turística no Brasil teve o maior volume de receitas da década, volume aferido através das hospedagens, transportes, restaurantes e outros serviços do setor turístico (MTur, 2024).

O crescimento do turismo no Brasil evidencia a relevância do país como um destino turístico de destaque no cenário internacional. Essa importância está diretamente relacionada à ampla variedade de atrações turísticas (Gráfico 16), naturais, culturais e históricas oferecidas em seu território, bem como, a diversidade de segmentações turísticas que são buscadas e praticadas, conforme demonstrado na Tabela 39.

**Gráfico 16.** Primeira atração turística preferida dos brasileiros



Fonte: MTur (2023/2024). Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2024

**Tabela 39.** Tipos e Formas de Turismo populares no Brasil

**Ranking de turismo populares no Brasil**

|                                     |
|-------------------------------------|
| 1º- Turismo de Praia                |
| 2º- Turismo Ecológico e de Natureza |
| 3º- Turismo de Aventura             |
| 4º- Turismo de Evento               |
| 5º- Turismo Cultural                |
| 6º- Turismo Gastronômico            |
| 7º- Turismo Rural                   |

Fonte: Festival das Cataratas, 2023; MTur, 2018. Elaboração e Organização: PDIFF-AP, 2025.

**Dados de turistas internacionais**

A plataforma “Portal de Dados”, desenvolvida pela Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR), indica a entrada de turistas internacionais no Brasil. Com base nesses dados, foram analisadas a chegada de turistas internacionais no país com o recorte temporal de 4 anos (2020 a 2024) (ANEXO I).

Notou-se que a região Sudeste lidera o ranking nos 4 anos consecutivos, com o estado de São Paulo. Ao focar na região Norte, ela ganha destaque no ranking a partir da décima segunda posição, liderada pelo estado do Amapá, onde permanece como o primeiro estado da região durante 4 anos consecutivos.

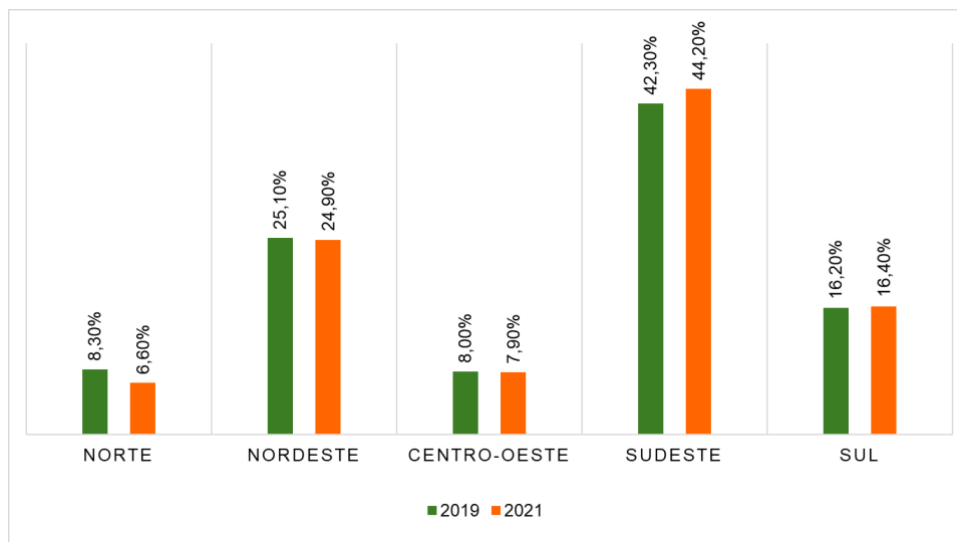
**Dados de turistas nacionais**

O panorama dos turistas nacionais nos anos de 2019 e 2021, apresentado no Boletim do Turismo Doméstico Brasileiro, elaborado pelo IBGE em parceria com o MTur, destaca o



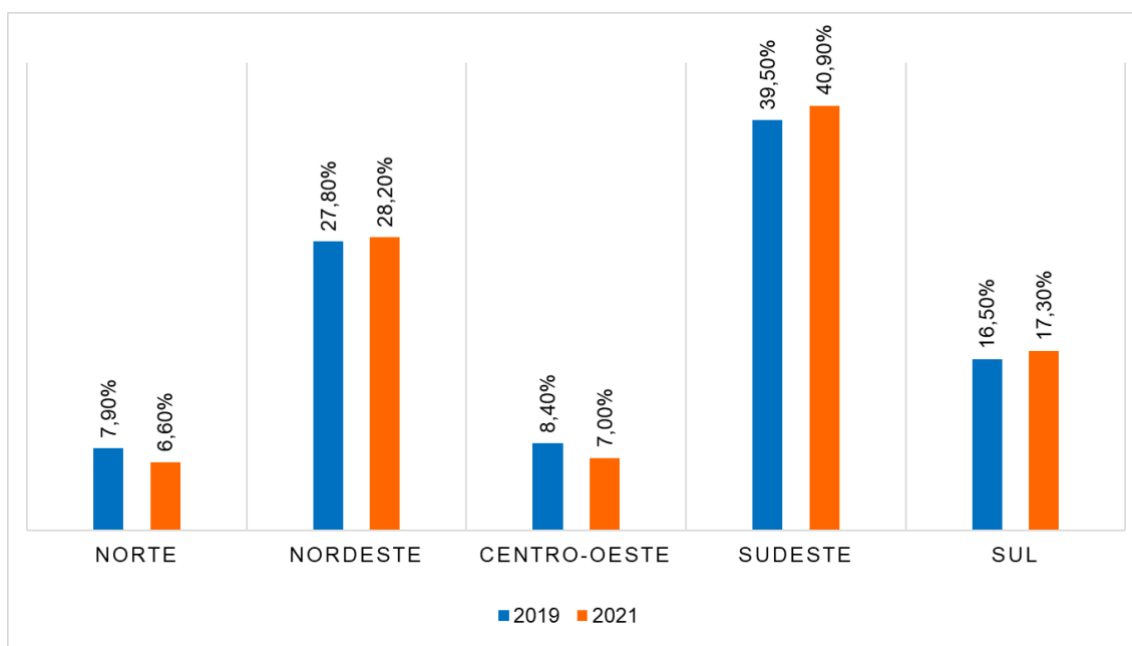
levantamento de dados das regiões geográficas, uma dessas informações é acerca da emissão de turistas por região (Gráfico 17) e de recepção de turistas por região (Gráfico 18).

**Gráfico 17.** Emissores de turistas nacionais por região



Fonte: MTur (2019; 2021). Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2024.

**Gráfico 18.** Receptores de turistas nacionais por região



Fonte: MTur (2019; 2021). Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2024.

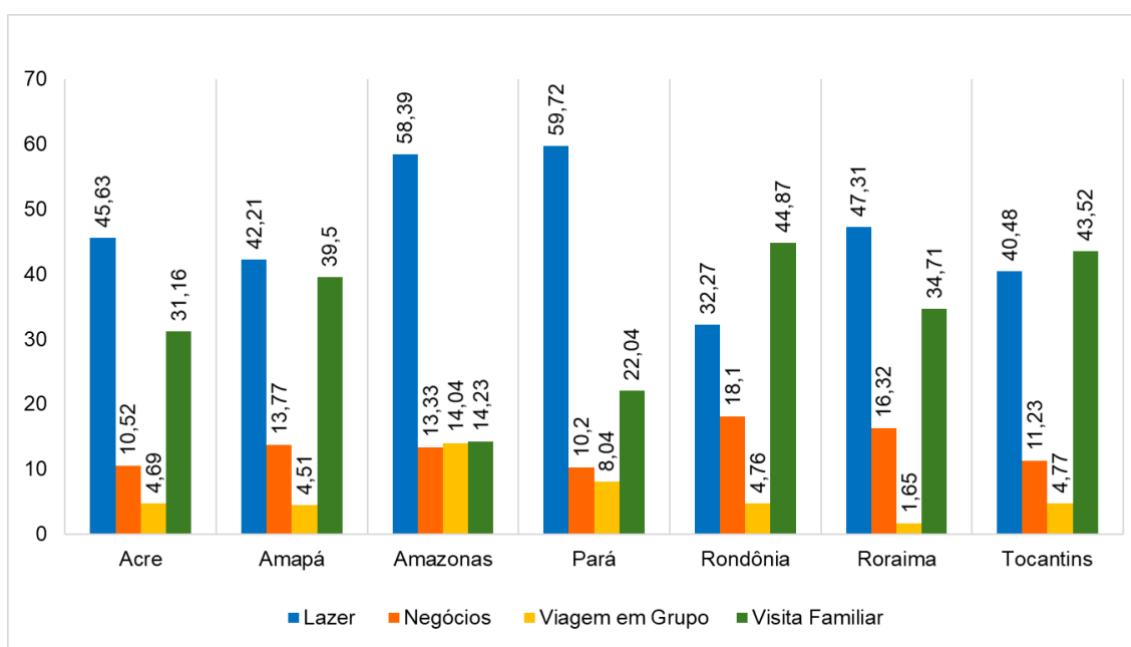
Nota-se que, apesar de se tratar de informações distintas, a saída e a entrada de turistas, os dados não apresentam grandes variações. A região Sudeste se destaca tanto como a principal emissora quanto como a principal receptora de turistas. Em seguida, aparecem as regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e, por fim, a Norte.

## Dados de turistas na Região Norte

Ao recortar as práticas de turismo na Amazônia, observa-se que a procura por essa região como destino turístico ocorre principalmente devido à biodiversidade, às práticas de ecoturismo e à gastronomia regional (Embratur, 2024).

Conforme os dados apresentados no Anexo I, observou-se um crescimento gradual na entrada de turistas internacionais no norte do país. Além disso, nota-se uma presença cada vez mais significativa dos estados amazônicos nos rankings nacionais de recepção turística. A análise das motivações desses visitantes internacionais revela que, na maioria dos estados da região, o lazer se destaca como o principal motivo das viagens, seguido pela visita a familiares (Gráfico 19).

**Gráfico 19.** Motivações para viagem à região Norte no ano de 2023 (%)



Fonte: Forward Keys/Embratur, 2024. Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2024.

## O estado do Amapá na rota nacional e internacional

O estado do Amapá é o primeiro da Região Norte e da Amazônia Legal presente no ranking de chegada de turistas internacionais, além de ocupar a segunda posição em relação à entrada de turistas nacionais (Tendências de Turismo, 2023). Ao recortar a FF-AP, observa-se a ausência de dados sobre o turismo nos municípios que a compõe.

Apesar disso, em 2022, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), polo Amapá, desenvolveu uma pesquisa que, entre seus vieses, quantificou a visitação nos municípios do estado, sendo possível, assim, fazer o recorte dos oito municípios da FF-AP (Anexo II).

Com esse levantamento, não foram identificadas as principais motivações de visitação aos municípios, tampouco as segmentações turísticas mais procuradas, o que evidencia uma fragilidade significativa na FF-AP: a ausência de registros sistematizados sobre o perfil dos visitantes e suas motivações.

Contudo, essa limitação é parcialmente compensada por uma relevante potencialidade. O Amapá se destaca como um destino turístico singular, caracterizado pela diversidade de atrativos que abrangem tanto o patrimônio natural, com paisagens preservadas e ecossistemas únicos, quanto o histórico-cultural, refletindo a riqueza identitária da região.

### **REGIÕES TURÍSTICAS DA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

Ao se proceder com a elaboração do diagnóstico do turismo na FF-AP, identifica-se a presença de cinco regiões turísticas oficialmente reconhecidas no estudo realizado pelo SEBRAE. Dentre essas, quatro se encontram inseridas total ou parcialmente no recorte geográfico da FF-AP, conforme representado na Figura 27. São elas:

**Região Turística do Cabo Orange:** abrangendo os municípios de Oiapoque e Calçoene, caracterizada por sua importância geopolítica, biodiversidade e atrativos naturais vinculados ao Parque Nacional do Cabo Orange;

**Região Turística dos Lagos e Pororocas:** envolvendo os municípios de Amapá e Pracuúba, com destaque para a rica interação entre os ecossistemas lacustres e fluviais e o fenômeno natural das pororocas;

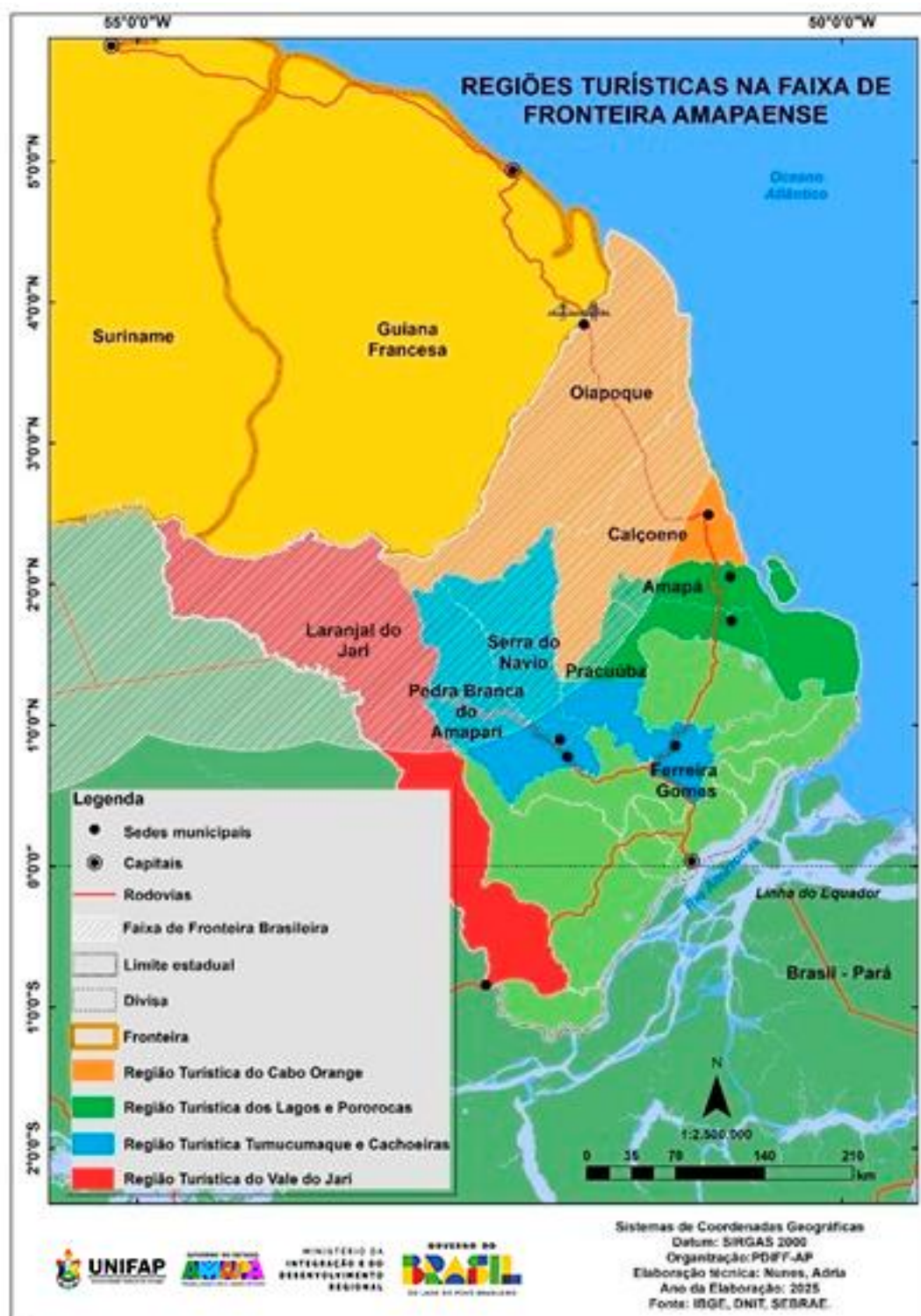
**Região Turística do Tumucumaque e Cachoeiras:** composta pelos municípios de Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Ferreira Gomes, marcada pela presença de cachoeiras, trilhas ecológicas e pela proximidade com o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque;

**Região Turística do Vale do Jari:** representada pelo município de Laranjal do Jari, com seu território influenciado pela bacia hidrográfica do rio Jari e por uma significativa interface com o sul do estado.

A seleção dessas regiões para o diagnóstico turístico da FF-AP se justifica pela relevância estratégica que esses territórios exercem no contexto das dinâmicas territoriais, sociais e econômicas do estado. Tais regiões concentram uma diversidade de recursos naturais, culturais e históricos que oferecem potencial significativo para o desenvolvimento do turismo sustentável. Além disso, essas áreas possuem papel fundamental na integração regional, na geração de renda local e na valorização das identidades socioculturais, contribuindo diretamente

para o fortalecimento de cadeias produtivas ligadas ao setor turístico e para o desenvolvimento territorial equilibrado da faixa de fronteira.

**Figura 27.** Mapa das Regiões Turísticas presentes na FF-AP



Organização: PDIFF-AP, 2025.

**Região Turística do Cabo Orange: Olapoque e Calçoene**

Observa-se que a prática turística em Oiapoque é dinâmica e voltada principalmente para entrada de turistas pela Ponte Binacional Franco-Brasileira, que liga o Brasil pela cidade de Oiapoque a Guiana Francesa, região ultramarina da França, na qual essa relação ocorre diariamente pela chegada de diversos franceses e guianenses para consumir aspectos da cultura amapaense (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amapá (FECOMÉRCIO, 2024; SEBRAE, 2022).

Em relação aos elementos turísticos, Oiapoque conta com a existência do Plano Municipal Anual de Turismo, com o Conselho Municipal de Turismo e integra o Mapa de Turismo do GOV como município com oferta turística complementar (Trabalho de Campo, 2024).

O município de Calçoene é marcado principalmente pela “Praia do Goiabal”, tendo seu litoral banhado pelo Oceano Atlântico, bem como a existência do Parque Arqueológico do Solstício, conhecido por “*Stonehenge* brasileiro”, um dos alicerces do turismo, principalmente pelos aspectos histórico-culturais por ser um antigo observatório indígena (FECOMÉRCIO, 2024; SEBRAE, 2022).

Esses aspectos também são evidenciados pela presença de mais de 37 artesãos registrados no município, fator significativo para a produção, valorização e comercialização de artesanato local, tal como a presença marcante da Cultura Africana pelo Quilombo Cunani (Trabalho de campo, 2024).

**Tabela 40.** Equipamentos Turísticos na Região Turística de Cabo Orange

| Equipamentos e atrativos turísticos da Região turística do Cabo Orange | Oiapoque | Calçoene |
|------------------------------------------------------------------------|----------|----------|
| Meios de hospedagem (hotéis e pousadas)                                | 31       | 15       |
| Serviços alimentícios (bares, restaurantes e padarias)                 | 28       | 18       |
| Agências, guias e condutores de turismo                                | 6        | -        |
| Atrativos turísticos (mapeados)                                        | 21       | 15       |

Fonte: SEBRAE, 2022; SETUR, 2022/2023; FECOMÉRCIO, 2024; CADASTUR, 2024. Organização e elaboração: PDIFF- AP, 2025.

**Região Turística do Tumucumaque e Cachoeiras: Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Ferreira Gomes**

Serra do Navio se destaca por roteiros relacionados a prática de Ecoturismo e pelo Festival do Cupuaçu, que geralmente acontece no mês de setembro, onde o evento promove a produção da fruta, a comercialização e a valorização da polpa e de seus derivados (FECOMÉRCIO, 2024; SEBRAE, 2022). O viés do turismo no município é destacado pela

presença do Plano Municipal de Turismo de Serra do Navio (2019-2023), onde o documento detalha e inventaria aspectos turísticos importantes.

Em Pedra Branca do Amapari, o turismo tem se desenvolvido principalmente por meio da visitação a balneários, que atraem visitantes durante o período de estiagem no estado, e locais com a prática do Turismo de Aventura e Ecoturismo, como a busca pelo Eco Parque Brilho de Fogo, visando áreas de florestas, de cachoeiras e corredeiras (FECOMÉRCIO, 2024; SEBRAE, 2022).

Além disso, Pedra Branca do Amapari conta com a existência do Plano Municipal Anual de Turismo, com o Conselho Municipal de Turismo e integra o Mapa de Turismo do GOV como município com oferta turística complementar (Trabalho de Campo, 2024).

Em Ferreira Gomes, o principal destaque turístico é o Festival Carnaguari, tradicionalmente realizado nos meses de agosto ou setembro, às margens do Rio Araguari, bem como o Turismo de Natureza, apesar de ser considerado iniciante (FECOMÉRCIO, 2024; SEBRAE, 2022). Com relação aos elementos turísticos, o município integra o Mapa de Turismo do GOV como município com oferta turística complementar (Trabalho de Campo, 2024).

**Tabela 41.** Equipamentos Turísticos: Região Tumucumaque e Cachoeira

| Equipamentos e atrativos turísticos da região Turística da Região do Tumucumaque e Cachoeiras | Serra do Navio | Ferreira Gomes | Pedra Branca do Amapari |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|-------------------------|
| Meios de hospedagem (hotéis e pousadas)                                                       | 7              | 16             | 15                      |
| Serviços alimentícios (bares, restaurantes e padarias)                                        | 15             | 18             | 29                      |
| Agências, guias e condutores de Turismo                                                       | 3              | 1              | 1                       |
| Atrativos Turísticos (mapeados)                                                               | 18             | 10             | 3                       |

Fonte: SEBRAE, 2022; SETUR, 2022/2023; FECOMÉRCIO, 2024; CADASTUR, 2024. Organização e elaboração: PDIFF- AP, 2025.

### **Região Turística dos Lagos e Pororocas: Amapá e Pracuúba**

A prática turística no município de Amapá está ligada principalmente aos seus atrativos turísticos histórico-culturais, como o Museu da Base Aérea, usada como base pelos Estados Unidos durante o período da Segunda Guerra Mundial, e naturais, como a Montanha da Pluma e outros locais (FECOMERCIO, 2024; SEBRAE, 2022).

Além disso, o município promove o evento “Agropesc”, um aspecto interessante para as questões turísticas, assim como salientado anteriormente, o setor produtivo e o turismo são temáticas transversais, além de impactar positivamente na economia local, esse evento pode funcionar como uma vitrine para a promoção do município, destacando suas potencialidades turísticas e produtos típicos culturais (Trabalho de Campo, 2024).

Em Pracuúba, o turismo se estabelece através da beleza natural do município, da pesca esportiva, que abre potencialidade para o Turismo de Pesca, e dos lagos, igarapés e ninhais de aves aquáticas, que também são atrativos naturais da região (FECOMÉRCIO, 2024; SEBRAE, 2022).

**Tabela 42.** Equipamentos Turísticos: Região dos Lagos e Pororocas

| Equipamentos e Atrativos Turísticos da Região Turística dos Lagos e Pororocas | Amapá | Pracuúba |
|-------------------------------------------------------------------------------|-------|----------|
| Meios de Hospedagem (hotel e pousada)                                         | 6     | 1        |
| Serviços Alimentícios (bar, restaurante e padaria)                            | 9     | 6        |
| Agências, Guias e Condutores de Turismo                                       | 4     | 0        |
| Atrativos Turísticos (mapeados)                                               | 13    | 11       |

Fonte: SEBRAE, 2022; SETUR, 2022/2023; FECOMÉRCIO, 2024; CADASTUR, 2024. Organização e elaboração: PDIFF- AP, 2025.

**Região Turística do Vale do Jari: Laranjal do Jari**

A atividade turística em Laranjal do Jari é perceptível a partir do Turismo de Aventura e do Ecoturismo, mediante a realização de trilhas extensas e a admiração dos seus atrativos naturais, como a Cachoeira de Santo Antônio, localizada no Rio Jari, divisa entre o estado do Amapá e o estado do Pará (FECOMERCIO, 2024; SEBRAE, 2022). Em Laranjal do Jari, há o Plano Municipal Anual de Turismo e integra o Mapa de Turismo do GOV como município com oferta turística complementar (Trabalho de Campo, 2024).

A partir da divisa, a existência de interação pode facilitar a integração econômica e cultural entre os estados. Além disso, a edição do festival gastronômico é identificada como uma força, por poder atrair turistas interessados na gastronomia local, promovendo a culinária e impulsionando o uso e a comercialização dos produtos regionais (Festival Gastronômico do Vale do Jari, 2023).

**Tabela 43.** Equipamentos Turísticos: Região do Vale do Jari

| Equipamentos e Atrativos Turísticos da Região Turística do Vale do Jari | Laranjal do Jari |
|-------------------------------------------------------------------------|------------------|
| Meios de Hospedagem (hotel e pousada)                                   | 8                |
| Serviços Alimentícios (bar, restaurante e padaria)                      | 49               |
| Agências, Guias e Condutores de Turismo                                 | 4                |
| Atrativos Turísticos (mapeados)                                         | 19               |

Fonte: SEBRAE, 2022; SETUR, 2022/2023; FECOMÉRCIO, 2024; CADASTUR, 2024. Organização e elaboração: PDIFF- AP, 2025.

**INTER-RELAÇÕES DE TURISMO NA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAPÁ**

**Oiapoque e Guiana Francesa**

O município de Oiapoque apresenta uma expressiva inter-relação turística com a Guiana Francesa, favorecida por sua localização estratégica, pela presença da ponte binacional e por



fatores econômicos. O município atua como uma importante porta de entrada para turistas internacionais que desejam conhecer o Brasil, dinâmica destacada pelo estudo realizado pelo SEBRAE em 2022.

Além disso, Oiapoque se destaca no contexto da Faixa de Fronteira do Amapá (FF-AP) devido à sua ligação direta com a cidade de *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, na Guiana Francesa. Essa conexão constitui uma das maiores forças do município, ao diversificar o perfil dos visitantes e impulsionar a economia local por meio do aumento do fluxo turístico.

A relação fronteiriça no turismo também é ressaltada pela Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França (CMT). Já em 2002, a comissão apontava a relevância do turismo, especialmente do ecoturismo, para o desenvolvimento econômico da região de fronteira. Mais recentemente, em 2023, a delegação brasileira no âmbito da CMT destacou a proposta de criação de um corredor turístico Franco-Brasileiro-Amazônico, alinhado à realização da COP30. Nesse contexto, ressaltou-se o potencial do turismo gastronômico e a possibilidade de credenciamento de agências de viagem do Amapá junto à Guiana Francesa.

### **Calçoene, Amapá e Pracuúba**

O município de Calçoene é vinculado à mesma região turística de Oiapoque, conhecida como região do Cabo Orange. Contudo, mas observa-se que Calçoene também estabelece conexões significativas com os municípios de Amapá e Pracuúba, que integram a região turística dos Lagos e Pororocas. Essa articulação entre regiões evidencia uma sobreposição de dinâmicas territoriais e turísticas que fortalece as interrelações e a cooperação regional.

Um exemplo concreto dessa integração é a proximidade geográfica entre as sedes municipais, o que facilita o trânsito de pessoas e o compartilhamento de práticas e recursos. Além disso, há iniciativas conjuntas no campo da qualificação profissional, como a realização de cursos voltados ao desenvolvimento do turismo rural. Destaca-se, nesse sentido, a capacitação promovida pelo SENAR/AP em 2024, que reuniu participantes dos três municípios para formar uma turma especializada em Turismo Rural (Trabalho de Campo, 2024).

No caso específico dos municípios de Amapá e Pracuúba, percebe-se uma dinâmica turística complementar. Ambos compartilham características naturais e culturais que favorecem o ecoturismo, o turismo de base comunitária e atividades associadas à pesca esportiva, aos rios e à cultura tradicional.

### **Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari**

Ao considerar a proximidade geográfica como um dos principais fatores de inter-relação, observa-se uma conexão significativa entre os municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. Ambos integram a mesma região turística e compartilham características

naturais e históricas que favorecem o desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo de aventura, ao turismo cultural e ao ecoturismo.

Serra do Navio possui atrativos ligados à sua história como cidade planejada para a mineração, destacando-se o patrimônio arquitetônico, os antigos conjuntos habitacionais e a paisagem moldada pela exploração mineral. Já Pedra Branca do Amapari se destaca por abrigar uma variedade de atrativos naturais, como rios, trilhas e áreas de floresta, o que favorece a prática de atividades de aventura e lazer em ambientes naturais.

Além disso, Pedra Branca do Amapari concentra uma infraestrutura turística mais consolidada, com maior número de hospedagens, estabelecimentos de alimentação e serviços de apoio ao visitante. Essa vantagem estrutural contribui para que o município se consolide como principal porta de entrada para o turismo na região, atraindo um volume maior de visitantes e oferecendo melhores condições de recepção (Trabalho de Campo, 2024).

Apesar dessa diferença, há um potencial significativo para o fortalecimento de rotas integradas entre os dois municípios, aproveitando suas complementaridades. A criação de roteiros conjuntos, que combinem patrimônio histórico, vivências rurais e experiências em áreas naturais, pode ampliar o tempo de permanência dos turistas na região e estimular a economia local de forma mais equilibrada.

### **Laranjal do Jari e Almeirim (Pará)**

O município de Laranjal do Jari, no estado do Amapá, mantém inter-relações com o distrito de Monte Dourado, pertencente ao município de Almeirim, no estado do Pará. Essa conexão interestadual é fortemente influenciada pela proximidade geográfica e pela navegação fluvial, que constitui o principal meio de deslocamento entre as margens do rio Jari. A mobilidade entre os dois territórios ocorre de forma cotidiana e revela uma integração sociocultural e econômica marcante.

O fluxo de pessoas pelo rio Jari inclui tanto amapaenses que se dirigem ao Pará quanto paraenses que se deslocam ao Amapá, motivados por diferentes razões, seja trabalho, estudo, comércio e, de forma crescente, turismo. Esse intercâmbio constante cria uma zona de fronteira dinâmica, onde os limites administrativos se tornam menos rígidos diante das conexões reais estabelecidas entre as populações locais (Trabalho de Campo, 2023).

No contexto do turismo, essa relação se traduz em oportunidades concretas de valorização de atrativos naturais e culturais compartilhados. Laranjal do Jari destaca-se pela sua rica paisagem, com rios, igarapés e áreas de floresta que favorecem atividades como passeios de barco, ecoturismo, pesca esportiva e turismo de base comunitária. Já Monte Dourado possui

importância histórica e econômica ligada à implantação do Projeto Jari, além de atrativos urbanos e culturais que despertam o interesse de visitantes.

A complementaridade entre os dois territórios aponta para o potencial de criação de rotas turísticas integradas, aproveitando a logística natural do rio Jari e promovendo uma experiência interestadual única. Iniciativas conjuntas de fomento ao turismo, com apoio de políticas públicas e parcerias entre os setores locais, podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, ampliando a geração de renda e fortalecendo a identidade regional.

## ANÁLISE SWOT/FOFA DE TURISMO

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <p>Municípios fazem parte de iniciativas governamentais de fomento às práticas turísticas;</p> <p>Diversos potenciais turísticos naturais e/ou histórico-culturais;</p> <p>Empreendedores cadastrados no CADASTUR (exceto Pracuúba);</p> <p>Existência de projetos voltados ao turismo;</p> <p>Associações/Cooperativas do eixo turístico;</p> <p>Casa do Artesão (Calçoene e Ferreira Gomes);</p> <p>Projeto do Parque do Solstício;</p> <p>Capacitação em Turismo Rural via SENAR;</p> <p>Existência de plano de turismo (escala municipal);</p> <p>Guias e condutores de turismo qualificados;</p> <p>Parques naturais;</p> <p>Existência de Centro de Atendimento ao Turista (CAT) em Pedra Branca do Amapari;</p> <p>Eventos voltados para o fomento do turismo.</p> | <p>PONTOS FRACOS</p> <p>Ausência de Centro de Atendimento ao Turista (CAT), exceto Pedra Branca do Amapari;</p> <p>Infraestrutura turística insuficiente;</p> <p>Insuficiência de divulgação e promoção turísticas em mídias sociais;</p> <p>Falta de pessoas qualificadas em idiomas;</p> <p>Falta de sinalização dos pontos turísticos (exceto Pedra Branca do Amapari);</p> <p>Ausência de Conselho Municipal de Turismo.</p> |
|                  | OPORTUNIDADES | <p>Rotas Turísticas em várias escalas;</p> <p>Capacitação de profissionais do setor;</p> <p>Oficinas sobre CADASTUR;</p> <p>Parcerias institucionais para fomento do turismo;</p> <p>Expansão de ecoparques e memoriais;</p> <p>Rota cultural intermunicipal (interação com artesãos).</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <p>AMEAÇAS</p> <p>Mudanças climáticas;</p> <p>Turismo de massa.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| FATORES EXTERNOS |               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

### Carteira de projetos para Turismo

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| Criação e estruturação dos Centros de Atendimento ao Turista (CAT) e produção, divulgação de material publicitário dos potenciais turísticos da FF-AP                                                                                                                                                                                                                                     | MTUR; MIDR; FECOMÉRCIO/AP; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; SISTEMA S;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Toda a FF-AP                                                          |
| Projeto de Desenvolvimento Territorial Sustentável, com enfoque em Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária.                                                                                                                                                                                                                                                                      | MTUR; MDA; MMA; ONGs; SISTEMA S; MTE; IPHAN; SETUR/AP; SEMA/AP; SECULT/AP; Secretarias Municipais de Turismo; Associações; Cooperativas; Movimentos sociais; Lideranças Indígenas e Quilombolas;                                                                                                                                                                                                                                                | Toda a FF-AP                                                          |
| Uma pós-graduação (especialização) em Turismo Sustentável e Desenvolvimento Territorial no Amapá, para qualificação de Gestores Públicos, Lideranças Comunitárias, Empreendedores, Guias e Condutores de Turismo, visando fortalecer a formação de profissionais capacitados para atuar com as especificidades amazônicas, valorizando o patrimônio natural, cultural e social do estado. | IFES; SETUR/AP; SEMA/AP; SECULT/AP; SDR/AP; MTUR; SISTEMA S; MMA, MEC; MTE; BASA; FECOMÉRCIO/AP; SENAR/AP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Toda a FF-AP                                                          |
| Feira de Turismo dos municípios da FF-AP, visando à integração e fortalecimento da economia local a partir da cooperação entre o Amapá, a Guiana Francesa e o Suriname.                                                                                                                                                                                                                   | CMT; MTUR; FECOMÉRCIO/AP; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; SISTEMA S; Secretarias Municipais de Cultura; SECULT/AP; Associações; Cooperativas; Movimentos sociais; Lideranças Indígenas e Quilombolas; ONGs; FUNAI; Secretarias Municipais de Cultura; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; SISTEMA S; MTUR; FECOMÉRCIO/AP; MMA; SEMA/AP; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; Movimentos sociais; Lideranças Indígenas | Toda a FF-AP                                                          |
| Estruturação de um Centro de experiência de Turismo de Base Comunitária em Oiapoque, com o foco na proteção ambiental e valorização das comunidades tradicionais                                                                                                                                                                                                                          | CEPAJOB; SENAR/AP; MTUR; SETEC/AP; SEJUV/AP; SISTEMA S; FECOMÉRCIO/AP; Secretarias Municipais de Turismo; MEC; ENAP; IFES; Associações; Cooperativas; AFAP; MTUR; MAPA; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; FECOMÉRCIO/AP; SISTEMA S; IFES; SENAR/AP; CEPAJOB; Associação; Cooperativas;                                                                                                                                               | Oiapoque                                                              |
| Projeto voltado à capacitação de jovens em Mídias Sociais, E-commerce e divulgação digital, com foco no setor turístico da FF-AP                                                                                                                                                                                                                                                          | MTUR; MAPA; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; FECOMÉRCIO/AP; IFES; SENAR/AP; Associação; Cooperativas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Toda a FF-AP                                                          |
| Mapeamento e diagnóstico do turismo rural para fortalecimento da identidade local, promovendo e fomentando a geração de renda e o desenvolvimento sustentável                                                                                                                                                                                                                             | SISTEMA S; MTUR; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; FECOMÉRCIO/AP; IFES; SENAR/AP; Associação; Cooperativas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Região dos Lagos (Calçoene, Amapá e Pracuúba)                         |
| Workshop voltado às normas técnicas aplicadas ao ecoturismo e ao turismo de aventura, com o objetivo de garantir a adoção de padrões de qualidade, segurança e boas práticas na condução de atividades turísticas em ambientes naturais.                                                                                                                                                  | SISTEMA S; MTUR; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; FECOMÉRCIO/AP; IFES; SENAR/AP; Associação; Cooperativas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Oiapoque e Laranjal do Jari. |

## ANEXOS

### ANEXO I

#### RANKING DOS ESTADOS BRASILEIROS COM A CHEGADA DE TURISTAS INTERNACIONAIS

| 2020 (Turistas:<br>2.146.435)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 2021 (Turistas:<br>745.871)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 2022 (Turistas:<br>3.630.031)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 2023 (Turistas:<br>5.908.341)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 2024 (até o<br>momento:<br>2.929.113)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1- São Paulo (SP):<br>634.006<br>2- Rio Grande do<br>Sul (RS): 499.153<br>3- Rio de Janeiro<br>(RJ): 3.77.336<br>4- Paraná (PR):<br>296.765<br>5- Santa Catarina<br>(SC): 142.008<br>6- Bahia (BA):<br>45.151<br>7- Mato Grosso do<br>Sul (MS): 27.204<br>8- Pernambuco<br>(PE): 24.181<br>9- Ceará (CE):<br>23.287<br>10- Distrito Federal<br>(DF): 19.013<br>11- Minas Gerais<br>(MG): 13.701<br>12- Amapá (AP):<br>11.635<br>13- Rio Grande do<br>Norte (RN): 8.548<br>14- Acre (AC):<br>6.820<br>15- Amazonas<br>(AM): 5.762<br>16- Pará (PA):<br>5.552<br>17- Outras<br>Unidades da<br>Federação: 3.919<br>18- Roraima (RR):<br>2.394 | 1- São Paulo (SP):<br>422.954<br>2- Paraná (PR):<br>128.721<br>3- Rio de Janeiro<br>(RJ): 101.487<br>4- Ceará (CE):<br>17.045<br>5- Mato Grosso do<br>Sul (MS): 15.923<br>6- Rio Grande do<br>Sul (RS): 13.373<br>7- Santa Catarina<br>(SC): 9.228<br>8- Pernambuco<br>(PE): 7.650<br>9- Bahia (BA):<br>7.530<br>10- Distrito Federal<br>(DF): 6.638<br>11- Minas Gerais<br>(MG): 5.755<br>12- Amapá (AP):<br>2.166<br>13- Outras<br>Unidades da<br>Federação: 2.044<br>14- Rio Grande do<br>Norte (RN): 2.021<br>15- Amazonas<br>(AM): 1.373<br>16- Pará (PA):<br>1.091<br>17- Roraima (RR):<br>550<br>18- Acre (AC): 322 | 1- São Paulo (SP):<br>1.505.129<br>2- Rio de Janeiro<br>(RJ): 652.962<br>3- Paraná (PR):<br>522.832<br>4- Rio Grande do<br>Sul (RS): 474.474<br>5- Santa Catarina<br>(SC): 140.533<br>6- Bahia (BA):<br>56.644<br>7- Ceará (CE):<br>56.552<br>8- Mato Grosso do<br>Sul (MS): 54.344<br>9- Pernambuco<br>(PE): 31.786<br>10- Distrito Federal<br>(DF): 30.772<br>11- Minas Gerais<br>(MG): 21.593<br>12- Amapá (AP):<br>17.240<br>13- Acre (AC):<br>16.4610<br>14- Amazonas<br>(AM): 14.354<br>15- Rio Grande do<br>Norte (RN): 12.058<br>16- Pará (PA):<br>10.694<br>17- Outras Unidades<br>da Federação:<br>6.950<br>18- Roraima (RR):<br>4.653 | 1- São Paulo (SP):<br>2.107.179<br>2- Rio de Janeiro<br>(RJ): 1.192.814<br>3- Rio Grande do<br>Sul (RS):<br>1.000.909<br>4- Paraná (PR):<br>791.536<br>5- Santa Catarina<br>(SC): 288.429<br>6- Bahia (BA):<br>92.059<br>7- Ceará (CE):<br>71.545<br>8- Mato Grosso do<br>Sul (MS): 70.277<br>9- Pernambuco<br>(PE): 62.559<br>10- Distrito<br>Federal (DF):<br>54.006<br>11- Minas Gerais<br>(MG): 38.526<br>12- Amapá (AP):<br>31.570<br>13- Amazonas<br>(AM): 24.072<br>14- Pará (PA):<br>21.724<br>15- Rio Grande do<br>Norte (RN): 20.368<br>16- Acre (AC):<br>17.205<br>17- Alagoas (AL):<br>9.724<br>18- Roraima (RR):<br>8.259<br>19- Rondônia<br>(RO): 3.882 | 1- São Paulo (SP):<br>818.456<br>2- Rio de Janeiro<br>(RJ): 593.762<br>3- Rio Grande do<br>Sul (RS): 591.592<br>4- Paraná (PR):<br>412.269<br>5- Santa Catarina<br>(SC): 294.266<br>6- Bahia (BA):<br>51.960<br>7- Mato Grosso do<br>Sul (MS): 27.313<br>8- Pernambuco<br>(PE): 22.738<br>9- Ceará (CE):<br>21.701<br>10- Distrito<br>Federal (DF):<br>21.404<br>11- Minas Gerais<br>(MG): 15.946<br>12- Amapá (AP):<br>10.881<br>13- Amazonas<br>(AM): 10.714<br>14- Pará (PA):<br>9.983<br>15- Rio Grande do<br>Norte (RN): 8.959<br>16- Acre (AC):<br>5.965<br>17- Alagoas (AL):<br>4.792<br>18- Roraima (RR):<br>4.474<br>19- Rondônia<br>(RO): |
| <b>Fonte:</b> Polícia Federal; MTur; Embratur, 2024. Organização: PDIFF-AP, 2024.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

## ANEXO II

### ORIGEM DE VISITANTES NOS MUNICÍPIOS DE FAIXA DE FRONTEIRA

| Origem de visitantes nos municípios de Faixa de Fronteira | Visitantes do Amapá                                                                  | Visitantes Nacionais                                                                                                                                                                                                                                  | Visitantes Internacionais                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Região do Cabo Orange</b>                              |                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Oiapoque                                                  | Macapá: 25<br>Calçoene: 4<br>Santana: 3<br>Amapá: 2                                  | Pará: 20<br>Rio de Janeiro: 12<br>Maranhão: 10<br>São Paulo: 10<br>Rio Grande do Sul: 9<br>Minas Gerais: 9<br>Santa Catarina: 3<br>Goiás: 3<br>Ceará: 3<br>Pernambuco: 2<br>Paraná: 2<br>Rio grande do Norte: 1<br>Sul do Brasil: 1<br>Mato Grosso: 1 | Guiana Francesa: 25<br>Suriname: 13<br>França: 11<br>Haiti: 5<br>Espanha: 3<br>Portugal: 2<br>Alemanha: 2<br>Peru: 1<br>Colômbia: 1<br>Estados Unidos: 1<br>México: 1<br>Arábia Saudita: 1<br>China: 1<br>Cuba: 1<br>Ucrânia: 1<br>Itália: 1<br>Japão: 1 |
| Calçoene                                                  | Macapá: 9<br>Oiapoque: 3<br>Não informado: 1                                         | Maranhão: 5<br>Pará: 4<br>Não informado: 4<br>São Paulo: 3<br>Minas Gerais: 2<br>Rio de Janeiro: 2<br>Distrito Federal: 1<br>Goiás: 1<br>Santa Catarina: 1                                                                                            | Guiana Francesa: 7<br>Suriname: 3<br>Estados Unidos: 1<br>Suíça: 1<br>Bélgica: 1<br>Alemanha: 1<br>Não informado: 3                                                                                                                                      |
| <b>Região Tumucumaque e Cachoeiras</b>                    |                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Serra do Navio                                            | Macapá: 2<br>Santana: 2<br>Não informado: 2                                          | Pará: 1<br>Rio Grande do Norte: 1<br>Não informado: 3<br>São Paulo: 1<br>Minas Gerais: 0<br>Rio de Janeiro: 1<br>Distrito Federal: 0<br>Goiás: 0<br>Santa Catarina: 0                                                                                 | Estados Unidos: 1<br>Argentina: 1<br>Não informado: 3                                                                                                                                                                                                    |
| Pedra Branca do Amapari                                   | Macapá: 9<br>Santana: 2<br>Serra do Navio: 1<br>Porto Grande: 1<br>Ferreira Gomes: 1 | Minas Gerais: 9<br>Pará: 5<br>São Paulo: 4<br>Rio Grande do Sul: 3<br>Rio de Janeiro: 2<br>Maranhão: 2<br>Santa Catarina: 2<br>Bahia: 2<br>Ceará: 1<br>Goiás: 1<br>Piauí: 1<br>Não informado: 1                                                       | Alemanha: 2<br>Guiana Francesa: 5<br>Suriname: 1<br>Holanda: 1<br>Austrália: 1<br>Não informado: 7                                                                                                                                                       |



|                                                                              |                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                   |
|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ferreira Gomes                                                               | Macapá: 9<br>Santana: 4<br>Serra do Navio: 0<br>Porto Grande: 0<br>Ferreira Gomes: 0            | São Paulo: 5<br>Minas Gerais: 3<br>Pará: 3<br>Rio de Janeiro: 2<br>Santa Catarina: 2<br>Pernambuco: 1<br>Tocantins: 1<br>Rio grande do Sul: 1<br>Recife: 1<br>Mato Grosso do Sul: 1<br>Não informado: 3 | Guiana Francesa: 2<br>Portugal: 1<br>Itália: 1<br>Não informado: 6                                |
| <b>Região dos Lagos e Pororocas</b>                                          |                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                   |
| Amapá                                                                        | Macapá: 3<br>Oiapoque: 3<br>Santana: 2<br>Não informado: 2                                      | Maranhão: 4<br>Pará: 4<br>Minas Gerais: 2<br>São Paulo: 2<br>Ceará: 2<br>Rio Grande do Norte: 1<br>Sergipe: 1<br>Pernambuco: 1<br>Distrito Federal: 1<br>Rio de Janeiro: 1<br>Não informado: 1          | Guiana Francesa: 5<br>Suriname: 2<br>Não informado: 4                                             |
| Pracuúba                                                                     | Macapá: 1<br>Oiapoque: 1                                                                        | Pará: 1<br>Maranhão: 1                                                                                                                                                                                  | Guiana Francesa: 1                                                                                |
| <b>Região do Vale do Jari</b>                                                |                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                   |
| Laranjal do Jari                                                             | Macapá: 9<br>Santana: 2<br>Pedra Branca do Amapari: 1<br>Amapá: 1<br>Calçoene: 1<br>Oiapoque: 1 | Pará: 9<br>São Paulo: 4<br>Rio de Janeiro: 2<br>Rio Grande do Sul: 1<br>Pernambuco: 1<br>Bahia: 1<br>Ceará: 1<br>Minas: 1<br>Goiás: 1<br>Distrito Federal: 1<br>Piauí: 1<br>Amazonas: 1                 | Não informado: 4<br>Guiana Francesa: 3<br>Estados Unidos: 1<br>Cuba: 1<br>Japão: 1<br>Alemanha: 1 |
| <b>Fonte:</b> SEBRAE AMAPÁ, 2022. Organização e elaboração: PDIFF- AP, 2024. |                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                   |

## ANEXO IV

### QUADRO DE ATORES LOCAIS

#### Fase de Diagnóstico

| Data                    | Município               | Entidades e organizações presentes                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-------------------------|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 13/12/2023 - 16/12/2023 | Laranjal do Jari        | <ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria Municipal de Educação (SEMED)</li> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Turismo (SEMMATUR)</li> <li>Secretaria Municipal de Cultura (SEMC)</li> <li>Secretaria de Infraestrutura de Laranjal do Jari (SEINF)</li> <li>Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA)</li> <li>Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)</li> <li>Instituto Federal do Amapá (IFAP) campus Laranjal do Jari</li> <li>Instituto Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (IMAPA)</li> <li>Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP)</li> <li>Polícia Militar</li> <li>Promotoria de Justiça</li> <li>Guarda Civil Municipal</li> <li>Fundação Jari</li> <li>Associação Mista dos Extrativistas do Alto Cajari (ASTEX-CA)</li> <li>Associação de Mulheres Extrativistas do Alto Cajari (AMAC)</li> <li>Cooperativa de Ecoturismo do Vale do Jari (COOPETU/JARI)</li> <li>Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laranjal do Jari-AP/STRAAF</li> <li>JK Viagens e Turismo</li> </ul> |
| 19/12/2023 – 22/12/2023 | Oiapoque                | <ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria Municipal de Turismo</li> <li>Secretaria Municipal de Infraestrutura</li> <li>Secretaria Municipal de Obras</li> <li>Secretaria Municipal de Cultura</li> <li>Secretaria Municipal de Meio Ambiente</li> <li>Fundação Nacional do Índio de Oiapoque (FUNAI)</li> <li>ICMBio</li> <li>Polícia Federal</li> <li>Polícia Militar</li> <li>12º Batalhão de Fronteira da Polícia Militar</li> <li>Corpo de Bombeiros</li> <li>Universidade Federal do Amapá - Campus Binacional</li> <li>Museu Khuai dos Povos Indígenas do Oiapoque</li> <li>Associação Comercial e Industrial de Oiapoque - ACOI</li> <li>Laboratório de Fronteira - LAFRON</li> <li>Hospital Estadual de Oiapoque - HOE</li> <li>Núcleo Estadual de Saúde Indígena</li> <li>Representantes da Aldeia do Manga</li> </ul>                                                                                                                                                                                 |
| 29/02/2024 - 01/03/2024 | Pedra Branca do Amapari | <ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria Municipal de Turismo;</li> <li>Secretaria Municipal de Meio Ambiente</li> <li>Secretaria Municipal de Saúde;</li> <li>Secretaria Municipal de Educação</li> <li>Coordenadoria de Juventude</li> <li>Polícia Militar</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |

|                            |                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|----------------------------|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 24/04/2024 –<br>26/04/2024 |                | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperativa dos Produtores de Cacau do Amapá - COOPCAP;</li> <li>• Coordenadores do Projeto Gotas de Vida</li> <li>• Representante da Sociedade Civil</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                            | Ferreira Gomes | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Saúde</li> <li>• RURAP</li> <li>• Polícia Militar</li> <li>• Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)</li> <li>• AESC - Associação de Eventos Sociais e Culturais</li> <li>• Representante do setor de Hotelaria</li> <li>• Representante dos agricultores</li> </ul>                                                                                                                                                                                             |
|                            | Calçoene       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Secretaria Municipal de Cultura</li> <li>• Biblioteca Municipal Saturnino Sarmento</li> <li>• Associação Cultural dos Remanescentes Quilombolas do Cunani</li> <li>• Representantes do setor da Cultura</li> <li>• Artesãos</li> <li>• Pescadores</li> </ul>                                                                                                                                                                                     |
|                            | Amapá          | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Controladoria Geral do Município</li> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente</li> <li>• Secretaria Municipal de Assistência Social</li> <li>• Polícia Civil</li> <li>• Associação das Mulheres e Agricultoras da Comunidade do Piquiá</li> <li>• Representante da Sociedade Civil</li> <li>• Representante do setor de Turismo</li> <li>• Educador Social</li> </ul>                                                                        |
|                            | Pracuúba       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Secretaria Municipal de Agricultura</li> <li>• Sindicato Rural do Município de Pracuúba</li> <li>• Conselho Municipal de Saúde</li> <li>• Conselho do Colegiado dos Lagos</li> <li>• Representante dos comerciantes</li> <li>• Representante da agrovila</li> <li>• Representante do setor de agropecuária</li> <li>• Vereadores</li> </ul>                                                                                                      |
| 14/05/2024 –<br>15/05/2024 | Serra do Navio | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prefeitura municipal</li> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente</li> <li>• Secretaria Municipal de Saúde</li> <li>• Secretaria Municipal de Administração</li> <li>• Secretaria Municipal de Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Mineração e Desenvolvimento Econômico</li> <li>• Guarda Civil Municipal</li> <li>• Sindicato Rural de Serra do Navio</li> <li>• Professores</li> <li>• Representante da sociedade civil</li> </ul> |

### Fase de construção da carteira de projetos

| Data                       | Município               | Entidades e organizações presentes                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------|-------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 17/10/2024 -<br>19/10/2024 | Pedra Branca do Amapari | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente</li> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Centro de Atendimento ao Turista</li> <li>• Cooperativa dos Produtores de Cacau do Amapá - COOPCAP</li> </ul> |

|                         |                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 07/11/2024 - 09/11/2024 | Serra do Navio             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Representantes da Sociedade Civil</li> <li>• Secretaria Municipal de Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente</li> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Polícia Civil de Serra do Navio</li> <li>• Guarda Civil Municipal</li> <li>• Representantes da Sociedade Civil</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                         | Laranjal do Jari           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Saúde</li> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Instituto Federal do Amapá campus Laranjal do Jari</li> <li>• Polícia Militar</li> <li>• Guarda Civil Municipal</li> <li>• Conselho Tutelar</li> <li>• COOPCACHOEIRA</li> <li>• COOPETU JARI</li> <li>• COMARU</li> <li>• ASTEX-CA</li> <li>• IMAPA</li> <li>• Sindicato Rural de Laranjal do Jari</li> <li>• Instituto Saúde do Vale</li> </ul>                                                                                                                     |
|                         | Oiapoque                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Universidade Federal do Amapá campus Oiapoque</li> <li>• Instituto Federal do Amapá campus Oiapoque</li> <li>• Polícia Militar</li> <li>• Polícia Federal</li> <li>• Centro de Referência à Mulher (CRAM)</li> <li>• Defesa Civil</li> <li>• Laboratório de Fronteira (LAFRON)</li> <li>• Museu Khuai dos Povos Indígenas do Oiapoque</li> <li>• Associação Comercial e Industrial de Oiapoque (ACOI)</li> <li>• Juventude indígena do Oiapoque</li> <li>• Associação de Catraieiros</li> </ul>                               |
| 29/01/2025 - 30/01/2025 | Calçoene, Amapá e Pracuúba | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Obras do Amapá</li> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Amapá</li> <li>• Secretaria Municipal de Cultura</li> <li>• Universidade Estadual do Amapá</li> <li>• Controladoria Geral do Município de Amapá</li> <li>• Artesãos de Calçoene</li> <li>• Sindicato Rural de Pracuúba</li> <li>• Conselho do Colegiado dos Lagos</li> <li>• Quilombo do Cunani</li> <li>• Associação das Mulheres e Agricultoras da Comunidade do Piquiá</li> <li>• Professores</li> <li>• Representantes da Sociedade Civil</li> <li>• Pescadores</li> </ul> |
| 14/02/2025              | Ferreira Gomes             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Cultura</li> <li>• Secretaria Municipal de Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente</li> <li>• Secretaria Municipal de Agricultura</li> <li>• Polícia Militar</li> <li>• Escola Municipal Jaci Torquato</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 19/02/2025 - 21/02/2025 | Aldeia do Manga (Oiapoque) | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO)</li> <li>• Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

### Missão internacional

| Data                       | País                            | Entidades e organizações presentes                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|----------------------------|---------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 21/02/2025 -<br>01/03/2025 | Guiana Francesa e<br>Paramaribo | <b>Guiana Francesa:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>● <i>Collectivité Territoriale de Guyane</i> (CTG)</li> <li>● Consulado Geral do Brasil em <i>Cayenne</i></li> <li>● <i>Université de Guyane</i> (UG)</li> </ul> <b>Suriname:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Associação de Lideranças das Comunidades Indígenas (VIDS) do Suriname</li> <li>● <i>Institute for Defense Education and Training</i></li> <li>● <i>United Nations House</i></li> <li>● Embaixada do Brasil em Paramaribo</li> </ul> |

## ANEXO V

### ACERVO FOTOGRÁFICO PDIFF-AP

Oficina de diagnóstico em Serra do Navio



Oficinas de diagnóstico na Região dos Lagos (Amapá, Calçoene e Pracúba)



Reunião técnica sobre turismo nas aldeias com Kássia Lod e diálogo com representantes da Aldeia do Manga em Oiapoque





### Oficina carteira de projetos Região dos Lagos (Amapá, Calçoene e Pracuúba)



### Oficina de carteira de projetos em Serra do Navio



### Oficina carteira de projetos em Pedra Branca do Amapari





## Oficina de carteira de projetos em Oiapoque



Reuniões técnicas em Laranjal do Jari e Oiapoque com SEMATUR, SEMMAM, IFAP, Fundação Jari, IMAPA e Funai.



## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Luís; MUNIZ, Jacqueline. As 53 facções criminosas brasileiras. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022 – Edição Especial. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/anuario-2022-ed-especial.pdf>.
- AGÊNCIA AMAPÁ. Governador Clécio Luis recebe delegação do Suriname na 53ª Expofeira do Amapá e fortalece cooperação na fronteira. Agência de Notícias do Amapá, 2024a. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/24711/governador-clecio-luis-recebe-delegacao-do-suriname-na-53-expofeira-do-amapa-e-fortalece-cooperacao-na-fronteira>.
- \_\_\_\_\_. Governo do Amapá e Guiana Francesa fortalecem cooperação durante a Semana de Saúde na Fronteira. Agência de Notícias do Amapá, 2024. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/27059/governos-do-amapa-e-guiana-francesa-fortalecem-cooperacao-durante-a-semana-de-saude-na-fronteira>.
- \_\_\_\_\_. Governo do Amapá inicia intercâmbio internacional de estágio acadêmico com a Guiana Francesa. Agência de Notícias do Amapá, 2025a. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/29750/governo-do-amapa-inicia-intercambio-internacional-de-estagio-academico-com-a-guiana-francesa>.
- \_\_\_\_\_. Pré-COP30: Governo do Amapá participa da 2ª Conferência do Bio-Plateaux no Suriname. Agência de Notícias do Amapá, 2024b. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/25338/pre-cop30-governo-do-amapa-participa-da-2-conferencia-do-bio-plateaux-no-suriname>.
- \_\_\_\_\_. Pré-COP30: Participação conjunta dos governos do Amapá e da Guiana Francesa vai evidenciar a cooperação regional na COP da Amazônia em Belém. Agência de Notícias do Amapá, 2025b. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/28622/pre-cop30-participacao-conjunta-dos-governos-do-amapa-e-da-guiana-francesa-vai-evidenciar-a-cooperacao-regional-na-cop-da-amazonia-em-belem>.
- AGÊNCIA SENADO. Senadores questionam alto reajuste para energia elétrica no Amapá. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/07/senadores-questionam-alto-reajuste-para-energia-eletrica-no-amapa>.
- ALEIXO, Rafael. Amapá teve 2,3 mil casos registrados de violência contra mulher em 2022, aponta MP. G1, Macapá, 17 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2023/05/17/amapa-teve-23-mil-casos-registrados-de-violencia-contramulher-em-2022-aponta-mp.ghtml>.
- ALPES, Keyla Gislane Oliveira. A racionalidade que norteia o Turismo de Base Comunitária: observação da iniciativa turística da Ilha de Deus em Recife-Pernambuco. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34239>.
- AMANAJÁS, Viviane V. de V. Pesca e perfil socioeconômico dos pescadores artesanais da fronteira setentrional do Brasil: a comunidade pesqueira de Oiapoque, Amapá. Confins, n. 37, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/15619>. DOI: 10.4000/confins.15619.
- AMAPÁ. Governo do Estado. Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Forças de segurança registram queda de 33% nos crimes violentos no Amapá. 2024. Disponível em: <https://sejusp.portal.ap.gov.br/noticia/2709/forcas-de-seguranca-registram-queda-de-33-nos-crimes-violentos-no-amapa>.
- \_\_\_\_\_. Governo do Estado. Atas do Conselho do Rio Oiapoque. 2013–2024. Macapá: GEA, [s.d.]. Documentos institucionais.
- \_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Saúde (SESA). Plano Macrorregional de Saúde do Estado do Amapá. Elaboração e organização: Juvanete Amoras Távora; Marcos Tadeu Boução; Maria Santana de Almeida; Sandro Ricardo Lino; Samuel Spenner; Juliana Dantas; Eloisa Melo da Silva; Sarah Ohrana Freitas da Silva; Diovana de Sena Alberto. Vários colaboradores. Macapá, 2024. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/livraria/SESA\\_925dbd76bb49c5d9a2a4b4eb5df1c179.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/livraria/SESA_925dbd76bb49c5d9a2a4b4eb5df1c179.pdf).
- \_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Saúde. Coordenadoria de Políticas de Atenção à Saúde. Diagnóstico situacional das redes de atenção à saúde dos municípios do Estado do Amapá: Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas Não-Transmissíveis e Rede Materno-Infantil. Elaborado por: Cíntia do Socorro Matos Pantoja; Wesley Lieverson Nogueira do Carmo. Macapá, 2021. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/SESA\\_1fbc10134889ee206c4e84e69ec6a28d.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SESA_1fbc10134889ee206c4e84e69ec6a28d.pdf).
- \_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Saúde. Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS). Análise da situação de saúde: Amapá/BR, 2021. Elaborado por: Leilian Hage dos Santos; Maria da Conceição Soutelo Souto da Silva; Maria Sueli Diniz Neris Isidoro. Macapá, 2021. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/SVS\\_5f619a4e142f6c014a9162d50e8cbf65.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SVS_5f619a4e142f6c014a9162d50e8cbf65.pdf).
- \_\_\_\_\_. Portal Governo do Amapá. Município do Amapá. História do município.
- \_\_\_\_\_. Portal Governo do Amapá. Pedra Branca do Amapari. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/conheca/pedra-branca-do-amapari>.
- \_\_\_\_\_. Portal Governo do Amapá. Serra do Navio. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/conheca/serra-do-navio>.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Saúde. Plano Macrorregional de Saúde do Estado do Amapá. Elaboração e organização: Juvanete Amoras Távora; Marcos Tadeu Boução; Maria Santana de Almeida; Sandro Ricardo Lino; Samuel Spenner; Juliana Dantas; Eloisa Melo da Silva; Sarah Ohrana Freitas da Silva; Diovana de Sena Alberto. Vários colaboradores. Macapá, 2024. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/livraria/SESA\\_925dbd76bb49c5d9a2a4b4eb5df1c179.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/livraria/SESA_925dbd76bb49c5d9a2a4b4eb5df1c179.pdf).

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Saúde. Superintendência de Vigilância em Saúde. Análise da situação de saúde: Amapá/BR, 2021. Elaborado por: Leilian Hage dos Santos; Maria da Conceição Soutelo Souto da Silva; Maria Sueli Diniz Neris Isidoro. Macapá, 2021. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/SVS\\_5f619a4e142f6c014a9162d50e8cbf65.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SVS_5f619a4e142f6c014a9162d50e8cbf65.pdf).

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Planejamento do Amapá. Contas Regionais Amapá PIB 2021. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/SEPLAN\\_e97010002f0e7a4af6f5f30da230c58a.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEPLAN_e97010002f0e7a4af6f5f30da230c58a.pdf).

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Amapá. Relatório de CVLI. Disponível em: <https://portaldaseguranca.portal.ap.gov.br/publicacoes/cvli>.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Vigilância em Saúde. Apresentação de dados sobre dengue e malária 2023/2024. Conselho do Rio Oiapoque. Oiapoque, 2024.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Vigilância em Saúde. Informe Epidemiológico Maio Laranja – Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 2024. Macapá: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2024. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/SVS\\_989f14840d99a27c2ea1e2dfd3f5d0c2.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SVS_989f14840d99a27c2ea1e2dfd3f5d0c2.pdf).

ANDRADE, Isabel de Oliveira; CAMARGO, Raphael Lima. Segurança e defesa nacional nas fronteiras brasileiras. In: PÊGO, Bolívar; MOURA, Rosa (Org.). Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública. Brasília: Ipea; Ministério da Integração Nacional, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8791>

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. Ranking de tarifas – Luz na Tarifa. Disponível em: <https://portalrelatorios.aneel.gov.br/luznatarifa/rankingtarifas>.

ARAÚJO, A. B.; MACIEL, M. das D. Análise das características físicas do município de Ferreira Gomes-AP através de transectos. Território e Cidadania, [S. l.], v. 1, n. 3, 2024. DOI: 10.70685/tc.v1i3.3627. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/territorioecidadania/article/view/3627>.

ASIS. Análise de situação de saúde/Ana Emilia Figueiredo de Oliveira; Deysianne Costa das Chagas; Paola Trindade Garcia; (Org.). - São Luís, 2019. Disponível em: [https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/12094/1/VISA\\_ASIS-30.04.pdf](https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/12094/1/VISA_ASIS-30.04.pdf).

AZEVEDO, J. S. et al. Impactos das mudanças climáticas na disponibilidade hídrica e saúde de comunidades tradicionais em Laranjal do Jari, Amapá. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 25, n. 3, p. 55-78, 2023. BARROS, A. L. R. D.; RODRIGUES, C. G. D. O. Differentiated education and community-based tourism in the Caiçara territories of Paraty (RJ). Ambiente & Sociedade, v. 22, p. e02951, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc02951v22i19L1AO>.

BARROSO, Rackel; GALARDO, Allan Kardec Ribeiro; CASTELO, Natalia; CREÃO, Camilo Pantoja; MIRANDA, Kellen Cristina Ignacio Cardoso; MAGALHÃES, Silvia Cristina da Silva Pedroso; SOUSA, Zenil Moraes de; MÜLLER, Josiane Nogueira. Estudo epidemiológico do comportamento da doença de Chagas no estado do Amapá-Brazil nos anos de 2016 a 2021. Research, Society and Development, v. 11, n. 12, e570111234978, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34978>.

BASTOS, A. de M. Uma excursão ao Amapá. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. BERNAZZOLI, R. M.; FLINT, C. Power, place, and militarism: toward a comparative geographic analysis of militarization. Geography Compass, v. 3, n. 1, p. 393-411, 2009. BIO PLATEAUX. Apresentação do Projeto. Disponível em: <https://www.bio-plateaux.org/pt-br/node/617>.

BITTENCOURT DA SILVA, José; DA CONCEIÇÃO ALVES, João Paulo. A educação em comunidades tradicionais no sul do Amapá: o caso da RESEX Cajari e da Reserva do Rio Iratapuru. Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental, v. 27, n. 2, p. 1–23, 2022. DOI: 10.14295/ambeduc.v27i2.14550. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/14550>.

BORGES, Carlos Alberto Farias; CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. Cooperação policial internacional transfronteiriça: o caso do Amapá e da Guiana Francesa. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 9, n. 2, p. 1–30, 2023. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75332>.

BORÇA JÚNIOR, G.; QUARESMA, P. Perspectivas de investimento na infraestrutura 2010-2013. Rio de Janeiro: BNDES, fev. 2010. (Visão do Desenvolvimento, n. 77). Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/5063/2/Vis%C3%A3o77%20-%20Perspectivas%20de%20investimento%20na%20Infraestrutura%202010-2013.pdf>



BOUDOU, J.-M. A abordagem geográfica do turismo meta. [S.l.: s.n.]. Disponível em: [https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10205703042012Topicos\\_Especiais\\_em\\_Geografia\\_Aula\\_6.pdf](https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10205703042012Topicos_Especiais_em_Geografia_Aula_6.pdf).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). AdaptaBrasil. Brasília, DF: MCTI, 2021. Disponível em: <https://adaptabrazil.mcti.gov.br/>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Relatório do Mapa de Ocrim – 2023. Brasília: MJSP/Senappen, 2023. Disponível em: [https://ejm.tjmmg.jus.br/ejm/wp-content/uploads/2024/09/Relatorio-do-Mapa-de-Ocrims-2023.pdf-Cronos-DIPEN\\_DEPEN.pdf](https://ejm.tjmmg.jus.br/ejm/wp-content/uploads/2024/09/Relatorio-do-Mapa-de-Ocrims-2023.pdf-Cronos-DIPEN_DEPEN.pdf).

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Painel de Informações sobre Saneamento – Ano base 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/painel-de-informacoes>

\_\_\_\_\_. Ministério das Comunicações. Dicionário MCom de termos técnicos e programas. Brasília: Ministério das Comunicações, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/dicionario.pdf>.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm).

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm).

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.

\_\_\_\_\_. Programa Brasil Saudável. Ministério da Saúde. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/brasil-saudavel>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.011/2024. Política Estadual de Turismo de Base Comunitária. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola. Brasília, DF: CNE, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Dados e informações nacionais sobre segurança pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/dados-nacionais>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Relatório do Mapa de Ocrim – 2023. Brasília: MJSP/Senappen, 2023. Disponível em: [https://ejm.tjmmg.jus.br/ejm/wp-content/uploads/2024/09/Relatorio-do-Mapa-de-Ocrims-2023.pdf-Cronos-DIPEN\\_DEPEN.pdf](https://ejm.tjmmg.jus.br/ejm/wp-content/uploads/2024/09/Relatorio-do-Mapa-de-Ocrims-2023.pdf-Cronos-DIPEN_DEPEN.pdf).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Amapá vai receber 29 obras e equipamentos do Novo PAC Seleções. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/amapa/2024/marco/amapa-vai-receber-29-obras-e-equipamentos-do-novo-pac-selecoes>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. DATASUS. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Disponível em: [https://cnes2.datasus.gov.br/Lista\\_Es\\_Municipio.asp?VEstado=16&VCodMunicipio=160055&NomeEstado](https://cnes2.datasus.gov.br/Lista_Es_Municipio.asp?VEstado=16&VCodMunicipio=160055&NomeEstado).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Novo PAC Saúde. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/novo-pac-saude>

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 156, n. 220, p. 97, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/previne-brasil/arquivos/portaria-no-2-979-de-12-de-novembro-de-2019.pdf>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Saiba mais sobre a APS. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/saiba-mais-sobre-a-aps>.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Atas da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil–França. 1997–2023. Macapá; Caiena: MRE, 1997–2023. Documentos oficiais.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Regional. Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi/cidades-gemeas/portaria-no-2-507-de-5-de-outubro-de-2021.pdf>.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação: plataforma oficial de dados do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/>.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. Categorização das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. 2019. Disponível em: [www.regionalizacao.turismo.gov.br](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br).

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – (SNUC): Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA, 2000.

\_\_\_\_\_. Gabinete de Segurança Institucional. Política Nacional de Fronteiras (PNFron). Brasília, DF: GSI, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/seguranca-de-fronteiras/politica-nacional-de-fronteiras-pnfron>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Amapá tem dois municípios considerados prioritários no Programa Brasil Saudável. Notícias. Fevereiro, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/amapa/2024/fevereiro/amapa-tem-dois-municipios-considerados-prioritarios-no-programa-brasil-saudavel>

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Assentamentos: relação de projetos. Brasília: Incra, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>.

BRITO, D. M. C.; DRUMMOND, J. A. L. Aspectos socioambientais e socioterritoriais das comunidades atingidas por hidrelétricas no estado do Amapá. *Confins – Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia*, n. 57, 2022. Publicado em: 21 dez. 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/49060>. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.49060>.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CÂMARA, Gilberto. A pesquisa espacial no Brasil: 50 anos de Inpe (1961-2011). *Revista USP*, São Paulo, Brasil, n. 89, p. 234–243, 2011. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i89p234-243. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13880>.

CARMO, Lucas Rafael Ribeiro do. Cadeia produtiva do açaí da comunidade ribeirinha Conceição do Muriacá na reserva extrativista do Rio Cajari no município de Laranjal do Jari, Amapá. 2023. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão Ambiental) - Instituto Federal do Amapá, Macapá, AP, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ifap.edu.br/jspui/handle/prefix/911>.

CASTELLANOS, E. et al. Central and South America. In: PÖRTNER, H.-O. et al. (ed.). *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. [S. l.]: IPCC, 2022. p. 1689-1816. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC\\_AR6\\_WGII\\_Chapter12.pdf](https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_Chapter12.pdf).

CASTRO, A. C.; SOUZA JÚNIOR, R. I. de J.; LOBATO, E. B. A educação básica nas comunidades ribeirinhas do Estado do Amapá. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. e317081, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v3i1.7081. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/7081>.

CAVALCANTI, Celso. 80 anos do Amapá: onde começa o Brasil. Reportagem Especial [áudio]. Senado Federal, 12 set. 2023. Atualizado em: 21 maio 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/reportagem-especial/2023/09/12/80-anos-do-amapa>.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook: Suriname*. Washington, DC: CIA, 2025. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/suriname/>.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>.

CERTI. Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras. Segurança energética: quais os desafios para garantir o fornecimento de energia no Brasil. 2020. Disponível em: <https://certi.org.br/blog/seguranca-energetica>.

CFM. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Demografia Médica: CFM | CRMs. Disponível em: <https://demografia.cfm.org.br/>.

CHAGAS, M. A. A Geopolítica Do Garimpo Do Lourenço, Norte Do Amapá: Trajetória, Contradições E Insustentabilidade. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 39, p. 1–18, 2019. DOI: 10.5216/bgg.v39i0.55253. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/55253>.

CHAVES, Maria Emília Oliveira. *Unidades de conservação do Amapá: injustiça ambiental em pele de preservação da natureza?* 2018. Tese (Doutorado em Direito Ambiental) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B2DH9T>.

CIMI. A violência contra os povos indígenas no Brasil: 2022. Brasília: CIMI, 2023.

CLARETO, Sônia Maria. *Terceiras margens: um estudo etnomatemático de espacialidades em Laranjal do Jari (Amapá)*. 2003. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/102153>

COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA – CMT. Ata da 10ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil–França. Caiena: CMT, 2015.

\_\_\_\_\_. Ata da 12ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil–França. Caiena: CMT, 2023.

\_\_\_\_\_. Ata da XIII Reunião de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França. 11 a 13 de Junho de 2024. Macapá. Não paginado.

CONSELHO DO RIO OIAPOQUE. Ata da sétima reunião do Conselho do Rio Oiapoque. São Jorge do Oiapoque, 12 de fevereiro de 2025. Não paginado.

CORRÊA, Francinete Viana da Silva; CORRÊA, Valmir Corrêa e; PALHARES, José Mauro. Doenças decorrentes do mau acondicionamento dos resíduos sólidos urbanos na fronteira franco-brasileira. *Ciência Geográfica*, Bauru, v. 23, n. 2, p. 145-162, jan./dez. 2019. Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIII\\_2/agb\\_xxiii\\_2\\_web/agb\\_xxiii\\_2-37.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIII_2/agb_xxiii_2_web/agb_xxiii_2-37.pdf).

COSTA DE OLIVEIRA, M. A. Trajetórias, pertencimentos e lutas do viver na cidade: mulheres indígenas em Oiapoque (Amapá, Brasil). *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 295–325, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/130452>.

COUTO, Aiala. Relações transfronteiriças do narcotráfico na Amazônia: dos crimes conexos aos desafios da segurança regional. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, n. 36, p. 71–84, jan. 2024. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12778/7/BAPI\\_36\\_Artigo\\_5\\_relacoes.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12778/7/BAPI_36_Artigo_5_relacoes.pdf).

CRUZ, Carlos Allan Madureira. O PROJETO JARI, ENTRE UTOPIAS E REALIDADES: ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM LARANJAL DO JARI-AP. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 9, n. 8, p. 1491–1509, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i8.10858. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10858>.

DA COSTA, José Junio Souza. A educação segundo Paulo Freire: uma primeira análise filosófica. 2015.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: Etnografías comparadas. *Cuad. antropol. soc.*, Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, jul. 2008. Disponível em [https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1850-275X2008000100002&lng=es&nrm=iso](https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2008000100002&lng=es&nrm=iso).

DE MOURA, Edenilson Dutra. Urbano-fronteiriço: espacialidades e especificidades urbanas na fronteira franco-brasileira – Oiapoque – Amapá. *Revista Eletrônica Casa de Makunaima*, v. 1, n. 1, p. 51-65, 2018. DE, J.; DARTORA, S. Turismo e suas implicações teóricas. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/49-turismo-e-suas-implicacoes-teoricas.pdf>.

DRUMMOND, José Augusto Leitão. Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico: o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá). *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v. 6, supl., p. 753-792, set. 2000.

\_\_\_\_\_. PEREIRA, Mariangela de Araújo P. Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). Caderno – Estimativas Volumétricas da Bacia da Foz do Amazonas – Play Limoeiro. [Brasília, DF]: EPE, 2024. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/caderno-estimativas-volumentricas-da-bacia-da-foz-do-amazonas-play-limoeiro>.

\_\_\_\_\_. Nota Técnica EPE/PR/03/2020: Mapeamento de possibilidades para o aumento da segurança do suprimento de energia elétrica a Macapá e localidades interligadas. p. 49, 2020. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados>.

ENAFROM. Segurança Pública nas Fronteiras – Arco Norte. Organização: Alex Jorge das Neves, Gustavo Camilo Baptista, Cíntia Liara Engel, Michel Misse. 2016. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e\\_pesquisa/acervo/pagina\\_outraspublicacoes](http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e_pesquisa/acervo/pagina_outraspublicacoes).

EXÉRCITO BRASILEIRO. Operação desarticula crimes transfronteiriços que somam cerca de 2 milhões de reais. *Exército Brasileiro*, 2024. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/operacao-desarticula-crimes-transfronteiricos-que-somam-cerca-de-2-milhoes-de-reais>.

FARIAS, Rosana Torrinha Silva de; BRITO, Dagunete Maria Chaves. O açaí no contexto do território e da territorialidade ribeirinha na Amazônia brasileira. *Confins – Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia*, n. 54, 2022. Publicado em: 18 mar. 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/44303>. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.44303>.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/b8f1896e-8bd9-4809-a9ee-85b82245dcf2/content>.

FERNANDES, A. R. Análise da qualidade do ar e preocupações com a saúde. 2017. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/102619/2/180885.pdf> Acesso em: 09 de ago. 2024.

FERNANDES, J. S. N.; MOSER, L. Comunidades tradicionais: a formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. *Revista Katálysis*, v. 24, n. 3, p. 532–541, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79717>.

FERREIRA GOMES. Plano Diretor Participativo do Município de Ferreira Gomes: diagnóstico das condicionantes, deficiências e potencialidades municipais, propostas e ações. Ferreira Gomes: Ferreira Gomes Engenharia, 2013.

FERREIRA, Fábio; CHAVES, Patrícia Rocha. Conflitos socioterritoriais na comunidade quilombola do Igarapé do Palha – Ferreira Gomes, Amapá. *Revista Tocantinense de Geografia*, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 343–366, 2023. DOI: 10.20873/rtg.v12i26.15864. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/geografia/article/view/15864>.

FERREIRA, Regina Célis Martins. Cidade de Laranjal do Jari: expansão urbana, planejamento e políticas públicas. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2008.

FLORESTAS para pessoas: garantias de direitos e de cidadania com sustentabilidade na Amazônia [livro eletrônico] / organização de César Augusto Tenório de Lima, Oriana Trindade Almeida. 1. ed. Belém, PA: Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia – GAPTA/UFGA, 2023. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1154195/1/Florestas-para-pessoas-Joanne.pdf>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>.

\_\_\_\_\_. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016. São Paulo: FBSP, 2016. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2016/06/ANUARIO\\_2016\\_FINAL.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2016/06/ANUARIO_2016_FINAL.pdf).

\_\_\_\_\_. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017. São Paulo: FBSP, 2017. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/07/anuario-2017.pdf>.

\_\_\_\_\_. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018. São Paulo: FBSP, 2018. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/ANUARIO\\_12\\_COMPLETO\\_FINAL.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/ANUARIO_12_COMPLETO_FINAL.pdf).

\_\_\_\_\_. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-versao-online.pdf>.

\_\_\_\_\_. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Anuario\\_2020\\_FINAL\\_211020.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Anuario_2020_FINAL_211020.pdf).

\_\_\_\_\_. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-digital.pdf>.

\_\_\_\_\_. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Anuario-2022-v7-Completo-31\\_07\\_2022.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Anuario-2022-v7-Completo-31_07_2022.pdf).

\_\_\_\_\_. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO MÃE CRIOLA. Cartografias da Violência na Amazônia. São Paulo: FBSP; IMC, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/cartografias-violencia-amazonia-ed2.pdf>.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. São Paulo: Leya, 2013. FREIRE, Paulo. Primeiras palavras. In: Política e educação: ensaios. São Paulo: Cortez, 2003.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Certificação Quilombola. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>.

G1 Amapá. Ação prende 4 'coiotes' que transportavam 22 estrangeiros ilegais pela BR-210 no Amapá. G1 Amapá, 16 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/02/16/acao-prende-4-coiotes-que-transportavam-22-estrangeiros-ilegais-pela-br-210-no-amapa.ghtml>.

\_\_\_\_\_. Com alta de 1.755%, PRF deteve 334 estrangeiros ilegais no Amapá em 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/02/10/com-alta-de-1755percent-prf-deteve-334-estrangeiros-ilegais-no-amapa-em-2021.ghtml>.

\_\_\_\_\_. Com alta de 1.755%, PRF deteve 334 estrangeiros ilegais no Amapá em 2021. G1 Amapá, 10 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/02/10/com-alta-de-1755percent-prf-deteve-334-estrangeiros-ilegais-no-amapa-em-2021.ghtml>.

\_\_\_\_\_. Imigrantes usam fronteira do Brasil com a Guiana Francesa para fugir da pobreza e guerra política. G1 Amapá, 3 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/02/03/imigrantes-usam-fronteira-do-brasil-com-a-guiana-francesa-para-fugir-da-pobreza-e-guerra-politica.ghtml>.

GARNELO, L. Especificidades e desafios das políticas públicas de saúde na Amazônia. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 12, p. e00220519, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00220519> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/vb3KBsxsHwPFM3kd3JfwDpN>

GOMES, Margarete do Socorro Mendonça. Cooperação Franco-Brasileira: histórico e panorama. Cooperação em Vigilância em Saúde Amapá-Brasil/Guiana Francesa, 2023.

GONÇALVES, Fabíola Nayana Penafort. A atuação internacional do estado do Amapá: um estudo das reuniões da comissão mista transfronteiriça Brasil-França (1997-2019). 2022, 204f. Dissertação (Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

GRANGER, Stéphane. Guiana francesa, um território europeu e caribenho em via de “sul-americanização”. *Confins*, Revista franco-brasileira de geografia. n° 04, 2008.



HESS CORPORATION. Hess sanctions Uaru development offshore Guyana. New York: Hess Corporation, 27 abr. 2023. Disponível em: <https://investors.hess.com/news-releases/news-release-details/hess-sanctions-uaru-development-offshore-guyana/>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. p. 7–19. In: FEARNSTIDE, P. M. (ed.). *Destruição e conservação da Floresta Amazônica*, v. 1. Manaus: Editora do INPA, 2020. Disponível em: [https://philip.inpa.gov.br/publ\\_livres/2005/Desmatamento%20historia-Megadiversidade.pdf](https://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2005/Desmatamento%20historia-Megadiversidade.pdf)

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Amapá: taxa de mortalidade infantil. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/pesquisa/39/30279>.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades: história e fotos de Oiapoque. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/historico>.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades: história e fotos de Pracuúba. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/pracuuba/panorama>.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades: história e fotos de Serra do Navio. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/serra-do-navio>.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre. 2022.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades: história e fotos de Amapá. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/amapa/historico>.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades: história e fotos de Laranjal do Jari. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/laranjal-do-jari/historico>.

IEA. Instituto de Estudos Amazônicos. Erosão e salinização ameaçam a sobrevivência e o modo de vida tradicional de ribeirinhos no Amapá. 2024. Disponível em: <https://institutoestudosamazonicos.org.br/erosao-e-salinizacao-ameacam-a-sobrevivencia-e-o-modo-de-vida-tradicional-de-ribeirinhos-no-amapa/>.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2022. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>.

INSTITUTO IGARAPÉ. A violência contra mulheres na Amazônia Legal nos últimos cinco anos em comparação com o restante do país. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2024. Disponível em: [https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2024/03/SC\\_PT\\_Violencia-Contra-Mulheres-na-Amazonia-5anos.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2024/03/SC_PT_Violencia-Contra-Mulheres-na-Amazonia-5anos.pdf).

\_\_\_\_\_. Governar para não entregar: uma agenda de Segurança Multidimensional para a Amazônia brasileira, 2022. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Agenda-deSeguranca-Multidimensional-para-a-Amazonia.pdf>.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE) 2017. Atlas Brasileiro de Energia Solar. 2ª edição. 88p. São José dos Campos.

\_\_\_\_\_. PRODES – Taxa consolidada de desmatamento na Amazônia em 2022/2023 é de 9.064 km². Publicado em: 8 maio 2024. Atualizado em: 9 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/taxa-consolidada-de-desmatamento-na-amazonia-em-2022-2023-e-de-9-064-km2>.

INTERNATIONAL CENTRE FOR MIGRATION POLICY DEVELOPMENT (ICMPD). Relatório sobre Tráfico de Pessoas 2016. [local de publicação]: ICMPD, 2016. Disponível em: [https://www.icmpd.org/file/download/52063/file/Media\\_and\\_THB\\_Guidelines\\_EN\\_WEB.pdf](https://www.icmpd.org/file/download/52063/file/Media_and_THB_Guidelines_EN_WEB.pdf).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Dinâmicas da Violência no Estado do Amapá. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14009/5/Dinamicas\\_da\\_violencia\\_Cap3.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14009/5/Dinamicas_da_violencia_Cap3.pdf).

\_\_\_\_\_. Dinâmicas da violência no estado do Amapá. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11982>.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Página oficial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1212/>.

LEITE, Pedro F.; VELOSO, Henrique P.; FILHO, Luiz Góes. Folha NA/NB 22 - Macapá - IV Vegetação: as regiões fitoecológicas, sua natureza, recursos econômicos - estudo fitogeográfico. Rio de Janeiro: DNPM/Projeto RADAM, 1974.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; RIOS, Roger Raupp; SCHÄFER, Gilberto. Educação escolar indígena no direito brasileiro: do paradigma integracionista ao paradigma do direito a uma educação diferenciada. Revista da AJURIS, v. 41, n. 136, 2014.

LIMA, Daniel Pandilha de; SANTOS, Cesar; SILVA, Roberto de Souza; YOSHIOKA, Eliane Tie Oba; BEZERRA, Roberto Messias. Contaminação por metais pesados em peixes e água da bacia do rio Cassiporé, Estado do Amapá, Brasil. Acta Amazonica, v. 45, n. 4, p. 405–414, out. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/Z4CssYNZHRBNFCJ8Ff9qmc/>. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4392201403995>.

LIMA, João Brígido Bezerra; GARCIA, Ana Luiza Jardim de Carvalho Rochaël; FECHINE, Valéria Maria Rodrigues. Fluxos migratórios no Brasil: haitianos, sírios e venezuelanos. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10192>.

\_\_\_\_\_. GARCIA, Ana Luiza Jardim de Carvalho Rochaël; FECHINE, Valéria Maria Rodrigues. Fluxos migratórios no Brasil: haitianos, sírios e venezuelanos. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10192>.

LIMA, M. A. B.; SANTOS, R. I. Aldear os planos nacionais de educação. In: MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, BOF, A. M. Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: contribuições ao novo Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Inep, 2023. (Coleção Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, v. 8). Disponível em: <https://doi.org/10.24109/9786558011125.ceppe.v8.5769>

LINS, Cristóvão. A Jari e a Amazônia. 3. ed. Rio de Janeiro: Dataforma; Prefeitura de Almeirim-PA, 2001.

MANKIW, N. Gregory. Princípios de macroeconomia. São Paulo: Cengage Learning, 2023.

MARGARITH, Eduardo. As obras de infraestrutura estratégicas para a organização do espaço amapaense. Revista Confins, n. 55, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/45847>.

MATA, Matheus de Sousa. Análise de situação de saúde. Organização: Ana Emilia Figueiredo de Oliveira; Deysianne Costa das Chagas; Paola Trindade Garcia. - São Luís, 2019. Disponível em: [https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/12094/1/VISA\\_ASIS-30.04.pdf](https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/12094/1/VISA_ASIS-30.04.pdf)

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Comércio exterior: COMEXVIS. Brasília, 2022.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002134675>

MELO, Márcia Nobre Herrera de. Transportando sonhos: a história da Estrada de Ferro do Amapá (1957-2016). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de História.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Mapa da Segurança Pública 2024. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/download/dados-nacionais-de-seguranca-publica-mapa/mapa-de-seguranca-publica-2024.pdf>.

MINISTÉRIO DAS MULHERES. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) 2024. Brasília: Ministério das Mulheres, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/raseam/ministeriodasmulheres-obig-raseam-2024.pdf>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ. Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amapá, edição nº 1611. Macapá: MP-AP, 2024. Disponível em: <https://www.mpap.mp.br/diario/pdf/diario/1611>.

MIRANDA, Shirley Aparecida. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, maio/ago. 2012.

MISSE, Michel. Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. 2006.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 15-38, 2010.

MOESCH, Marutschka Martini. A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto, 2000.

MORAES, Alcidete Flexa; SILVA, Welber Carlos Andrade da. Importância do agroextrativismo para o desenvolvimento das comunidades quilombolas do Amapá. 2023. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional) – Instituto Federal do Amapá, Laranjal do Jari, AP, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ifap.edu.br/jspui/handle/prefix/973>.

NICHOLLS, R. J. et al. Coastal storms and flood protection in Europe: assessing the current situation and implications of climate change. Journal of Coastal Research, SI50, p. 270-279, 2007.

\_\_\_\_\_. CAZENAVE, A. Sea-Level Rise and Its Impact on Coastal Zones. Science, v. 328, n. 5985, p. 1517-1520, 2010. DOI: 10.1126/science.1176280.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Produção de petróleo na Margem Equatorial brasileira pode criar quase 52 mil empregos no Pará, projeta CNI. [Brasília, DF]: Observatório FIEPA, 7 maio 2024. Disponível em: <https://observatorio.fiepa.org.br/2024/05/07/producao-de-petroleo-na-margem-equatorial-brasileira-pode-criar-quase-52-mil-empregos-no-para-projeta-cni/>.

OLIVEIRA, Natália dos Santos de. Saneamento ambiental no estado do Amapá e a ocorrência de doenças. 2014. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Ambientais) – Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/512>.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Estratégia de Cooperação do País 2022-2027 - Brasil. Versão revisada. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/56315>

PASTANA, Claudionor de Oliveira; SANTOS, Leslie Jovana Silva; REIS, Eneida das Neves; BRITO, Ângela do Céu Ubaiara. Estudos de violência, criminalidade e sistema de segurança pública: resultado de pesquisas. Curitiba:

Editora CRV, 2024. 296 p. ISBN 978-65-251-6043-6. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/\\_/d3QKEQAAQBAJ?hl=en&gbpv=0](https://www.google.com.br/books/edition/_/d3QKEQAAQBAJ?hl=en&gbpv=0).

PETROBRAS. Margem Equatorial: novas fronteiras de exploração. Disponível em: <https://petrobras.com.br/quem-somos/novas-fronteiras>.

PINTO, Jacyguara Costa; DA SILVA SANTOS, Ieda Gomes. Os desafios para a educação no campo: The challenges for education in the countryside. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 9, p. 63051–63063, 2022.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. Ação da PRF prende quatro "coiotes" que transportavam estrangeiros ilegais. Portal Gov.br, 23 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/estaduais/amapa/acao-da-prf-prende-quatro-coiotes-que-transportavam-estrangeiros-ilegais>.

POMBO, A. M. L.; PANTOJA, V. J. da C.; PIRES, W. K. de F. L.; PIMENTA, P. R. da S.; COSTA, G. P. V.; FILHO, E. de S. M.; DO NASCIMENTO, R. O.; MENEZES, R. A. de O. Gestão laboratorial do pronto atendimento de Laranjal do Jari-Amapá na pandemia do Coronavírus. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 10253–10270, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n3-148. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/60005>.

PORTAL DA INDÚSTRIA. Entenda a realidade do saneamento básico no Brasil. [s.d.]. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/saneamento-basico>.

PORTILHO, Alexandre Marcondys Ribeiro; FREITAS, Priscila Barbosa. Povos indígenas do Oiapoque e a (in)segurança na fronteira Brasil - França. *Geoconexões Online*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 35–50, 2023. DOI: 10.53528/geoconexes.v3i2.137. Disponível em: <https://www.geoconexoesonline.com/revista/article/view/137>.

PORTO, Jadson. Repensando o Estado do Amapá (Brasil): entre (re)formatações e (re)configurações espaciais. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia*, n. 55, 2022. PORTO, Jadson; TOSTES, José Alberto; GOMES, Andréa Figueiredo (orgs.). De apagão a apagado: ensaios sobre a questão energética amapaense. Maringá, PR: Uniedusul, 2021. Disponível em: <https://www.uniedusul.com.br/wp-content/uploads/2021/03/E-BOOK-DE-APAGAO-A-APAGADO.pdf>.

POVOS tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. Organização de: Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães e Cristina Adams. São Paulo: SBPC, 2022. 78 p. Il. color., mapas color. Disponível em: <https://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais1.pdf>. ISBN 978-65-89883-10-4.

ROBERTA DE SOUZA, T. Lazer e turismo: reflexões sobre suas interfaces. [S.l.: s.n.]. Disponível em: [https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_6/arquivos/11/Lazer%20e%20Turismo%20Reflexoes%20Sobre%20Suas%20Interfaces.pdf](https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/11/Lazer%20e%20Turismo%20Reflexoes%20Sobre%20Suas%20Interfaces.pdf).

ROCHA, B. C. da; PUREZA, D. Y. da; TRINDADE, J. F. da; MENEZES, R. A. de O.; ANDRADE, R. F. de. Doença de Chagas no Amapá: perfil dos casos confirmados no período de 2010 a 2020. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 23(3), e11581. <https://doi.org/10.25248/reas.e11581.2023>

ROCHA, Ribeiro. Infraestrutura no Brasil: contexto histórico e principais desafios. In: SILVA, Mauro Santos (org.). Concessões e parcerias público-privadas: políticas públicas para provisão de infraestrutura. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. ROCHA, Rudi; CAMARGO, Marcela; FALCÃO, Lucas; SILVEIRA, Mariana; THOMAZINHO, Gabriela. A saúde na Amazônia Legal: evolução recente e desafios em perspectiva comparada. Projeto Amazônia 2030. 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/11/A-Saude-na-Amazonia-Legal.pdf>.

SÁ, Antonia Deusa et al. A educação básica no Amapá pós estadualização: perspectivas do poder público e percepções dos profissionais da educação. 2018. SANTOS, E. S. D.; CUNHA, A. C. D.; CUNHA, H. F. A. Hydroelectric power plant in the Amazon and socioeconomic impacts on fishermen in Ferreira Gomes County – Amapá State. *Ambiente & Sociedade*, v. 20, n. 4, p. 191–208, out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0088r2v2042017>.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. Amazônia setentrional amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas. Rio de Janeiro: Publit, 2012. SANTOS, J. B. F. dos. Vulnerabilidade e risco: conceitos, abordagens e aplicações no planejamento da gestão ambiental. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

SILVA JUNIOR, O. M. da; SANTOS, L. S. dos; RODRIGUES, M. R. C. Panorama dos riscos costeiros no Estado do Amapá: conhecer para agir. In: REDUÇÃO do risco de desastres e a resiliência no meio rural e urbano. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/Reducao2020/Reducao\\_2ed-2020-25.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/Reducao2020/Reducao_2ed-2020-25.pdf).

SILVA, A. R. F.; Trindade Júnior, S. C. Pensando a diferenciação sócioespacial na Amazônia: a sub-região fronteira internacional dos estados do Pará e Amapá. In: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. (Orgs.). Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial. Rio de Janeiro: Publit, 2013. P. 31-65 Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/361685852\\_Dinamicas\\_Periferico-Estrategicas\\_da\\_Fronteira\\_da\\_Amazonia\\_Setentrional\\_das\\_politicas\\_publicas\\_e\\_redes\\_institucionais\\_a\\_integracao\\_espacial\\_2013](https://www.researchgate.net/publication/361685852_Dinamicas_Periferico-Estrategicas_da_Fronteira_da_Amazonia_Setentrional_das_politicas_publicas_e_redes_institucionais_a_integracao_espacial_2013)

SILVA, Clarine Thays Barbosa da. Do outro lado do Beiradão: fronteira identitária entre Laranjal do Jari (AP) e Monte Dourado (PA). Projeto de Pesquisa – PPGEF, 2023.

SILVA, G. de V. (2023). Cooperação transfronteiriça na Amazônia internacional: Estratégias e ações no caso entre França e Brasil (1996-2023). *Revista Verde Grande: Geografia E Interdisciplinaridade*, 5(02), 411–443. <https://doi.org/10.46551/rvg2675239520232411443>

SILVA, Giovani José da; ROCHA, Anderson Luis Azevedo da. História, ambiente e povos indígenas no extremo Norte do Brasil: Impactos da construção da BR-156 em Oiapoque, Amapá (1976-1981). *HISTÓRIA UNICAP*, Recife, PE, Brasil, v. 6, n. 12, p. 232–249, 2019. DOI: 10.25247/hu.2019.v6n12.p232-249. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/1535>.

SILVA, M. da et al. Impacto das mudanças climáticas na frutificação das árvores nas comunidades fluviais no Vale do Jari-Ap. *International Journal of Environmental Resilience Research and Science (IJERRS)*, [S. l.], v. [Volume], n. [Número], p. [Páginas], 2024. Disponível em: <https://e-revista.unoeste.br/index.php/ijerrs/article/view/32356/23773>.

SILVA, T. P. da; PONTES, A. N.; ALBUQUERQUE, A. R. Cadeias de produção sustentáveis no extrativismo de castanha do Brasil na Amazônia brasileira / Sustainable production chains in Brazil brown extractivism in Brazilian Amazon. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 6, n. 8, p. 63460–63478, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n8-687. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/15878>.

SILVEIRA, Maria; LAMEIRA, Alessandra. Garimpo ilegal destrói área equivalente a 170 campos de futebol em Unidade de Conservação do Amapá. Instituto Iepé, 19 fev. 2024. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/2024/02/garimpo-ilegal-destrui-area-equivalente-a-170-campos-de-futebol-em-unidade-de-conservacao-do-amapa/>.

SIQUEIRA CAMPOS, K. F.; MENDONÇA, M. R.; CAMPOS, V. B.; FARIAS, P. L. C. de. Implicações com estabelecimento do setor energético e as consequências nas comunidades tradicionais de um território amapaense. *Revista Geográfica Acadêmica*, [S. l.], v. 16, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revista.ufrir.br/rga/article/view/7279>.

SODRÉ, Ronaldo Barros & SOBREIRO FILHO, José. A violência no campo da Amazônia: análise de dados sobre assassinatos, ameaças e perfis dos assassinados, 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/351102218\\_A\\_VIOLENCIA\\_NO\\_CAMPO\\_DA\\_AMAZONIA\\_analis\\_e\\_de\\_dados\\_sobre\\_assassinatos\\_ameacas\\_e\\_perfis\\_dos\\_assassinados.pdf](https://www.researchgate.net/publication/351102218_A_VIOLENCIA_NO_CAMPO_DA_AMAZONIA_analis_e_de_dados_sobre_assassinatos_ameacas_e_perfis_dos_assassinados.pdf)

TAVARES, Winicius. Governo do Estado e ONU debatem políticas de proteção para refugiados nas regiões de fronteira do Amapá. Portal do Governo do Amapá, 30 maio 2024. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2905/governo-do-estado-e-onu-debatem-politicas-de-protacao-para-refugiados-nas-regioes-de-fronteira-do-amapa>.

TELES, Bruno. Por que não existe uma ponte entre o estado do Amapá e o Brasil? Acesso ao estado ainda é via balsa ou avião. Click Petróleo e Gás, 11 abr. 2024. Atualizado em: 13 abr. 2024. Disponível em: <https://clickpetroleoeogas.com.br/por-que-nao-existe-uma-ponte-entre-o-estado-de-amapa-e-brasil-acesso-ao-estado-ainda-e-via-balsa-ou-aviao/>.

THUM, Carmo. Povos e comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. *REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S. l.], p. 162–179, 2017. DOI: 10.14295/remea.v0i0.6899. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/6899>.

TOSTES, José Alberto. Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na faixa de fronteira setentrional. Rio de Janeiro: Publit, 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Portal Latino-Americano: Guayana Francesa (español). São Paulo: USP, 2017. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/espanol-guayana-francesa>.

\_\_\_\_\_. Portal Latino-Americano: Suriname. São Paulo: USP, 2025. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/suriname>.

UNWTO. World Tourism Barometer and Statistical Annex, November 2019. UNWTO World Tourism Barometer, v. 17, n. 4, p. 1–44, 30 nov. 2019.

VILHENA, Marlene dos Santos. A responsabilidade socioambiental das empresas mineradoras instaladas nos municípios de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio no Amapá: reflexão sobre a atividade mineradora e as práticas ambientais sustentáveis. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/6462>.

WYN JONES, Richard. ‘Message in a bottle’? Theory and Praxis in Critical Security Studies. *Contemporary Security Policy*, vol. 16, n. 3, 1995, p. 299-319. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13523269508404119>

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAPÁ



**UNIFAP**  
Universidade Federal do Amapá

GOVERNO DO ESTADO  
**AMAPÁ**  
TRABALHANDO PELO AMAPÁ INTEIRO

MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



MACAPÁ – AMAPÁ  
JUNHO/2025



**UNIFAP**  
Universidade Federal do Amapá

GOVERNO DO ESTADO  
**AMAPÁ**  
TRABALHANDO PELO AMAPÁ INTEIRO

MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAPÁ



**UNIFAP**  
Universidade Federal do Amapá

GOVERNO DO ESTADO  
**AMAPÁ**  
TRABALHANDO PELO AMAPÁ INTEIRO

MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



# PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAPÁ



MACAPÁ – AMAPÁ  
JUNHO – 2025



**UNIFAP**  
Universidade Federal do Amapá



GOVERNO DO ESTADO  
**AMAPÁ**  
TRABALHANDO PELO AMAPÁ INTEIRO

MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL



GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**Fundação Universidade Federal do Amapá**  
**Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira**

**Equipe responsável**

Coordenação:

Paulo Gustavo Pellegrino Côrrea (Coordenador)  
Ariane Borges de Oliveira  
Claudiane Pinheiro Araújo  
Miguel Patrice Philippe Dhenin

Pesquisadores:

Adria Hélène da Costa Nunes  
Alessandra Cunha Tavares  
Francisco Sena Barbosa de Almeida  
Gabriela da Silva Cavalcante  
Guilherme Lima de Almeida  
Jade Figueiredo Costa  
Johann Kayky Santos Corrêa  
Juliana do Socorro Rocha da Silva  
Juliana Patricia Chagas Alberto  
Lana Leticia Brito de Oliveira  
Raiana Correa de Almeida

Equipe técnica de cartografia:

Adria Hélène da Costa Nunes  
Alessandra Cunha Tavares  
Claudiane Pinheiro Araújo  
Miguel Patrice Philippe Dhenin

**Apoio Institucional**

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional  
Ministro Antônio Waldez Góes da Silva  
Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial  
Secretário Daniel Alex Fortunato

Equipe Técnica

Coordenação Geral de Gestão do Território  
Coordenador-Geral: Vitarque Lucas Paes Coelho  
Coordenador: Rodolfo Calmon de Castro  
Secretária: Patrícia Sousa Silva  
Consultora: Luciana Chagas Uchôa de Mendonça  
Administrativo: Victor Rodrigues Pereira  
Administrativo: Gabryella Mascarenhas  
Estagiário: Alex Rosa Campani

**Apoio Institucional**

Governo do Estado do Amapá  
Governador Clécio Luís Vilhena Vieira  
Casa Civil do Estado do Amapá  
Secretário-Chefe Lucas Abrahao Rosa Cezário de Almeida  
Secretaria Estadual de Relações Internacionais e Comércio Exterior  
Secretário Fabrício Penafort Gonçalves

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                       |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Tabela 1.</b> Distribuição populacional indígena por município                                                     | 67  |
| <b>Tabela 2.</b> Infraestrutura em domicílios com presença indígena por município (%)                                 | 67  |
| <b>Tabela 3.</b> Taxa de alfabetização por faixa etária (%)                                                           | 67  |
| <b>Tabela 4.</b> Tipo de registro por município (%)                                                                   | 68  |
| <b>Tabela 5.</b> Distribuição populacional quilombola                                                                 | 69  |
| <b>Tabela 6.</b> Territórios quilombolas titulados e suas populações                                                  | 70  |
| <b>Tabela 7.</b> População nos territórios quilombolas da FF-AP                                                       | 70  |
| <b>Tabela 8.</b> Infraestrutura dos domicílios com pelo menos um morador quilombola                                   | 71  |
| <b>Tabela 9.</b> Número de escolas na FF-AP                                                                           | 83  |
| <b>Tabela 10.</b> Número de escolas por localização diferenciada da FF-AP                                             | 90  |
| <b>Tabela 11.</b> Valores e empresas regularizadas que fazem transportes intermunicipais na FF-AP                     | 101 |
| <b>Tabela 12.</b> Valores de transportes alternativos não regulamentados                                              | 102 |
| <b>Tabela 13.</b> Valores de transporte por barcos/catraias no Amapá                                                  | 102 |
| <b>Tabela 14.</b> Fontes de energia na faixa de fronteira do Amapá                                                    | 104 |
| <b>Tabela 15.</b> Indicadores de saneamento dos municípios da FF-AP (Ano base 2022)                                   | 106 |
| <b>Tabela 16.</b> Indicadores Previne Brasil por município da FF-AP (2º quadrimestre/2023)                            | 131 |
| <b>Tabela 17.</b> Taxa de mortalidade infantil nos municípios da FF-AP (2022)                                         | 132 |
| <b>Tabela 18.</b> Casos de Sífilis em Gestantes e Congênitas por municípios (2021)                                    | 132 |
| <b>Tabela 19.</b> Casos de HIV e AIDS por município da FF-AP (2021)                                                   | 133 |
| <b>Tabela 20.</b> Casos de HIV em gestantes por municípios da FF-AP (2017-2021)                                       | 133 |
| <b>Tabela 21.</b> Casos de Doença de Chagas confirmados, óbitos e transmissão (2017-2021)                             | 136 |
| <b>Tabela 22.</b> Casos de COVID-19 confirmados, incidência, óbitos e letalidade por município da FF-AP (2021)        | 136 |
| <b>Tabela 23.</b> Principais postos de atenção à saúde por município da FF-AP (2024)                                  | 137 |
| <b>Tabela 24.</b> Propostas selecionadas no Novo PAC Saúde                                                            | 139 |
| <b>Tabela 25.</b> Grupos de municípios por taxa média de homicídios por 100 mil habitantes – Amapá, triênio 2018-2020 | 150 |
| <b>Tabela 26.</b> Crescimento real do PIB no Brasil, Norte e Amapá (2019-2021, em %)                                  | 158 |
| <b>Tabela 27.</b> Balança Comercial do Estado do Amapá em US\$ FOB – 2019 a 2024                                      | 159 |
| <b>Tabela 28.</b> Produção Agrícola em 2023 por municípios da FF-AP (Principais Culturas)                             | 162 |
| <b>Tabela 29.</b> Rebanhos Bovinos e Bubalinos por municípios da FF-AP (2023)                                         | 162 |
| <b>Tabela 30.</b> Produção de Leite Bovino por município da FF-AP (2023)                                              | 163 |
| <b>Tabela 31.</b> Produção Aquícola dos municípios da FF-AP (2023)                                                    | 163 |
| <b>Tabela 32.</b> Produção de madeira por tipo e município da FF-AP (2023)                                            | 164 |
| <b>Tabela 33.</b> Produção de açaí em fruto por município da FF-AP (2023)                                             | 164 |
| <b>Tabela 34.</b> Produção mineral por municípios da FF-AP, ano-base 2022                                             | 166 |
| <b>Tabela 35.</b> Valores arrecadados com a CFEM pelos municípios da FF-AP (2019–2024)                                | 167 |
| <b>Tabela 36.</b> Percentual do Setor de Serviços no PIB dos municípios da FF-AP (2021)                               | 168 |
| <b>Tabela 37.</b> Percentual de Empregados Formais por Setor – Municípios da FF-AP (2024)                             | 169 |
| <b>Tabela 38.</b> Indicadores do Mercado de Trabalho Formal (2022)                                                    | 169 |
| <b>Tabela 39.</b> Tipos e Formas de Turismo populares no Brasil                                                       | 178 |
| <b>Tabela 40.</b> Equipamentos Turísticos na Região Turística de Cabo Orange                                          | 183 |
| <b>Tabela 41.</b> Equipamentos Turísticos: Região Tumucumaque e Cachoeira                                             | 184 |
| <b>Tabela 42.</b> Equipamentos Turísticos: Região dos Lagos e Pororocas                                               | 184 |
| <b>Tabela 43.</b> Equipamentos Turísticos: Região do Vale do Jari                                                     | 185 |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                     |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 1.</b> Síntese da Etapa 1                                                                 | 20  |
| <b>Figura 2.</b> Síntese da Etapa 2                                                                 | 20  |
| <b>Figura 3.</b> Síntese da Etapa 3                                                                 | 20  |
| <b>Figura 4.</b> Mapa de localização do Suriname                                                    | 23  |
| <b>Figura 5.</b> Missão internacional em Suriname                                                   | 25  |
| <b>Figura 6.</b> Mapa de localização da Guiana Francesa                                             | 28  |
| <b>Figura 7.</b> Missão internacional na Guiana Francesa                                            | 32  |
| <b>Figura 8.</b> Mapa de localização do Estado do Amapá                                             | 35  |
| <b>Figura 9.</b> Mapa de localização dos municípios da Faixa de Fronteira Amapaense                 | 38  |
| <b>Figura 10.</b> Mapa de localização do município de Amapá                                         | 39  |
| <b>Figura 11.</b> Mapa de localização do município de Calçoene                                      | 41  |
| <b>Figura 12.</b> Mapa de localização do município de Ferreira Gomes                                | 45  |
| <b>Figura 13.</b> Mapa de localização do município de Laranjal do Jari                              | 48  |
| <b>Figura 14.</b> Mapa de localização do município de Oiapoque                                      | 51  |
| <b>Figura 15.</b> Mapa de localização do município de Pedra Branca do Amapari                       | 55  |
| <b>Figura 16.</b> Mapa de localização do município de Pracuúba                                      | 57  |
| <b>Figura 17.</b> Mapa de localização do município de Serra do Navio                                | 60  |
| <b>Figura 18.</b> Mapa de Comunidades Tradicionais da Fronteira Amapaense                           | 65  |
| <b>Figura 19.</b> Construção da carteira de projetos específica para os povos indígenas de Oiapoque | 79  |
| <b>Figura 20.</b> Mapa de Educação na FF-AP                                                         | 83  |
| <b>Figura 21.</b> Mapa de Rotas de transportes                                                      | 99  |
| <b>Figura 22.</b> Mapa de Unidades de Conservação na FF-AP                                          | 113 |
| <b>Figura 23.</b> Mapa municípios da FF-AP por Regiões de saúde do estado do Amapá                  | 129 |
| <b>Figura 24.</b> Mapa das Forças de Segurança Pública e Forças Armadas na FF-AP                    | 153 |
| <b>Figura 25.</b> Setor produtivo na FF-AP                                                          | 160 |
| <b>Figura 26.</b> Cadeia produtiva do Turismo                                                       | 177 |
| <b>Figura 27.</b> Mapa das Regiões Turísticas presentes na FF-AP                                    | 182 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                               |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Gráfico 1.</b> Infraestrutura básica das escolas da zona rural na FF-AP                                    | 85  |
| <b>Gráfico 2.</b> Infraestrutura básica das escolas da zona urbana na FF-AP                                   | 85  |
| <b>Gráfico 3.</b> Número de transportes escolares por cada município da FF-AP (2017-2023)                     | 86  |
| <b>Gráfico 4.</b> Taxa de alfabetização do Brasil, do Norte, do Amapá e da FF-AP                              | 87  |
| <b>Gráfico 5.</b> Taxa de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas na FF-AP                                  | 87  |
| <b>Gráfico 6.</b> Infraestrutura Básica das escolas da FF-AP                                                  | 90  |
| <b>Gráfico 7.</b> Taxa de alfabetização de indígenas do Brasil, do Norte, do estado do Amapá e da FF-AP       | 91  |
| <b>Gráfico 8.</b> Números de pessoas alfabetizadas em cada município da FF-AP                                 | 92  |
| <b>Gráfico 9.</b> Taxa de alfabetização de quilombolas do Brasil, do Norte, do estado do Amapá e da FF-AP     | 92  |
| <b>Gráfico 10.</b> Índices de desmatamento nos estados que compõem o Arco Norte                               | 115 |
| <b>Gráfico 11.</b> Índices de Desmatamento nos municípios da FF-AP em km <sup>2</sup>                         | 116 |
| <b>Gráfico 12.</b> Taxa de mortalidade infantil do estado do Amapá e Brasil                                   | 131 |
| <b>Gráfico 13.</b> Incidência de casos prováveis de dengue do município de Oiapoque/AP SE 01 a 09 – 2023/2024 | 134 |
| <b>Gráfico 14.</b> Homicídios em municípios de faixa de fronteira do Amapá                                    | 150 |
| <b>Gráfico 15.</b> Índices de Exportações do Amapá em 2024                                                    | 160 |
| <b>Gráfico 16.</b> Primeira atração turística preferida dos brasileiros                                       | 178 |
| <b>Gráfico 17.</b> Emissores de turistas nacionais por região                                                 | 179 |
| <b>Gráfico 18.</b> Receptores de turistas nacionais por região                                                | 179 |
| <b>Gráfico 19.</b> Motivações para viagem à região Norte no ano de 2023 (%)                                   | 180 |

## **LISTA DE QUADROS**

|                                                                                                  |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Quadro 1.</b> Territórios quilombolas na FF-AP                                                | 70  |
| <b>Quadro 2.</b> Conceito dos tipos de educação diferenciada                                     | 88  |
| <b>Quadro 3.</b> Instituições públicas de Ensino Superior na FF-AP                               | 93  |
| <b>Quadro 4.</b> Aeródromos na FF-AP                                                             | 103 |
| <b>Quadro 5.</b> Serviços de banda larga e cobertura móvel na faixa de fronteira                 | 107 |
| <b>Quadro 6.</b> Municípios da FF-AP com lixo a céu aberto/aterro controlado ou aterro sanitário | 117 |
| <b>Quadro 7.</b> Facções Criminosas atuando no Amapá                                             | 147 |
| <b>Quadro 8.</b> Entidades Extrativistas na Faixa de Fronteira                                   | 165 |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AdeKUS – Universidade Anton de Kom do Suriname  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
AP – Estado do Amapá  
APINA – Conselho das Aldeias Wajãpi  
APS – Amigos Para Sempre  
APS – Atenção Primária à Saúde  
APU – Administração Pública  
ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia  
ARS – Agência Regional de Saúde  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CACI – Cartografias de Ataques Contra Indígenas  
CADASTUR – Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos  
CadÚnico – Cadastro Único do Governo Federal  
CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar  
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial  
CAR – Cadastro Ambiental Rural  
CASAI – Casa de Atenção à Saúde Indígena  
CAT – Centro de Atendimento ao Turista  
CCP – Centro de Cooperação Policial  
CCPIO – Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque  
CE – Comissão de Educação  
CEFFAs – Centros de Formação Familiar por Alternância  
CETEA – Centro de Especialização no Transtorno do Espectro Autista  
CFEM – Compensação Financeira pela Exploração Mineral  
CFM – Conselho Federal de Medicina  
CII – Licenciatura Intercultural Indígena  
CMT – Comissão Mista Transfronteiriça  
CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno  
CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde  
CONAQ-AP – Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Amapá  
COOGAL – Mineração dos Garimpeiros do Lourenço  
CPPTA – Curso de Pedagogia de Projetos em Temas Ambientais  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CRAM – Centro de Referência em Atendimento à Mulher  
CREA – Centros Especializados de Assistência Social  
CT – Cooperação Transfronteiriça  
CV – Comando Vermelho  
DPAC FRONTEIRA – Desenvolvimento, Prevenção, Acompanhamento e Cooperação de Fronteiras  
DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena  
EA – Educação Ambiental  
ECAM – Equipe de Conservação da Amazônia  
EFA – Escolas Família Agrícolas  
EFA – Estrada de Ferro do Amapá  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental



EJA – Educação de Jovens e Adultos  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ENAFRON – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras  
EPE – Empresa de Pesquisa Energética  
ESEC – Estação Ecológica  
eSFR – Equipes de Saúde da Família Ribeirinha  
FAPEAP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá  
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública  
FF-AP – Faixa de Fronteira  
FLONA/AP – Floresta Nacional do Amapá  
FLOTA/AP – Floresta Estadual do Amapá  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional  
FNS – Fundo Nacional de Saúde  
FTA – Família Terror do Amapá  
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas  
GCM – Guarda Civil Municipal  
GEA – Governo do Estado do Amapá  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
ICMPD – International Centre for Migration Policy Development  
ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios S.A.  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IEA – Instituto de Estudos Amazônicos  
IEPÉ – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena  
IFAP – Instituto Federal do Amapá  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas  
ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis  
LAU – Licença Ambiental Única  
LMTE – Linhas de Macapá Transmissora de Energia  
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
MIDR – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MNA – Mineração Novo Astro  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
MTur – Ministério do Turismo  
MVI – Mortes Violentas Intencionais  
MYYSA – Mineração Yukio Yoshidome  
NESI – Núcleo Estadual de Saúde do Indígena  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
ONGs – Organizações Não Governamentais  
OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde

PA – Estado do Pará  
 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
 PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
 PAE – Projetos de Assentamento Agroextrativista  
 PAF – Police aux Frontières  
 PAM – Produção Agrícola Municipal  
 PAR – Plano de Ações Articuladas  
 PARFOR – Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica  
 PARNA – Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque  
 PCC – Primeiro Comando da Capital  
 PCH – Pequena Central Hidrelétrica  
 PCIA – Programa de Cooperação Interreg Amazônia  
 PDIFF – Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira  
 PDIFF-AP – Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amapá  
 PDRSRX – Plano Sub-regional de Desenvolvimento Sustentável do Xingu  
 PEIF – Programa Escola Intercultural de Fronteira  
 PIB – Produto Interno Bruto  
 PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
 PNAE – Plano Nacional de Assistência Estudantil  
 PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar  
 PNCO – Parque Nacional do Cabo Orange  
 PNE – Plano Nacional da Educação  
 PNFRon – Política Nacional de Fronteiras  
 PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas  
 PNMT – Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque  
 PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
 PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos  
 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
 PPGEF – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira  
 PRF – Polícia Rodoviária Federal  
 PRODES – Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite  
 PTVS – Programa Transfronteiriço de Vigilância Sanitária  
 RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
 RANI – Registro Administrativo de Nascimento de Indígena  
 REAJA – Rede Institucionalizada Para Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes  
 RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável  
 REBIO – Reserva Biológica  
 RENCA – Reserva Nacional de Cobre e Associados  
 RESEX – Reserva Extrativista  
 RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural  
 RTIDs – Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação  
 SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
 SECULT – Secretaria de Estado da Cultura  
 SECRICOMEX – Secretaria de Relações Internacionais e Comércio Exterior do Estado do Amapá

SEED – Secretaria de Educação do Estado do Amapá  
SEPI/AP – Secretaria Extraordinária de Políticas para os Povos Indígenas  
SESA – Secretaria de Estado da Saúde  
SETAP – Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Amapá  
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SICAVID – Sistema de Cadastro de Casos de Violência Doméstica  
SIN – Sistema Interligado Nacional  
SINESP – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública  
SISREG – Sistema Nacional de Regulação  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza  
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá  
SUS – Sistema Único de Saúde  
SVS – Superintendência de Vigilância em Saúde  
T.I. – Terras Indígenas  
TBC – Turismo de Base Comunitária  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
UBS – Unidades Básicas de Saúde  
UBSF – Unidades Básicas Fluviais  
UBSI – Unidades Básicas de Saúde Indígenas  
UC – Unidade de Conservação  
UCA – União Criminosa do Amapá  
UE – União Europeia  
UEAP – Universidade do Estado do Amapá  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UHE – Usina Hidrelétrica  
UN HOUSE – United Nations House  
UNIFAP – Fundação Universidade Federal do Amapá  
UNIFRON – Universidade Federal da Fronteira Norte  
UOMs – Unidades Odontológicas Móveis  
UPA – Unidade de Pronto Atendimento  
UTI – Unidade de Terapia Intensiva  
ZCEA – Zona Costeira do Amapá

## **Sumário**

|                                                                                     |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>LISTA DE TABELAS</b>                                                             | <b>4</b>   |
| <b>LISTA DE GRÁFICOS</b>                                                            | <b>6</b>   |
| <b>LISTA DE QUADROS</b>                                                             | <b>7</b>   |
| <b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</b>                                               | <b>8</b>   |
| <b>APRESENTAÇÃO</b>                                                                 | <b>14</b>  |
| <b>METODOLOGIA</b>                                                                  | <b>17</b>  |
| <b>RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE O AMAPÁ, GUIANA FRANCESA<br/>E SURINAME</b>     | <b>22</b>  |
| <b>SURINAME</b>                                                                     | <b>23</b>  |
| <b>GUIANA FRANCESA</b>                                                              | <b>28</b>  |
| <b>CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ E DOS MUNICÍPIOS DA FAIXA<br/>DE FRONTEIRA</b> | <b>34</b>  |
| <b>ESTADO DO AMAPÁ</b>                                                              | <b>35</b>  |
| <b>MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE</b>                                   | <b>38</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE AMAPÁ</b>                                                           | <b>38</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE CALÇOENE</b>                                                        | <b>41</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES</b>                                                  | <b>45</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI</b>                                                | <b>48</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE OIAPOQUE</b>                                                        | <b>51</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI</b>                                         | <b>55</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE PRACUÚBA</b>                                                        | <b>57</b>  |
| <b>MUNICÍPIO DE SERRA DO NAVIO</b>                                                  | <b>60</b>  |
| <b>DIAGNÓSTICO DA FAIXA DE FRONTEIRA POR EIXOS TEMÁTICOS</b>                        | <b>63</b>  |
| <b>COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>                                                     | <b>64</b>  |
| <b>Carteira de projetos para Comunidades Tradicionais</b>                           | <b>78</b>  |
| <b>Carteira de projetos específica para os povos indígenas do Oiapoque</b>          | <b>79</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO</b>                                                                     | <b>82</b>  |
| <b>Carteira de projetos para Educação</b>                                           | <b>97</b>  |
| <b>INFRAESTRUTURA</b>                                                               | <b>99</b>  |
| <b>Carteira de projetos para Infraestrutura</b>                                     | <b>110</b> |
| <b>MEIO AMBIENTE</b>                                                                | <b>112</b> |
| <b>Carteira de projetos para Meio Ambiente</b>                                      | <b>125</b> |
| <b>SAÚDE</b>                                                                        | <b>127</b> |
| <b>Carteira de projetos para Saúde</b>                                              | <b>143</b> |
| <b>SEGURANÇA</b>                                                                    | <b>144</b> |
| <b>Carteira de projetos para Segurança</b>                                          | <b>157</b> |

|                                                  |            |
|--------------------------------------------------|------------|
| <b>SETOR PRODUTIVO</b>                           | <b>158</b> |
| <b>Carteira de projetos para Setor Produtivo</b> | <b>174</b> |
| <b>TURISMO</b>                                   | <b>176</b> |
| <b>Carteira de projetos para Turismo</b>         | <b>189</b> |
| <b>ANEXOS</b>                                    | <b>190</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                               | <b>200</b> |

## APRESENTAÇÃO

Em tempos atuais, a temática das fronteiras ganha maior importância com o planejamento em nível nacional, por meio da formulação da Política Nacional de Fronteiras (PNFRON). Instituída em julho de 2024 pelo Presidente da República por meio de decreto nº 12.038, a PNFRON orienta as ações do Poder Executivo Federal para a atuação coordenada com os entes federativos e com as instituições privadas, com vistas à promoção da segurança, do desenvolvimento sustentável, da integração regional, dos direitos humanos, da cidadania e proteção social nas fronteiras brasileiras (Brasil, 2024).

Neste contexto, a Faixa de Fronteira do Amapá (FF-AP) apresenta características singulares. O estado compartilha limites com a Guiana Francesa e o Suriname. A primeira, por estar vinculada à França continental, integra a União Europeia (UE) e destaca-se por apresentar um elevado padrão de qualidade de vida, sobretudo em razão de uma economia baseada no Euro. Já o Amapá, isolado do restante do Brasil por vias terrestres, conecta-se por terra com o território francês, por meio da ponte binacional franco-brasileira. Na fronteira com o Suriname, por outro lado, predomina a floresta densa, o que dificulta o estabelecimento de uma dinâmica fronteiriça cotidiana.

Outro aspecto relevante diz respeito ao número reduzido de municípios na FF-AP: são apenas oito cidades, em contraste com estados como Paraná (139) e Rio Grande do Sul (197), que ultrapassam 100 municípios em suas respectivas faixas de fronteira.

Diante desse cenário, surgiu o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amapá (PDIFF-AP), resultado de uma articulação entre a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), por meio do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF), e a Secretaria de Relações Internacionais e Comércio Exterior do Estado do Amapá (SECRICOMEX), com financiamento do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), sob a liderança do Ministro Waldez Góes. A elaboração do plano foi realizada por pesquisadoras da UNIFAP, tanto da graduação quanto da pós-graduação, em conjunto com a equipe coordenadora.

Foram 18 meses de trabalho contínuo, com um total de 104 reuniões técnicas, 11 trabalhos de campo e uma missão internacional com destino às capitais da Guiana Francesa e do Suriname. Ao longo das missões, foram mobilizados cerca de 250 atores locais, os quais participaram ativamente da elaboração deste plano.

O PDIFF-AP teve como objetivo a realização de uma análise abrangente dos oito municípios que compõem a FF-AP: Oiapoque, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari,

Ferreira Gomes, Calçoene, Amapá, Serra do Navio e Pracuúba. A pesquisa concentrou-se em oito áreas temáticas fundamentais: Setor Produtivo, Turismo, Educação, Infraestrutura, Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Comunidades Tradicionais – esta última particularmente representativa das demandas da região amazônica. Esses eixos guardam significativas simetrias com os grupos temáticos discutidos em nível nacional para a formulação da Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON), elemento essencial de uma Política Nacional de Fronteiras (PNFRON), quais sejam: Eixo 1- Segurança; Eixo 2- Desenvolvimento Sustentável, Eixo 3- Integração Regional; Eixo 4- Direitos Humanos.

Determinados setores enfrentaram desafios em relação à disponibilidade de literatura e dados específicos dos municípios da FF-AP, como Segurança, Setor Produtivo e Comunidades Tradicionais, uma vez que as informações publicamente disponíveis se referiam ao estado do Amapá como um todo, sem produções específicas sobre os municípios da FF-AP. Na primeira fase, para suprir essa lacuna, foram obtidas informações através de entrevistas semiestruturadas, as quais foram posteriormente validadas através de consulta à literatura acadêmico-científica, produções técnicas e veículos midiáticos.

Ressalta-se ainda que tais áreas não foram tratadas de forma isolada: adotou-se uma abordagem transversal, com o objetivo de identificar e compreender os temas entrelaçados entre os eixos. Ademais, cada setor foi analisado em sua inter-relação com os contextos do Brasil, da Amazônia Legal e da própria FF-AP.

O PDIFF-AP reúne os perfis dos municípios da FF-AP, apresentando informações historiográficas, dados demográficos e aspectos geográficos, socioeconômicos e culturais. Traz também um diagnóstico da faixa de fronteira, por áreas temáticas, com dados organizados em níveis local e regional, além da análise das inter-relações entre os municípios a partir de cada eixo temático, incluindo a aplicação da metodologia SWOT/FOFA para cada setor. Como resultado do processo participativo com representantes locais, o documento apresenta uma carteira de projetos elaborada a partir das demandas identificadas nos oito eixos temáticos, contemplando as especificidades de cada município da FF-AP.

As referidas inter-relações correspondem às conexões e diversas trocas e influências mútuas que ocorrem entre os municípios limítrofes. São compreendidas como relações sociais, econômicas, culturais, políticas, ambientais, de segurança e defesa que envolvem tanto atores estatais quanto não estatais, em múltiplas escalas. O PDIFF-AP não se limitou à coleta de percepções isoladas de cada município, mas buscou capturar as inter-relações e os fluxos que configuram a dinâmica territorial da FF-AP. Esse olhar sistêmico permitiu identificar desafios e oportunidades que ultrapassam os limites administrativos, promovendo um planejamento que



valoriza as particularidades de cada município e, ao mesmo tempo, reconhece as conexões regionais como elemento para a formulação de políticas públicas eficazes.

O PDIFF-AP representa uma ação colaborativa entre academia, poder público e sociedade, voltada ao desenvolvimento socioeconômico da FF-AP. Durante todo o processo de construção do plano, houve diálogo contínuo com atores e lideranças locais dos oito municípios, desde a fase de entrevistas e oficinas até as consultas participativas voltadas à validação dos projetos incluídos na carteira. A valorização tanto dos conhecimentos técnicos e burocráticos dos agentes de Estado quanto do conhecimento empírico de atores comunitários foram essenciais para consolidar o representativo do plano.

Para além disso, importa destacar a relevância da formação dos 21 pesquisadores que se voltaram a atividades que ultrapassaram os limites da produção acadêmico-científica. Tornou-se possível o desenvolvimento de habilidades técnicas, metodológicas e de trabalho de campo na Amazônia, o que os torna capacitados para ir além, com a multiplicação de pesquisas e projetos relativos à Amazônia Legal e à faixa de fronteira do Amapá.

Por fim, agradecemos ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional e ao senhor Ministro Antônio Waldez Góes da Silva, pelo financiamento e apoio técnico prestado através da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, em especial à Coordenação Geral de Gestão do Território. Reconhecemos também o apoio do Governo do Estado do Amapá, através da Secretaria Relações Internacionais e Comércio Exterior, aos secretários Lucas Abrahão Rosa Cezário de Almeida e Fabrício Penafort Gonçalves, na mobilização e articulação local. Às prefeituras dos municípios da faixa de fronteira, aos atores locais, órgãos públicos e privados, pela participação e contribuição durante as etapas do PDIFF-AP.

## METODOLOGIA

A metodologia adotada para a construção do PDIFF-AP foi estruturada a partir de dois eixos orientadores: a participação social e as inter-relações existentes na faixa de fronteira. O principal objetivo foi a elaboração de um diagnóstico situacional dos municípios da faixa de fronteira, culminando na proposição de uma carteira de projetos voltada ao desenvolvimento sustentável e integrado da região. O desenvolvimento do PDIFF-AP foi realizado em 3 etapas: Capacitações e Levantamento de Dados, Oficinas de Diagnóstico e Oficinas de Carteira de Projetos.

A primeira etapa consistiu no processo de formação e capacitação da equipe de pesquisadores, composta por servidores e estudantes de graduação e pós-graduação (mestrandos) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Essa fase contemplou o nivelamento teórico-metodológico da equipe, com foco nas especificidades da faixa de fronteira, nos eixos temáticos abordados no plano, bem como, na organização das dinâmicas operacionais do projeto, que contou com reuniões semanais e acompanhamento contínuo de forma remota através das plataformas *Google Meet* e *Notion*.

Além disso, foram realizadas reuniões formativas com especialistas externos, representantes do MIDR, professores de universidades federais (UNIFAP, UFRJ, UFRGS) e membros do Governo do Estado do Amapá, que contribuíram com importantes aportes teóricos e metodológicos.

Na primeira etapa também buscou-se elaborar um compilado bibliográfico desenvolvido a partir de acervos físicos e digitais. Esse levantamento de bibliografia focou na análise de artigos, trabalho de conclusão de curso (TCC), dissertações, teses, trabalhos técnicos e institucionais (IBGE, IPEA, MIDR entre outros) com recortes territoriais diversos e contemplando diversas escalas, como “Amazônia”, “estado do Amapá” e “municípios da faixa de fronteira”.

Esse agrupamento de pesquisas auxiliou na construção de um diagnóstico prévio a partir da análise de dados secundários com a intenção de validá-los posteriormente durante as visitas de campo e na sistematização de informações gerando produtos como mapas, gráficos, tabelas e relatórios para os oito municípios abrangidos (Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba e Serra do Navio), considerando oito eixos temáticos: Turismo, Meio Ambiente, Saúde, Comunidades Tradicionais, Educação, Segurança, Infraestrutura e Setor Produtivo.

A primeira etapa foi concluída com a elaboração do Relatório Preliminar de Diagnóstico e dois instrumentos estratégicos: o Mapeamento de Lideranças Locais e o Quadro de Interseccionalidades Temáticas. Este último constituiu uma ferramenta analítica fundamental para compreensão das sobreposições e inter-relações entre os diferentes eixos temáticos, orientando as ações de campo e a formulação de políticas integradas.

A segunda etapa foi marcada pela realização da pesquisa de campo e das Oficinas de Diagnóstico com o objetivo de validar e aprofundar os dados secundários por meio da escuta qualificada de lideranças e atores locais. Em Oiapoque e Laranjal do Jari foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com atores locais, e nos demais municípios foram promovidas oficinas de diagnóstico com a participação de atores locais.

Cada oficina seguiu o roteiro: apresentação institucional do PDIFF-AP, organização dos participantes em dois grupos temáticos (Grupo A: Turismo, Setor Produtivo, Infraestrutura e Meio Ambiente e Grupo B: Comunidades Tradicionais, Segurança Educação e Saúde) para aplicação da metodologia SWOT/FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), adaptada à realidade local e encerramento.

A análise SWOT/FOFA permitiu a identificação de elementos internos e externos que afetam diretamente a capacidade de desenvolvimento dos municípios, oferecendo uma análise estratégica e orientada à construção de soluções.

A terceira e última etapa consistiu nas Oficinas de Carteira de Projetos, voltadas à formulação participativa da Carteira de Projetos do PDIFF-AP, com base nos diagnósticos consolidados nas fases anteriores.

Inicialmente, a equipe mapeou projetos dentro dos oito eixos temáticos, priorizando modelos passíveis de inspiração ou adaptação, considerando a realidade dos municípios da FF-AP, e projetos de implementação imediata (acessados através de editais, como ONG's, agências de fomento, fundos de investimento, entre outros). Também consideramos projetos estruturantes conforme aos cenários sociais da FF-AP, exemplo do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Foram elaborados formulários temáticos com listas de modelos de projetos para cada temática. Durante as oficinas, os participantes foram convidados a selecionar cinco projetos, por temática, considerados mais relevantes para seus respectivos municípios. Adicionalmente, puderam sugerir novos modelos por meio de uma seção aberta de sugestões, o que garantiu a incorporação de perspectivas locais não previstas inicialmente pela equipe técnica.

Todo o processo de construção da carteira manteve como princípio central a participação social, assegurando que os projetos priorizados refletissem efetivamente as demandas,

necessidades e potencialidades locais. Como resultado, consolidaram-se a carteira de ações prioritárias para o desenvolvimento da faixa de fronteira no estado do Amapá.

Destaca-se, ainda, a realização de uma oficina específica com representantes indígenas no Conselho de Caciques e Cacicás dos Povos Indígenas de Oiapoque (CCPIO), a convite do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ), que contou com a participação de cerca de 50 lideranças indígenas, sendo elas: *Karipuna*, *Palikur*, *Galibi Marworno* e *Galibi Kalinã*. Nesse encontro, foram debatidas as principais problemáticas que afetam as aldeias, resultando na seleção e validação de 13 projetos voltados às comunidades tradicionais.

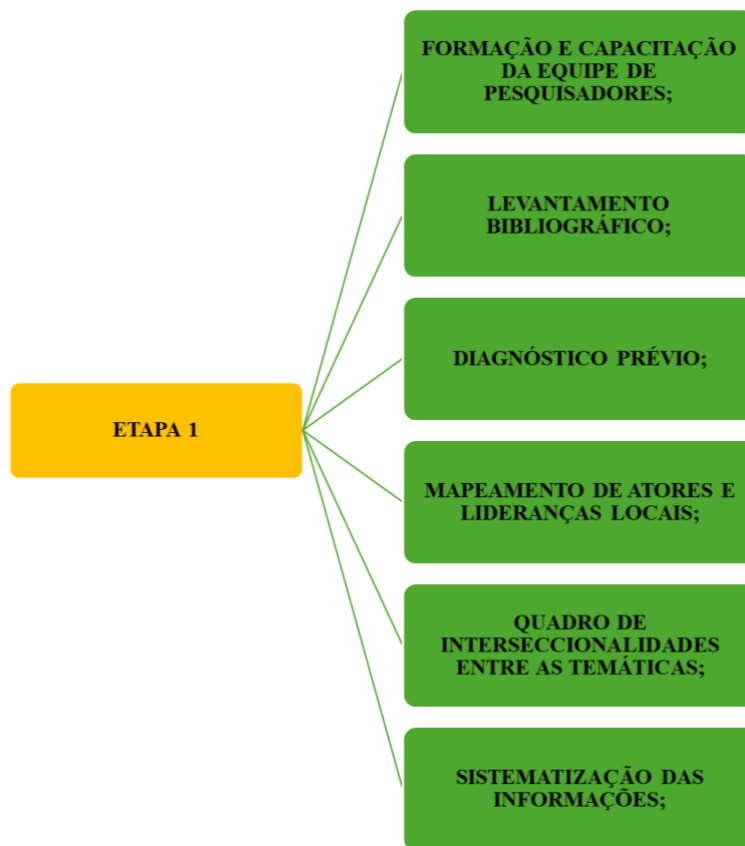
A metodologia adotada na elaboração do PDIFF-AP caracterizou-se por sua abordagem participativa, sensível e orientada à realidade concreta dos municípios fronteiriços. Estruturada em três etapas interdependentes, a metodologia, possibilitou a articulação entre conhecimento técnico-científico e saberes locais, promovendo uma leitura crítica, integrada e estratégica do território.

Mais do que um diagnóstico ou levantamento de demandas, o plano consolida uma proposta estratégica e viável para o desenvolvimento sustentável e integrado da FF-AP. Trata-se de um instrumento orientador de políticas públicas, capaz de articular saberes, potencialidades regionais e ações concretas com foco na transformação social e territorial da região.

## **SÍNTESE METODOLÓGICA**

### **ETAPA 1**

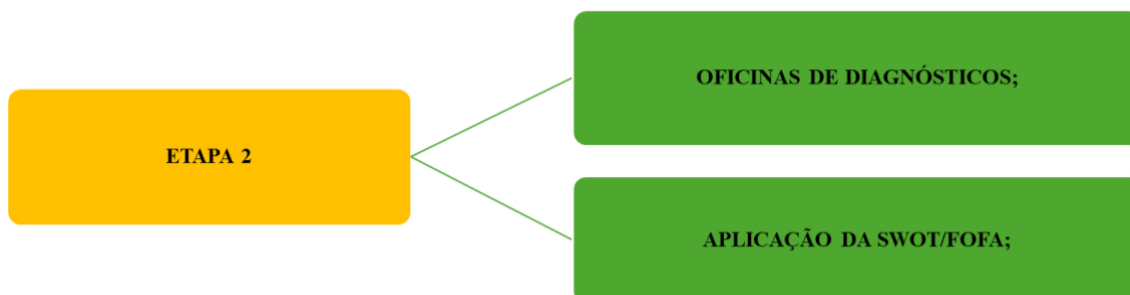
**Figura 1.** Síntese da Etapa 1



Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2025.

## **ETAPA 2**

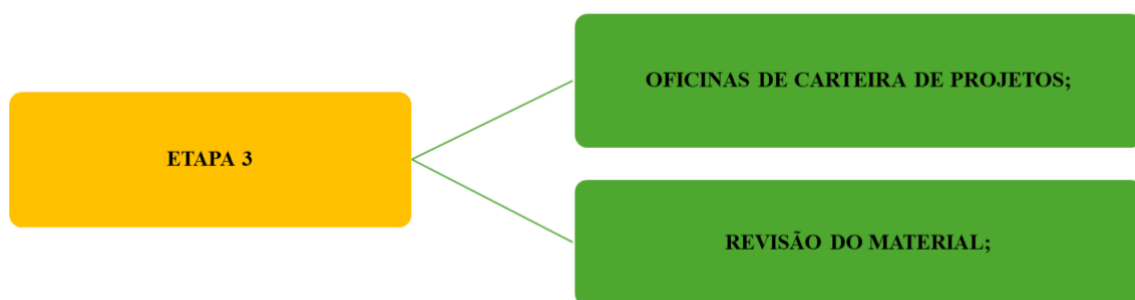
**Figura 2.** Síntese da Etapa 2



Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2025.

## **ETAPA 3**

**Figura 3.** Síntese da Etapa 3



Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2025.

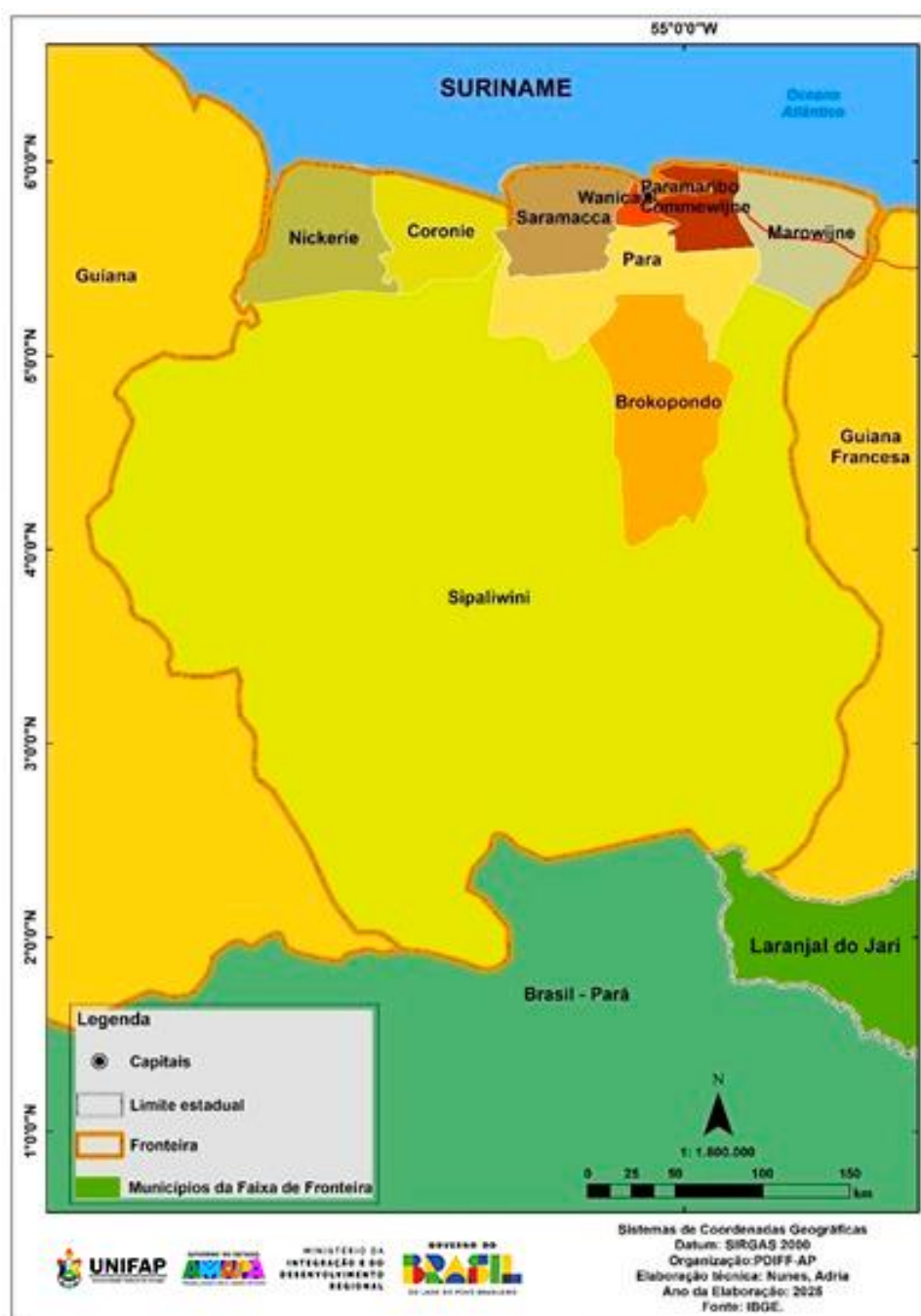
**RELAÇÕES  
TRANSFRONTEIRIÇAS  
ENTRE O AMAPÁ,  
GUIANA FRANCESA E  
SURINAME**



## SURINAME

O Suriname (Figura 4), oficialmente denominado de República do Suriname, é um país localizado ao norte da América do Sul, limitado a oeste pela Guiana, a leste pela Guiana Francesa, ao sul pelo Brasil e ao norte pelo Oceano Atlântico. Com cerca de 646.758 habitantes e uma área de 163.820 km<sup>2</sup>, é o menor país independente do continente em extensão territorial. Sua capital, Paramaribo, é também a maior cidade e o principal centro político, econômico e cultural.

**Figura 4.** Mapa de localização do Suriname



Habitado originalmente por povos indígenas, o território do atual Suriname foi disputado por potências europeias até ser colonizado pelos britânicos no século XVII. Com a abolição da escravidão em 1863, intensificou-se a imigração de trabalhadores de países como Índia, Indonésia e China, o que resultou em grande diversidade étnica e cultural. Em 1975, o Suriname conquistou a independência dos Países Baixos, mantendo, no entanto, fortes vínculos econômicos e políticos com a antiga metrópole, além de uma expressiva herança cultural — tendo o holandês como idioma oficial, embora outros idiomas, como inglês, hindustani caribenho, javanês e o dialeto *sranan tongo*, sejam amplamente utilizados no cotidiano.

O Suriname é uma república democrática com um sistema político baseado em uma constituição promulgada em 1987. O poder executivo é exercido pelo presidente, que é tanto o chefe de Estado quanto o chefe de governo. O presidente é eleito pela Assembleia Nacional, o parlamento unicameral do país, composto por 51 membros eleitos por voto popular para mandatos de cinco anos. A diversidade étnica do país reflete-se politicamente, e muitos de seus partidos políticos têm base em grupos étnicos específicos.

A economia do país depende da exportação de recursos naturais, como bauxita, ouro e petróleo, além da agricultura e do turismo. No entanto, o Suriname enfrenta desafios como a desigualdade social, a corrupção e a dependência excessiva de *commodities*.

Em relação às fronteiras, o Suriname está envolvido em litígios com a Guiana Francesa e a Guiana, herdadas do período colonial e reacendidas pela descoberta de recursos naturais, como ouro e petróleo nas áreas contestadas.

Com a Guiana Francesa, a controvérsia centra-se na delimitação da fronteira sul, especificamente na origem do rio Maroni, que os franceses atribuem ao rio *Tapahony*, enquanto o Suriname defende ser o rio *Lawae*. Apesar de arbitragens no passado, o conflito permanece sem solução. Embora o Suriname priorize relações econômicas e cooperação com a França, dada a importância das remessas e dos projetos bilaterais.

Já com a Guiana, as disputas abrangem a soberania sobre o rio *Corentyne* e a região do Triângulo do *New River*, além de uma controvérsia marítima resolvida parcialmente em 2007 pelo Tribunal Internacional do Direito do Mar, que concedeu à Guiana a maior parte da área em litígio. Apesar da insatisfação surinamesa com o resultado, o país aceitou a decisão, mantendo, no entanto, suas reivindicações nos mapas oficiais. Esses conflitos ilustram os desafios geopolíticos de um país pequeno, cujas fronteiras são marcadas por riquezas naturais e legados coloniais ainda não totalmente superados (Correa, 2015).

## **Relações Amapá-Suriname**

O Suriname e o Brasil, por meio do Amapá, compartilham 52 quilômetros de fronteira terrestre. Não há ligação terrestre entre os dois, pois a fronteira encontra-se em uma região de densa cobertura vegetal e áreas de proteção ambiental e terras indígenas.

Diferentemente da vizinha Guiana Francesa, o Amapá e o Suriname possuem um histórico modesto de relações. Porém, com os novos esforços do Governo Federal para estabelecer uma rota de integração na Região das Guianas, e do governo do estado em estreitar relações com seus vizinhos internacionais, nos últimos anos algumas ações de cooperação e parceria entre o Suriname e o Amapá tomaram forma.

Em fevereiro de 2024, uma comitiva do Amapá, composta por representantes da SECRICOMEX, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP) e da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), realizou uma visita ao Suriname para firmar um diálogo com o país, visando o estreitamento das relações de ambos. Como resultado, na 53ª Expofeira, que aconteceu em setembro de 2024, o Amapá recebeu uma delegação surinamesa chefiada pelo Cônsul-Geral do Suriname no país, Wendell Alphons. Essa foi a primeira recepção oficial de um representante do país no estado.

Em novembro de 2024, uma delegação amapaense participou da 2ª Conferência de Águas do Bio-Plateaux, em Paramaribo, capital do Suriname. O objetivo do evento era fortalecer a cooperação regional do Escudo das Guianas para a gestão hídrica dos rios Oiapoque e Maroni, além do compartilhamento de informações, discussões acerca de bioeconomia e desenvolvimento sustentável da região. Essa conferência faz parte do Projeto Bio-Plateaux, da Guiana Francesa, que conta com o Suriname e o Amapá como parceiros.

Entre os dias 21 de fevereiro e 1º de março de 2025, a equipe do PDIFF-AP realizou uma missão internacional na Guiana Francesa e no Suriname. O objetivo da missão foi fortalecer articulações institucionais, identificar boas práticas e coletar dados sobre iniciativas regionais relevantes ao desenvolvimento integrado da faixa de fronteira. No Suriname, as atividades foram especialmente significativas para fomentar parcerias em áreas estratégicas, tais como comunidades tradicionais, defesa nacional, desenvolvimento sustentável e integração regional.

**Figura 5.** Missão internacional em Suriname



Fonte: Acervo PDIFF-AP, 2025.

Uma das primeiras agendas foi a visita à Associação de Lideranças das Comunidades Indígenas (VIDS), importante organização representativa dos povos indígenas do Suriname. O encontro permitiu uma rica troca de experiências sobre políticas voltadas às comunidades tradicionais, ressaltando pontos em comum com a realidade amazônica do Amapá. As discussões abriram caminhos para futuras colaborações em projetos de valorização cultural, fortalecimento da governança indígena e gestão territorial participativa.

A equipe também foi recebida no Instituto de Educação e Treinamento para Defesa, vinculado ao Ministério da Defesa do Suriname. A reunião abordou a possibilidade de cooperação acadêmica nas áreas de segurança e defesa, considerando os desafios compartilhados por países amazônicos no monitoramento de suas fronteiras e no enfrentamento a ilícitos transnacionais. A troca de experiências com a instituição reforça o caráter multissetorial do PDIFF-AP, ao considerar a segurança como eixo transversal para o desenvolvimento.

Outro momento importante da missão foi a visita institucional à UN House, sede das Nações Unidas em Paramaribo. A equipe foi acolhida por Ruben Martoredjo, coordenador de projetos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Suriname. O encontro proporcionou o compartilhamento de experiências e metodologias sobre desenvolvimento social, ambiental e econômico, com destaque para práticas de sustentabilidade em contextos fronteiriços. O diálogo também permitiu identificar sinergias com projetos apoiados pelo PNUD no Brasil e na região do Caribe.

A missão foi concluída com um encontro na Embaixada do Brasil no Suriname, onde o projeto foi oficialmente apresentado ao embaixador brasileiro, Felipe Santarosa. A reunião reforçou a importância estratégica da integração regional entre o Amapá e os países vizinhos, e

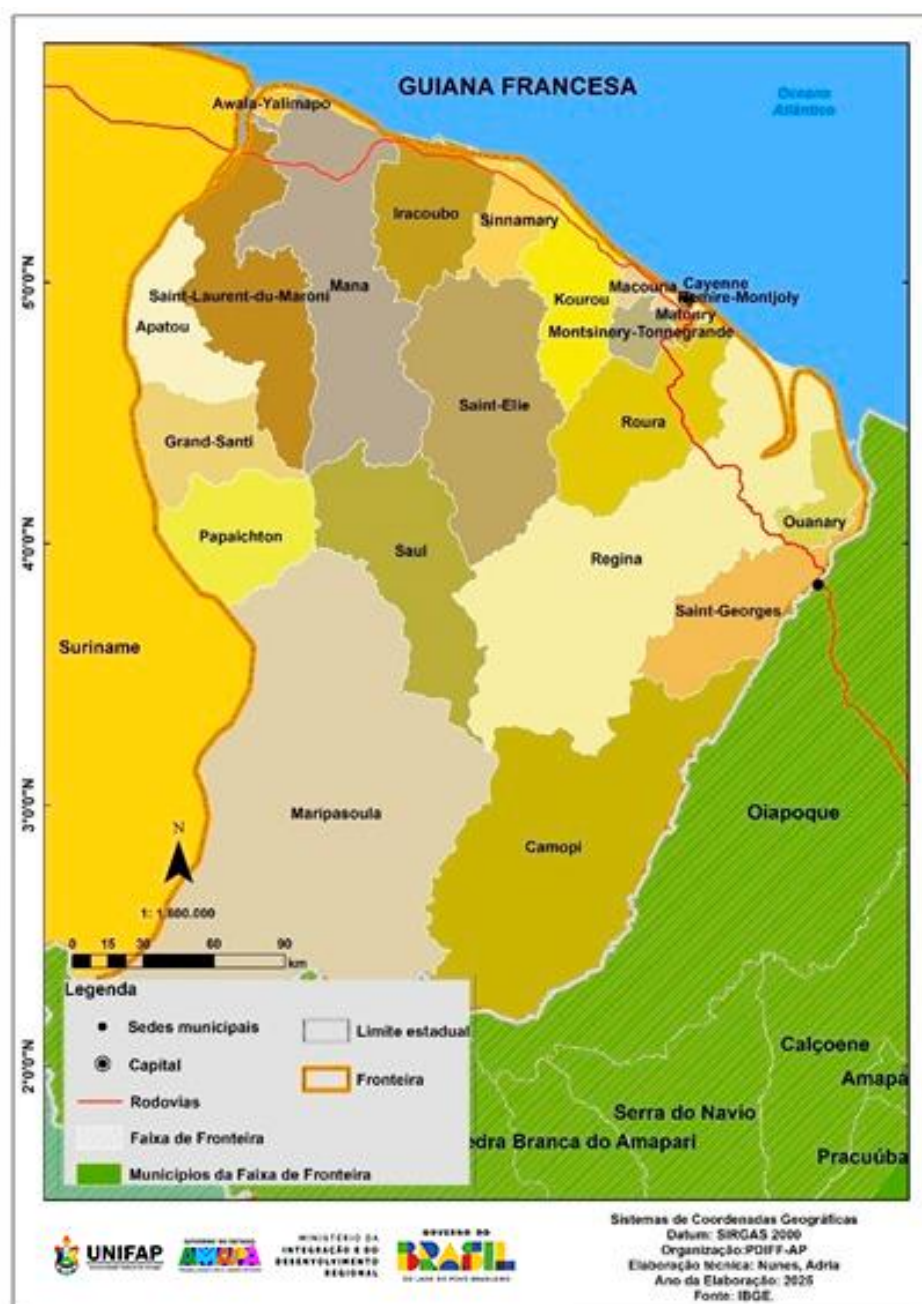
destacou o papel do PDIFF-AP como instrumento de articulação e cooperação sul-americana. A presença diplomática brasileira no Suriname mostrou-se uma aliada fundamental para o fortalecimento das conexões institucionais estabelecidas durante a missão.

Em síntese, o trabalho de campo desenvolvido no Suriname ampliou significativamente o horizonte de cooperação internacional do PDIFF-AP, promovendo o intercâmbio de experiências e estabelecendo pontes para ações conjuntas com impacto direto na faixa de fronteira do Amapá. As instituições visitadas demonstraram disposição para o diálogo e apontaram possibilidades concretas de parcerias futuras, fortalecendo o papel do Amapá como elo ativo entre o Brasil e seus vizinhos amazônicos.

## GUIANA FRANCESA

A Guiana Francesa (Figura 6) é uma coletividade territorial ultramarina da França situada na costa nordeste da América do Sul. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao leste e ao sul com o Brasil, e a Oeste com o Suriname. Com cerca de 83.534 km<sup>2</sup>, é a maior região francesa em extensão territorial, mas também a menos densamente povoada. Sua população é de aproximadamente 312.269 habitantes, concentrando-se principalmente na capital, Caiena, que atua como centro administrativo, econômico e cultural do território.

**Figura 6.** Mapa de localização da Guiana Francesa



Organização: PDIFF-AP, 2025.



Após a Segunda Guerra Mundial, passou por um processo de integração mais profunda com a França, tornando-se um departamento ultramarino em 1946 e, posteriormente, uma região ultramarina em 1982. Em 2015, a região ganhou status de coletividade territorial única, o que significa dizer que o país ainda pertence à França, porém com mais autonomia administrativa. Sendo parte integrante da República Francesa e da União Europeia (UE), a Guiana Francesa é o único território europeu na América do Sul.

A Guiana Francesa é governada por um prefeito nomeado pelo governo francês, que representa o Estado, e por uma Assembleia Territorial, eleita localmente, que administra os assuntos regionais. Além disso, a Guiana Francesa elege representantes para o Parlamento francês e para o Senado.

Apesar de ser parte da França e da UE, a Guiana Francesa enfrenta desafios socioeconômicos significativos, como desigualdade, desemprego e infraestrutura deficiente. Em 2017, protestos e greves generalizadas levaram a um acordo com o governo francês para aumentar os investimentos no território, visando melhorar as condições de vida e impulsionar o desenvolvimento econômico.

A economia da Guiana Francesa baseia-se principalmente no setor público e na dependência da França. Mais da metade das exportações destinam-se à França continental e 25% do seu PIB anual advém da Base Espacial de *Kourou*, uma estação de lançamento de satélites comandada pela Agência Europeia Espacial. Além disso, há produção agrícola para consumo interno e mineração.

### **Relações Amapá-Guiana Francesa**

O estado do Amapá e a Guiana Francesa compartilham 730 km de fronteira, o que torna o Brasil a maior fronteira terrestre da França. Delimitada pelo Rio Oiapoque, essa fronteira abriga as cidades-gêmeas Oiapoque e *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, que concentram um grande fluxo de pessoas em trânsito entre os dois países por meio de barcos de pequeno e médio porte (as catraias). Essa dinâmica fronteiriça, muitas vezes, supera os entraves burocráticos de controle migratório exigidos nos postos alfandegários e imigratórios da Ponte Binacional, que liga o Amapá à Guiana Francesa por terra.

Por essa razão, o estado do Amapá e a Guiana Francesa mantêm uma relação histórica voltada à solução de questões fronteiriças em comum, como imigração ilegal, tráfico de pessoas, mercadorias e drogas, epidemias e doenças endêmicas. Além disso, o bioma compartilhado e a vulnerabilidade econômica de ambos favoreceram o fortalecimento do diálogo governamental para cooperação e compartilhamento de informações.



Os primeiros contatos institucionais ocorreram na década de 1990, quando o então governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, buscava superar o isolamento geográfico, político e econômico do estado por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA). Em visita a Caiena, o governador apresentou o PDSA ao governo guianense, estabelecendo o primeiro vínculo para a construção de laços transfronteiriços.

Em 1996, os dois governos subnacionais assinaram uma Declaração de Intenções em matéria de Cooperação Transfronteiriça (CT) nas áreas de infraestrutura, turismo, meio ambiente, pesquisa, educação, cultura, esporte, segurança e imigração. Na mesma ocasião, durante uma visita presidencial à França Hexagonal, o governador do estado apresentou aos dois presidentes a importância da cooperação entre Amapá e Guiana Francesa, resultando na assinatura do Acordo-Quadro de cooperação entre os dois países. Esse acordo permitia o desenvolvimento de ações internacionais com autorização dos governos centrais e facilitava o diálogo institucional entre os entes subnacionais.

Entre as medidas previstas no Acordo-Quadro, destaca-se a criação da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França (CMT), comissão deliberativa bianual, realizada alternadamente entre Macapá e Caiena, reunindo diversos atores para operacionalizar ações de cooperação em temas como circulação de pessoas, segurança, defesa, infraestrutura, educação, saúde, meio ambiente e cultura.

Ao todo, foram realizadas 13 reuniões da CMT, sendo a última entre 11 e 13 de junho de 2024. A comissão teve uma interrupção de quatro anos, de 2019 a 2022, devido às relações conturbadas entre os governos brasileiro e francês.

Além da CMT, principal mecanismo das relações transfronteiriças, Amapá e Guiana Francesa estão cada vez mais próximos institucionalmente, impulsionados pelos esforços do governo amapaense desde os anos 1990. Inicialmente, a Assessoria de Relações Internacionais, vinculada à Agência de Desenvolvimento do Amapá, era responsável pelo assessoramento dessas relações. Em 2023, essa função passou à recém-criada SECRICOMEX, que assumiu a paradiplomacia do estado e a assistência a outras secretarias com atuação internacional.

Criado em 2012, o Conselho do Rio Oiapoque é uma instância consultiva semestral, que acontece de forma alternada entre as cidades de Oiapoque e *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, e serve de forma propositiva à CMT. O objetivo principal do Conselho do Rio é propor uma escuta de demandas locais dos dois municípios em diversos temas, para estabelecer propostas resolutivas que serão levadas pelos dois governos para serem debatidas e aprovadas na CMT. O Conselho está, atualmente, em sua sétima edição, que aconteceu em 12 de fevereiro de 2025.

Na área de Segurança, o Centro de Cooperação Policial (CCP), iniciado em 1997, foi fisicamente instituído em 2010, na cidade de *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, a fim de combater crimes transfronteiriços e reduzir o intercâmbio de ilícitos. Composto por quatro policiais franceses (três da *Gendarmerie Nationale* e um da polícia de fronteira) e dois brasileiros (um da Polícia Federal e um da Polícia Rodoviária Federal), o CCP negocia, conforme proposta na CMT, a ampliação da participação brasileira com representantes da Polícia Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros. Além disso, há uma expressiva cooperação militar entre os exércitos brasileiro e francês no patrulhamento da fronteira, e entre os Corpos de Bombeiros, com destaque para as atividades conjuntas em Oiapoque, incluindo treinamentos e operações de resgate e combate a incêndios.

Outra cooperação relevante entre os dois entes subnacionais ocorre na área da saúde. Instituído em 2022, o Programa Transfronteiriço de Vigilância Sanitária (PTVS) é coordenado pela Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS), no Brasil, e pela Agência Regional de Saúde (ARS), na Guiana Francesa. O programa reforça a vigilância sanitária na região de fronteira, auxiliando na detecção, alerta e resposta rápida a emergências epidemiológicas, contribuindo para a redução de riscos à saúde pública. Também abrange monitoramento epidemiológico e biológico, gestão de sinais, formação e pesquisa. Em 2024, foi realizada a Semana da Saúde na Fronteira, com palestras, oficinas, visitas técnicas e ações de prevenção em Oiapoque e *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, incluindo comunidades indígenas da região. A proposta é que o evento ocorra anualmente, promovendo o intercâmbio de informações e a integração das equipes de saúde dos dois países.

A cooperação educacional entre Amapá e Guiana Francesa é significativa. Um Acordo de Cooperação entre o Rectorat, ligado ao Ministério da Educação da França, e a Secretaria de Educação do Estado do Amapá (SEED) promove formações, cursos, palestras e intercâmbios para professores de ambos os países. O foco é fortalecer o ensino da língua francesa no Amapá e o ensino de português na Guiana, especialmente em Oiapoque e *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, este último com classes bilíngues devido à alta presença de alunos brasileiros. Um exemplo é o Estágio Amazônico, que seleciona professores guianenses de português para cursos no Amapá e, no ano seguinte, leva professores amapaenses de francês para a Guiana. Em 2025, começaram os intercâmbios de alunos da rede pública, promovendo troca de experiências e o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes.

No eixo de Meio Ambiente, o Amapá participa do projeto Bio-Plateaux, coordenado pela Guiana Francesa e financiado pelo Programa de Cooperação Interreg Amazônia (PCIA). O objetivo do projeto é promover o compartilhamento de dados e experiências sobre água e

biodiversidade nas bacias do rio Maroni, na fronteira com o Suriname, e do rio Oiapoque, na fronteira com o Brasil. A primeira fase consistiu no compartilhamento de informações e desenvolvimento de trabalhos técnicos conjuntos. A fase atual visa à criação de um observatório transfronteiriço para gestão de recursos hídricos compartilhados. O projeto conta com a parceria da Universidade Anton de Kom do Suriname (AdeKUS) e da SECRICOMEX.

A Guiana Francesa também participa da Expofeira, uma feira de negócios amapaense, onde recebe convite oficial do governo do Amapá e estandes gratuitos para promoção de negócios franceses. A mais recente cooperação entre os dois entes subnacionais foi a assinatura de uma Declaração de Intenção para participação conjunta na COP30, em Belém do Pará, em novembro de 2025. O governador do Amapá, Clécio Luís, e o vice-presidente da Coletividade Territorial da Guiana Francesa, Jean-Paul Fereira, assinaram o documento, reafirmando o compromisso de fortalecer o discurso da Amazônia e promover ações concretas para o desenvolvimento sustentável da região.

Durante a missão internacional realizada entre os dias 21 de fevereiro e 1º de março de 2025, a equipe do PDIFF-AP também desenvolveu uma agenda estratégica na Guiana Francesa, voltada ao fortalecimento das relações institucionais e à construção de parcerias para o desenvolvimento regional. As atividades contribuíram para aprofundar o diagnóstico das conexões transfronteiriças entre o Amapá e o território ultramarino francês, além de identificar oportunidades concretas de cooperação nos campos político, acadêmico e social.

**Figura 7.** Missão internacional na Guiana Francesa



Fonte: Acervo PDIFF-AP, 2025.

Um dos principais compromissos foi a reunião com representantes da Coletividade Territorial da Guiana (CTG), órgão responsável pelo governo regional da Guiana Francesa. A equipe do PDIFF/AP foi recebida pela vice-presidente Tiarrah Steenwinkel e por Rémy Budoc, representante oficial da CTG em Macapá. O encontro reafirmou o interesse mútuo na construção de projetos de cooperação binacional, com destaque para áreas como mobilidade, educação, meio ambiente e comunidades tradicionais. A presença da CTG no Amapá fortalece os canais de diálogo permanentes e a possibilidade de iniciativas conjuntas de médio e longo prazo.

Outro momento importante foi o encontro com o Cônsul-Geral do Brasil na Guiana Francesa, Demétrio Carvalho, ocasião em que o PDIFF/AP foi oficialmente apresentado como instrumento de planejamento e cooperação na fronteira norte do Brasil. A reunião possibilitou uma análise aprofundada das relações entre o Amapá e a Guiana Francesa, incluindo temas como comércio transfronteiriço, circulação de pessoas, infraestrutura e ações socioculturais. A escuta qualificada promovida pelo consulado foi essencial para alinhar perspectivas diplomáticas e acadêmicas sobre os desafios e potencialidades da integração regional.

A missão também incluiu uma visita à Universidade da Guiana, instituição com histórico de colaboração com universidades brasileiras, especialmente no contexto amazônico. A equipe do PDIFF/AP foi acolhida pela assessora de relações internacionais, Atilas Cardozo, e pelo pesquisador e professor Rosuel Pereira, ambos engajados em iniciativas de cooperação científica e educacional. A reunião destacou o papel da educação superior como vetor de integração transfronteiriça, abrindo possibilidades para parcerias em pesquisa, intercâmbio de estudantes e formação continuada para comunidades locais.



# **CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ E DOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA**

## ESTADO DO AMAPÁ

O estado do Amapá (Figura 8) está localizado na região Norte do Brasil, fazendo divisa com o estado do Pará através de Monte Dourado, distrito de Almeirim, e fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname. Sua capital é Macapá, e o gentílico do estado é adotado é “amapaense”. Com área territorial de 142.253,8 km<sup>2</sup>, o estado possui uma população de 733.759 habitantes, distribuída em 16 municípios: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho e Vitória do Jari (IBGE, 2022).

**Figura 8.** Mapa de localização do Estado do Amapá



Organização: PDIFF-AP, 2025.



Para o ano de 2024, a estimativa populacional apontava um crescimento de aproximadamente 802.837 residentes. A densidade demográfica do estado é relativamente baixa, apresentando uma média de 5,15 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). O estado foi criado como Território Federal por decreto presidencial de Getúlio Vargas, em setembro de 1943. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o território foi elevado à categoria de estado da federação (IBGE, 2022; Cavalcanti, 2023).

Embora o município de Amapá tenha sido indicado como capital, o capitão Janary Gentil Nunes, primeiro governador do estado, escolheu Macapá como capital, devido à sua posição estratégica no delta do Rio Amazonas, e pela presença da Fortaleza de São José de Macapá.

A história do estado permanece viva na memória amapaense, especialmente os episódios ligados à antiga disputa territorial com a França e ao processo de formação da identidade local. No estado, existem importantes expressões culturais, como o Marabaixo, reconhecido como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Cavalcanti, 2023).

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador que avalia aspectos como longevidade, educação e renda, o Amapá registra um valor de 0,688. Esse resultado posiciona o estado na 25ª colocação entre as 27 unidades federativas do país, evidenciando desafios significativos em termos de desenvolvimento social e qualidade de vida, especialmente nas regiões mais afastadas dos centros urbanos (IBGE, 2021).

Sob a ótica econômica, conforme informações divulgadas pelo Governo do Estado do Amapá (GEA, 2021), o Produto Interno Bruto (PIB) estadual atingiu o montante de R\$ 20,1 bilhões em 2021. Em comparação com o ano anterior, quando o PIB foi de R\$ 18,5 bilhões, observa-se um crescimento consistente da atividade econômica, impulsionado por setores como a administração pública, o comércio e a extração mineral. No entanto, a representatividade do Amapá na economia nacional permaneceu em 0,2%, mantendo a estabilidade observada ao longo dos últimos cinco anos.

Além disso, a posição geográfica do Amapá confere ao estado um papel estratégico para a inserção nos mercados europeu e caribenho. A fronteira terrestre com a Guiana Francesa, território ultramarino da União Europeia, permite o escoamento terrestre de mercadorias e serviços diretamente para o espaço europeu. Essa condição, combinada à saída para o Oceano Atlântico e à localização próxima à costa africana e às rotas caribenhas, insere o Amapá no eixo de conectividade internacional da Rota de Integração Sul-Americana “Ilha das Guianas”, coordenada pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). A Rota

conecta os estados do Amapá, Pará, Roraima e Amazonas aos países vizinhos — Guiana, Suriname e Guiana Francesa — e visa dinamizar o comércio exterior, ampliar investimentos logísticos e estimular cadeias produtivas integradas na Amazônia setentrional.

Do ponto de vista econômico, a relevância do Amapá é reforçada pelo seu posicionamento diante da Margem Equatorial Brasileira, área de grande interesse para a indústria petrolífera nacional. A descoberta de reservatórios de petróleo no bloco FZA-M-59, sob concessão da Petrobras, reacendeu as expectativas quanto ao potencial de exploração offshore no litoral amapaense. A viabilidade dessa exploração pode não apenas impactar a arrecadação estadual por meio de royalties, mas também impulsionar a demanda por serviços portuários, capacitação técnica e infraestrutura de apoio logístico, como retroáreas, terminais e sistemas viários.

Adicionalmente, o Amapá reúne uma das maiores proporções de áreas protegidas do país, com cerca de 73% do território coberto por Unidades de Conservação, Territórios Quilombolas e Terras Indígenas. Esse fator posiciona o estado estrategicamente no cenário ambiental nacional e internacional como referência em conservação, sendo um ativo para a atração de investimentos baseados em critérios de práticas de governança socioambiental (ESG), como os fundos climáticos e de bioeconomia. Essa configuração territorial cria condições favoráveis para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, como manejo florestal comunitário, turismo de natureza, pesquisas em biodiversidade e cadeias produtivas da sociobiodiversidade, articulando proteção ambiental com dinamismo econômico e integração regional.

## MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE

A Faixa de Fronteira do Amapá (FF-AP) é composta por oito municípios: Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba e Serra do Navio (Figura 9). A fronteira é marcada entre o município de Oiapoque e *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, na Guiana Francesa. Devido à proximidade geográfica e aos vínculos sociais, culturais e econômicos estabelecidos entre elas, são classificadas como “cidades-gêmeas” (IBGE, 2022).

**Figura 9.** Mapa de localização dos municípios da Faixa de Fronteira Amapaense



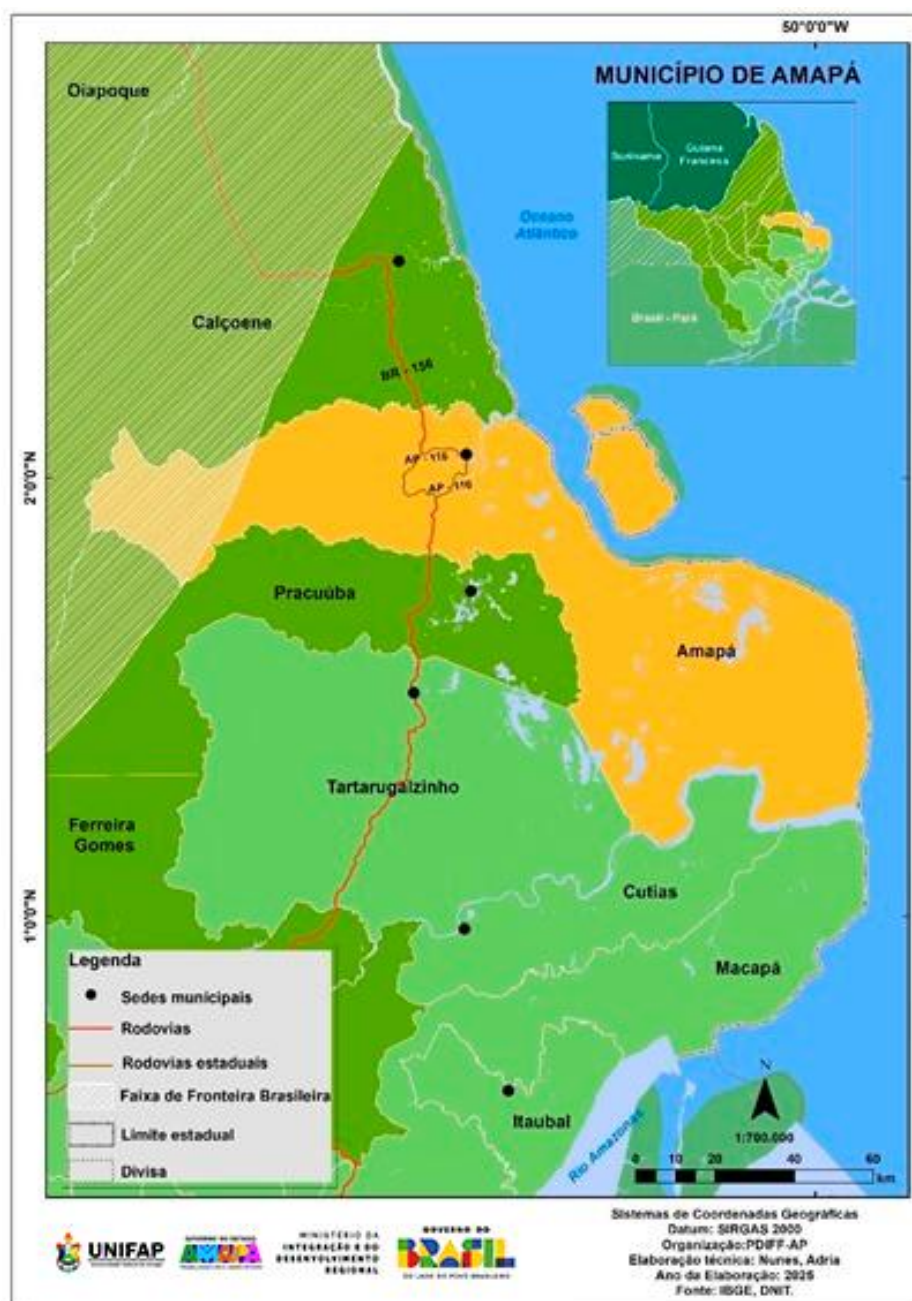
Organização: PDIFF-AP, 2025.

## MUNICÍPIO DE AMAPÁ

### Localização do município

O município de Amapá (Figura 10) está localizado na porção nordeste do estado, fazendo limite com Calçoene, Pracuúba, Tartarugalzinho, Cutias e Macapá. Criado pela Lei Estadual nº 798, em 22 de outubro de 1901. O município de Amapá inicialmente foi denominado de “Montenegro” até 1903, após esse período, passou a se chamar de Amapá. Seus limites atuais foram oficialmente definidos em 22 de dezembro de 1956, por meio da Lei Federal nº 3.055 (Prefeitura Municipal de Amapá, 2025).

**Figura 10.** Mapa de localização do município de Amapá



O município de Amapá está localizado a aproximadamente 300 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso à rodovia BR-156. De acordo com o último censo, a população do município é marcada por 7.943 habitantes, a população estimada para o ano de 2024 é de 8.434 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 8.454,846 km². Além da sede municipal, na área do município existem 12 comunidades e regiões: Amapá Grande, Araquicava, Base Aérea, Calafate, Cruzeiro, Paratu, Piquiá, Raimundo, Santo Antônio, Vista Alegre, Vulcão do Norte e Sucuriju. O gentílico adotado é “amapaense”.

### **Breve histórico do município**

A história do município de Amapá é marcada por disputas territoriais no extremo norte do Brasil e pela descoberta de minerais na região. Esses fatores despertaram o interesse de estrangeiros, cuja presença contribuiu para a consolidação da ocupação e posterior criação do município (Prefeitura Municipal de Amapá, 2025).

Em 1894 foi instituída na Vila do Amapá, uma junta governativa denominada de Triunvirato, com o objetivo de aplicar e desenvolver normas voltadas aos assuntos socioeconômicos locais. Após diversos conflitos provocados pela invasão francesa, em 1896 ocorreu a Intendência da Vila do Amapá. Posteriormente, em 1900, o Laudo Suíço foi assinado, e a partir desse documento se encerra definitivamente o fim das lutas pelas posses das terras, e em decorrência desses marcos históricos, em 1901 surge o município de Amapá (Prefeitura Municipal de Amapá, *op. cit.*).

### **Aspectos socioeconômicos do município**

O município de Amapá apresentou, em 2021, um PIB) de R\$ 159,5 milhões, ocupando a 12ª posição entre os municípios do estado, com participação de 0,79% no PIB total do estado (IBGE, 2023).

De modo geral, os setores mais fortes da economia rural do município de Amapá são a extração madeireira, a mandioca, a cana-de-açúcar, a bovinocultura e a produção de leite. Essas atividades concentram maior volume e valor de produção, além de boa produtividade técnica.

A diversidade de cultivos e a presença de recursos florestais conferem ao município condições favoráveis ao crescimento sustentável da produção rural, desde que amparadas por políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, regularização fundiária, infraestrutura logística e acesso a mercados.

### **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Amapá**

O município de Amapá apresenta oportunidades econômicas nas áreas de pecuária, agricultura e recursos florestais. A pecuária, especialmente com a produção de leite e queijo, desempenha um papel destacado na economia local, sendo uma das maiores do estado. A ampliação da produção leiteira e a agregação de valor, com destaque para o queijo manteiga, são estratégias promissoras para o fortalecimento do setor.

A implementação da "Rota do Leite", parte do programa "Rotas de Integração Nacional" do MIDR, também tende a impulsionar a produção e comercialização de leite, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região e ampliando as perspectivas de crescimento desse segmento.

A agricultura familiar se destaca com os cultivos de mandioca, cana-de-açúcar, milho e arroz. A diversidade de produtos alimentares e frutíferos amplia as possibilidades de expansão da atividade. Além disso, a extração legalizada de madeira e a produção de açaí têm relevância na economia local.

A aquicultura configura-se como uma alternativa estratégica para o município, especialmente pelo potencial de incremento na criação de tambaqui, tambacu e tambatinga — um setor com condições favoráveis para crescer e dinamizar a economia.

O ecoturismo e o turismo de aventura, impulsionados por atrações naturais como a Montanha da Pluma e a Corredeira do Topeca, contribuem para a diversificação econômica do município. Áreas protegidas, como a Reserva Biológica do Lago Piratuba e a Estação Ecológica de Maracá-Jipioca, oferecem condições propícias ao turismo ecológico e à pesquisa científica. A valorização do turismo cultural, com destaque para pontos históricos como o Museu da Base Aérea do Amapá, também desponta como um eixo de interesse local.

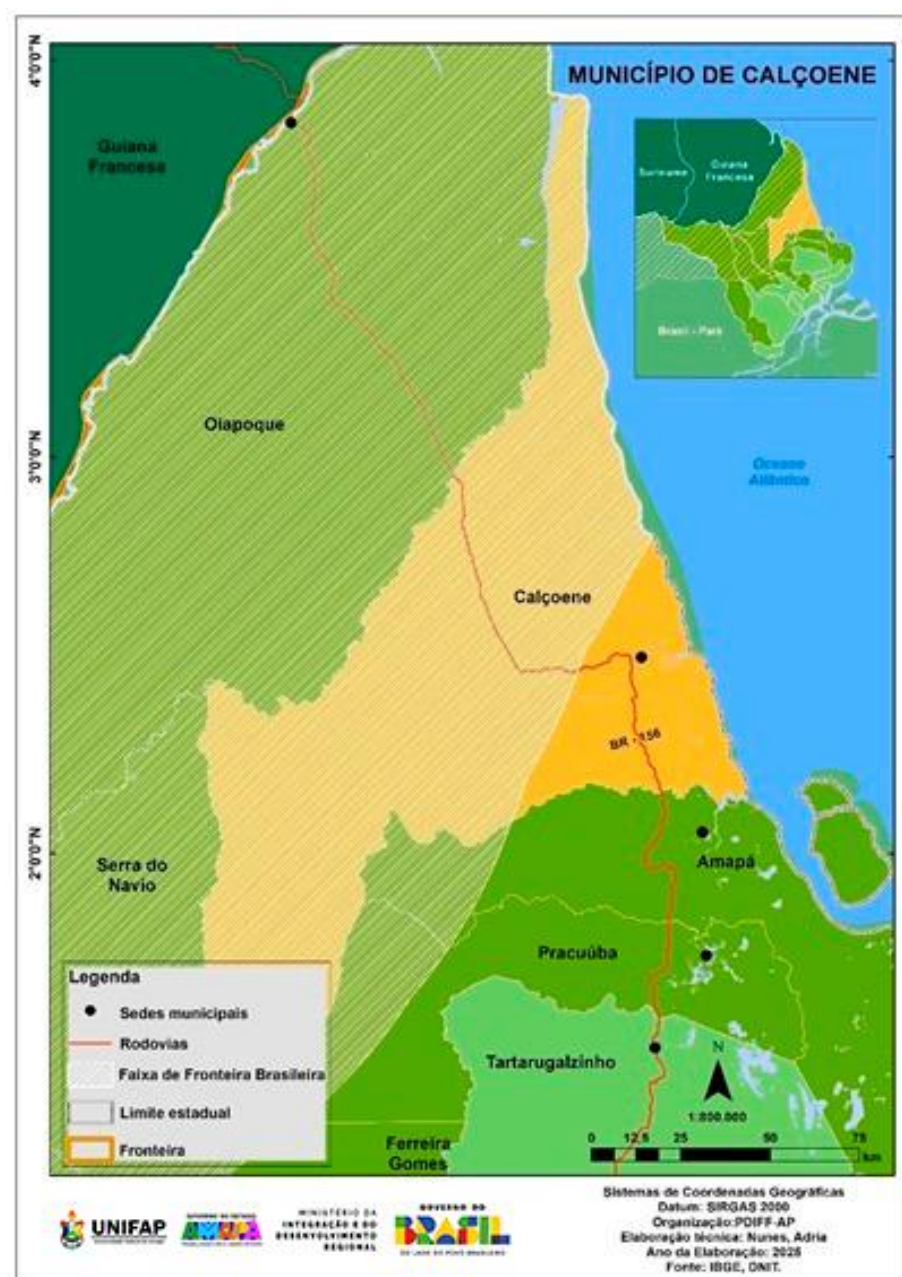


## MUNICÍPIO DE CALÇOENE

### Localização do município

O município de Calçoene (Figura 11) está localizado na região centro-noroeste do estado do Amapá, com parte de seu território inserido na zona costeira. Seus limites municipais são com Oiapoque, Amapá, Pracuúba e Serra do Navio. Foi oficialmente criado em 22 de dezembro de 1956, por meio da Lei Federal n. 3.055 (Prefeitura Municipal de Calçoene, 2025).

**Figura 11.** Mapa de localização do município de Calçoene



Organização: PDIFF-AP, 2025.



O município de Calçoene está localizado a aproximadamente 374 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso à rodovia BR-156. De acordo com o último censo, a população do município é marcada por 10.612 habitantes, a população estimada para o ano de 2024 é de 11.391 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 14.333 km². Além da sede municipal, na área do município existem dois distritos, Cunani e Lourenço, e duas comunidades, Carnot e Goiabal. O gentílico adotado é “calçoenense”.

### **Breve histórico do município**

O município de Calçoene teve origem como distrito denominado Calçoense, subordinado ao município de Amapá. Sua história remonta ao século XVII, a partir da exploração das minas auríferas do rio Calçoene, em 1893, o município de Calçoene ganhou destaque, atraindo migrantes da Guiana Francesa em busca de ouro (Prefeitura Municipal de Calçoene, 2025).

A fundação de Calçoene pode ser atribuída ao movimento de garimpeiros e faiscadores de ouro, além do fluxo de suprimentos para as minas. Antes de a região ser incorporada ao território brasileiro, exploradores construíram, no final do século XIX, uma estrada de ferro (*monorail*) que conectava Calçoene a Lourenço (IBGE, 2025).

No atual Distrito de Lourenço, em 1988, a mineradora Novo Astro implementou um grande empreendimento com a finalidade de extrair o ouro da região (Chagas, 2019). O distrito do Lourenço é uma importante área do município, com população de 2.371 mil habitantes (IBGE, 2024), que se originou da exploração de ouro e garimpagem artesanal e que nas décadas passadas abrigou empresas de exploração mineral, como a Mineração Novo Astro (MNA) e a Mineração Yukio Yoshidome (MYYSA), e que posteriormente foi assumido por uma cooperativa de garimpeiros, a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros do Lourenço (COOGAL) (Chagas, *op.cit*).

### **Aspectos socioeconômicos do município**

O município de Calçoene registrou, em 2021, um PIB de R\$ 182,1 milhões, ocupando a 11ª posição entre os municípios do estado do Amapá, com participação de 0,92% no PIB total do estado (IBGE, 2023). Em síntese, a base produtiva de Calçoene apresenta estrutura predominantemente familiar e extrativista, com forte dependência de recursos naturais e baixa mecanização. A aquicultura e a produção de mandioca mostram potencial para fortalecimento, enquanto o uso sustentável dos recursos florestais e a diversificação agrícola demandam políticas públicas de apoio técnico, crédito e comercialização.

## **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Calçoene**

Calçoene, devido à sua localização, desempenha um papel estratégico na integração fronteiriça e no fortalecimento do turismo internacional na região norte do Brasil. A partir das observações realizadas durante o trabalho de campo e com base na infraestrutura identificada no município, Calçoene se destaca como ponto de apoio logístico e operacional para viajantes e comerciantes que se dirigem ao extremo norte do Amapá. Nesse contexto, funciona como base de parada estratégica para quem segue viagem rumo a Oiapoque e, posteriormente, à Caiena (Guiana Francesa).

O ecoturismo representa uma oportunidade significativa para o desenvolvimento local, considerando a presença de atrativos naturais de grande potencial, como o Balneário Asa Aberta, a Cachoeira do Firmino e a Praia do Goiabal. Esses locais favorecem a prática do turismo sustentável e contribuem para a valorização e preservação dos recursos naturais da região.

O ecoturismo e o turismo de aventura também ganham relevância com a presença de duas unidades de conservação no município: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) e o Parque Nacional Cabo Orange (PNCO). Apesar do regime de proteção integral, esses espaços permitem o desenvolvimento de atividades como turismo ecológico e pesquisas científicas.

Além dessas modalidades, o turismo de base comunitária tem potencial de fortalecimento por meio da valorização de comunidades tradicionais, como o quilombo do Cunani, cuja importância histórica e sociocultural é marcante na formação do município. A Vila do Cunani, por exemplo, mantém viva a cultura local com eventos como a tradicional festa em homenagem a São Benedito.

A valorização da herança cultural de Calçoene por meio do turismo cultural constitui uma estratégia promissora para o desenvolvimento local. A inclusão de sítios arqueológicos, como o Parque Arqueológico do Solstício — conhecido como o “Stonehenge do Amapá” —, associada às tradições e manifestações culturais, amplia o potencial turístico do município, promovendo identidade, preservação patrimonial e geração de renda para as comunidades envolvidas.

No campo produtivo, Calçoene apresenta condições favoráveis à ampliação da pesca artesanal e da aquicultura como atividades econômicas estratégicas, devido à localização costeira, à abundância de recursos pesqueiros e à presença de comunidades tradicionais com conhecimento acumulado sobre a atividade.

O desenvolvimento do setor requer investimentos em infraestrutura, beneficiamento e regularização, especialmente para atender à demanda local e às oportunidades regionais. A pesca artesanal, fundamentada no saber tradicional das comunidades costeiras, tende a ser fortalecida por meio de ações de apoio técnico e estruturação de cadeias produtivas.

A extração vegetal destaca-se, sobretudo na coleta de açaí, com produção relevante no quilombo do Cunani — uma oportunidade concreta de fortalecimento econômico com base em práticas tradicionais sustentáveis. Com reconhecida qualidade e manejo eficiente, essa atividade já recebe apoio técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e articulações institucionais voltadas à ampliação da produção, ao acesso a crédito e à inclusão em programas de fomento. A consolidação dessa cadeia produtiva contribui para a geração de emprego e renda, promovendo a inclusão socioeconômica da comunidade quilombola por meio da integração entre saberes tradicionais e políticas públicas de desenvolvimento rural.

Na agricultura, o cultivo da mandioca lidera a produção, seguido por abacaxi, banana, milho e feijão, ainda em escala limitada. Essas culturas refletem uma base produtiva familiar com margem para expansão, especialmente com o apoio de políticas de assistência técnica, regularização fundiária e incentivo à comercialização.

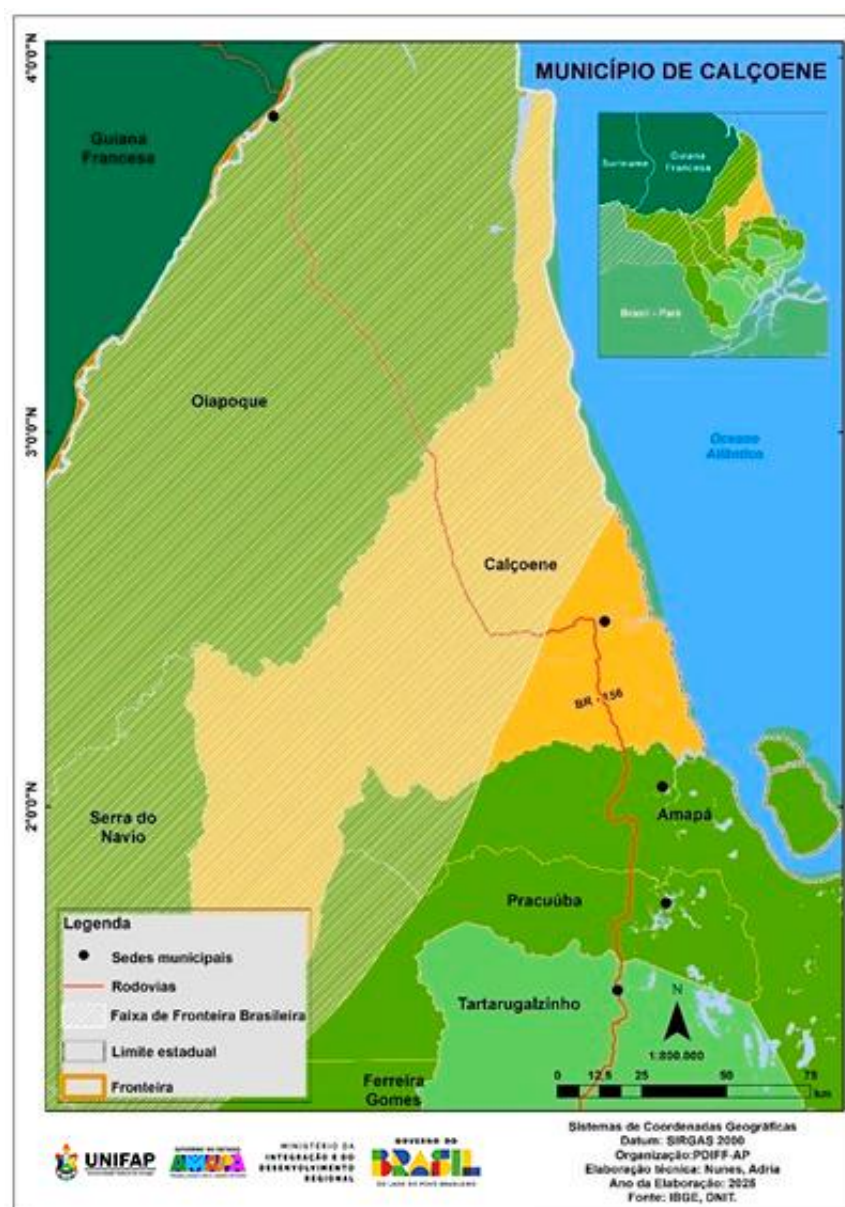
Diante desse cenário, Calçoene reúne condições propícias ao desenvolvimento de atividades sustentáveis vinculadas à agricultura familiar, aquicultura, extrativismo, turismo e valorização das comunidades tradicionais. A articulação entre políticas públicas, infraestrutura local e saberes tradicionais viabiliza o aproveitamento gradual dessas oportunidades, respeitando as especificidades territoriais e socioculturais do município.

## MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES

### Localização do município

O município de Ferreira Gomes (Figura 12) está situado na região central do estado do Amapá. Seu limite ao norte tange o município de Pracuúba e Tartarugalzinho, a leste Cutias, a sudeste Macapá, a sudoeste Porto Grande e a noroeste Serra do Navio. Sua criação ocorreu em 17 de dezembro de 1987, por meio da Lei nº 7.639 (Prefeitura Municipal de Ferreira Gomes, 2025).

**Figura 12.** Mapa de localização do município de Ferreira Gomes



Organização: PDIFF-AP, 2025

O município de Ferreira Gomes está localizado a aproximadamente 185 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso a rodovia BR-156. De acordo com o último censo, a

população do município é marcada por 6.666 habitantes, a população estimada para o ano de 2024 é de 7.145 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 4.973,855 km<sup>2</sup>. O gentílico adotado é “ferreirenses”.

### **Breve histórico do município**

A origem de Ferreira Gomes remonta a processos históricos associados à Cabanagem (1835–1840), revolta que mobilizou diferentes segmentos sociais contra o domínio imperial no Grão-Pará. A repressão ao movimento, especialmente a partir de 1837, provocou milhares de mortes e incentivou o deslocamento de sobreviventes para áreas do atual estado do Amapá. Nesse contexto, foi criada em 1840 a Colônia Militar Pedro II, sob comando do major João Ferreira Gomes, que posteriormente daria nome ao município (PDFG, 2013).

Em 1944, foi inaugurada a primeira escola rural da área, e, em 1949, Janary estabeleceu a Colônia Agrícola do Matapi, fundamental para o desenvolvimento agropecuário local. Entre 1954 e 1956, foram fundados cinco núcleos coloniais, incluindo Ferreira Gomes. A expansão continuou com a inauguração do Grupo Escolar Ceará em 1966, que se tornou a primeira escola de ensino fundamental do município. Somente em 17 de dezembro de 1987, o distrito de Ferreira Gomes foi oficialmente constituído como município pela Lei 7.639, proposta pelo deputado federal Annibal Barcellos (PDFG, 2013).

### **Aspectos socioeconômicos do município**

O município de Ferreira Gomes registrou um PIB de R\$ 578,4 milhões em 2021, ocupando a 4ª posição entre os municípios do estado do Amapá, com participação de 2,88% no PIB total do estado (IBGE, 2023). Em síntese, os setores com maior estrutura e potencial de desenvolvimento em Ferreira Gomes são a silvicultura, a aquicultura e a mandiocultura, os quais apresentam escala produtiva relevante e possibilidades de ampliação da cadeia de valor com maior organização e investimentos.

### **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Ferreira Gomes**

Ferreira Gomes apresenta oportunidades econômicas estratégicas, especialmente no setor primário, ainda que sua participação no PIB municipal seja modesta. A agricultura familiar, com destaque para o cultivo de mandioca, milho e banana, e a criação de bovinos, bubalinos e galináceos, forma a base da produção local e pode ser ampliada por meio de políticas de fomento, assistência técnica e acesso a mercados.

A avicultura que integra este grupo, em dezembro de 2024, passou a receber incentivos por meio do programa estadual “Amapá Mais Produtivo”, com a entrega de equipamentos

agrícolas à comunidade de Triunfo do Araguari, ampliando as possibilidades de diversificação da produção e fortalecendo a segurança alimentar. A piscicultura, apoiada pelas condições favoráveis do rio Araguari, também vem se consolidando como alternativa de geração de emprego e renda.

O rio Araguari representa não apenas um elemento geográfico de destaque, mas também um importante componente cultural para o município, servindo como espaço de encontro, lazer e sociabilidade para os moradores (Trabalho de campo, 2024).

O município se destaca no setor energético, por concentrar usinas hidrelétricas que desempenham um papel estratégico no sistema energético nacional e cujos impactos sociais e ambientais requerem medidas de mitigação e compensação adequadas.

O rio Araguari é também um ativo estratégico para o desenvolvimento do turismo. Suas corredeiras, trilhas e paisagens naturais favorecem a prática de ecoturismo, esportes aquáticos e pesca esportiva. O município promove eventos como o Carnaguari e possui atrativos como as cachoeiras do Traíra e do Pium, a orla da cidade e duas unidades de conservação de uso sustentável: a Floresta Nacional do Amapá (FLONA) e a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Seringal Triunfo.

Combinadas, essas atividades representam oportunidades concretas de desenvolvimento sustentável, desde que articuladas com políticas públicas voltadas à valorização da produção local, à conservação ambiental e à melhoria da infraestrutura econômica e turística.

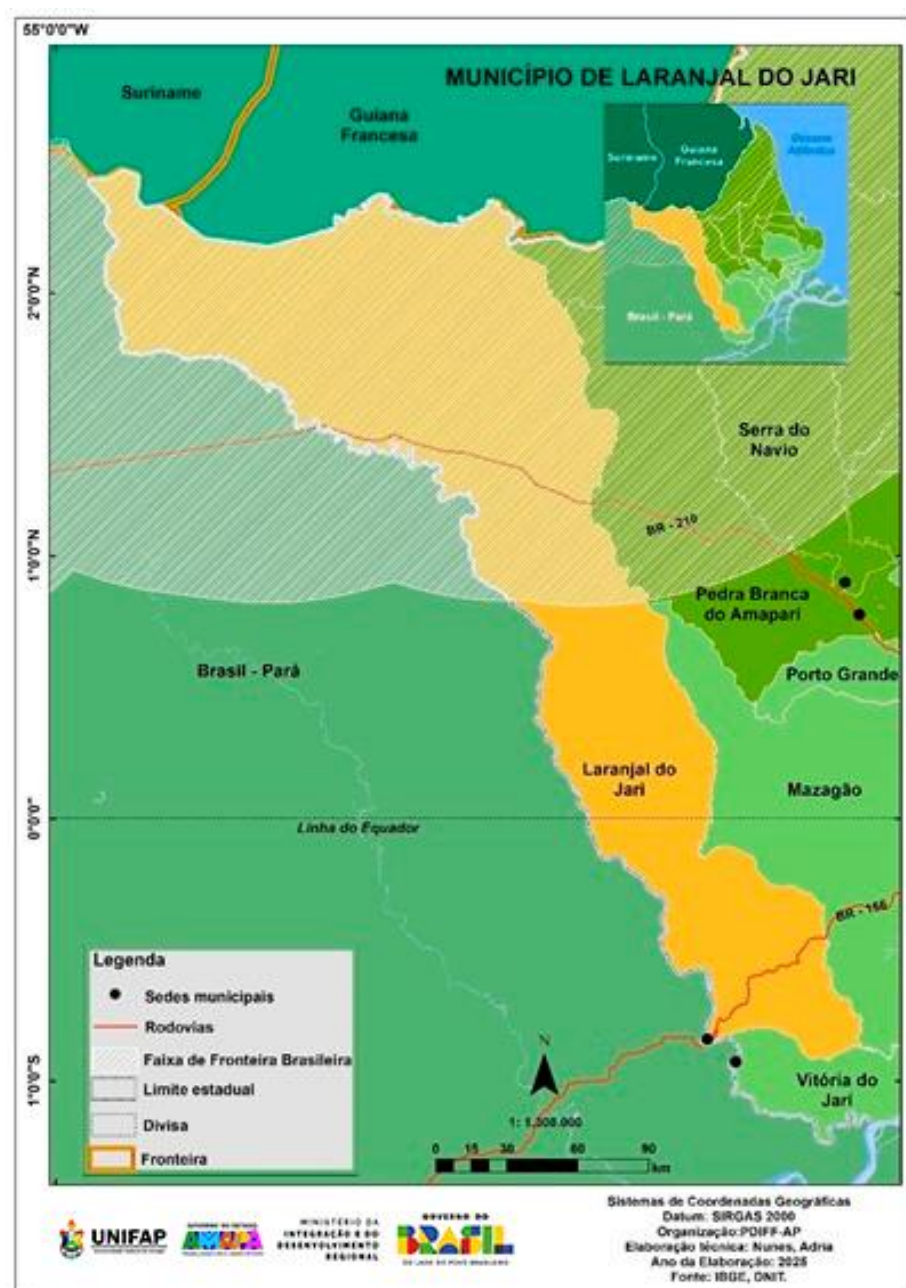


## MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI

### Localização do município

O município de Laranjal do Jari (Figura 13) está localizado no sudoeste do estado do Amapá. Seus limites municipais são com os municípios de Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Almeirim (PA), além de fazer fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname. Foi criado pelo Decreto n.º 7.639, de 17 de dezembro de 1987, a partir do desmembramento do município de Mazagão (GEA, 2025).

**Figura 13.** Mapa de localização do município de Laranjal do Jari



Organização: PDIFF-AP, 2025.



O município de Laranjal do Jari está localizado a aproximadamente 265 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso à rodovia BR-210. De acordo com o último censo, a população do município é marcada por 35.114 habitantes, a população estimada para o ano de 2024 é de 37.969 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 30.782,99 km². O gentílico adotado é “laranjalense”.

### **Breve histórico do município**

Laranjal do Jari teve origem ligada ao Projeto Jari, empreendimento do empresário norte-americano Daniel Ludwig, implantado na região de Monte Dourado, distrito de Almeirim (PA). A ocupação das margens do rio Jari, antes habitadas por povos indígenas como os *Wajãpi* e *Aparais*, intensificou-se com a migração de trabalhadores, principalmente nordestinos dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, atraídos por oportunidades de emprego e melhores condições de vida (Clareto, 2003).

Ludwig implementou uma estrutura empresarial inovadora ao projetar a cidade de Monte Dourado nos moldes norte-americanos e ao importar do Japão plataformas flutuantes para produção de celulose e energia, rebocadas até a região amazônica (Teixeira, 2002). Com isso, estabeleceu-se uma base industrial que moldaria o desenvolvimento urbano e econômico do Vale do Jari nas décadas seguintes (Ferreira, 2008).

### **Aspectos socioeconômicos do município**

Em 2021, o município de Laranjal do Jari registrou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 1,13 bilhão ocupando a 3ª posição entre os municípios do Amapá e destacando-se como um dos principais centros econômicos do estado, com participação de 5,64% no PIB total do estado (IBGE, 2023).

O município de Laranjal do Jari apresenta um panorama produtivo marcado pela diversidade de atividades primárias, com destaque para a extração vegetal, a silvicultura, a pecuária e a agricultura de base familiar. Esses setores são fundamentais para a subsistência, geração de renda e dinamização econômica local, especialmente em áreas rurais e ribeirinhas.

### **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Laranjal do Jari**

Situado às margens do rio Jari, Laranjal do Jari apresenta um conjunto de oportunidades estratégicas para o seu desenvolvimento socioeconômico, com destaque para o fortalecimento das cadeias produtivas florestal, agroextrativista e agropecuária familiar. A produção significativa de madeira em tora e lenha legalizada, somadas a produtos como açaí e castanha-do-Brasil, reafirma o protagonismo do município no setor florestal e extrativista.

A presença da Reserva Extrativista do Rio Cajari, oferece grande potencial para iniciativas de manejo sustentável, agregação de valor a produtos da sociobiodiversidade e acesso a mercados por meio de certificações ambientais e de comércio justo. A comunidade é reconhecida pela tradição na extração, beneficiamento e comercialização da castanha-do-Brasil. O Festival da Castanha, realizado anualmente, reforça a importância econômica e simbólica desse produto, além de atrair visitantes e valorizar o conhecimento tradicional associado ao seu uso culinário e medicinal.

No campo da agricultura familiar, destaca-se a produção de mandioca, banana, abacaxi, milho e feijão, com um setor agrícola diversificado e potencial de ampliação da produtividade mediante incentivos à agroecologia, acesso a assistência técnica, crédito rural e políticas públicas de compras institucionais. A aquicultura vem ganhando espaço, com produção expressiva de tambaqui, tambacu e pirapitinga. A criação de alevinos reforça a estruturação dessa cadeia produtiva e indica oportunidades de integração com a agricultura e a alimentação escolar local.

A posição geográfica do município, aliada à integração fluvial e à conclusão da ponte sobre o rio Jari, configura uma vantagem logística estratégica. Esses fatores ampliam o potencial para investimentos em infraestrutura urbana, transporte, armazenamento e escoamento da produção local.

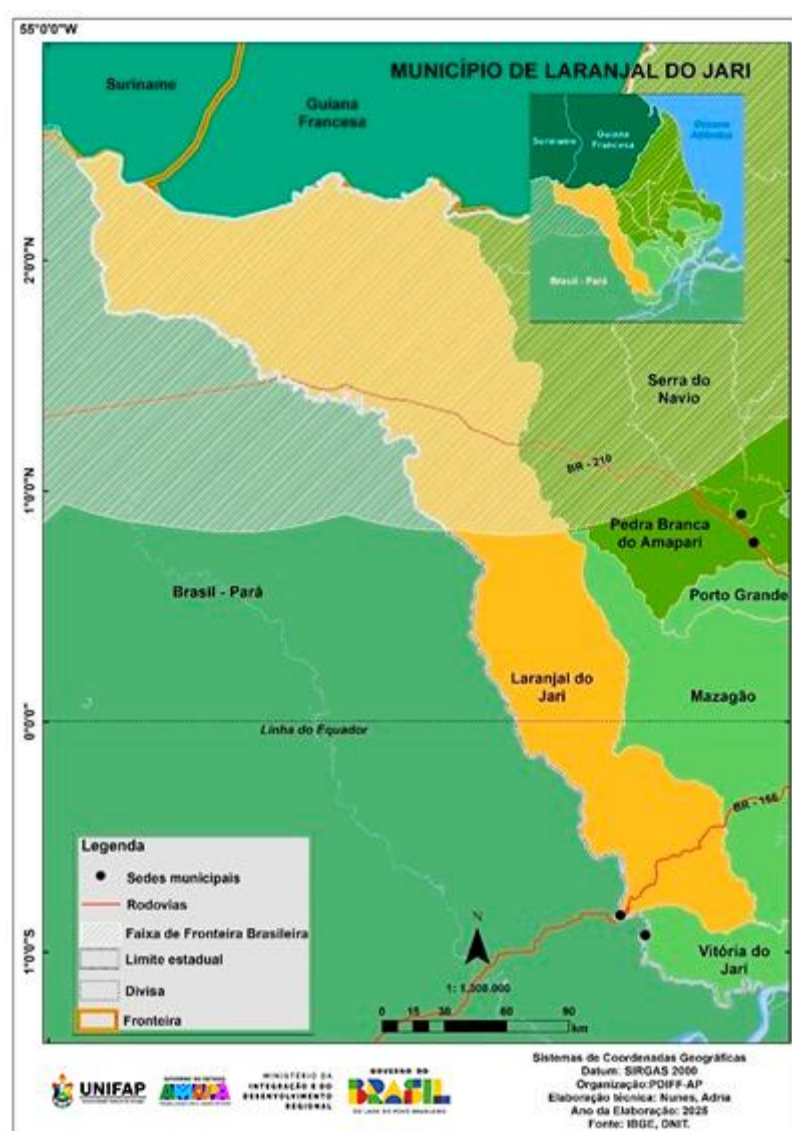
O turismo de aventura, ecoturismo e o turismo de base comunitária representam uma oportunidade estratégica para Laranjal do Jari. A biodiversidade local, os rios, as reservas naturais e o modo de vida das comunidades criam um cenário favorável para o desenvolvimento de roteiros turísticos sustentáveis, que podem gerar renda e promover a conservação ambiental. Pontos turísticos como a Cachoeira de Santo Antônio e a Praia da Samaúma são destacados como importantes atrativos da cidade.

## MUNICÍPIO DE OIAPOQUE

### Localização do município

O município de Oiapoque (Figura 14), localizado no extremo norte do estado do Amapá, tem origem no termo tupi-guarani "*oiap-oca*", que significa "casa dos *Waiãpi*". Sua criação foi formalizada pela Lei n. 7.578, de 23 de maio de 1945, e faz limite com os municípios de Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari (Prefeitura Municipal de Oiapoque, 2025).

**Figura 14.** Mapa de localização do município de Oiapoque



Organização: PDIF-AP, 2025.

O município de Oiapoque está localizado a aproximadamente 590 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso à rodovia BR-156. De acordo com o último censo, a população do município é marcada por 27.482 habitantes, a população estimada para o ano

de 2024 é de 30.481 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 23.034,392 km<sup>2</sup>. O gentílico adotado é “oiapoquense”.

### **Breve histórico do município**

Durante a época colonial, Oiapoque fazia parte da Capitania do Cabo Norte. Nos primeiros anos do século XVI, os portugueses se envolveram em conflitos com outras potências europeias para estabelecer o controle territorial ao sul do rio Oiapoque (na época conhecido como Vicente Pinzón) e ao norte do rio Amazonas, com o objetivo de expandir os impérios colonizadores. Os povos originários da região, como os antepassados dos *Waiãpi*, ocupavam as terras ao longo do rio Oiapoque, enquanto os antepassados dos *Galibi* e *Palikur* habitavam o vale do rio Uaçá e seus afluentes (Prefeitura Municipal de Oiapoque, s.d.).

Em 1907, o Governo Federal estabeleceu o Primeiro Destacamento Militar no município, que servia como local para prisioneiros políticos. Anos mais tarde, esse destacamento foi transferido para Santo Antônio, atual distrito de Clevelândia do Norte, sob o nome de Colônia Militar (Prefeitura Municipal de Oiapoque, *op.cit*).

A inauguração da Ponte Binacional, em 18 de março de 2017, cuja concepção remonta a 1997, marcou a conexão terrestre entre Oiapoque e *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, representando um avanço significativo na mitigação do isolamento geográfico do Amapá. Tal isolamento decorre de barreiras naturais impostas pela floresta amazônica e por sua complexa rede hidrográfica (Assunção, 2020).

No entanto, as restrições impostas pelo lado francês à travessia de brasileiros pela ponte binacional contribuem para a manutenção da atividade dos catraieiros, além de estimular o comércio informal em Oiapoque. Logo, ambos os lados da fronteira desempenham um papel importante na dinâmica econômica local.

Essa ligação internacional também configura uma oportunidade estratégica para o estado, que, com acesso direto ao Oceano Atlântico, pode estabelecer relações privilegiadas com a Europa e o Caribe. Esse diferencial geográfico abre caminhos para a criação de uma rota turística e comercial internacional, contribuindo para ampliar a inserção do Amapá em circuitos econômicos e culturais globais.

### **Aspectos socioeconômicos do município**

O município de Oiapoque, em 2021, apresentou um PIB de R\$ 528,9 milhões, ocupando a 5ª posição no ranking estadual do Amapá, com participação de 2,63% no PIB total do estado (IBGE, 2023). De modo geral, a base produtiva de Oiapoque reflete a presença de atividades

tradicionais, com potencial de desenvolvimento em setores como aquicultura e fruticultura, desde que articulados a políticas de apoio técnico, infraestrutura rural e acesso a mercados.

### **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Oiapoque**

Oiapoque, devido à fronteira com a Guiana Francesa (França), apresenta um conjunto de oportunidades para o desenvolvimento regional, especialmente nos setores de comércio transfronteiriço e turismo. A cidade tem se destacado pela atividade no setor de serviços com ênfase no comércio varejista, turismo e artesanato, especialmente o artesanato indígena, que contribui para a geração de renda local e preservação das tradições culturais.

A presença de comunidades indígenas na região, com uma diversidade linguística, oferece uma base para o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária (TBC), já praticado em algumas localidades, a exemplo de experiências com o suporte da ONG Garupa e outras ações. A iniciativa pode estimular novas discussões e a implementação de experiências semelhantes em outras aldeias.

O ecoturismo e o turismo de aventura despontam como atividades promissoras em Oiapoque, devido à presença de atrativos naturais como a Cachoeira *Grand Roche* e a Pedra do Abacaxi. Além disso, o município abriga o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e o Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) — unidades de conservação de proteção integral que, mesmo com restrições, possibilitam atividades de pesquisa científica e turismo ecológico controlado.

Em termos produtivos, Oiapoque tem uma base agropecuária voltada à subsistência e abastecimento local, com destaque para a produção de mandioca, banana e abacaxi. A cadeia produtiva do cacau também mostra um potencial de desenvolvimento, a exemplo do empreendimento Chocolates Cassiporé, que já utiliza o cacau produzido na região. Além disso, a cidade apresenta um setor extrativista relevante, com a produção de açaí, madeira legalizada e carvão vegetal.

Além disso, estudos conduzidos pela Petrobras e avaliados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) apontam para o potencial de exploração de petróleo e gás natural na Margem Equatorial Brasileira, particularmente na Bacia da Foz do rio Amazonas, que se estende pela costa do Amapá. O bloco FZA-M-59, por exemplo, situado a aproximadamente 160 km da costa de Oiapoque, tem sido objeto de análises sísmicas e ambientais, com indícios de reservas de petróleo em águas ultraprofundas. Em 2010, foi perfurado o último poço em águas rasas na região (IBP, 2025).

A eventual confirmação de reservas comercialmente viáveis representa uma oportunidade transformadora para o desenvolvimento regional, com estimativa de geração de 54 mil empregos diretos e indiretos, crescimento de 61,2% do PIB do estado, incremento na arrecadação de *royalties* e fortalecimento da infraestrutura logística e portuária local (IBP, 2025)

No entanto, o parecer técnico n. 06/2023 do IBAMA ressaltou lacunas nos estudos ambientais apresentados, especialmente quanto aos impactos sobre a biodiversidade marinha, a zona costeira sensível do Oiapoque e os modos de vida de comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e pescadores artesanais. Diante disso, qualquer avanço na exploração exige a adoção rigorosa do princípio da precaução, o fortalecimento da participação social nos processos decisórios e a implementação de medidas robustas de mitigação e monitoramento ambiental.

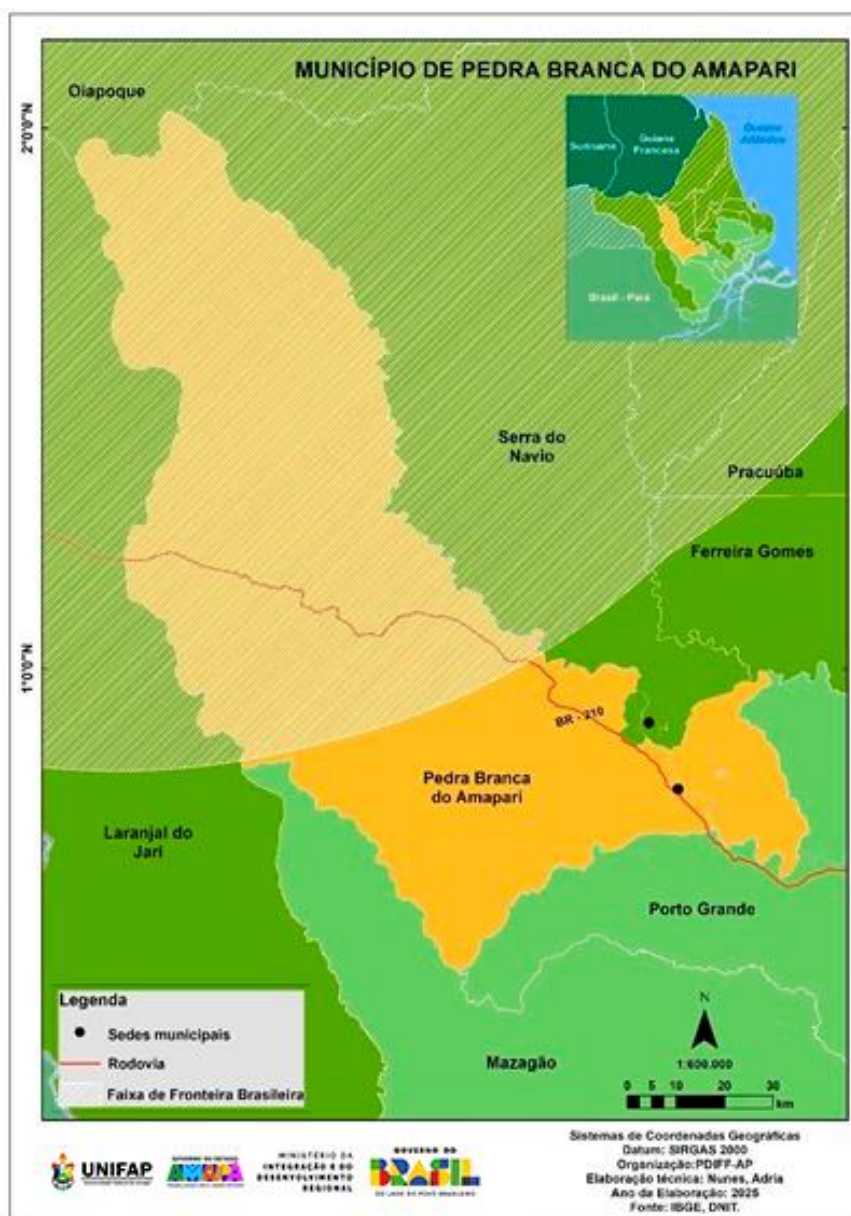


## MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

### Localização do município

O município de Pedra Branca do Amapari (Figura 15) está localizado na região central do estado do Amapá, fazendo limite com Oiapoque ao norte, Serra do Navio a leste, Porto Grande ao sudeste, Mazagão ao sul e Laranjal do Jari a oeste. Foi criado em 1º de maio de 1992, por meio da Lei Estadual n. 08 (Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari, 2022).

**Figura 15.** Mapa de localização do município de Pedra Branca do Amapari



Organização: PDIFF-AP, 2025.

O município de Pedra Branca do Amapari está localizado a aproximadamente 180 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso à rodovia BR-210. De acordo com o



último censo, a população do município é marcada por 12.847 habitantes, a população estimada para o ano de 2024 é de 13.798 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 9.622,29 km<sup>2</sup>. O gentílico adotado é “pedrabrancaniense”.

### **Breve histórico do município**

A história do município tem início na década de 1930, com a descoberta de ouro na região do rio Amapari, então pertencente ao Território do Amapá. Esse achado provocou um intenso fluxo migratório, atraindo pessoas em busca de ouro e outros metais preciosos. A origem do município está diretamente ligada à exploração aurífera realizada pelos Samaracá, um grupo indígena originário da Guiana Francesa, que teria batizado a região ao gravar nomes nas pedras brancas dos rios locais (IBGE, 2022).

Em 1953, a descoberta de manganês na região impulsionou ainda mais a movimentação para o interior do Amapá. Devido às dificuldades de acesso por terra, as viagens aéreas tornaram-se frequentes. Durante uma dessas rotas, um dos pilotos avistou uma grande formação rochosa no leito do rio Amapari, que logo passou a ser utilizada como ponto de referência para a navegação e localização. Com o tempo, essa marca geográfica deu nome à localidade, que passou a ser conhecida como Pedra Branca (IBGE, 2022).

### **Aspectos socioeconômicos do município**

O município de Pedra Branca do Amapari apresentou, em 2021, um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 453,3 milhões, ocupando a 6ª posição no ranking estadual do Amapá, com participação de aproximadamente 2,53% no PIB total do estado (IBGE, 2023).

De maneira geral, o município apresenta uma economia baseada principalmente na mineração, mas vem buscando diversificação através da agricultura, com ênfase em mandioca, banana, abacaxi e aquicultura. A produção florestal também teve contribuição, com madeira, lenha e carvão vegetal.

### **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Pedra Branca do Amapari**

Embora a economia de Pedra Branca do Amapari seja fortemente dependente da mineração, o município apresenta condições favoráveis para diversificar sua base produtiva e promover o desenvolvimento sustentável. O fortalecimento de cadeias complementares, como a agricultura familiar, a produção de alimentos orgânicos e o extrativismo sustentável, pode reduzir a dependência de atividades extrativas minerais e ampliar as oportunidades de emprego e renda.

Nesse contexto, destaca-se a presença do Eco Parque na Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo, com potencial para impulsionar o ecoturismo, a educação ambiental e a valorização dos recursos naturais. Iniciativas sustentáveis nesse campo podem aliar conservação ambiental à inclusão produtiva, reforçando a identidade local.

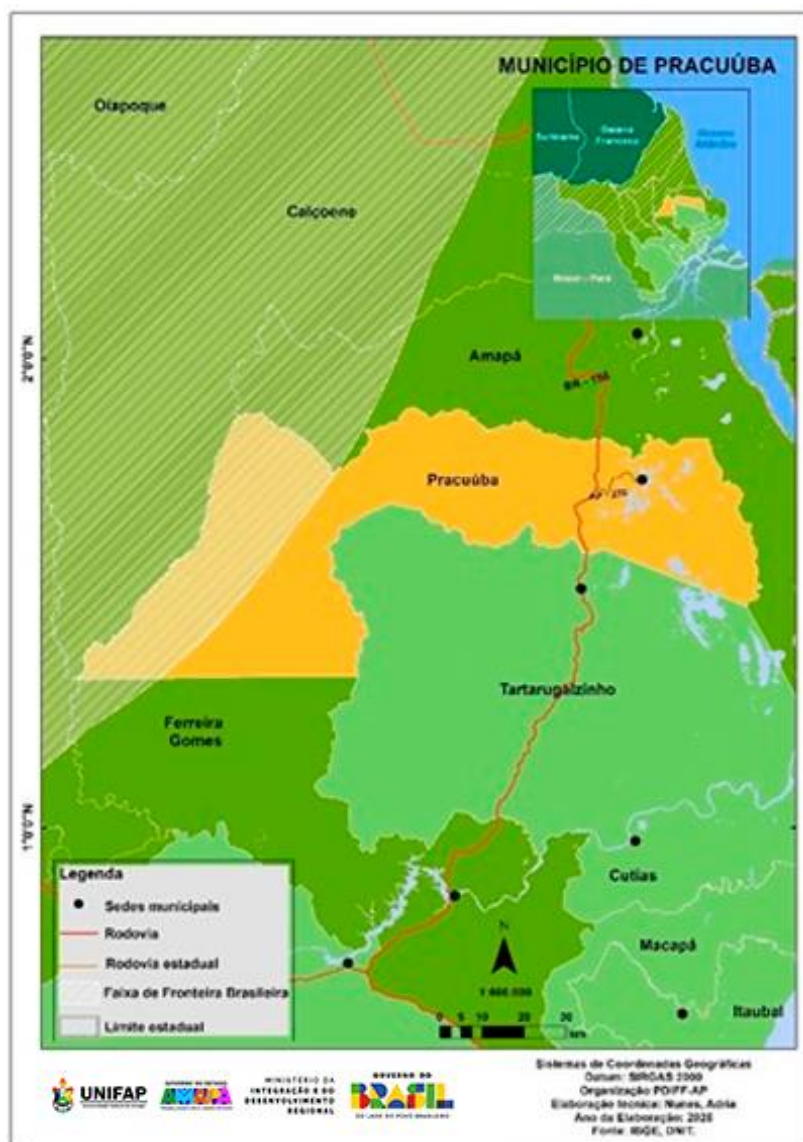
Com planejamento estratégico, articulação entre os setores público e privado e foco na sustentabilidade, Pedra Branca do Amapari pode consolidar um modelo de desenvolvimento equilibrado na região amazônica, integrando suas vocações econômicas com a valorização da população e do território.

## MUNICÍPIO DE PRACUÚBA

### Localização do município

O município de Pracuúba (Figura 16) está situado na região centro-oeste do estado, fazendo limite com Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Amapá e Calçoene. Foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual n. 04, de 1º de maio de 1992 (Prefeitura Municipal de Pracuúba, 2025).

**Figura 16.** Mapa de localização do município de Pracuúba



Organização: PDIFF-AP, 2025.

O município de Pracuúba está localizado a aproximadamente 276 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso à rodovia BR-156. De acordo com o último censo, a população do município é marcada por 3.803 habitantes, a população estimada para o ano de 2024 é de 4.042 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 4.957 km<sup>2</sup>. Além da sede

municipal, na área do município existem 8 localidades, sendo elas: Breu, Cujubim, Flexal, Pernambuco, Porto Franco, Ramal do Pracuúba, São Miguel e Tucunaré. O gentílico adotado é “pracuubense”.

### **Breve histórico do município**

A área que hoje corresponde a Pracuúba fazia parte do território de Tartarugalzinho, cuja formação remonta a 1906. Com paisagem marcada por rios e campos alagados, a região era ocupada por populações ribeirinhas que viviam da pesca. O crescimento populacional levou à formação de comunidades às margens dos rios Pracuúba e Flexal, importantes para a atividade pesqueira. Em maio de 1992, a localidade foi emancipada e passou a se chamar Pracuúba, nome derivado de uma palmeira nativa comum nas florestas do entorno do Lago do Piratuba (IBGE, 2022).

### **Aspectos socioeconômicos do município**

Em 2021, o município de Pracuúba registrou o menor PIB entre os municípios do Amapá, totalizando R\$ 84,59 milhões, com participação de 0,42% no PIB total do estado (IBGE, 2023).

Assim como os demais municípios da Região dos Lagos, Pracuúba, possui potencial pesqueiro com destaque para a pesca artesanal de peixes e crustáceos. No entanto, os dados sobre essa atividade não constam na base da Pesquisa da Produção da Pecuária Municipal (PPM/IBGE), o que limita a visibilidade estatística da pesca na economia local. Por fim, observamos que a economia do município possui uma base no setor primário com atividades agroextrativistas em pequena escala. A estrutura produtiva apresenta baixa diversificação e o mercado de trabalho formal é limitado.

### **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Pracuúba**

Pracuúba apresenta grande potencial para o desenvolvimento sustentável, especialmente nas áreas de agricultura familiar, pesca artesanal e produção de queijo. Com vasta extensão de áreas rurais e acesso a rios e lagos, o município fortalece cadeias produtivas como a do pescado e da bubalinocultura, promovendo geração de renda e inclusão social. A ampliação da infraestrutura produtiva e logística, aliada à cooperação regional na Região dos Lagos, contribui para a diversificação econômica e o aumento da competitividade da região.

O setor produtivo de Pracuúba destaca-se pela força da agricultura familiar, com ênfase na alta produção de banana. Essa atividade é uma das principais fontes de renda para as famílias rurais do município, movimentando a economia local e promovendo a segurança alimentar.

A produção de banana se beneficia das condições climáticas favoráveis e do conhecimento tradicional dos agricultores, que utilizam práticas sustentáveis no cultivo. Essa cadeia produtiva tem potencial para expansão e geração de valor agregado, especialmente com investimentos em infraestrutura, capacitação técnica e acesso a mercados.

A valorização dos saberes tradicionais, o incentivo ao ecoturismo, investimentos em infraestrutura básica e educação técnica são caminhos estratégicos para impulsionar o crescimento econômico com responsabilidade ambiental. Com apoio público e parcerias locais, Pracuúba consolida-se como exemplo de desenvolvimento rural sustentável no Amapá.

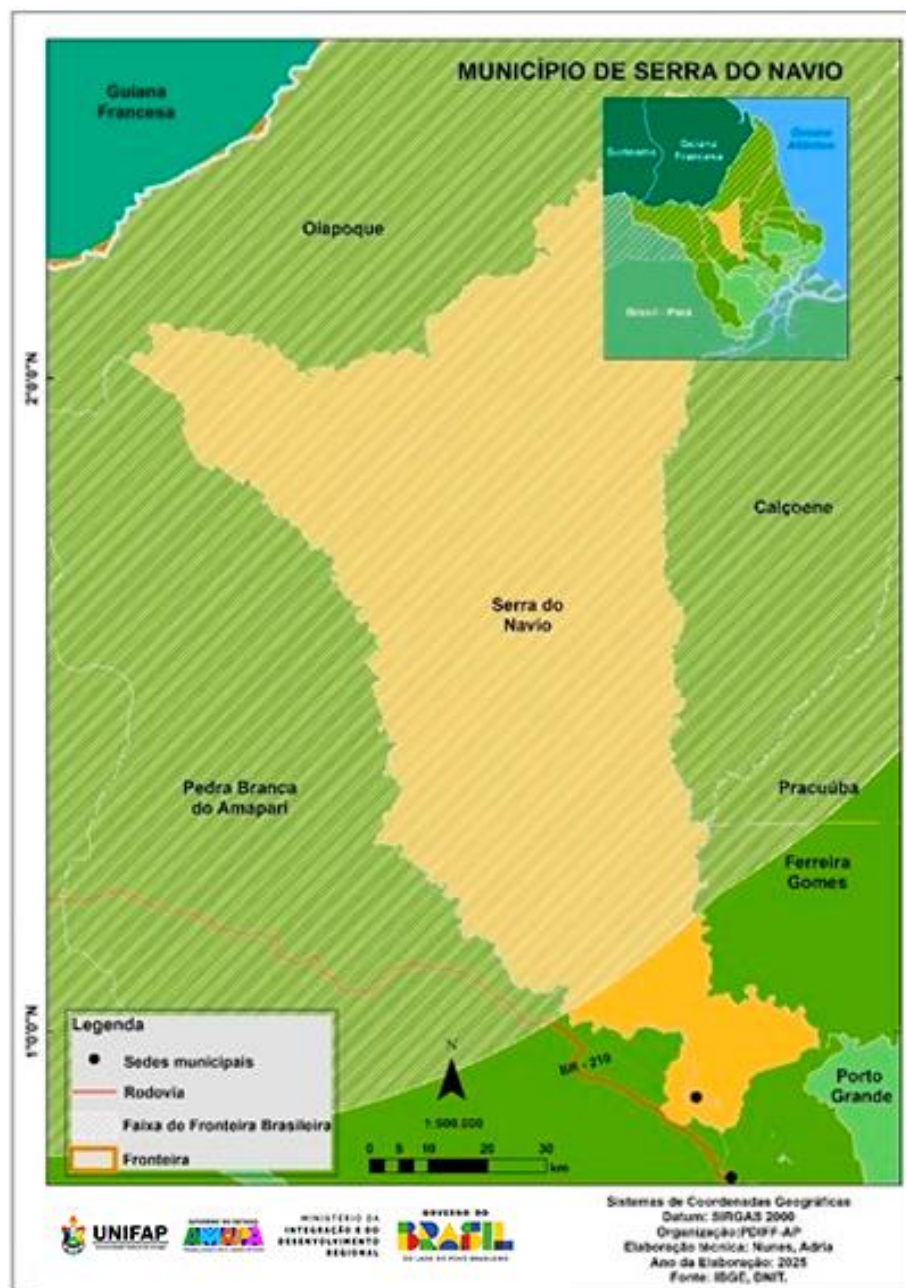
O turismo em áreas naturais vem se desenvolvendo devido ao grande potencial do município. Segundo o Guia Turístico de Pracuúba, publicado em 2023 pela Secretaria de Turismo do Estado do Amapá, destacam-se pontos como a Igreja de São Francisco, localizada na comunidade de São Miguel; o Projeto Quelônio, do IBAMA, que realiza soltura de quelônios na natureza; a Casa Paciência, ateliê da artesã Mariza Costa, que trabalha com escamas de peixes, conchas e raízes; além dos balneários Riacho Doce e Olho da Cobra d'Água.

## MUNICÍPIO DE SERRA DO NAVIO

### Localização do município

O município de Serra do Navio (Figura 17) está localizado na região central do estado do Amapá, fazendo limite com os municípios de Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Ferreira Gomes, Pracuúba e Calçoene.

**Figura 17.** Mapa de localização do município de Serra do Navio



Organização: PDIFF-AP, 2025.

Criado em 1992 com o nome de Água Branca do Amapari, foi desmembrado do município de Macapá conforme o artigo 3º da Lei Complementar n. 01, de 17 de março de 1992.

Posteriormente, em 1º de janeiro de 1993, teve seu nome alterado para Serra do Navio, conforme a Lei Estadual n. 76, de 22 de junho de 1993 (Prefeitura Municipal de Serra do Navio, 2025).

O município de Serra do Navio está localizado a aproximadamente 203 km da capital Macapá, tendo como principal via de acesso à rodovia BR-210. De acordo com o último censo, a população do município é marcada por 4.673 habitantes, a população estimada para o ano de 2024 é de 4.986 pessoas (IBGE, 2024). Possui uma área territorial de 7.713 km². O gentílico adotado é “serraviense”.

### **Breve histórico do município**

Serra do Navio foi inicialmente denominada Água Branca do Amapari, tendo seu nome alterado posteriormente para o atual. Segundo relatos de moradores antigos, a nova denominação teria origem na aparência do rio que passa em frente à cidade, cujo contorno, visto de cima, lembra o formato de um navio (IBGE, 2023).

Antes da criação do município, houve um processo de intensa articulação política para viabilizar a implantação da Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI), o que resultou na criação das vilas de Serra do Navio e Amazonas (hoje em Santana), além da construção de rodovias, da Estrada de Ferro do Amapá (EFA), do porto de Santana e da abertura da área de mineração (Drummond, 2007).

A Vila de Serra do Navio foi projetada para acomodar os funcionários envolvidos nas operações da ICOMI. Toda a infraestrutura desenvolvida, incluindo as vilas, foi planejada para sustentar esse grande projeto de mineração (Plano Municipal de Turismo de Serra do Navio/AP, 2019-2023).

A ICOMI operou em Serra do Navio por quase 50 anos, começando no final da década de 1950 e encerrando suas atividades em 1997, sob a justificativa de que as reservas de minério de manganês haviam se esgotado. A desativação da mineradora marcou uma fase de transição significativa em Serra do Navio, impactando sua organização econômica e social, antes estruturada como cidade planejada. Apesar dos desafios, o município tem buscado valorizar seu patrimônio urbano e natural por meio de atividades como o turismo (Amapá, 2023).

### **Aspectos socioeconômicos do município**

O município de Serra do Navio, em 2021, apresentou um PIB de R\$ 92,15 milhões, ocupando a 14ª posição no ranking estadual do Amapá, com participação de 0,44% no PIB total do estado (IBGE, 2023).

De maneira geral, a economia de Serra do Navio é dependente da Administração Pública, com os serviços e a agropecuária também tendo participação relevante. A indústria tem



peso menor no PIB, mas concentra a maior parte dos vínculos formais de trabalho, especialmente ligados à mineração. O setor primário é diversificado, com atividades em agricultura, pecuária, aquicultura e extração vegetal. A produção agrícola é voltada principalmente ao consumo local e à comercialização regional, com destaque para cultivos alimentares. A pecuária é modesta, e a aquicultura e a silvicultura também contribuem para a economia, com foco na produção de madeira e frutos regionais.

### **Oportunidades estratégicas para o desenvolvimento de Serra do Navio**

Serra do Navio apresenta potencial de desenvolvimento baseado em suas características geográficas, históricas e culturais. Com o declínio das atividades mineradoras, tornou-se estratégico investir em setores como o ecoturismo e o turismo de experiência, valorizando sua arquitetura urbana singular e a biodiversidade local.

A arquitetura de influência norte-americana e pontos turísticos como a Corredeira da Pedra Preta e a Lagoa Azul fortalecem as oportunidades turísticas no município. Com uma base histórica e econômica ligada à mineração, especialmente à exploração de manganês, o município enfrenta o desafio de diversificar sua economia de forma sustentável, aproveitando seu potencial para o turismo.

Além disso, o ecoturismo é outro setor com grande potencial, com paisagens naturais preservadas, rios, mirantes e uma rica biodiversidade, Serra do Navio pode atrair visitantes interessados em turismo de aventura e vivências culturais.

Outras oportunidades estratégicas relacionadas à valorização da cadeia florestal e ao fortalecimento da aquicultura, possuem potencial para agregar valor à produção madeireira e estimular a criação de peixes nativos. A diversificação da agricultura familiar e a valorização de alimentos regionais também se configuram como vetores para geração de renda e dinamização da economia local.

# **DIAGNÓSTICO DA FAIXA DE FRONTEIRA POR EIXOS TEMÁTICOS**

## COMUNIDADES TRADICIONAIS

O reconhecimento institucional dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil é resultado de um processo histórico de mobilização social. Embora presentes desde o período colonial, sua inclusão nas políticas públicas ganhou força a partir dos anos 2000, com marcos como a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (2004) e a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNPCT), pelo Decreto n. 6.040/2007. A consolidação desse arcabouço legal foi ampliada com a criação do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, em 2016 (Thum, 2017).

Esses grupos são caracterizados por uma relação diferenciada com o território, organização social própria e transmissão intergeracional de saberes e práticas. A definição legal ressalta que sua reprodução cultural, social e econômica depende do acesso aos territórios e do uso sustentável dos recursos naturais. Estratégias como a autodefinição, os protocolos comunitários e a cartografia social reforçam sua identidade e fundamentam a reivindicação de direitos (Brasil, 2007; Thum, 2017).

No contexto nacional, comunidades como indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e outros grupos tradicionais ocupam amplas regiões, com grande diversidade sociocultural e ambiental. Apesar disso, enfrentam desafios estruturais, como a morosidade nos processos de regularização fundiária, a pressão de atividades predatórias (garimpo, desmatamento, grandes empreendimentos) e a fragilidade das políticas públicas específicas. Instituída pelo decreto nº 7.747/2012, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) exemplifica a tentativa de enfrentamento desses desafios, ainda que com implementação limitada (Cunha; Magalhães; Adams, 2022).

A Amazônia Legal concentra uma parcela significativa dessas populações, distribuídas por nove estados que somam cerca de 59% do território brasileiro. Nessa região, os modos de vida tradicionais estão diretamente ligados ao uso sustentável dos recursos naturais e ao conhecimento acumulado sobre o manejo ambiental. Apesar de seu papel estratégico na conservação, essas populações convivem com baixos indicadores sociais, dificuldades de acesso a serviços públicos e alta vulnerabilidade a pressões externas.

No estado do Amapá, observa-se uma ampla diversidade de comunidades tradicionais, entre eles povos indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos. Cada grupo possui formas específicas de organização e de relação com o território, o que demanda políticas públicas ajustadas às suas realidades socioculturais.

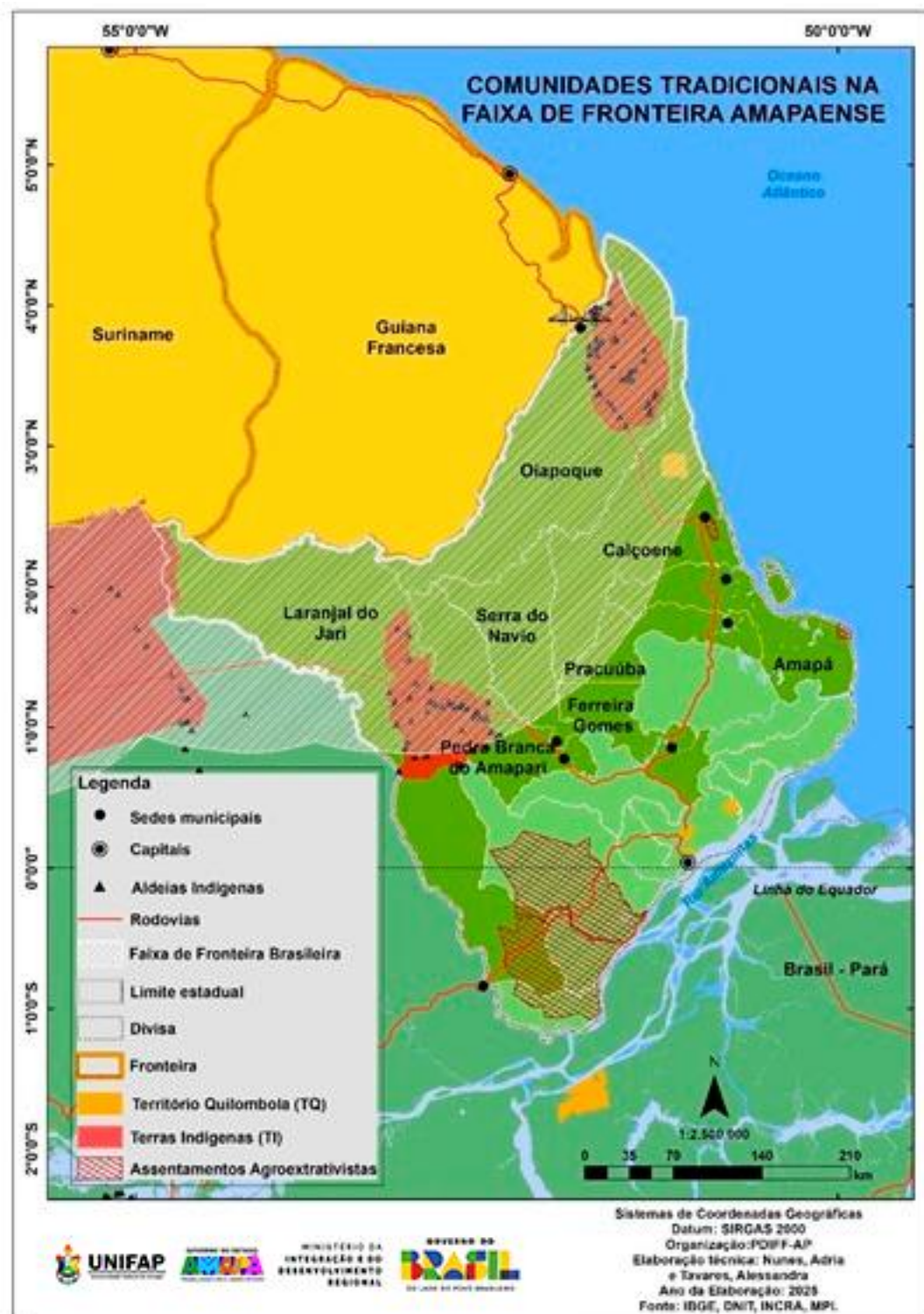
Diante desse cenário, este diagnóstico tem como objetivo identificar e analisar as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que incidem sobre as comunidades tradicionais na faixa de fronteira do Amapá. A abordagem exige articulação com os eixos temáticos de Meio Ambiente, Educação, Saúde e Turismo, visando subsidiar a formulação de políticas públicas integradas e eficazes.

## **DADOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

A Amazônia Legal abriga grande parte das populações tradicionais do Brasil, sendo território fundamental para a diversidade cultural, social e ambiental do país. De acordo com o Censo Demográfico 2022, 51,25% dos indígenas do Brasil vivem na Amazônia Legal, representando 3,26% da população da região, dos quais 46,4% residem em terras indígenas. No caso da população quilombola, 32,1% vivem na Amazônia Legal, o que corresponde a 1,6% da população regional, com 18,97% dessa população residindo em territórios oficialmente delimitados (IBGE, 2023).

No Amapá, as comunidades tradicionais estão inseridas em diferentes formas de ocupação territorial, como terras indígenas, territórios quilombolas, assentamentos agroextrativistas e unidades de conservação de uso sustentável. Essas comunidades mantêm modos de vida baseados na agricultura de subsistência, pesca artesanal e extrativismo, sendo fundamentais para a conservação ambiental e a soberania alimentar local.

**Figura 18.** Mapa de Comunidades Tradicionais da Fronteira Amapaense



Organização: PDIFF-AP, 2025.

É importante destacar que, no contexto do Amapá, há escassez de dados atualizados e consistentes por parte dos órgãos estaduais sobre essas populações. Por isso, este diagnóstico baseia-se principalmente nas informações disponíveis no Censo Demográfico de 2022.

## Povos Indígenas

O estado do Amapá registrou, segundo o Censo 2022, uma população indígena de 11.334 pessoas (Tabela 1), representando 1,54% da população estadual. Em 2010, o número era de 7.411, o que significa um crescimento expressivo de 65,3% em doze anos. Os municípios de Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Macapá concentram cerca de 93% dessa população. Em Oiapoque vivem 8.088 indígenas (29,43% da população municipal), em Pedra Branca do Amapari, 1.676 (13,05%), e em Macapá, 1.245 (0,28%). Embora Macapá não tenha terras indígenas demarcadas, há presença significativa de indígenas em áreas urbanas. Oiapoque abriga 55 aldeias indígenas, enquanto em Pedra Branca do Amapari estão presentes 73 aldeias (IBGE, 2023).

**Tabela 1.** Distribuição populacional indígena por município

| Município                         | Terra indígena                                                          | Etnias                                            | População indígena |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|--------------------|
| <b>Oiapoque</b>                   | Uaçá, Juminã e Galibi                                                   | Karipuna, Palikur, Galibi Marworno, Galibi Kalinã | 6.194              |
| <b>Pedra Branca do Amapari</b>    | Baixo rio Xingu, região delimitada pelos rios Oiapoque, Jari e Araguari | Waiãpi                                            | 1.665              |
| <b>Laranjal do Jari/AP e Pará</b> | Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'Este                                 | Apalay, Waiana, Tiriyo, Kaxuyana                  | 2.250              |

Fonte: IBGE, 2023; IEPÉ, 2022. Elaboração e organização: PDIFF-AP 2025.

Quanto à moradia (Tabela 2), o estado possui 1.433 domicílios em Terras Indígenas. Oiapoque lidera com 1.180 unidades, seguido por Pedra Branca do Amapari com 238. A infraestrutura desses domicílios é precária: apenas 4,42% têm conexão à rede de esgoto, 29,32% recebem água pela rede geral, 59,75% têm coleta de lixo e 73,38% contam com banheiro de uso exclusivo. Em comparação, as médias estaduais para esses indicadores são respectivamente: 12,06%, 49,86%, 90,82% e 95,19%.

No Parque do Tumucumaque, as condições se agravam, nenhum domicílio tem acesso à rede de esgoto, apenas 2,54% recebem água tratada, 0,39% têm coleta de lixo e 7,23% possuem banheiro exclusivo. Esses dados refletem um nível extremo de vulnerabilidade.

**Tabela 2.** Infraestrutura em domicílios com presença indígena por município (%)

| Município                      | Esgoto | Água rede | Banheiro exclusivo | Coleta de lixo |
|--------------------------------|--------|-----------|--------------------|----------------|
| <b>Oiapoque</b>                | 0,65   | 25,95     | 75,08              | 45,87          |
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 1,49   | 5,95      | 5,2                | 62,08          |

Fonte: IBGE, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

No recorte urbano-rural, observa-se que domicílios urbanos têm melhores indicadores: 17,16% com esgoto, 39,60% com água encanada, 42,69% com coleta de lixo. Em áreas rurais, os índices são de 0,62%, 23,06% e 17,06%, respectivamente. Em relação a alfabetização (Tabela 3), a taxa geral de alfabetização entre indígenas com 15 anos ou mais é de 90,35% (6.355 pessoas), sendo que 9,65% (679 pessoas) são não alfabetizadas. Os dados demonstram avanços significativos, especialmente entre os mais jovens.

**Tabela 3.** Taxa de alfabetização por faixa etária (%)

| Faixa etária    | Estado AP | Oiapoque | Pedra Branca do Amapari |
|-----------------|-----------|----------|-------------------------|
| 15 a 19 anos    | 97,68     | 97,84    | 96,13                   |
| 20 a 24 anos    | 97,84     | 97,82    | 96,97                   |
| 25 a 34 anos    | 96,92     | 96,6     | 95,32                   |
| 35 a 44 anos    | 90,09     | 90,65    | 81,9                    |
| 45 a 54 anos    | 83,81     | 85,39    | 60,34                   |
| 55 a 64 anos    | 75,61     | 69,83    | 12,9                    |
| 65 anos ou mais | 55,14     | 52,54    | 6,45                    |

Fonte: IBGE, 2023. Elaboração e organização: PDIFF- AP, 2025.

No Parque do Tumucumaque, os índices são ainda menores: apenas 82,65% dos jovens (15-19 anos) são alfabetizados, caindo para 36,73% entre os com 65 anos ou mais. A vulnerabilidade educacional é evidente.

Outro aspecto analisado é o registro de nascimento de crianças indígenas (Tabela 4). Em Pedra Branca do Amapari, 83,78% das crianças indígenas de até 5 anos não possuem registro civil, sendo que a maioria possui apenas o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI), um documento administrativo emitido pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Isso representa um dos piores cenários do país. No estado, 30,72% das crianças possuem apenas o RANI, valor bem acima da média nacional (4,97%).

**Tabela 4.** Tipo de registro por município (%)

| Tipo de registro     | Oiapoque |       | Pedra Branca do Amapari |       |
|----------------------|----------|-------|-------------------------|-------|
|                      | 2010     | 2022  | 2010                    | 2022  |
| Registro em cartório | 95,69    | 84,49 | 0                       | 5,41  |
| Com RANI             | 2,45     | 9,94  | 95,78                   | 83,78 |
| Sem registro         | 1,18     | 5,48  | 4,22                    | 9,77  |

Fonte: IBGE, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Em Oiapoque, 76,51% da população indígena reside em terras indígenas; em Pedra Branca do Amapari, esse percentual é de 93,74%. As principais atividades econômicas são a



agricultura e o extrativismo. Na terra indígena (TI) Uaçá, a produção de alimentos como açaí, mandioca e banana abastece tanto as aldeias quanto o mercado local.

Entretanto, um desafio recente que afeta diretamente a segurança alimentar e a economia das comunidades indígenas do Oiapoque é o surgimento da praga "vassoura de bruxa da mandioca" (*Rhizoctonia theobromae*), detectada em julho de 2024. O Governo do Amapá, vem adotando um conjunto de medidas preventivas e de combate à praga com apoio da EMBRAPA.

Embora ainda haja poucos dados sobre a produção dos povos indígenas do Amapá, reuniões técnicas e trabalhos de campo realizados na Aldeia do Manga e no Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO) apontaram dificuldades logísticas no escoamento da produção, especialmente do açaí.

Quanto à saúde, a rede de atenção à saúde indígena no Amapá conta com uma estrutura composta por uma Casa de Atenção à Saúde Indígena (CASAI), 14 Unidades Básicas de Saúde Indígenas (UBSI) e quatro polos do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), localizados nos municípios de Oiapoque e Pedra Branca do Amapari. Complementarmente, há três unidades do Núcleo Estadual de Saúde do Indígena (NESI), situadas em Oiapoque, Macapá e Pedra Branca do Amapari, que atuam com equipes formadas majoritariamente por profissionais indígenas, inclusive intérpretes, o que garante um atendimento mais sensível às especificidades culturais (CNES, 2024).

Apesar dessa estrutura formal, os relatos coletados durante os trabalhos de campo apontam uma série de deficiências na rede de atenção à saúde. Entre os principais problemas estão a escassez de profissionais qualificados, a rotatividade das equipes, a falta de medicamentos e insumos básicos, além das dificuldades logísticas para o transporte de pacientes, sobretudo em regiões de difícil acesso como o Tumucumaque. Tais condições comprometem a continuidade e a qualidade do atendimento, ampliando a vulnerabilidade sanitária das populações indígenas.

### **Comunidades quilombolas**

O Amapá possui 12.524 pessoas autodeclaradas quilombolas (Tabela 5), o que representa aproximadamente 1,7% da população total do estado. Essa população se distribui em 31 territórios oficialmente delimitados e 44 comunidades em processo de certificação e autodefinição, conforme registros da Fundação Cultural Palmares.

A maior parte da população quilombola vive fora de territórios oficialmente reconhecidos: 61,93% (7.985 pessoas) residem fora dos territórios delimitados, enquanto 38,07% (4.909 pessoas) vivem dentro desses territórios. Existem 1.879 domicílios em territórios

oficialmente delimitados, dos quais 72,31% dos moradores são quilombolas e 27,69% são não quilombolas, evidenciando a convivência de grupos distintos em territórios compartilhados (IBGE, 2023).

**Tabela 5.** Distribuição populacional quilombola

| Localização                       | População quilombola | Percentual |
|-----------------------------------|----------------------|------------|
| Dentro de territórios delimitados | 4.909                | 38,07%     |
| Fora de territórios delimitados   | 7.985                | 61,93%     |
| Total                             | 12.894               | 100%       |

Fonte: IBGE, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Do ponto de vista fundiário (Tabela 6), apenas quatro territórios estão titulados: Curiaú, Conceição do Macacoari, Mel da Pedreira e São Raimundo da Pirativa. Outras comunidades encontram-se com portarias, Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) ou em fase de estudo técnico.

**Tabela 6.** Territórios quilombolas titulados e suas populações

| Território Quilombola              | Status fundiário | População total | População quilombola |
|------------------------------------|------------------|-----------------|----------------------|
| Curiaú - Macapá                    | Titulado         | 1.803           | 1.535                |
| Conceição do Macacoari - Macapá    | Titulado         | 33              | 28                   |
| Mel da Pedreira - Macapá           | Titulado         | 115             | 115                  |
| São Raimundo da Pirativa - Santana | Titulado         | 115             | 101                  |

Fonte: IBGE, 2023; Fundação Cultural Palmares, 2024. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Na FF-AP existem cinco territórios quilombolas distribuídos nos municípios de Oiapoque, Calçoene, Ferreira Gomes e Laranjal do Jari (Quadro 1).

**Quadro 1.** Territórios quilombolas na FF-AP

| Município        | Status fundiário       | Nome do território      |
|------------------|------------------------|-------------------------|
| Calçoene         | RTID                   | Cunani                  |
| Ferreira Gomes   | Estudo técnico         | Igarapé do Palha        |
| Oiapoque         | Estudo técnico         | Kulumbu do Patuazinho   |
| Oiapoque         | Certificada (sem info) | Vila Velha do Cassiporé |
| Laranjal do Jari | Certificada (sem info) | São José                |

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2024. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

A seguir, os dados populacionais por território com informações disponíveis:

**Tabela 7.** População nos territórios quilombolas da FF-AP

| Município | Nome do território | População total | População quilombola |
|-----------|--------------------|-----------------|----------------------|
| Calçoene  | Cunani             | 56              | 56                   |

|                       |                       |     |    |
|-----------------------|-----------------------|-----|----|
| <b>Ferreira Gomes</b> | Igarapé do Palha      | 31  | 22 |
| <b>Oiapoque</b>       | Kulumbu do Patuazinho | 355 | 56 |

Fonte: IBGE, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

De acordo com IBGE (2023), em Oiapoque vivem 146 quilombolas (0,53% da população), destes, 38,36% residem em territórios quilombolas e 61,64% fora. Em Laranjal do Jari, são 345 quilombolas (0,98%), todos fora de territórios. Já no município de Ferreira Gomes, 82 quilombolas (1,23%), dos quais 26,83% estão em território e 73,17% fora. E em Calçoene, 58 quilombolas (0,55%), com 96,55% vivendo em território.

Quanto à alfabetização, o município de Oiapoque contabiliza 91,86% alfabetizados (79 pessoas), 8,14% não alfabetizados (7), enquanto Laranjal do Jari: 80,18% alfabetizados (174), 19,82% não alfabetizados (43). Ferreira Gomes: 86,96% alfabetizados (47), 14,55% não alfabetizados (8), o município de Calçoene: 86,96% alfabetizados (40), 13,04% não alfabetizados (6).

**Tabela 8.** Infraestrutura dos domicílios com pelo menos um morador quilombola

| Município               | Rede de esgoto | Água da rede geral | Banheiro exclusivo | Coleta de lixo |
|-------------------------|----------------|--------------------|--------------------|----------------|
| <b>Oiapoque</b>         | 0%             | 0%                 | 62,79%             | 44,19%         |
| <b>Laranjal do Jari</b> | 1,05%          | 33,69%             | 56,84%             | 16,84%         |
| <b>Ferreira Gomes</b>   | 3,57%          | 64,29%             | 82,14%             | 60,71%         |
| <b>Calçoene</b>         | 0%             | 0%                 | 57,14%             | 0%             |

Fonte: IBGE, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Esses dados evidenciam importantes desigualdades entre os municípios da faixa de fronteira quanto ao acesso à infraestrutura básica, escolarização e territorialização da população quilombola. Isso reforça a necessidade de políticas públicas regionalizadas e integradas para o fortalecimento dos direitos sociais e territoriais dessas comunidades.

Em relação aos dados de produção, o relatório produzido pela Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) e pela Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Amapá (CONAQ-AP), em 2021, trouxe dados relevantes sobre a situação produtiva dessas comunidades. A pesquisa, realizada entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, envolveu 51 organizações quilombolas distribuídas em sete municípios, incluindo Oiapoque, Laranjal do Jari, Calçoene e Ferreira Gomes. Macapá concentrou 70% dessas organizações, que beneficiam 8.723 famílias. Do total, 86% das organizações estão formalizadas, sendo que 61% têm liderança compartilhada entre homens e mulheres, e 25% são lideradas exclusivamente por mulheres.

A agricultura é a principal atividade produtiva em 76% das comunidades, com destaque para mandioca, açaí, banana e macaxeira. Em 2020, 35% das comunidades registraram queda na produção devido à pandemia da COVID-19. A farinha de mandioca é o principal item produzido (25.050 sacas de 60 litros). No entanto, 60% da produção é vendida a atravessadores, 31% em feiras e apenas 5 organizações acessaram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) entre 2018 e 2020.

Quanto aos desafios enfrentados, destacam-se o escoamento da produção (22%), problemas administrativos (21%) e entraves jurídicos (20%). Apenas uma comunidade possui casa de farinha totalmente mecanizada. A maioria utiliza equipamentos manuais ou semimecanizados, e houve queda de 47,6% no volume processado em 2020. A produção artesanal e a pecuária também foram afetadas negativamente. O turismo, praticado por meio de atividades culturais, teve 57% de suas ações suspensas durante a pandemia.

### **Comunidades extrativistas e ribeirinhas**

Quantificar e mapear as comunidades extrativistas e ribeirinhas no Amapá, assim como na região amazônica, representa um desafio técnico relevante, principalmente pela ausência de indicadores específicos nos censos oficiais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, não contempla diretamente a categoria "ribeirinhos" em suas estatísticas demográficas. No caso das comunidades extrativistas, os dados disponíveis são provenientes do Censo Agropecuário, cuja última edição foi realizada em 2017.

Além da lacuna estatística, a complexidade territorial da Amazônia, marcada pela extensão geográfica, difícil acesso e diversidade sociocultural, torna o processo de identificação e caracterização dessas comunidades desafiador. Em virtude dessas limitações, este diagnóstico baseia-se em informações extraídas de artigos acadêmicos, documentos técnicos, registros de campo e informações de movimentos sociais e associações comunitárias.

De acordo com o INCRA (2025), o Amapá possui 63 projetos de assentamento, totalizando aproximadamente 1,95 milhão de hectares que beneficiam cerca de 17 mil famílias. Desses, 20 são Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), voltados a comunidades tradicionais. Nos municípios da faixa de fronteira, encontram-se os assentamentos: PAE Maracá (Laranjal do Jari e Mazagão), PAE Sucuriçu (Amapá), Projeto de Desenvolvimento Sustentável Irineu e Felipe (Calçoene) e a Reserva Extrativista do Rio Cajari (Laranjal do Jari e Mazagão), que juntos possuem cerca de 5 mil famílias assentadas.

Além dos assentamentos oficialmente reconhecidos, comunidades extrativistas e ribeirinhas também se distribuem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como a

Floresta Estadual do Amapá (FLOTA), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru e a Floresta Nacional do Amapá (FLONA). Nessas áreas, os moradores praticam atividades como extrativismo vegetal, agricultura de subsistência e manejo florestal sustentável, com destaque para produtos como castanha-do-brasil, andiroba, açaí e copaíba.

Na área da educação, persistem problemas estruturais, como a precariedade das escolas, alta rotatividade de professores, ausência de propostas pedagógicas adequadas à realidade local e deficiência no transporte escolar (Castro; Souza Júnior; Lobato, 2021, p. 8-9). No campo da saúde, embora existam iniciativas como as Equipes de Saúde da Família Ribeirinha (eSFR) e as Unidades Básicas Fluviais (UBSF), a cobertura ainda é restrita, prejudicada por fatores logísticos e ausência de infraestrutura adequada (Brasil, 2024).

Do ponto de vista ambiental, essas comunidades enfrentam sérios impactos, como a salinização das águas e a erosão das margens dos rios, especialmente no Arquipélago do Bailique (IEA, 2024). Na dimensão produtiva, persistem dificuldades logísticas para o escoamento da produção e entraves à estruturação de cadeias produtivas locais, como as do açaí e da castanha-do-brasil (Silva; Pontes; Albuquerque, 2020, p. 11; Carmo, 2023, p. 23).

A infraestrutura básica continua insuficiente, com carência de serviços essenciais como abastecimento de água potável, energia elétrica, saneamento e transporte. A insegurança fundiária e a ausência de reconhecimento legal de muitos territórios dificultam ainda mais o acesso a políticas públicas específicas.

A instalação de empreendimentos hidrelétricos aprofunda esse cenário de vulnerabilidade. A Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari provocou a desterritorialização da comunidade de São Francisco do Iratapuru e profundas alterações nas dinâmicas sociais e culturais locais (Campos *et al.*, 2022, p. 6-7). Já a Usina Hidrelétrica (UHE) Ferreira Gomes causou alagamentos permanentes, perda de áreas produtivas, erosão das margens dos rios e impactos à segurança alimentar das comunidades ribeirinhas. Dentre os efeitos registrados, destaca-se a mortandade de peixes ocasionada por variações abruptas no nível do rio, decorrentes da abertura das comportas da usina, o que compromete diretamente a principal fonte de subsistência das populações locais (Brito; Drummond, 2022, p. 10-12).

Apesar das adversidades, essas comunidades detêm elevado potencial socioeconômico e ambiental, com destaque para a conservação da biodiversidade e a produção sustentável baseada no pescado, açaí, castanha, manejo do cacau e outros produtos da sociobiodiversidade.

### **Dinâmicas de violência nas comunidades tradicionais**

As comunidades tradicionais embora ocupem áreas historicamente protegidas, como TIs, unidades de conservação (UCs) e territórios quilombolas, enfrentam crescente pressão de atividades ilegais e conflitos fundiários provocados pela expansão do agronegócio, garimpo ilegal, tráfico de drogas e a atuação de facções criminosas. A ausência de regularização fundiária e a fragilidade institucional intensificam os riscos e a exposição dessas comunidades à violência.

Os povos indígenas são impactados pelo avanço do garimpo ilegal em suas terras. Destacam-se os casos das TIs *Wajãpi*, Tumucumaque, Uaçá e *Juminã*, onde se registram invasões armadas, contaminação por mercúrio e conflitos por recursos minerais. O caso do assassinato do cacique Emyra Wajãpi, em 2019, após a invasão de garimpeiros na aldeia Mariry, teve grande repercussão nacional, evidenciando a vulnerabilidade desses povos frente à violência territorial (IPEA, 2023, p. 18-19).

Mesmo com a gravidade das situações, ainda há subnotificação: entre 2008 e 2019, apenas seis mortes violentas de indígenas foram oficialmente registradas no estado (IPEA, 2023, p. 17).

Além da violência física, há impactos ambientais e sanitários relevantes, como o caso da região de Vila Nova, onde um estudo revelou que cerca de 60% das mulheres estavam contaminadas por mercúrio. A pesquisa, contudo, foi recebida com hostilidade, e os cientistas responsáveis foram ameaçados por grupos locais ligados ao comércio ilegal de ouro (IPEA, 2023, p. 19).

As comunidades extrativistas e ribeirinhas enfrentam problemas semelhantes. A exploração ilegal de madeira e a mineração predatória afetam diretamente regiões como Porto Grande, Calçoene, Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari. Nessas áreas, muitas famílias trabalham em condições degradantes e sem proteção legal. A Operação Minamata, realizada em 2017, revelou a existência de trabalho análogo à escravidão no garimpo de Lourenço, além de severos danos ambientais causados pela Cooperativa de Garimpeiros de Lourenço (COOGAL), que operava ilegalmente na região (IPEA, 2023, p. 20).

No que se refere às comunidades quilombolas, a insegurança fundiária é o principal vetor da violência. Das 258 áreas de quilombos identificadas no Amapá, apenas quatro possuem título efetivamente emitido pelo INCRA: Curiaú, Mel da Pedreira, Conceição do Macacoari e São Raimundo do Pirativa (IPEA, 2023, p. 24).

A ausência de titulação facilita a grilagem de terras por agentes com capital político e econômico, que se apropriam ilegalmente das áreas, pressionando ou expulsando as famílias que ali vivem há gerações. Um exemplo simbólico é o caso de Maria, agricultora tradicional da

região da Pedreira do Abacate, que foi expulsa de sua terra após a chegada da empresa Agrocerrado, ligada à expansão do agronegócio da soja. Mesmo vivendo na área há mais de uma década, Maria e sua família não conseguiram obter documentação, enquanto os novos ocupantes obtiveram licenças em poucos dias (IPEA, 2023, p. 24).

Paralelamente a esses conflitos territoriais, o estado do Amapá enfrenta um contexto urbano marcado pela atuação de facções criminosas. Organizações como Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV), Família Terror do Amapá (FTA) e Amigos Para Sempre (APS) disputam o controle de rotas de tráfico de drogas, armas e ouro, além de manterem influência dentro e fora dos presídios.

A violência gerada por essas organizações também se estende para os territórios tradicionais, como no Vale do Jari e em comunidades ribeirinhas e quilombolas, onde os grupos criminosos impõem rotinas de medo, coação, aliciamento de jovens e, em alguns casos, a instalação de "tribunais do crime". A atuação das facções é frequentemente associada à violência letal e ao uso abusivo da força policial. Em 2020, o Amapá registrou uma taxa de 17,1 mortes por intervenção policial por 100 mil habitantes — mais de seis vezes a média nacional (IPEA, 2023, p. 12).

A expansão do agronegócio, com destaque para a produção de soja, representa outro vetor de tensão. Produtores se referem ao Amapá como a “última fronteira agrícola” da soja, promovendo a ocupação de áreas do cerrado amazônico ainda preservadas. Apesar da tentativa de controle ambiental por meio da Licença Ambiental Única (LAU), o modelo foi declarado inconstitucional em 2020, mas suas consequências permanecem. Em 2021, o projeto de assentamento Novo Canaã, nos municípios de Pedra Branca do Amapari e Porto Grande, foi alvo de denúncias de exploração ilegal de madeira por meio de falsificação de planos de manejo florestal. Os esquemas envolviam empresários de fora do estado e usavam pessoas vulneráveis como laranjas para “legalizar” a madeira (IPEA, 2023, p. 22).

Em síntese, as comunidades tradicionais do Amapá: indígenas, extrativistas, ribeirinhas e quilombolas, estão cercadas por múltiplas dinâmicas de violência que combinam conflitos territoriais, degradação ambiental, exclusão social e avanço de grupos armados. A ausência de titulação fundiária, a precariedade de políticas públicas e a falta de fiscalização adequada criam um cenário de vulnerabilidade estrutural.

## **AS INTER-RELAÇÕES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**



As reuniões da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil–França e do Conselho do Rio Oiapoque contemplam as comunidades tradicionais situadas na faixa de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa, por meio de uma agenda de cooperação binacional. Essa agenda abrange áreas como educação, cultura, saúde, meio ambiente, mobilidade, segurança alimentar, inclusão social e desenvolvimento territorial.

No campo da educação, as ações priorizam a promoção da educação intercultural e o acesso ao ensino superior, respeitando as especificidades linguísticas e culturais dos povos tradicionais. Também são desenvolvidas iniciativas voltadas à valorização e ao reconhecimento do patrimônio cultural imaterial dessas comunidades, com destaque para a proteção das identidades indígenas.

A saúde é tratada como área prioritária, com atenção à vigilância ambiental, ao atendimento em regiões de difícil acesso e à promoção de práticas preventivas. Questões como o monitoramento da contaminação por mercúrio, decorrente da atividade garimpeira, têm recebido atenção especial.

Em meio ambiente, a cooperação se concentra na proteção dos recursos naturais, no enfrentamento de atividades ilegais e na gestão compartilhada de áreas protegidas e territórios tradicionais.

No eixo de mobilidade e infraestrutura, as discussões envolvem a melhoria das condições de transporte e circulação de pessoas e mercadorias nas regiões fronteiriças, respeitando os modos de vida das comunidades locais. A abertura da Ponte Binacional sobre o Rio Oiapoque, por exemplo, exigiu a reestruturação das atividades dos catraieiros e barqueiros, gerando a necessidade de capacitação e novas oportunidades econômicas.

A inclusão social e econômica também tem sido pautada, com foco na geração de renda, no fortalecimento das economias locais e na valorização da agricultura familiar e do extrativismo sustentável.

## ANÁLISE SWOT/FOFA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|------------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <p>Terras indígenas demarcadas e homologadas</p> <p>Existência de Planos de Vida e Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada em diversas aldeias indígenas</p> <p>Práticas comunitárias de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais</p> <p>Presença de Agente indígena de saneamento</p> <p>Produção artesanal e extrativista com foco em produtos de origem natural</p> <p>Agricultura familiar</p> <p>Associações quilombolas e a sociobiodiversidade</p> <p>Existência de associações e cooperativas que fortalecem a organização social e produtiva local</p> <p>Oferta de formação superior específica para professores indígenas: Licenciatura Intercultural Indígena (CII) e o PARFOR Intercultural Indígena</p> <p>Conhecimentos tradicionais de parteiras, benzedeiras e artesãs.</p>                                                                                              | <p>Conflitos fundiários recorrentes;</p> <p>Entraves na obtenção do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF);</p> <p>Ausência de orientação técnica para acesso a recursos para projetos agroextrativistas;</p> <p>Insegurança alimentar e nutricional decorrente da praga da mandioca;</p> <p>Carência de infraestrutura básica em educação e saúde;</p> <p>Carência de escolas adaptadas às realidades culturais e geográficas dessas populações;</p> <p>Estrutura insuficiente nos polos-base e na Casa de Saúde Indígena (CASAI), com dificuldade logística para o atendimento regular;</p> <p>Falta de serviços especializados em saúde intercultural e atenção psicossocial;</p> <p>Inexistência de sistema de esgotamento sanitário e coleta regular de resíduos sólidos;</p> <p>Dificuldade de deslocamento intercomunitário e para centros urbanos, comprometendo o escoamento da produção e o acesso a serviços básicos;</p> <p>Instabilidade do acesso à internet;</p> <p>Baixa inserção sociopolítica.</p> |
|                  | OPORTUNIDADES | <p>Ações integradas de regularização fundiária; Projeto Floresta+ Amazônia (PNUD/MMA), com potencial de apoio à conservação ambiental e geração de renda para comunidades tradicionais;</p> <p>Expansão de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, agroecologia e cadeias de valor sustentáveis;</p> <p>Implantação de viveiros comunitários para piscicultura;</p> <p>Desenvolvimento de projetos voltados ao fortalecimento da produção pesqueira artesanal;</p> <p>Capacitação para o empreendedorismo;</p> <p>Fortalecimento de redes de comercialização solidária, como feiras locais e circuitos curtos de comercialização de produtos tradicionais (farinha, pescado, artesanato);</p> <p>Economia circular;</p> <p>Turismo de base comunitária;</p> <p>Valorização da cultura quilombola como ativo cultural e turístico, por meio da inclusão em circuitos culturais e políticas de patrimônio</p> | <p>Mudanças climáticas;</p> <p>Desmatamentos;</p> <p>Contaminação dos rios por atividades de mineração;</p> <p>Redução de áreas naturais de reprodução de peixes;</p> <p>Disseminação de pragas na produção agrícola;</p> <p>Garimpo ilegal;</p> <p>Exploração ilegal de recursos;</p> <p>Aterro sanitário em Terras Indígenas;</p> <p>Insegurança territorial e alimentar.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| FATORES EXTERNOS |               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | AMEAÇAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

### Carteira de projetos para Comunidades Tradicionais

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                                                              | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                                                                                                                                    | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Eixo: Setor Produtivo</p> <p>Construção de um banco de sementes para recuperação produtiva de áreas degradadas, promovendo conservação ambiental e geração de renda em comunidades tradicionais.</p>          | <p>Assentamentos<br/>Agroextrativistas;<br/>Associações; Cooperativas;<br/>Conselhos Consultivos;<br/>Institutos Socioambientais;<br/>ONGs; MMA; EMBRAPA;<br/>MPI; MDS; IBAMA;</p>                                                                                                     | <p>Comunidades ribeirinhas, extrativistas, indígenas, quilombolas e assentamentos rurais.<br/>PAE Maracá (Laranjal do Jari e Mazagão), PAE Sucuriçu (Amapá), Projeto de Desenvolvimento Sustentável Irineu e Felipe (Calçoene) e a Reserva Extrativista do Rio Cajari (Laranjal do Jari e Mazagão)</p> |
| <p>Eixo: Setor Produtivo</p> <p>Estruturação de negócios comunitários baseados na bioeconomia, promovendo capacitação técnica e apoio à comercialização de produtos sustentáveis.</p>                            | <p>Associações; Cooperativas;<br/>MDA, SISTEMA S; MIDR;<br/>MPI; SETEC; SEPI, AFAP;<br/>IFES;</p>                                                                                                                                                                                      | <p>Laranjal do Jari;<br/>Oiapoque; Serra do Navio;<br/>Pedra Branca do Amapari;<br/>Calçoene; Amapá.</p>                                                                                                                                                                                               |
| <p>Eixo: Setor Produtivo</p> <p>Estruturação das cadeias produtivas do açaí, mandioca e castanha, por meio da capacitação em boas práticas de produção, agregação de valor e estratégias de comercialização.</p> | <p>Associações; Cooperativas;<br/>MDA; SISTEMA S; MIDR;<br/>MPI; SETEC; SEPI; AFAP;</p>                                                                                                                                                                                                | <p>Laranjal do Jari;<br/>Oiapoque; Calçoene.</p>                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <p>Eixo: Setor Produtivo</p> <p>Estruturação e aprimoramento da cadeia produtiva do artesanato local com capacitação técnica, estratégia de organização produtiva e de acesso ao mercado.</p>                    | <p>SISTEMA S; IFES;<br/>SEED/AP; Secretarias Municipais de Educação;<br/>Articulação dos Povos e Organizações Indígenas;<br/>Associações; Cooperativas;<br/>ONGs; Conselho Indigenista Missionário (CIMI);<br/>Institutos; MinC;<br/>SECULT/AP; Secretarias Municipais de Cultura;</p> | <p>Calçoene, Ferreira Gomes, Oiapoque.</p>                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <p>Eixo: Comunidades Tradicionais</p> <p>Oferecimento de atendimentos de serviços de cidadania em regiões de difícil acesso,</p>                                                                                 | <p>Sindicatos rurais; Conselhos Consultivos; MDS;<br/>SEAS/AP; Secretarias Municipais de Assistência Social; Associações;</p>                                                                                                                                                          | <p>Comunidades ribeirinhas, extrativistas, indígenas e quilombolas de difícil acesso.</p>                                                                                                                                                                                                              |

|                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                             |                                                             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| integrando ações públicas e comunitárias por meio de unidades móveis itinerantes.                                                                                                                                                     | Cooperativas; CRAS; CREAS;                                                                                                                                                                                                                  |                                                             |
| Eixo: Comunidades Tradicionais                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                             |                                                             |
| Formação e capacitação de mulheres indígenas para promoção da autonomia por meio do fortalecimento de suas organizações, ações de formação, mobilização social e visibilidade em políticas públicas e espaços institucionais.         | Associações; Cooperativas; Organização dos Professores Indígenas do município de Oiapoque; Conselho dos Caciques das Terras indígenas do Oiapoque e Articulação Indígena Rio Oiapoque; ONGs; Organizações Indígenas; Institutos; MPI; SEPI; | Oiapoque e Pedra Branca do Amapari                          |
| Eixo: Educação                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                             |                                                             |
| Criação de Linhas de Financiamento para estudantes indígena s, quilombolas e ribeirinhos em pesquisa aplicada às demandas de seus territórios, por meio de apoio técnico, bolsas acadêmicas e orientação universitária participativa. | IFES; FAPEAP; MCTI; MEC; CNPQ; SEED/AP; Secretarias Municipais de Educação; MEC; Associações; Cooperativas;                                                                                                                                 | Pedra Branca do Amapari, Oiapoque, Amapá e Laranjal do Jari |

### Carteira de projetos específica para os povos indígenas do Oiapoque

No dia 20 de fevereiro de 2025, a equipe do PDIFF-AP participou da Assembleia do Conselho de Caciques e Cacicas dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), a convite do Instituto Iepé. O encontro, realizado em na Aldeia do Manga, reuniu cerca de 50 lideranças dos povos *Palikur*, *Galibi Marworno*, *Karipuna* e *Galibi Kalinã*, com o objetivo de dialogar sobre os eixos temáticos do PDIFF-AP e construir uma carteira de projetos voltada às demandas dos povos indígenas da região.

A participação na assembleia permitiu ouvir diretamente as demandas prioritárias apontadas pelas comunidades. As lideranças destacaram questões importantes como o acesso ao saneamento básico, a questão hídrica, a valorização da educação indígena bilíngue, o fortalecimento das práticas tradicionais de saúde e a necessidade de apoio à produção agrícola e extrativista, respeitando as dinâmicas culturais e territoriais dos povos.

**Figura 19.** Construção da carteira de projetos específica para os povos indígenas de Oiapoque



Fonte: Acervo PDIFF-AP, 2025.

A partir desse diálogo, foram construídas e aprovadas 10 propostas de projetos alinhadas as demandas dos povos indígenas com base em suas realidades. Esse processo reforçou o protagonismo dos povos indígenas na definição de políticas públicas, valorizando a escuta ativa e o respeito à diversidade sociocultural

Por fim, esse momento representou um marco importante na construção de um modelo de desenvolvimento inclusivo e diferenciado para a faixa de fronteira, ressaltando a importância de espaços para a participação direta na construção de soluções eficazes e justas.

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                        | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                                                                                              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Formação técnica para o intercâmbio de saberes tradicionais das parteriras indígenas.                                                                                      | ONGs; Secretaria Municipal de Saúde; SESA/AP; Secretaria Municipal de Educação; SEED/AP; CCPIO; SISTEMA S; IFES; HU; MS; FUNASA; FIOCRUZ; MPI;                                                                                                   |
| Implementação e adequação de materiais didáticos bilíngues e contextualizados para uso nas escolas indígenas, valorizando as línguas, saberes e histórias das comunidades. | ONGs; Secretaria Municipal de Educação; SEED/AP; IFES, Secretaria de Assuntos Indígenas; OPIMO; MPI; FUNDEB; FNE; SENAR/AP; SISTEMA S; Associações; Cooperativas; Organizações de professores e pais (associações e sindicatos); MEC; MMA; MCOM; |



|                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aquisição e manutenção de uma unidade básica de saúde móvel em embarcação equipada, com equipe multidisciplinar, para atendimento contínuo aos povos indígenas.                   | MS; MPI; SESA; SMSO; SISTEMA S; NESI; Associações; Cooperativas; IFES; FUNAI, FUNASA; ONGs; HU; FUNASA; SESA/AP;                                |
| Aquisição e manutenção de lanchas adaptadas e prontas para remoção de pacientes indígenas em regiões de difícil acesso                                                            | MS; SESA/AP; SMSO; SISTEMA S; ONGs; NESI; Associações; Cooperativas; IFES; FUNAI, FUNASA;                                                       |
| Instalação de placas fotovoltaicas, baterias e internet em comunidades indígenas                                                                                                  | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras; CEA Equatorial; MME; MIDR; MC; BNDES, ONGs;                                                     |
| Construção de microestações de tratamento de água nas aldeias e capacitar moradores para gestão dos equipamentos.                                                                 | Fundo Amazônia; SEINF/AP; Secretarias Municipais de Obras e Infraestrutura, CCPIO; Fundo Amazônia; SESA/AP; SEMA/AP; Associações; Cooperativas; |
| Capacitação e acompanhamento técnico para famílias indígenas em técnicas de diversificação da produção agrícola, com enfoque agroecológico e valorização de saberes tradicionais. | Associações; Cooperativas; EMBRAPA; IFES; SDR/AP; MAPA; RURAP; ONGs;                                                                            |
| Aquisição e distribuição de sementes nativas e adaptadas estimulando a autonomia agrícola das comunidades.                                                                        | Secretaria Municipal de Meio Ambiente; SEMA/AP; ICMbio; SISTEMA S; MPI; MMA; CCPIO;                                                             |
| Implantação de um sistema comunitário de coleta de resíduos sólidos e práticas de reciclagem, com educação ambiental voltada à realidade local.                                   | SISTEMA S; MMA; SETEC, FAPEAP, MCTI, Cooperativas e Associações, ONGs, Secretarias Municipais, IFES, MDS                                        |
| Criação de um programa de etnoturismo para jovens e lideranças indígenas.                                                                                                         | SENAR/AP; ONGs; SISTEMAS S; Secretaria Municipal de Turismo; SETUR/AP; FECOMÉRCIO; Associações; Cooperativas; CCPIO                             |

## EDUCAÇÃO

A educação é um dos principais pilares de uma sociedade. Sem ela, não é possível falar de justiça, tampouco de cidadania. Trata-se de um elemento essencial do processo político e social, pois incentiva a transformação da realidade pela ação-reflexão<sup>1</sup>, colocando-se assim como dimensão necessária ao ser humano para sua construção enquanto indivíduo e ator social.

No Brasil, durante o período da redemocratização, tal eixo passou por grandes transformações, como a elaboração da nova Constituição Federal de 1988. Mediante a ela, foi inaugurada uma base de princípios e diretrizes para a educação brasileira, onde seu acesso se fez reconhecido como um direito de todos, preconizando o combate às desigualdades sociais históricas do país.

Diante desse novo contexto do ensino no Brasil, fez-se necessária a elaboração do Plano Nacional da Educação (PNE) de 2001 (Brasil, 2001), em concordância com as exigências da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Brasil, 1996). A implementação das suas estratégias se dá em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com duração de dez anos. Atualmente, está em vigor o PNE (2014-2024) instituído pela Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014, o qual estabelece metas e indicadores, com o objetivo de monitorar e garantir o acesso à educação pública de qualidade, redução das desigualdades socioeconômicas, valorização da diversidade cultural-étnica e dos profissionais da educação (Brasil, 2014).

À vista disso, este diagnóstico utilizará como uma das principais referências o PNE, para a compreensão da Educação Básica e Superior dentro da faixa de fronteira do Amapá (FF-AP). Além de olhar para os aspectos legais comuns do ensino, serão abordados também aspectos específicos ligados à Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo, que são modalidades garantidas por lei e cujo intuito é construir um processo educativo junto à realidade sociocultural e política desses grupos culturais (Barros e Rodrigues, 2019).

Considerando as especificidades expostas, a fim de identificar e mapear as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças dentro dos municípios da FF-AP, será construído o diagnóstico de Educação em diálogo com as seguintes temáticas presentes neste plano: Comunidades Tradicionais, Infraestrutura e Meio Ambiente.

## DADOS DE EDUCAÇÃO NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE

---

<sup>1</sup> Segundo Luiz Kronbauer (2010, p.23), “ação-reflexão é expressão recorrente na obra de Freire. Ela designa o binômio da unidade dialética da práxis, supondo que esta seja o fazer e o saber reflexivo da ação. O saber que realimenta criticamente o fazer, cujo resultado incide novamente sobre o saber e, assim, ambos se refazem continuamente”



Este tópico encontra-se dividido em duas partes: na primeira, serão apresentados dados relacionados à Educação Superior e Básica, que inclui Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, porém, dentro de um panorama geral da FF-AP, enquanto na segunda serão apontados dados que contemplam os aspectos próprios da Educação Básica com foco em Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo.

### **Educação Básica**

No que condiz ao número de escolas (Tabela 9), de dependência administrativa federal, estadual, municipal ou privada, os municípios da FF-AP apresentam-se desta forma:

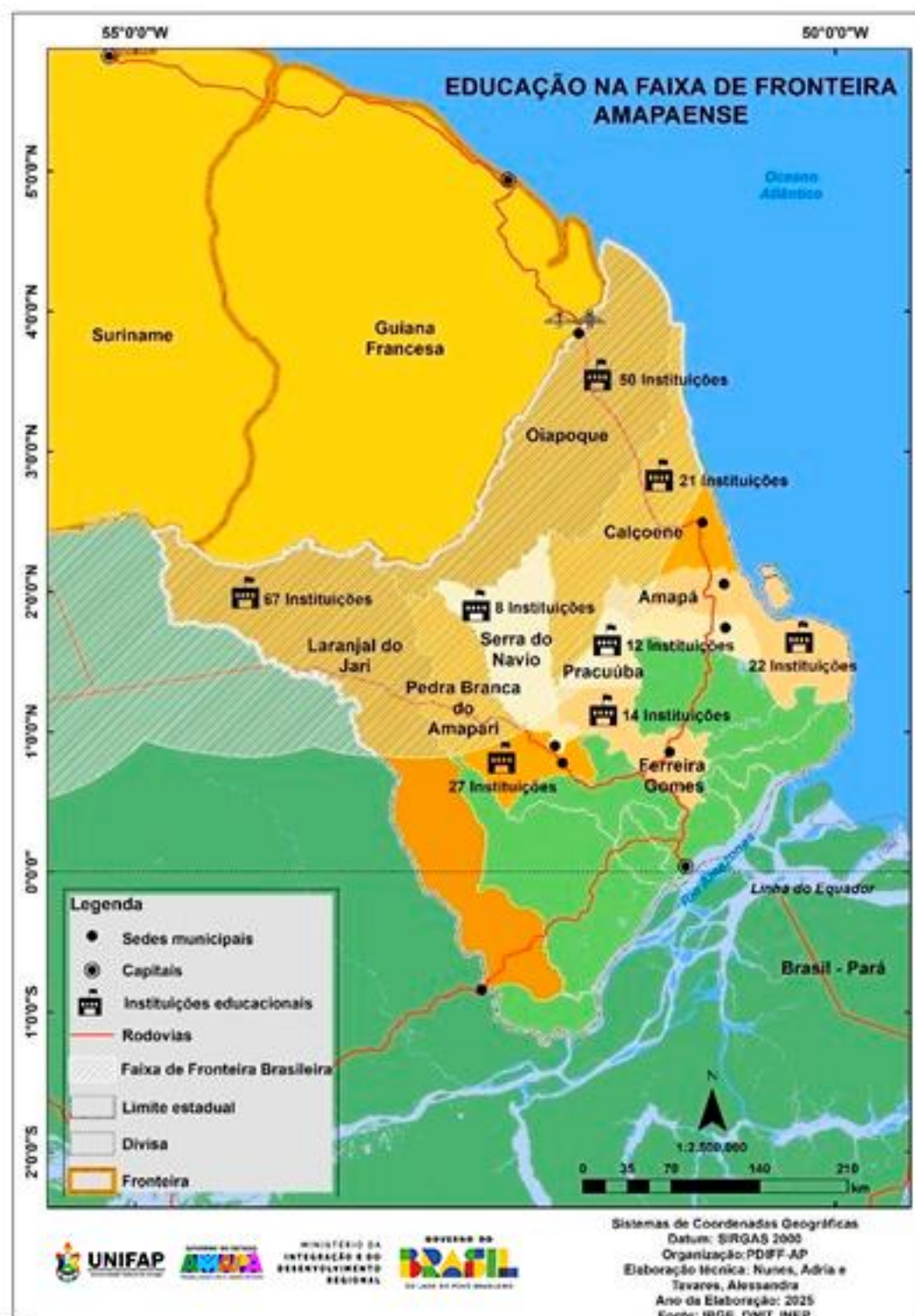
**Tabela 9.** Número de escolas na FF-AP

| <b>Municípios</b>              | <b>Federal</b> | <b>Estadual</b> | <b>Municipal</b> | <b>Privado</b> | <b>Total</b> |
|--------------------------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|--------------|
| <b>Amapá</b>                   | -              | 7               | 14               | 1              | 22           |
| <b>Calçoene</b>                | -              | 5               | 16               | -              | 21           |
| <b>Ferreira Gomes</b>          | -              | 5               | 9                | -              | 14           |
| <b>Laranjal do Jari</b>        | 1              | 37              | 26               | 3              | 67           |
| <b>Oiapoque</b>                | 1              | 26              | 21               | 2              | 50           |
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 1              | 11              | 14               | 1              | 27           |
| <b>Pracuúba</b>                | -              | 6               | 6                | -              | 12           |
| <b>Serra do Navio.</b>         | -              | 3               | 5                | -              | 8            |

Fonte: INEP, 2022. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

A partir dos dados observamos uma relação de proporcionalidade entre o quantitativo populacional e de instituições de ensino (Figura 20). Assim, Laranjal do Jari, seguido de Oiapoque e Pedra Branca do Amapari possuem as maiores taxas de habitantes e respectivamente de escolas.

Figura 20. Mapa de Educação na FF-AP

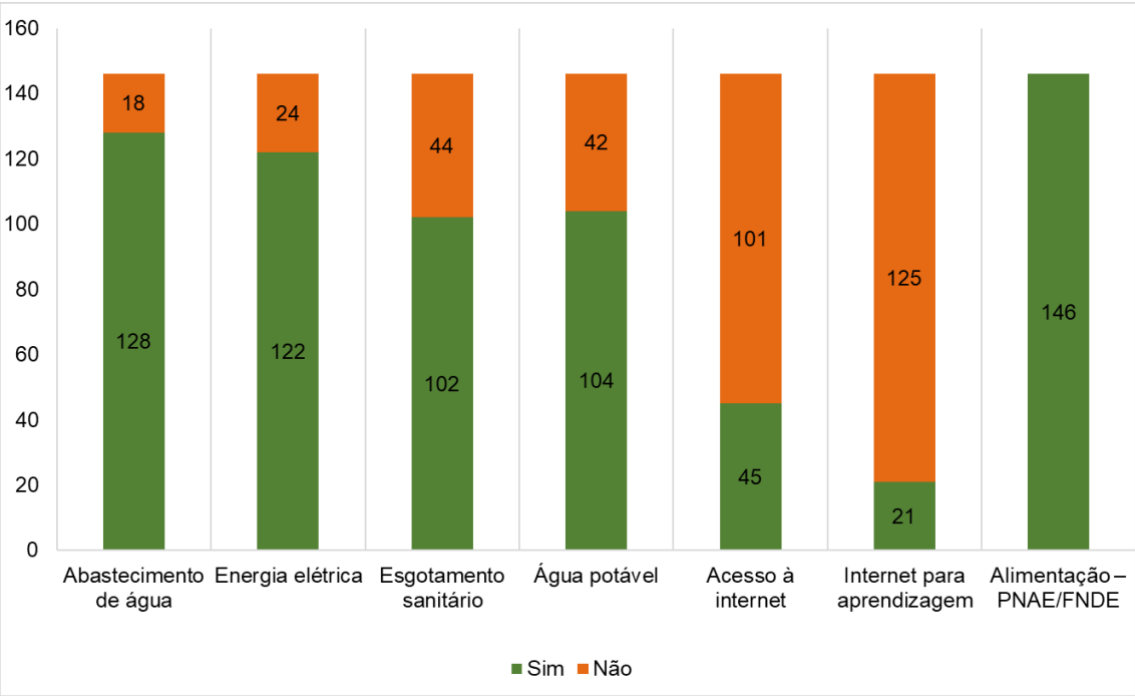


Organização: PDIFF-AP, 2025.

Nos gráficos 1 e 2, tem-se o panorama da infraestrutura das escolas localizadas nas zonas rural e urbana, para o qual foram escolhidas informações ligadas ao saneamento básico

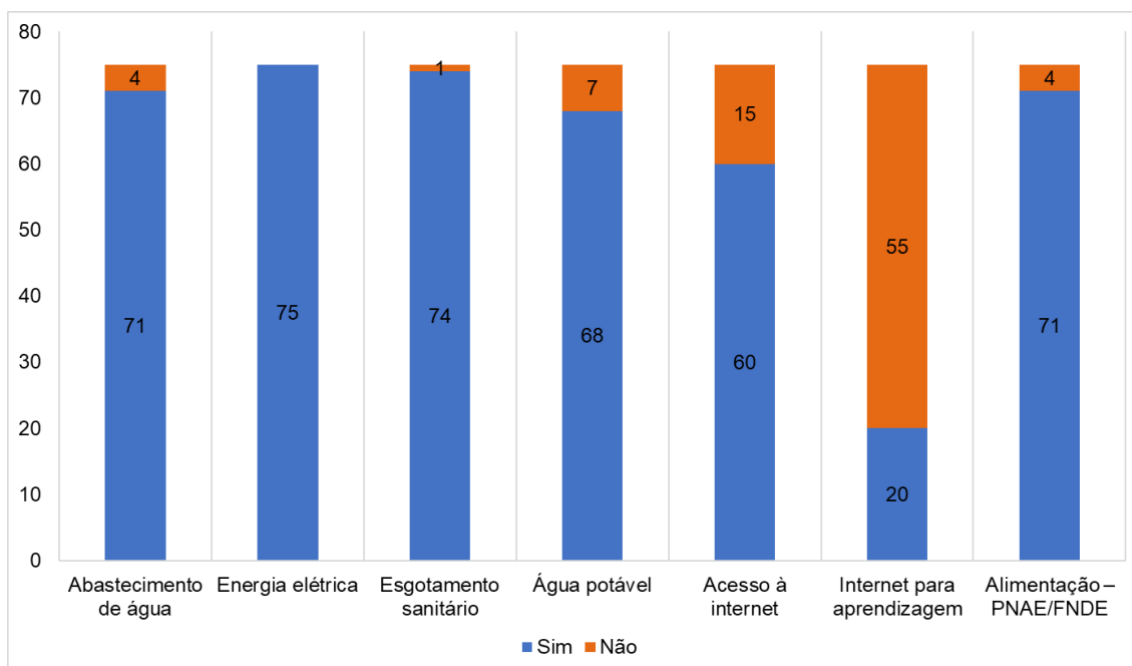
(abastecimento de água, esgotamento sanitário, água potável, energia elétrica), alimentação escolar e conectividade (acesso à internet).

**Gráfico 1.** Infraestrutura básica das escolas da zona rural na FF-AP



Fonte: INEP, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

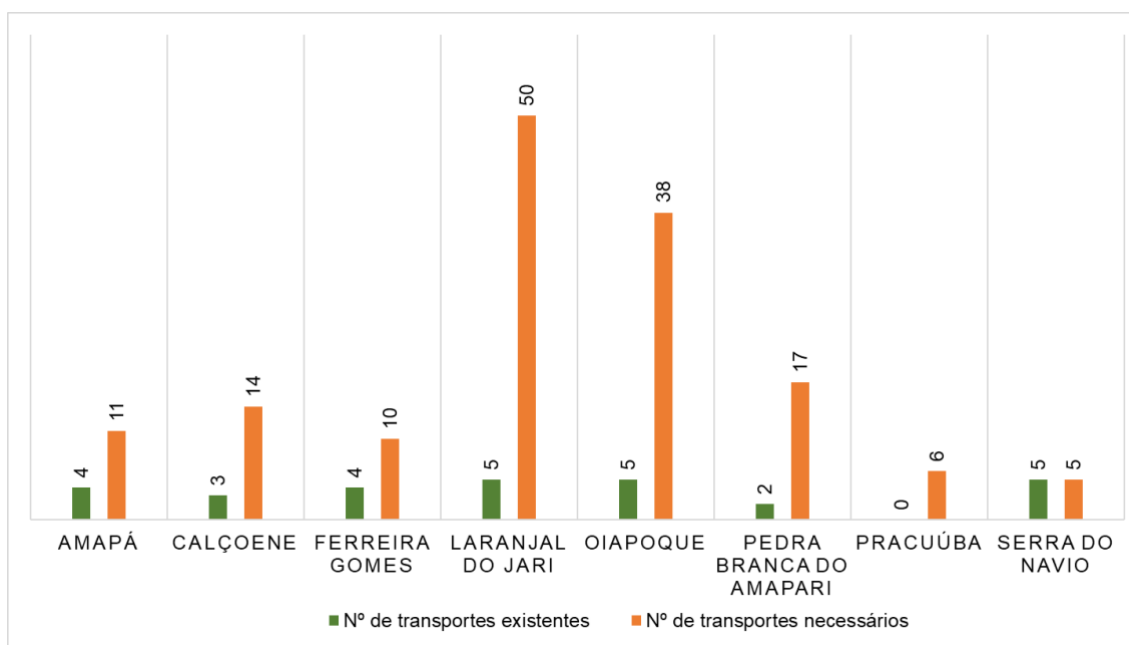
**Gráfico 2.** Infraestrutura básica das escolas da zona urbana na FF-AP



Fonte: INEP, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Pode-se notar, em comparação entre os dois gráficos, uma grande disparidade no que tange ao acesso à internet. Em questão de conectividade voltada ao processo de ensino e aprendizagem, em ambas as zonas (urbana e rural), a maior parte das escolas não oferecem acesso à internet. Essa problemática demonstra o quanto ainda há de se avançar na universalização da conectividade em áreas rurais, e no uso pedagógico de tecnologias dentro da rede de ensino dos estados da região Norte. Para complementar a análise sobre a infraestrutura das escolas na FF-AP, encontra-se disposto a seguir dados referentes à situação do transporte escolar (Gráfico 3).

### **Gráfico 3.** Número de transportes escolares por cada município da FF-AP (2017-2023)



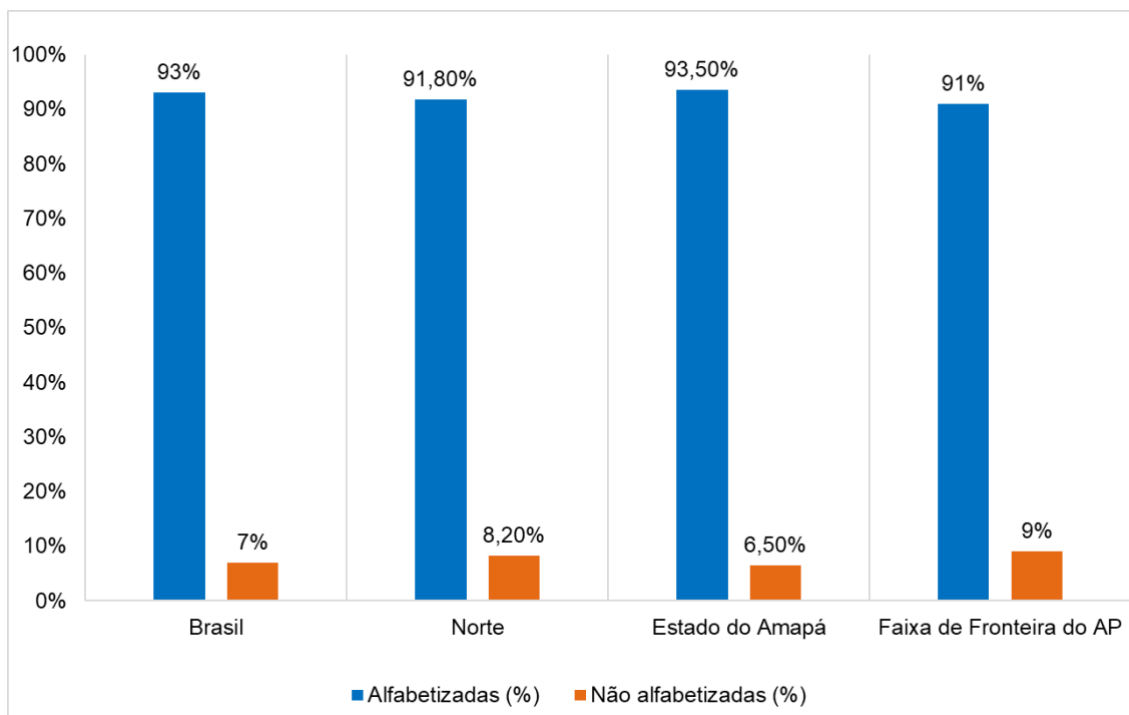
Fonte: FNDE, 2017-2023; INEP, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2024.

A Resolução n. 1 de 20 de abril de 2021 (Brasil, 2021) estabelece as diretrizes e orientações para a gestão do transporte escolar, relacionadas ao Programa Caminho da Escola, monitorado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE). Segundo sua metodologia, a proporção de transporte por estudante é igual a 1 veículo por 250 matrículas. Exposto isso, ao cruzar os dados de matrículas totais de cada município, percebe-se que não se chega nem a 50% do número ideal de veículos existentes, com exceção de Serra do Navio. Sendo que, em Oiapoque e Pracuúba, não há registro de nenhum veículo adquirido (FNDE, 2017-2023).

Dentre os fatores possíveis para tal cenário, pode-se apontar a falta de compreensão de como funcionam os programas e projetos oferecidos pelo FNDE. Com o intuito de mudar tal situação, o programa FNDE Chegando Junto em atuação no estado do Amapá, desenvolveu atividade de capacitação nos municípios sobre o funcionamento de programas como Plano de Ações Articuladas (PAR), Prestação de Contas, Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Caminho da Escola, Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), entre outros, para que assim ocorra maior adesão pelos municípios nas transferências legais ofertadas pelo FNDE (Brasil, 2024).

A taxa de alfabetização (Gráfico 4) representa a proporção dos indivíduos com 15 anos ou mais de idade que sabem ler e escrever em relação à população total dessa faixa etária. Esse indicador é gerado a partir das declarações dos indivíduos entrevistados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2022).

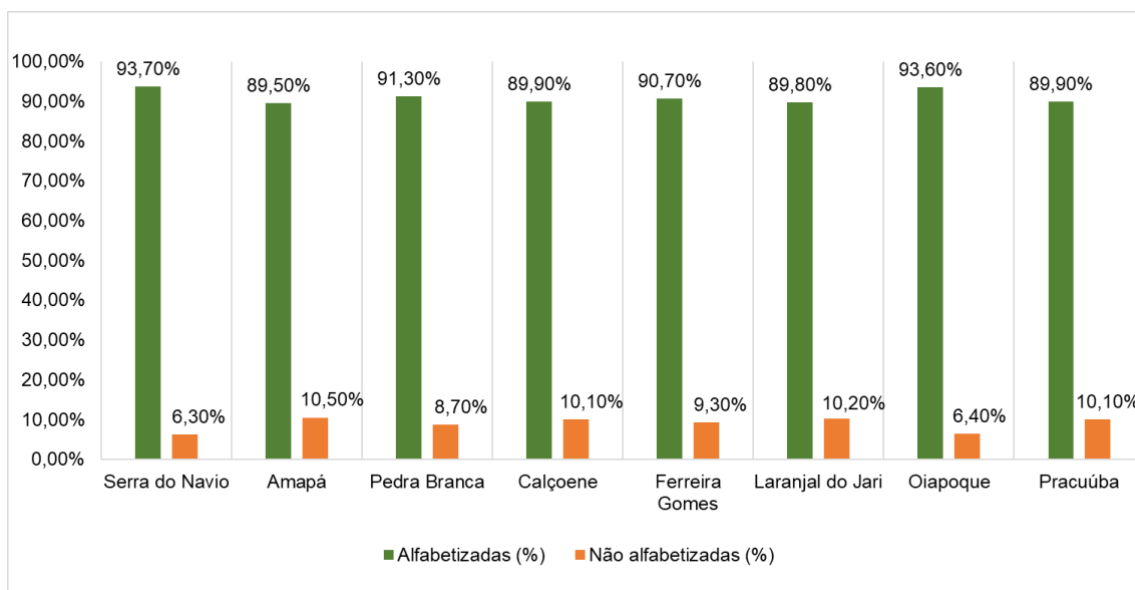
**Gráfico 4.** Taxa de alfabetização do Brasil, do Norte, do Amapá e da FF-AP



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Ao analisar o gráfico acima, percebe-se que o índice de analfabetismo da FF-AP é maior em relação ao Brasil e ao próprio estado do Amapá, estando inserida no contexto da região Norte, o qual ocupa o segundo lugar de maior taxa de analfabetismo, posicionando-se entre Nordeste, com 14,2, e Centro-Oeste, com 5,1 (IBGE, 2022). Quanto aos municípios da FF-AP (Gráfico 5), tem-se os seguintes percentuais:

**Gráfico 5.** Taxa de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas na FF-AP



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Percebe-se que o município com a maior taxa de analfabetismo é o Amapá com 10,5, seguido de Laranjal do Jari com 10,2 e Pracuúba com 10,1 o que é consideravelmente alto em relação à taxa base do Brasil, da região Norte e do estado do Amapá. Visando superar o analfabetismo, há em vigor, como política nacional, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Brasil, 2023, 2024).

### **Dados da Educação Básica: Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo**

Ao abordar sobre as comunidades tradicionais presentes na FF-AP, é necessário perpassar pela educação diferenciada (Quadro 2) que busca pensar uma política educacional pautada na realidade local de tais grupos, considerando sua organização social e identidade étnica, e combatendo a precariedade infraestrutural e pedagógica presentes na rede de ensino de seus territórios (Lima e Santos, 2023; Miranda, 2012; Pinto e Santos, 2022). Em consideração de tal problemática, torna-se pertinente, no contexto da FF-AP, pensar a Educação Escolar Indígena, Quilombola, do Campo e a Educação Ambiental (EA).

**Quadro 2.** Conceito dos tipos de educação diferenciada

| <b>Tipos</b>                       | <b>Características</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Educação do Campo</b>           | Esta modalidade de educação é instituída pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002 (Brasil, 2002), com objetivo de atender às peculiaridades das comunidades das zonas rurais. Apresentam currículo e calendário escolar próprios, entre outras mediações didáticas e metodológicas organizadas segundo a Pedagogia da Alternância.                                                                                    |
| <b>Educação Escolar Indígena</b>   | Decorre pela Constituição Federal de 1988, o reconhecimento da organização social dos povos indígenas, previstas no Art. 231, e com a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, é estabelecido a Educação Indígena (Brasil, 1996). Tal modalidade, caracteriza-se por possuir um currículo diferenciado, intercultural e bilíngue, afirmando a identidade cultural e a história destes povos.                                         |
| <b>Educação Escolar Quilombola</b> | Esta modalidade é regida pela Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, tendo como objetivo estruturar e orientar o processo de sua realização, proporcionando uma modalidade educativa que dialogue com o contexto social destas comunidades (Brasil, 2012).                                                    |
| <b>Educação Ambiental (EA)</b>     | A Educação Ambiental é regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 (Brasil, 2002), que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), tornando-se por lei como um componente essencial a todos níveis e modalidades de ensino brasileiro, a fim de trabalhar a relação entre ser humano/sociedade e meio ambiente, em suas esferas econômicas, políticas, culturais e educacionais de forma crítica. |

Fonte: Brasil, 1996-2012. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.



Neste cenário, é importante aprofundar a questão tangente à Pedagogia da Alternância, regulamentada pela Resolução CNE/CP n. 1, de 16 de agosto de 2023 (Brasil, 2023), a qual pode ser adotada tanto pela Educação do Campo, quanto pela Indígena e Quilombola, contanto que seja respeitada as especificidades dos modos de vidas de tais grupos.

As escolas que se propõem trabalhar com essa metodologia organizam o processo de formação dos estudantes em períodos alternados de vivência e aprendizagem, articulados entre escola, família e comunidade. Possibilitando que tais sujeitos integrem o conhecimento científico adquirido na escola às práticas agrícola, mas dess/agroextrativistas desenvolvidas no núcleo familiar e comunitário, em vista de uma participação ativa dentro destes espaços e o desenvolvimento socioambiental do território onde se encontram.

No Brasil, esse método pedagógico esteve historicamente ligado aos Centros de Formação Familiar por Alternância (CEFFAs), que surgiram na década de 60. No estado do Amapá, também há a presença desses centros de ensino, denominados Escolas Família Agrícolas (EFAs). Sua criação nasce a partir da articulação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (STR), na década de 1980. Ao todo, existem seis EFAs no Amapá, sendo uma localizada na FF-AP, a Escola Família Agrícola da Perimetral Norte, no município de Pedra Branca do Amapari.

A fim de somar a tal debate, a Educação Ambiental se coloca como ponto constante nas modalidades de ensino mencionadas, podendo se articular também com a formação por alternância, uma vez que está presente nas práticas e saberes das comunidades tradicionais que estabelecem seus modos de vida em profunda coexistência com a natureza. Tal diálogo contribui para a construção da cidadania e a valorização desses grupos, além de, em conjunto deles, pensar outras alternativas de sustentabilidade para os municípios que compõem ou não a FF-AP.

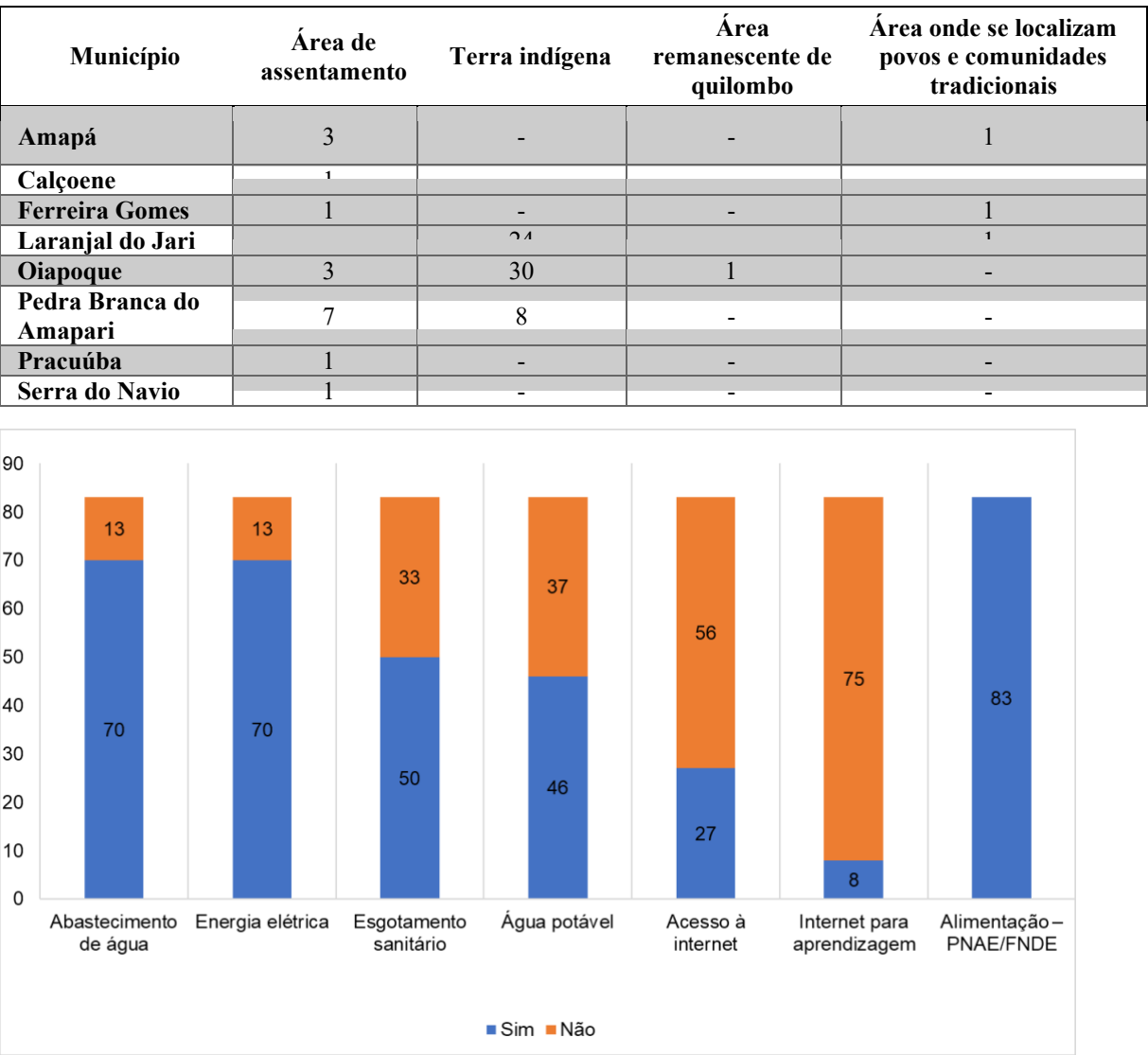
Dentro do levantamento de escolas (Tabela 10), os dados estão agrupados de acordo com a sua localização diferenciada, determinada pelo INEP. São elas: terras indígenas, áreas de assentamento, comunidades remanescentes de quilombos.

**Tabela 10.** Número de escolas por localização diferenciada da FF-AP

Fonte: INEP, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Nota-se, a partir do gráfico 6, que as demandas relacionadas à conectividade são as mesmas apresentadas na primeira parte. Destacam-se também as necessidades de melhorias na oferta de saneamento básico e energia, especificamente nas escolas em terras indígenas, as quais representam a maior parte dos dados abaixo (INEP, 2023).

**Gráfico 6.** Infraestrutura Básica das escolas da FF-AP



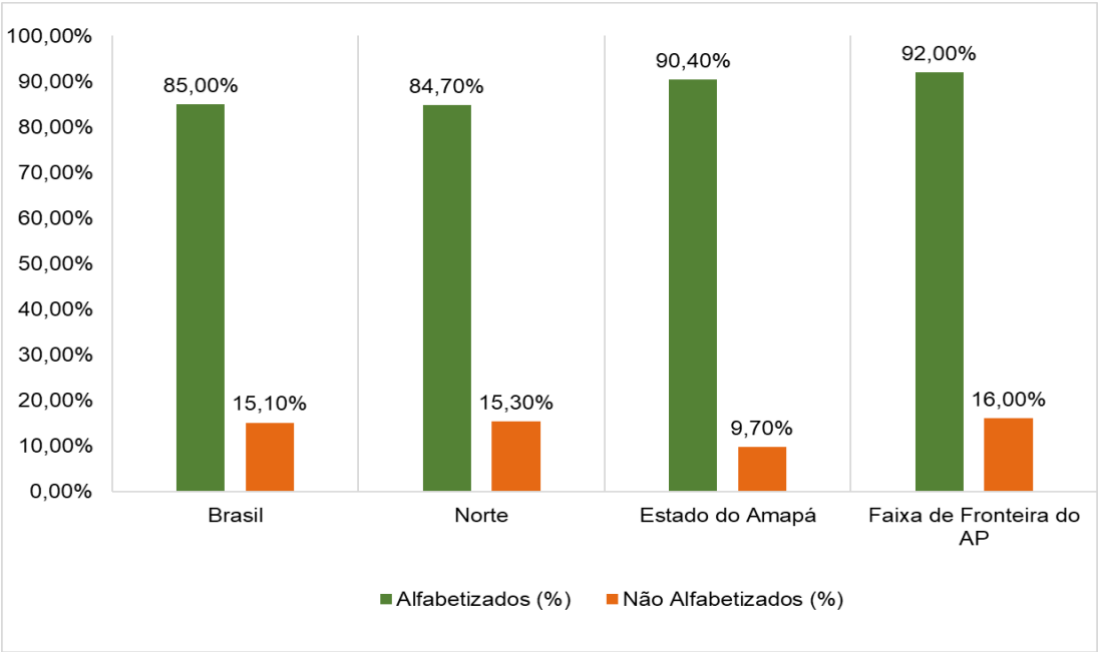
Fonte: INEP, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Em relação a taxa de alfabetização na educação diferenciada, foi possível obter os dados somente em relação a pessoas indígenas e quilombolas, a partir do Censo Demográfico (2022).

Pode-se observar que a taxa de analfabetismo da FF-AP (Gráfico 7) supera todos os outros comparativos, nacional, regional e estadual. Tais dados apresentam-se assim devido ao

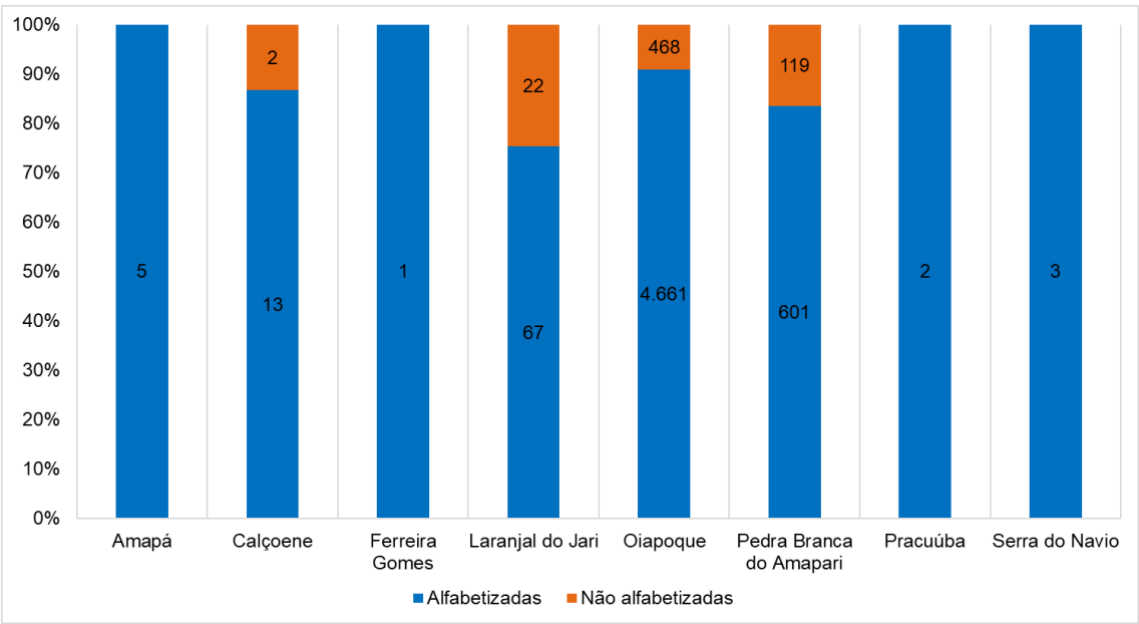
fato de que em todos municípios há 1 ou mais pessoa indígena alfabetizada, porém o maior percentual de pessoas indígenas analfabetas se encontra em apenas em 4 municípios (Gráfico 8).

**Gráfico 7.** Taxa de alfabetização de indígenas do Brasil, do Norte, do estado do Amapá e da FF-AP



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

**Gráfico 8.** Números de pessoas alfabetizadas em cada município da FF-AP

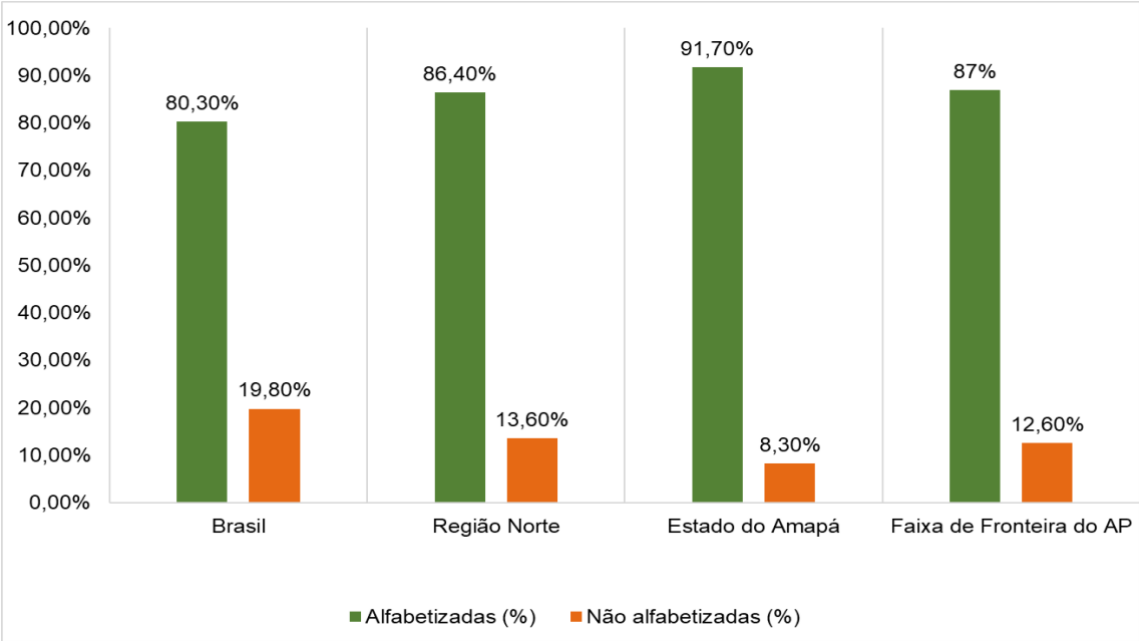


Fonte: IBGE, 2022. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Ao analisar a taxa de alfabetização de quilombolas na FF-AP (Gráfico 9), percebe-se um maior percentual em comparação com o Brasil e à região Norte. Porém, no que se refere a

pessoas analfabetas, a FF-AP possui uma taxa superior à do estado do Amapá. Os municípios da FF-AP que apresentam esses dados são três: Calçoene, Ferreira Gomes e Oiapoque (IBGE, 2022).

**Gráfico 9.** Taxa de alfabetização de quilombolas do Brasil, do Norte, do estado do Amapá e da FF-AP



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

**Educação superior**

As instituições de ensino superior público localizadas na FF-AP estão distribuídas da seguinte forma:

**Quadro 3.** Instituições públicas de Ensino Superior na FF-AP

| Localização      | Instituições de Ensino Superior                                                  | Cursos ofertados                                                                                                                                                                                                 |
|------------------|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Amapá            | Campus Tecnológico Território dos Lagos da Universidade do Estado do Amapá -UEAP | Engenharia Agrônômica; e Licenciatura em Matemática                                                                                                                                                              |
| Laranjal do Jari | Instituto Federal do Amapá – IFAP                                                | Bacharelado em Administração; Bacharelado em Engenharia Florestal; Complementação Pedagógica (UAB-EAD); Licenciatura em Ciências Biológicas; Licenciatura em Pedagogia (UAB-EAD); Tecnologia em Gestão Ambiental |
| Oiapoque         | Instituto Federal do Amapá – IFAP                                                | Tecnologia em Gestão Comercial                                                                                                                                                                                   |
|                  | Universidade Federal do Amapá – UNIFAP                                           | Ciências biológicas; Direito; Enfermagem; Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CII); Letras Francês/Português; História; Geografia e Pedagogia                                                          |

Fonte: Trabalho de campo, 2024. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

No Campus Binacional da UNIFAP em Oiapoque, ressalta-se a natureza dos cursos de Licenciatura Intercultural Indígena (CII) e Letras Francês/Português, que visam contemplar a realidade de fronteira franco-brasileira e dos povos indígenas dessa região e do Norte do Pará. O CII, criado em 2007, é um marco dentro do ensino superior voltado para especificidades das comunidades indígenas, atendendo também às demandas da Educação Escolar Indígena ao promover a formação de professores indígenas.

Destaca-se também, a necessidade de acompanhar a tramitação do Projeto de Lei n. 3455 de 2023, criado pelo senador Randolfe Rodrigues, que foi recentemente aprovado pela Comissão de Educação (CE), em razão da finalidade de transformar o Campus Binacional da UNIFAP em uma Universidade Federal da Fronteira Norte (UNIFRON) (Brasil, 2023).

## **AS INTER-RELAÇÕES DA EDUCAÇÃO NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

Ao tratar da FF-AP, é essencial considerar suas relações intermunicipais, interestaduais e internacionais. Os municípios são agrupados de acordo com a região em que estão localizados, a saber: sub-região da Fronteira, de Macapá, dos Lagos e do Vale do Jari (Santos, 2012).

### **Sub-região da fronteira**

Esta região possui características peculiares, pois trata-se de uma fronteira entre o território de jurisdição brasileira, Oiapoque, e o território europeu, representado pela Guiana Francesa. Os diálogos entre os dois lados são destaques nas reuniões promovidas pela Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França, que perpassam questões educacionais, econômicas, de saúde, entre outros.

No ano de 2023, sua realização apresentou 9 propostas que marcam a retomada da cooperação entre os dois países, quanto a educação especificamente, foi colocado em pauta a implementação efetiva do projeto de escola intercultural de fronteira em *Saint-Georges-de-l'Oyapock* e em Oiapoque; a criação de um serviço de relações internacionais na Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP); a realização efetiva da política de binacionalidade do Campus Binacional da UNIFAP para os indígenas que habitam a Guiana Francesa; e a viabilização do acesso ao ensino superior na Universidade da Guiana Francesa para os indígenas brasileiros.

Estas ações são fundamentais, pois contemplam a especificidade desta região de fronteira, ligada à realidade dos povos indígenas *Galibi Marworno*, *Galibi Kali'na*, *Karipuna*, *Wajãpi* e *Palikur Arukwayene*.

### **Sub-região do Vale do Jari**

Na relação interestadual entre Laranjal do Jari (AP) e Monte Dourado, distrito de Almeirim (PA), observa-se, no campo educacional, que a presença do Instituto Federal do Amapá (IFAP) em Laranjal do Jari atua como um polo atrativo para as localidades vizinhas, ao ofertar ensino técnico e superior. Nesse contexto, verifica-se um fluxo intenso de estudantes paraenses, residentes no distrito de Monte Dourado, que atravessam diariamente o rio Jari em busca de formação educacional no lado amapaense.

É importante destacar, ainda, outro aspecto relacionado a essa dinâmica, o qual será aprofundado em tópico específico sobre Unidades de Conservação (UCs). No território entre o Amapá e o Pará localizam-se o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PARNA) e a Estação Ecológica do Jari (ESEC do Jari). Ambas integram o projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que, em parceria com o WWF-Brasil, apoiou em 2014 a realização do módulo de capacitação do Curso de Pedagogia de Projetos em Temas Ambientais (CPPTA).

O curso foi realizado pelo ICMBio em conjunto com a UNIFAP, contemplando a região do Vale do Jari (Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Monte Dourado), visando o desenvolvimento de projetos e capacitação dos professores da rede pública de ensino relacionado às questões ambientais presentes nos municípios desta região, utilizando como locus de referência em educação ambiental, as unidades de conservação.

### **Sub-região de Macapá**

As relações que envolvem o setor educação estão ligadas a oferta do ensino técnico e profissional através do IFAP, localizado em Porto Grande, se apresentando como polo atrativo desta região, que abarca os municípios de Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes e Serra do Navio. Inclusive em Pedra Branca do Amapari se encontra o Centro de Referência de Educação à Distância do IFAP, que está vinculado ao campus de Porto Grande, e oferta cursos técnicos de nível médio e cursos de formação inicial e continuada.

### **Sub-região dos Lagos**

Esta região se encontra integrada em função do Campus Tecnológico Território dos Lagos da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), no município de Amapá. Para reafirmar as relações desta região, é essencial destacar a futura construção do campus IFAP em Tartarugalzinho que será realizada através do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), buscando expandir a oferta de cursos técnicos e superiores para os municípios da Região dos Lagos.

### **Relações intermunicipais e Unidades de Conservação (UCs)**

Algumas relações dentro da faixa de fronteira são estabelecidas a partir das Unidades de Conservação. Com objetivo de propor projetos que trabalhem a Educação Ambiental dentro da

realidade das UCs presentes na faixa de fronteira, é importante ter como referências ações já realizadas dentro deste contexto, por exemplo, o Projeto Biodiversidade nas Costas – Tumucumaque (BNC-Tumucumaque), implementado em 2014, e o CPPTA, que além de ter sido realizado na região do Vale do Jari, contemplou de 2010 a 2012, os municípios de Serra do Navio e Oiapoque.



## ANÁLISE SWOT/FOFA DE EDUCAÇÃO

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|------------------|---------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <p>Elevado percentual de professores com ensino superior;</p> <p>Oferta de ensino superior e técnico;</p> <p>Alimentação escolar via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);</p> <p>Programa Amapá Jovem;</p> <p>Oferta de curso de graduação Licenciatura Intercultural Indígena (CII) e PAFOR Intercultural Indígena pela UNIFAP;</p> <p>Programa Escola Intercultural de Fronteira (PEIF) e Programa Educação Prisional Transfronteiriça (em Oiapoque);</p> <p>Curso de Língua Francesa por meio do projeto de Extensão SANS FRONTIÈRES (UNIFAP/IFAP) (em Oiapoque);</p> <p>Cursos de capacitação profissional pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/AP);</p> <p>Atuação do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ);</p> <p>Projeto Pracuúba Digital;</p> <p>Tradutor para indígenas que frequentam as escolas municipais (em Pedra Branca do Amapari);</p> <p>Oferta de curso de dança, teatro, música e idiomas com oferta de cursos de língua inglesa e francesa (em Pedra Branca do Amapari);</p> <p>Centro de Memória e Documentação <i>Wajãpi</i>;</p> <p>Projetos com valorização cultural e ambiental: Projeto Turé (SEED), Projeto Horta Sustentável na Escolas (Educação Agrícola TRE Amapá), Projeto Plantação de Ipês.</p> | <p>PONTOS FRACOS</p> <p>Falta de transportes escolares e manutenção nos existentes;</p> <p>Falta de acesso ou instabilidade à internet;</p> <p>Falta de modelos e materiais pedagógicos baseado à realidade das comunidades tradicionais;</p> <p>Dificuldades logísticas para o transporte escolar nas comunidades tradicionais;</p> <p>Problema logísticos relacionados ao envio de alimentação escolar;</p> <p>Analfabetismo acima da média nacional (exceto Oiapoque e Serra do Navio);</p> <p>Baixa oferta de formação continuada específica para professores indígenas;</p> <p>Ausência de Escola Família Agroextrativista (exceto Pedra Branca do Amapari);</p> <p>Êxodo de alunos por questões socioeconômicas;</p> <p>Entraves para acesso a recursos federais devido a inadimplência dos municípios;</p> <p>Ausências de transporte intermunicipal regular para mobilidades de estudantes;</p> <p>Ausência de políticas locais para permanência de docentes</p> |
|                  | OPORTUNIDADES | <p>Expansão de polos de Ensino Superior e Técnico alinhados a estratégias de interiorização;</p> <p>Investimentos do Fundo Amapá;</p> <p>Programas federais como o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e Programa Caminho da Escola;</p> <p>Cooperação entre Amapá e Pará através de parceria escolar;</p> <p>Desenvolvimento de projetos pedagógicos binacionais;</p> <p>Criação da Universidade Federal da Fronteira (UNIFRON);</p> <p>Acordos de cooperação internacionais voltado para o Platô das Guianas por meio da UNIFAP;</p> <p>Implementação do Projeto Jovem Digital;</p> <p>Projeto de Extensão Centro de Recondicionamento de Computadores (UNIFAP) para recebimento de computadores recondicionados.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <p>AMEAÇAS</p> <p>Vulnerabilidade socioeconômica acentuada em áreas de fronteira;</p> <p>Descontinuidade de políticas públicas federais e estaduais;</p> <p>Baixo investimento público e assimetria regional na oferta educacional;</p> <p>Impactos das mudanças climáticas no transporte escolar.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| FATORES EXTERNOS |               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |

### Carteira de projetos para Educação

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                      | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                                                                                                                | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                                      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|
| Desenvolvimento e aplicação de um programa de Educação Socioambiental para integração da temática Amazônica no cotidiano escolar         | SEED/AP; Secretarias Municipal de Educação; FUNDEB, FNE, SENAR/AP; IFES; SISTEMA S; Associações; Cooperativas; Organizações de professores e pais (associações e sindicatos); MEC; MMA;                                                                            | Toda a FF-AP                                                 |
| Aquisição de equipamentos portáteis para inclusão digital de crianças e adolescentes de zonas rurais.                                    | Secretarias Municipais de Educação; SEED/AP; MCTI; MEC; RNP;                                                                                                                                                                                                       | Todas as comunidades geograficamente remotas da FF-AP        |
| Criação e implementação de um programa para o empreendedorismo social com protagonismo juvenil                                           | Secretarias Municipais de Educação; SEED/AP; SISTEMA S, Associações; Cooperativas; Sindicatos de bairros; SEJUV, SNJ;                                                                                                                                              | Toda a FF-AP                                                 |
| Criação do programa de inclusão Escolar e Social de Estudantes com Deficiência por Meio de Lazer e Recreação como Intervenção Pedagógica | Secretarias Municipais de Assistência Social; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Coletivos de pessoas com deficiência; Secretarias Municipais de Educação; SEED/AP; Centro Especializado no Transtorno do Espectro Autista (CETEA); CRAS; CREAS. | Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari; Amapá e Oiapoque. |
| Criação e implementação de um curso de Educação Financeira para alunos do ensino fundamental e médio                                     | Secretarias Municipais de Educação; SEED/AP; Secretarias Municipais de Finanças; Instituições Financeiras ou bancárias com Projetos sociais; Diretorias e secretarias de escolas; SENAR/AP; IFES; SISTEMA S; AFAP; SISTEMA S; SENAR/AP;                            | Toda a FF-AP                                                 |
| Oferecimento de Formações Online e Gratuitas para o Desenvolvimento de Competências Digitais                                             | IFES; Sindicatos; Organizações de professores (associações e sindicatos); MEC; ENAP;                                                                                                                                                                               | Toda a FF-AP                                                 |
| Implantação de Bibliotecas em Comunidades Rurais da                                                                                      | IFES; SEED/AP; Secretarias Municipais de Educação;                                                                                                                                                                                                                 | Todas as comunidades geograficamente remotas da FF-AP        |

Amazônia Legal para garantir o acesso à leitura como direito fundamental da criança.

Realização de oficinas em comunidades tradicionais com foco na promoção da saúde preventiva e do saber popular, para fortalecer o cuidado coletivo e o protagonismo comunitário.

SENAR/AP; Sindicato Rural; Organização dos Professores Indígenas do Município; MDA com o Projeto Arca das Letras; MEC

IFES; Organizações Indígenas; Associações; Cooperativas; ONGs; Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Institutos; Sindicatos; ANATER; MDA; MPI; MPA; SEPI; SEED/AP; MS; SVS; SESA/AP

Comunidades Tradicionais da FF-AP

## **INFRAESTRUTURA**

A infraestrutura refere-se à estrutura básica que busca viabilizar o funcionamento da economia, possibilitando o desenvolvimento de diversos aspectos e dimensões das atividades humanas (Rocha e Ribeiro, 2022). Abarca os serviços de logística de transportes, saneamento básico, energia elétrica e telecomunicações (Borça Júnior e Quaresma, 2010).

Na Amazônia, a infraestrutura é um tema complexo que abrange diversas dimensões, desde aspectos socioeconômicos até questões ambientais e culturais. A riqueza da rede hidrográfica e a densa cobertura florestal representam desafios logísticos significativos para a construção e manutenção de estradas e ferrovias. Mesmo com a predominância do transporte fluvial, a infraestrutura de portos e terminais é precária e limitada. Além disso, a cobertura de internet e telefonia móvel ainda é restrita em muitas áreas.

Os projetos de infraestrutura na região provocam intensos debates no que tange a impactos sociais e ambientais decorrentes de iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico, especialmente sobre as comunidades indígenas e ribeirinhas. Essa realidade é refletida no estado do Amapá, como no contexto de construção de um trecho da BR-156 na Terra Indígena Uaçá, em Oiapoque, habitada por indígenas *Palikur*, *Karipuna* e *Galibi Marworno* (Silva e Rocha, 2019).

Historicamente, o Amapá passou de uma região pouco explorada, no início do século XX, para um local com economia em crescimento, impulsionado pela exploração de minérios, especialmente manganês. A criação da ICOMI, na década de 1950, foi um marco importante. A década de 1960 trouxe o Projeto Jari, que gerou investimentos em celulose e papel, além de novas infraestruturas. A construção da rodovia BR-156, por exemplo, visou melhorar a conectividade e o desenvolvimento econômico.

Diante dos pontos apresentados, este diagnóstico objetiva identificar e mapear as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à infraestrutura na FF-AP. A temática dialogará transversalmente com os setores de Meio Ambiente, Saúde, Turismo, Educação e Setor Produtivo.

## **DADOS DA INFRAESTRUTURA NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

### **Logística de transportes**

Os serviços de transportes logísticos abarcam as malhas rodoviárias, ferroviárias, hidroviárias e aéreas (Figura 21). As malhas rodoviárias são compostas pela rede de estradas e rodovias interconectadas que cobre determinada região.

**Figura 21.** Mapa de Rotas de transportes



Organização: PDIFF-AP, 2025

Enquanto as malhas hidroviárias são a rede de rios, canais, lagos, oceanos e outras vias navegáveis que utilizam navios, balsas e outras embarcações para transporte, a malha ferroviária consiste em trilhos e linhas de trem que podem conectar cidades, regiões e países. Já as malhas

aéreas são caracterizadas pelas redes de voos e aeronaves que conectam os aeroportos do país ou de uma região.

A logística de transportes rodoviários no Amapá possui uma especificidade importante: o estado não conta com rodovias que o conectem ao restante do Brasil. No entanto, há uma ponte que o liga à Guiana Francesa (França). O novo PAC contempla a retomada da construção da ponte sobre o Rio Jari, no limite entre Laranjal do Jari e Monte Dourado, distrito de Almeirim (PA), a qual será a primeira ligação terrestre do Amapá com o restante do território nacional. O projeto integra uma das cinco Rotas de Integração Sul-Americana do Governo Federal — a Rota da Ilha das Guianas. A ponte entre Oiapoque e *Saint Georges-de-l'Oyapock* foi inaugurada em 2017, e o trânsito de passageiros funciona das 7h às 19h, todos os dias da semana, inclusive feriados.

O estado possui duas rodovias: a BR-156/AP, planejada com o intuito de promover a integração intermunicipal no Amapá, e a BR-210/AP, que realizaria o papel de interligar a fronteira no perímetro norte, e, por tal motivo, ficou popularmente conhecida como “Rodovia Perimetral Norte” (Porto, 2022). A BR-156/AP e a BR-210/AP não possuem todo o percurso asfaltado, o que prejudica o acesso aos municípios da FF-AP, especialmente durante o inverno amazônico, quando as chuvas provocam erosão nas estradas de terra. Com isso, a locomoção terrestre acaba sendo mais longa ou torna-se inviável nestes períodos. A retomada da pavimentação das duas rodovias federais do Amapá também aparece orçada no Novo PAC.

A capital Macapá é rota utilizada para tabelar os preços de deslocamentos por vias terrestres intermunicipais. Para se deslocar pelas malhas rodoviárias entre os municípios da FF-AP, partindo da capital Macapá-AP, é preciso pagar de R\$30,00 reais (Ferreira Gomes) a R\$200,00 reais (Oiapoque), valores da passagem de transporte rodoviário.

As rotas intermunicipais para Laranjal do Jari e Oiapoque estão devidamente regulamentadas e em operação regular. No entanto, para outras localidades, embora algumas rotas estejam previstas ou regulamentadas, elas não são efetivamente operacionalizadas. Essa lacuna na oferta de transporte público favorece a atuação de serviços alternativos não regulamentados, popularmente conhecidos como “piratas”, que acabam se tornando o principal meio de deslocamento entre municípios, inclusive em trechos onde o transporte regular deveria estar disponível.

**Tabela 11.** Valores e empresas regularizadas que fazem transportes intermunicipais na FF-AP<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Os transportes por via terrestre são concentrados na capital Macapá-AP, por isso, os valores das passagens consideram Macapá como destino inicial e final. Nos casos em que o destino não seja a capital, em geral, os transportes de ônibus ou vans param em pontos específicos na estrada para os passageiros descerem.



| Localidades (valores por percurso)                               | Tarifa          | Empresa                                             |
|------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------------------------------------------|
| Laranjal do Jari/ Macapá<br>Macapá/Laranjal do Jari              | 90,00 – 93,00   | Amazon Tur; Viação Santanense;<br>FLAP transportes. |
| Oiapoque/Macapá<br>Macapá/Oiapoque                               | 190,00 – 193,00 | Amazon Tur; Viação Santanense;<br>FLAP transportes. |
| Calçoene/ Macapá<br>Macapá/Calçoene                              | 120,00 – 123,00 | Amapá Tur                                           |
| Pedra Branca do Amapari/Macapá<br>Macapá/Pedra Branca do Amapari | 60,00           | Santanense                                          |
| Pracuúba/Macapá<br>Macapá/Pracuúba                               | -               | Não possui                                          |
| Amapá/Macapá<br>Macapá/Amapá                                     | -               | Não possui                                          |
| Ferreira Gomes/Macapá<br>Macapá/ Ferreira Gomes                  | 30,00           | Transparação                                        |
| Serra do Navio/Macapá -<br>Macapá/Serra do Navio                 | 70,00 – 80,00   | ALFA/Santanense                                     |

Fonte: SETAP, 2021. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

**Tabela 12.**Valores de transportes alternativos não regulamentados<sup>3</sup>

| Localidades (valores por percurso)                               | Tarifa |
|------------------------------------------------------------------|--------|
| Laranjal do Jari/ Macapá - Macapá/Laranjal do Jari               | 150,00 |
| Oiapoque/Macapá - Macapá/Oiapoque                                | 200,00 |
| Calçoene/ Macapá - Macapá/Calçoene                               | 120,00 |
| Pedra Branca do Amapari/ Macapá - Macapá/Pedra Branca do Amapari | 100,00 |
| Pracuúba/Macapá - Macapá/Pracuúba                                | 80,00  |
| Amapá/Macapá - Macapá/Amapá                                      | 50, 00 |
| Ferreira Gomes/Macapá - Macapá/Ferreira Gomes                    | 100,00 |
| Serra do Navio/Macapá - Macapá/Serra do Navio                    | 110,00 |

Fonte: SETAP, 2021. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Em relação a malha hidroviária, o Amapá possui 5 portos públicos na FF-AP, que estão localizados nos municípios de Oiapoque, Pracuúba, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Ferreira Gomes. As populações das sedes dos municípios geralmente não usam as rotas hidroviárias para locomoção em viagens curtas. Já em comunidades tradicionais e rurais, os rios são utilizados como principal rota de transporte, em especial para o transporte escolar. Além disso, a malha hidroviária é essencial para o escoamento do setor produtivo das regiões remotas. Na décima reunião da Comissão Mista Transfronteiriça (CMT) Brasil-França, um estudo sobre a navegação de cabotagem entre os dois portos foi apresentado pela parte francesa (ADAP, 2018).

Os rios também são usados como rotas de deslocamento na travessia (Tabela 13) de Laranjal do Jari para Monte Dourado e de Oiapoque para *Saint-Georges-de-l'Oyapock*. A travessia em ambos os locais é realizada em barcos de pequeno porte, conhecidos como

<sup>3</sup> As picapes são conhecidas como “piratas”.



“catraias”, e a rota de Laranjal do Jari para Monte Dourado também conta com 2 balsas gratuitas, uma com funcionamento 7 dias por semana, das 6:00 às 00:00, e uma reserva, que deve estar disponível 24 horas por dia para suprir demandas emergenciais.

**Tabela 13.** Valores de transporte por barcos/catraias no Amapá

| Localidades (valores por percurso)                                                               | Tarifa |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Laranjal do Jari/ Macapá - Macapá/Laranjal do Jari (barco)                                       | 400,00 |
| Laranjal do Jari/Monte Dourado - PA - Monte Dourado -PA/ Laranjal do Jari (catraia de travessia) | 4,00   |
| Oiapoque/Guiana Francesa - Guiana Francesa/Oiapoque (catraia de travessia)                       | 30,00  |

Fonte: SETAP, 2021. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

A Estrada de Ferro do Amapá, que compõe a malha ferroviária, foi construída entre fevereiro de 1954 e outubro de 1956, ligando os Municípios de Santana, Macapá, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio. Sua construção está relacionada à necessidade da empresa ICOMI de transportar grandes quantidades de minério de manganês das minas em Serra do Navio para o porto de embarque e exportação em Santana. A estrada possui aproximadamente 194 quilômetros (Melo, 2017). O estado, entretanto, não possui dutos de transporte instalados. Sendo assim, não possui um subsistema ativo (Drummond e Pereira, 2007). Em tal contexto, a malha ferroviária não pode ser utilizada como rota de transporte. Entretanto, devido à sua historicidade, as estações ferroviárias possuem potencial turístico para a faixa de fronteira.

Já a malha aérea na FF-AP é composta por aeródromos, locais com estrutura para pouso, decolagem e movimentação de aeronaves. A maioria desses aeródromos atende às comunidades tradicionais indígenas em situações emergenciais, conforme quadro 4. No estado, não há voos intermunicipais operados por empresas de linhas aéreas. Para transitar pela malha aérea, é preciso possuir um avião particular ou fretar uma aeronave. As empresas de táxi aéreo disponíveis no estado (Aerotop, Piquiatuba e Aeronorte) só possuem base no Aeroporto Internacional de Macapá. A maior demanda para essas empresas são os contratos com o poder público, que atende às demandas de voos para a saúde e educação pública indígenas.

**Quadro 4.** Aeródromos na FF-AP

| Município               | Nome do aeródromo                               |
|-------------------------|-------------------------------------------------|
| Oiapoque                | Aldeia Kumêne; Aldeia Kumarumã; Oiapoque        |
| Calçoene                | Fazenda Pouso Alegre                            |
| Laranjal do Jari        | COOMEJ; Fazenda Santa Maria; Laranjal do Gaúcho |
| Pracuúba                | Acácio Favacho                                  |
| Pedra Branca do Amapari | Silvestre                                       |

Fonte: DECEA, 2024. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

No sul do estado, Laranjal do Jari não dispõe de aeródromo público. Dessa forma, o distrito paraense de Monte Dourado torna-se uma alternativa estratégica, servindo como rota aérea para voos comerciais da companhia Azul com destino a Belém. Além disso, a pista pública é utilizada em situações emergenciais, como no transporte de pacientes em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) aérea.

### **Geração de energia na faixa de fronteira**

Para o diagnóstico da energia na FF-AP, foi considerado o potencial e a segurança energética, com abordagem das fontes de geração de energia presentes no estado e a segurança energética, voltada a estruturas que visam reduzir a instabilidade e a falta de acesso à energia (Certi, 2020).

Na FF-AP ficam localizadas uma usina solar fotovoltaica, uma usina termoeétrica e quatro usinas hidrelétricas, conforme tabela 14. A usina solar fotovoltaica Oiapoque e a usina termelétrica Oiapoque ficam localizadas no município de mesmo nome. As hidrelétricas intituladas Coaracy Nunes, Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes ficam localizadas no município de Ferreira Gomes, e a Santo Antônio do Jari encontra-se entre Laranjal do Jari e Almeirim (PA) (Brito e Drummond, 2022).

O estado é conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) desde 2015, com a justificativa de que no período úmido o estado exporta energia e no período seco importa parte de sua energia do SIN (Empresa de Pesquisa Energética - EPE). O município de Oiapoque, entretanto, ainda possui um sistema de subestação isolado, abastecido por meio de geração termelétrica a diesel e por uma usina solar fotovoltaica em concessão por meio de um leilão com vigência de 2014 a 2030. A usina fotovoltaica estava prevista para encerrar após a entrada em operação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH), prevista para 2021, este projeto foi incentivado pela CMT.

Na décima CMT, a parte francesa apresentou um projeto para construção de uma central de biomassa em *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, na Guiana Francesa (Silva, 2023). Além das usinas já existentes, o Amapá possui grande potencial energético para novas usinas hidrelétricas, usinas térmicas e biomassa, usinas termoeletricas, produção de energia eólica e usinas solares fotovoltaicas (INPE, 2017).

**Tabela 14.** Fontes de energia na faixa de fronteira do Amapá

| <b>Município</b>                             | <b>Fontes de energia</b>  | <b>Potência [kW]</b> |
|----------------------------------------------|---------------------------|----------------------|
| <b>Ferreira Gomes</b>                        | UHE Cachoeira Caldeirão   | 219.000              |
|                                              | UHE Ferreira Gomes        | 252.000              |
|                                              | UHE Coaracy Nunes         | 78.000               |
| <b>Laranjal do Jari (AP) e Almeirim (PA)</b> | UHE Santo Antônio do Jari | 392.950              |

A segurança energética é caracterizada como o suprimento de energia contínua e acessível a toda a população, com o objetivo de satisfazer necessidades do dia a dia. O tema segurança energética passou a ser debatido com mais ênfase no Amapá a partir de novembro de 2020, período em que o estado sofreu um apagão que causou a falta de energia elétrica por 21 dias em 13 dos 16 municípios, atingindo cerca de 89% da população do estado.

O apagão teve como causa principal a combinação de falhas técnicas e de gestão na subestação de Macapá, administrada pela empresa privada Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE). A crise começou com a explosão de um dos transformadores, enquanto os outros dois estavam fora de operação — um por falha e outro por estar em manutenção desde 2019, sem previsão de retorno ao funcionamento. A ausência de equipamentos de reserva ressaltou a precariedade do sistema elétrico e a falta de planejamento para situações emergenciais, mesmo após a integração do estado ao SIN por meio do linhão de Tucuruí (Porto *et. al*, 2021).

A crise energética gerou um grande impacto no cotidiano da população amapaense. Houve colapso nos serviços essenciais, como fornecimento de água, segurança pública, saúde e educação, já duramente pressionados pela pandemia da COVID-19. A economia local sofreu com a queima de equipamentos, perda de alimentos, fechamento de comércios e desemprego. A população precisou conviver com um sistema de rodízio no fornecimento de energia, em intervalos de horas, o que dificultou o retorno as atividades cotidianas.

Os municípios de Vitória do Jari, Laranjal do Jari e Oiapoque não foram afetados pela crise energética por possuírem sistemas de energia elétrica independentes, ou seja, que não estão interligados ao sistema principal do estado.

A partir de 2021, a energia no Amapá, até então de gestão estadual, foi privatizada, e o Grupo Equatorial venceu o leilão realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2023, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) divulgou o ranking de tarifa energética residencial, e o Amapá foi o único estado que não apareceu na lista, pois o ajuste tarifário aplicado ao estado estava sendo contestado.

Em dezembro de 2024, foi aprovado pela ANEEL um aumento de 13,7% nas contas de luz do Amapá, sob demanda da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), comandada pelo Grupo Equatorial. A alteração despertou oposição no Congresso Nacional e em determinados setores do governo federal, que apontaram como abusivo o aumento. No ranking de tarifa residencial da ANEEL, a CEA Equatorial encontra-se na 24ª posição, dentre 103

concessionárias e permissionárias de energia elétrica (ANEEL, 2025).

Com base nestas informações, associadas aos dados obtidos durante as visitas de campo aos municípios da FF-AP, é possível constatar que o Amapá ainda possui como fraqueza para a segurança energética da população as consequências financeiras causadas pelo apagão no estado. Entretanto, a Medida Provisória n. 1212/2024 propõe a redução dos valores de energia a partir da utilização de incentivo às fontes limpas de energia.

Outra iniciativa federal para tornar a energia acessível é o programa Luz para Todos, que oferece gratuidade para famílias de baixa renda que consomem até 220 kWh por mês, além de oferecer kits de energia solar gratuitos para comunidades tradicionais. Assim, é possível diagnosticar a segurança energética como um problema iminente na faixa de fronteira, mas que está no debate público em vias de soluções e novas oportunidades.

### **Saneamento básico**

No estado do Amapá, os indicadores de acesso e eficiência aos serviços de saneamento são críticos. De acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2022 apenas 46,9% da população possuía atendimento por rede de abastecimento de água, com uma perda de 71,1% da água potável na distribuição, quase o dobro da média do país (37,8%). No que se refere ao esgotamento sanitário, o quadro é ainda mais alarmante: apenas 5,4% da população conta com rede de esgoto, e só 14,2% do esgoto gerado é tratado.

Nos municípios da FF-AP, os dados de saneamento mostram um quadro geral de precariedade nos serviços, com cobertura bastante limitada, especialmente em abastecimento de água e esgotamento sanitário. Municípios como Oiapoque e Calçoene apresentam índices muito baixos de acesso à água potável — 8,9% e 22,29%, respectivamente — o que reflete diretamente na elevada quantidade de habitantes desatendidos. Em contrapartida, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari apresentam os maiores percentuais de cobertura de água, com 75,63% e 55,17%, o que ainda assim está abaixo da média nacional (84,24%).

No que se refere ao esgotamento sanitário, a situação é ainda mais crítica. Apenas três municípios possuem dados registrados: Amapá (5,55%), Oiapoque (1,03%) e Serra do Navio (29,62%). Isso significa que a grande parcela da população desses municípios segue sem acesso a sistemas adequados de coleta e tratamento de esgoto, fator que agrava os riscos à saúde pública e ao meio ambiente. A ausência de informações nos demais municípios demonstra falhas na gestão e monitoramento do setor.

A coleta de resíduos sólidos apresenta maior cobertura em quase todos os municípios, com destaque para Laranjal do Jari (99,78%) e Amapá (90,65%). No entanto, ainda há locais com cobertura insuficiente, como Calçoene (59,16%) e Serra do Navio (53,5%). Quanto à

drenagem urbana, os dados são escassos: apenas Pedra Branca do Amapari reportou cobertura, com 14,2%. Esse cenário demonstra a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura, planejamento e fortalecimento institucional para garantir o acesso universal ao saneamento básico.

**Tabela 15.** Indicadores de saneamento dos municípios da FF-AP (Ano base 2022)

| Município               | População | Atendida com água (%) | Sem Água (hab) | Atendida com esgoto (%) | Sem Esgoto (hab) | Resíduos (%) | Sem Coleta (hab) | Drenagem (%) |
|-------------------------|-----------|-----------------------|----------------|-------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| Amapá                   | 7.943     | 26,87                 | 5.809          | 5,55                    | 7.502            | 90,65        | 743              | -            |
| Calçoene                | 10.612    | 22,29                 | 8.247          | -                       | -                | 59,16        | 2.564            | -            |
| Ferreira Gomes          | 6.666     | 32,01                 | 4.532          | -                       | -                | 72,20        | 1.338            | -            |
| Laranjal do Jari        | 35.114    | 43,16                 | 19.960         | -                       | -                | 99,78        | 76               | -            |
| Oiapoque                | 27.482    | 8,90                  | 25.036         | 1,03                    | 27.200           | 65,50        | 6.210            | -            |
| Pedra Branca do Amapari | 12.847    | 55,17                 | 5.759          | -                       | -                | 77,84        | 2.216            | 14,2         |
| Pracuúba                | 3.803     | 24,59                 | 2.868          | -                       | -                | 65,74        | 857              | -            |
| Serra do Navio          | 4.673     | 75,63                 | 1.139          | 29,62                   | 3.289            | 53,50        | 1.163            | -            |

Fonte: SNIS, 2023; IBGE, Censo 2022.

## Telecomunicações

As telecomunicações são caracterizadas pelos serviços de transmissão e recepção de informações a distância utilizando diversos meios, como cabos, fibras ópticas, ondas de rádio, satélites e redes de internet (MCom, 2025). Para abordá-las na FF-AP, consideramos os provedores de banda larga e cobertura móvel. O acesso a tecnologias, em especial à internet e à cobertura de telefonia móvel, é essencial para a comunicação. Por meio desses acessos, é possível fazer transações em contas correntes, fazer transferências bancárias por PIX, solicitar serviços públicos em canais de comunicação dos governos, dentre outras atividades do cotidiano.

No geral, as sedes dos municípios possuem cobertura de telefonia móvel, enquanto nas comunidades tradicionais e espaços rurais este acesso é precário ou inexistente. Nessas áreas, os serviços de banda larga são os principais responsáveis pela comunicação. Na quarta edição da CMT, discutiu-se a possibilidade de estender o cabeamento óptico da Guiana Francesa até Macapá, com o objetivo de ampliar o acesso à banda larga. Na 8ª edição, a Guiana Francesa apresentou o projeto SPANK, interrompido devido a problemas no sistema de cabeamento.

## Quadro 5. Serviços de banda larga e cobertura móvel na faixa de fronteira

| <b>Município</b>               | <b>Provedor de banda larga</b>                                                                                                                                                          | <b>Cobertura móvel</b>        |
|--------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| <b>Amapá</b>                   | Compuservice Empreendimentos Ltda, Voce Telecom, Starlink Brazil, Oi, Telebras, Claro, Linx Telecomunicações Ltda, Alloha Fibra, RW Serviços de Telecomunicações Ltda, Hughes, BT.      | Claro, Tim, Vivo, Surf.       |
| <b>Calçoene</b>                | Compuservice Empreendimentos Ltda, Starlink Brazil, Oi, Voce Telecom, Telebras, Claro, RW Serviços de Telecomunicações Ltda, Hughes, Alloha Fibra.                                      | Claro, Vivo, Tim, Surf.       |
| <b>Ferreira Gomes</b>          | Voce Telecom, Compuservice Empreendimentos Ltda, Araguay Celta Conect Ltda – ME, Starlink Brazil, HUGHES, OI, Telebras, Claro, Brasil Tecpar, Ruralweb Telecomunicações Ltda, BT, Vivo. | Vivo, Claro, Tim.             |
| <b>Laranjal do Jari</b>        | Voce Telecom, Compuservice Empreendimentos Ltda, Starlink Brazil, Oi, Telebras, Claro, BT, Hughes, Alloha Fibra, Vivo.                                                                  | Vivo, Claro, Tim, Telexperts. |
| <b>Oiapoque</b>                | Compuservice Empreendimentos Ltda, Starlink Brazil, Oi, Telebras, Claro, BT, Hughes, RW Serviços de Telecomunicações, Enerwatt Engenharia, Industria e Comercio - EIRELI, Alloha Fibra. | Tim, Claro, Vivo, Surf.       |
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | Compuservice Empreendimentos Ltda, Hughes, Starlink Brazil, Voce Telecom, Oi, BT, Telebras, Claro.                                                                                      | Claro, Tim, Vivo, Surf.       |
| <b>Pracuúba</b>                | Compuservice Empreendimentos Ltda, Hughes, Starlink Brazil, Oi, Telebras, Claro.                                                                                                        | Claro, Tim, Vivo.             |
| <b>Serra do Navio</b>          | Compuservice Empreendimentos Ltda, Hughes, Starlink Brazil, Oi, Claro, Telebras.                                                                                                        | Claro, Tim, Vivo, Surf.       |

Fonte: TELECO, 2020. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

## AS INTER-RELAÇÕES DE INFRAESTRUTURA NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE

No que diz respeito à infraestrutura, as rotas de deslocamento na FF-AP desempenham um papel central nas dinâmicas de interligação entre as cidades da região. A ponte que conecta o Brasil à França constitui um importante elemento nessa rede de circulação, simbolizando uma relação significativa de mobilidade transfronteiriça. Complementarmente, o tráfego diário de pequenos barcos também exerce papel fundamental no transporte de passageiros ao longo da fronteira.

A relação entre Laranjal do Jari e Monte Dourado, separadas pelo rio Jari, é marcada por uma forte interdependência. O rio funciona como elo físico e simbólico entre as localidades, sendo fundamental para o transporte e a integração com centros urbanos maiores, como Santana (AP) e Belém (PA) (Cruz, 2023).

Em 2002, teve início a construção de uma ponte sobre o rio Jari, com o objetivo de integrar os dois lados da divisa e facilitar o transporte e o comércio na região. No entanto, a obra permanece inacabada, com apenas 39% de execução, devido a entraves financeiros e administrativos (Teles, 2024). A retomada da construção foi anunciada recentemente como parte das ações do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Amapá (GEA, 2024). A conclusão da ponte irá melhorar significativamente a mobilidade, o acesso a serviços

e a integração econômica entre Laranjal do Jari e Monte Dourado. Além, de criar a primeira rota terrestre entre Amapá e o restante do Brasil.



## ANÁLISE SWOT/FOFA DE INFRAESTRUTURA

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|------------------|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <p>Potencial hídrico e energético para energia limpa e navegação fluvial;<br/> Distribuição de kits de energia solar para comunidades rurais/tradicionais;<br/> Ponte Binacional;<br/> Rodovias pavimentadas (Ferreira Gomes, Amapá, Pracuúba e Calçoene);<br/> Transporte regular que conecta alguns municípios à capital;<br/> Conexão de rede via satélite em áreas remotas da FF-AP;<br/> Tecnologias sociais de acesso a água potável.<br/> Laboratório para monitoramento da qualidade da água (Pedra Branca do Amapari).</p>                                                                                                                                                                | <p>Insuficiência de transporte público municipal e intermunicipal;<br/> Ramais não regulamentados;<br/> Transportes alternativos não regulamentados;<br/> Baixa cobertura de saneamento e falta de água tratada em áreas remotas da FF-AP;<br/> Infraestrutura de comunicação e conectividade digital instável;<br/> Trechos de rodovias sem pavimentação;<br/> Obra inacabada da ponte sobre o Rio Jari;<br/> Baixa capacidade técnica e orçamentária dos municípios para obras estruturantes.</p> |
|                  | OPORTUNIDADES | <p>Apoio técnico-científico do TEDPLAN/UNIFAP com diagnósticos e planejamento em saneamento;<br/> Melhoria e regularização de ramais vicinais;<br/> Regulamentação de transportes alternativos e qualificação dos serviços;<br/> Linhas de crédito para energia solar;<br/> Programa Wi-fi Brasil;<br/> Conclusão da obra da ponte sobre o Rio Jari incluída no Novo PAC;<br/> Pavimentação de rodovias;<br/> Construção de portos hidroviários;<br/> Captação de recursos via editais e fundos amazônicos;<br/> Ampliação da distribuição de kits de energia solar para comunidades rurais/tradicionais<br/> Fortalecer a presença técnica dos municípios na elaboração e gestão de projetos.</p> | <p>Impacto das mudanças climáticas;<br/> Insegurança energética;<br/> Descontinuidade de políticas públicas federais e estaduais.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| FATORES EXTERNOS |               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | AMEAÇAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

### Carteira de projetos para Infraestrutura

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                      | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                                                                                                             |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Implementação de tecnologias sociais para acesso à água potável como cisternas, telhados inteligentes para captação de água da chuva, estações de tratamento de água fluvial (fixas e móveis), filtros orgânicos e sistemas de purificação adaptados a contextos remotos.                                                                                                                | Fundo Amazônia; CSA Equatorial; SEINF/AP; Secretarias Municipais de Obras e Infraestrutura; CCPIO; SESA/AP; SEMA/AP; IFES; SISTEMA S; Associações; Cooperativas;         | Ferreira Gomes (parte alta), Aldeia do Manga, Cunani (Oiapoque) Aldeias indígenas e Comunidades Ribeirinhas geograficamente remotas |
| Implantação e operacionalização de um terminal portuário no município de Oiapoque, com infraestrutura adequada para transporte fluvial e apoio logístico interestadual e internacional. O projeto visa impulsionar a economia local, ampliar a integração com a Guiana Francesa, fomentar o comércio regional e garantir presença estratégica do Estado na faixa de fronteira amazônica. | SEPLAN; GEA; DNIT; Prefeitura de Oiapoque; MIDR; MCid; MI;                                                                                                               | Oiapoque                                                                                                                            |
| Implantação e operação de uma rede de transporte universitário gratuito e regular entre municípios vizinhos, conectando estudantes de cidades sem Instituições de Ensino Superior (IES) a universidades e institutos públicos.                                                                                                                                                           | MEC; Mcid; Secretarias Municipais de Educação; SEED/AP; SDC/AP; SETRAP/AP;                                                                                               | Região dos Lagos (Amapá, Calçoene e Pracuúba); Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes.                            |
| Construção de terminais pesqueiros com centros de beneficiamento de pescados para promoção do manejo sustentável de recursos pesqueiros                                                                                                                                                                                                                                                  | SENAR/AP; EMBRAPA; RURAP; IEPA; SEPAq/AP; MPA; MAPA; Associações; Cooperativas; FEPAP; MDS; MIDR                                                                         | Amapá, Oiapoque, Calçoene, Pracuúba e Ferreira Gomes                                                                                |
| Implementação de soluções para coleta e tratamento de esgoto doméstico em comunidades tradicionais através de tecnologias sociais como fossas biodigestoras e bacia de evapotranspiração.                                                                                                                                                                                                | SEMA/AP; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; Secretarias Municipais de Obras e Infraestrutura; SEINF/AP; Associações de Moradores; CSA Equatorial; EMBRAPA; FUNASA; | Comunidades Tradicionais da FF-AP geograficamente remotas                                                                           |
| Disponibilização de linhas de crédito para empreendedores interessados na instalação de sistemas de energia fotovoltaica.                                                                                                                                                                                                                                                                | Agência Amapá; Secretarias Municipais de Infraestrutura e Obras; SISTEMA S;                                                                                              | Toda a FF-AP                                                                                                                        |

|                                                                                                      |                                                                                                                                              |                                                                                        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                      | FECOMÉRCIO;<br>SETE/AP; Cooperativas;<br>Associações;                                                                                        |                                                                                        |
| Instalação de placas fotovoltaicas, baterias e internet em localidades desprovidas de rede elétrica. | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, CEA Equatorial; MME, MIDR; MC; BNDES; ONGs; SISTEMA S; SETEC/AP; MCom; SEINF/AP; CCPIO, MIDR | Comunidades da FF-AP desprovidas de rede elétrica                                      |
| Implementação de redes comunitárias de banda larga.                                                  |                                                                                                                                              | Toda a FF-AP                                                                           |
| Criação de rotas de transporte intermunicipal de passageiros                                         | MCid; SDC/AP; SETRAP/AP; SEMOB                                                                                                               | Região dos Lagos, Laranjal do Jari e Ferreira Gomes                                    |
| Desenvolvimento habitacional em áreas urbanas na Faixa de Fronteira do Amapá                         | MCid; MIDR; MDS; SEINF/AP; SDC/AP; SEHAB/AP; SEMMA/AP; IFES;                                                                                 | Toda a FF-AP                                                                           |
| Criação de Centros de Criatividades para desenvolvimento de atividades artísticas e culturais        | SECULT/AP; Secretarias Municipais de Cultura; SEED/AP; Secretarias Municipais de Educação; SISTEMA S; MINC; MPI                              | Oiapoque, Calçoene, Ferreira Gomes, Amapá, Pracuúba, Laranjal do Jari e Serra do Navio |

## **MEIO AMBIENTE**

Meio ambiente refere-se ao conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (Brasil, 1981). Dentro da Constituição brasileira de 1988, o art. 225 expõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e que é obrigação do Poder Público e da coletividade defendê-lo e conservá-lo, tanto para os presentes quanto para as futuras gerações (Brasil, 1988).

Com isso, para tratar do Meio Ambiente na Faixa de Fronteira do Amapá (FF-AP), foram escolhidos quatro temas: Unidades de Conservação, Desmatamento, Poluição Ambiental, Recursos Hídricos e Mudanças Climáticas.

Cerca de 75% do território do Amapá é coberto por florestas tropicais úmidas e latifoliadas, predominantemente em áreas de terra firme, enquanto uma porção menor é composta por florestas inundáveis. Essas formações densas se estendem pelo oeste, centro e porções da planície litorânea atlântica, desde o sul (delta do Amazonas) até o leste e o norte do estado. Além disso, aproximadamente 6% do território é coberto por cerrados, localizados nas áreas não inundáveis da planície litorânea, especialmente na porção leste (Drummond, 2000). O Amapá é o estado amazônico com menos devastação de florestas nativas, com cerca de 96% da cobertura vegetal nativa intacta e 73% do território protegido (GEA, 2023).

Outro ponto são as atividades econômicas relacionadas ao meio ambiente no estado: extração de minério, pesca, agricultura, extrativismo e pecuária. No entanto, quando essas atividades não são regularizadas pelo estado, trazem malefícios ao meio ambiente, como desmatamento, garimpo/mineração ilegal e poluição ambiental.

Nesse sentido, a temática ambiental na FF-AP faz-se fundamental, pois o entendimento das dinâmicas ambientais e impactos das atividades humanas tem importante impacto na formulação de políticas públicas de promoção da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais. Com isso, o objetivo deste diagnóstico é identificar e mapear as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas ao meio ambiente na FF-AP. A temática dialoga transversalmente com os setores de Infraestrutura, Turismo e Setor Produtivo.

## **DADOS DE MEIO AMBIENTE**

### **Unidades de Conservação**

A Lei Nacional de Unidades de Conservação (Lei n. 9.985/2000) estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) no Brasil. Ela define critérios e

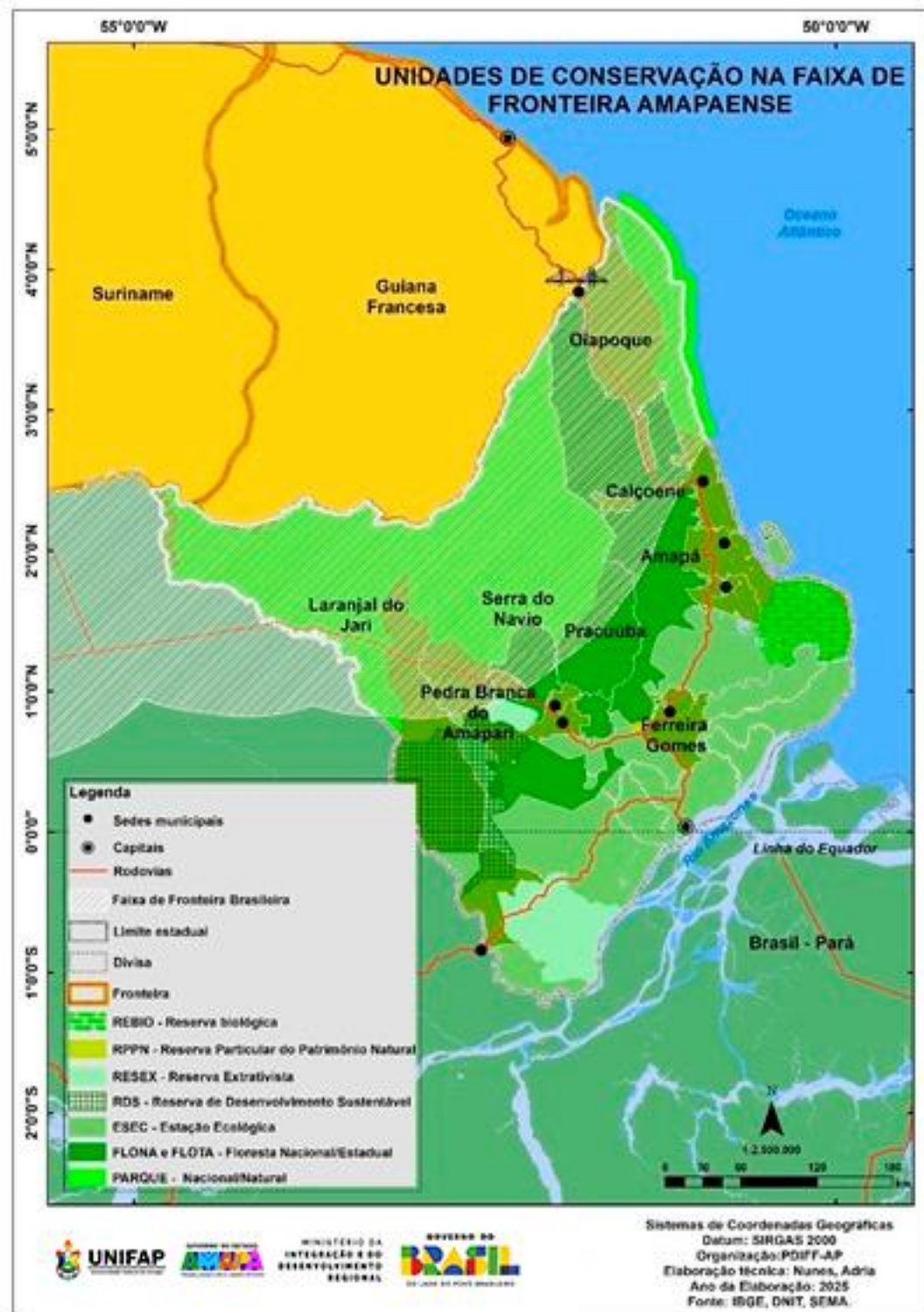
normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, visando a preservação da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável (Brasil, 2000).

O SNUC divide as unidades de conservação (UC) em dois grupos, sendo o primeiro: Proteção Integral, com o objetivo de preservação da natureza, permitindo apenas o uso indireto dos seus recursos. Incluem Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (Brasil, 2000).

O segundo grupo é de Uso Sustentável, que tem como objetivo conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos. Incluem Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (Brasil, 2000).

A principal fragilidade observada é a ausência de plano de manejo em algumas Unidades de Conservação (UC), o que compromete a atuação dos órgãos responsáveis por sua fiscalização e gestão. Embora atividades como turismo, pesquisa científica, visitação e uso sustentável — especialmente em Reservas Extrativistas (RESEX) — sejam previstas pela legislação, sua implementação depende da existência do plano de manejo, o que impede a autorização legal dessas práticas. Além disso, a escassez de servidores públicos agrava as limitações na gestão, dificultando o cumprimento integral das funções das UC conforme definido pelo SNUC.

**Figura 22.** Mapa de Unidades de Conservação na FF-AP



Organização: PDIFF-AP, 2025.

## Desmatamento

Os impactos do desmatamento incluem a perda de oportunidades para o uso sustentável da floresta, como a produção de mercadorias tradicionais através do manejo florestal e a



extração de produtos não-madeireiros. Além disso, o desmatamento impede a captura do valor dos serviços ambientais que a floresta proporciona. A natureza não sustentável dos usos de terra em áreas desmatadas resulta em oportunidades perdidas significativas a longo prazo para manter a floresta em pé (Fearnside, 2006).

Um dos programas fundamentais implementados pelo INPE é o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), que, desde 1988, monitora anualmente a taxa de desmatamento por estado da região amazônica (INPE, 2024). O PRODES é um dos principais sistemas para medir os índices de desmatamento. Dessa forma, os dados fornecidos são utilizados para comparar o Amapá com outros estados da Amazônia Legal.

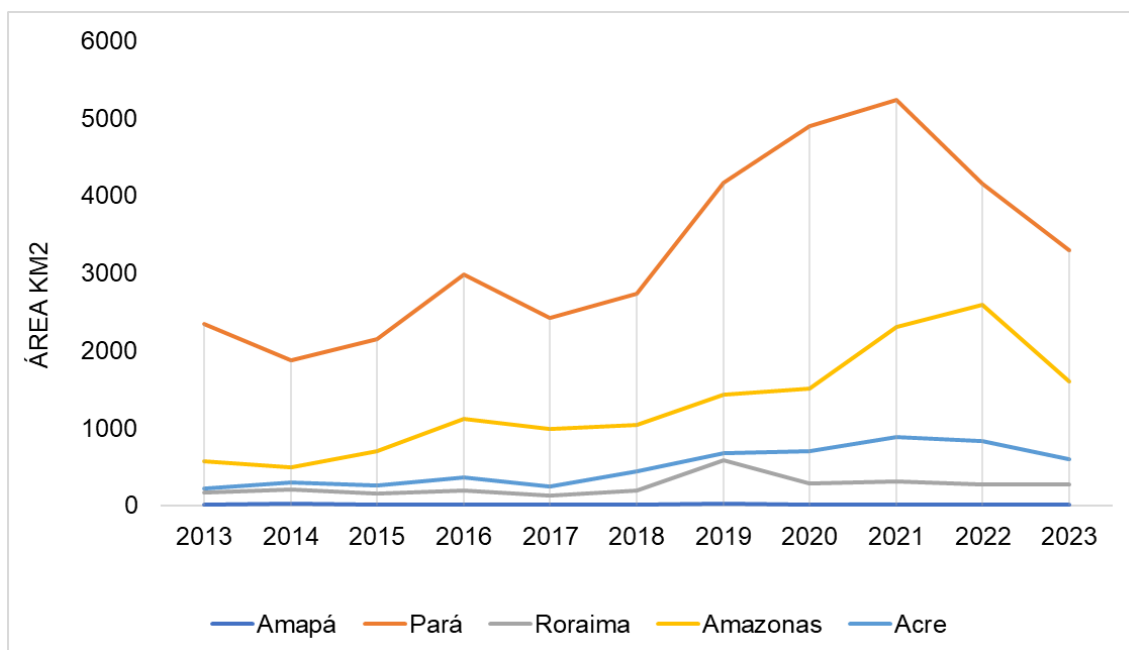
### **Desmatamento no Arco Norte**

O Arco Norte inclui as faixas de fronteira dos estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre. Embora faça parte da Amazônia Legal, a base produtiva e indicadores socioeconômicos deslocaram a faixa de fronteira de Rondônia para o Arco Central. Diferenças na base produtiva, posição geográfica e predominância de população indígena definiram as sub-regiões do Arco Norte. Apesar dos fluxos migratórios, a faixa de fronteira Norte permanece um "arco indígena", tanto em território (grandes áreas de reserva) quanto em identidade (importância étnico-cultural) (Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, 2005)

Para analisar os índices de desmatamento entre os estados que fazem parte do Arco Norte (Amapá, Amazonas, Acre, Pará e Roraima), será usado como referência o período entre 2013 e 2023.

**Gráfico 10.** Índices de desmatamento nos estados que compõem o Arco Norte





Fonte: PRODES, 2025. Organização: PDIFF-AP, 2025

A partir do gráfico 10, podemos observar que o Pará foi o estado com o maior desmatamento ao longo do período. Em 2013, o desmatamento foi de 2.346 km<sup>2</sup>, com pico em 2022 (4.162 km<sup>2</sup>), mas em 2023, o desmatamento caiu para 3.299 km<sup>2</sup>. O Amapá também teve variações, com desmatamento começando em 23 km<sup>2</sup> em 2013, atingindo 32 km<sup>2</sup> em 2019, e reduzindo para 17 km<sup>2</sup> em 2021 e 2023. O Acre, estado com os menores índices de desmatamento do Arco Norte, teve 221 km<sup>2</sup> de desmatamento em 2013, subiu para 264 km<sup>2</sup> em 2015 e alcançou o pico em 2021, com 889 km<sup>2</sup>, diminuindo para 601 km<sup>2</sup> em 2023.

Enquanto Pará e Amazonas tiveram altos níveis de desmatamento, Roraima, Amapá e Acre apresentaram padrões mais variados e, em geral, desmatamento mais moderado ou em declínio. A partir da análise dos índices de desmatamento do gráfico, é possível observar que o estado do Amapá influencia pouquíssimo para o aumento desses índices dentro do Arco Norte. Uma justificativa para os baixos números de desmatamento do estado pode ser pela grande quantidade de áreas protegidas, que inibe, mesmo que não integralmente, o aumento do desmatamento.

## DADOS DE MEIO AMBIENTE NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE

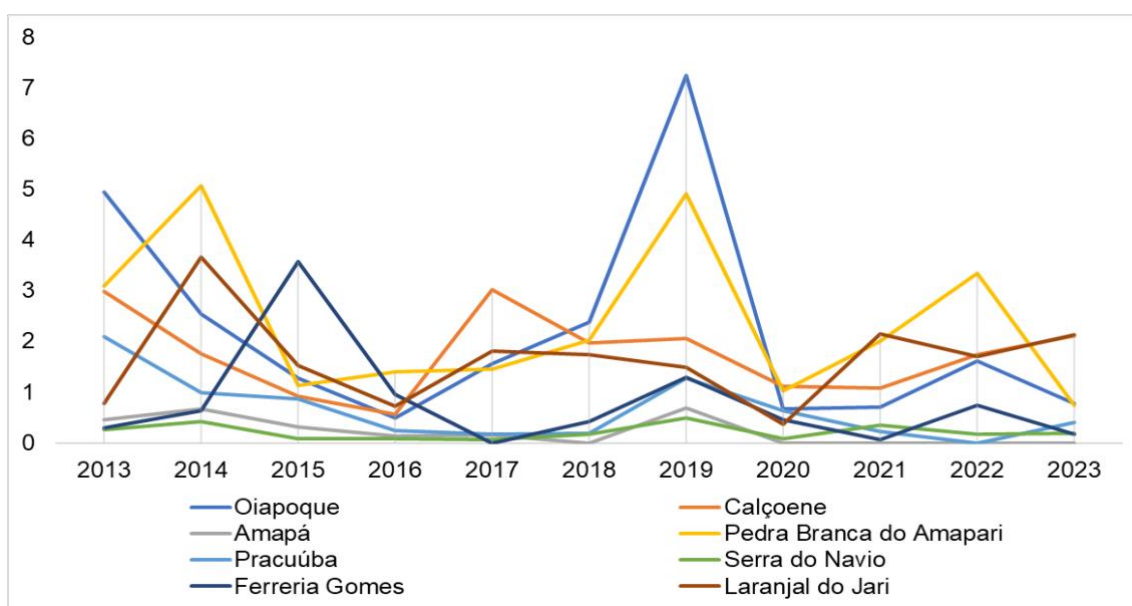
### Desmatamento na faixa de fronteira do Amapá

Os índices de desmatamento nos municípios da FF-AP revelam padrões distintos de variação da área desmatada. Municípios como Oiapoque e Pedra Branca do Amapari apresentam índices significativos, enquanto outros, como Serra do Navio e Amapá, mantêm

áreas desmatadas relativamente baixas. Essas diferenças podem ser atribuídas a uma combinação de fatores, incluindo a eficácia das políticas de conservação, as pressões socioeconômicas locais e as práticas de uso da terra.

Para analisar os índices de desmatamento entre os municípios da FF-AP, o período entre 2017 e 2023 será usado como referência, conforme o gráfico:

**Gráfico 11.** Índices de Desmatamento nos municípios da FF-AP em km<sup>2</sup>



Fonte: INPE/PRODES, 2025; Organização: PDIFF-AP, 2025.

O desmatamento desencadeia graves impactos em ecossistemas e populações humanas, entre os quais se destacam a perda de biodiversidade, a degradação de nascentes e solos, alterações nos regimes de chuva e o aumento da vulnerabilidade de comunidades tradicionais. Na FF-AP, tais efeitos seriam especialmente sensíveis, dado o predomínio de povos indígenas, ribeirinhos e populações extrativistas, os quais dependem dos recursos naturais para sobreviver. Essa realidade evidencia a necessidade de ações articuladas de monitoramento, controle e recuperação ambiental onde já se notam índices consideráveis, e a continuidade e aprimoramento de esforços onde os índices são baixos.

### **Poluição ambiental**

Um poluente é qualquer material presente na atmosfera que seja originado de fontes naturais ou antropogênicas, cujo nível de concentração cause efeitos adversos à saúde e ao bem-estar humano, à vida das plantas e dos animais. Esses poluentes também podem alterar o equilíbrio ecológico e físico do planeta. Nas últimas décadas, as concentrações atmosféricas de

substâncias perigosas aumentaram significativamente, devido às atividades urbanas e industriais (Fernandes, 2017).

Um ponto de atenção dentro da poluição ambiental são os resíduos sólidos, onde a maioria dos municípios amapaenses realiza a disposição inadequada através de lixões a céu aberto ou em aterros controlados<sup>4</sup> (Oliveira, 2014). Um dos principais marcos legislativos relacionados a resíduos sólidos foi a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010, através da Lei n. 12.305, que discute soluções ambientalmente sustentáveis para parte do problema relacionado à poluição ambiental. A lei também traz os prazos para a extinção de lixões a céu aberto no Brasil (Brasil, 2010).

**Quadro 6.** Municípios da FF-AP com lixão a céu aberto/aterro controlado ou aterro sanitário

| Município               | Prazo para implementação de aterro sanitário | Status atual                          |
|-------------------------|----------------------------------------------|---------------------------------------|
| Oiapoque                | 2 de agosto de 2022                          | Lixão a céu aberto/ aterro controlado |
| Laranjal do Jari        | 2 de agosto de 2024                          | Lixão a céu aberto/ aterro controlado |
| Ferreira Gomes          | 2 de agosto de 2024                          | Lixão a céu aberto/ aterro controlado |
| Serra do Navio          | 2 de agosto de 2024                          | Lixão a céu aberto/ aterro controlado |
| Amapá                   | 2 de agosto de 2024                          | Lixão a céu aberto/ aterro controlado |
| Calçoene                | 2 de agosto de 2024                          | Lixão a céu aberto/ aterro controlado |
| Pracuúba                | 2 de agosto de 2024                          | Não possui                            |
| Pedra Branca do Amapari | Implementado antes do prazo final            | Aterro sanitário                      |

Fonte: Trabalho de pesquisa de campo, 2023-2024. Elaboração e organização: PDIFF, 2025.

Todos os municípios fazem a coleta de resíduos e rejeitos sólidos nas sedes dos municípios; apenas Ferreira Gomes e Calçoene não fazem a coleta de lixo em todas as comunidades.

Outro ponto que merece destaque dentro da poluição ambiental é a exploração de minérios, tanto legalizada quanto ilegal, levando em consideração os impactos ambientais dos grandes projetos de mineração que acompanham o desenvolvimento econômico do Amapá desde a década de 50. Entretanto, dentro da Região Fronteiriça dos Lagos está localizada a área com o registro mais antigo da descoberta de ouro no Amapá: o Garimpo do Lourenço, mais precisamente no município de Calçoene.

Em 1894, logo após a descoberta de ouro, a região foi rapidamente povoada. Ambientalmente, o garimpo do Lourenço está localizado em uma área de divisores de bacias

<sup>4</sup> É uma etapa intermediária entre o lixão e o aterro sanitário, frequentemente resultante de melhorias operacionais e físicas em antigos lixões. Embora ocorra uma redução nos impactos ambientais em comparação com o lixão, ainda há contaminação do solo e das águas superficiais, pois não há sistemas de coleta de chorume e gases nocivos, nem impermeabilização do solo.

hidrográficas através da Serra Lombarda (PNMT), que divide as nascentes do alto rio Araguari e do rio Oiapoque (Chagas, 2019). Tendo em vista mais de um século de exploração de minério, os impactos ambientais são relatados há vários anos por agentes governamentais e artigos científicos, como o uso indiscriminado de mercúrio, por exemplo. Destaca-se que os rejeitos das atividades garimpeira são despejados diretamente nos cursos d'água sem nenhum tratamento, caindo primeiramente nos pequenos córregos e igarapés (Lima *et al*, 2015).

Outra problemática ambiental relacionada ao garimpo do Lourenço é o desmatamento. Em 2002, com a criação do PNMT, a área do garimpo ficou rodeada pela UC, e, desde então, são monitoradas grandes ações de desmatamento causadas pela extração irregular de minério. Em fevereiro de 2024, o IEPÉ divulgou a análise de imagens de satélite que revelaram um aumento de 174% na área afetada pela atividade garimpeira ilegal entre 2020 e 2023. Além disso, foi constatado um aumento de 304% na expansão do garimpo dentro do PNMT na mesma época, abrangendo uma área de 122 hectares, em comparação aos 30 hectares do período anterior. A área desmatada equivale a mais de 170 campos de futebol. O garimpo também atinge a terra indígena Waiãpi (Silveira e Lameira, 2024).

A mineração teve um papel relevante na formação dos municípios fronteiriços de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. A exploração de manganês em Serra do Navio, iniciada nos anos 1960, foi um marco para a atividade mineradora na região amazônica, destacando-se como um importante fornecedor durante o período da Guerra Fria. No que diz respeito aos impactos ambientais, a extração de manganês em Serra do Navio apresentou particularidades diferentes das atividades de garimpo na área de Lourenço, uma vez que foi adotada uma abordagem de gestão que integrava aspectos econômicos, sociais e ambientais, algo incomum para a época, dado o estágio incipiente da legislação ambiental no Brasil (Vilhena, 2014).

Entretanto, a gestão ambiental da empresa não conseguiu preservar a biodiversidade do local. Afirma-se que a ICOMI deixou um passivo ambiental no município de Serra do Navio, ou seja, depois de uma grande retirada de recursos do solo, a região ficou com pouquíssimas áreas recuperadas e uma pilha de rejeitos de mineração. Além disso, foi constatada a presença de ferro (Fe), arsênio (As) e manganês (Mn) nas águas superficiais do município, em teores acima dos padrões estabelecidos pela legislação (Chagas, 2010).

A poluição ambiental no estado do Amapá apresenta sérios desafios, impactando a saúde pública e os ecossistemas locais. A inadequada gestão dos resíduos sólidos é uma fraqueza e demanda ação urgente, tendo em vista o prazo final para o fechamento de lixões estabelecido pelo Governo Federal. Além disso, a mineração, tanto legal quanto ilegal, também contribui para a degradação ambiental.

Para retardar esses problemas, existem algumas oportunidades. No caso da gestão de resíduos sólidos, a educação ambiental, em vista da diminuição da produção, e o estímulo para a criação de cooperativas voltadas ao reaproveitamento. No que se refere à mineração, o aumento da fiscalização da exploração ilegal de minérios e reforço das exigências ambientais para mineradoras legalizadas são formas de contornar o problema.

### **Recursos Hídricos**

Ambientalmente, os impactos visíveis causados por UHE incluem enchentes, mortandade de peixes, submersão da floresta e formação de lagos. Além disso, observa-se a redução da qualidade da água, aumento de doenças diarreicas, erosão das margens dos rios, perda de áreas de reprodução de animais, eliminação de espaços destinados a usos múltiplos (como a agropecuária familiar) e diminuição de zonas de desova (Brito e Drummond, 2022).

A construção de UHE afeta diretamente a atividade pesqueira. No caso da UHE Ferreira Gomes, pescadores relataram dificuldades após o barramento, destacando a presença de “água suja” no Rio Araguari e a ocorrência de peixes mortos (Santos *et al*, 2017).

Na UHE Santo Antônio do Jari, os relatos são semelhantes: morte de peixes, árvores e açaizais; diminuição dos peixes e do volume de água do rio; alteração na qualidade da água; desmatamento e destruição da mata ciliar; aumento de mosquitos e da incidência de malária; elevação do nível do rio e erosão de suas margens; contaminação por mercúrio; dificuldade para pescar, caçar e perda de árvores de uso medicinal e comercial (como castanhais), além da redução das terras agricultáveis (Lopes e Brito, 2021).

Em vista dessas problemáticas, importa mencionar a existência do “Plano Sub-regional de Desenvolvimento Sustentável do Xingu” (PDRSRX), que no Brasil destaca-se como exemplo de medida de compensação socioambiental. O PDRSRX compreende os municípios do Pará afetados pela construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte.

No que se refere ao uso dos recursos hídricos na Bacia da Foz do Rio Amazonas, a empresa Petrobras iniciou, em 2014, o processo de licenciamento ambiental para a atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59. O Parecer Técnico n. 128/2023–Coexp/CGMac/Dilic, do IBAMA, constatou os impactos e riscos associados à perfuração na costa do município de Oiapoque. Inclusive, a atividade referente ao primeiro poço — com duração estimada de apenas cinco meses — apresentaria riscos significativos, devido aos 28 impactos ambientais operacionais identificados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA). A curta duração não minimiza tais impactos, que precisam ser considerados independentemente do tempo previsto para a execução inicial do projeto. Caso a perfuração seja bem-sucedida, a

empresa planeja abrir poços adicionais, ampliando o potencial impacto ambiental (IBAMA, 2023).

A localização da atividade, a 179 km da costa, traz desafios operacionais devido à elevada sensibilidade ambiental da região e à infraestrutura insuficiente para suporte. As bases de apoio terrestre e aéreo previstas refletem dificuldades logísticas significativas, com a base terrestre em Belém a 830 km de distância e a base aérea em Oiapoque necessitando de reformas. A área de perfuração está situada numa bacia sedimentar altamente sensível, com alta biodiversidade e fenômenos hidrodinâmicos pouco conhecidos, incluindo a presença recente de corais amazônicos (IBAMA, 2023).

Em caso de vazamento de óleo, os países vizinhos do Brasil seriam rapidamente afetados, destacando a necessidade de uma organização internacional para resposta a emergências. Os tempos de deslocamento para a resposta aumentariam significativamente após um vazamento, complicando a eficácia das operações de emergência. A estrutura de resposta proposta pela empresa Petrobras atende às normativas brasileiras, mas as peculiaridades e incertezas da região podem dificultar um combate eficaz a um acidente. A região costeira da Bacia da Foz do Amazonas, com manguezais inacessíveis e alta biodiversidade, requer um Plano de Emergência robusto e adaptado às suas singularidades (IBAMA, 2023).

O apontamento de riscos socioambientais coexiste com os interesses econômicos, representativos da estratégia de desenvolvimento do estado do Amapá, que é marcado por baixos indicadores sociais e econômicos. Inserido na chamada Margem Equatorial o projeto de exploração envolve desafios ambientais, sociais e regulatórios, especialmente em virtude da elevada sensibilidade ecológica da região, que abrange áreas costeiras e marinhas entre o Amapá e o Rio Grande do Norte.

A Petrobras planeja investir US\$ 3 bilhões até 2029, com a perfuração de 15 poços, o projeto promete impactos positivos, como a geração de empregos diretos e indiretos, aumento da arrecadação fiscal e estímulo ao desenvolvimento regional. Além disso, estão previstas compensações socioeconômicas, como programas de educação ambiental, ações de proteção à biodiversidade, monitoramento da fauna e gestão de resíduos, bem como medidas emergenciais para capacidade de resposta ágeis (Petrobras, 2024).

Apesar do potencial de avanço energético e econômico, a viabilidade do projeto depende do licenciamento ambiental pelo IBAMA e da aceitação social, que será discutida por meio de audiências públicas e análises técnicas. O equilíbrio entre exploração segura e responsabilidade ambiental será determinante para a legitimidade e continuidade da iniciativa.

## Mudanças climáticas

No Amapá, os impactos das mudanças climáticas vêm se intensificando progressivamente, sendo observados por meio de alterações nos regimes pluviométricos, prolongamento de estiagens e aumento na frequência de eventos extremos, como enchentes e queimadas. As populações mais vulneráveis a esses fenômenos são comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhas e quilombolas), que enfrentam desequilíbrios em ecossistemas sensíveis (como os manguezais), insegurança alimentar e agravamento de condições de saúde pública (GEA, 2025).

O estado do Amapá configura-se como um estado costeiro, com 11 de seus 16 municípios integrados à Zona Costeira do Amapá (ZCEA), sendo quatro deles localizados na FF-AP: Oiapoque, Calçoene, Amapá e Pracuúba (Silva Junior *et al.*, 2020). As mudanças climáticas, aliadas a pressões antrópicas, contribuem para a intensificação de desastres naturais, como inundações e erosões costeiras (Santos, 2006; Nicholls *et al.*, 2007; Nicholls & Cazenave, 2010). Projeções indicam que tais mudanças tendem a agravar riscos preexistentes, sobretudo no que diz respeito ao avanço do nível do mar e suas implicações para os sistemas socioecológicos costeiros, como a intrusão de água salgada em manguezais (Castellanos *et al.*, 2022).

Em relação aos riscos de inundações, enxurradas e alagamentos na FF-AP, os municípios de Laranjal do Jari, Amapá, Calçoene e Ferreira Gomes apresentam índices elevados, com destaque para Laranjal do Jari, que figura na categoria de risco muito alto, com valor de 0,96 (em uma escala de 0 a 1,00). Serra do Navio é o único município com risco considerado baixo (0,38), enquanto os demais municípios da FF-AP apresentam nível médio, variando entre 0,40 e 0,59 (Brasil, 2021).

Em Laranjal do Jari, além do risco elevado de inundações, comunidades como o Quilombo São José e a Comunidade do Santo Antônio têm relatado impactos significativos sobre seus modos de vida. Dentre os principais efeitos observados estão a redução da disponibilidade hídrica, a mortalidade de açaizais e castanheiras, bem como o agravamento de problemas respiratórios associados ao aumento das temperaturas (Azevedo *et al.*, 2023). Importa destacar, no entanto, que as temperaturas extremas não afetam somente o município supracitado. Além disso, estudos apontam alterações nos padrões de frutificação de espécies florestais nas comunidades fluviais do Vale do Jari, como resultado das mudanças no clima (Silva *et al.*, 2024).

Ao longo deste relatório, é recorrente o uso do termo “mudanças climáticas”, devido à transversalidade que afeta múltiplos setores. No caso da agricultura, identificaram-se impactos



diretos como a redução da produtividade agrícola, atrasos nos períodos de plantio e colheita e comprometimento da qualidade do solo. Esses fatores contribuem com a insegurança alimentar das populações e o enfraquecimento da economia (Trabalho de Campo, 2023/2024).

## **INTER-RELAÇÕES DE MEIO AMBIENTE NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

### **Relações Intermunicipais entre UC**

A maioria das unidades de conservação (UC) amapaenses cobrem mais de um município e demonstram uma complexa interação para a manutenção da biodiversidade local. O Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) e Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), por exemplo, conectam diferentes áreas, promovendo turismo sustentável e enfrentando desafios comuns, como a exploração ilegal de recursos naturais (Brasil, 2024).

A Floresta Estadual do Amapá (FLOTA) expõe a necessidade de práticas integradas de manejo florestal, enquanto a Reserva Biológica (REBIO), Estação Ecológica (ESEC) e a Floresta Nacional do Amapá (FLONA) demandam esforços conjuntos para conservação e educação ambiental. A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Seringal Triunfo destaca a importância da colaboração público-privada.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru e a RESEX do Rio Cajari, junto com a ESEC do Jari, exemplificam a necessidade de políticas integradas e planos de manejo eficazes para equilibrar conservação ambiental e melhoria das condições de vida das populações tradicionais. A cooperação entre municípios é necessária para a eficácia das políticas de conservação e sustentabilidade na região.

### **Relações Internacionais entre UC**

O PNMT e o Parque Amazônico da Guiana, situados às margens do rio Oiapoque, demonstram um alto grau de interação entre as comunidades brasileiras e francesas, apesar das diferenças de soberania, nacionalidade e etnicidade (Martins *et al*, 2015). A proximidade física e a intensa movimentação de pessoas tornam os territórios próximos. A comunidade indígena de Camopi, na Guiana Francesa, supre parcialmente as necessidades de educação e saúde do lado brasileiro, enquanto a Vila Brasil, atende o lado francês com comércio de alimentos e bebidas. A cooperação Brasil-França para a gestão do rio é dificultada pela falta de recursos financeiros, o que impacta a efetividade de estratégias de conservação e desenvolvimento sustentável nos dois parques.

## Gestão de recursos hídricos e Cooperação Internacional

A gestão dos recursos hídricos, no Amapá, entre países diferentes (Rio Oiapoque, entre Amapá e Guiana Francesa; Rio Jari, entre Amapá e Suriname) e estados da federação distintos (Rio Jari, entre Amapá e Pará) exige planejamento para evitar ou minimizar conflitos políticos. O estado do Amapá é uma “ilha”, rodeado, conforme supracitado, pelo Rio Jari, Rio Oiapoque e pelo Oceano Atlântico. As análises sobre recursos hídricos podem ser pautadas em três eixos: o impacto das hidrelétricas no meio ambiente e na vida da população local; a exploração de recursos hídricos; e ações de cooperação para a gestão hídrica.

Foram criados dois importantes instrumentos para dialogar sobre os assuntos em comum entre a República Francesa e a República Federativa do Brasil, sendo a Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça (CMT) e o Conselho do Rio, consolidado com a Declaração de Intenções, assinada em Paris em 2012. Tratam-se de instrumentos essenciais para abordar questões ambientais e hídricas, promovendo cooperação na regulamentação e no tratamento de resíduos.

A CMT trata também de assuntos relacionados ao meio ambiente, como poluição ambiental, gestão hídrica, áreas de preservação, resíduos e reciclagem, enquanto o Conselho do Rio trata a temática com foco no impacto dos resíduos sólidos no rio Oiapoque e na cooperação para a regulamentação e mutualizar as instalações de tratamento de resíduos.

### ANÁLISE SWOT/FOFA DE MEIO AMBIENTE

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|------------------|---------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <ul style="list-style-type: none"><li>Áreas de proteção ambiental;</li><li>Projetos sociais e ambientais em parceria com a FUNDAÇÃO JARI;</li><li>Projetos voltados para a educação ambiental;</li><li>Aterro sanitário em funcionamento (em Pedra Branca do Amapari);</li><li>Escritórios do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);</li><li>Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo (em Serra do Navio);</li><li>Oferta de curso de guarda-parque;</li><li>Apoio técnico-científico do TEDPLAN/UNIFAP com diagnósticos e planejamento em saneamento;</li><li>Agentes Ambientais Indígenas.</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>Lixões a céu aberto;</li><li>Inexistência de coleta seletiva e reciclagem;</li><li>Inexistência ou deficiência de coleta de lixo;</li><li>Queima de resíduos ou descarte em locais inadequados;</li><li>Ausência de planos de manejo nas unidades de conservação;</li><li>Déficit de recursos humanos para fiscalização e autuação ambiental;</li><li>Infraestrutura física e de equipamentos inadequada para o gerenciamento ambiental;</li><li>“Fundo do Meio Ambiente” desativado;</li><li>Ausência de políticas de compensação socioambiental para populações atingidas por barragens;</li><li>Impactos ambientais decorrentes da instalação de hidrelétricas;</li><li>Inexistência de lixão ou aterro sanitário em Pracuúba;</li><li>Instabilidade na oferta do serviço como o licenciamento ambiental e o Cadastro Ambiental Rural (CAR);</li><li>Educação ambiental fragilizada, sem execução de ações continuadas pelas gestões municipais.</li></ul> |
|                  | PONTOS FRACOS |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

### Carteira de projetos para Meio Ambiente

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                                    | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                                                                |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| Criação e implantação do Programa Guardiões Ambientais com foco na formação de adolescentes como agentes multiplicadores de educação ambiental, por meio de oficinas temáticas, vivências em campo, materiais educativos e ações comunitárias que os capacitem a atuar como referências em sustentabilidade em suas localidades. | Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; Secretarias Municipais de Educação; SEED/AP; Institutos; SISTEMA S; MMA;                                                             | Toda a FF-AP                                                                           |
| Criação de linha de pesquisa em Inovação e Meio Ambiente com soluções focadas em problemas ambientais pré diagnosticados em todas as cidades e intermediação para criação da Faixa de Fronteira                                                                                                                                  | Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); MMA; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; Secretarias Municipais de Educação; SEED/AP; FAPEAP; CNPQ, CAPES; IFES, MCTI; MEC; | Toda a FF-AP                                                                           |
| Criação de um sistema de coleta de resíduos sólidos recicláveis com pontuação digital permitindo a troca por alimentos e itens de higiene                                                                                                                                                                                        | SISTEMA S; MMA; SETEC/AP; FAPEAP; MCTI/ Cooperativas; Associações; ONGs, Secretarias Municipais; IFES, MDS;                                                                            | Toda a FF-AP                                                                           |
| Oferta de curso de pós-graduação (especialização) em Gestão de Projetos Ambientais                                                                                                                                                                                                                                               | Institutos; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; IFES; ONGs; AFAP; MMA; MEC;                                                                                              | Oiapoque, Laranjal do Jari e Amapá (Região dos Lagos)                                  |
| Criação de aterro sanitário e intermediação para gestão compartilhada de resíduos sólidos (consórcio)                                                                                                                                                                                                                            | MMA; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; Institutos; MIDR; BNDES; MC; FUNASA; CAIXA.                                                                                     | Oiapoque, Calçoene, Ferreira Gomes, Amapá, Pracuúba, Laranjal do Jari e Serra do Navio |
| Criação de um Programa de Coleta de Resíduos para a Faixa de Fronteira com centros de coleta e triagem                                                                                                                                                                                                                           | MMA; BNDES, Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; MDS; MIDR; Institutos; SEINF; AP; MI; MC; BID; Fundo Amazônia;                                                           | Toda a FF-AP                                                                           |

|                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                               |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| Fomento para a formação de associações/cooperativas de reciclagem com estruturação logística para coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos                                                              | MMA; BNDES, Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; MDS; MIDR; Institutos; SEINF/AP; MI; MC; BID; Fundo Amazônia; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; SEMA/AP; SISTEMA S; SEED/AP; Institutos; Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); MMA; IFES, FAPEAP; SEPLAN; MCTI; SISTEMA S; Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); MMA, MIDR, SEMA, MCTI, SETEC, FAPEAP. | Toda a FF-AP                                                                  |
| Criação de um observatório para monitoramento dos impactos das mudanças climáticas e vulnerabilidade socioambiental, produzindo propostas de soluções e mitigação dos efeitos para subsidiar políticas públicas. |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Toda a FF-AP                                                                  |
| Ampliação do projeto Rede Reciclatech Amapá que visa a reutilização e reciclagem de resíduos eletrônicos                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Calçoene, Pracuúba , Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes. |

## SAÚDE

A definição de saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”, ressalta a necessidade de uma abordagem abrangente, que considere diversos determinantes do processo saúde-doença (OMS). Por isso, compreender o perfil demográfico, socioeconômico e epidemiológico da população é essencial para identificar necessidades de saúde, avaliar riscos e orientar decisões políticas (Asis, 2019).

Na região amazônica, a vasta extensão territorial e a baixa densidade populacional dificultam a oferta de serviços de saúde. Além disso, a diversidade étnica exige que esses serviços sejam adaptados às realidades locais. Ao mesmo tempo, os altos índices de pobreza e o baixo desenvolvimento humano resultam em problemas de nutrição, saneamento e moradias precárias, impactando diretamente a saúde da população (Garnelo, 2019).

O estado do Amapá retrata essas condições, sendo uma região periférica que enfrenta sérios desafios na área da saúde, refletidos em diversos indicadores críticos. O estado está dividido em três regiões de saúde, organizadas de acordo com características epidemiológicas e geográficas: região Norte, região Central e região Sudoeste (SESA, 2021).

A Região Central concentra 67% da população total do Amapá e inclui os municípios de Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Ferreira Gomes, Porto Grande, Cutias, Itaubal e a capital, Macapá, que possui 442.933 habitantes. Já a Região Sudoeste reúne 24% da população e compreende os municípios de Laranjal do Jari, Vitória do Jari, Mazagão e Santana. Essa região faz divisa com o estado do Pará e fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa. Por fim, a região Norte abrange os municípios de Oiapoque, Calçoene, Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho, onde vivem 9% da população do estado, e que também faz fronteira com a Guiana Francesa.

Esta distribuição demográfica indica que, enquanto alguns municípios enfrentam o desafio de gerenciar recursos limitados para atender a uma população pequena, outros, como Macapá e Santana, lidam com a complexidade de prestar serviços a uma população urbana maior e mais concentrada.

Sendo assim, este diagnóstico objetiva identificar e mapear as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à saúde pública. A temática de Saúde dialogará transversalmente com as temáticas de Infraestrutura, Comunidades Tradicionais, Meio Ambiente e Educação.

### DADOS SAÚDE NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE

## Saúde no contexto amazônico

A demografia médica da região Amazônica aponta a existência média de 1,70 médicos para cada mil habitantes, enquanto a região Sudeste tem média de 3,76 por mil habitantes e 51% do total de médicos do país. Já a quantidade de profissionais de enfermagem tem crescido e a diferença em relação ao resto do país é menor: em média 4,3 profissionais de enfermagem para cada mil habitantes na Amazônia Legal, enquanto fora da região a média é de 5,26 (Rocha *et al*, 2021).

Apesar da cobertura de atenção básica ser relativamente ampla, a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) é precária em comparação ao resto do país: apenas 49% das UBS não localizadas em capitais têm acesso à internet e apenas 19% possuem geladeiras adequadas para medicamentos, enquanto fora da região a realidade é de 76% e 32%, respectivamente (Rocha *et al*, 2021).

A densidade de equipamentos e profissionais de saúde per capita é baixa e pouco tem avançado. A média de distância até o estabelecimento mais próximo com serviços de urgência é de 15 km na região, enquanto no resto do país é 10 km, e para serviços mais complexos, como diálise e quimioterapia, a média de distância é de 134 km e 188 km respectivamente, comparado a 43 km e 75 km fora da região amazônica (Rocha *et al*, 2021).

O financiamento da saúde nos municípios depende de recursos próprios, provenientes de receitas de impostos e transferências da União e do Estado, e de transferências do Fundo Nacional de Saúde (FNS) (Brasil, 1988). Apesar dos esforços para promover a equidade, em 2019, os gastos per capita com saúde na região foram 25% menores que no resto do país. O "fator amazônico" aumenta os custos de implementação de políticas públicas, como remuneração de médicos e despesas com transporte, dificultando a atenção básica na região (Rocha *et al*, 2021).

Outra característica da região é a diversidade de grupos étnicos, incluindo povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Cada grupo possui necessidades de saúde específicas e práticas tradicionais que precisam ser respeitadas e integradas às políticas de saúde (Garnelo, 2019).

Os determinantes sociais, como a pobreza e baixos níveis de educação, criam barreiras significativas ao acesso de cuidados de saúde e adoção de práticas preventivas. A degradação ambiental provocada pelas queimadas, pelo garimpo e projetos de exploração mineral, juntamente com as mudanças climáticas, é outro fator que também impacta a saúde das comunidades, exacerbando problemas como a contaminação de rios e a insegurança alimentar.

Ademais, a gestão da saúde pública na região é complexa, com financiamento insuficiente e governança fragmentada entre diferentes níveis de governo e ONGs.

Iniciativas de programas de saúde, como o Mais Médicos, as Equipes de Saúde da Família Ribeirinha (eSFR), as Unidades Básicas de Saúde Fluvial (barco-hospital), ambulanchas (ambulâncias para vias aquáticas) e a telemedicina, podem contribuir para superar as barreiras de acesso à atenção primária à saúde. Além disso, campanhas educativas e o apoio de organizações internacionais são fundamentais para a implementação de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável.

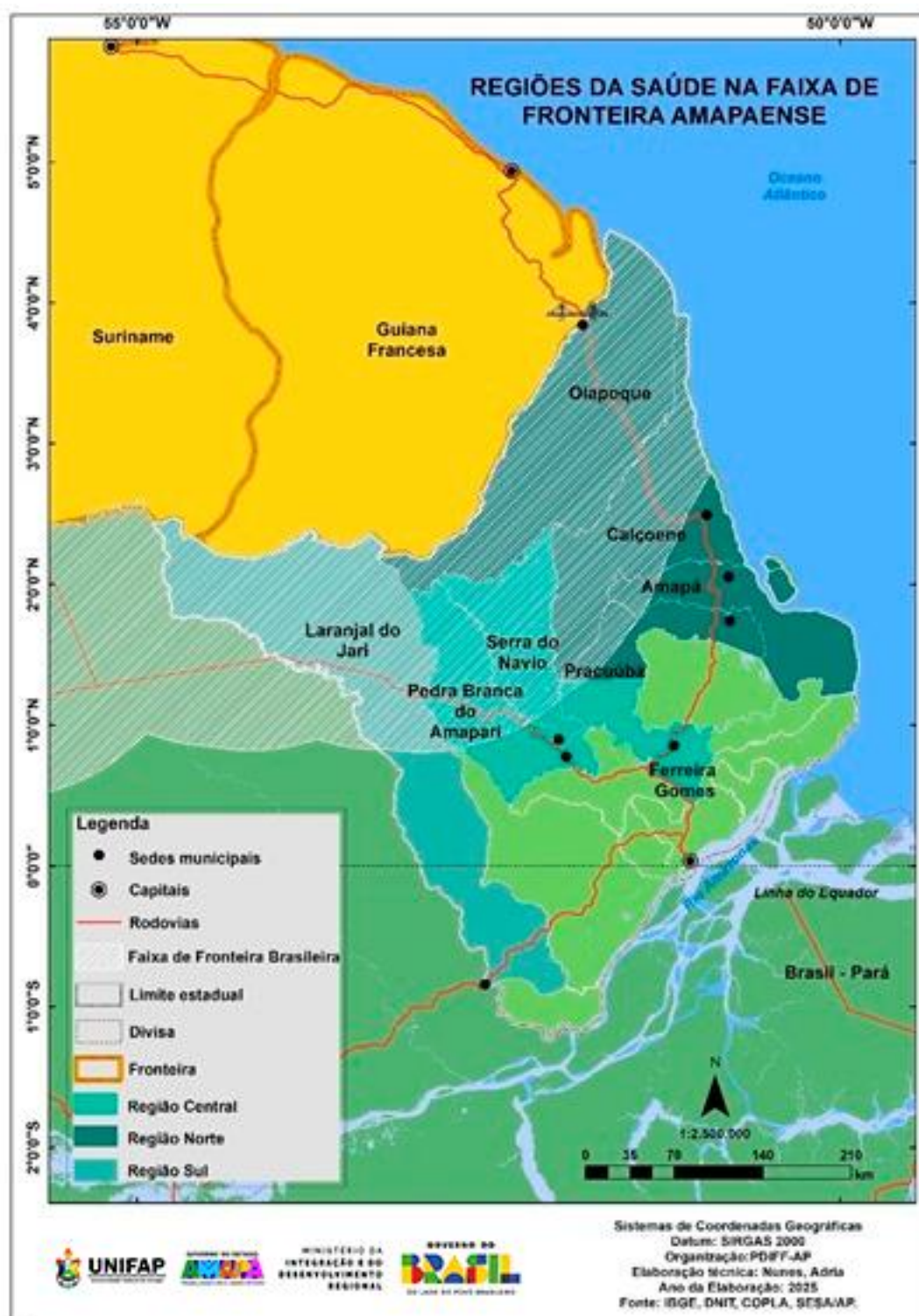
### **Organização do sistema de serviços de saúde no Amapá**

A região de saúde é composta por municípios vizinhos, definidos a partir de identidades culturais, econômicas e sociais comuns, além do compartilhamento de redes de comunicação e infraestrutura de transporte. Essa delimitação tem como objetivo favorecer a integração da organização, do planejamento e da execução das ações e serviços de saúde (Brasil, 2011).

No estado do Amapá, essa lógica de regionalização é aplicada por meio da divisão do Sistema de Serviços de Saúde em três regiões de saúde — Norte, Central e Sudoeste —, cada uma com especificidades em relação à infraestrutura, aos recursos tecnológicos e à disponibilidade de profissionais de saúde (SESA, 2021).



**Figura 23.** Mapa municípios da FF-AP por Regiões de saúde do estado do Amapá



Organização: PDIFF-AP, 2025.

A região Norte de saúde possui baixa capacidade instalada de recursos tecnológicos, insuficiência de recursos humanos e uma atenção primária deficiente. Por outro lado, a região central é a mais bem equipada do estado, concentrando a maioria dos estabelecimentos de

saúde, recursos humanos especializados e uma capacidade tecnológica mais elevada, servindo como referência para serviços de média e alta complexidade, especialmente na capital Macapá. A região sudoeste, similar à região Norte, também apresenta uma baixa capacidade tecnológica e deficiência de recursos humanos (SESA, 2021).

**Indicadores do programa Previne Brasil**

O programa Previne Brasil é a política de financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), implementada em 2020. Ele busca incentivar a melhoria no acesso, qualidade e continuidade do cuidado, com base em indicadores que avaliam o desempenho das equipes de saúde em ações como pré-natal, vacinação, controle de doenças crônicas e exames preventivos.

No segundo quadrimestre de 2023, os dados do Previne Brasil revelam importantes desigualdades entre os municípios da faixa de fronteira do Amapá (Tabela 16). Os menores percentuais de acompanhamento pré-natal, exames citopatológicos e controle de hipertensão e diabetes foram registrados no município de Amapá, enquanto Pedra Branca do Amapari apresentou os melhores resultados em praticamente todos os indicadores. A cobertura vacinal e os testes de HIV/sífilis apresentam desempenho satisfatório em parte dos municípios, mas a realização de exames preventivos para o câncer do colo do útero permanece crítica em localidades como Amapá, Calçoene e Pracuúba.

**Tabela 16.** Indicadores Previne Brasil por município da FF-AP (2º quadrimestre/2023)

| Município               | Pré-natal<br>≥ 6 (%) | HIV/Sífilis<br>(%) | Odonto<br>(%) | Citopatológico<br>(%) | Vacinas<br>1 ano<br>(%) | Hipertensos<br>(%) | Diabéticos<br>(%) |
|-------------------------|----------------------|--------------------|---------------|-----------------------|-------------------------|--------------------|-------------------|
| Oiapoque                | 34                   | 61                 | 95            | 27                    | 65                      | 32                 | 55                |
| Calçoene                | 37                   | 59                 | 76            | 5                     | 91                      | 38                 | 48                |
| Amapá                   | 33                   | 67                 | 43            | 2                     | 70                      | 19                 | 11                |
| Pracuúba                | 43                   | 78                 | 52            | 4                     | 74                      | 34                 | 42                |
| Laranjal do Jari        | 47                   | 82                 | 79            | 19                    | 80                      | 24                 | 23                |
| Serra do Navio          | 50                   | 92                 | 50            | 50                    | 86                      | 44                 | 59                |
| Ferreira Gomes          | 38                   | 87                 | 62            | 29                    | 70                      | 38                 | 48                |
| Pedra Branca do Amapari | 71                   | 97                 | 94            | 53                    | 95                      | 64                 | 65                |

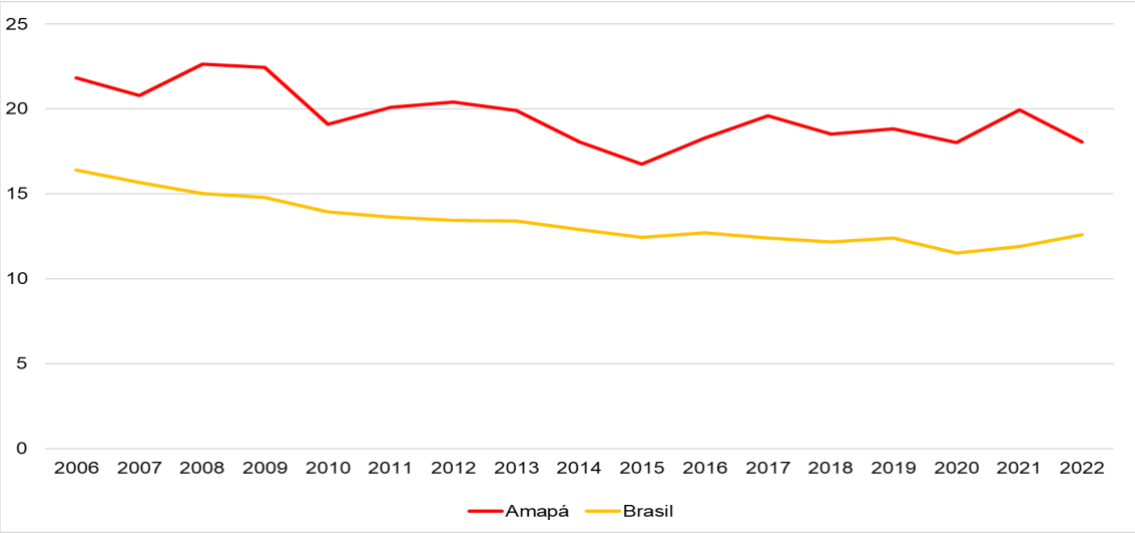
Fonte: SESA, 2024. Organização: PDIFF/AP, 2024.

**Taxa de mortalidade infantil**

A taxa de mortalidade infantil do estado Amapá é de 18,7 óbitos por mil nascidos vivos,

sendo que a média nacional é de 13,3 mortes por mil nascidos vivos (IBGE, 2022). O Amapá apresenta taxas frequentemente superiores à média nacional.

**Gráfico 12.** Taxa de mortalidade infantil do estado do Amapá e Brasil



Fonte: IBGE, 2022. Organização PDIFF/AP, 2025

Dos municípios da FF-AP, Serra do Navio, Laranjal do Jari, Calçoene e Ferreira Gomes possuem as maiores taxas de mortalidade infantil, enquanto Amapá e Pracuúba possuem as menores taxas.

**Tabela 17.** Taxa de mortalidade infantil nos municípios da FF-AP (2022)

| Região / Município      | População | Mortalidade infantil<br>(por mil nascidos vivos) |
|-------------------------|-----------|--------------------------------------------------|
| Amapá                   | 7.943     | 10,87                                            |
| Calçoene                | 10.612    | 22,99                                            |
| Oiapoque                | 27.482    | 17,89                                            |
| Pracuúba                | 3.803     | 12,82                                            |
| Ferreira Gomes          | 6.666     | 20,13                                            |
| Pedra Branca do Amapari | 12.847    | 17,24                                            |
| Serra do Navio          | 4.673     | 32,79                                            |
| Laranjal do Jari        | 35.114    | 23,41                                            |

Fonte: IBGE, 2022. Organização PDIFF/AP, 2025.

**Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs)**

A sífilis apresentou crescimento alarmante em todos os municípios da faixa de fronteira, tanto na forma adquirida quanto em gestantes e recém-nascidos. Além disso, entre 2017 e 2021, o Amapá registrou: 2.301 casos de sífilis adquirida; 1.807 casos em gestantes; e 720 casos de sífilis congênita (SVS, 2021; SESA, 2024).

**Tabela 18.** Casos de Sífilis em Gestantes e Congênitas por municípios (2021)

| Município               | Sífilis Gestante (2021) – por 1.000 | Sífilis Congênita (2021) – por 1.000 |
|-------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|
|                         | NV                                  | NV                                   |
| Oiapoque                | 9,9                                 | 1,7                                  |
| Calçoene                | 14,4                                | 4,8                                  |
| Amapá                   | 18,8                                | -                                    |
| Pracuúba                | 8,9                                 | -                                    |
| Laranjal do Jari        | 26,2                                | 5,8                                  |
| Serra do Navio          | 53,2                                | 10,6                                 |
| Ferreira Gomes          | 19,5                                | 13,0                                 |
| Pedra Branca do Amapari | 6,0                                 | -                                    |

Fonte: SVS, 2021; SESA, 2024. Organização: PDIFF/AP, 2025.

A infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e os casos de AIDS mantêm-se como importantes agravos de notificação compulsória, exigindo atenção contínua da vigilância epidemiológica e da atenção básica. Na FF-AP, os dados do período de 2017 a 2021 apontam para uma tendência de estabilização do HIV em adultos, com crescimento pontual em algumas localidades, especialmente entre gestantes.

No ano de 2021, o município de Laranjal do Jari registrou o maior número de casos de HIV entre os municípios da faixa de fronteira, com 22 casos. Já Oiapoque notificou 10 casos de HIV e 7 de AIDS, refletindo maior carga em áreas urbanas mais próximas à fronteira internacional. Amapá, Calçoene e Pedra Branca do Amapari também apresentaram registros relevantes, enquanto Pracuúba, apesar de pequeno porte, notificou dois casos de AIDS.

**Tabela 19.** Casos de HIV e AIDS por município da FF-AP (2021)

| Município               | Casos de HIV | Casos de AIDS |
|-------------------------|--------------|---------------|
| Oiapoque                | 10           | 7             |
| Calçoene                | 2            | 1             |
| Amapá                   | 4            | 1             |
| Pracuúba                | 0            | 2             |
| Laranjal do Jari        | 22           | 0             |
| Serra do Navio          | 0            | 1             |
| Ferreira Gomes          | 2            | 0             |
| Pedra Branca do Amapari | 7            | 1             |

Fonte: SVS, 2021; SESA, 2024.

Entre 2017 e 2021, foram registrados 3 casos de HIV e 14 de AIDS em crianças menores de 13 anos no estado do Amapá. Na faixa de fronteira, o destaque foi para o município de Oiapoque, que notificou 2 casos de HIV infantil. Os casos pediátricos refletem a persistência da transmissão vertical do HIV, ou seja, da mãe para o bebê durante a gestação ou parto, em contextos de falhas no diagnóstico e tratamento oportuno das gestantes.

A detecção de HIV em gestantes é um importante indicador de rastreamento da infecção e de risco para transmissão vertical. Entre 2017 e 2021, os municípios da faixa de fronteira notificaram aumento nos casos de HIV em gestantes, em especial Oiapoque, que passou de nenhum caso registrado em 2017 para sete casos em 2021, indicando um crescente preocupante.

**Tabela 20.** Casos de HIV em gestantes por municípios da FF-AP (2017-2021)

| Município               | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------------------|------|------|------|------|------|
| Oiapoque                | -    | -    | 1    | -    | 7    |
| Calçoene                | 1    | -    | 1    | -    | 2    |
| Amapá                   | -    | -    | 2    | -    | -    |
| Pracuúba                | -    | -    | -    | 1    | -    |
| Laranjal do Jari        | 1    | -    | 1    | 1    | 3    |
| Serra do Navio          | -    | -    | 1    | -    | -    |
| Pedra Branca do Amapari | -    | -    | 1    | 3    | -    |
| Ferreira Gomes          | -    | -    | -    | -    | -    |

Fonte: SVS, 2021; SESA, 2024.

A média estadual da taxa de detecção em gestantes passou de 3,2 para 2,7 por 1.000 nascidos vivos, sinalizando uma possível estabilização. Contudo, os dados municipais sugerem heterogeneidade na detecção e cobertura de testagem, com concentrações em centros de referência como Macapá e subnotificação nos demais municípios.

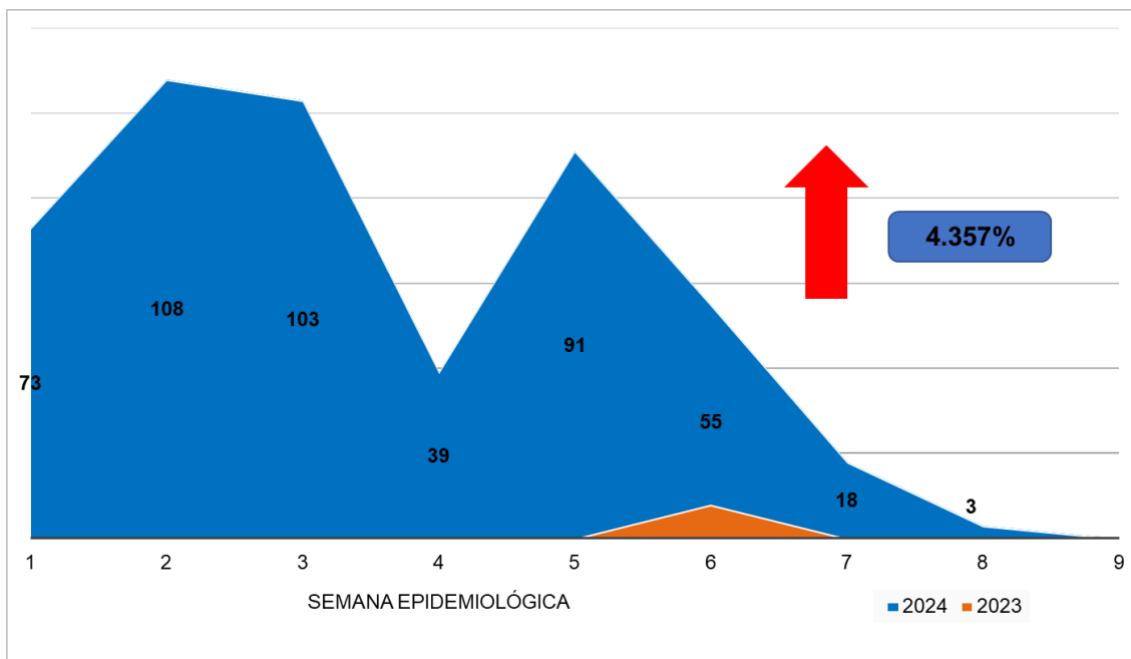
### **Arboviroses (Dengue, Chikungunya, Zika)**

Entre janeiro e abril de 2023, o estado observou um aumento de mais de 300% no número de casos prováveis de dengue, em relação ao ano anterior, com 352 casos registrados. Também foram reportados 31 casos de Chikungunya e 23 de Zika (SVS, 2024).

Na fronteira franco-brasileira, o município de Oiapoque enfrenta sérios problemas com a destinação de resíduos sólidos, devido à falta de políticas públicas e infraestrutura adequadas, o que contribui para a proliferação de vetores de doenças como dengue, Chikungunya e Zika vírus (Corrêa *et al*, 2019).

De acordo com dados da SVS (2024), os lixos passíveis de remoção (garrafas, recipientes, copos, etc) representam 76,2% dos logradouros de mosquitos *Aedes aegypti*, o que pode refletir no aumento de 4357% nos prováveis casos de dengue em 2024, comparado ao mesmo período de 2023.

**Gráfico 13.** Incidência de casos prováveis de dengue do município de Oiapoque/AP SE 01 a 09 – 2023/2024



Fonte e elaboração: SVS, 2024.

A gestão inadequada dos resíduos também tem impactos negativos na qualidade ambiental, incluindo a contaminação do solo e das águas subterrâneas e superficiais. O saneamento básico precário é responsável por muitas das doenças, como doenças diarreicas e leptospirose.

### Doenças de transmissão hídrica e alimentar

Em 2021, foram notificados 23.894 casos de diarreias agudas, uma redução de 3,89% em relação ao ano anterior. Os municípios com maior número de casos foram Macapá, Cutias, Oiapoque, Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Porto Grande, enquanto Pracuúba não teve notificações. Este cenário pode estar associado à questão do saneamento básico precário (SVS, 2021).

### Doença de Chagas

A Doença de Chagas é uma questão de saúde pública significativa no Amapá, especialmente nas áreas rurais e em comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas. Além disso, a ingestão de açaí contaminado com as fezes do barbeiro tem sido identificada como uma das principais causas dessa transmissão (Barroso *et al*, 2022).

O estado possui a segunda maior incidência média do país, com 1,5 casos por 100 mil habitantes, resultando em uma média anual de 9,4 casos. Entre 2010 e 2020, foram confirmados 280 casos, mas estima-se que o número real seja maior, devido a subnotificações e dificuldades de acesso a cuidados de saúde. Mais de 80% dos infectados desconhecem o diagnóstico e as condições de tratamento (Rocha *et al*, 2023).

Entre 2017 e 2021, o estado notificou 182 casos confirmados de Doença de Chagas aguda, sendo 87,9% por transmissão oral (principalmente por consumo de açaí contaminado). Houve 6 óbitos no estado, incluindo nos municípios de Oiapoque e Pracuúba.

**Tabela 21.** Casos de Doença de Chagas confirmados, óbitos e transmissão (2017-2021)

| Município | Casos confirmados | Óbitos | Principal transmissão |
|-----------|-------------------|--------|-----------------------|
| Macapá    | 121               | 2      | Oral                  |
| Santana   | 36                | 1      | Oral/transfusional    |
| Oiapoque  | -                 | 1      | Oral                  |
| Pracuúba  | -                 | 1      | Oral                  |
| Outros    | 24                | 2      | Oral                  |

Fonte: SVS, 2021; SESA, 2024.

## COVID-19

A pandemia de Covid-19 teve forte impacto nos municípios da faixa de fronteira. Em 2021, Oiapoque apresentou alta incidência (108,9 casos por mil hab.) e Calçoene teve a maior letalidade (1,5%).

**Tabela 22.** Casos de COVID-19 confirmados, incidência, óbitos e letalidade por município da FF-AP (2021)

| Município               | Casos confirmados | Incidência (/mil hab.) | Óbitos | Letalidade (%) |
|-------------------------|-------------------|------------------------|--------|----------------|
| Oiapoque                | 3.107             | 108,9                  | 22     | 0,7            |
| Calçoene                | 479               | 41,7                   | 7      | 1,5            |
| Amapá                   | 443               | 4,8                    | 6      | 1,4            |
| Pracuúba                | 42                | 7,8                    | 0      | 0,0            |
| Laranjal do Jari        | 3.176             | 60,7                   | 43     | 1,4            |
| Serra do Navio          | 528               | 94,7                   | 1      | 0,2            |
| Ferreira Gomes          | 580               | 71,2                   | 2      | 0,3            |
| Pedra Branca do Amapari | 569               | 32,3                   | 6      | 1,1            |

Fonte: SESA, 2024. Organização e elaboração: PDIFF, 2025.

## Demografia médica

Em relação ao quantitativo de médicos, o Amapá possui 1133 médicos, o que representa cerca de 1,52 médicos para cada mil habitantes. Deste total, 1040 médicos estão inscritos na capital Macapá, com densidade de 2,31 médicos para cada mil habitantes, sendo 496 médicos especialistas. Enquanto 93 médicos estão distribuídos em 15 municípios, com densidade de 0,32 médicos para cada mil habitantes, sendo 22 médicos especialistas (CFM, 2024).

## Rede de atenção à saúde

O estado do Amapá possui uma rede de atenção à saúde concentrada na região central, principalmente em Macapá. Nas cidades da faixa de fronteira, a rede apresenta desigualdade, com destaque para Oiapoque e Laranjal do Jari, que concentram a maior parte da infraestrutura. Ambos possuem hospitais gerais, leitos do SUS em maior número, Centros de Atenção



Psicossocial (CAPS) e serviços de urgência, como UPA (em Laranjal do Jari). Oiapoque ainda se diferencia por dispor de uma rede estruturada voltada à saúde indígena, com nove UBS Indígenas, três polos DSEI e uma CASAI. Em contraste, municípios como Pracuúba, Calçoene e Serra do Navio apresentam cobertura mais restrita, limitando o acesso a serviços especializados, hospitalares e laboratoriais.

A atenção primária é garantida principalmente por Unidades Básicas de Saúde (UBS), presentes em todos os municípios, ainda que com variação na quantidade e na capacidade instalada. Postos de Saúde e Unidades Mistas complementam a cobertura nos locais mais isolados. A presença de estruturas voltadas à vigilância em saúde e promoção (como Academias da Saúde) é pontual, evidenciando a necessidade de fortalecimento da atenção preventiva. De modo geral, a rede apresenta uma centralização dos serviços mais complexos em poucos municípios, o que impõe desafios para o acesso equitativo e resolutivo em áreas remotas da faixa de fronteira.

**Tabela 23.** Principais postos de atenção à saúde por município da FF-AP (2024)

| <b>Estabelecimentos<br/>por tipo</b>                                   | <b>Região Norte</b> |          |       |          | <b>Região Central</b>            |                   |                      | <b>Região<br/>Sudoeste</b> |
|------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------|-------|----------|----------------------------------|-------------------|----------------------|----------------------------|
| <b>Municípios da faixa<br/>de fronteira</b>                            | Oiapoque            | Calçoene | Amapá | Pracuúba | Pedra<br>Branca<br>do<br>Amapari | Ferreira<br>Gomes | Serra<br>do<br>Navio | Laranjal<br>do Jari        |
| <b>Centro de Saúde/<br/>Unidade Básica de<br/>Saúde</b>                | 6                   | 4        | 8     | 3        | 10                               | 6                 | 7                    | 10                         |
| <b>Unidade Basica de<br/>Saude Indigena<br/>(UBSI)</b>                 | 9                   | -        | -     | -        | 5                                | -                 | -                    | -                          |
| <b>Distrito Sanitario<br/>Especial Indigena<br/>(DSEI) – Polo/Sede</b> | 3                   | -        | -     | -        | 1                                | -                 | -                    | -                          |
| <b>Casa de Saude<br/>Indigena (CASAI)</b>                              | 1                   | -        | -     | -        | -                                | -                 | -                    | -                          |
| <b>Postos de Saúde</b>                                                 | 5                   | 1        | 1     | 2        | 1                                | -                 | -                    | 4                          |
| <b>Polo Academia da<br/>Saúde</b>                                      | -                   | -        | 2     | -        | 1                                | 1                 | -                    | -                          |
| <b>Centro de Atenção<br/>Psicossocial (CAPS)</b>                       | 1                   | -        | -     | -        | -                                | -                 | -                    | 1                          |
| <b>Laboratórios<br/>Estadual/Municipal</b>                             | 1                   | -        | -     | -        | -                                | 1                 | -                    | -                          |
| <b>Hospital Geral</b>                                                  | 1                   | -        | -     | -        | -                                | -                 | -                    | 1                          |
| <b>Unidades Mistas de<br/>Saúde</b>                                    | -                   | 1        | 1     | -        | 1                                | 1                 | 1                    | -                          |
| <b>Unidades<br/>Odontológicas<br/>Móveis (UOM)</b>                     | -                   | -        | -     | -        | -                                | 1                 | -                    | -                          |
| <b>Clínica/Centro de<br/>Especialidade</b>                             | -                   | -        | -     | -        | 2                                | -                 | -                    | 1                          |

|                                            |    |    |    |   |    |    |    |    |
|--------------------------------------------|----|----|----|---|----|----|----|----|
| <b>Unidade de Pronto Atendimento (UPA)</b> | -  | -  | -  | - | -  | -  | -  | 1  |
| <b>Unidade de Vigilância em Saúde</b>      | 2  | 2  | 1  | 2 | 1  | 2  | 2  | 1  |
| <b>Leito SUS</b>                           | 51 | 25 | 37 | - | 16 | 13 | 30 | 81 |

Fonte: CNES, 2024. Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2025.

### Saúde em comunidades tradicionais

Em relação à atenção à saúde indígena, o Ministério da Saúde atua por meio do DSEI, que no Amapá atende povos indígenas dos municípios de Oiapoque e Pedra Branca do Amapari, além de Almeirim e Óbidos no Pará, somando mais de 11 mil indígenas que necessitam de serviços de saúde integral (SESA, 2024).

Na faixa de fronteira, a rede de atenção à saúde indígena possui: uma Casa de Atenção à Saúde Indígena (CASAI), 14 Unidades Básicas de Saúde Indígenas (UBSI), 4 polos/sede do DSEI, situados nos municípios de Oiapoque e Pedra Branca do Amapari. Importante destacar a existência de 3 unidades do Núcleo Estadual de Saúde do Indígena (NESI), localizadas no Oiapoque, Macapá e Pedra Branca do Amapari. O NESI é formado, em sua maioria, por profissionais indígenas e conta com intérpretes para realizar o atendimento de acordo com as especificidades étnicas das populações indígenas.

No caso das populações ribeirinhas, que vivem em áreas de difícil acesso, são necessárias estratégias de atenção adaptadas às especificidades territoriais. Para isso, o estado do Amapá conta com quatro eSFR credenciadas: uma em Macapá, uma em Tartarugalzinho e duas em Vitória do Jari.

Essas equipes atuam, prioritariamente, em UBS localizadas nas próprias comunidades e utilizam embarcações como meio principal de transporte. A composição mínima das eSFR inclui médico, enfermeiro e técnico de enfermagem, podendo contar ainda com profissionais de saúde bucal, agentes comunitários de saúde e, em áreas endêmicas, microscopistas.

Essa estrutura visa garantir a presença regular de profissionais de saúde nas comunidades ribeirinhas, assegurando a continuidade das ações de promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento. No entanto, a cobertura dessas equipes ainda é insuficiente diante da extensão e da dispersão territorial das populações ribeirinhas do estado.

### Novo PAC Saúde

O Novo PAC Saúde, integrante do Programa de Aceleração do Crescimento, investirá R\$31,5 bilhões para expandir a assistência à população pelo SUS nos próximos quatro anos. Esse investimento visa garantir a universalização dos serviços essenciais na rede pública de saúde, além de retomar e fortalecer políticas públicas focadas em infraestrutura econômica,

social e urbana (Ministério da Saúde).

No Amapá, 12 propostas foram selecionadas para receber recursos do Novo PAC Saúde. As modalidades contempladas incluem uma policlínica, duas maternidades, uma central de regulação com ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), dois CAPS, uma oficina ortopédica e cinco UOMs (Ministério da Saúde, 2024).

**Tabela 24.** Propostas selecionadas no Novo PAC Saúde

| EIXO  | MODALIDADE                                  | QUANTIDADE<br>MUNICÍPIOS | QUANTIDADE<br>EQUIPAMENTOS |
|-------|---------------------------------------------|--------------------------|----------------------------|
| SAÚDE | Policlínicas                                | 1                        | 1                          |
|       | Maternidades                                | 2                        | 2                          |
|       | Centrais de Regulação - Ambulâncias do SAMU | 1                        | 1                          |
|       | Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)       | 2                        | 2                          |
|       | Oficinas Ortopédicas                        | 1                        | 1                          |
|       | Unidades Odontológicas Móveis (UOM)         | 5                        | 5                          |

Fonte: Ministério da Saúde, 2024. Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2025.

Três municípios na faixa de fronteira foram beneficiados: Oiapoque, que receberá uma UOM e um CAPS; Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari, que receberão uma UOM cada. Esses investimentos têm como objetivo melhorar a infraestrutura de saúde e a qualidade dos serviços prestados à população amapaense, promovendo assim um atendimento mais eficaz e abrangente.

Outra obra importante é a construção do primeiro Centro Transfronteiriço de Vigilância em Saúde do Brasil, localizado em Oiapoque. A ordem de serviço foi assinada em 13 de abril de 2024 pelo Governador Clécio Luís e a Ministra da Saúde Nísia Trindade.

## **INTER-RELAÇÕES DE SAÚDE NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

### **Laranjal de Jari e a relação de saúde com Monte Dourado**

O setor de saúde do município de Laranjal do Jari é composto por quinze Unidades Básicas de Saúde (UBS), um hospital estadual que atende casos de média e alta complexidade, um Centro de Diagnóstico por Imagem e uma Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA 24h). Esses serviços de saúde não se limitam apenas à população local, mas também estendem seu atendimento aos moradores da cidade vizinha, Vitória do Jari, e ao distrito de Monte Dourado, em Almeirim no Pará. Essa abrangência regional destaca a importância do sistema de saúde de Laranjal do Jari para a região como um todo.

Apesar da infraestrutura existente, o setor de saúde em Laranjal do Jari enfrenta sérias limitações relacionadas à falta de equipamentos, insumos e, principalmente, de profissionais capacitados. Essa precariedade compromete a qualidade e a eficiência dos serviços prestados, dificultando o atendimento às demandas da população. Durante a pandemia de COVID-19, houve avanços pontuais com investimentos no laboratório de diagnóstico, como a aquisição de equipamentos e a contratação emergencial de pessoal, o que ampliou temporariamente a capacidade de resposta (Pombo *et al.*, 2023).

A persistente dificuldade em atrair e reter médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde reforça a necessidade de estratégias estruturais e contínuas, voltadas à valorização do trabalho na região. Medidas eficazes de fixação profissional são fundamentais para garantir a sustentabilidade e o aprimoramento do sistema local de saúde (Pombo *et al.*, 2023).

### **Macapá como centro de referência em saúde**

Macapá é o principal centro de referência para serviços de saúde de média e alta complexidade. Desta forma, os pacientes que necessitam de atendimentos mais especializados são encaminhados para a capital. Além disso, também é o principal centro de capacitação e formação contínua para profissionais de saúde que atuam no interior.

Como forma de melhorar a estrutura de saúde na região, o Governo do Amapá prepara a inauguração do Hospital Regional de Porto Grande, que oferecerá atendimentos ambulatoriais e de emergência para cerca de 64 mil moradores das cidades de Ferreira Gomes, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e arredores. O hospital incluirá um centro de parto normal, leitos clínicos e intensivos, além de serviços de diagnóstico e terapia, com o objetivo de melhorar significativamente o atendimento de saúde na região.

### **Oiapoque e a cooperação em saúde com a Guiana Francesa**

A dinâmica migratória intensa entre o Amapá (Brasil) e a Guiana Francesa (França), somada à vulnerabilidade geográfica e à infraestrutura precária da região fronteiriça, dificulta a efetividade das ações de vigilância e controle sanitário. Essa realidade torna a fronteira um ponto crítico para a introdução e propagação de doenças transmissíveis, especialmente em contextos de surtos ou pandemias (SVS, 2021).

Diante desse cenário, a Cooperação transfronteiriça (CT) torna-se indispensável para a implementação de estratégias conjuntas de vigilância epidemiológica, controle de doenças e imunização. As Comissões Mistas Transfronteiriças (CMTs) têm sido fundamentais nesse processo, promovendo o diálogo institucional e a formulação de políticas públicas integradas

(Silva, 2023).

Desde 2008, diversos marcos consolidaram essa cooperação, como a inauguração da Ponte Binacional e as ações decorrentes do Ano da França no Brasil (2009). A primeira reunião técnica realizada em Macapá, ainda em 2009, estabeleceu um grupo de trabalho com foco em temas como vigilância epidemiológica, doenças zoonóticas, saúde indígena, imunização, ISTs e a necessidade de um SAMU transfronteiriço.

Em 2012, a criação do Conselho do Rio, durante a quinta CMT, fortaleceu a participação de atores locais nas matérias de cooperação. Nesse mesmo ano, foi firmado o primeiro memorando de entendimento<sup>5</sup>, institucionalizando a cooperação em saúde, posteriormente reafirmada em 2014. A formalização do Comitê Franco-Brasileiro de Saúde, em 2015, representou mais um avanço na articulação sanitária entre os dois territórios.

Entre 2017 e 2022, oficinas e declarações conjuntas consolidaram progressos na área, como a criação de uma rede transfronteiriça de medicina de emergência e uma sala binacional de controle do *Aedes aegypti*. Encontros técnicos realizados em Oiapoque, Caiena e Rio de Janeiro reforçaram a troca de informações epidemiológicas e o monitoramento conjunto da situação sanitária.

A saúde mental também passou a integrar a agenda bilateral, com destaque para ações relacionadas à depressão, alcoolismo, uso de drogas e prevenção do suicídio. Essa abordagem ampliada reflete um entendimento compartilhado de que a cooperação em saúde vai além do combate a doenças, representando um esforço conjunto para garantir bem-estar, equidade e segurança sanitária às populações da região fronteiriça (Gomes, 2023).

---

<sup>5</sup> Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa em matéria de cooperação de saúde na zona transfronteiriça Brasil-Guiana Francesa. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/5863>

## ANÁLISE SWOT/FOFA DE SAÚDE

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|------------------|---------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <p>Ampla rede de atenção primária à saúde;<br/>Iniciativas de saúde itinerante para atender comunidades ribeirinhas e indígenas;<br/>Aeronave para suporte à saúde indígena;<br/>Núcleo Estadual de Saúde do Indígena (NESI);<br/>Centro de Especialidades e Diagnóstico em Pedra Branca do Amapari.<br/>Núcleo de Inteligência Epidemiológica em Oiapoque;<br/>Laboratório de Fronteira (LAFRON) em Oiapoque;<br/>Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em Oiapoque;<br/>Unidades Mistas de Saúde nos municípios de Calçoene e Amapá.<br/>Polo Academia da Saúde no município de Amapá;<br/>Programa Saúde na Escola;<br/>Programa Transfronteiriço de Vigilância em Saúde;<br/>Hospitais estaduais com média e alta complexidade em Laranjal do Jari e Oiapoque;<br/>Centro de Especialização no Transtorno do Espectro Autista (CETEA) em Laranjal do Jari;<br/>Centro de Diagnóstico por Imagem em Laranjal do Jari.</p> | <p>Insuficiência de profissionais de saúde;<br/>Infraestrutura física deficitária em Unidades Básicas de Saúde;<br/>Insuficiência de ambulâncias fluviais;<br/>Informatização limitada nas UBS com ausência de sistemas integrados em tempo real;<br/>Inexistência ou insuficiência de serviços de saúde mental;<br/>Dependência estrutural da capital (Macapá) para procedimentos de alta complexidade e atendimentos especializados;<br/>Ausência de atendimento hospitalar de média e alta complexidade nos municípios;<br/>Ausências de políticas de permanências para profissionais de saúde que atuam áreas distantes do centro urbano;<br/>Rede de Atenção Básica à Saúde Indígena precária;<br/>Dificuldade logística para atender as comunidades ribeirinhas e indígenas;<br/>Saneamento básico precário;<br/>Ausência de leitos hospitalares no município de Pracuúba.</p> |
|                  | OPORTUNIDADES | <p>Ampliação de programas federais estruturantes como o Mais Médicos, Programa Saúde nas Escolas, Previne Brasil e o Novo PAC – Saúde;<br/>Cooperação internacional, especialmente com a Guiana Francesa, fortalecendo a vigilância transfronteiriça;<br/>Expansão da saúde digital, com implantação de prontuário eletrônico e atendimento remoto;<br/>Parcerias com instituições de ensino superior para formação e qualificação de profissionais da saúde;<br/>Telemedicina;<br/>Referenciamento para o Hospital Regional de Porto Grande;<br/>Parcerias com a ONG DPAC Fronteira;<br/>Investimentos previstos no Novo PAC, com destaque para a estruturação do LAFRON;<br/>Criação do Centro Transfronteiriço de Vigilância em Saúde com capacidade técnica ampliada em Oiapoque;<br/>Convênio de saúde com o Distrito de Monte Dourado (PA).</p>                                                                        | <p>Incidência de doenças diarreicas agudas;<br/>Vulnerabilidade a surtos de doenças infecciosas e zoonoses;<br/>Alta incidência de arboviroses (Dengue, Zika, Chikungunya) e doenças endêmicas como a malária.<br/>Vulnerabilidade ambiental e sanitária de comunidades indígenas e ribeirinhas;<br/>Risco de reintrodução de doenças erradicadas por vetores externos ou mobilidade populacional descontrolada.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| FATORES EXTERNOS |               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | AMEAÇAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

### Carteira de projetos para Saúde

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                                        | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                         | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                                                             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Criação de um centro especializado regionalizado em ações de rastreamento e diagnóstico de doenças                                                                                         | MS; PRONON; INCA; FNS; ANVISA; Secretarias Municipais de Saúde; SESA/AP; Conselhos de Saúde;                                                                                | Toda a FF-AP<br>(Com sede na cidade de Amapá)                                       |
| Criação de um centro especializado para atendimento, reabilitação e inclusão social de pessoas com deficiência, com foco na oferta de serviços multiprofissionais e tecnologias assistivas | MS; PRONAS; PCD; FNS; SESA/AP; Conselhos de Saúde; Secretarias Municipais de Saúde;                                                                                         | Toda a FF-AP<br>(Com sede na cidade de Amapá)                                       |
| Criação de um programa de jovens multiplicadores em saúde para as escolas públicas para prevenção de ISTs e doenças endêmicas                                                              | MS; MEC; SV; Secretarias municipais de Saúde; Programa Saúde na Escola; FUNASA; Fiocruz; SEED/AP; SESA/AP; ONGs; IFES;                                                      | Toda a FF-AP                                                                        |
| Aquisição e manutenção de ambulâncias fluviais e um barco-hospital equipados para ampliar a capacidade de atendimento, remoção de pacientes e oferta de serviços de saúde                  | MS; MIDR; MDS; SESA/AP; Ministério da Defesa (Calha Norte); Secretarias Municipais de Saúde;                                                                                | Todas as comunidades geograficamente remotas da FF-AP                               |
| Construção de centros de telemedicina equipados para ampliar o acesso a serviços de saúde especializados, promovendo atendimento médico de qualidade por meio da tecnologia                | Secretarias Municipais de Saúde; Agentes comunitários de saúde; Gestores públicos. Programa de Telessaúde Brasil Redes (Ministério da Saúde + DATASUS); MCom; BNDES; FINEP; | Toda a FF-AP                                                                        |
| Construção de Hospital Metropolitano no município de Amapá para atendimento das populações da região                                                                                       | MS; MIDR; BNDES; BID; SESA/AP; Consórcios Intermunicipais/ Secretarias Municipais de Saúde;                                                                                 | Toda a FF-AP<br>(Com sede na cidade de Amapá)                                       |
| Criação de núcleo de inteligência epidemiológica com competência para monitoramento e vigilância de emergências de saúde pública.                                                          | SVS; SESA/AP; MS; FNS; FINEP; MCTI; BID; Fiocruz;                                                                                                                           | Toda a FF-AP<br>(Com sede na cidade de Oiapoque)                                    |
| Criação de Centros de Atenção Psicossocial                                                                                                                                                 | MS; MIDR; BNDES; BID; SESA/AP; Secretarias Municipais de Saúde.                                                                                                             | Calçoene, Amapá, Pracuúba, Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes e Serra do Navio |



## SEGURANÇA

O debate sobre assuntos de Segurança ampliou-se de modo a englobar questões como a extrema pobreza, o crescimento desordenado das populações e os fluxos de imigração ilegal. Assim, a possibilidade de guerra entre dois ou mais países tornou-se menos provável e ameaçadora, em comparação aos riscos às seguranças ambiental, militar e econômica de um Estado (Wyn Jones, 1995). Na América do Sul, portanto, os principais problemas não se configuram como “de” fronteira, mas posicionam-se “na” fronteira (Medeiros Filho, 2010). A diferença está no fato de não se tratar de questões exclusivas de Defesa, mas sim de Segurança.

As áreas de fronteira definem-se como pontos focais de problemáticas concernentes à soberania nacional e à criminalidade transnacional (Andrade e Camargo, 2018). Nesses espaços, existe a necessidade de adequação das forças armadas e de segurança pública à peculiaridade das dinâmicas criminosas. Nesse cenário, evidencia-se também a complexidade de coordenação dos atores dos três níveis de governo, para elaborar e implementar políticas de Segurança Pública.

Nesse sentido, o Decreto nº 12.038 de 29 de maio de 2024 instituiu a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional, os quais visam à integração das ações do Poder Executivo federal com entes federativos e instituições privadas nos eixos de segurança, desenvolvimento sustentável, integração regional, direitos humanos, cidadania e proteção social nas fronteiras brasileiras.

Em vista disso, o PDIFF-AP oferece diagnósticos e proposições cuja finalidade é o apontamento de possíveis políticas públicas e projetos relativos à Segurança Pública e outros setores analisados.

A temática em análise dialoga transversalmente com os setores de Comunidades Tradicionais, Meio Ambiente e Infraestrutura, em complemento ao objetivo de identificar e mapear as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à segurança na FF-AP.

Ao longo do diagnóstico, são contextualizados os cenários da Segurança em escala nacional, regional (Amazônia Legal) e estadual, com atenção aos fenômenos relativos ao tráfico de drogas e às facções criminosas. A questão da violência, por sua vez, será adotada como unidade de análise, com enfoque especial à violência contra a mulher e à violência sexual contra crianças e adolescentes, além da especificidade da violência contra comunidades tradicionais. Discutir-se-á também os fluxos ilegais de migração na fronteira franco-brasileira, fenômeno considerado recente e em latência.

## SEGURANÇA NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA LEGAL

É notável o avanço do crime organizado na Amazônia Legal, revelado pela imponente do narcotráfico e da escalada de crimes ambientais associados a atividades criminosas. A destacada presença de facções na região tem levado a um quadro em que a violência e os crimes transnacionais se sobrepõem com práticas ambientais ilícitas, a exemplo da extração ilegal de madeira e minérios. Não se conta, entretanto, com um combate efetivo das instituições de Segurança Pública amazônicas, nem com um nível de integração interinstitucional capaz de mitigar as referidas problemáticas (FBSP, 2023).

A região Norte é considerada central nas dinâmicas e fluxos do narcotráfico, principalmente pela proximidade geográfica aos países latino-americanos produtores de cocaína (Bolívia, Colômbia e Peru), em especial os estados de Rondônia, Amazonas e Acre, os quais compartilham tais fronteiras (IPEA, 2023). Estima-se que pelo menos dez organizações criminosas internacionais atuem nas áreas de fronteira da região, em parceria com grupos criminosos brasileiros e engajadas nas disputas de rotas para o tráfico de drogas. (IPEA, 2024).

Nesse sentido, evidencia-se um intenso controle territorial e econômico da Amazônia por organizações criminosas (cuja atuação é exercida, principalmente, dentro de presídios); o que se corrobora pela constatação de que 13 das 30 cidades mais violentas do país encontram-se inseridas na Amazônia Legal (Instituto Igarapé, 2022).

Por outro lado, o fortalecimento das organizações criminosas no país pode ser interpretado como resultado do processo de redirecionamento institucional observado durante os quatro anos do governo Bolsonaro. Alguns estudos sugerem que esse período apresentou indícios de práticas como o controle político de instituições como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), além de possíveis interferências nas estruturas internas da Polícia Federal, o que teria contribuído para o enfraquecimento da capacidade estatal de fiscalização e controle (Couto, 2024).

Em relação aos esforços dos níveis de governo em torno das fronteiras do país, pode-se destacar a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), que teve debate iniciado em 2011 e regulamentação pelo Decreto n. 1238/2024. O objetivo é a consolidação de parcerias com os órgãos de segurança pública de estados e municípios brasileiros situados na faixa de fronteira, com a finalidade de fortalecer a prevenção e o combate a atividades ilícitas transfronteiriças.

## **SEGURANÇA NO CONTEXTO GERAL NO AMAPÁ**

### **Mortes Violentas Intencionais (MVI)**

Em números proporcionais, o Amapá é o estado mais violento do Brasil, com taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI) de 69,9 por 100 mil habitantes (513 MVI em 2023) (FBSP, 2024). Além disso, ocupa o primeiro lugar em letalidade policial, com taxa de 23,6 mortes a cada 100 mil habitantes, o que corresponde a 33,7% das MVI do estado, mais que o dobro da média nacional de 13,8%. Nesse ranking, mantém posicionamento entre os três estados com as maiores taxas de letalidade policial desde 2015, com destaque na primeira posição há quatro anos (FBSP, 2016-2024).

No primeiro semestre de 2024, a Segurança Pública do estado apresentou redução de 32% nas ocorrências de MVI, com 119 registros. No mesmo período de 2023, foram identificados 175 crimes violentos letais intencionais. A queda no índice é atribuída à intensificação do combate à criminalidade, à nomeação de novos agentes de Segurança Pública e a maiores investimentos na área (Amapá, 2024).

No que diz respeito às MVI no estado, trata-se de um fenômeno o aumento da instrumentalização das armas de fogo pelos homicidas. Com participação em 39,77% dos homicídios em 2010, o percentual de uso de armas de fogo elevou-se para 59,61% em 2014, com pico de 63,51% em 2019 e 57,36% em 2020. Anteriormente, era predominante o emprego de “objetos cortantes, penetrantes ou contundentes” (como facas).

Em partes, os aumentos observados devem-se à flexibilização pelo Governo Federal ao acesso a armas de fogo, por meio de Portarias e Decretos publicados entre os anos de 2018 e 2020 (IPEA, 2024).

### **Tráfico de drogas e as facções criminosas no Amapá**

Estima-se que existam mais de 100 organizações criminosas atuantes no Brasil, com quase todas presentes no sistema prisional do país (Senappen, 2023). Na região Norte, o Amapá abriga as facções criminosas locais mais fortes e violentas (Adorno & Muniz, 2022). O estado, devido à fronteira com a Guiana Francesa, aparenta-se atrativo para o tráfico de drogas. Além disso, o Porto de Santana tem obtido destaque para o escoamento de drogas destinado à Europa (FBSP e IMC, 2023).

São três as facções de origem amapaense: Amigos Para Sempre (APS), Família Terror do Amapá (FTA) e União Criminosa do Amapá (UCA), as quais também são apontadas no levantamento de organizações criminosas atuantes no sistema prisional (Senappen, 2023). Há a existência de consórcio entre as organizações APS e FTA, do qual fazem parte cerca de 12 mil integrantes (em 2020, a estimativa girava em torno de 7 mil) (IPEA, 2024).

Além das organizações criminosas locais, há no Amapá a presença de membros das duas grandes facções nacionais, Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). No estado, embora não haja um cenário hegemônico de nenhuma das duas, fontes afirmam que a paulista PCC sai com pequena vantagem à frente da carioca CV (IPEA, 2024). Localmente, o PCC possui aliança com a FTA, enquanto o CV tem vínculo estabelecido com a UCA.

Nos municípios da FF-AP, constata-se um cenário de disputa entre as facções criminosas (nacionais e locais) para controle do tráfico de drogas nas cidades (FBSP e IMC, 2023). O quadro a seguir mostra os municípios que ainda são motivos de disputa entre as facções e aqueles que já se encontram dominados por uma organização criminosa. Enquanto os demais continuam a ser disputados, há dois em controle: Serra do Navio, pela UCA, e, pelo CV, Ferreira Gomes.

**Quadro 7. Facções Criminosas atuando no Amapá**

| Estado | Municípios              | Situação   | Facções        |
|--------|-------------------------|------------|----------------|
| AMAPÁ  | Serra do Navio          | Controlada | UCA            |
|        | Amapá                   | Em disputa | FTA - CV       |
|        | Pedra Branca do Amapari | Em disputa | CV - PCC       |
|        | Calçoene                | Em disputa | FTA - PCC      |
|        | Ferreira Gomes          | Controlada | CV             |
|        | Macapá                  | Em disputa | FTA - CV       |
|        | Oiapoque                | Em disputa | FTA - CV - PCC |
|        | Porto Grande            | Controlada | FTA            |
|        | Pracuúba                | Em disputa | FTA - PCC      |
|        | Santana                 | Em disputa | FTA - CV       |
|        | Laranjal do Jari        | Em disputa | UCA - PCC      |

Fonte: Instituto Mãe Crioula - IMC/FBSP (2023). Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

O fenômeno de interiorização das facções tem sido observado no estado, com enfoque na região Sul, onde está localizado Laranjal do Jari, que se insere na Foz do Rio Amazonas, região integrante da rota de narcotráfico do corredor Solimões. A título de exemplo, em junho de 2024, foi realizada no município a maior apreensão de entorpecentes da história do estado. Avaliada em R\$6 milhões, a carga de *skank* partiu de Santarém (PA) e chegou até o município através de Monte Dourado (PA).

Em possível cenário favorável à ação criminosa, a droga seria dividida e distribuída entre as facções criminosas da capital. Na fronteira franco-brasileira, preza-se pelo atendimento aos três principais mercados consumidores das drogas: 1- os chamados “sítios de garimpo”; 2- o mercado local de Oiapoque; 3- os mercados das capitais Macapá e Belém do Pará (Borges e Correa, 2023).

## Violência contra a mulher

No Amapá, lesão corporal dolosa (violência doméstica), ameaças, perseguição (*stalking*), violência psicológica e violência sexual são as principais formas de violência contra a mulher. Em 2023, 968 mulheres foram vítimas de agressão física em seus lares; 6.461 foram ameaçadas; 1.004 foram perseguidas e 639 foram psicologicamente violentadas.

No que concerne ao feminicídio, houve registro de 4 casos em 2023, com redução de 55,56% em relação a 2022 (9 registros). As tentativas de feminicídio, no entanto, continuam a preocupar. Em 2023, registram-se 50 ocorrências (11,1% a mais do que no ano anterior) (FBSP, 2024).

No tangente à violência sexual, tem sido observado um elevado crescimento de estupros femininos no estado nos últimos anos. O Amapá liderou o aumento percentual de casos da violência na Amazônia Legal entre 2018 e 2020 (88,5%) (Instituto Igarapé, 2024). Em 2022, a taxa de estupros de mulheres para cada 100 mil habitantes foi de 67,3. Houve o registro de 653 vítimas, com base em ocorrências policiais (Ministério das Mulheres, 2024).

Dentre os municípios da FF-AP, Laranjal do Jari, Oiapoque e Pedra Branca do Amapari apresentam índices mais elevados (PC, 2024). Somente no período entre maio e julho de 2023, foram registrados 150 casos de violência contra a mulher em Laranjal do Jari. Em 2022, o município do sul do estado apresentou 10% do total de casos no estado. Oiapoque, por sua vez, figurou em quinto lugar, com participação em 5% dos casos registrados (Aleixo, 2023).

Os três municípios mencionados também são os que contam com os aparatos institucionais mais avançados para o enfrentamento à violência contra a mulher. Em Laranjal do Jari, estão à disposição da população feminina a Delegacia da Mulher e o Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CRAM), também presente em Oiapoque. Já em Pedra Branca do Amapari, encontra-se em funcionamento a Casa de Apoio à Mulher Amapaense.

Durante o processo de pesquisa, verificou-se que em junho de 2017 houve o lançamento de uma nova versão do Sistema de Cadastro de Casos de Violência Doméstica (SICAVID), que se trata de uma plataforma cuja alimentação de dados é de responsabilidade das promotorias de Justiça (MP/AP, 2017). Não existem, no entanto, registros de informações estatísticas nos últimos 7 anos. Em 2013, foi disponibilizado pelo Ministério Público do estado o primeiro e último Mapa da Violência Doméstica contra a Mulher no Amapá, onde todos os municípios tiveram dados registrados, com base no SICAVID.

### **Violência sexual contra vulneráveis (crianças e adolescentes)**

No Amapá, o abuso sexual é a forma de violação mais comum contra crianças e adolescentes (Amapá, 2024). Caracterizados como crescentes, os casos registrados no estado entre 2018 e 2023 aproximaram-se de mil (983). De 2020 em diante, a exploração sexual contra

vulneráveis ultrapassou as ocorrências das violências física e psicológica (SVS, 2024). Em relatórios nacionais, exibe-se um cenário ainda mais preocupante: houve o registro de 516 ocorrências no ano de 2023, que representa uma taxa de 70,3 casos para cada 100 mil habitantes (FBSP, 2024).

Meninas entre 10 e 14 anos de idade e meninos entre 5 e 9 anos constituem o padrão de vítimas de abuso sexual para cada gênero. Quanto aos criminosos, predominam pais, padrastos e pessoas conhecidas, com destaque para a mudança de autor no caso das meninas, que também passam a ser violentadas por cônjuges e namorados a partir da adolescência. Em 83% dos casos, os autores tratam-se de pessoas conhecidas, com destaque para pessoas com grau parental com a vítima (59%). Em relação aos lugares das ocorrências, 83% acontecem nas próprias residências das vítimas. Destaca-se também que, em um terço dos casos notificados, houve repetição da violência sexual (SVS, 2024).

Em Oiapoque, já se encontram diagnosticadas redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, os quais são incorporados ao mercado da prostituição. As vítimas tratam-se não somente de meninas amapaenses, mas também provêm das cidades paraenses de Santarém, Almeirim e Monte Dourado. Apontou-se que as vulneráveis são exploradas em hotéis, casas noturnas e fazendas da cidade (ICMPD, 2016).

Dos municípios amapaenses, apenas 4 contam com institucionalização de rede de proteção e prevenção contra a exploração sexual de crianças e adolescentes (SVS, 2024). Além de Macapá e Santana, destacam-se Oiapoque e Laranjal do Jari, municípios da FF-AP. Em âmbito estadual, conta-se com a Rede Abraça-me, formada pela união de forças de agentes institucionais governamentais e não governamentais, cuja finalidade é a prevenção, identificação e enfrentamento dos diversos tipos de violência contra crianças e adolescentes. Os Centros Especializados de Assistência Social (CREA) também atuam no combate à violência sexual contra menores, através de atendimento especializado.

## **SEGURANÇA NA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAPÁ**

No triênio 2018-2020, o eixo Macapá-Santana (que engloba 73,8% da população estadual) concentrou 84% das letalidades registradas (983 ocorrências). Em contraste, Oiapoque, município com a terceira maior taxa de homicídios do período (46,5 hom./100 mil habitantes), registrou o total de 38 homicídios; número equivalente a 3,24% dos eventos totais registrados. Especificamente sobre 2020, deve-se salientar que Pracuúba apresentou a maior das taxas municipais na categoria, com 57,2 homicídios para cada 100 mil habitantes (IPEA, 2023).

**Tabela 25.** Grupos de municípios por taxa média de homicídios por 100 mil habitantes – Amapá, triênio 2018-2020

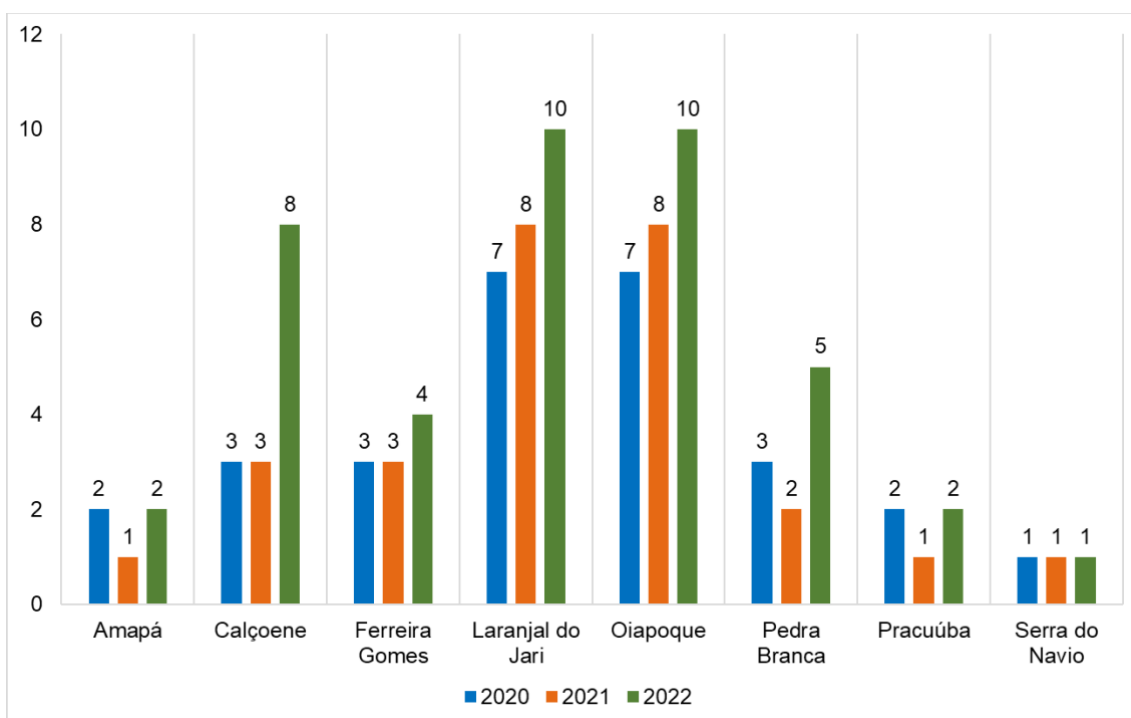
|                  | Intervalo taxa média de homicídios por 100 mil hab. | Municípios                                                                                                                                          |
|------------------|-----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Grupo I</b>   | 8,08                                                | Pedra Branca do Amapari (8,08)                                                                                                                      |
| <b>Grupo II</b>  | 12,35 a 22,29                                       | Serra do Navio (12,35); Mazagão (20,03); Vitória do Jari (20,92); Cutias (22,29)                                                                    |
| <b>Grupo III</b> | 26,99 a 39,45                                       | Calçoene (26,99); Tartarugalzinho (28,88); Laranjal do Jari (30,42); Pracuúba (32,55); Ferreira Gomes (34,28), Itaubal (36,3); Porto Grande (39,45) |
| <b>Grupo IV</b>  | 46,45 a 52,85                                       | Oiapoque (46,45); Santana (50,81); Macapá (52,85)                                                                                                   |

Fonte: IPEA, 2023. Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.

Entre 2010 e 2020, constatou-se que as taxas de homicídios de cidades interioranas do Amapá não apresentaram diferenças significativas em relação às da área metropolitana. Em análise da distribuição relativa dos homicídios nas duas categorias, repete-se o mesmo padrão. Vale destacar, no entanto, que nos anos de 2011, 2012, 2014, 2015, 2019 e 2020 registraram-se mais homicídios no grupo de cidades do interior do estado (IPEA, 2024).

Deve-se notar que Oiapoque e Laranjal do Jari, embora sejam os municípios da FF-AP com os maiores números de unidades de Segurança Pública, apresentaram as taxas mais elevadas de homicídios entre 2020 e 2022, como pode ser observado no gráfico abaixo.

**Gráfico 14.** Homicídios em municípios de faixa de fronteira do Amapá



Fonte: MJSP (2020, 2021 e 2023). Elaboração e organização: PDIFF-AP, 2025.



Dos municípios da FF-AP que compõem o 7º Batalhão de Polícia Militar, Pedra Branca do Amapari foi o que apresentou o maior número de ocorrências levadas às delegacias, entre os anos de 2020 e 2022. No total, foram registradas 744 denúncias. Em seguida, vêm os municípios de Ferreira Gomes (com 321), Amapá (304) e Serra do Navio (165). Dentre os crimes mais frequentes, destacam-se violência contra a mulher, tráfico de drogas, lesão corporal e roubo (Pastana *et al.*, 2024).

### **A região de fronteira do Amapá e os fluxos migratórios**

Nos últimos anos, os fluxos de migração ilegal na fronteira franco-brasileira têm ganhado mais visibilidade. O Amapá configura-se como um dos principais espaços de trânsito de estrangeiros no Brasil (Amapá, 2024). Entre 2019 e 2023, foram apresentados 401 imigrantes ilegais à sede da Polícia Federal, com destaque para 2021, quando a Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou 334 detenções (G1 Amapá, 2021). A maioria trata-se de nacionais do Haiti que acessam o Brasil após transitar pelo Suriname e pela Guiana Francesa, em fuga de cenários políticos conturbados no país de origem (IPEA, 2021). Constituem também os perfis de principais refugiados os venezuelanos e cubanos (SECRICOMEX *apud* Lima, 2024)

Desde 2023, Oiapoque destaca-se como o terceiro maior ponto de entrada de haitianos e cubanos no Brasil. Como ponto de saída, trata-se do segundo mais utilizado por sírios, afegãos e marroquinos (Amapá, 2024). Importa destacar, no entanto, que o objetivo final da maioria desses imigrantes é a chegada às mais conhecidas metrópoles do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Além desses destinos, visa-se também o acesso à Guiana Francesa, principalmente por haitianos (ICMPD, 2016).

Em vista dessas dinâmicas, deve-se voltar atenção à existência de redes clandestinas para transporte ilegal dos estrangeiros que chegam ao estado, as quais se favorecem da cobrança de altos valores para a prestação do serviço (Lima, 2024). Além da extorsão financeira, verifica-se que os estrangeiros ilegais que chegam ao Brasil costumam sofrer os mais variados tipos de violência, a exemplo da violação sexual, no caso das mulheres (ICMPD, 2016).

No que diz respeito a essa engrenagem, deve-se destacar a atuação dos chamados “coiotes”, os quais são responsáveis pelo transporte ilegal de migrantes, tanto em destino à Guiana Francesa e outros países quanto internamente (ICMPD, 2016). A legislação nacional enquadra-os dentro do crime de aliciamento para o fim de emigração, cuja prática se dá através do recrutamento fraudulento de trabalhadores para direcionamento a territórios estrangeiros (art. 206 do Código Penal). Em anos recentes, têm sido recorrentes apreensões desses sujeitos em atividade na faixa de fronteira do estado (Brasil, 2024; G1 Amapá, 2022).

Nas reuniões mais recentes da CMT, têm sido discutidas as questões migratórias que envolvem o Brasil e a Guiana Francesa. A última parte tem destacado o padrão de aumento de pedidos de asilo desde 2019, principalmente por sírios, afegãos e marroquinos, que passam pelo Brasil até chegarem à coletividade da França. Sobre isso, tem sido colocada em questão a estratégia de aproveitamento do visto humanitário brasileiro para facilitar o acesso a outros países; o que preocupa a parte francesa, em principal pela dificuldade de deportação de imigrantes oriundos de lugares sem conexões áreas.

Por fim, no que se refere ao fluxo de brasileiros que migram para a Guiana Francesa, importa destacar a relação com o direcionamento a garimpos ilegais e as questões que decorrem da referida problemática, a exemplo da prostituição, do tráfico de drogas, de pessoas e de armas (CMT, 2015). Para a parte francesa, trata-se do principal obstáculo para o progresso da Cooperação Transfronteiriça e da emissão de vistos para brasileiros. Já a parte brasileira, por sua vez, discorda dessa posição, em defesa do argumento de que as práticas de tais atividades independem de vistos (Gonçalves, 2022).

### **Violência contra comunidades tradicionais na faixa de fronteira do Amapá**

No Amapá, a violência contra indígenas raramente ganha destaque na mídia ou em estatísticas oficiais. No mapa de Cartografias de Ataques Contra Indígenas (CACI), há registro de sete casos. Com exceção do registrado em 2019, todos ocorreram em Oiapoque: um em 2003, um em 2008, três em 2015, um em 2019 e um em 2022. No último relatório do CIMI (2023), constam três assassinatos no ano de 2019 e dois em 2022, quando também houve uma tentativa de assassinato.

Acredita-se em um cenário de subnotificação, que pode ser compreendido como parte de violências dissimuladas e invisibilizadas, principalmente pelo fato de a ocultação desses dados distanciar o processo de elaborativo e implementativo de políticas públicas para esses povos (IPEA, 2024).

Ainda assim, traz-se à luz as taxas de homicídios de indígenas por estado em 2022, com posicionamento do Amapá entre as três unidades federativas com taxas superiores a 80,0. Foram 83,4 homicídios para cada 100 mil habitantes (IPEA, 2024).

O estupro e falecimento de Maria Clara (2023), indígena *Karipuna* de 15 anos, e o assassinato do cacique Emyra Wajãpi (2019), que são dois dos casos identificados nos últimos 5 anos, tomaram proporção nacional e internacional (BBC, CNN, The Guardian, The New York Times, NBC News).

O povo *Wajãpi*, cujas terras localizam-se entre os municípios de Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari, encontram-se em situação de risco e vulnerabilidade, agravada principalmente após a publicação de decreto de extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA) pelo ex-presidente Michel Temer em agosto de 2017 e o incentivo à exploração e apropriação econômica privada de terras indígenas pelo também ex-presidente Jair Bolsonaro. Durante o mês de julho de 2019, quando o cacique Emyra foi assassinado, o Conselho das Aldeias Wajãpi (APINA) realizou uma série de denúncias sobre ameaças e invasões de supostos garimpeiros em suas aldeias.

### **Comunidades do campo**

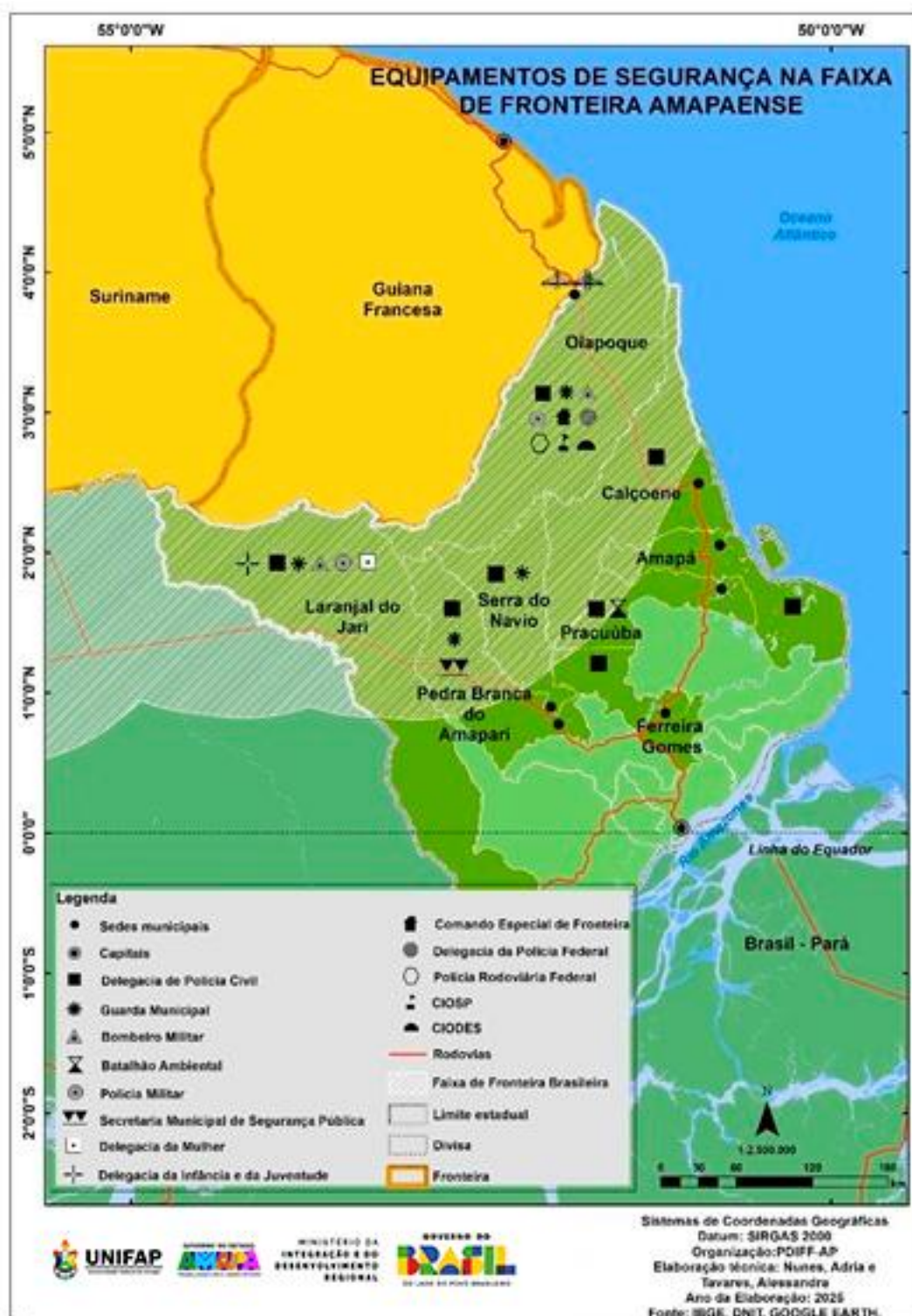
Contabilizaram-se os assassinatos ocorridos nos campos do bioma amazônico entre os anos de 1985 e 2019. Foram 1.202 ocorrências, do total nacional de 1.812 mortes. Desse número, o Amapá apresentou apenas 7 assassinatos, que, em porcentagem referente ao montante nacional, significa 0,38%. O estado foi o único da Amazônia Legal a registrar uma porcentagem menor do que 1%. Em contraste, os estados do Pará e do Maranhão foram palco de, respectivamente, 565 (31,12%) e 169 (9,31%) homicídios no campo (Sodré e Filho, 2021). Quanto às ocorrências nos municípios da FF-AP, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) aponta em seus relatórios as cidades de Calçoene, Ferreira Gomes, Amapá, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari.

## **AS INTER-RELAÇÕES NO CONTEXTO DA SEGURANÇA NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

No contexto da segurança na FF-AP, as inter-relações se dão a nível estadual e internacional. Logo, deve-se voltar atenção às interações com os agentes de segurança pública dos territórios com os quais o Amapá possui limite ou fronteira. Nesse caso, ao distrito paraense de Monte Dourado (que se limita com Laranjal do Jari) e à Guiana Francesa (a qual também se adicionam os agentes de defesa nacional).

Para maior compreensão dessas dinâmicas, abaixo encontra-se um mapa da distribuição das forças de segurança pública e forças armadas.

**Figura 24.** Mapa das Forças de Segurança Pública e Forças Armadas na FF-AP



Organização: PDIFF-AP, 2025.

**Agentes de segurança pública e de defesa nacional: Guiana Francesa**

Através de suas forças de segurança pública, o Amapá e a Guiana Francesa exercem cooperação policial internacional por meio do Centro de Cooperação Policial (CCP), criado em 2010 em *Saint-Georges-de-l'Oyapock*. Os diversos órgãos brasileiros atuam cooperativamente com as seguintes instituições francesas: *Police aux Frontières* (PAF), *Gendarmerie Nationale*, *Douanes Françaises* e Exército Francês, através da presença do regimento da Legião Estrangeira (Borges e Correa, 2023).

A cooperação voltada à defesa transfronteiriça na fronteira franco-brasileira trata-se da maior relação cooperativa entre o Brasil e um país da América do Sul (CMT, 2023). Realiza-se por meio de iniciativas como a parceria do Comando de Fronteira do Amapá e do 34º Batalhão de Infantaria da Selva com o Exército francês, exemplificada pelas Operações Jararaca e Gran Rochelle (ambas constituintes da Operação Ágata), as quais visam ao combate a crimes ambientais, ao garimpo ilegal e à criminalidade transfronteiriça (Exército Brasileiro, 2024).

Deve-se evidenciar, entretanto, a ocorrência de desequilíbrio no processo de troca de informações entre as partes francesa e brasileira dentro do CCP, que se explica por obstáculos jurídicos decorrentes da diferença entre as duas legislações nacionais. No período entre julho de 2013 e agosto de 2018, autoridades brasileiras e da Guiana Francesa direcionaram 1.342 demandas informacionais ao Centro. Do total de registros, enquanto 139 partiram do Brasil, 1.203 (90%) eram solicitações francesas (Borges e Correa, 2023).

#### **Agentes de segurança pública e de defesa nacional: Monte Dourado**

Em relação a Monte Dourado (PA), apurou-se que o estado de “isolamento” das forças de segurança pública impede avanços na cooperação policial, principalmente entre as polícias militares e as guardas civis municipais de Monte Dourado e Laranjal do Jari, como expresso por interlocutores do 11º Batalhão da Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal de Laranjal do Jari (Trabalho de campo, 2023)

#### **Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio: a dependência de policiamento militar**

Os municípios de Serra do Navio dependem do policiamento militar advindo de Pedra Branca do Amapari, desde o início da reforma do quartel da PM na cidade, que ainda se encontra abandonada, segundo relatado em escuta social realizada pelo Ministério Público em Serra do Navio (Ata nº 0000024/2024-CGCAO). Um interlocutor da Polícia Civil de Serra do Navio confirmou que não houve continuidade na reforma. Em consequência, os policiais militares do município foram alocados em uma sala da prefeitura e, posteriormente, destinados à Pedra Branca do Amapari (de onde direcionam-se à cidade de origem para atendimento das ocorrências). Segundo o mesmo interlocutor, para compensar o policiamento escasso em Serra

do Navio, a Polícia Civil realiza rondas pela cidade, com o intuito de não deixar a população desamparada da presença policial.

### **Considerações sobre as inter-relações na faixa de fronteira do Amapá**

No que se refere às relações entre as forças de segurança pública do Brasil e da Guiana Francesa, nota-se que a falta de reciprocidade ainda é característica nuclear, assim como nos demais setores. Entretanto, como forma de reverter esse cenário, reuniões como as da Comissão Mista Transfronteiriça (CMT) levam a direcionamentos coerentes, como a demanda brasileira por inclusão de membros das polícias do Amapá no CCP (Amapá, 2024).



## ANÁLISE SWOT/FOFA DE SEGURANÇA

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------------------|---------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <p>Operação Hórus no combate à criminalidade;<br/> Delegacias de Polícia Civil presentes em todos os municípios;<br/> Oiapoque e Laranjal do Jari possuem as principais unidades de Segurança Pública;<br/> Oiapoque é interligado ao Centro de Cooperação Policial Internacional;<br/> Rede institucionalizada para enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes (REAJA) em Laranjal do Jari;<br/> Secretaria Municipal de Segurança Pública em Pedra Branca do Amapari;<br/> Central de Operações com sistema de monitoramento em tempo real em Pedra Branca do Amapari;<br/> Unidades especializadas no atendimento para mulheres vítimas de violência doméstica;<br/> Delegacia de Polícia Itinerante;<br/> Parceria entre Polícia Civil, Conselho Tutelar e Secretaria de Saúde no município de Amapá;<br/> Delegacia virtual;<br/> Embarcação “Garça Amarela” da Polícia Civil para atendimento de ocorrências fluviais em Pracuúba.</p> | <p>PONTOS FRACOS</p> <p>Efetivo reduzido da Polícia Militar;<br/> Cobertura insuficiente pelas forças de Segurança Pública em comunidades remotas;<br/> Déficit de sistematização e divulgação de dados de Segurança Pública;<br/> Baixa difusão do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP);<br/> Falta de formação tecnológica dos agentes de Segurança Pública;<br/> Inexistência de números universais para realização de denúncias;<br/> Falta de infraestrutura física das unidades de Segurança Pública;<br/> Inexistência de delegacias especializadas (exceto Laranjal do Jari);<br/> Inexistência de cooperação de segurança pública entre Laranjal do Jari e o distrito de Monte Dourado (PA);<br/> Guarda Civil Municipal (GCM) e Defesa Civil Municipal de Serra do Navio não regulamentadas;<br/> Inexistência de polícia militar em Serra do Navio</p> |
|                  | OPORTUNIDADES | <p>Programa Wi-Fi Brasil;<br/> Adesão ao Programa Capta+;<br/> SINESP e Rede EaD Senasp;<br/> Implementação da Sala Lilás para atendimento de mulheres vítimas de violência;<br/> Ampliação do Cidadão Mirim e outros projetos sociais da Polícia Militar para todos os municípios da FF-AP;<br/> Aumento de reciprocidade dentro do Centro de Cooperação Policial Internacional;<br/> Política de incentivo à interiorização como a regionalização de concursos públicos na área de Segurança Pública ou implementação de bonificação regional;<br/> Desenvolvimento integracional com Monte Dourado através da Delegacia de Polícia de Monte Dourado, localizada em Laranjal do Jari;<br/> Elaboração de sistema de estatísticas de Segurança Pública;<br/> Habilitação e qualificação dos guardas civis junto ao DETRAN-AP para fiscalização do trânsito;<br/> Criação de Conselhos de Segurança Comunitária</p>                                        | <p>AMEAÇAS</p> <p>Atuação de facções criminosas locais e nacionais;<br/> Tráfico de drogas;<br/> Violência sexual contra vulneráveis;<br/> Violência contra mulheres;<br/> “Coiotes” e a promoção da migração ilegal;<br/> Garimpo ilegal<br/> Utilização do município como esconderijo por criminosos em fuga.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| FATORES EXTERNOS |               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |



### Carteira de projetos para Segurança

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                                                                                                           | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                       | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                                                       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| Implantação de conselhos de segurança comunitária, com integração de ações educacionais e de assistência social                                                                                                                                               | MJSP; MDS; SEJUSP/AP;<br>MP/AP, Secretarias Municipais (Assistência Social, Saúde, Educação); Guarda Civil Municipal; Polícia Civil; Polícia Militar; CRAS; CREAS         | Laranjal do Jari, Oiapoque, Calçoene, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari |
| Criação e implementação de um programa educativo que utiliza artes e cultura para identificação precoce da violência sexual infantil por familiares e professores                                                                                             | MJSP; MDHC; MDS;<br>MP/AP; DPE/AP, Secretarias Municipais (Educação, Assistência Social); Conselho Tutelar; CREAS; CRAS, IFES; Escolas públicas;                          | Toda a FF-AP                                                                  |
| Criação e implementação de um programa de reintegração socioprofissional de jovens e adultos em conflito com a lei, com oferta de formações técnicas, acompanhamento psicossocial e articulação com empregadores locais, cooperativas e instituições públicas | MJSP; MTE; MDS; DPU; SETE; SEAS; SEJUSP/AP; SEJUV/AP; MP/AP, DPE/AP, Secretarias (Assistência Social, Educação); SISTEMA S; CEPAJOB; CRAS; CREAS; Conselho tutelar; IFES; | Toda a FF-AP                                                                  |
| Implementação de unidades móveis de apoio psicossocial e jurídico para mulheres vítimas de violência em áreas geograficamente remotas, articuladas a campanhas e oficinas de empoderamento feminino.                                                          | MJSP; MMFDH; SEJUSP/AP; MP/AP, Secretarias Municipais (Assistência Social, Saúde, Segurança Pública); Guarda Civil Municipal; Polícia Civil; OAB; Sistema S;              | Áreas de difícil acesso nos municípios de FF-AP                               |
| Criação de linha de pesquisa em Segurança Pública, Defesa Nacional e Segurança Internacional                                                                                                                                                                  | MJSP; MCTI; SENAS; SEJUSP/AP; CAPES; CNPQ; MP/AP, Polícia Civil; PM/AP; FAPEAP; IFES; Secretaria Municipal de Segurança Pública;                                          | Oiapoque, Laranjal do Jari, Amapá, Pedra Branca do Amapari                    |
| Criação de observatório da Segurança Pública do Estado do Amapá                                                                                                                                                                                               | MJSP; MCTI; SENASP; SEJUSP/AP; MP/AP, Polícia Civil; PM/AP, Secretaria Municipal de Segurança Pública; FAPEAP; IFES;                                                      | Toda a FF-AP                                                                  |

## SETOR PRODUTIVO

O “setor produtivo” compreende a parte da economia dedicada à produção de bens e serviços, tradicionalmente dividida em três categorias: o setor primário, voltado à extração e produção de recursos naturais (como agricultura, pecuária, pesca, mineração e garimpo); o setor secundário, que envolve as atividades industriais e de transformação; e o setor terciário, relacionado à prestação de serviços como comércio, educação, saúde, tecnologia e turismo (Mankiw, 2013).

Na Faixa de Fronteira (FF-AP), o setor primário é marcado pela diversidade e forte presença da agricultura familiar, destacando-se a produção de mandioca e o cultivo de frutas. O extrativismo vegetal tem grande relevância, com produtos como açaí, castanha-do-Brasil e oleaginosas. A bubalinocultura representa a principal atividade pecuária, enquanto a pesca artesanal também contribui para a economia local. Além disso, a extração de minérios compõe uma parcela significativa das atividades econômicas da região.

Cerca de 42% da atividade industrial do estado do Amapá está concentrada na FF-AP, especialmente, nos municípios de Ferreira Gomes (18,58%), Laranjal do Jari (15,50%) e Pedra Branca do Amapari (6,01%), relacionados à produção de energia, indústria de transformação e mineração.

O setor terciário responde por parte expressiva do PIB do Amapá, sendo impulsionado principalmente pela administração pública (APU), realidade que se repete nos municípios da FF-AP. Atividades como transporte, armazenagem, correios, hospedagem e alimentação formam o segundo maior grupo do setor, seguidas por turismo e telecomunicações.

A FF-AP, portanto, configura-se com uma estrutura produtiva diversificada e interligada. Para fins de diagnóstico, optou-se por um recorte centrado na agropecuária, cadeia florestal, extração mineral, serviços e emprego e renda, com o objetivo de identificar e mapear forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Essa análise dialoga com as temáticas de Meio Ambiente, Infraestrutura e Comunidades Tradicionais, dada sua forte interdependência com o Setor Produtivo.

## DADOS REGIONAIS DO SETOR PRODUTIVO

Os dados mais recentes do PIB do Amapá (Tabela 26) permitem comparar seu crescimento real com o do Brasil e da região Norte, situando o estado no contexto regional (IBGE/SEPLAN, 2023).

**Tabela 26.** Crescimento real do PIB no Brasil, Norte e Amapá (2019-2021, em %)

| Ano | Brasil | Norte | Amapá |
|-----|--------|-------|-------|
|-----|--------|-------|-------|

|             |      |      |      |
|-------------|------|------|------|
| <b>2019</b> | 1,2  | 0,5  | 2,3  |
| <b>2020</b> | -3,3 | -1,6 | -3,2 |
| <b>2021</b> | 4,7  | 5,2  | 5,0  |

Fonte: SEPLAN/AP, 2023. Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

A participação dos estados da região Norte no PIB do Brasil configura-se da seguinte forma: o Pará lidera com uma contribuição de 2,92%, seguido pelo Amazonas com 1,46%, Rondônia com 0,65% e o Tocantins com 0,57%. Os estados do Acre, Amapá e Roraima completam a lista com participações de 0,24%, 0,22% e 0,20%, respectivamente (IBGE/SEPLAN, 2023).

Entre os anos de 2019 e 2021, a economia do Amapá apresentou variações significativas. Em 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19, ocorreu uma retração de 3,2%, em comparação a 2019. Por outro lado, em 2021, houve uma recuperação notável de 5,0%. O crescimento foi impulsionado pelos setores Industrial e de Comércio e Serviços, que juntos cresceram 4,5% em 2021.

A análise da balança comercial do Amapá no período de 2019 a 2024 (Tabela 27) apresentou variações significativas, com tendência ao déficit a partir de 2021. De 2019 a 2020, observou-se um superávit comercial. A partir de 2021, no entanto, o saldo passou a ser negativo, reflexo do crescimento expressivo das importações.

O maior déficit ocorreu em 2023, com saldo negativo de aproximadamente US\$ 967,18 milhões, impulsionado pela forte dependência de produtos derivados do petróleo. Em 2024, até novembro, o saldo negativo foi de US\$ 380,12 milhões, com destaque nas exportações para produtos florestais e açucareiros, enquanto as importações seguiram concentradas em combustíveis.

**Tabela 27.** Balança Comercial do Estado do Amapá em US\$ FOB – 2019 a 2024

| <b>Ano</b>   | <b>Exportação (US\$)</b> | <b>Importação (US\$)</b> | <b>Saldo (US\$)</b> |
|--------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|
| <b>2019</b>  | 253.264.000              | 122.272.000              | 130.992.000         |
| <b>2020</b>  | 312.166.000              | 181.696.000              | 130.470.000         |
| <b>2021</b>  | 306.997.000              | 424.436.000              | -117.439.000        |
| <b>2022</b>  | 209.147.000              | 772.072.000              | -562.925.000        |
| <b>2023</b>  | 179.060.000              | 1.146.240.000            | -967.180.000        |
| <b>2024*</b> | 145.480.000              | 525.600.000              | -380.120.000        |

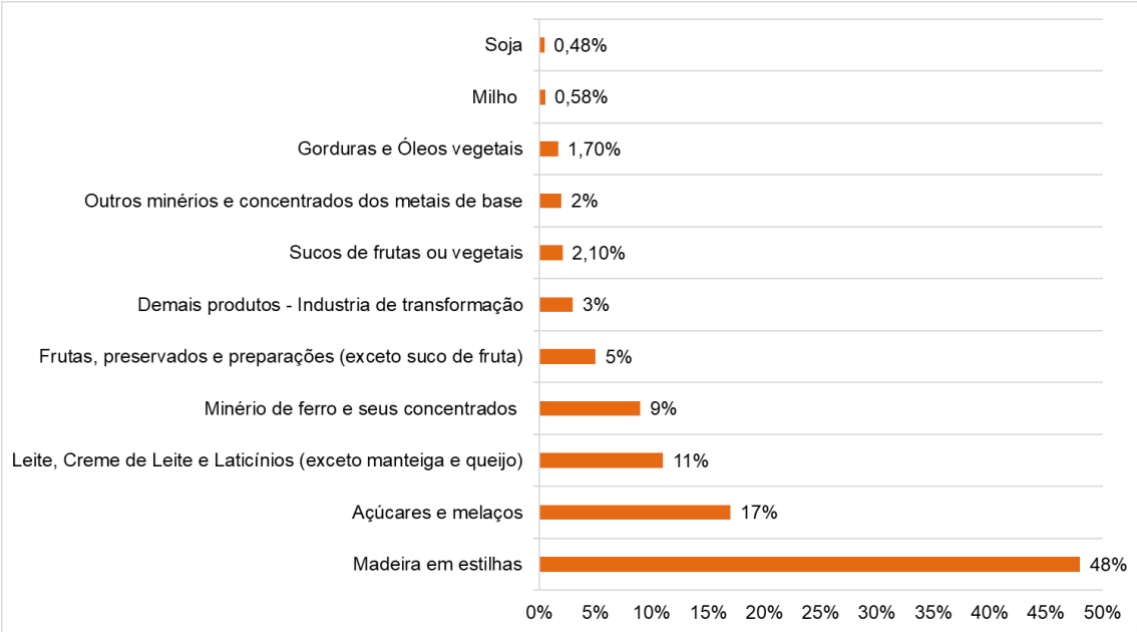
\*Dados de 2024 posicionados até novembro.

Fonte: GAIA/GPPR, 2024a; 2024b. SEPLAN, 2024. Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

No que tange às exportações, os principais destinos são China, Japão, Estados Unidos, Espanha, Portugal e Venezuela e, em menor escala, Guiana Francesa, Arábia Saudita, Austrália,

Rússia e México. Por outro lado, no âmbito das importações, a Rússia ocupa a posição de principal parceiro, seguida pela China e pelos Estados Unidos.

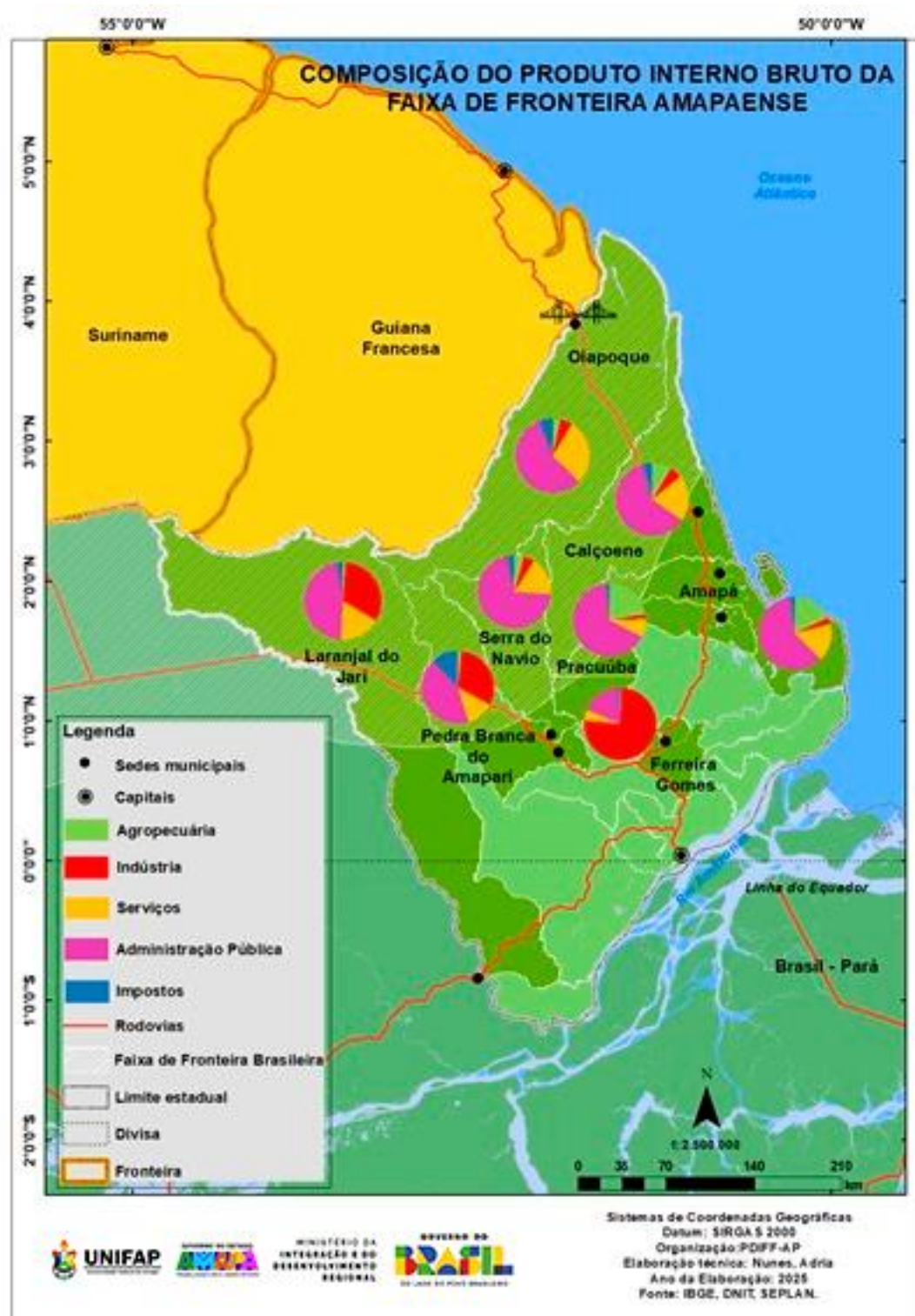
**Gráfico 15. Índices de Exportações do Amapá em 2024**



Fonte: MDIC/COMEXVIS, 2024. Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2024

Para além da análise do desempenho econômico estadual, é fundamental observar as dinâmicas produtivas na faixa de fronteira. Esse detalhamento permite identificar as potencialidades econômicas locais e compreender as especificidades territoriais que influenciam os resultados regionais. A Figura 25, apresenta a composição do Produto Interno Bruto dos municípios da faixa de fronteira do Amapá, referente a 2021, apresentando o peso dos setores da agropecuária, indústria, serviços e administração pública em cada localidade.

Figura 25. Setor produtivo na FF-AP



Organização: PDIFF-AP, 2025.

## DADOS DO SETOR PRODUTIVO NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE

A produção agropecuária e florestal nos municípios da faixa de fronteira do Amapá retrata a riqueza e a diversidade das atividades desenvolvidas no campo. As culturas

alimentares, a criação de animais e o uso dos recursos florestais — por meio do extrativismo vegetal e da silvicultura — compõem um cenário marcado, principalmente, por sistemas familiares, com pouca mecanização e forte ligação com os mercados locais. Apesar desses limites, alguns municípios já apresentam cadeias produtivas mais organizadas e tendências econômicas bem definidas, o que representa um caminho promissor para o fortalecimento sustentável da produção regional.

## AGROPECUÁRIA

### Produção Agrícola

A mandioca é a cultura alimentar mais representativa em todos os municípios da FF-AP (tabela 28). Destacam-se Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Calçoene. A fruticultura tem papel importante, sobretudo com banana e abacaxi, cujas produções mais expressivas ocorrem em Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Calçoene. Há, ainda, registros relevantes de produção de milho, feijão, arroz, melancia e cana-de-açúcar em diversos municípios, com destaque para a cana em Amapá e Pedra Branca do Amapari.

**Tabela 28.** Produção Agrícola em 2023 por municípios da FF-AP (Principais Culturas)

| Município                  | Mandioca<br>(t) | Banana<br>(t) | Abacaxi (mil<br>frutos) | Soja<br>(t) | Cana<br>(t) | Milho<br>(t) | Valor total<br>estimado<br>(R\$ x 1000) |
|----------------------------|-----------------|---------------|-------------------------|-------------|-------------|--------------|-----------------------------------------|
| Oiapoque                   | 12.355          | 1.987         | 350                     | –           | 314         | 16           | R\$ 12.598                              |
| Pedra Branca do<br>Amapari | 9.263           | 1.320         | 982                     | 816         | 570         | 158          | R\$ 10.904                              |
| Laranjal do Jari           | 8.871           | 1.380         | 843                     | –           | 285         | 192          | R\$ 9.853                               |
| Calçoene                   | 5.120           | 542           | 625                     | –           | –           | 94           | R\$ 5.329                               |
| Serra do Navio             | 4.305           | 983           | 475                     | –           | –           | 83           | R\$ 5.332                               |
| Pracuúba                   | 3.420           | 795           | 330                     | –           | –           | 67           | R\$ 4.060                               |
| Ferreira Gomes             | 3.050           | 605           | 512                     | 1.988       | –           | 95           | R\$ 6.086                               |
| Amapá                      | 1.960           | 296           | 154                     | –           | 1.978       | 32           | R\$ 2.796                               |

Fonte: Produção Agrícola Municipal 2023 (IBGE, 2024). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

### Pecuária

A pecuária bovina e bubalina possui relevância econômica, com destaque para o município de Amapá, que concentra o maior rebanho bubalino e bovino da FF-AP (tabela 29). Outros municípios com destaque são Calçoene e Pracuúba, ambos com rebanhos bubalinos superiores a 8 mil cabeças. Os rebanhos são majoritariamente voltados ao mercado local e de subsistência.

**Tabela 29.** Rebanhos Bovinos e Bubalinos por municípios da FF-AP (2023)

| Município | Bovinos (cabeças) | Bubalinos (cabeças) |
|-----------|-------------------|---------------------|
| Amapá     | 12.900            | 35.765              |



|                         |       |       |
|-------------------------|-------|-------|
| Calçoene                | 3.645 | 8.821 |
| Laranjal do Jari        | 3.010 | 1.121 |
| Pracuúba                | 2.887 | 8.722 |
| Oiapoque                | 1.728 | 1.270 |
| Pedra Branca do Amapari | 924   | 73    |
| Ferreira Gomes          | 615   | 4.915 |
| Serra do Navio          | 467   | 38    |

Fonte: Produção da Pecuária Municipal 2023 (IBGE, 2024). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025

A produção de leite é significativa em vários municípios (tabela 30), sobretudo no município de Amapá, que possui a maior produção de leite, com 1,39 milhão de litros produzidos, equivalente a R\$ 4,6 milhões, seguido por Calçoene, Pracuúba, Oiapoque e Laranjal do Jari.

**Tabela 30.** Produção de Leite Bovino por município da FF-AP (2023)

| Município               | Volume produzido (litros) | Valor estimado |
|-------------------------|---------------------------|----------------|
| Amapá                   | 1.396.000                 | R\$ 4.606.000  |
| Calçoene                | 267.000                   | R\$ 854.000    |
| Pracuúba                | 214.000                   | R\$ 684.000    |
| Oiapoque                | 205.000                   | R\$ 861.000    |
| Laranjal do Jari        | 182.000                   | R\$ 583.000    |
| Ferreira Gomes          | 88.000                    | R\$ 282.000    |
| Pedra Branca do Amapari | 53.000                    | R\$ 200.000    |
| Serra do Navio          | 31.000                    | R\$ 100.000    |

Fonte: Produção da Pecuária Municipal 2023 (IBGE, 2024). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

Os dados da Produção da Pecuária Municipal 2023, demonstram que a avicultura é comum em todos os municípios, com predomínio de criações familiares voltadas ao consumo local. A suinocultura e a caprinocultura também estão presentes, mas com menor expressão econômica (IBGE, 2024).

## Aquicultura

A aquicultura é um dos setores mais promissores da agropecuária na FF-AP. Os municípios de Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari e Oiapoque lideram a produção de peixes como tambaqui, pirapitinga e tilápia. O crescimento desse setor é facilitado pela disponibilidade hídrica, conhecimento tradicional, sistemas de viveiros escavados e, em menor escala, investimentos na produção de alevinos.

**Tabela 31.** Produção Aquícola dos municípios da FF-AP (2023)

| Município | Tambaqui (kg) | Tambacu/ Tambatinga (kg) | Tilápia (kg) | Pirapitinga (kg) | Pirarucu (kg) | Valor total estimado |
|-----------|---------------|--------------------------|--------------|------------------|---------------|----------------------|
|-----------|---------------|--------------------------|--------------|------------------|---------------|----------------------|



|                                |        |        |        |        |       |               |
|--------------------------------|--------|--------|--------|--------|-------|---------------|
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 84.620 | –      | –      | 60.351 | –     | R\$ 1.884.620 |
| <b>Ferreira Gomes</b>          | 62.935 | 40.211 | 22.506 | –      | –     | R\$ 1.568.360 |
| <b>Laranjal do Jari</b>        | 53.846 | 30.582 | –      | 21.586 | –     | R\$ 1.438.310 |
| <b>Oiapoque</b>                | 47.520 | –      | –      | –      | 6.895 | R\$ 1.027.740 |
| <b>Amapá</b>                   | 38.233 | 17.110 | –      | –      | –     | R\$ 769.100   |
| <b>Calçoene</b>                | –      | 18.562 | –      | –      | –     | R\$ 269.150   |
| <b>Serra do Navio</b>          | –      | 7.123  | 15.620 | –      | –     | R\$ 256.610   |

Fonte: Produção da Pecuária Municipal 2023 (IBGE, 2024). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

## CADEIA FLORESTAL

### Extração de produtos florestais – Madeira

A extração de madeira em tora, lenha e carvão vegetal é bastante representativa em Laranjal do Jari e Oiapoque, com volumes superiores a 90 mil m<sup>3</sup> de tora por município (tabela 32). A produção é feita com base em florestas nativas, sem uso de silvicultura nos municípios, o que indica a necessidade de manejo sustentável e controle ambiental.

**Tabela 32.** Produção de madeira por tipo e município da FF-AP (2023)

| Município                      | Carvão vegetal (t) | Valor       | Lenha (m <sup>3</sup> ) | Valor         | Madeira em tora (m <sup>3</sup> ) | Valor         |
|--------------------------------|--------------------|-------------|-------------------------|---------------|-----------------------------------|---------------|
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 115                | R\$ 460.000 | 42.702                  | R\$ 632.000   | 65.845                            | R\$ 3.766.000 |
| <b>Oiapoque</b>                | 98                 | R\$ 338.000 | 68.340                  | R\$ 1.476.000 | 93.899                            | R\$ 6.213.000 |
| <b>Laranjal do Jari</b>        | 81                 | R\$ 267.000 | 69.180                  | R\$ 1.093.000 | 133.271                           | R\$ 6.170.000 |
| <b>Calçoene</b>                | 68                 | R\$ 203.000 | 39.810                  | R\$ 525.000   | 35.374                            | R\$ 1.832.000 |
| <b>Serra do Navio</b>          | 65                 | R\$ 196.000 | 36.344                  | R\$ 526.000   | 37.806                            | R\$ 1.961.000 |
| <b>Ferreira Gomes</b>          | 52                 | R\$ 149.000 | 31.732                  | R\$ 524.000   | 36.331                            | R\$ 1.969.000 |
| <b>Pracuúba</b>                | 42                 | R\$ 168.000 | 31.967                  | R\$ 505.000   | 17.297                            | R\$ 890.000   |
| <b>Amapá</b>                   | 32                 | R\$ 95.000  | 16.955                  | R\$ 251.000   | 7.794                             | R\$ 425.000   |

Fonte: Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2023 (IBGE, 2024). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

### Produtos não madeireiros

O açaí é um produto extrativo importante em todos os municípios, tanto para consumo próprio quanto para comercialização. Em termos de volume e valor, Calçoene, Oiapoque e Laranjal do Jari possuem a maior produção na FF-AP (Tabela 33). A atividade tem forte vínculo com comunidades tradicionais e representa uma alternativa sustentável com potencial para agregação de valor por meio de beneficiamento e agroindustrialização.

**Tabela 33.** Produção de açaí em fruto por município da FF-AP (2023)

| Município               | Produção (toneladas) | Valor estimado |
|-------------------------|----------------------|----------------|
| Calçoene                | 218                  | R\$ 654.000    |
| Oiapoque                | 154                  | R\$ 500.000    |
| Laranjal do Jari        | 141                  | R\$ 443.000    |
| Serra do Navio          | 134                  | R\$ 375.000    |
| Pedra Branca do Amapari | 113                  | R\$ 327.000    |
| Ferreira Gomes          | 62                   | R\$ 186.000    |
| Amapá                   | 51                   | R\$ 103.000    |
| Pracuúba                | 41                   | R\$ 115.000    |

Fonte: Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2023 (IBGE, 2024). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

Apesar de não existirem dados da produção de cacau, castanha-do-brasil e sementes oleaginosas, como andiroba e pracaxi, por município do estado do Amapá, em trabalho de campo observou-se que, em sua maioria, esses produtos são importantes fontes de renda para comunidades tradicionais, visto que existem cooperativas e associações voltadas ao extrativismo (quadro 8). Em 2023, de acordo com dados do IBGE (2024), o município de Laranjal do Jari produziu 74 toneladas de castanha-do-Brasil, com valor de produção de R\$ 245 mil, o que pode estar associado à presença de cooperativas e associações voltadas à extração e ao beneficiamento da castanha.

**Quadro 8.** Entidades Extrativistas na Faixa de Fronteira

| Atividade                                                                    | Local                                     | Instituição                                                                                       |
|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Beneficiamento e venda do óleo e da amêndoa da Castanha da Amazônia</b>   | Laranjal do Jari – RDS Rio Iratapuru      | Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU)                        |
| <b>Beneficiamento e venda de biscoitos e bombons da Castanha da Amazônia</b> | Laranjal do Jari – RESEX Cajari           | Associação de Mulheres do Alto Cajari (AMAC)                                                      |
| <b>Extrativismo de castanha</b>                                              | Laranjal do Jari – RESEX Cajari           | Associação mista de trabalhadores da Reserva agroextrativista da reserva do Rio Cajari (ASTEX-CA) |
| <b>Extrativismo de oleaginosas para produção de cosméticos</b>               | Floresta Estadual do Amapá - Rio Araguari | Associação das Mulheres Extrativistas Sementes do Araguari                                        |
| <b>Extrativismo de cacau</b>                                                 | Oiapoque - Rio Cassiporé                  | Cooperativa Cassiporé                                                                             |
| <b>Extrativismo de cacau e produção de geleias</b>                           | Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio  | Cooperativa de Cacau do Amapá.                                                                    |
| <b>Extrativismo de açaí</b>                                                  | Calçoene                                  | Cooperativa dos produtores de Açaí e extrativistas de Calçoene- Açaí Sabor                        |

Fonte: Trabalho de Campo, 2023-2024. Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

## Silvicultura

Em meio à diversidade produtiva da FF-AP, Ferreira Gomes se destaca como o único município da região a investir de forma estruturada na silvicultura. Com uma área plantada de 36.097 hectares, praticamente toda dedicada ao cultivo de eucalipto, o município consolidou uma base florestal voltada à indústria. Em 2023, de acordo com dados do IBGE (2024), foram produzidos 416.206 m³ de madeira em tora, dos quais 366.044 m³ seguiram para a cadeia de papel e celulose. Essa atividade gerou um valor expressivo de R\$ 61,4 milhões, sendo 88% desse total ligado à produção de celulose. Trata-se do maior volume econômico individual entre todas as cadeias produtivas da FF-AP, indicando não apenas o peso da silvicultura na economia local, mas também o potencial de Ferreira Gomes como polo florestal-industrial sustentável no Amapá.

## EXTRAÇÃO MINERAL

A produção mineral nos municípios da FF-AP, em 2022, demonstra uma atividade diversificada, com destaque para a extração de ouro, tântalo, areia, granito e cascalho (tabela 34). Calçoene se destaca como principal produtor de minérios metálicos, com mais de 56 mil toneladas de ouro bruto e 38 mil toneladas de tantalita, o que indica o cumprimento de um papel estratégico nesse setor.

Já Ferreira Gomes lidera em volume, com grande produção de granito e areia, voltada à construção civil. Oiapoque e Laranjal do Jari também contribuem com a extração de areia e rochas britadas, enquanto Pedra Branca do Amapari registra produção pontual de ouro e Serra do Navio mantém atividade de manganês, com alto teor contido de minério (24%). Esses dados mostram que, embora concentrada em alguns municípios, a mineração representa uma frente importante da economia local, com potencial para crescimento e geração de emprego e renda.

**Tabela 34.** Produção mineral por municípios da FF-AP, ano-base 2022

| Município        | Substância RAL | Substância agrupadora        | Produção bruta de minério (t) | Contido      | Teor contido minério |
|------------------|----------------|------------------------------|-------------------------------|--------------|----------------------|
| CALÇOENE         | OURO           | Ouro                         | 56.855,83                     | 379.316,4 g  | 6,67 g/t             |
| CALÇOENE         | TANTALITA      | Tântalo                      | 38.659,02                     | 18.636,96 kg | 0,48 kg/t            |
| FERREIRA GOMES   | AREIA          | Areia                        | 219.785,59                    | -            | -                    |
| FERREIRA GOMES   | GRANITO        | Rochas (Britadas) e Cascalho | 687.538,70                    | -            | -                    |
| LARANJAL DO JARI | AREIA          | Areia                        | 1.530,21                      | -            | -                    |
| LARANJAL DO JARI | CASCALHO       | Rochas (Britadas) e Cascalho | 4.833,15                      | -            | -                    |

|                                |                     |                              |          |        |         |
|--------------------------------|---------------------|------------------------------|----------|--------|---------|
| <b>OIAPOQUE</b>                | AREIA               | Areia                        | 7.265,30 | -      | -       |
| <b>OIAPOQUE</b>                | CASCALHO            | Rochas (Britadas) e Cascalho | 5.937,00 | -      | -       |
| <b>OIAPOQUE</b>                | GRANITO             | Rochas (Britadas) e Cascalho | 76,00    | -      | -       |
| <b>PEDRA BRANCA DO AMAPARI</b> | MINÉRIO DE OURO     | Ouro                         | 1,69     | -      | -       |
| <b>SERRA DO NAVIO</b>          | MINÉRIO DE MANGANÊS | Manganês                     | 1,00     | 0,24 t | 24,00 % |

Fonte: ANM/Relatórios Anuais de Lavras (2023). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

A análise dos dados da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) entre 2019 e 2024 reforça a relevância econômica da mineração para alguns municípios da faixa de fronteira (Tabela 35). A CFEM é um tributo pago pelas empresas mineradoras para compensar os impactos da atividade extrativa nos municípios produtores.

Pedra Branca do Amapari concentrou a maior parte da arrecadação até 2022, superando os R\$ 9 milhões anuais, enquanto Calçoene e Ferreira Gomes apresentaram repasses menores, mas significativos e constantes ao longo dos anos. Já os demais municípios tiveram valores baixos ou irregulares, indicando desigualdade na distribuição dos benefícios econômicos da atividade mineral na região.

**Tabela 35.** Valores arrecadados com a CFEM pelos municípios da FF-AP (2019–2024)

| Município                      | Total Arrecadado (R\$) |              |              |              |            |            |
|--------------------------------|------------------------|--------------|--------------|--------------|------------|------------|
|                                | 2019                   | 2020         | 2021         | 2022         | 2023       | 2024       |
| <b>Amapá</b>                   | -                      | -            | -            | -            | -          | 179,14     |
| <b>Calçoene</b>                | 128.797,88             | 195.202,06   | 535.005,00   | 197.792,70   | 5.822,26   | 8.593,45   |
| <b>Ferreira Gomes</b>          | 74.633,54              | 147.978,79   | 213.179,94   | 235.434,95   | 96.021,09  | 207.015,83 |
| <b>Laranjal do Jari</b>        | 1.557,21               | 947,14       | 285,86       | 3.315,20     | 3.131,80   | 1.761,28   |
| <b>Oiapoque</b>                | 3.873,49               | 2.255,19     | 7.832,72     | 5.630,93     | 10.485,35  | 18.621,95  |
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 9.017.869,66           | 9.698.109,20 | 7.073.001,34 | 5.356.033,50 | 216.987,72 | 16.305,73  |
| <b>Serra do Navio</b>          | -                      | -            | -            | -            | -          | 37.080,44  |

Fonte: Agência Nacional de Mineração (2025). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

Importante destacar a presença de garimpos nos municípios de Oiapoque, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Calçoene. Existem 14 cooperativas ligadas ao garimpo em todo o Amapá, das quais 11 estão ativas. Em 2018, foi fundada a Federação das Cooperativas de Mineração do Estado do Amapá. Atualmente, o Garimpo do Lourenço, em Calçoene, está legalizado perante a Agência Nacional de Mineração (Costa *et al.*, 2020).

Contudo, no norte da Amazônia, especialmente na região conhecida como Escudo das Guianas, há forte presença da atividade garimpeira ilegal. A presença de garimpos ilegais representa risco para as comunidades tradicionais e para o meio ambiente (Costa *et al.*, 2020).

## SERVIÇOS

O setor de serviços na FF-AP é impulsionado principalmente pela renda proveniente do funcionalismo público, sendo responsável por mais de 75% do PIB em municípios como Amapá, Calçoene, Pracuúba e Serra do Navio (Tabela 36). Nessas localidades, a economia gira em torno de pequenos comércios voltados ao consumo básico da população, com baixa diversificação.

Em Oiapoque, a combinação dos setores de serviços e administração pública representam 85,1% do PIB do município. A inauguração da Ponte Binacional Franco-Brasileira, em 2017, impulsionou o comércio local com o aumento da circulação de bens e pessoas. Em municípios como Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari, o setor terciário também é expressivo, mas divide espaço com atividades industriais e extrativistas, indicando maior equilíbrio na estrutura econômica. Já em Ferreira Gomes, os serviços e a administração pública somam apenas 22,4% do PIB municipal, refletindo o predomínio do setor industrial.

De forma geral, o setor serviços segue com baixa diversidade, mas apresenta potencial de expansão, especialmente onde há infraestrutura instalada e cadeias produtivas mais consolidadas.

**Tabela 36.** Percentual do Setor de Serviços no PIB dos municípios da FF-AP (2021)

| Município                      | Agropecuária | Indústria | Serviços | Administração Pública |
|--------------------------------|--------------|-----------|----------|-----------------------|
| <b>Oiapoque</b>                | 3,42%        | 5,29%     | 28,53%   | 56,60%                |
| <b>Calçoene</b>                | 8,68%        | 5,38%     | 20,57%   | 61,09%                |
| <b>Laranjal do Jari</b>        | 1,17%        | 32,34%    | 17,34%   | 46,27%                |
| <b>Serra do Navio</b>          | 4,26%        | 4,78%     | 17,00%   | 70,48%                |
| <b>Amapá</b>                   | 17,91%       | 2,88%     | 16,83%   | 59,85%                |
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 1,57%        | 31,35%    | 12,31%   | 42,53%                |
| <b>Pracuúba</b>                | 22,42%       | 2,08%     | 8,08%    | 65,82%                |
| <b>Ferreira Gomes</b>          | 0,56%        | 75,91%    | 4,85%    | 17,52%                |

Fonte: SEPLAN, 2023. Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

## EMPREGO E RENDA

Dados do IBGE (2024) referentes a 2022 apontam para um mercado de trabalho caracterizado por alta informalidade, baixa diversificação setorial e dependência de atividades primárias ou do setor público, com variações importantes entre os municípios. Nesse cenário, a

elevada taxa de informalidade pode mascarar a real dinâmica econômica local, dificultando o planejamento de políticas públicas eficazes e a promoção de inclusão produtiva.

Municípios como Pracuúba (7,76%), Amapá (9,28%) e Serra do Navio (10,08%) apresentam os menores níveis de formalização, com uma proporção pequena de trabalhadores com vínculo empregatício em relação à população ocupada. Já Ferreira Gomes (15,2%) é o município com maior taxa de formalização, reflexo da presença de empreendimentos industriais.

A estrutura setorial do emprego formal indica diferentes perfis econômicos. Calçoene, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio concentram a maior parte dos vínculos formais na indústria, indicando economias voltadas à geração de energia e a mineração. Por outro lado, Oiapoque, Laranjal do Jari e Pracuúba mostram maior peso no setor de serviços, embora com níveis variados de urbanização e estrutura comercial. Enquanto o município de Amapá possui maior peso do setor agropecuário (tabela 37).

**Tabela 37.** Percentual de Empregados Formais por Setor – Municípios da FF-AP (2024)

| Município                      | Agropecuária (%) | Indústria (%) | Serviços (%) | Destaque econômico     |
|--------------------------------|------------------|---------------|--------------|------------------------|
| <b>Amapá</b>                   | 29,6%            | 2,5%          | 15,6%        | Agropecuária           |
| <b>Calçoene</b>                | 8,4%             | 25,2%         | 5,5%         | Indústria              |
| <b>Ferreira Gomes</b>          | 2,2%             | 55,6%         | 25,1%        | Indústria              |
| <b>Laranjal do Jari</b>        | 3,1%             | 6,9%          | 26,9%        | Serviços               |
| <b>Oiapoque</b>                | 0%               | 10,5%         | 23,8%        | Serviços               |
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 3,2%             | 41,5%         | 34,9%        | Indústria              |
| <b>Pracuúba</b>                | 14,3%            | 0%            | 21,4%        | Agropecuária/ Serviços |
| <b>Serra do Navio</b>          | 0%               | 45,7%         | 27,2%        | Indústria              |

Fonte: RAIS/MTE, 2025. Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

Quanto ao salário médio mensal, os valores variam entre 1,8 e 3,2 salários mínimos, sendo Pedra Branca do Amapari o município com maior remuneração média, provavelmente influenciado pela mineração. Já Pracuúba apresenta a menor média salarial, reforçando a fragilidade do mercado formal.

**Tabela 38.** Indicadores do Mercado de Trabalho Formal (2022)

| Município               | Estabelecimentos | Pessoal ocupado | Ocupados assalariados | % Formalização | Salário médio (SM) | Remuneração total (R\$ mil) |
|-------------------------|------------------|-----------------|-----------------------|----------------|--------------------|-----------------------------|
| <b>Amapá</b>            | 145              | 737             | 648                   | 9,28%          | 1,9                | 18.790                      |
| <b>Calçoene</b>         | 319              | 1.226           | 944                   | 11,55%         | 1,9                | 25.810                      |
| <b>Ferreira Gomes</b>   | 153              | 1.013           | 891                   | 15,20%         | 2,8                | 38.741                      |
| <b>Laranjal do Jari</b> | 843              | 4.037           | 3.230                 | 11,50%         | 2,2                | 114.254                     |
| <b>Oiapoque</b>         | 992              | 3.376           | 2.459                 | 12,28%         | 1,9                | 70.611                      |

|                                |     |       |       |        |     |         |
|--------------------------------|-----|-------|-------|--------|-----|---------|
| <b>Pedra Branca do Amapari</b> | 268 | 1.474 | 1.228 | 11,47% | 3,2 | 116.912 |
| <b>Pracuúba</b>                | 51  | 295   | 264   | 7,76%  | 1,8 | 7.758   |
| <b>Serra do Navio</b>          | 105 | 471   | 403   | 10,08% | 2,2 | 15.275  |

Fonte: Cadastro Central de Empresas 2022 (IBGE, 2024). Organização e Elaboração: PDIFF-AP, 2025.

## A exploração de petróleo na bacia da foz do Amazonas

A região da foz Amazonas pode conter até 10 bilhões de barris de petróleo recuperáveis, com estimativa de 23,1 bilhões de barris *in place* (EPE, 2024). Esses números posicionam-na como estratégia essencial para a segurança energética nacional e ativo relevante no mercado internacional da matéria-prima.

Em termos de viabilidade econômica, o caso da Guiana é frequentemente utilizado como comparativo: no Bloco *Stabroek*, reservas estimadas em 11 bilhões de barris atraíram investimentos de mais de US\$30 bilhões, refletindo o interesse de grandes operadoras (HESS Corporation, 2023). Geologicamente, a Foz do Amazonas compartilha características com as bacias vizinhas da região das Guianas e da costa oeste da África (EPE, 2024).

Em um cenário positivo, há a expectativa de impactos substanciais no PIB, aumento de arrecadação e criação de milhares de empregos. No Amapá, projeta-se que a produção de 100 mil barris por dia levaria a um crescimento de R\$10,7 bilhões do PIB e à geração de 53,9 mil empregos (diretos e indiretos), com base no Observatório Nacional da Indústria.

A exploração, no entanto, enfrenta uma série de desafios técnicos e ambientais. O IBAMA tem destacado a necessidade de estudos mais aprofundados e medidas rigorosas de proteção ambiental. Na região há a presença de ecossistemas sensíveis. Em caso de vazamento, há dificuldade de acesso rápido, dada a distância da costa (280 a 320 km) e as correntes marítimas que difundiriam o óleo. Em síntese, o sucesso da experiência depende do atendimento às exigências ambientais e de infraestrutura de apoio emergencial.

## AS INTER-RELAÇÕES DO SETOR PRODUTIVO NA FF-AP

### Região dos Lagos

Os municípios da FF-AP que compõem a chamada Região dos Lagos — Amapá, Calçoene e Pracuúba — compartilham uma dinâmica produtiva marcada pela presença da agropecuária e do extrativismo, elevada informalidade no mercado de trabalho e interdependência econômica, especialmente em relação à sede municipal de Amapá. Esta concentra infraestruturas essenciais, como casas lotéricas, agências bancárias, mercados de maior porte, um polo da UEAP e a principal ligação de transporte intermunicipal, funcionando como núcleo de serviços e circulação de pessoas e mercadorias.



Apesar das limitações de infraestrutura e dos desafios fundiários e ambientais — como os conflitos relacionados à Reserva Biológica do Lago Piratuba (REBIO Piratuba) e práticas predatórias como queimadas e caça —, os três municípios mantêm uma conectividade socioeconômica com a presença de cooperativas extrativistas e programas de incentivo à agricultura familiar. A integração regional pode ser ampliada por meio de investimentos em logística, regularização fundiária e políticas públicas voltadas à agregação de valor, inclusão produtiva e bioeconomia.

### **Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio**

Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio apresentam trajetórias econômicas distintas, embora compartilhem vínculos produtivos e territoriais. Pedra Branca do Amapari consolidou-se como um dos principais polos de mineração da FF-AP, com destaque para a extração de ouro e minério de ferro. Entre 2019 e 2022, o município acumulou valores expressivos de CFEM, superiores a R\$ 9 milhões por ano, embora os repasses tenham caído a partir de 2023. Essa arrecadação permitiu impulsionar setores como construção civil e serviços, reforçando um processo de urbanização e crescimento econômico. O município também dispõe de uma estrutura modesta, mas funcional, de hospedagem e alimentação, voltada especialmente para profissionais da mineração, agentes públicos e visitantes em trânsito pela BR-210.

Serra do Navio, por sua vez, tem enfrentado limitações no aproveitamento de seu potencial extrativista, apesar da presença de manganês e madeira. Ainda assim, observa-se algum dinamismo produtivo, com destaque para a extração florestal, a aquicultura e o extrativismo de produtos como açaí. Além disso, o município possui considerável potencial turístico, especialmente para o ecoturismo e o turismo de base comunitária, em função de sua paisagem natural, trilhas ecológicas, cachoeiras e da história vinculada ao ciclo do manganês.

Essa assimetria econômica cria uma relação de complementariedade entre os dois municípios. Pedra Branca do Amapari, com maior infraestrutura urbana e acesso a serviços, funciona como referência regional, concentrando serviços de saúde, segurança, educação à distância e finanças, dos quais parte da população de Serra do Navio depende para atendimento e suporte.

### **Oiapoque e Guiana Francesa**

A valorização do euro em relação ao real impacta diretamente as dinâmicas econômicas em Oiapoque. Nesse cenário, as relações comerciais com a Guiana Francesa despertam interesse de ambos os lados da fronteira. A ponte binacional, inaugurada em 2017, foi construída com o

objetivo de facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias. No entanto, autoridades brasileiras apontam uma utilização assimétrica da estrutura, com predominância do tráfego de veículos provenientes do lado francês. Obstáculos como a exigência de visto, a falta de reciprocidade nas permissões de entrada e o alto custo do seguro veicular internacional, cobrado em euros, limitam o acesso de brasileiros à Guiana Francesa.

Em 2023, durante o Conselho do Rio, foi discutido o fluxo de mercadorias entre os dois países. Reconheceu-se a assimetria comercial e as dificuldades provocadas por exigências regulatórias de ambos os lados. Apesar do baixo volume de mercadorias, o fluxo de pessoas tem aumentado consideravelmente (CMT, 2023).

Em 2024, foi retomada a emissão da carteira de circulação transfronteiriça, que permite a brasileiros residentes em Oiapoque ingressar em *Saint-Georges-de-l'Oyapock* sem visto, por até 72 horas. Contudo, devido à burocracia para obtenção de vistos e ao custo do seguro veicular, muitos brasileiros ainda optam por atravessar de forma irregular, por meio das catraias (Brasil, 2024).

No setor produtivo, foram registrados avanços nas relações bilaterais. Representantes da Guiana Francesa participaram da 52ª Expofeira Agropecuária em Macapá, apresentando projetos de cooperação. Em julho de 2024, foi realizada a primeira Feira Binacional de Oiapoque, promovendo articulações entre empresários dos dois lados. Nesse mesmo mês, o Amapá efetivou sua primeira exportação de madeira legalizada para a Guiana Francesa, após longas negociações envolvendo certificação e logística (SEBRAE, 2024).

Por fim, destaca-se a ausência de estruturas federais de controle na fronteira brasileira. Há expectativa para a instalação de um posto da Polícia Federal em Oiapoque, embora ainda sem data definida para sua implementação.

### **Laranjal do Jari e Monte Dourado**

Laranjal do Jari possui limite com Monte Dourado, no Pará, com o qual mantém uma relação dinâmica e de constante intercâmbio. Durante anos, Laranjal do Jari funcionou como “cidade dormitório” para Monte Dourado (distrito de Almeirim/Pará), devido à presença da fábrica Jari Celulose, que, em seu auge, foi o maior empreendimento de celulose do Amapá.

Com o fechamento das atividades da fábrica, a dinâmica entre as duas cidades se inverteu. Hoje, Laranjal do Jari exerce maior influência sobre Monte Dourado, possuindo uma infraestrutura mais desenvolvida e um contingente econômico superior. A divisa entre os estados do Amapá e do Pará é marcada por essa relação, embora as condições logísticas sejam prejudicadas pela infraestrutura da estrada. A rota é amplamente utilizada para o transporte de

mercadorias entre os dois estados. Em maio de 2024, o Ministério do Planejamento anunciou o estudo de viabilidade técnica para a retomada das obras da ponte sobre o Rio Jari, que pretende ligar os dois municípios por via terrestre.

## ANÁLISE SWOT/FOFA DE SETOR PRODUTIVO

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|------------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <p>Agricultura Familiar;<br/>Disponibilização de maquinários agrícolas para os agricultores;<br/>Polos do SEBRAE com atuação nos municípios da FF-AP;<br/>Índices pluviométricos favoráveis à agricultura;<br/>Atividades de mineração e potencial de exploração mineral;<br/>Certificação de produtos locais;<br/>Atividades de pesca artesanal e extrativismo pesqueiro;<br/>Pecuária;<br/>Atuação de Associações e Sindicato Rural;<br/>Carteira de circulação transfronteiriça em <i>Saint-Georges-de-l'Oyapock</i>;<br/>Realização da Feira Binacional</p>                                                                                                                                             | <p>PONTOS FRACOS</p> <p>Elevado percentual da população no CadÚnico;<br/>Oferta limitada de formação técnica e continuada nas comunidades rurais;<br/>Morosidade na regulação fundiária;<br/>Número insuficiente de profissionais de assistência técnica e extensão rural;<br/>Baixo nível de industrialização e agregação de valor à produção local;<br/>Instabilidade no sistema de fornecimento de energia elétrica nas zonas rurais e remotas;<br/>Custos logísticos elevados devido à precariedade da infraestrutura de transporte;<br/>Ausência de mercados municipais para comercialização direta da produção;</p> |
|                  | OPORTUNIDADES | <p>Ampliação de programas de incentivo à agricultura familiar e ao extrativismo sustentável;<br/>Valorização de produtos locais com o selo de origem "Selo Amapá";<br/>Campanhas de vacinação animal promovidas pela Superintendência Federal de Agricultura (SFA/MAPA);<br/>Exploração sustentável do potencial madeireiro com certificação (selo de madeira legal);<br/>Verticalização da cadeia do cacau, mandioca e banana com foco em industrialização e acesso a mercados;<br/>Criação e fortalecimento de viveiros para piscicultura;<br/>Desenvolvimento da pesca industrial e da cadeia de valor do pescado;<br/>Desenvolvimento de tecnologias para aprimoramento da coleta, beneficiamento e</p> | <p>AMEAÇAS</p> <p>Conflitos Fundiários;<br/>Mudanças climáticas;<br/>Exploração ilegal de recursos naturais</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| FATORES EXTERNOS |               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

### Carteira de projetos para Setor Produtivo

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                                                                       | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                                                      | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| Fomento para criação de redes solidárias da Faixa de Fronteira, a fim de fortalecer as capacidades de organização, gestão e autonomia econômica de comunidades                                                            | SISTEMA S; MTE; MDS; BASA, IFES, ONGs, OSCs; SMDS; SMTR; SME; MDA; Prefeituras e secretarias municipais; Associações; Cooperativas; Sindicatos; Grupos produtivos; Comerciantes e empreendedores locais; | Toda a FF-AP                                          |
| Centro-Escola Agroflorestal de formação técnica em Agricultura Sustentável                                                                                                                                                | IFES; SEED/AP; Sindicato Rural; Secretarias Municipais de Educação; DIAGRO/AP; RURAP; Secretarias Municipais de Agricultura; SENAR/AP; EMBRAPA;                                                          | Toda a FF-AP                                          |
| Programa de apoio técnico para auxiliar no CAF e as políticas de inclusão produtiva                                                                                                                                       | AFAP; Sindicato Rural; INCRA/AP; RURAP; EMBRAPA; IFES; ONGs;                                                                                                                                             | Toda a FF-AP                                          |
| Aquisição e manutenção de veículos abertos e fechados para o escoamento de produção                                                                                                                                       | DIAGRO/AP; RURAP; Secretarias Municipais de Agricultura; MIDR; MDA; EMBRAPA; RURAP;                                                                                                                      | Toda a FF-AP                                          |
| Implementação de assistência técnica e extensão rural                                                                                                                                                                     | IFES; SEED/AP; Sindicato Rural; Secretarias Municipais de Educação; DIAGRO/AP; RURAP; Secretarias Municipais de Agricultura; SENAR/AP; EMBRAPA;                                                          | Todas as comunidades geograficamente remotas da FF-AP |
| Construção de Mercado Municipal para comercialização dos produtores locais                                                                                                                                                | Sindicato Rural; Secretarias Municipais de Agricultura; MDIR; DIAGRO/AP; RURAP; EMBRAPA; AFAP                                                                                                            | Oiapoque, Laranjal do Jari, Ferreira Gomes e Pracuúba |
| Linha de crédito para apoio a startups nas cidades da Faixa de Fronteira através de apoio técnico e financeiro. As startups alvo devem focar em soluções sustentáveis, inclusão produtiva e valorização de cadeias locais | SUFRAMA; SDR/AP; Secretarias Municipais de Agricultura; Associações; Cooperativas; AFAP;                                                                                                                 | Toda a FF-AP                                          |
| Apoiar assentamentos do INCRA com produção sustentável e implementar pagamento por serviços                                                                                                                               | SEMA/AP; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; INCRA/AP; RURAP; SDR/AP; Institutos;                                                                                                                   | Todos os assentamentos identificados na FF-AP         |

ambientais (PSA) a famílias  
que contribuem com a  
preservação ambiental

Estruturação das  
agroindústrias da  
Mandioca, da Banana, do  
Abacaxi, do Cacau e da  
Castanha-do-Brasil

Construção e implantação  
de um Parque Tecnológico  
de Bioeconomia

MIDR; EMBRAPA;  
SDR/AP; Secretarias  
Municipais de Agricultura;  
Associações; Cooperativas;  
MDA;

SDR/AP; DIAGRO/AP;  
RURAP; Secretarias  
Municipais de Agricultura;  
MIDR; MDA; MCid;  
EMBRAPA; RURAP.

Toda a FF-AP

Toda a FF-AP  
(Com sede na cidade de  
Amapá)

## **TURISMO**

O turismo passou a ser compreendido como prática social a partir do momento em que o ser humano começou a viajar com finalidades específicas, como o fortalecimento de laços entre nações ou a busca por rotas comerciais e especiarias. No entanto, seu desenvolvimento enquanto atividade estruturada está historicamente vinculado às transformações sociais ocorridas no século XIX (Azevedo Ito, 2008).

A partir do século XIX, houve um significativo aumento nas viagens com propósitos culturais e recreativos. Nesse período, observam-se diversas evoluções nas formas de transporte, o que contribuiu para a intensificação da prática turística, tornando as viagens mais acessíveis a parcelas mais amplas da sociedade (CNC, 2005).

O termo “turismo” se consolidou nas últimas décadas, sendo caracterizado por viagens realizadas para destinos fora do ambiente habitual com duração inferior a um ano (Organização Mundial do Turismo). De acordo com o Ministério do Turismo (MTur), o turismo é definido como uma atividade desenvolvida por até um ano, fora do habitat natural e tem diversas motivações (Glossário do Turismo, 2018).

A partir desses estímulos, o MTur desenvolveu segmentações que abrangem mais de 12 tipos de turismo, dentre eles, há o “Ecoturismo”, esse tipo de prática turística é considerado um forte potencial nos municípios da FF-AP. Esse cenário evidencia a relevância e o potencial da temática, especialmente pela relação direta do turismo com a economia e o meio ambiente. Essa interconexão reflete a diversidade de atividades associadas ao setor, o que justifica, mais uma vez, a inclusão do tema no PDIFF-AP.

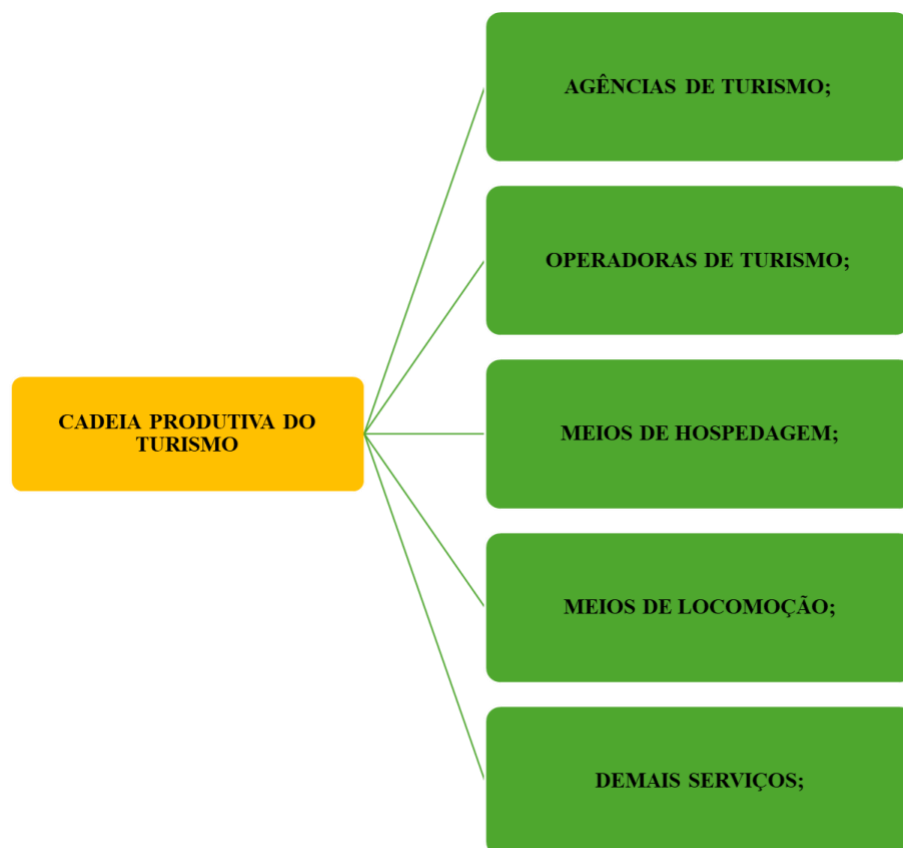
Assim como nas demais temáticas, o turismo tem em seus objetivos a identificação e o mapeamento de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças presentes na FF-AP, além da busca de relações e diálogos com setores transversais, como Infraestrutura, Meio Ambiente, Comunidades Tradicionais e Setor Produtivo.

### **DADOS TURÍSTICOS NO BRASIL**

Antes da apresentação dos dados referentes à temática turística, é importante destacar a existência da chamada “cadeia produtiva do turismo” (Figura 26), que representa a articulação entre os diversos atores envolvidos na atividade turística e os equipamentos e serviços que a viabilizam.



**Figura 26.** Cadeia produtiva do Turismo



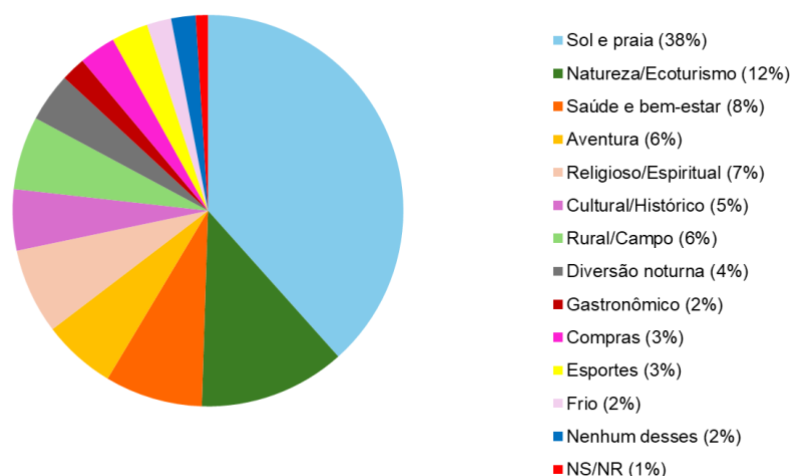
Fonte: Tomé, 2018 (*apud*) Lafis, 2016. Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2025.

Em relação aos dados, no primeiro trimestre de 2024, o Brasil registrou um crescimento significativo comparado ao ano de 2023. Entre janeiro, fevereiro e março, o país recebeu 2.530.526 turistas internacionais, valor 9,8% maior do que o registrado no mesmo período em 2023 (Embratur, 2024).

Nesse mesmo recorte, a plataforma “Panorama do Turismo” registrou que a atividade turística no Brasil teve o maior volume de receitas da década, volume aferido através das hospedagens, transportes, restaurantes e outros serviços do setor turístico (MTur, 2024).

O crescimento do turismo no Brasil evidencia a relevância do país como um destino turístico de destaque no cenário internacional. Essa importância está diretamente relacionada à ampla variedade de atrações turísticas (Gráfico 16), naturais, culturais e históricas oferecidas em seu território, bem como, a diversidade de segmentações turísticas que são buscadas e praticadas, conforme demonstrado na Tabela 39.

**Gráfico 16.** Primeira atração turística preferida dos brasileiros



Fonte: MTur (2023/2024). Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2024

**Tabela 39.** Tipos e Formas de Turismo populares no Brasil

**Ranking de turismo populares no Brasil**

|                                     |
|-------------------------------------|
| 1º- Turismo de Praia                |
| 2º- Turismo Ecológico e de Natureza |
| 3º- Turismo de Aventura             |
| 4º- Turismo de Evento               |
| 5º- Turismo Cultural                |
| 6º- Turismo Gastronômico            |
| 7º- Turismo Rural                   |

Fonte: Festival das Cataratas, 2023; MTur, 2018. Elaboração e Organização: PDIFF-AP, 2025.

**Dados de turistas internacionais**

A plataforma “Portal de Dados”, desenvolvida pela Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR), indica a entrada de turistas internacionais no Brasil. Com base nesses dados, foram analisadas a chegada de turistas internacionais no país com o recorte temporal de 4 anos (2020 a 2024) (ANEXO I).

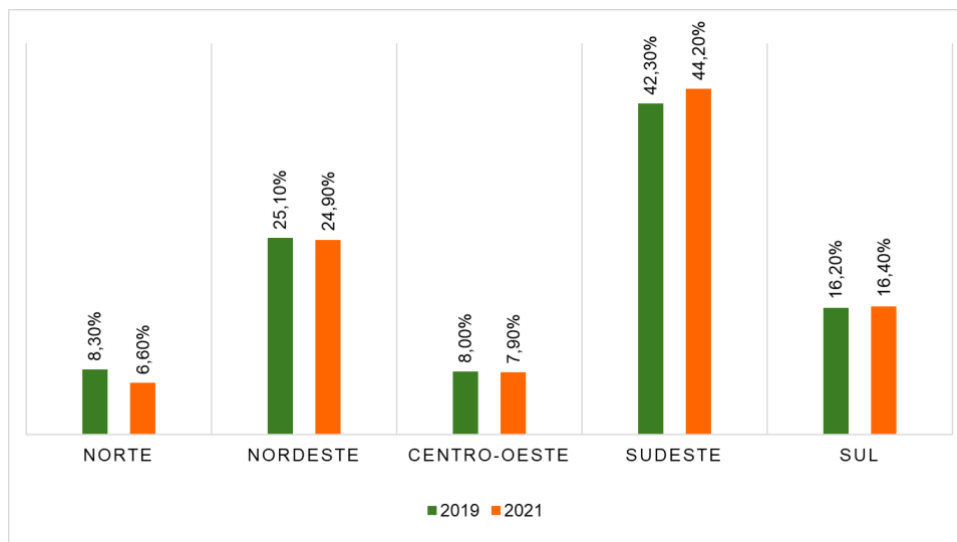
Notou-se que a região Sudeste lidera o ranking nos 4 anos consecutivos, com o estado de São Paulo. Ao focar na região Norte, ela ganha destaque no ranking a partir da décima segunda posição, liderada pelo estado do Amapá, onde permanece como o primeiro estado da região durante 4 anos consecutivos.

**Dados de turistas nacionais**

O panorama dos turistas nacionais nos anos de 2019 e 2021, apresentado no Boletim do Turismo Doméstico Brasileiro, elaborado pelo IBGE em parceria com o MTur, destaca o

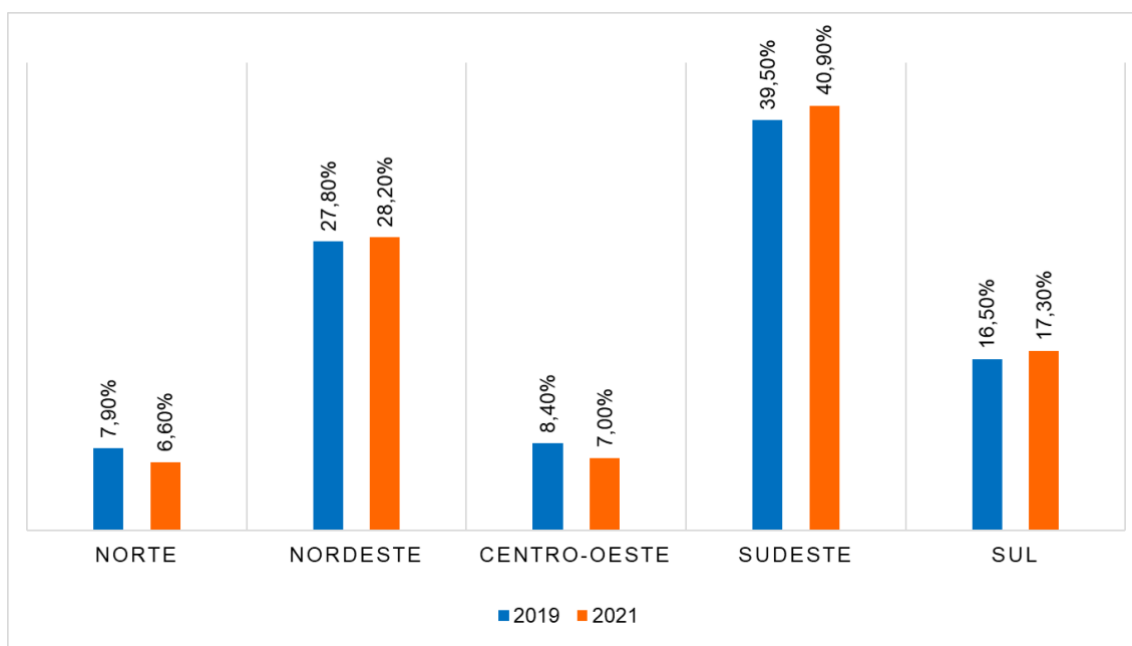
levantamento de dados das regiões geográficas, uma dessas informações é acerca da emissão de turistas por região (Gráfico 17) e de recepção de turistas por região (Gráfico 18).

**Gráfico 17.** Emissores de turistas nacionais por região



Fonte: MTur (2019; 2021). Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2024.

**Gráfico 18.** Receptores de turistas nacionais por região



Fonte: MTur (2019; 2021). Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2024.

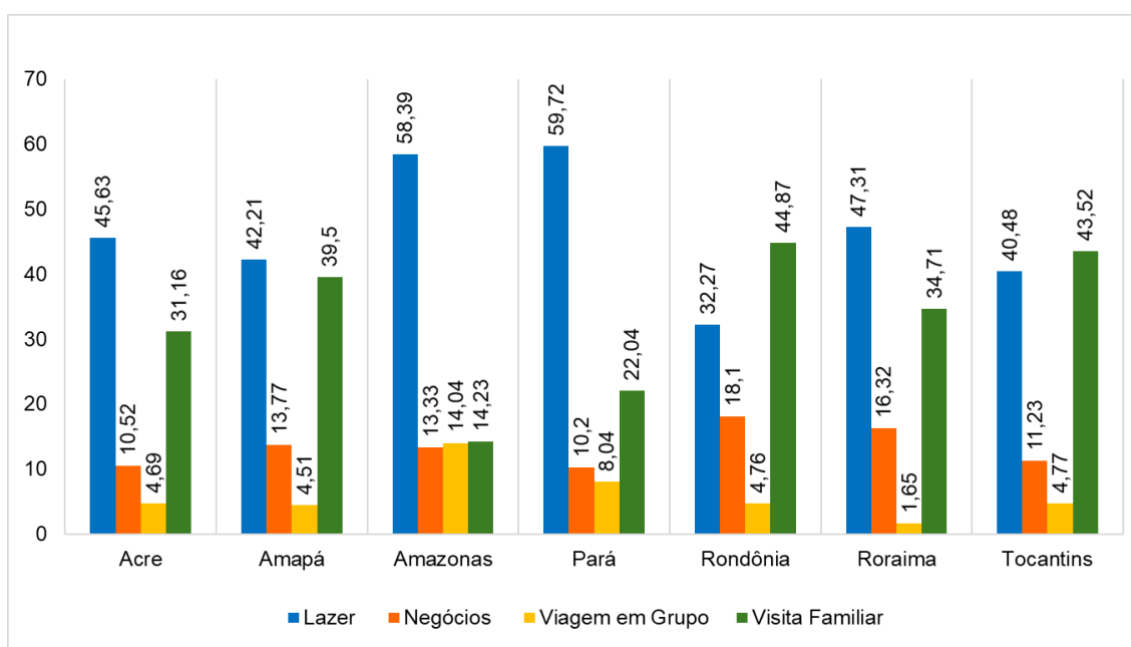
Nota-se que, apesar de se tratar de informações distintas, a saída e a entrada de turistas, os dados não apresentam grandes variações. A região Sudeste se destaca tanto como a principal emissora quanto como a principal receptora de turistas. Em seguida, aparecem as regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e, por fim, a Norte.

## Dados de turistas na Região Norte

Ao recortar as práticas de turismo na Amazônia, observa-se que a procura por essa região como destino turístico ocorre principalmente devido à biodiversidade, às práticas de ecoturismo e à gastronomia regional (Embratur, 2024).

Conforme os dados apresentados no Anexo I, observou-se um crescimento gradual na entrada de turistas internacionais no norte do país. Além disso, nota-se uma presença cada vez mais significativa dos estados amazônicos nos rankings nacionais de recepção turística. A análise das motivações desses visitantes internacionais revela que, na maioria dos estados da região, o lazer se destaca como o principal motivo das viagens, seguido pela visita a familiares (Gráfico 19).

**Gráfico 19.** Motivações para viagem à região Norte no ano de 2023 (%)



Fonte: Forward Keys/Embratur, 2024. Organização e elaboração: PDIFF-AP, 2024.

## O estado do Amapá na rota nacional e internacional

O estado do Amapá é o primeiro da Região Norte e da Amazônia Legal presente no ranking de chegada de turistas internacionais, além de ocupar a segunda posição em relação à entrada de turistas nacionais (Tendências de Turismo, 2023). Ao recortar a FF-AP, observa-se a ausência de dados sobre o turismo nos municípios que a compõe.

Apesar disso, em 2022, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), polo Amapá, desenvolveu uma pesquisa que, entre seus vieses, quantificou a visitação nos municípios do estado, sendo possível, assim, fazer o recorte dos oito municípios da FF-AP (Anexo II).

Com esse levantamento, não foram identificadas as principais motivações de visitação aos municípios, tampouco as segmentações turísticas mais procuradas, o que evidencia uma fragilidade significativa na FF-AP: a ausência de registros sistematizados sobre o perfil dos visitantes e suas motivações.

Contudo, essa limitação é parcialmente compensada por uma relevante potencialidade. O Amapá se destaca como um destino turístico singular, caracterizado pela diversidade de atrativos que abrangem tanto o patrimônio natural, com paisagens preservadas e ecossistemas únicos, quanto o histórico-cultural, refletindo a riqueza identitária da região.

### **REGIÕES TURÍSTICAS DA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE**

Ao se proceder com a elaboração do diagnóstico do turismo na FF-AP, identifica-se a presença de cinco regiões turísticas oficialmente reconhecidas no estudo realizado pelo SEBRAE. Dentre essas, quatro se encontram inseridas total ou parcialmente no recorte geográfico da FF-AP, conforme representado na Figura 27. São elas:

**Região Turística do Cabo Orange:** abrangendo os municípios de Oiapoque e Calçoene, caracterizada por sua importância geopolítica, biodiversidade e atrativos naturais vinculados ao Parque Nacional do Cabo Orange;

**Região Turística dos Lagos e Pororocas:** envolvendo os municípios de Amapá e Pracuúba, com destaque para a rica interação entre os ecossistemas lacustres e fluviais e o fenômeno natural das pororocas;

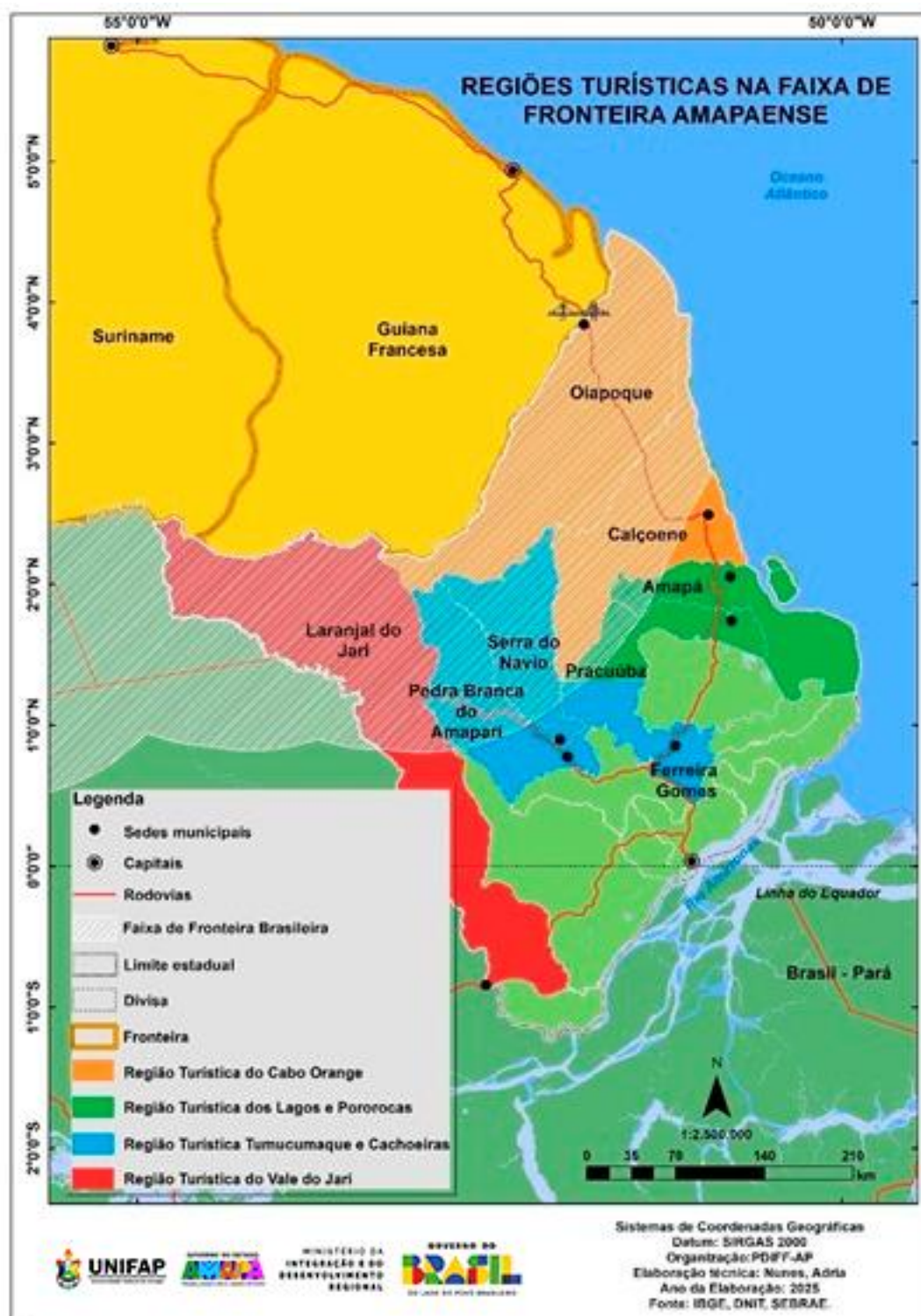
**Região Turística do Tumucumaque e Cachoeiras:** composta pelos municípios de Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Ferreira Gomes, marcada pela presença de cachoeiras, trilhas ecológicas e pela proximidade com o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque;

**Região Turística do Vale do Jari:** representada pelo município de Laranjal do Jari, com seu território influenciado pela bacia hidrográfica do rio Jari e por uma significativa interface com o sul do estado.

A seleção dessas regiões para o diagnóstico turístico da FF-AP se justifica pela relevância estratégica que esses territórios exercem no contexto das dinâmicas territoriais, sociais e econômicas do estado. Tais regiões concentram uma diversidade de recursos naturais, culturais e históricos que oferecem potencial significativo para o desenvolvimento do turismo sustentável. Além disso, essas áreas possuem papel fundamental na integração regional, na geração de renda local e na valorização das identidades socioculturais, contribuindo diretamente

para o fortalecimento de cadeias produtivas ligadas ao setor turístico e para o desenvolvimento territorial equilibrado da faixa de fronteira.

**Figura 27.** Mapa das Regiões Turísticas presentes na FF-AP



Organização: PDIFF-AP, 2025.

**Região Turística do Cabo Orange: Oiapoque e Calçoene**

Observa-se que a prática turística em Oiapoque é dinâmica e voltada principalmente para entrada de turistas pela Ponte Binacional Franco-Brasileira, que liga o Brasil pela cidade de Oiapoque a Guiana Francesa, região ultramarina da França, na qual essa relação ocorre diariamente pela chegada de diversos franceses e guianenses para consumir aspectos da cultura amapaense (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amapá (FECOMÉRCIO, 2024; SEBRAE, 2022).

Em relação aos elementos turísticos, Oiapoque conta com a existência do Plano Municipal Anual de Turismo, com o Conselho Municipal de Turismo e integra o Mapa de Turismo do GOV como município com oferta turística complementar (Trabalho de Campo, 2024).

O município de Calçoene é marcado principalmente pela “Praia do Goiabal”, tendo seu litoral banhado pelo Oceano Atlântico, bem como a existência do Parque Arqueológico do Solstício, conhecido por “*Stonehenge* brasileiro”, um dos alicerces do turismo, principalmente pelos aspectos histórico-culturais por ser um antigo observatório indígena (FECOMÉRCIO, 2024; SEBRAE, 2022).

Esses aspectos também são evidenciados pela presença de mais de 37 artesãos registrados no município, fator significativo para a produção, valorização e comercialização de artesanato local, tal como a presença marcante da Cultura Africana pelo Quilombo Cunani (Trabalho de campo, 2024).

**Tabela 40.** Equipamentos Turísticos na Região Turística de Cabo Orange

| Equipamentos e atrativos turísticos da Região turística do Cabo Orange | Oiapoque | Calçoene |
|------------------------------------------------------------------------|----------|----------|
| Meios de hospedagem (hotéis e pousadas)                                | 31       | 15       |
| Serviços alimentícios (bares, restaurantes e padarias)                 | 28       | 18       |
| Agências, guias e condutores de turismo                                | 6        | -        |
| Atrativos turísticos (mapeados)                                        | 21       | 15       |

Fonte: SEBRAE, 2022; SETUR, 2022/2023; FECOMÉRCIO, 2024; CADASTUR, 2024. Organização e elaboração: PDIFF- AP, 2025.

**Região Turística do Tumucumaque e Cachoeiras: Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Ferreira Gomes**

Serra do Navio se destaca por roteiros relacionados a prática de Ecoturismo e pelo Festival do Cupuaçu, que geralmente acontece no mês de setembro, onde o evento promove a produção da fruta, a comercialização e a valorização da polpa e de seus derivados (FECOMÉRCIO, 2024; SEBRAE, 2022). O viés do turismo no município é destacado pela



presença do Plano Municipal de Turismo de Serra do Navio (2019-2023), onde o documento detalha e inventaria aspectos turísticos importantes.

Em Pedra Branca do Amapari, o turismo tem se desenvolvido principalmente por meio da visitação a balneários, que atraem visitantes durante o período de estiagem no estado, e locais com a prática do Turismo de Aventura e Ecoturismo, como a busca pelo Eco Parque Brilho de Fogo, visando áreas de florestas, de cachoeiras e corredeiras (FECOMÉRCIO, 2024; SEBRAE, 2022).

Além disso, Pedra Branca do Amapari conta com a existência do Plano Municipal Anual de Turismo, com o Conselho Municipal de Turismo e integra o Mapa de Turismo do GOV como município com oferta turística complementar (Trabalho de Campo, 2024).

Em Ferreira Gomes, o principal destaque turístico é o Festival Carnaguari, tradicionalmente realizado nos meses de agosto ou setembro, às margens do Rio Araguari, bem como o Turismo de Natureza, apesar de ser considerado iniciante (FECOMÉRCIO, 2024; SEBRAE, 2022). Com relação aos elementos turísticos, o município integra o Mapa de Turismo do GOV como município com oferta turística complementar (Trabalho de Campo, 2024).

**Tabela 41.** Equipamentos Turísticos: Região Tumucumaque e Cachoeira

| Equipamentos e atrativos turísticos da região Turística da Região do Tumucumaque e Cachoeiras | Serra do Navio | Ferreira Gomes | Pedra Branca do Amapari |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|-------------------------|
| Meios de hospedagem (hotéis e pousadas)                                                       | 7              | 16             | 15                      |
| Serviços alimentícios (bares, restaurantes e padarias)                                        | 15             | 18             | 29                      |
| Agências, guias e condutores de Turismo                                                       | 3              | 1              | 1                       |
| Atrativos Turísticos (mapeados)                                                               | 18             | 10             | 3                       |

Fonte: SEBRAE, 2022; SETUR, 2022/2023; FECOMÉRCIO, 2024; CADASTUR, 2024. Organização e elaboração: PDIFF- AP, 2025.

**Região Turística dos Lagos e Pororocas: Amapá e Pracuúba**

A prática turística no município de Amapá está ligada principalmente aos seus atrativos turísticos histórico-culturais, como o Museu da Base Aérea, usada como base pelos Estados Unidos durante o período da Segunda Guerra Mundial, e naturais, como a Montanha da Pluma e outros locais (FECOMERCIO, 2024; SEBRAE, 2022).

Além disso, o município promove o evento “Agropesc”, um aspecto interessante para as questões turísticas, assim como salientado anteriormente, o setor produtivo e o turismo são temáticas transversais, além de impactar positivamente na economia local, esse evento pode funcionar como uma vitrine para a promoção do município, destacando suas potencialidades turísticas e produtos típicos culturais (Trabalho de Campo, 2024).

Em Pracuúba, o turismo se estabelece através da beleza natural do município, da pesca esportiva, que abre potencialidade para o Turismo de Pesca, e dos lagos, igarapés e ninhais de aves aquáticas, que também são atrativos naturais da região (FECOMÉRCIO, 2024; SEBRAE, 2022).

**Tabela 42.** Equipamentos Turísticos: Região dos Lagos e Pororocas

| Equipamentos e Atrativos Turísticos da Região Turística dos Lagos e Pororocas | Amapá | Pracuúba |
|-------------------------------------------------------------------------------|-------|----------|
| Meios de Hospedagem (hotel e pousada)                                         | 6     | 1        |
| Serviços Alimentícios (bar, restaurante e padaria)                            | 9     | 6        |
| Agências, Guias e Condutores de Turismo                                       | 4     | 0        |
| Atrativos Turísticos (mapeados)                                               | 13    | 11       |

Fonte: SEBRAE, 2022; SETUR, 2022/2023; FECOMÉRCIO, 2024; CADASTUR, 2024. Organização e elaboração: PDIFF- AP, 2025.

**Região Turística do Vale do Jari: Laranjal do Jari**

A atividade turística em Laranjal do Jari é perceptível a partir do Turismo de Aventura e do Ecoturismo, mediante a realização de trilhas extensas e a admiração dos seus atrativos naturais, como a Cachoeira de Santo Antônio, localizada no Rio Jari, divisa entre o estado do Amapá e o estado do Pará (FECOMERCIO, 2024; SEBRAE, 2022). Em Laranjal do Jari, há o Plano Municipal Anual de Turismo e integra o Mapa de Turismo do GOV como município com oferta turística complementar (Trabalho de Campo, 2024).

A partir da divisa, a existência de interação pode facilitar a integração econômica e cultural entre os estados. Além disso, a edição do festival gastronômico é identificada como uma força, por poder atrair turistas interessados na gastronomia local, promovendo a culinária e impulsionando o uso e a comercialização dos produtos regionais (Festival Gastronômico do Vale do Jari, 2023).

**Tabela 43.** Equipamentos Turísticos: Região do Vale do Jari

| Equipamentos e Atrativos Turísticos da Região Turística do Vale do Jari | Laranjal do Jari |
|-------------------------------------------------------------------------|------------------|
| Meios de Hospedagem (hotel e pousada)                                   | 8                |
| Serviços Alimentícios (bar, restaurante e padaria)                      | 49               |
| Agências, Guias e Condutores de Turismo                                 | 4                |
| Atrativos Turísticos (mapeados)                                         | 19               |

Fonte: SEBRAE, 2022; SETUR, 2022/2023; FECOMÉRCIO, 2024; CADASTUR, 2024. Organização e elaboração: PDIFF- AP, 2025.

**INTER-RELAÇÕES DE TURISMO NA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAPÁ**

**Oiapoque e Guiana Francesa**

O município de Oiapoque apresenta uma expressiva inter-relação turística com a Guiana Francesa, favorecida por sua localização estratégica, pela presença da ponte binacional e por

fatores econômicos. O município atua como uma importante porta de entrada para turistas internacionais que desejam conhecer o Brasil, dinâmica destacada pelo estudo realizado pelo SEBRAE em 2022.

Além disso, Oiapoque se destaca no contexto da Faixa de Fronteira do Amapá (FF-AP) devido à sua ligação direta com a cidade de *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, na Guiana Francesa. Essa conexão constitui uma das maiores forças do município, ao diversificar o perfil dos visitantes e impulsionar a economia local por meio do aumento do fluxo turístico.

A relação fronteiriça no turismo também é ressaltada pela Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França (CMT). Já em 2002, a comissão apontava a relevância do turismo, especialmente do ecoturismo, para o desenvolvimento econômico da região de fronteira. Mais recentemente, em 2023, a delegação brasileira no âmbito da CMT destacou a proposta de criação de um corredor turístico Franco-Brasileiro-Amazônico, alinhado à realização da COP30. Nesse contexto, ressaltou-se o potencial do turismo gastronômico e a possibilidade de credenciamento de agências de viagem do Amapá junto à Guiana Francesa.

### **Calçoene, Amapá e Pracuúba**

O município de Calçoene é vinculado à mesma região turística de Oiapoque, conhecida como região do Cabo Orange. Contudo, mas observa-se que Calçoene também estabelece conexões significativas com os municípios de Amapá e Pracuúba, que integram a região turística dos Lagos e Pororocas. Essa articulação entre regiões evidencia uma sobreposição de dinâmicas territoriais e turísticas que fortalece as interrelações e a cooperação regional.

Um exemplo concreto dessa integração é a proximidade geográfica entre as sedes municipais, o que facilita o trânsito de pessoas e o compartilhamento de práticas e recursos. Além disso, há iniciativas conjuntas no campo da qualificação profissional, como a realização de cursos voltados ao desenvolvimento do turismo rural. Destaca-se, nesse sentido, a capacitação promovida pelo SENAR/AP em 2024, que reuniu participantes dos três municípios para formar uma turma especializada em Turismo Rural (Trabalho de Campo, 2024).

No caso específico dos municípios de Amapá e Pracuúba, percebe-se uma dinâmica turística complementar. Ambos compartilham características naturais e culturais que favorecem o ecoturismo, o turismo de base comunitária e atividades associadas à pesca esportiva, aos rios e à cultura tradicional.

### **Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari**

Ao considerar a proximidade geográfica como um dos principais fatores de inter-relação, observa-se uma conexão significativa entre os municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. Ambos integram a mesma região turística e compartilham características

naturais e históricas que favorecem o desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo de aventura, ao turismo cultural e ao ecoturismo.

Serra do Navio possui atrativos ligados à sua história como cidade planejada para a mineração, destacando-se o patrimônio arquitetônico, os antigos conjuntos habitacionais e a paisagem moldada pela exploração mineral. Já Pedra Branca do Amapari se destaca por abrigar uma variedade de atrativos naturais, como rios, trilhas e áreas de floresta, o que favorece a prática de atividades de aventura e lazer em ambientes naturais.

Além disso, Pedra Branca do Amapari concentra uma infraestrutura turística mais consolidada, com maior número de hospedagens, estabelecimentos de alimentação e serviços de apoio ao visitante. Essa vantagem estrutural contribui para que o município se consolide como principal porta de entrada para o turismo na região, atraindo um volume maior de visitantes e oferecendo melhores condições de recepção (Trabalho de Campo, 2024).

Apesar dessa diferença, há um potencial significativo para o fortalecimento de rotas integradas entre os dois municípios, aproveitando suas complementaridades. A criação de roteiros conjuntos, que combinem patrimônio histórico, vivências rurais e experiências em áreas naturais, pode ampliar o tempo de permanência dos turistas na região e estimular a economia local de forma mais equilibrada.

### **Laranjal do Jari e Almeirim (Pará)**

O município de Laranjal do Jari, no estado do Amapá, mantém inter-relações com o distrito de Monte Dourado, pertencente ao município de Almeirim, no estado do Pará. Essa conexão interestadual é fortemente influenciada pela proximidade geográfica e pela navegação fluvial, que constitui o principal meio de deslocamento entre as margens do rio Jari. A mobilidade entre os dois territórios ocorre de forma cotidiana e revela uma integração sociocultural e econômica marcante.

O fluxo de pessoas pelo rio Jari inclui tanto amapaenses que se dirigem ao Pará quanto paraenses que se deslocam ao Amapá, motivados por diferentes razões, seja trabalho, estudo, comércio e, de forma crescente, turismo. Esse intercâmbio constante cria uma zona de fronteira dinâmica, onde os limites administrativos se tornam menos rígidos diante das conexões reais estabelecidas entre as populações locais (Trabalho de Campo, 2023).

No contexto do turismo, essa relação se traduz em oportunidades concretas de valorização de atrativos naturais e culturais compartilhados. Laranjal do Jari destaca-se pela sua rica paisagem, com rios, igarapés e áreas de floresta que favorecem atividades como passeios de barco, ecoturismo, pesca esportiva e turismo de base comunitária. Já Monte Dourado possui

importância histórica e econômica ligada à implantação do Projeto Jari, além de atrativos urbanos e culturais que despertam o interesse de visitantes.

A complementaridade entre os dois territórios aponta para o potencial de criação de rotas turísticas integradas, aproveitando a logística natural do rio Jari e promovendo uma experiência interestadual única. Iniciativas conjuntas de fomento ao turismo, com apoio de políticas públicas e parcerias entre os setores locais, podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, ampliando a geração de renda e fortalecendo a identidade regional.

## ANÁLISE SWOT/FOFA DE TURISMO

|                  |               | FATORES POSITIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | FATORES NEGATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FATORES INTERNOS | PONTOS FORTES | <p>Municípios fazem parte de iniciativas governamentais de fomento às práticas turísticas;</p> <p>Diversos potenciais turísticos naturais e/ou histórico-culturais;</p> <p>Empreendedores cadastrados no CADASTUR (exceto Pracuúba);</p> <p>Existência de projetos voltados ao turismo;</p> <p>Associações/Cooperativas do eixo turístico;</p> <p>Casa do Artesão (Calçoene e Ferreira Gomes);</p> <p>Projeto do Parque do Solstício;</p> <p>Capacitação em Turismo Rural via SENAR;</p> <p>Existência de plano de turismo (escala municipal);</p> <p>Guias e condutores de turismo qualificados;</p> <p>Parques naturais;</p> <p>Existência de Centro de Atendimento ao Turista (CAT) em Pedra Branca do Amapari;</p> <p>Eventos voltados para o fomento do turismo.</p> | <p>PONTOS FRACOS</p> <p>Ausência de Centro de Atendimento ao Turista (CAT), exceto Pedra Branca do Amapari;</p> <p>Infraestrutura turística insuficiente;</p> <p>Insuficiência de divulgação e promoção turísticas em mídias sociais;</p> <p>Falta de pessoas qualificadas em idiomas;</p> <p>Falta de sinalização dos pontos turísticos (exceto Pedra Branca do Amapari);</p> <p>Ausência de Conselho Municipal de Turismo.</p> |
|                  | OPORTUNIDADES | <p>Rotas Turísticas em várias escalas;</p> <p>Capacitação de profissionais do setor;</p> <p>Oficinas sobre CADASTUR;</p> <p>Parcerias institucionais para fomento do turismo;</p> <p>Expansão de ecoparques e memoriais;</p> <p>Rota cultural intermunicipal (interação com artesãos).</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <p>AMEAÇAS</p> <p>Mudanças climáticas;</p> <p>Turismo de massa.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| FATORES EXTERNOS |               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

### Carteira de projetos para Turismo

| ESCOPO DOS PROJETOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | PARTES INTERESSADAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | POPULAÇÕES CONTEMPLADAS                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| Criação e estruturação dos Centros de Atendimento ao Turista (CAT) e produção, divulgação de material publicitário dos potenciais turísticos da FF-AP                                                                                                                                                                                                                                     | MTUR; MIDR; FECOMÉRCIO/AP; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; SISTEMA S;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Toda a FF-AP                                                          |
| Projeto de Desenvolvimento Territorial Sustentável, com enfoque em Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária.                                                                                                                                                                                                                                                                      | MTUR; MDA; MMA; ONGs; SISTEMA S; MTE; IPHAN; SETUR/AP; SEMA/AP; SECULT/AP; Secretarias Municipais de Turismo; Associações; Cooperativas; Movimentos sociais; Lideranças Indígenas e Quilombolas;                                                                                                                                                                                                                                                | Toda a FF-AP                                                          |
| Uma pós-graduação (especialização) em Turismo Sustentável e Desenvolvimento Territorial no Amapá, para qualificação de Gestores Públicos, Lideranças Comunitárias, Empreendedores, Guias e Condutores de Turismo, visando fortalecer a formação de profissionais capacitados para atuar com as especificidades amazônicas, valorizando o patrimônio natural, cultural e social do estado. | IFES; SETUR/AP; SEMA/AP; SECULT/AP; SDR/AP; MTUR; SISTEMA S; MMA, MEC; MTE; BASA; FECOMÉRCIO/AP; SENAR/AP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Toda a FF-AP                                                          |
| Feira de Turismo dos municípios da FF-AP, visando à integração e fortalecimento da economia local a partir da cooperação entre o Amapá, a Guiana Francesa e o Suriname.                                                                                                                                                                                                                   | CMT; MTUR; FECOMÉRCIO/AP; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; SISTEMA S; Secretarias Municipais de Cultura; SECULT/AP; Associações; Cooperativas; Movimentos sociais; Lideranças Indígenas e Quilombolas; ONGs; FUNAI; Secretarias Municipais de Cultura; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; SISTEMA S; MTUR; FECOMÉRCIO/AP; MMA; SEMA/AP; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; Movimentos sociais; Lideranças Indígenas | Toda a FF-AP                                                          |
| Estruturação de um Centro de experiência de Turismo de Base Comunitária em Oiapoque, com o foco na proteção ambiental e valorização das comunidades tradicionais                                                                                                                                                                                                                          | CEPAJOB; SENAR/AP; MTUR; SETEC/AP; SEJUV/AP; SISTEMA S; FECOMÉRCIO/AP; Secretarias Municipais de Turismo; MEC; ENAP; IFES; Associações; Cooperativas; AFAP; MTUR; MAPA; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; FECOMÉRCIO/AP; SISTEMA S; IFES; SENAR/AP; CEPAJOB; Associação; Cooperativas;                                                                                                                                               | Oiapoque                                                              |
| Projeto voltado à capacitação de jovens em Mídias Sociais, E-commerce e divulgação digital, com foco no setor turístico da FF-AP                                                                                                                                                                                                                                                          | MTUR; MAPA; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; FECOMÉRCIO/AP; SISTEMA S; IFES; SENAR/AP; CEPAJOB; Associação; Cooperativas;                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Toda a FF-AP                                                          |
| Mapeamento e diagnóstico do turismo rural para fortalecimento da identidade local, promovendo e fomentando a geração de renda e o desenvolvimento sustentável                                                                                                                                                                                                                             | SISTEMA S; MTUR; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; FECOMÉRCIO/AP; IFES; SENAR/AP; Associação; Cooperativas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Região dos Lagos (Calçoene, Amapá e Pracuúba)                         |
| Workshop voltado às normas técnicas aplicadas ao ecoturismo e ao turismo de aventura, com o objetivo de garantir a adoção de padrões de qualidade, segurança e boas práticas na condução de atividades turísticas em ambientes naturais.                                                                                                                                                  | SISTEMA S; MTUR; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; FECOMÉRCIO/AP; IFES; SENAR/AP; Associação; Cooperativas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Oiapoque e Laranjal do Jari. |



## ANEXOS

### ANEXO I

#### RANKING DOS ESTADOS BRASILEIROS COM A CHEGADA DE TURISTAS INTERNACIONAIS

| 2020 (Turistas:<br>2.146.435)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 2021 (Turistas:<br>745.871)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 2022 (Turistas:<br>3.630.031)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 2023 (Turistas:<br>5.908.341)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 2024 (até o<br>momento:<br>2.929.113)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1- São Paulo (SP):<br>634.006<br>2- Rio Grande do<br>Sul (RS): 499.153<br>3- Rio de Janeiro<br>(RJ): 3.77.336<br>4- Paraná (PR):<br>296.765<br>5- Santa Catarina<br>(SC): 142.008<br>6- Bahia (BA):<br>45.151<br>7- Mato Grosso do<br>Sul (MS): 27.204<br>8- Pernambuco<br>(PE): 24.181<br>9- Ceará (CE):<br>23.287<br>10- Distrito Federal<br>(DF): 19.013<br>11- Minas Gerais<br>(MG): 13.701<br>12- Amapá (AP):<br>11.635<br>13- Rio Grande do<br>Norte (RN): 8.548<br>14- Acre (AC):<br>6.820<br>15- Amazonas<br>(AM): 5.762<br>16- Pará (PA):<br>5.552<br>17- Outras<br>Unidades da<br>Federação: 3.919<br>18- Roraima (RR):<br>2.394 | 1- São Paulo (SP):<br>422.954<br>2- Paraná (PR):<br>128.721<br>3- Rio de Janeiro<br>(RJ): 101.487<br>4- Ceará (CE):<br>17.045<br>5- Mato Grosso do<br>Sul (MS): 15.923<br>6- Rio Grande do<br>Sul (RS): 13.373<br>7- Santa Catarina<br>(SC): 9.228<br>8- Pernambuco<br>(PE): 7.650<br>9- Bahia (BA):<br>7.530<br>10- Distrito Federal<br>(DF): 6.638<br>11- Minas Gerais<br>(MG): 5.755<br>12- Amapá (AP):<br>2.166<br>13- Outras<br>Unidades da<br>Federação: 2.044<br>14- Rio Grande do<br>Norte (RN): 2.021<br>15- Amazonas<br>(AM): 1.373<br>16- Pará (PA):<br>1.091<br>17- Roraima (RR):<br>550<br>18- Acre (AC): 322 | 1- São Paulo (SP):<br>1.505.129<br>2- Rio de Janeiro<br>(RJ): 652.962<br>3- Paraná (PR):<br>522.832<br>4- Rio Grande do<br>Sul (RS): 474.474<br>5- Santa Catarina<br>(SC): 140.533<br>6- Bahia (BA):<br>56.644<br>7- Ceará (CE):<br>56.552<br>8- Mato Grosso do<br>Sul (MS): 54.344<br>9- Pernambuco<br>(PE): 31.786<br>10- Distrito Federal<br>(DF): 30.772<br>11- Minas Gerais<br>(MG): 21.593<br>12- Amapá (AP):<br>17.240<br>13- Acre (AC):<br>16.4610<br>14- Amazonas<br>(AM): 14.354<br>15- Rio Grande do<br>Norte (RN): 12.058<br>16- Pará (PA):<br>10.694<br>17- Outras Unidades<br>da Federação:<br>6.950<br>18- Roraima (RR):<br>4.653 | 1- São Paulo (SP):<br>2.107.179<br>2- Rio de Janeiro<br>(RJ): 1.192.814<br>3- Rio Grande do<br>Sul (RS):<br>1.000.909<br>4- Paraná (PR):<br>791.536<br>5- Santa Catarina<br>(SC): 288.429<br>6- Bahia (BA):<br>92.059<br>7- Ceará (CE):<br>71.545<br>8- Mato Grosso do<br>Sul (MS): 70.277<br>9- Pernambuco<br>(PE): 62.559<br>10- Distrito<br>Federal (DF):<br>54.006<br>11- Minas Gerais<br>(MG): 38.526<br>12- Amapá (AP):<br>31.570<br>13- Amazonas<br>(AM): 24.072<br>14- Pará (PA):<br>21.724<br>15- Rio Grande do<br>Norte (RN): 20.368<br>16- Acre (AC):<br>17.205<br>17- Alagoas (AL):<br>9.724<br>18- Roraima (RR):<br>8.259<br>19- Rondônia<br>(RO): 3.882 | 1- São Paulo (SP):<br>818.456<br>2- Rio de Janeiro<br>(RJ): 593.762<br>3- Rio Grande do<br>Sul (RS): 591.592<br>4- Paraná (PR):<br>412.269<br>5- Santa Catarina<br>(SC): 294.266<br>6- Bahia (BA):<br>51.960<br>7- Mato Grosso do<br>Sul (MS): 27.313<br>8- Pernambuco<br>(PE): 22.738<br>9- Ceará (CE):<br>21.701<br>10- Distrito<br>Federal (DF):<br>21.404<br>11- Minas Gerais<br>(MG): 15.946<br>12- Amapá (AP):<br>10.881<br>13- Amazonas<br>(AM): 10.714<br>14- Pará (PA):<br>9.983<br>15- Rio Grande do<br>Norte (RN): 8.959<br>16- Acre (AC):<br>5.965<br>17- Alagoas (AL):<br>4.792<br>18- Roraima (RR):<br>4.474<br>19- Rondônia<br>(RO): |
| <b>Fonte:</b> Polícia Federal; MTur; Embratur, 2024. Organização: PDIFF-AP, 2024.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

## ANEXO II

### ORIGEM DE VISITANTES NOS MUNICÍPIOS DE FAIXA DE FRONTEIRA

| Origem de visitantes nos municípios de Faixa de Fronteira | Visitantes do Amapá                                                                  | Visitantes Nacionais                                                                                                                                                                                                                                  | Visitantes Internacionais                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Região do Cabo Orange</b>                              |                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Oiapoque                                                  | Macapá: 25<br>Calçoene: 4<br>Santana: 3<br>Amapá: 2                                  | Pará: 20<br>Rio de Janeiro: 12<br>Maranhão: 10<br>São Paulo: 10<br>Rio Grande do Sul: 9<br>Minas Gerais: 9<br>Santa Catarina: 3<br>Goiás: 3<br>Ceará: 3<br>Pernambuco: 2<br>Paraná: 2<br>Rio grande do Norte: 1<br>Sul do Brasil: 1<br>Mato Grosso: 1 | Guiana Francesa: 25<br>Suriname: 13<br>França: 11<br>Haiti: 5<br>Espanha: 3<br>Portugal: 2<br>Alemanha: 2<br>Peru: 1<br>Colômbia: 1<br>Estados Unidos: 1<br>México: 1<br>Arábia Saudita: 1<br>China: 1<br>Cuba: 1<br>Ucrânia: 1<br>Itália: 1<br>Japão: 1 |
| Calçoene                                                  | Macapá: 9<br>Oiapoque: 3<br>Não informado: 1                                         | Maranhão: 5<br>Pará: 4<br>Não informado: 4<br>São Paulo: 3<br>Minas Gerais: 2<br>Rio de Janeiro: 2<br>Distrito Federal: 1<br>Goiás: 1<br>Santa Catarina: 1                                                                                            | Guiana Francesa: 7<br>Suriname: 3<br>Estados Unidos: 1<br>Suíça: 1<br>Bélgica: 1<br>Alemanha: 1<br>Não informado: 3                                                                                                                                      |
| <b>Região Tumucumaque e Cachoeiras</b>                    |                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Serra do Navio                                            | Macapá: 2<br>Santana: 2<br>Não informado: 2                                          | Pará: 1<br>Rio Grande do Norte: 1<br>Não informado: 3<br>São Paulo: 1<br>Minas Gerais: 0<br>Rio de Janeiro: 1<br>Distrito Federal: 0<br>Goiás: 0<br>Santa Catarina: 0                                                                                 | Estados Unidos: 1<br>Argentina: 1<br>Não informado: 3                                                                                                                                                                                                    |
| Pedra Branca do Amapari                                   | Macapá: 9<br>Santana: 2<br>Serra do Navio: 1<br>Porto Grande: 1<br>Ferreira Gomes: 1 | Minas Gerais: 9<br>Pará: 5<br>São Paulo: 4<br>Rio Grande do Sul: 3<br>Rio de Janeiro: 2<br>Maranhão: 2<br>Santa Catarina: 2<br>Bahia: 2<br>Ceará: 1<br>Goiás: 1<br>Piauí: 1<br>Não informado: 1                                                       | Alemanha: 2<br>Guiana Francesa: 5<br>Suriname: 1<br>Holanda: 1<br>Austrália: 1<br>Não informado: 7                                                                                                                                                       |

|                                                                              |                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                   |
|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ferreira Gomes                                                               | Macapá: 9<br>Santana: 4<br>Serra do Navio: 0<br>Porto Grande: 0<br>Ferreira Gomes: 0            | São Paulo: 5<br>Minas Gerais: 3<br>Pará: 3<br>Rio de Janeiro: 2<br>Santa Catarina: 2<br>Pernambuco: 1<br>Tocantins: 1<br>Rio grande do Sul: 1<br>Recife: 1<br>Mato Grosso do Sul: 1<br>Não informado: 3 | Guiana Francesa: 2<br>Portugal: 1<br>Itália: 1<br>Não informado: 6                                |
| <b>Região dos Lagos e Pororocas</b>                                          |                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                   |
| Amapá                                                                        | Macapá: 3<br>Oiapoque: 3<br>Santana: 2<br>Não informado: 2                                      | Maranhão: 4<br>Pará: 4<br>Minas Gerais: 2<br>São Paulo: 2<br>Ceará: 2<br>Rio Grande do Norte: 1<br>Sergipe: 1<br>Pernambuco: 1<br>Distrito Federal: 1<br>Rio de Janeiro: 1<br>Não informado: 1          | Guiana Francesa: 5<br>Suriname: 2<br>Não informado: 4                                             |
| Pracuúba                                                                     | Macapá: 1<br>Oiapoque: 1                                                                        | Pará: 1<br>Maranhão: 1                                                                                                                                                                                  | Guiana Francesa: 1                                                                                |
| <b>Região do Vale do Jari</b>                                                |                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                   |
| Laranjal do Jari                                                             | Macapá: 9<br>Santana: 2<br>Pedra Branca do Amapari: 1<br>Amapá: 1<br>Calçoene: 1<br>Oiapoque: 1 | Pará: 9<br>São Paulo: 4<br>Rio de Janeiro: 2<br>Rio Grande do Sul: 1<br>Pernambuco: 1<br>Bahia: 1<br>Ceará: 1<br>Minas: 1<br>Goiás: 1<br>Distrito Federal: 1<br>Piauí: 1<br>Amazonas: 1                 | Não informado: 4<br>Guiana Francesa: 3<br>Estados Unidos: 1<br>Cuba: 1<br>Japão: 1<br>Alemanha: 1 |
| <b>Fonte:</b> SEBRAE AMAPÁ, 2022. Organização e elaboração: PDIFF- AP, 2024. |                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                   |

## ANEXO IV

### QUADRO DE ATORES LOCAIS

#### Fase de Diagnóstico

| Data                    | Município               | Entidades e organizações presentes                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-------------------------|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 13/12/2023 - 16/12/2023 | Laranjal do Jari        | <ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria Municipal de Educação (SEMED)</li> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Turismo (SEMMATUR)</li> <li>Secretaria Municipal de Cultura (SEMC)</li> <li>Secretaria de Infraestrutura de Laranjal do Jari (SEINF)</li> <li>Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA)</li> <li>Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)</li> <li>Instituto Federal do Amapá (IFAP) campus Laranjal do Jari</li> <li>Instituto Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (IMAPA)</li> <li>Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP)</li> <li>Polícia Militar</li> <li>Promotoria de Justiça</li> <li>Guarda Civil Municipal</li> <li>Fundação Jari</li> <li>Associação Mista dos Extrativistas do Alto Cajari (ASTEX-CA)</li> <li>Associação de Mulheres Extrativistas do Alto Cajari (AMAC)</li> <li>Cooperativa de Ecoturismo do Vale do Jari (COOPETU/JARI)</li> <li>Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laranjal do Jari-AP/STRAAF</li> <li>JK Viagens e Turismo</li> </ul> |
| 19/12/2023 – 22/12/2023 | Oiapoque                | <ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria Municipal de Turismo</li> <li>Secretaria Municipal de Infraestrutura</li> <li>Secretaria Municipal de Obras</li> <li>Secretaria Municipal de Cultura</li> <li>Secretaria Municipal de Meio Ambiente</li> <li>Fundação Nacional do Índio de Oiapoque (FUNAI)</li> <li>ICMBio</li> <li>Polícia Federal</li> <li>Polícia Militar</li> <li>12º Batalhão de Fronteira da Polícia Militar</li> <li>Corpo de Bombeiros</li> <li>Universidade Federal do Amapá - Campus Binacional</li> <li>Museu Khuai dos Povos Indígenas do Oiapoque</li> <li>Associação Comercial e Industrial de Oiapoque - ACOI</li> <li>Laboratório de Fronteira - LAFRON</li> <li>Hospital Estadual de Oiapoque - HOE</li> <li>Núcleo Estadual de Saúde Indígena</li> <li>Representantes da Aldeia do Manga</li> </ul>                                                                                                                                                                                 |
| 29/02/2024 - 01/03/2024 | Pedra Branca do Amapari | <ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria Municipal de Turismo;</li> <li>Secretaria Municipal de Meio Ambiente</li> <li>Secretaria Municipal de Saúde;</li> <li>Secretaria Municipal de Educação</li> <li>Coordenadoria de Juventude</li> <li>Polícia Militar</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |

|                            |                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|----------------------------|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 24/04/2024 –<br>26/04/2024 |                | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperativa dos Produtores de Cacau do Amapá - COOPCAP;</li> <li>• Coordenadores do Projeto Gotas de Vida</li> <li>• Representante da Sociedade Civil</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                            | Ferreira Gomes | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Saúde</li> <li>• RURAP</li> <li>• Polícia Militar</li> <li>• Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)</li> <li>• AESC - Associação de Eventos Sociais e Culturais</li> <li>• Representante do setor de Hotelaria</li> <li>• Representante dos agricultores</li> </ul>                                                                                                                                                                                             |
|                            | Calçoene       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Secretaria Municipal de Cultura</li> <li>• Biblioteca Municipal Saturnino Sarmento</li> <li>• Associação Cultural dos Remanescentes Quilombolas do Cunani</li> <li>• Representantes do setor da Cultura</li> <li>• Artesãos</li> <li>• Pescadores</li> </ul>                                                                                                                                                                                     |
|                            | Amapá          | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Controladoria Geral do Município</li> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente</li> <li>• Secretaria Municipal de Assistência Social</li> <li>• Polícia Civil</li> <li>• Associação das Mulheres e Agricultoras da Comunidade do Piquiá</li> <li>• Representante da Sociedade Civil</li> <li>• Representante do setor de Turismo</li> <li>• Educador Social</li> </ul>                                                                        |
|                            | Pracuúba       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Secretaria Municipal de Agricultura</li> <li>• Sindicato Rural do Município de Pracuúba</li> <li>• Conselho Municipal de Saúde</li> <li>• Conselho do Colegiado dos Lagos</li> <li>• Representante dos comerciantes</li> <li>• Representante da agrovila</li> <li>• Representante do setor de agropecuária</li> <li>• Vereadores</li> </ul>                                                                                                      |
| 14/05/2024 –<br>15/05/2024 | Serra do Navio | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prefeitura municipal</li> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente</li> <li>• Secretaria Municipal de Saúde</li> <li>• Secretaria Municipal de Administração</li> <li>• Secretaria Municipal de Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Mineração e Desenvolvimento Econômico</li> <li>• Guarda Civil Municipal</li> <li>• Sindicato Rural de Serra do Navio</li> <li>• Professores</li> <li>• Representante da sociedade civil</li> </ul> |

### Fase de construção da carteira de projetos

| Data                       | Município               | Entidades e organizações presentes                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------|-------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 17/10/2024 -<br>19/10/2024 | Pedra Branca do Amapari | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente</li> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Centro de Atendimento ao Turista</li> <li>• Cooperativa dos Produtores de Cacau do Amapá - COOPCAP</li> </ul> |

|                         |                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 07/11/2024 - 09/11/2024 | Serra do Navio             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Representantes da Sociedade Civil</li> <li>• Secretaria Municipal de Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente</li> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Polícia Civil de Serra do Navio</li> <li>• Guarda Civil Municipal</li> <li>• Representantes da Sociedade Civil</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                         | Laranjal do Jari           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Saúde</li> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Instituto Federal do Amapá campus Laranjal do Jari</li> <li>• Polícia Militar</li> <li>• Guarda Civil Municipal</li> <li>• Conselho Tutelar</li> <li>• COOPCACHOEIRA</li> <li>• COOPETU JARI</li> <li>• COMARU</li> <li>• ASTEX-CA</li> <li>• IMAPA</li> <li>• Sindicato Rural de Laranjal do Jari</li> <li>• Instituto Saúde do Vale</li> </ul>                                                                                                                     |
|                         | Oiapoque                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Educação</li> <li>• Universidade Federal do Amapá campus Oiapoque</li> <li>• Instituto Federal do Amapá campus Oiapoque</li> <li>• Polícia Militar</li> <li>• Polícia Federal</li> <li>• Centro de Referência à Mulher (CRAM)</li> <li>• Defesa Civil</li> <li>• Laboratório de Fronteira (LAFRON)</li> <li>• Museu Khuai dos Povos Indígenas do Oiapoque</li> <li>• Associação Comercial e Industrial de Oiapoque (ACOI)</li> <li>• Juventude indígena do Oiapoque</li> <li>• Associação de Catraieiros</li> </ul>                               |
| 29/01/2025 - 30/01/2025 | Calçoene, Amapá e Pracuúba | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Obras do Amapá</li> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Amapá</li> <li>• Secretaria Municipal de Cultura</li> <li>• Universidade Estadual do Amapá</li> <li>• Controladoria Geral do Município de Amapá</li> <li>• Artesãos de Calçoene</li> <li>• Sindicato Rural de Pracuúba</li> <li>• Conselho do Colegiado dos Lagos</li> <li>• Quilombo do Cunani</li> <li>• Associação das Mulheres e Agricultoras da Comunidade do Piquiá</li> <li>• Professores</li> <li>• Representantes da Sociedade Civil</li> <li>• Pescadores</li> </ul> |
| 14/02/2025              | Ferreira Gomes             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria Municipal de Cultura</li> <li>• Secretaria Municipal de Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Meio Ambiente</li> <li>• Secretaria Municipal de Agricultura</li> <li>• Polícia Militar</li> <li>• Escola Municipal Jaci Torquato</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 19/02/2025 - 21/02/2025 | Aldeia do Manga (Oiapoque) | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO)</li> <li>• Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

### Missão internacional

| Data                       | País                            | Entidades e organizações presentes                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|----------------------------|---------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 21/02/2025 -<br>01/03/2025 | Guiana Francesa e<br>Paramaribo | <b>Guiana Francesa:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Collectivité Territoriale de Guyane</i> (CTG)</li> <li>• Consulado Geral do Brasil em <i>Cayenne</i></li> <li>• <i>Université de Guyane</i> (UG)</li> </ul> <b>Suriname:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação de Lideranças das Comunidades Indígenas (VIDS) do Suriname</li> <li>• <i>Institute for Defense Education and Training</i></li> <li>• <i>United Nations House</i></li> <li>• Embaixada do Brasil em Paramaribo</li> </ul> |



## ANEXO V

### ACERVO FOTOGRÁFICO PDIFF-AP

Oficina de diagnóstico em Serra do Navio



Oficinas de diagnóstico na Região dos Lagos (Amapá, Calçoene e Pracuá)



Reunião técnica sobre turismo nas aldeias com Kássia Lod e diálogo com representantes da Aldeia do Manga em Oiapoque



### Oficina carteira de projetos Região dos Lagos (Amapá, Calçoene e Pracuúba)



### Oficina de carteira de projetos em Serra do Navio



### Oficina carteira de projetos em Pedra Branca do Amapari





## Oficina de carteira de projetos em Oiapoque



Reuniões técnicas em Laranjal do Jari e Oiapoque com SEMATUR, SEMMAM, IFAP, Fundação Jari, IMAPA e Funai.



## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Luís; MUNIZ, Jacqueline. As 53 facções criminosas brasileiras. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022 – Edição Especial. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/anuario-2022-ed-especial.pdf>.
- AGÊNCIA AMAPÁ. Governador Clécio Luis recebe delegação do Suriname na 53ª Expofeira do Amapá e fortalece cooperação na fronteira. Agência de Notícias do Amapá, 2024a. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/24711/governador-clecio-luis-recebe-delegacao-do-suriname-na-53-expofeira-do-amapa-e-fortalece-cooperacao-na-fronteira>.
- \_\_\_\_\_. Governo do Amapá e Guiana Francesa fortalecem cooperação durante a Semana de Saúde na Fronteira. Agência de Notícias do Amapá, 2024. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/27059/governos-do-amapa-e-guiana-francesa-fortalecem-cooperacao-durante-a-semana-de-saude-na-fronteira>.
- \_\_\_\_\_. Governo do Amapá inicia intercâmbio internacional de estágio acadêmico com a Guiana Francesa. Agência de Notícias do Amapá, 2025a. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/29750/governo-do-amapa-inicia-intercambio-internacional-de-estagio-academico-com-a-guiana-francesa>.
- \_\_\_\_\_. Pré-COP30: Governo do Amapá participa da 2ª Conferência do Bio-Plateaux no Suriname. Agência de Notícias do Amapá, 2024b. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/25338/pre-cop30-governo-do-amapa-participa-da-2-conferencia-do-bio-plateaux-no-suriname>.
- \_\_\_\_\_. Pré-COP30: Participação conjunta dos governos do Amapá e da Guiana Francesa vai evidenciar a cooperação regional na COP da Amazônia em Belém. Agência de Notícias do Amapá, 2025b. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/28622/pre-cop30-participacao-conjunta-dos-governos-do-amapa-e-da-guiana-francesa-vai-evidenciar-a-cooperacao-regional-na-cop-da-amazonia-em-belem>.
- AGÊNCIA SENADO. Senadores questionam alto reajuste para energia elétrica no Amapá. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/07/senadores-questionam-alto-reajuste-para-energia-eletrica-no-amapa>.
- ALEIXO, Rafael. Amapá teve 2,3 mil casos registrados de violência contra mulher em 2022, aponta MP. G1, Macapá, 17 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2023/05/17/amapa-teve-23-mil-casos-registrados-de-violencia-contramulher-em-2022-aponta-mp.ghtml>.
- ALPES, Keyla Gislane Oliveira. A racionalidade que norteia o Turismo de Base Comunitária: observação da iniciativa turística da Ilha de Deus em Recife-Pernambuco. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34239>.
- AMANAJÁS, Viviane V. de V. Pesca e perfil socioeconômico dos pescadores artesanais da fronteira setentrional do Brasil: a comunidade pesqueira de Oiapoque, Amapá. Confins, n. 37, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/15619>. DOI: 10.4000/confins.15619.
- AMAPÁ. Governo do Estado. Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Forças de segurança registram queda de 33% nos crimes violentos no Amapá. 2024. Disponível em: <https://sejusp.portal.ap.gov.br/noticia/2709/forcas-de-seguranca-registram-queda-de-33-nos-crimes-violentos-no-amapa>.
- \_\_\_\_\_. Governo do Estado. Atas do Conselho do Rio Oiapoque. 2013–2024. Macapá: GEA, [s.d.]. Documentos institucionais.
- \_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Saúde (SESA). Plano Macrorregional de Saúde do Estado do Amapá. Elaboração e organização: Juvanete Amoras Távora; Marcos Tadeu Boução; Maria Santana de Almeida; Sandro Ricardo Lino; Samuel Spenner; Juliana Dantas; Eloisa Melo da Silva; Sarah Ohrana Freitas da Silva; Diovana de Sena Alberto. Vários colaboradores. Macapá, 2024. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/livraria/SESA\\_925dbd76bb49c5d9a2a4b4eb5df1c179.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/livraria/SESA_925dbd76bb49c5d9a2a4b4eb5df1c179.pdf).
- \_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Saúde. Coordenadoria de Políticas de Atenção à Saúde. Diagnóstico situacional das redes de atenção à saúde dos municípios do Estado do Amapá: Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas Não-Transmissíveis e Rede Materno-Infantil. Elaborado por: Cíntia do Socorro Matos Pantoja; Wesley Lieverson Nogueira do Carmo. Macapá, 2021. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/SESA\\_1fbc10134889ee206c4e84e69ec6a28d.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SESA_1fbc10134889ee206c4e84e69ec6a28d.pdf).
- \_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Saúde. Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS). Análise da situação de saúde: Amapá/BR, 2021. Elaborado por: Leilian Hage dos Santos; Maria da Conceição Soutelo Souto da Silva; Maria Sueli Diniz Neris Isidoro. Macapá, 2021. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/SVS\\_5f619a4e142f6c014a9162d50e8cbf65.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SVS_5f619a4e142f6c014a9162d50e8cbf65.pdf).
- \_\_\_\_\_. Portal Governo do Amapá. Município do Amapá. História do município.
- \_\_\_\_\_. Portal Governo do Amapá. Pedra Branca do Amapari. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/conheca/pedra-branca-do-amapari>.
- \_\_\_\_\_. Portal Governo do Amapá. Serra do Navio. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/conheca/serra-do-navio>.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Saúde. Plano Macrorregional de Saúde do Estado do Amapá. Elaboração e organização: Juvanete Amoras Távora; Marcos Tadeu Boução; Maria Santana de Almeida; Sandro Ricardo Lino; Samuel Spenner; Juliana Dantas; Eloisa Melo da Silva; Sarah Ohrana Freitas da Silva; Diovana de Sena Alberto. Vários colaboradores. Macapá, 2024. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/livraria/SESA\\_925dbd76bb49c5d9a2a4b4eb5df1c179.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/livraria/SESA_925dbd76bb49c5d9a2a4b4eb5df1c179.pdf).

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Saúde. Superintendência de Vigilância em Saúde. Análise da situação de saúde: Amapá/BR, 2021. Elaborado por: Leilian Hage dos Santos; Maria da Conceição Soutelo Souto da Silva; Maria Sueli Diniz Neris Isidoro. Macapá, 2021. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/SVS\\_5f619a4e142f6c014a9162d50e8cbf65.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SVS_5f619a4e142f6c014a9162d50e8cbf65.pdf).

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Planejamento do Amapá. Contas Regionais Amapá PIB 2021. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/SEPLAN\\_e97010002f0e7a4af6f5f30da230c58a.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEPLAN_e97010002f0e7a4af6f5f30da230c58a.pdf).

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Amapá. Relatório de CVLI. Disponível em: <https://portaldaseguranca.portal.ap.gov.br/publicacoes/cvli>.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Vigilância em Saúde. Apresentação de dados sobre dengue e malária 2023/2024. Conselho do Rio Oiapoque. Oiapoque, 2024.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Vigilância em Saúde. Informe Epidemiológico Maio Laranja – Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 2024. Macapá: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2024. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/SVS\\_989f14840d99a27c2ea1e2dfd3f5d0c2.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SVS_989f14840d99a27c2ea1e2dfd3f5d0c2.pdf).

ANDRADE, Isabel de Oliveira; CAMARGO, Raphael Lima. Segurança e defesa nacional nas fronteiras brasileiras. In: PÊGO, Bolívar; MOURA, Rosa (Org.). Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública. Brasília: Ipea; Ministério da Integração Nacional, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8791>

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. Ranking de tarifas – Luz na Tarifa. Disponível em: <https://portalrelatorios.aneel.gov.br/luznatarifa/rankingtarifas>.

ARAÚJO, A. B.; MACIEL, M. das D. Análise das características físicas do município de Ferreira Gomes-AP através de transectos. Território e Cidadania, [S. l.], v. 1, n. 3, 2024. DOI: 10.70685/tc.v1i3.3627. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/territorioecidadania/article/view/3627>.

ASIS. Análise de situação de saúde/Ana Emilia Figueiredo de Oliveira; Deysianne Costa das Chagas; Paola Trindade Garcia; (Org.). - São Luís, 2019. Disponível em: [https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/12094/1/VISA\\_ASIS-30.04.pdf](https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/12094/1/VISA_ASIS-30.04.pdf).

AZEVEDO, J. S. et al. Impactos das mudanças climáticas na disponibilidade hídrica e saúde de comunidades tradicionais em Laranjal do Jari, Amapá. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 25, n. 3, p. 55-78, 2023. BARROS, A. L. R. D.; RODRIGUES, C. G. D. O. Differentiated education and community-based tourism in the Caiçara territories of Paraty (RJ). Ambiente & Sociedade, v. 22, p. e02951, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc02951v22i19L1AO>.

BARROSO, Rackel; GALARDO, Allan Kardec Ribeiro; CASTELO, Natalia; CREÃO, Camilo Pantoja; MIRANDA, Kellen Cristina Ignacio Cardoso; MAGALHÃES, Silvia Cristina da Silva Pedroso; SOUSA, Zenil Moraes de; MÜLLER, Josiane Nogueira. Estudo epidemiológico do comportamento da doença de Chagas no estado do Amapá-Brazil nos anos de 2016 a 2021. Research, Society and Development, v. 11, n. 12, e570111234978, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34978>.

BASTOS, A. de M. Uma excursão ao Amapá. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. BERNAZZOLI, R. M.; FLINT, C. Power, place, and militarism: toward a comparative geographic analysis of militarization. Geography Compass, v. 3, n. 1, p. 393-411, 2009. BIO PLATEAUX. Apresentação do Projeto. Disponível em: <https://www.bio-plateaux.org/pt-br/node/617>.

BITTENCOURT DA SILVA, José; DA CONCEIÇÃO ALVES, João Paulo. A educação em comunidades tradicionais no sul do Amapá: o caso da RESEX Cajari e da Reserva do Rio Iratapuru. Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental, v. 27, n. 2, p. 1–23, 2022. DOI: 10.14295/ambeduc.v27i2.14550. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/14550>.

BORGES, Carlos Alberto Farias; CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. Cooperação policial internacional transfronteiriça: o caso do Amapá e da Guiana Francesa. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 9, n. 2, p. 1–30, 2023. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75332>.

BORÇA JÚNIOR, G.; QUARESMA, P. Perspectivas de investimento na infraestrutura 2010-2013. Rio de Janeiro: BNDES, fev. 2010. (Visão do Desenvolvimento, n. 77). Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/5063/2/Vis%C3%A3o77%20-%20Perspectivas%20de%20investimento%20na%20Infraestrutura%202010-2013.pdf>



BOUDOU, J.-M. A abordagem geográfica do turismo meta. [S.l.: s.n.]. Disponível em: [https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10205703042012Topicos\\_Especiais\\_em\\_Geografia\\_Aula\\_6.pdf](https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10205703042012Topicos_Especiais_em_Geografia_Aula_6.pdf).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). AdaptaBrasil. Brasília, DF: MCTI, 2021. Disponível em: <https://adaptabrazil.mcti.gov.br/>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Relatório do Mapa de Ocrim – 2023. Brasília: MJSP/Senappen, 2023. Disponível em: [https://ejm.tjmmg.jus.br/ejm/wp-content/uploads/2024/09/Relatorio-do-Mapa-de-Ocrims-2023.pdf-Cronos-DIPEN\\_DEPEN.pdf](https://ejm.tjmmg.jus.br/ejm/wp-content/uploads/2024/09/Relatorio-do-Mapa-de-Ocrims-2023.pdf-Cronos-DIPEN_DEPEN.pdf).

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Painel de Informações sobre Saneamento – Ano base 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/painel-de-informacoes>

\_\_\_\_\_. Ministério das Comunicações. Dicionário MCom de termos técnicos e programas. Brasília: Ministério das Comunicações, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/dicionario.pdf>.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm).

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm).

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.

\_\_\_\_\_. Programa Brasil Saudável. Ministério da Saúde. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/brasil-saudavel>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.011/2024. Política Estadual de Turismo de Base Comunitária. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola. Brasília, DF: CNE, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Dados e informações nacionais sobre segurança pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/dados-nacionais>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Relatório do Mapa de Ocrim – 2023. Brasília: MJSP/Senappen, 2023. Disponível em: [https://ejm.tjmmg.jus.br/ejm/wp-content/uploads/2024/09/Relatorio-do-Mapa-de-Ocrims-2023.pdf-Cronos-DIPEN\\_DEPEN.pdf](https://ejm.tjmmg.jus.br/ejm/wp-content/uploads/2024/09/Relatorio-do-Mapa-de-Ocrims-2023.pdf-Cronos-DIPEN_DEPEN.pdf).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Amapá vai receber 29 obras e equipamentos do Novo PAC Seleções. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/amapa/2024/marco/amapa-vai-receber-29-obras-e-equipamentos-do-novo-pac-selecoes>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. DATASUS. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Disponível em: [https://cnes2.datasus.gov.br/Lista\\_Es\\_Municipio.asp?VEstado=16&VCodMunicipio=160055&NomeEstado](https://cnes2.datasus.gov.br/Lista_Es_Municipio.asp?VEstado=16&VCodMunicipio=160055&NomeEstado).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Novo PAC Saúde. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/novo-pac-saude>

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 156, n. 220, p. 97, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/previne-brasil/arquivos/portaria-no-2-979-de-12-de-novembro-de-2019.pdf>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Saiba mais sobre a APS. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/saiba-mais-sobre-a-aps>.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Atas da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil–França. 1997–2023. Macapá; Caiena: MRE, 1997–2023. Documentos oficiais.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Regional. Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi/cidades-gemeas/portaria-no-2-507-de-5-de-outubro-de-2021.pdf>.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação: plataforma oficial de dados do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/>.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. Categorização das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. 2019. Disponível em: [www.regionalizacao.turismo.gov.br](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br).

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – (SNUC): Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA, 2000.

\_\_\_\_\_. Gabinete de Segurança Institucional. Política Nacional de Fronteiras (PNFron). Brasília, DF: GSI, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/seguranca-de-fronteiras/politica-nacional-de-fronteiras-pnfron>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Amapá tem dois municípios considerados prioritários no Programa Brasil Saudável. Notícias. Fevereiro, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/amapa/2024/fevereiro/amapa-tem-dois-municipios-considerados-prioritarios-no-programa-brasil-saudavel>

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Assentamentos: relação de projetos. Brasília: Incra, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>.

BRITO, D. M. C.; DRUMMOND, J. A. L. Aspectos socioambientais e socioterritoriais das comunidades atingidas por hidrelétricas no estado do Amapá. *Confins – Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia*, n. 57, 2022. Publicado em: 21 dez. 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/49060>. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.49060>.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CÂMARA, Gilberto. A pesquisa espacial no Brasil: 50 anos de Inpe (1961-2011). *Revista USP*, São Paulo, Brasil, n. 89, p. 234–243, 2011. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i89p234-243. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13880>.

CARMO, Lucas Rafael Ribeiro do. Cadeia produtiva do açaí da comunidade ribeirinha Conceição do Muriacá na reserva extrativista do Rio Cajari no município de Laranjal do Jari, Amapá. 2023. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão Ambiental) - Instituto Federal do Amapá, Macapá, AP, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ifap.edu.br/jspui/handle/prefix/911>.

CASTELLANOS, E. et al. Central and South America. In: PÖRTNER, H.-O. et al. (ed.). *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. [S. l.]: IPCC, 2022. p. 1689-1816. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC\\_AR6\\_WGII\\_Chapter12.pdf](https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_Chapter12.pdf).

CASTRO, A. C.; SOUZA JÚNIOR, R. I. de J.; LOBATO, E. B. A educação básica nas comunidades ribeirinhas do Estado do Amapá. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. e317081, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v3i1.7081. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/7081>.

CAVALCANTI, Celso. 80 anos do Amapá: onde começa o Brasil. Reportagem Especial [áudio]. Senado Federal, 12 set. 2023. Atualizado em: 21 maio 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/reportagem-especial/2023/09/12/80-anos-do-amapa>.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook: Suriname*. Washington, DC: CIA, 2025. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/suriname/>.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>.

CERTI. Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras. Segurança energética: quais os desafios para garantir o fornecimento de energia no Brasil. 2020. Disponível em: <https://certi.org.br/blog/seguranca-energetica>.

CFM. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Demografia Médica: CFM | CRMs. Disponível em: <https://demografia.cfm.org.br/>.

CHAGAS, M. A. A Geopolítica Do Garimpo Do Lourenço, Norte Do Amapá: Trajetória, Contradições E Insustentabilidade. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 39, p. 1–18, 2019. DOI: 10.5216/bgg.v39i0.55253. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/55253>.

CHAVES, Maria Emília Oliveira. Unidades de conservação do Amapá: injustiça ambiental em pele de preservação da natureza? 2018. Tese (Doutorado em Direito Ambiental) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B2DH9T>.

CIMI. A violência contra os povos indígenas no Brasil: 2022. Brasília: CIMI, 2023.

CLARETO, Sônia Maria. Terceiras margens: um estudo etnomatemático de espacialidades em Laranjal do Jari (Amapá). 2003. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/102153>

COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA – CMT. Ata da 10ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil–França. Caiena: CMT, 2015.

\_\_\_\_\_. Ata da 12ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil–França. Caiena: CMT, 2023.



\_\_\_\_\_. Ata da XIII Reunião de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França. 11 a 13 de Junho de 2024. Macapá. Não paginado.

CONSELHO DO RIO OIAPOQUE. Ata da sétima reunião do Conselho do Rio Oiapoque. São Jorge do Oiapoque, 12 de fevereiro de 2025. Não paginado.

CORRÊA, Francinete Viana da Silva; CORRÊA, Valmir Corrêa e; PALHARES, José Mauro. Doenças decorrentes do mau acondicionamento dos resíduos sólidos urbanos na fronteira franco-brasileira. *Ciência Geográfica*, Bauru, v. 23, n. 2, p. 145-162, jan./dez. 2019. Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIII\\_2/agb\\_xxiii\\_2\\_web/agb\\_xxiii\\_2-37.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIII_2/agb_xxiii_2_web/agb_xxiii_2-37.pdf).

COSTA DE OLIVEIRA, M. A. Trajetórias, pertencimentos e lutas do viver na cidade: mulheres indígenas em Oiapoque (Amapá, Brasil). *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 295–325, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/130452>.

COUTO, Aiala. Relações transfronteiriças do narcotráfico na Amazônia: dos crimes conexos aos desafios da segurança regional. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, n. 36, p. 71–84, jan. 2024. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12778/7/BAPI\\_36\\_Artigo\\_5\\_relacoes.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12778/7/BAPI_36_Artigo_5_relacoes.pdf).

CRUZ, Carlos Allan Madureira. O PROJETO JARI, ENTRE UTOPIAS E REALIDADES: ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM LARANJAL DO JARI-AP. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 9, n. 8, p. 1491–1509, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i8.10858. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10858>.

DA COSTA, José Junio Souza. A educação segundo Paulo Freire: uma primeira análise filosófica. 2015.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: Etnografías comparadas. *Cuad. antropol. soc.*, Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, jul. 2008. Disponível em [https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1850-275X2008000100002&lng=es&nrm=iso](https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2008000100002&lng=es&nrm=iso).

DE MOURA, Edenilson Dutra. Urbano-fronteiriço: espacialidades e especificidades urbanas na fronteira franco-brasileira – Oiapoque – Amapá. *Revista Eletrônica Casa de Makunaima*, v. 1, n. 1, p. 51-65, 2018. DE, J.; DARTORA, S. Turismo e suas implicações teóricas. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/49-turismo-e-suas-implicacoes-teoricas.pdf>.

DRUMMOND, José Augusto Leitão. Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico: o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá). *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v. 6, supl., p. 753-792, set. 2000.

\_\_\_\_\_. PEREIRA, Mariangela de Araújo P. Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). Caderno – Estimativas Volumétricas da Bacia da Foz do Amazonas – Play Limoeiro. [Brasília, DF]: EPE, 2024. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/caderno-estimativas-volumetricas-da-bacia-da-foz-do-amazonas-play-limoeiro>.

\_\_\_\_\_. Nota Técnica EPE/PR/03/2020: Mapeamento de possibilidades para o aumento da segurança do suprimento de energia elétrica a Macapá e localidades interligadas. p. 49, 2020. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados>.

ENAFROM. Segurança Pública nas Fronteiras – Arco Norte. Organização: Alex Jorge das Neves, Gustavo Camilo Baptista, Cíntia Liara Engel, Michel Misse. 2016. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e\\_pesquisa/acervo/pagina\\_outraspublicacoes](http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e_pesquisa/acervo/pagina_outraspublicacoes).

EXÉRCITO BRASILEIRO. Operação desarticula crimes transfronteiriços que somam cerca de 2 milhões de reais. *Exército Brasileiro*, 2024. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/operacao-desarticula-crimes-transfronteiricos-que-somam-cerca-de-2-milhoes-de-reais>.

FARIAS, Rosana Torrinha Silva de; BRITO, Dagunete Maria Chaves. O açaí no contexto do território e da territorialidade ribeirinha na Amazônia brasileira. *Confins – Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia*, n. 54, 2022. Publicado em: 18 mar. 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/44303>. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.44303>.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/b8f1896e-8bd9-4809-a9ee-85b82245dcf2/content>.

FERNANDES, A. R. Análise da qualidade do ar e preocupações com a saúde. 2017. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/102619/2/180885.pdf> Acesso em: 09 de ago. 2024.

FERNANDES, J. S. N.; MOSER, L. Comunidades tradicionais: a formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. *Revista Katálysis*, v. 24, n. 3, p. 532–541, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79717>.

FERREIRA GOMES. Plano Diretor Participativo do Município de Ferreira Gomes: diagnóstico das condicionantes, deficiências e potencialidades municipais, propostas e ações. Ferreira Gomes: Ferreira Gomes Engenharia, 2013.

FERREIRA, Fábio; CHAVES, Patrícia Rocha. Conflitos socioterritoriais na comunidade quilombola do Igarapé do Palha – Ferreira Gomes, Amapá. *Revista Tocantinense de Geografia*, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 343–366, 2023. DOI: 10.20873/rtg.v12i26.15864. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/geografia/article/view/15864>.

FERREIRA, Regina Célis Martins. Cidade de Laranjal do Jari: expansão urbana, planejamento e políticas públicas. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2008.

FLORESTAS para pessoas: garantias de direitos e de cidadania com sustentabilidade na Amazônia [livro eletrônico] / organização de César Augusto Tenório de Lima, Oriana Trindade Almeida. 1. ed. Belém, PA: Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia – GAPTA/UFGA, 2023. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1154195/1/Florestas-para-pessoas-Joanne.pdf>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>.

\_\_\_\_\_. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016. São Paulo: FBSP, 2016. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2016/06/ANUARIO\\_2016\\_FINAL.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2016/06/ANUARIO_2016_FINAL.pdf).

\_\_\_\_\_. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017. São Paulo: FBSP, 2017. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/07/anuario-2017.pdf>.

\_\_\_\_\_. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018. São Paulo: FBSP, 2018. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/ANUARIO\\_12\\_COMPLETO\\_FINAL.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/ANUARIO_12_COMPLETO_FINAL.pdf).

\_\_\_\_\_. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-versao-online.pdf>.

\_\_\_\_\_. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Anuario\\_2020\\_FINAL\\_211020.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Anuario_2020_FINAL_211020.pdf).

\_\_\_\_\_. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-digital.pdf>.

\_\_\_\_\_. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Anuario-2022-v7-Completo-31\\_07\\_2022.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Anuario-2022-v7-Completo-31_07_2022.pdf).

\_\_\_\_\_. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO MÃE CRIOLA. Cartografias da Violência na Amazônia. São Paulo: FBSP; IMC, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/cartografias-violencia-amazonia-ed2.pdf>.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. São Paulo: Leya, 2013. FREIRE, Paulo. Primeiras palavras. In: Política e educação: ensaios. São Paulo: Cortez, 2003.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Certificação Quilombola. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>.

G1 Amapá. Ação prende 4 'coiotes' que transportavam 22 estrangeiros ilegais pela BR-210 no Amapá. G1 Amapá, 16 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/02/16/acao-prende-4-coiotes-que-transportavam-22-estrangeiros-ilegais-pela-br-210-no-amapa.ghtml>.

\_\_\_\_\_. Com alta de 1.755%, PRF deteve 334 estrangeiros ilegais no Amapá em 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/02/10/com-alta-de-1755percent-prf-deteve-334-estrangeiros-ilegais-no-amapa-em-2021.ghtml>.

\_\_\_\_\_. Com alta de 1.755%, PRF deteve 334 estrangeiros ilegais no Amapá em 2021. G1 Amapá, 10 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/02/10/com-alta-de-1755percent-prf-deteve-334-estrangeiros-ilegais-no-amapa-em-2021.ghtml>.

\_\_\_\_\_. Imigrantes usam fronteira do Brasil com a Guiana Francesa para fugir da pobreza e guerra política. G1 Amapá, 3 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/02/03/imigrantes-usam-fronteira-do-brasil-com-a-guiana-francesa-para-fugir-da-pobreza-e-guerra-politica.ghtml>.

GARNELO, L. Especificidades e desafios das políticas públicas de saúde na Amazônia. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 12, p. e00220519, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00220519> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/vb3KBsxsHwPFM3kd3JfwDpN>

GOMES, Margarete do Socorro Mendonça. Cooperação Franco-Brasileira: histórico e panorama. Cooperação em Vigilância em Saúde Amapá-Brasil/Guiana Francesa, 2023.

GONÇALVES, Fabíola Nayana Penafort. A atuação internacional do estado do Amapá: um estudo das reuniões da comissão mista transfronteiriça Brasil-França (1997-2019). 2022, 204f. Dissertação (Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

GRANGER, Stéphane. Guiana francesa, um território europeu e caribenho em via de “sul-americanização”. *Confins*, Revista franco-brasileira de geografia. n° 04, 2008.

HESS CORPORATION. Hess sanctions Uaru development offshore Guyana. New York: Hess Corporation, 27 abr. 2023. Disponível em: <https://investors.hess.com/news-releases/news-release-details/hess-sanctions-uaru-development-offshore-guyana/>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. p. 7–19. In: FEARNSTIDE, P. M. (ed.). *Destrução e conservação da Floresta Amazônica*, v. 1. Manaus: Editora do INPA, 2020. Disponível em: [https://philip.inpa.gov.br/publ\\_livres/2005/Desmatamento%20historia-Megadiversidade.pdf](https://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2005/Desmatamento%20historia-Megadiversidade.pdf)

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Amapá: taxa de mortalidade infantil. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/pesquisa/39/30279>.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades: história e fotos de Oiapoque. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/historico>.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades: história e fotos de Pracuúba. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/pracuuba/panorama>.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades: história e fotos de Serra do Navio. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/serra-do-navio>.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre. 2022.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades: história e fotos de Amapá. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/amapa/historico>.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades: história e fotos de Laranjal do Jari. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/laranjal-do-jari/historico>.

IEA. Instituto de Estudos Amazônicos. Erosão e salinização ameaçam a sobrevivência e o modo de vida tradicional de ribeirinhos no Amapá. 2024. Disponível em: <https://institutoestudosamazonicos.org.br/erosao-e-salinizacao-ameacam-a-sobrevivencia-e-o-modo-de-vida-tradicional-de-ribeirinhos-no-amapa/>.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2022. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>.

INSTITUTO IGARAPÉ. A violência contra mulheres na Amazônia Legal nos últimos cinco anos em comparação com o restante do país. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2024. Disponível em: [https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2024/03/SC\\_PT\\_Violencia-Contra-Mulheres-na-Amazonia-5anos.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2024/03/SC_PT_Violencia-Contra-Mulheres-na-Amazonia-5anos.pdf).

\_\_\_\_\_. Governar para não entregar: uma agenda de Segurança Multidimensional para a Amazônia brasileira, 2022. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Agenda-deSeguranca-Multidimensional-para-a-Amazonia.pdf>.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE) 2017. Atlas Brasileiro de Energia Solar. 2ª edição. 88p. São José dos Campos.

\_\_\_\_\_. PRODES – Taxa consolidada de desmatamento na Amazônia em 2022/2023 é de 9.064 km². Publicado em: 8 maio 2024. Atualizado em: 9 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/taxa-consolidada-de-desmatamento-na-amazonia-em-2022-2023-e-de-9-064-km2>.

INTERNATIONAL CENTRE FOR MIGRATION POLICY DEVELOPMENT (ICMPD). Relatório sobre Tráfico de Pessoas 2016. [local de publicação]: ICMPD, 2016. Disponível em: [https://www.icmpd.org/file/download/52063/file/Media\\_and\\_THB\\_Guidelines\\_EN\\_WEB.pdf](https://www.icmpd.org/file/download/52063/file/Media_and_THB_Guidelines_EN_WEB.pdf).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Dinâmicas da Violência no Estado do Amapá. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14009/5/Dinamicas\\_da\\_violencia\\_Cap3.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14009/5/Dinamicas_da_violencia_Cap3.pdf).

\_\_\_\_\_. Dinâmicas da violência no estado do Amapá. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11982>.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Página oficial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1212/>.

LEITE, Pedro F.; VELOSO, Henrique P.; FILHO, Luiz Góes. Folha NA/NB 22 - Macapá - IV Vegetação: as regiões fitoecológicas, sua natureza, recursos econômicos - estudo fitogeográfico. Rio de Janeiro: DNPM/Projeto RADAM, 1974.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; RIOS, Roger Raupp; SCHÄFER, Gilberto. Educação escolar indígena no direito brasileiro: do paradigma integracionista ao paradigma do direito a uma educação diferenciada. Revista da AJURIS, v. 41, n. 136, 2014.

LIMA, Daniel Pandilha de; SANTOS, Cesar; SILVA, Roberto de Souza; YOSHIOKA, Eliane Tie Oba; BEZERRA, Roberto Messias. Contaminação por metais pesados em peixes e água da bacia do rio Cassiporé, Estado do Amapá, Brasil. Acta Amazonica, v. 45, n. 4, p. 405–414, out. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/Z4CssYNZHRBNFCJ8Ff9qmc/>. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4392201403995>.

LIMA, João Brígido Bezerra; GARCIA, Ana Luiza Jardim de Carvalho Rochaël; FECHINE, Valéria Maria Rodrigues. Fluxos migratórios no Brasil: haitianos, sírios e venezuelanos. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10192>.

\_\_\_\_\_. GARCIA, Ana Luiza Jardim de Carvalho Rochaël; FECHINE, Valéria Maria Rodrigues. Fluxos migratórios no Brasil: haitianos, sírios e venezuelanos. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10192>.

LIMA, M. A. B.; SANTOS, R. I. Aldear os planos nacionais de educação. In: MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, BOF, A. M. Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: contribuições ao novo Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Inep, 2023. (Coleção Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, v. 8). Disponível em: <https://doi.org/10.24109/9786558011125.ceppe.v8.5769>

LINS, Cristóvão. A Jari e a Amazônia. 3. ed. Rio de Janeiro: Dataforma; Prefeitura de Almeirim-PA, 2001.

MANKIW, N. Gregory. Princípios de macroeconomia. São Paulo: Cengage Learning, 2023.

MARGARITH, Eduardo. As obras de infraestrutura estratégicas para a organização do espaço amapaense. Revista Confins, n. 55, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/45847>.

MATA, Matheus de Sousa. Análise de situação de saúde. Organização: Ana Emilia Figueiredo de Oliveira; Deysianne Costa das Chagas; Paola Trindade Garcia. - São Luís, 2019. Disponível em: [https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/12094/1/VISA\\_ASIS-30.04.pdf](https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/12094/1/VISA_ASIS-30.04.pdf)

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Comércio exterior: COMEXVIS. Brasília, 2022.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002134675>

MELO, Márcia Nobre Herrera de. Transportando sonhos: a história da Estrada de Ferro do Amapá (1957-2016). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de História.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Mapa da Segurança Pública 2024. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/download/dados-nacionais-de-seguranca-publica-mapa/mapa-de-seguranca-publica-2024.pdf>.

MINISTÉRIO DAS MULHERES. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) 2024. Brasília: Ministério das Mulheres, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/raseam/ministeriodasmulheres-obig-raseam-2024.pdf>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ. Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amapá, edição nº 1611. Macapá: MP-AP, 2024. Disponível em: <https://www.mpap.mp.br/diario/pdf/diario/1611>.

MIRANDA, Shirley Aparecida. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, maio/ago. 2012.

MISSE, Michel. Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. 2006.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 15-38, 2010.

MOESCH, Marutschka Martini. A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto, 2000.

MORAES, Alcidete Flexa; SILVA, Welber Carlos Andrade da. Importância do agroextrativismo para o desenvolvimento das comunidades quilombolas do Amapá. 2023. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional) – Instituto Federal do Amapá, Laranjal do Jari, AP, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ifap.edu.br/jspui/handle/prefix/973>.

NICHOLLS, R. J. et al. Coastal storms and flood protection in Europe: assessing the current situation and implications of climate change. Journal of Coastal Research, SI50, p. 270-279, 2007.

\_\_\_\_\_. CAZENAVE, A. Sea-Level Rise and Its Impact on Coastal Zones. Science, v. 328, n. 5985, p. 1517-1520, 2010. DOI: 10.1126/science.1176280.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Produção de petróleo na Margem Equatorial brasileira pode criar quase 52 mil empregos no Pará, projeta CNI. [Brasília, DF]: Observatório FIEPA, 7 maio 2024. Disponível em: <https://observatorio.fiepa.org.br/2024/05/07/producao-de-petroleo-na-margem-equatorial-brasileira-pode-criar-quase-52-mil-empregos-no-para-projeta-cni/>.

OLIVEIRA, Natália dos Santos de. Saneamento ambiental no estado do Amapá e a ocorrência de doenças. 2014. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Ambientais) – Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/512>.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Estratégia de Cooperação do País 2022-2027 - Brasil. Versão revisada. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/56315>

PASTANA, Claudionor de Oliveira; SANTOS, Leslie Jovana Silva; REIS, Eneida das Neves; BRITO, Ângela do Céu Ubaiara. Estudos de violência, criminalidade e sistema de segurança pública: resultado de pesquisas. Curitiba:



Editora CRV, 2024. 296 p. ISBN 978-65-251-6043-6. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/\\_/d3QKEQAAQBAJ?hl=en&gbpv=0](https://www.google.com.br/books/edition/_/d3QKEQAAQBAJ?hl=en&gbpv=0).

PETROBRAS. Margem Equatorial: novas fronteiras de exploração. Disponível em: <https://petrobras.com.br/quem-somos/novas-fronteiras>.

PINTO, Jacyguara Costa; DA SILVA SANTOS, Ieda Gomes. Os desafios para a educação no campo: The challenges for education in the countryside. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 9, p. 63051–63063, 2022.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. Ação da PRF prende quatro "coiotes" que transportavam estrangeiros ilegais. Portal Gov.br, 23 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/estaduais/amapa/acao-da-prf-prende-quatro-coiotes-que-transportavam-estrangeiros-ilegais>.

POMBO, A. M. L.; PANTOJA, V. J. da C.; PIRES, W. K. de F. L.; PIMENTA, P. R. da S.; COSTA, G. P. V.; FILHO, E. de S. M.; DO NASCIMENTO, R. O.; MENEZES, R. A. de O. Gestão laboratorial do pronto atendimento de Laranjal do Jari-Amapá na pandemia do Coronavírus. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 10253–10270, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n3-148. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/60005>.

PORTAL DA INDÚSTRIA. Entenda a realidade do saneamento básico no Brasil. [s.d.]. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/saneamento-basico>.

PORTILHO, Alexandre Marcondys Ribeiro; FREITAS, Priscila Barbosa. Povos indígenas do Oiapoque e a (in)segurança na fronteira Brasil - França. *Geoconexões Online*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 35–50, 2023. DOI: 10.53528/geoconexes.v3i2.137. Disponível em: <https://www.geoconexoesonline.com/revista/article/view/137>.

PORTO, Jadson. Repensando o Estado do Amapá (Brasil): entre (re)formatações e (re)configurações espaciais. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia*, n. 55, 2022. PORTO, Jadson; TOSTES, José Alberto; GOMES, Andréa Figueiredo (orgs.). De apagão a apagado: ensaios sobre a questão energética amapaense. Maringá, PR: Uniedusul, 2021. Disponível em: <https://www.uniedusul.com.br/wp-content/uploads/2021/03/E-BOOK-DE-APAGAO-A-APAGADO.pdf>.

POVOS tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. Organização de: Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães e Cristina Adams. São Paulo: SBPC, 2022. 78 p. Il. color., mapas color. Disponível em: <https://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais1.pdf>. ISBN 978-65-89883-10-4.

ROBERTA DE SOUZA, T. Lazer e turismo: reflexões sobre suas interfaces. [S.l.: s.n.]. Disponível em: [https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_6/arquivos/11/Lazer%20e%20Turismo%20Reflexoes%20Sobre%20Suas%20Interfaces.pdf](https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/11/Lazer%20e%20Turismo%20Reflexoes%20Sobre%20Suas%20Interfaces.pdf).

ROCHA, B. C. da; PUREZA, D. Y. da; TRINDADE, J. F. da; MENEZES, R. A. de O.; ANDRADE, R. F. de. Doença de Chagas no Amapá: perfil dos casos confirmados no período de 2010 a 2020. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 23(3), e11581. <https://doi.org/10.25248/reas.e11581.2023>

ROCHA, Ribeiro. Infraestrutura no Brasil: contexto histórico e principais desafios. In: SILVA, Mauro Santos (org.). Concessões e parcerias público-privadas: políticas públicas para provisão de infraestrutura. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. ROCHA, Rudi; CAMARGO, Marcela; FALCÃO, Lucas; SILVEIRA, Mariana; THOMAZINHO, Gabriela. A saúde na Amazônia Legal: evolução recente e desafios em perspectiva comparada. Projeto Amazônia 2030. 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/11/A-Saude-na-Amazonia-Legal.pdf>.

SÁ, Antonia Deusa et al. A educação básica no Amapá pós estadualização: perspectivas do poder público e percepções dos profissionais da educação. 2018. SANTOS, E. S. D.; CUNHA, A. C. D.; CUNHA, H. F. A. Hydroelectric power plant in the Amazon and socioeconomic impacts on fishermen in Ferreira Gomes County – Amapá State. *Ambiente & Sociedade*, v. 20, n. 4, p. 191–208, out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0088r2v2042017>.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. Amazônia setentrional amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas. Rio de Janeiro: Publit, 2012. SANTOS, J. B. F. dos. Vulnerabilidade e risco: conceitos, abordagens e aplicações no planejamento da gestão ambiental. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

SILVA JUNIOR, O. M. da; SANTOS, L. S. dos; RODRIGUES, M. R. C. Panorama dos riscos costeiros no Estado do Amapá: conhecer para agir. In: REDUÇÃO do risco de desastres e a resiliência no meio rural e urbano. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/Reducao2020/Reducao\\_2ed-2020-25.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/Reducao2020/Reducao_2ed-2020-25.pdf).

SILVA, A. R. F.; Trindade Júnior, S. C. Pensando a diferenciação sócioespacial na Amazônia: a sub-região fronteira internacional dos estados do Pará e Amapá. In: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. (Orgs.). Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial. Rio de Janeiro: Publit, 2013. P. 31-65 Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/361685852\\_Dinamicas\\_Periferico-Estrategicas\\_da\\_Fronteira\\_da\\_Amazonia\\_Setentrional\\_das\\_politicas\\_publicas\\_e\\_redes\\_institucionais\\_a\\_integracao\\_espacial\\_2013](https://www.researchgate.net/publication/361685852_Dinamicas_Periferico-Estrategicas_da_Fronteira_da_Amazonia_Setentrional_das_politicas_publicas_e_redes_institucionais_a_integracao_espacial_2013)

SILVA, Clarine Thays Barbosa da. Do outro lado do Beiradão: fronteira identitária entre Laranjal do Jari (AP) e Monte Dourado (PA). Projeto de Pesquisa – PPGEF, 2023.

SILVA, G. de V. (2023). Cooperação transfronteiriça na Amazônia internacional: Estratégias e ações no caso entre França e Brasil (1996-2023). *Revista Verde Grande: Geografia E Interdisciplinaridade*, 5(02), 411–443. <https://doi.org/10.46551/rvg2675239520232411443>

SILVA, Giovani José da; ROCHA, Anderson Luis Azevedo da. História, ambiente e povos indígenas no extremo Norte do Brasil: Impactos da construção da BR-156 em Oiapoque, Amapá (1976-1981). *HISTÓRIA UNICAP*, Recife, PE, Brasil, v. 6, n. 12, p. 232–249, 2019. DOI: 10.25247/hu.2019.v6n12.p232-249. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/1535>.

SILVA, M. da et al. Impacto das mudanças climáticas na frutificação das árvores nas comunidades fluviais no Vale do Jari-Ap. *International Journal of Environmental Resilience Research and Science (IJERRS)*, [S. l.], v. [Volume], n. [Número], p. [Páginas], 2024. Disponível em: <https://e-revista.unoeste.br/index.php/ijerrs/article/view/32356/23773>.

SILVA, T. P. da; PONTES, A. N.; ALBUQUERQUE, A. R. Cadeias de produção sustentáveis no extrativismo de castanha do Brasil na Amazônia brasileira / Sustainable production chains in Brazil brown extractivism in Brazilian Amazon. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 6, n. 8, p. 63460–63478, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n8-687. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/15878>.

SILVEIRA, Maria; LAMEIRA, Alessandra. Garimpo ilegal destrói área equivalente a 170 campos de futebol em Unidade de Conservação do Amapá. Instituto Iepé, 19 fev. 2024. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/2024/02/garimpo-ilegal-destrui-area-equivalente-a-170-campos-de-futebol-em-unidade-de-conservacao-do-amapa/>.

SIQUEIRA CAMPOS, K. F.; MENDONÇA, M. R.; CAMPOS, V. B.; FARIAS, P. L. C. de. Implicações com estabelecimento do setor energético e as consequências nas comunidades tradicionais de um território amapaense. *Revista Geográfica Acadêmica*, [S. l.], v. 16, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revista.ufrir.br/rga/article/view/7279>.

SODRÉ, Ronaldo Barros & SOBREIRO FILHO, José. A violência no campo da Amazônia: análise de dados sobre assassinatos, ameaças e perfis dos assassinados, 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/351102218\\_A\\_VIOLENCIA\\_NO\\_CAMPO\\_DA\\_AMAZONIA\\_analis\\_e\\_de\\_dados\\_sobre\\_assassinatos\\_ameacas\\_e\\_perfis\\_dos\\_assassinados.pdf](https://www.researchgate.net/publication/351102218_A_VIOLENCIA_NO_CAMPO_DA_AMAZONIA_analis_e_de_dados_sobre_assassinatos_ameacas_e_perfis_dos_assassinados.pdf)

TAVARES, Winicius. Governo do Estado e ONU debatem políticas de proteção para refugiados nas regiões de fronteira do Amapá. Portal do Governo do Amapá, 30 maio 2024. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2905/governo-do-estado-e-onu-debtem-politicas-de-protacao-para-refugiados-nas-regioes-de-fronteira-do-amapa>.

TELES, Bruno. Por que não existe uma ponte entre o estado do Amapá e o Brasil? Acesso ao estado ainda é via balsa ou avião. Click Petróleo e Gás, 11 abr. 2024. Atualizado em: 13 abr. 2024. Disponível em: <https://clickpetroleoeogas.com.br/por-que-nao-existe-uma-ponte-entre-o-estado-de-amapa-e-brasil-acesso-ao-estado-ainda-e-via-balsa-ou-aviao/>.

THUM, Carmo. Povos e comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. *REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S. l.], p. 162–179, 2017. DOI: 10.14295/remea.v0i0.6899. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/6899>.

TOSTES, José Alberto. Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na faixa de fronteira setentrional. Rio de Janeiro: Publit, 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Portal Latino-Americano: Guayana Francesa (español). São Paulo: USP, 2017. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/espanol-guayana-francesa>.

\_\_\_\_\_. Portal Latino-Americano: Suriname. São Paulo: USP, 2025. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/suriname>.

UNWTO. World Tourism Barometer and Statistical Annex, November 2019. UNWTO World Tourism Barometer, v. 17, n. 4, p. 1–44, 30 nov. 2019.

VILHENA, Marlene dos Santos. A responsabilidade socioambiental das empresas mineradoras instaladas nos municípios de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio no Amapá: reflexão sobre a atividade mineradora e as práticas ambientais sustentáveis. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/6462>.

WYN JONES, Richard. ‘Message in a bottle’? Theory and Praxis in Critical Security Studies. *Contemporary Security Policy*, vol. 16, n. 3, 1995, p. 299-319. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13523269508404119>